



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 44ª SESSÃO À 46ª SESSÃO DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 31 Nº 14
10 ABR. A 12 ABR.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2007

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2007-2008)

PRESIDENTE	Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner**^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery**^S
PSDB – Flexa Ribeiro**^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Shlessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto **^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório**^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira**^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana **^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 ** : Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
Registro da realização da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007, com a presença confirmada de mais de 3.000 prefeitos de todo o País, que pleiteiam a liberação de recursos do Fundep e a aprovação da proposta que assegura o acréscimo de 1 ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Senador Paulo Paim	5	Compromisso com a aprovação de medidas reivindicadas pelos prefeitos participantes da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007. Senador José Agripino .	81
Considerações sobre a progressiva desconcentração das receitas da União, uma das causas reivindicadas pelos prefeitos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Tião Viana.	6	Comentários acerca da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Edison Lobão	85
Comentários a respeito da má distribuição dos recursos pela União, e o seu repasse aos municípios. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Augusto Botelho.....	7	Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição de autoria de S.Exa. que propõe que 10% de todas as contribuições sejam destinadas aos municípios e 10% aos estados. Senador Osmar Dias.	87
Registro da realização da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília, e relato dos pleitos atendidos pelo Presidente Lula. Senador Sibá Machado	75	Expectativa de consenso em torno da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, na qual S.Exa. foi designado relator, que institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados e Municípios. Senador Valdir Raupp.....	97
Apelo para aprovação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Efraim Morais.....	76	Saudação a todos os prefeitos presentes em Brasília. Aplausos ao Presidente Lula pela decisão de apoiar o aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Senador Romero Jucá....	99
Apelo para aprovação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Jayme Campos	77	Apoio às reivindicações dos Prefeitos da X Marcha dos Prefeitos, especialmente em relação ao aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Senador Valter Pereira.....	100
Destaque para as conquistas dos prefeitos para que a base do governo vote separadamente a PEC, que institui o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 22,5% para 23,5% da arrecadação federal do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Senador Inácio Arruda.....	80	Registro da realização da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007, mobilização que força o debate sobre os municípios. Senador Raimundo Colombo.....	238
		Considerações acerca da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Raimundo Colombo. Senador Mão Santa.....	239
		Considerações acerca da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Raimundo Colombo. Senador Gerson Camata.....	240

	Pág.		Pág.
Registro da participação de S.Exa. na solenidade de abertura da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007, e resumo dos pleitos encaminhados pelos mesmos. Senador Efraim Morais.....	248	Avaliação da X Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios. Senador Rosalba Ciarlini.....	390
Cobranças dos prefeitos para que apresentem uma balança mensal dos gastos públicos dos municípios brasileiros. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Romeu Tuma	250	Comentários a respeito da X Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios. Aparte à Senador Rosalba Ciarlini. Senador Mão Santa . .	391
Registro da presença, em Brasília, de prefeitos de todo o País, que reivindicam pauta não atendida. Senador Osmar Dias.....	251	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
Comentários a respeito da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007. Senador José Nery.....	259	Solicitação ao Governo Federal para que atenda às reivindicações dos servidores públicos do Executivo do Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	241
Considerações a respeito da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007. Senador José Maranhão.....	270	Apelo às lideranças pela votação de Proposta de Emenda à Constituição que estabelece limite anual para o pagamento de precatórios de estados e municípios. Senador José Agripino.....	379
Considerações a respeito da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007. Senadora Lúcia Vânia.....	287	Protesto pela situação dos servidores aposentados do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Senador Efraim Morais.....	385
Registro da realização da X Marcha de Prefeitos a Brasília, e indignação pelo não cumprimento de promessa do Presidente Lula aos prefeitos. Senador César Borges	339	ARTIGO DE IMPRENSA	
Considerações sobre a X Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios. Senador Flexa Ribeiro.....	341	Registro da matéria intitulada “Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de primeiro de março de 2007. Senadora Lúcia Vânia.....	140
Comentários a respeito da Subcomissão de Assuntos Municipais, criada para discutir as reivindicações, as demandas e as necessidades dos municípios. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Cícero Lucena	343	Registro da matéria intitulada “O Plano do PT”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 7 de março de 2007. Senador Marconi Perillo.....	142
Comunicação sobre decisão da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados de apoiar o acréscimo de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Senador Arthur Virgílio.....	380	Registro da matéria intitulada “Contratos superfaturados”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 21 de março de 2007. Senador Mário Couto.....	144
Considerações acerca da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007. Senador Jayme Campos.....	381	Registro da matéria intitulada “Relatório dos EUA critica caso do dossiê”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 7 de março de 2007. Senador Cícero Lucena.....	146
Comentários acerca da votação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Efraim Morais.....	383	Registro da matéria intitulada “Governo enquadra base e consegue enterrar a CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de março de 2007. Senador Arthur Virgílio.....	147
Comentários acerca da votação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Jayme Campos. Senador Edison Lobão	384	Registro do editorial intitulado “Depois do motim”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 3 de abril de 2007. Senador Papaléo Paes.	148
		Registro do editorial intitulado “Primeiro Passo”, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 17 de março de 2007. Senador Flexa Ribeiro	149
		Registro do editorial intitulado “Ação nas Américas”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 28 de março de 2007. Senador Flexa Ribeiro. .	296

Pág.	Pág.
<p>Registro da matéria intitulada “Governo impede CPI de tráfego aéreo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 9 de março de 2007. Senador Marconi Perillo</p> <p>Registro do artigo intitulado “O reflexo de Mantega demorou 12 horas”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 28 de fevereiro de 2007. Senador Cícero Lucena.....</p> <p>Registro do artigo intitulado “Cova clandestina”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i>, edição de 14 de fevereiro de 2007. Senador Papaléo Paes.....</p> <p>Registro do artigo intitulado “Novo governo, velhos mitos”, de autoria do ex-Ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 8 de abril de 2007. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Registro da matéria intitulada “Governo não investe tudo o que deveria”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i>, edição de 6 de janeiro de 2007. Senador Flexa Ribeiro.....</p> <p>Registro da matéria intitulada “Bush em visita”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 9 de março de 2007. Senador Marconi Perillo .</p> <p>Registro da matéria intitulada “Governo deruba CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal <i>Gazeta Mercantil</i>, edição de 21 de março de 2007. Senador Cícero Lucena.....</p> <p>Registro da matéria intitulada “PEC das agências preocupa o governo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i>, edição de 22 de março de 2007. Senador Arthur Virgílio</p> <p>Registro do artigo intitulado “Voar não é com os dinossauros”, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i>, edição de 12 de fevereiro de 2006. Senador Papaléo Paes.....</p> <p>CALAMIDADE PÚBLICA</p> <p>Preocupação com a seca instalada nos municípios da Região Nordeste. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Garibaldi Alves Filho.....</p> <p>Considerações sobre a seca instalada nos municípios da Região Nordeste. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes</p> <p>Pedido de providências para minimizar os efeitos da seca no Nordeste. Senador Garibaldi Alves Filho .</p> <p>CRISE AÉREA</p> <p>Considerações sobre o apagão aéreo. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador José Maranhão.....</p>	<p>Relato acerca da audiência pública realizada no Senado Federal sobre a crise no setor aéreo. Senador Paulo Paim.....</p> <p>(DF)</p> <p>Elogios ao Governador José Roberto Arruda do Distrito Federal. Senador Arthur Virgílio</p> <p>DROGAS</p> <p>Defesa de exame toxicológico na repressão às drogas. Elogios ao Doutor Dráuzio Varela por trabalhos realizados em favor de campanhas contra o fumo. Senador Magno Malta.....</p> <p>Apoio ao projeto de lei que institui exame toxicológico para quem tirar a carteira de habilitação. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Valter Pereira.</p> <p>Considerações acerca do projeto de lei que institui exame toxicológico para quem tirar a carteira de habilitação. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Romeu Tuma.....</p> <p>EDUCAÇÃO</p> <p>Apelo ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, no sentido da homologação de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira - Universo. Senador Demóstenes Torres.</p> <p>Comentários a respeito dos problemas encontrados na administração da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....</p> <p>Comentários sobre o não reconhecimento, pelo MEC, de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador Marconi Perillo.....</p> <p>Comentários sobre o não reconhecimento, pelo MEC, de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senadora Lúcia Vânia.....</p> <p>Proposta de retomada do desenvolvimento, a partir de investimentos na educação. Senador Marconi Perillo.</p> <p>Exigências pelo repasse dos recursos destinados ao transporte escolar nos estados e municípios brasileiros. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Jayme Campos</p> <p>Defesa de mudanças no Fundeb, a fim de beneficiar os municípios. Senador Antonio Carlos Magalhães.....</p>
298	344
299	70
300	
301	272
395	273
397	274
398	
399	103
400	104
	105
83	105
83	
276	233
	250
90	335

	Pág.		Pág.
Comentários acerca das mudanças no Fundeb para beneficiar os municípios. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Cícero Lucena.....	336	benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Senador Romero Jucá.	113
GOVERNO ESTADUAL			
Cumprimentos ao MEC pela realização de seminário idealizado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Defesa da aprovação do projeto de autoria de S. Exa., que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho. Senador Paulo Paim.....	344	Leitura de nota do Governador do Estado do Acre, Binho Marques, contrário à reportagem da revista <i>Veja</i> , de autoria do jornalista Leonardo Coutinho, que faz referências ao desmatamento na gestão do ex-Governador Jorge Viana. Senador Tião Viana	7
Considerações acerca do projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Leomar Quintanilha	345	Críticas às falsas acusações da Oposição ao ex- Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Fátima Cleide.....	9
Considerações acerca do projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma.....	345	Considerações sobre as falsas acusações direcionadas ao ex- Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Papaléo Paes	10
Apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Wilson Matos.....	346	Considerações acerca da gestão do ex-Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Augusto Botelho.....	11
Preocupação com o transporte escolar nos municípios. Senador Jayme Campos	381	Esclarecimentos acerca do trabalho desenvolvido pelo ex-Governador Jorge Viana, no sentido de conciliar o setor produtivo e o desmatamento no Estado do Acre. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Sibá Machado.	11
Preocupação com o transporte escolar nos municípios. Senador Efraim Morais.	385	Críticas à revista <i>Veja</i> , no sentido de não conceder o direito de defesa ao ex- Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Arthur Virgílio.....	12
ELOGIOS			
Elogios ao Senador Pedro Simon, pelo pronunciamento feito na tribuna do Senado Federal. Senador Mão Santa.....	292	Considerações acerca da gestão do ex-Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Eduardo Suplicy.	13
Elogios ao Senador Mão Santa, pela sua atuação no Senado Federal. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Joaquim Roriz.....	295	Críticas ao Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, que anunciou um secretariado composto de 65 integrantes. Senador Heráclito Fortes	349
Elogios ao Senador Cícero Lucena, pela sua atuação no Senado Federal. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador João Tenório.	338	Comentários a respeito Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Mão Santa.....	351
ESPORTE			
Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 342, de 29 de dezembro de 2006, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e		GOVERNO FEDERAL, ATUAÇÃO	
		Considerações sobre as melhorias no governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Sibá Machado. Senador Mário Couto.	77
		Comentários acerca da falta de interesse do Governo Lula em atender às necessidades dos municípios. Aparte ao Senador César Borges. Senador Flexa Ribeiro	340

	Pág.		Pág.
Apelo para votação da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte oito mil reais, para os fins que especifica. Senador José Agripino.....	109	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senador Romero Jucá.....	125
Discussão da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senador Marconi Perillo.....	121	Comentários acerca da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senador Heráclito Fortes.	126
Discussão da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senador Heráclito Fortes.	122	Comentários acerca da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senador Valdir Raupp.....	126
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senadora Lúcia Vânia.....	123	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 181.200.000,00 (cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais), para os fins que especifica. Senador José Agripino.	357
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senador Arthur Virgílio	123	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 346, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica. Senador Romero Jucá.	365
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica. Senador José Agripino.....	125	MUNICÍPIOS	
		Destaque para os avanços conquistados pelos municípios no primeiro mandato do Presidente Lula. Senadora Ideli Salvatti.	84
		Comentários a respeito do crescimento e progresso de alguns municípios do Estado de São	

	Pág.		Pág.
Paulo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Romeu Tuma.....	86	de 2007 (nº 170/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha, ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Senador Osmar Dias.....	169
Considerações acerca das necessidades por que passam os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. Aparte ao Senador Valter Pereira. Senadora Marisa Serrano.....	100	Parecer nº 246, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 344, de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 181.200.000,00, para os fins que especifica”. Senador Edison Lobão.....	355
ORÇAMENTO		Parecer nº 247, de 2007 (de Plenário), que dispõe sobre a Medida Provisória nº 346, de 2007, que “abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica”. Senador Sérgio Zambiasi	360
Comentários sobre a votação de emendas que tratam da modificação do Orçamento. Senadora Lúcia Vânia.....	127	Parecer nº 247-A, de 2007 (da Mesa do Senado Federal), acerca do Requerimento nº 303, de 2007, que solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia esclarecimentos sobre os créditos extraordinários destinados a esse Ministério, conforme Medida Provisória nº 338, de 2006, no período anual de 2003 a 2007. Senador Tião Viana.....	374
Apoio à votação de emendas que tratam da modificação do Orçamento. Senador Heráclito Fortes....	127	Parecer nº 247-B, de 2007 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 116, de 2007, “que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca de providências para implantar no País o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia”. Senador Tião Viana.....	377
Explicações sobre a Proposta de Emenda à Constituição apresentada por S. Exa., que destina 10% de todas as contribuições para os municípios e 10% para os estados. Senador Osmar Dias.....	251	POLÍTICA AGRÍCOLA	
Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição apresentada por S. Exa., que destina 10% de todas as contribuições para os municípios e 10% para os estados. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Antônio Carlos Valadares.....	252	Apelo ao Presidente Lula para que não assine medida provisória no sentido de destinar os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) para refinanciamento da dívida agrícola, conforme noticiado na imprensa. Senador Francisco Dornelles.....	88
PARECER		Leitura de matéria do jornal <i>Valor Econômico</i> , intitulada “A silenciosa revolução movida a crédito”, de autoria do jornalista Paulo Totti. Senador Sibá Machado.....	254
Parecer nº 242, de 2007 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006, “que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo”. Senadora Ideli Salvatti.....	111	Preocupação com a política governamental para a agricultura brasileira. Senador Joaquim Roriz.	289
Parecer nº 243, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 343, de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica”. Senador Sibá Machado....	117		
Parecer nº 244, de 2007 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 51, de 2007 (nº 137/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Antônio Domingos Teixeira Bedran para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Senador Heráclito Fortes	166		
Parecer nº 245, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 56,			

VIII

	Pág.		Pág.
Considerações a respeito da política governamental para a agricultura brasileira. Aparte ao Senador Joaquim Roriz. Senador Mão Santa.	290	de convidar o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, para vir ao Senado Federal, a fim de debater o efeito estufa. Senador Aloizio Mercadante.....	158
Considerações sobre a representação gráfica da estratégia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Senador Romero Jucá.	302	Proposta de criação de um Fundo de Financiamento do Custo Ambiental dos Empreendimentos. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Sibá Machado.....	160
Críticas ao recuo do Governo Lula sobre uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para renegociação das dívidas dos produtores rurais e de suas cooperativas com as empresas privadas credoras. Senador Jonas Pinheiro.	327	Comentários a respeito do filme “Uma Verdade Inconveniente”, que trata das conseqüências da industrialização para o meio ambiente. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.....	162
POLÍTICA CULTURAL		Comentários sobre a intenção de convidar o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, para vir ao Senado Federal, a fim de debater o efeito estufa. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Heráclito Fortes.	163
Justificação pelo encaminhamento do requerimento de voto de solidariedade e moção de apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), freiras e lideranças sociais que atuam em defesa da Amazônia, e vêm sofrendo ameaças de morte. Senador João Pedro.	247	Apresentação de proposta ao Senado Federal para adote e desenvolva uma cultura de gestão ambiental. Senador Fátima Cleide.....	303
Considerações sobre a situação por que passam as freiras e lideranças sociais que atuam em defesa da Amazônia, bem como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador João Pedro. Senador Paulo Paim.....	248	Reflexão acerca do impacto do efeito estufa e do aquecimento global sobre a agricultura do Nordeste. Senador Antônio Carlos Valadares.	333
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO		POLÍTICA DE TRANSPORTES	
Apelo para que apóiem o projeto de lei que trata da transferência de 30% dos recursos do PIB para as compras públicas sustentáveis. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Tião Viana. .	163	Apoio às alterações feitas pela Câmara dos Deputados no projeto de S.Exa. que estabelece um adicional tarifário para subsidiar linhas aéreas regionais. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	88
Considerações sobre os entraves burocráticos na área do meio ambiente que se opõem ao crescimento econômico. Senador Francisco Dornelles.	231	Registro da inauguração de obra importante para o transporte e a logística do Estado de Goiás: o Contorno de Anápolis. Senador Romero Jucá. . .	150
Críticas aos aspectos burocráticos do licenciamento ambiental, e suas conseqüências para o crescimento econômico do País. Aparte ao Senador Francisco Dornelles. Senador Flexa Ribeiro.	232	Manifestação de tristeza pela situação por que passam os moradores da região da Rodovia Transamazônica no Pará, que se encontra em calamidade pública. Alerta para o abandono das estradas federais brasileiras. Senador Mário Couto.	328
POLÍTICA DE INFRA ESTRUTURA		Comentários a respeito do estado em se que se encontra a Rodovia Transamazônica no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Valter Pereira.....	330
Defesa da conclusão das obras do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....	353	POLÍTICA ENERGÉTICA	
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		Esclarecimentos a respeito da abertura de crédito para várias empresas ligadas ao setor energético, entre as quais a PETROBRÁS. Senador Tasso Jereissati.	107
Preocupação com as conseqüências das mudanças climáticas para o Brasil. Proposta de criação do Fundo Mundial do Meio Ambiente. Senador Aloizio Mercadante.	154	Comentários a respeito da liderança do Brasil no setor de biocombustíveis. Senador Augusto Botelho.....	139
Proposta de criação de um Fundo Mundial de Proteção do Meio Ambiente. Registro da intenção			

	Pág.	IX	Pág.
POLÍTICA FISCAL			
Alerta com relação à tramitação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), no Senado Federal, em face das promessas feitas, pelo Governo Federal, aos governadores durante a discussão do PAC e aos prefeitos na Marcha em Defesa dos municípios. Senador Arthur Virgílio.....	78	tituição que facilita a naturalização de filhos de pais brasileiros habitantes em países estrangeiros. Senador Eduardo Suplicy.....	259
Considerações acerca da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Senador Arthur Virgílio.	380	Comentários ao estudo realizado por especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que constatou a diminuição da desigualdade social. Senadora Ideli Salvatti.....	263
		Considerações sobre o estudo realizado por especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que constatou a diminuição da desigualdade social. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.	265
POLÍTICA MINERAL		POLÍTICA SÓCIO ECONÔMICA	
Preocupação com decisão da Justiça Federal de Corumbá - MS, que determinou a interrupção de projeto minero-siderúrgico da Empresa MMX. Senador Delcídio Amaral.....	322	Considerações a respeito da renda básica de cidadania. Senador Eduardo Suplicy.	291
Comentários acerca da decisão da Justiça Federal de Corumbá - MS, que determinou a interrupção de projeto minero-siderúrgico da Empresa MMX. Senador Valter Pereira.....	330	POLÍTICA TRABALHISTA	
		Considerações sobre a Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que determina que para um negócio, ato ou pessoa jurídica seja considerado ilegal, dado o reconhecimento de uma efetiva relação de emprego, será necessária a prévia decisão judicial para que o agente fiscal possa exercer suas atribuições. Apelo no sentido de que a Casa apóie o veto do Presidente Lula à mesma. Senador Paulo Paim.....	241
POLÍTICA PARTIDÁRIA		Realização de audiência pública para debater a Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que envolve a relação de trabalho entre a pessoa jurídica que contrata e a outra pessoa jurídica, a fiscalização desse procedimento e o significado dele. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti	242
Críticas aos integrantes do Partido dos Trabalhadores - PT. Senador Heráclito Fortes.....	265	Considerações sobre o papel das centrais sindicais na preservação das relações de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Tião Viana.	243
Defesa do governo do Presidente Lula, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Eduardo Suplicy.....	266	Apelo ao veto do Presidente Lula à Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que trata da relação de trabalho entre a pessoa jurídica que contrata e a outra pessoa jurídica, a fiscalização desse procedimento e o significado dele. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Jefferson Péres.....	244
POLÍTICA SALARIAL		POLÍTICA SOCIAL	
Alerta para gravidade da greve da Polícia Federal. Senador Magno Malta.....	272	Apelo à Câmara dos Deputados para que agilize a votação da Proposta de Emenda à Cons-	
Apelo ao Governo Federal pela abertura de negociações com a Polícia Federal. Senador Gilvam Borges	392		
Preocupação com a paralisação dos policiais federais, que reivindicam melhorias salariais. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Mão Santa..	393		
POLÍTICA SANITÁRIA			
Preocupação com a falta de tratamento de água e esgoto nos estados e municípios brasileiros. Aparte ao Senador Jayme Campos. Senadora Ideli Salvatti..	383	Comentários acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, que determina a expropriação de terras onde for constatada exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravidão. Aparte ao Senador José Nery. Senador Eduardo Suplicy	262

	Pág.		Pág.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ATUAÇÃO		Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona. Senador Flexa Ribeiro.....	316
Apelo ao Presidente Lula no sentido de que assumira a bandeira das reformas política e tributária. Senador Gilvam Borges.....	68	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Proposta de Emenda à Constituição n° 28, de 2007, que prorroga até 2010 o mandato dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores. Senador Leomar Quintanilha	64
Críticas ao INSS por suspender em Brasília o convênio com os Correios para o pagamento de aposentadorias e pensões, do Estado do Piauí. Senador Mão Santa.....	251	Proposta de Emenda à Constituição n° 29, de 2007, que altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. Senador Jarbas Vasconcelos.....	210
PROJETO DE LEI DO SENADO		Proposta de Emenda à Constituição n° 30, de 2007, que acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Conta e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, e dá outras providências. Senador Renato Casagrande.....	213
Projeto de Lei do Senado n° 184, de 2007, que altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruena na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei n° 5.917, de 1973. Senador Flexa Ribeiro.....	51	REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Lei do Senado n° 185, de 2007, que altera o art. 73 da Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas. Senador Sérgio Zambiasi.....	62	Alerta no sentido de que a classe política assumira a reforma política, que vem sendo feita através de decisões do Judiciário. Senador Neuto Couto..	332
Projeto de Lei do Senado n° 186, de 2007, que autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor. Senador Cristovam Buarque.....	63	REGIMENTO INTERNO	
Projeto de Lei do Senado n° 187, de 2007, que permite a convocação de plebiscito e referendo, mediante decreto legislativo, a partir de proposta originária de iniciativa popular. Senador Sibá Machado.....	184	Críticas ao desrespeito à hora regimental para início da Ordem do Dia. Senador Jefferson Péres.	263
Projeto de Lei do Senado n° 188, de 2007, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos. Senador Eduardo Azeredo.....	189	Comentários acerca do desrespeito à hora regimental para início da Ordem do Dia. Senador Osmar Dias.....	269
Projeto de Lei do Senado n° 189, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins. Senadora Kátia Abreu	208	REQUERIMENTO	
Projeto de Lei do Senado n° 190, de 2007, que altera a Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena. Senadora Maria do Carmo Alves..	315	Requerimento n° 301, de 2007, que solicita que o presente requerimento seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para que providencie, no estrito prazo constitucional, informações referentes aos valores de investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que se destinam ao Estado de Santa Catarina. Senador Raimundo Colombo.....	2
Projeto de Lei do Senado n° 191, de 2007, que concede isenção do Imposto sobre produtos		Requerimento n° 302, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações sobre o Balanço anual de 2003 até abril de 2007 das empresas Braspetro Oil Services Company, Fronape Internacional Company - FIC, Petrobras International Braspetro BV - PIB BV, Petrobras Internacional Finance Company - PIFCO,	

Pág.	Pág.	
Petrobras Netherlands BV - PNBV, Petrobras Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG, e Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS. Senador Tasso Jereissati.	20	
2	Requerimento nº 303, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações sobre dotações orçamentárias e os créditos extraordinários destinados às empresas Braspetro Oil Services Company; Fronape Internacional Company - FIC; Petrobras International Braspetro BV - PIB BV; Petrobras Internacional Finance Company - PIFCO; Petrobras Netherlands BV - PNBV; Petrobras Brasileiro S.A. - PETROBRÁS; Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG; e Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS. Senador Tasso Jereissati.	20
3	Requerimento nº 304, de 2007, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota, pelo falecimento de seu filho Luciano Patriota, ocorrido no dia 3 de abril de 2007, durante cirurgia de doação de rim a sua cunhada, em Caruaru – PE. Senador Arthur Virgílio.....	23
4	Requerimento nº 305, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru pela honrosa classificação entre os 95 municípios brasileiros considerados modelo de Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos. Senador Arthur Virgílio.....	25
4	Requerimento nº 306, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Tendência Consultoria Integrada, pela sua classificação em primeira edição do ano de 2007, do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções. Senador Arthur Virgílio	27
4	Requerimento nº 307, de 2007, que requer a aprovação de Voto de Aplauso para a juíza brasileira, Doutora Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça de Rondônia, pelo seu gesto de bravura ao permanecer acompanhando as eleições presidenciais do Timor Leste mesmo tendo sido vítima de agressão à faca na véspera do pleito eleitoral. Senador Expedito Júnior.	29
19	Requerimento nº 308, de 2007, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Doutor Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, ocorrido em 8 de abril de 2007, em Curitiba – PR. Senador Arthur Virgílio.	31
20	Requerimento nº 309, de 2007, que requer Voto de Pesar e apresentação de condolências à família e à Força Aérea pelo falecimento do tenente aviador da Força Aérea Brasileira, Fernando Wilmers de Medeiros, em acidente com aeronave Tucano da FAB, no dia 4 de abril de 2007. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	33
	Requerimento nº 310, de 2007, que requer Voto de Pesar ao Senhor Alexandre Moreira. Senador Flexa Ribeiro.....	35
	Requerimento nº 311, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002. Senador Mozarildo Cavalcanti.	37
	Requerimento nº 312, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999. Senador Mozarildo Cavalcanti.	39
	Requerimento nº 313, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, por ocasião de sua posse como Ministra do Superior Tribunal Militar, ocorrida no dia 27 de março de 2007. Senador Adelmir Santana. .	41
	Requerimento nº 314, de 2007, que requer o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2002. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	43
	Requerimento nº 315, de 2007, que requer o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2001. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	45
	Requerimento nº 316, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2000. Senador Mozarildo Cavalcanti...	47
	Requerimento nº 317, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001. Senador Mozarildo Cavalcanti.	49
	Requerimento nº 318, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001. Senador Mozarildo Cavalcanti.	51
	Requerimento nº 319, de 2007, que requer o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2000. Senador Mozarildo Cavalcanti...	53
	Requerimento nº 320, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000. Senador Mozarildo Cavalcanti.	55
	Requerimento nº 321, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002. Senador Mozarildo Cavalcanti.	57
	Requerimento nº 322, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2000. Senador Mozarildo Cavalcanti.	59
	Requerimento nº 323, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2001. Senador Mozarildo Cavalcanti.	61
	Requerimento nº 324, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre as implicações decorrentes dos cortes no orçamento daquela Pasta. Senador Arthur Virgílio. ..	63
	Requerimento nº 325, de 2007, que requer Voto de Pesar ao ex-Vereador e radialista, Senhor Eloy Santos. Senador Flexa Ribeiro.	65

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 326, de 2007, que requer que seja encaminhado Voto de Aplauso à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha. Senador Sérgio Zambiasi.....	47	dicamentos de uso contínuo no Estado da Paraíba. Senador José Maranhão.....	176
Requerimento nº 327, de 2007, que requer Voto de Pesar e apresentação de condolências às famílias, em decorrência do acidente com a aeronave que prestava serviços para a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, ocorrido no dia 31 de março de 2007, que ocasionou o falecimento do piloto, Paulo Lopes e do Técnico em Enfermagem, Darciel Santos Carvalho. Senador Mozarildo Cavalcanti . .	48	Requerimento nº 335, de 2007, que requer a necessária autorização para participar de reuniões do Parlamento do MERCOSUL que discutirão a realização da sua primeira sessão legislativa, bem como, temas pertinentes à organização administrativa e ao orçamento do parlamento regional, nos dias 16 e 17 de abril, na cidade de Montevidéu, Uruguai. Senador Geraldo Mesquita Júnior	177
Requerimento nº 328, de 2007, que solicita esclarecimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o PLS nº 215, de 2005, submetido à apreciação desta Casa. Senador Antônio Carlos Valadares.....	48	Requerimento nº 336, de 2007, que requer autorização para o desempenho de missão no exterior, no período de 14 a 24 de abril de 2007, que representa o Senado Federal na Feira de Guangzhou (Canton Fair), que será realizada na cidade de Guangzhou, China, no período de 16 a 22 de abril de 2007, conforme autorização da Presidência da República. Senador Cícero Lucena.....	178
Requerimento nº 329, de 2007, que requer que seja oficiado ao Excelentíssimo Governador do Estado de Minas Gerais, Senhor Aécio Neves, Voto de Congratulações pela formulação e lançamento do Programa Poupança Jovem. Senador Flávio Arns.	49	Requerimento nº 337, de 2007, que requer voto de solidariedade e moção de apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Senador João Pedro.....	180
Requerimento nº 330, de 2007, que requer a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos para se manifestar sobre o PLC nº 82/2006, que “modifica o art. 79 da Lei nº 5.764/71 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social)”. Senador Romero Jucá. ...	50	Requerimento nº 338, de 2007, que requer voto de aplauso à autora televisiva Glória Perez, por ocasião do término da minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”. Senador Tião Viana.	245
Requerimento nº 331, de 2007, que requer a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 82, de 2006, que “modifica o art. 79, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971”, atualmente tramitando na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Senador Romero Jucá.	50	Requerimento nº 339, de 2007, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2007, que “insere o inciso IX, ao art. 1º. da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998”. Senador Mário Couto.....	247
Requerimento nº 332, de 2007, que requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais além das comissões do despacho inicial de distribuição. Senador Expedito Júnior.	50	Requerimento nº 340, de 2007, que requer autorização para desempenho de missão no exterior nos dias 16 e 17 de abril de 2007, em reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul em que se discutirão a realização da primeira sessão legislativa, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Informa, por oportuno, que se ausentará do País para participar dos referidos eventos no período de 15 a 18 de abril de 2007. Senador Sérgio Zambiasi.	311
Requerimento nº 333, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que “acrescenta Capítulo III-A ao Título V da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-43, para dispor sobre a contribuição assistencial e dá outras providências”, seja também distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Marconi Perillo.....	176	Requerimento nº 341, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000. Senador Edison Lobão.....	311
Requerimento nº 334, de 2007, que requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, pedido de informações detalhadas sobre os repasses relativos a me-		Requerimento nº 342, de 2007, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2003, que “institui a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso continuado às pessoas carentes, e dá outras providências”. Senador Aloizio Mercadante.	312
		Requerimento nº 343, de 2007, que solicita informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Senador Magno Malta.....	312

Pág.		Pág.
	SENADO FEDERAL	
	Saudação à delegação de parlamentares espanhóis, da <i>Corte Generale</i> , por sua presença no Senado Federal. Senador César Borges.....	240
313	Requerimento nº 344, de 2007, que requer voto de aplauso ao Economista José Carlos Assis, pelo lançamento, no dia 10 de abril de 2007, do seu livro “Moeda, Soberania e Trabalho”. Senador Arthur Virgílio.....	
313	Requerimento nº 345, de 2007, que requer que seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), feitas a partir de 27 de março de 2006. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	337
314	Requerimento nº 346, de 2007, que requer voto de congratulações ao Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo da Arquidiocese de Vitória da Conquista – BA. Senador Gerson Camata.....	338
	(SUDENE)	
	Defesa da apreciação imediata dos vetos do Presidente Lula à lei que recriou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Senador José Agripino.....	81
235	Lamento pelo resultado de recente pesquisa CNT/Sensus, que mostrou que mais de 90% dos brasileiros percebem o aumento da violência no País. Senador Mão Santa.....	
292	Relato sobre a violência no Estado do Rio de Janeiro. Senador Mão Santa.....	
319	Defesa de Proposta de Emenda à Constituição, que dispõe sobre a criação de um Fundo de Segurança Pública. Senador Marconi Perillo.....	82
	(SUSEP)	
337	Comentários sobre a prisão dos assassinos de jovem empresário no Estado da Paraíba. Senador Cícero Lucena.....	
346	Registro do Manifesto pela Instituição de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida. Senador Romeu Tuma.....	277
401	Comentários ao estudo intitulado “Mapa da Violência nos Municípios”, publicado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para Ciência, Educação e Cultura. Senador Romero Jucá.....	278
	SEGURANÇA PÚBLICA	

Ata da 44ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de Abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes, Paulo Paim,
Mozarildo Cavalcanti, Adelmir Santana, Romeu Tuma e Wellington Salgado de Oliveira

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 10/4/2007 07:40:20 até 10/4/2007 20:30:38

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X		PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X		Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PFL	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X		PSDB	PR	WILSON MATOS	X	
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PFL	SE	MÁRIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						

Compareceram: 76 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 301, DE 2007

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para que providencie, no estrito termo do prazo constitucional, as seguintes informações:

1) Quais os valores de investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que se destinam ao Estado de Santa Catarina?

2) Quais os valores a serem despendidos, qual o detalhamento das fontes de recursos e qual o cronograma de execução para o período de 2007 a 2010?

3) Haverá necessidade de aumento da carga tributária ou do endividamento do setor público para fazer frente aos investimentos do PAC? Caso isso não seja necessário, de que fontes virão esses investimentos?

Justificação

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), recentemente anunciado, está amparado em dois principais eixos: de um lado, contempla amplo conjunto de investimentos em infra-estrutura; de outro, medidas de incentivo ao investimento privado. O PAC tem aspectos positivos: a desoneração tributária de investimentos e o aumento dos gastos públicos em infra-estrutura, mas tem como principal limitação a ausência de medidas mais firmes para reduzir os gastos correntes do setor público.

Assim, se não forem definidas novas medidas para restringir os gastos correntes da máquina pública, a elevação dos investimentos do Governo em infra-estrutura exigirá aumentos da carga tributária ou do endividamento público, reduzindo os recursos disponíveis para investimentos privados, além de di-

ficultar a redução das taxas de juros, desestimulando os investimentos privados.

O PAC pretende aplicar, de 2007 a 2010, R\$503,9 bilhões em investimentos de infra-estrutura, dos quais R\$67,8 bilhões do orçamento do Governo Central. O conjunto de investimentos está organizado nos grupos logística, energia e infra-estrutura social e urbana.

Todavia, o documento de divulgação do Plano é bastante omissivo em informações, pois não traz os valores dos investimentos a serem realizados, nem por Estado nem individualmente, mas apenas por regiões. Dada a suposta relevância do PAC e sua necessária discussão no âmbito do Congresso Nacional, torna-se imprescindível que o Poder Executivo divulgue informações mais completas e detalhadas sobre tais iniciativas.

Ademais, para que o Poder Legislativo possa exercer suas funções constitucionais com amplitude e para que a sociedade conheça mais o denominado PAC, as informações solicitadas destacam-se de grande relevância.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Raimundo Colombo**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 302, DE 2007

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, apresento este requerimento de informações ao Ministro de Minas e Energia, para o fornecimento das seguintes informações:

1 – Balanço anual de 2003 até a presente data das empresas abaixo relacionadas:

- Braspetro Oil Services Company;
- Fronape International Company – FIC;
- Petrobras International Braspetro BV – PIB BV;
- Petrobras International Finance Company – PIFCO;
- Petrobras Netherlands BV – PNBV;
- Petrobras Transporte S.A. – TRANS-PETRO;
- Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS;
- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia–Brasil – TBG;
- Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS.

2 – Documentos sociais (estatuto, contratos sociais e aditivos) relativos às empresas relacionadas no item anterior.

3 – Informações sobre o objeto e as atividades principais desenvolvidas por cada uma das empresas.

Justificação

O Governo Federal editou Medida Provisória nº 338, de 2006, visando a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$7.457.585.977,00, dos quais 94% são destinados ao Ministério de Minas e Energia em favor da própria Petrobrás e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior, entre elas as aqui mencionadas.

Entretanto, não há qualquer informação sobre as vinculações societárias entre a Petrobrás e essas empresas, bem como o desempenho econômico-financeiro das mesmas, que permitam aquilatar a proporção entre a participação societária e os recursos a elas destinados.

Assim, o presente requerimento é absolutamente necessário para instruir objetivamente os debates e a análise que tal matéria merece.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Tasso Jereissati**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 303, DE 2007

Nos termos do disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado, no exercício da competência fiscalizadora do Congresso Nacional, apresento este Requerimento de Informações ao Ministro de Minas e Energia, para esclarecimento sobre os créditos extraordinários destinados a esse Ministério, conforme Medida Provisória 338, de 29 de dezembro de 2006, no período anual de 2003 a 2007, nos seguintes termos:

1 – Quadro consolidado dos valores totais e por empresa estatal, conforme listado abaixo, informando:

1.1 – O Orçamento Anual destinado às seguintes empresas estatais, com a discriminação das receitas (previstas e realizadas) e despesas (fixadas e executadas), bem como de créditos extraordinários no período 2003-2007:

- Braspetro Ou Services Company;

- Fronape International Company – FIC;

- Petrobras International Braspetro BV – PIB BV;

- Petrobras International Finance Company – PIFCO;

- Petrobras Netherlands BV – PNBV;

- Petrobras Transporte S.A. – TRANS-PETRO;

- Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS;

- Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG;

- Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS

1.2 – As fontes de recursos que financiaram as dotações orçamentárias e os créditos extraordinários;

1.3 – As motivações que originaram os créditos extraordinários e dotações orçamentárias de cada uma das empresas no período;

Justificação

O Governo Federal editou Medida Provisória nº 338, de 2006, visando a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 7.457.585.977,00, dos quais 94% são destinados ao Ministério de Minas e Energia em favor da própria Petrobras e suas subsidiárias localizadas no Brasil e no exterior,

Estando a dita MP 338/2006 prestes a ser votada nesta Casa, imperioso se faz tomar conhecimento da real utilização desses recursos e por que os mesmos não foram previstos no momento da elaboração do orçamento anual da Petrobrás e de cada uma das empresas antes mencionadas

Portanto, o presente requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia, se faz indispensável como único instrumento capaz de instruir objetivamente os debates e a análise que tal matéria merece.

Sala das Sessões, 10 abril de 2007. – Senador **Tasso Jereissati**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 304 DE 2007

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota, pelo falecimento de seu filho Luciano Patriota, ocorrido dia 3 de abril de 2007, durante cirurgia de doação de rim a sua cunhada, em Caruaru – PE.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota, pelo falecimento de seu filho Luciano Patriota, ocorrido em 3 de abril de 2007, durante cirurgia de doação de rim a sua cunhada, em Caruaru – PE.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Luciano, por intermédio de seu pai, o Deputado Gonzaga Patriota.

Justificação

O Voto que ora requeiro poderia até ser de aplauso a um jovem de 27 anos, Luciano Patriota, pelo seu desprendimento e amor ao próximo. Ele morreu na mesa de cirurgia, ao doar a uma cunhada um de seus rins. É, também, de solidariedade aos familiares de Luciano, filho do Deputado Gonzaga Patriota. O gesto desse jovem será sempre lembrado como de efetiva doação, não de um de seus órgãos, mas de doação plena e de apreço ao próximo.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 305, DE 2007

Requer Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru pela honrosa classificação entre os 95 municípios brasileiros considerados modelo de Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru, no Amazonas, classificado, pela Fundação Getúlio Vargas, entre os 95 municípios brasileiros considerados modelo de Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do povo de Manaus, por intermédio do Prefeito Municipal, Ex^{mo} Sr. Washington Luís Régis da Silva.

Justificação

Manacapuru, progressista município do meu estado, distante 97 quilômetros de Manaus, acaba de ser incluído entre os 95 municípios brasileiros considera-

dos modelo em Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos. O levantamento é da Fundação Getúlio Vargas e enche de orgulho o povo e os administradores locais, a começar pelo Prefeito Washington Luís Régis da Silva.

O Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado da República é de enaltecimento a uma comunidade brasileira que se destaca no cenário nacional, e até mundial, pelo zelo e pelo trabalho de seus administradores, oferecendo exemplos para o Brasil.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 306, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Tendência Consultoria Integrada, pela sua classificação em primeiro lugar na primeira edição do ano de 2007, do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Tendência Consultoria Integrada, classificada em primeiro lugar na primeira edição do ano de 2007 do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A Tendência Consultoria Integrada classificou-se em primeiro lugar e recebeu o principal troféu do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções, 1ª edição do ano de 2007. Foi a empresa de consultoria que melhor soube estimar o comportamento de sete indicadores econômicos de 2006, num ano, segundo a Agência Estado, “cheio de surpresas, de dólar baixo, de inflação abaixo do centro da meta e de taxas de juros em nível inédito nos tempos do real”. É, pois, merecedora do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 307, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro a aprovação de Voto de Aplauso para a juíza brasileira, Dra. Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça de Rondônia, pelo seu gesto de bravura ao permanecer acompanhando as eleições presidenciais do Timor

Leste mesmo tendo sido vítima de agressão à faca na véspera do pleito eleitoral.

A juíza Sandra Aparecida foi designada para atuar como observadora brasileira nas eleições do Timor Leste e cumpriu sua missão com bravura. Honrou a todos os rondonienses, honrou o Tribunal de Justiça de Rondônia, fez crescer a participação do Brasil na colaboração com a reconstrução da democracia do Timor Leste; e sua atitude foi, sobretudo, uma homenagem à força da mulher brasileira.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Expedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Inscrego, de ofício, o Senador Antonio Carlos Magalhães para uma comunicação inadiável e concedo a palavra como orador inscrito ao Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, o assunto que me traz à tribuna hoje é a X Marcha de Prefeitos, que chegou à Capital e que se encerra na próxima quinta-feira. Já foi confirmada a presença de mais de três mil prefeitos de todo o País.

O Rio Grande do Sul, Sr. Presidente Papaléo Paes, se faz presente nesse evento com a participação de 350 prefeitos de um total de 496. Também participam inúmeros vereadores – alguns me visitaram hoje como, por exemplo, os de Mostarda, que estão aqui pleiteando solução para os problemas da Lagoa do Peixe, e muitos outros.

Os prefeitos, por intermédio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), pretendem apresentar ao Governo Federal uma pauta contendo inúmeras reivindicações, que tem o total apoio deste Parlamentar. Entre as prioridades figuram a liberação de recursos do Fundeb e, naturalmente, a aprovação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios – FPM.

Sobre o Fundo de Participação dos Municípios, Sr. Presidente, é importante frisar que, no ano passado, quando fui Relator da Comissão Mista do Salário-Mínimo, que reuniu 11 Senadores e 11 Deputados, no meu parecer final, pedi à Câmara dos Deputados que

aprovasse a PEC nº 228, de 2004, que aumenta em 1% a arrecadação dos Municípios.

O Senado Federal já fez a sua parte. A Câmara dos Deputados tem que fazer a sua, aprovando a PEC nº 228, de 2004. Não podemos aceitar que mais de uma vez milhares de prefeitos retornem às suas bases apenas com a promessa de que um dia a PEC, aprovada pelo Senado há dois anos, será também aprovada pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, recebi hoje uma delegação de prefeitos do Rio Grande do Sul, que reafirmaram que, se essa situação continuar e a PEC não for aprovada, não terão dúvida em acampar de poncho, mala e cuia, aqui, na Esplanada até que a PEC seja aprovada.

Espero que essa atitude dos prefeitos não seja necessária e que eles voltem para o Sul com as suas reivindicações básicas atendidas, ou, como dizemos lá no Rio Grande, que voltem com a guaiaca bem sortida. E esse sortimento não é dinheiro; é o papel que representa a PEC do FPM.

Os prefeitos, também, pedem, Sr. Presidente, que se agilize a votação de projetos de saneamento e habitação assim como a retomada, de fato, da discussão da reforma tributária e do repasse direto das verbas para cobrir despesas com a descentralização da saúde e da educação.

A realidade é que os municípios estão sobrecarregados de responsabilidades e têm poucos recursos. Isso não é de agora; vem de muito e muito tempo, passando de governo para governo. Só nas últimas duas décadas, os municípios assumiram encargos e atribuições de responsabilidade da União e dos Estados nas mais diversas áreas.

Lembro que, de maneira inversa, a participação dos municípios no bolo tributário nacional diminuiu de 17% para 14%; aumentou a responsabilidade e diminuiu a arrecadação.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, os prefeitos também apontam a necessidade – tenho defendido isso desta tribuna – de um novo pacto federativo, que seria primordial para a solução dos problemas enfrentados não só pelos Municípios como também pelos Estados.

A expressão pacto federativo, a meu ver, envolve duas idéias centrais. A palavra pacto induz à noção de um novo contrato entre as partes. Este depende basicamente de debate permanente, de diálogo, de entendimento e que a instituição garanta a aplicação desse pacto. Por outro lado, o termo federativo nos traz a idéia de repartição, de competência, ou seja, a participação dos Estados e dos Municípios nas decisões em âmbito

federal. Essa nova relação apontaria caminhos para o equilíbrio na distribuição dos recursos e dos serviços a serem prestados pelos três entes da Federação.

Defendo, Sr. Presidente, a descentralização de recursos, mas também de responsabilidades. É preciso que a responsabilidade social seja incluída na discussão do novo pacto federativo. Eu que falo tanto no social não consigo ver um pacto com a letra voltada somente para o econômico e esquecendo o principal, que é o social. Por isso, para mim, o novo pacto federativo tem de ser econômico, sim, mas tem de ser também social.

Os Municípios e os Estados, ao utilizarem os benefícios de um novo pacto, devem elaborar agendas sociais focadas na melhoria de vida e o no bem-estar da população, com o devido corte, eu diria ainda, das diferenças. Sou daqueles que insiste muito que, na hora de distribuição dos tributos da União, é preciso que sejam destinados efetivamente aos Estados e Municípios que dão o corte das diferenças.

Sr. Presidente, esse federalismo social pode se transformar em realidade, a partir do momento em que destinarmos as nossas energias para superar os limites que nos desumanizam. Isso significa respeitar os direitos humanos, garantir o acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à terra, à liberdade, à alimentação, à moradia, à segurança, à informação e à preservação do meio ambiente – falava-me agora mesmo aqui um vereador de Mostarda. Por isso, defendemos, Sr. Presidente, um pacto federativo com responsabilidade social.

Gostaria ainda de levantar uma questão que, mais cedo ou mais tarde, teríamos de encarar: a importância dos municípios que fazem fronteira com os países que compõem o Mercosul. Entendemos que esses municípios não podem tornar-se apenas meros corredores de passagem. Somos favoráveis a uma integração completa – e isso requer uma programação em conjunto de medidas por parte dos governos dos países que compõem o nosso Mercosul –, mas é bom lembrar, Senadores Tião Viana, Papaléo Paes e Augusto Botelho, que não são apenas os municípios fronteiriços que terão de discutir o Mercosul; é preciso que todos os outros participem desse debate, pois a dimensão econômica e social do Mercosul para o Brasil é muito grande, da mesma forma como também o é para os outros países do sul da América.

Faço esse discurso, Sr. Presidente, em homenagem aos prefeitos do nosso País que fazem essa décima marcha a Brasília.

Senador Tião Viana, eu dizia que seria muito bom que a Câmara aprovasse a PEC do FPM. Nós a

aprovamos aqui, no Senado, e está na Câmara. Seria bom que se fizesse um debate, ver onde está pegando e que pudéssemos ver esses prefeitos que estão aqui... Eu dizia que, do Rio Grande do Sul, de 496 municípios, quase 400 estão aqui, e uma das propostas principais é o aumento de 1% que dará um fôlego para os municípios.

Com alegria, concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, o aparte que me concede. De fato, V. Ex^a cumpre à risca esse desafio que é ser Senador da República e representar a Unidade Federada; aqui somos a Casa da Federação e temos o dever de partilhar esse debate e essa responsabilidade de uma redistribuição da receita nacional. Quando V. Ex^a advoga em nome do Rio Grande do Sul, está falando em nome de todos os prefeitos do Brasil, porque conheço a dimensão do seu mandato e sei que ele alcança todas as regiões e fala em uma revisão da concentração da riqueza ou da receita, melhor dizendo, nas mãos da União. Temos clareza de que a reforma tributária de 1967 foi de uma crueldade e de uma violência ímpar na história republicana no que diz respeito a subtrair o poder de arrecadação e de receita dos Estados e dos Municípios. Passada a fase da Ditadura, tivemos ainda a União crescendo, em ânsia de concentrar recursos, e, agora, esse modelo está exaurido e fadigado. Muitos prefeitos mostram que, dificilmente, terão condições de pagar o seu décimo terceiro, os governos estaduais vivem situações difíceis. Eu acho que, com a grandeza de estadista que tem o Presidente Lula, ele saberá olhar para esse movimento, saberá repactuar essa relação. Evidente que não se pode, abruptamente, querer seqüestrar aquilo que é da União, mas fazer uma repactuação para uma progressiva desconcentração das receitas para a União é o dever de um estadista. E eu tenho certeza, como V. Ex^a, de que o Presidente Lula saberá tratar à altura esse tema e entenderá a justa reivindicação dos prefeitos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, V. Ex^a enriquece o meu pronunciamento e, com a autoridade que tem de Vice-Presidente desta Casa, lembra aqui que o Presidente Lula está sensível a esse debate, está olhando a realidade dos Estados e dos Municípios.

Ouvi recentemente uma declaração do nosso Governador Marcelo Deda que demonstrava preocupação na mesma linha de V. Ex^a e que tinha muita esperança, de forma que essa sensibilidade mostra-

da aqui pelo Senador Tião Viana é a sensibilidade do Palácio do Planalto.

Quero só concluir, Senador Tião Viana, dizendo que amanhã eu falarei aqui da Emenda nº 3. Acho que a posição do Presidente Lula foi exemplar, e na conversa que teve conosco naquele jantar, ele fez um apelo para que os Senadores colocassem sua posição. A minha posição – estou preparando o pronunciamento de amanhã – vai na linha de defender o veto do Presidente, da forma que fez. Hoje as centrais sindicais e confederações em todo o País fazem manifestações, e farão também amanhã, a favor do veto do Presidente Lula à Emenda nº 3. Resumindo, sobre isso falarei amanhã, mas tenho a dizer que, se a Emenda nº 3 fosse mantida e o Presidente não tivesse vetado, nós íamos acabar com a fiscalização no local de trabalho. Não teríamos mais fiscalização. Essa é a questão de fundo.

Conversei muito com o Tales hoje, que é um especialista nessa área – todos o conhecem bem –, e ele me sugeriu alguns subtítulos importantíssimos. Disse-me que a questão de fundo é que, se não for mantido o veto do Presidente e construída uma alternativa, acabar a fiscalização no local de trabalho por parte dos fiscais do Ministério. Será a lei do cão. Quem quiser terá de impetrar uma ação que pode demorar até oito anos, correndo o risco de ser demitido já no terceiro dia, assim que o empregador ficar sabendo.

Senador Augusto Botelho, gostaria muito de ouvir o aparte de V. Ex^a, mas sei que o meu tempo esgotou. Então, encerro agradecendo a tolerância do Presidente, que está a me avisar que deu a V. Ex^a um minuto para que possa proferir o aparte. Este último minuto será seu.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Paulo Paim, a sugestão de V. Ex^a de dar andamento ao projeto vai de encontro à necessidade das pessoas. Onde vivem as pessoas: no Estado, na Nação ou no Município? No Município. Temos de melhorar a distribuição das riquezas do País, fazendo chegar mais dinheiro aos Municípios, que trabalham diretamente com as pessoas. Os custos de obras nos Municípios, as ações são bem menores do que as feitas diretamente de cima para baixo. Sou de Roraima, Estado que até pouco tempo era um território. Sabemos que isto é uma verdade: o País deve delegar poder aos Municípios.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Augusto Botelho. Se alguém nos perguntasse, todos diríamos que somos municipalistas.

Eu sou municipalista. Ser municipalista é votar políticas de fortalecimento dos Municípios.

Apelo à Câmara dos Deputados que votem a PEC do FPM. Vamos garantir pelo menos mais 1% para os Municípios!

Presidente Papaléo Paes, mais uma vez agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago um assunto que diz respeito ao meu Estado e também à política nacional, já que se trata de uma matéria veiculada pela revista *Veja*, do último final de semana, apontando duras e injustas críticas ao ex-governador Jorge Viana, quanto à política florestal dentro do Estado do Acre. Política essa que envolve a economia florestal tão almejada por nós, da Amazônia, e que teve, durante oito anos de gestão do governador Jorge Viana, absoluta responsabilidade, sensibilidade, aquilo que era uma causa de vida sua, como um jovem idealista que fez o curso de engenharia florestal dentro da Universidade de Brasília, militante do movimento estudantil, entendendo a política de sustentabilidade, alguém que caminhou e trilhou momentos extraordinários na vida, ao lado de Chico Mendes, de Marina Silva e de outros companheiros da luta ambientalista propriamente dita, a favor de um mundo mais responsável com a política ambiental, mais responsável com a Amazônia.

O governo Jorge Viana conseguiu extrapolar suas próprias fronteiras, num grande e virtuoso debate sobre a responsabilidade sócio-ambiental que deveriam ter os governantes do Brasil e do mundo com a questão amazônica. Infelizmente, foi vítima, por uma questão parece que muito mais da melancolia individual de um profissional da imprensa, fruto da desinformação profissional, da ausência de conhecimento básico mínimo sobre a observação estatística que fez uma matéria crítica, ácida, querendo apenas denegrir a imagem do ex-Governador Jorge Viana.

Respeito a revista *Veja* pela sua história, sua tradição com o jornalismo e com a democracia brasileira. Ela deu contribuições excepcionais na luta pela ética, pela liberdade democrática, por um Brasil efetivamente melhor. Mas, infelizmente, a linha editorial da revista, ultimamente, tem se apegado muito mais ao denunciamento, à inquietação com aqueles que podem ter um projeto próprio, um projeto de governo, um projeto de

Estado. Qualquer motivação que permita acusar, que permita o denunciamento tem sido veiculada com muita força pela revista *Veja*. Isso tem trocado o jornalismo do conteúdo, com uma visão muito mais tranqüila, muito mais independente, com a responsabilidade que devem ter os meios de comunicação, por uma onda de ataques e agressões a algumas pessoas.

Não é a primeira vez que estamos vendo um ataque direto à figura do ex-Governador Jorge Viana. Talvez por este momento de transição política, de recomposição de governo, alguém, com má intenção, esteja influenciando o jornalista sediado no Estado do Pará, a mais de dois mil quilômetros de distância do Estado do Acre. Sem ter ido ao Acre, sem ter ouvido os argumentos do ex-Governador Jorge Viana e das pessoas responsáveis pela política ambiental e florestal do Estado, ele resolveu fazer um ataque gratuito, sem qualquer medida de responsabilidade jornalística.

Só tenho a lamentar. Prefiro ficar com o respeito à linha editorial da revista *Veja*, aos seus desafios para contribuir com a democracia, com o grande debate nacional, com a verdade jornalística. Mas é assim: não vivemos apenas observando acertos. Às vezes, também temos que ponderar sobre os ataques.

Passo a ler, inicialmente, uma nota do Governador do Estado, Binho Marques, com o seguinte teor:

Nota à revista **Veja**:

Em respeito aos leitores da revista *Veja*, o Governo do Estado sente-se obrigado a esclarecer as informações apresentadas pelo jornalista Leonardo Coutinho na matéria publicada no último final de semana. Não é a primeira vez que o jornalista busca atacar o ex-Governador Jorge Viana. Em setembro de 2003, *Veja* utilizou dados preliminares do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para afirmar que na gestão de Jorge Viana teria ocorrido o maior desmatamento da história do Acre.

Depois de esclarecimentos inclusive do próprio Inpe, sete meses depois, a revista publicou nota reconhecendo o erro.

Na última edição da **Veja**, novamente o jornalista se apressa em afirmar, baseado em pesquisas do Imazon – contratado pelo próprio Governo do Estado”, na gestão ainda de Jorge Viana, “para servir de base à política ambiental – que o desmatamento do Acre aumentou na gestão de Jorge Viana, buscando desqualificar novamente os trabalhos em defesa da floresta no Estado do Acre.

De forma apressada, faz uma soma simples das áreas desmatadas nos oito anos do Governo da Floresta e chega à conclusão de aumento de 42% de área

desmatada. Com esse dado bruto e sem uma avaliação adequada, o jornalista decreta a suposta incapacidade da política praticada nos últimos oito anos para conter o desmatamento no Acre.

Primeiramente, é preciso esclarecer que, para realizar uma avaliação mais precisa, devemos levar em consideração não o valor bruto de desmatamento, mas o valor do incremento anual, e compará-lo com a média da Amazônia. O incremento do desmatamento no Acre, nos últimos oito anos, foi abaixo da média da região. Tanto é assim que a contribuição do Acre no desmatamento da região é de apenas 3%”. Três por cento, Sr. Presidente.

A média baixa do ritmo de incremento do desmatamento do Acre é ainda mais significativa (0,40% – média anual dos últimos oito anos) se levarmos em consideração que, nesse mesmo período, no Acre ocorreu um dos maiores investimentos públicos de toda a história, com melhoramento da infra-estrutura rodoviária (asfaltamento da BR-317 e obras de pavimentação da BR-364), ampliação do crédito rural (de 89 a 98, R\$56,4 milhões e de 99 a 2006 mais de 314,5 milhões), crescimento do rebanho bovino no mesmo período de 416% (de 900 mil reses para 2,4 milhões) e crescimento da população rural de 14,9%: mais de 24 mil pessoas buscaram a área rural numa migração inversa. Mesmo com esse incremento econômico, a interferência no ritmo de desmatamento foi menor que em outras regiões da Amazônia.

Foram criados planos de desenvolvimento sustentável para as áreas de abrangência das estradas pavimentadas: as áreas de unidades de conservação aumentaram mais do que o dobro (2000 a 2006 houve ampliação de 2,7 milhões de hectares, um incremento de 105% na área de conservação). Foram criadas três florestas estaduais para manejo sustentável (85% das madeiras comercializadas hoje no Acre são manejadas)”. Elas têm selo verde e têm responsabilidade ambiental, porque essa é a política do Governo.

A afirmação sobre o Seringal Nova Esperança e sobre a Reserva Indígena precisa ser melhor detalhada ao leitor. O seringal Nova Esperança é uma área recentemente incorporada às unidades propostas pelo Zoneamento Ecológico, onde o percentual de desmatamento de 36% refere-se à área desmatada antes de se tornar uma unidade de conservação. Em relação à terra indígena, é preciso dizer que ela foi criada há décadas como uma colônia rural indígena com apenas 200 hectares e com uma população de mais de 60 pessoas, cerca de 3 hectares por pessoa.

A floresta é uma referência importante para o desenvolvimento econômico no Acre. É com ela que o povo aprendeu a ter um novo olhar na relação entre o homem e a natureza. Foi com a floresta que surgiram nossas maiores lideranças: Marina Silva, Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Jorge Viana. É preciso que o Brasil saiba disso e que os comunicadores revelem essa verdade.

A nota é assinada pelo governador do Estado, Binho Marques.

Sr. Presidente, tenho aqui uma nota do Secretário de Meio Ambiente do Acre (Sema) e Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), em que ele diz o seguinte:

“Em setembro de 2003, *Veja* publicou uma matéria em que acusava o Governo da Floresta de promover o maior desmatamento da história do Acre – *O Crime da Motosserra*.” Esse era o título da matéria. “Logo em seguida, ficou comprovado pelo próprio Inpe (em cujos dados se baseava a matéria) que a interpretação apresentada pela reportagem foi construída a partir de um erro de leitura das imagens de satélites por parte do próprio Inpe. A revista, somente sete meses depois, reconheceu o erro e, na seção chamada ‘Holofote’, publicou uma irônica nota de retratação, em sua edição de 21 de abril de 2004, com o título ‘A Batalha dos Bambuzais’: ‘Um relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), publicado no ano passado, apontou a administração do Governador Jorge Viana como a que mais desmatou o Acre. Viana, que batizou sua gestão como o Governo da Floresta, ficou enfurecido com o documento. Desconfiou que o Inpe estava errado e exigiu uma auditoria dos dados. O resultado saiu na semana passada. Viana tinha razão. Os satélites confundiram bambuzais nativos com áreas devastadas’.

Então, essa é a maneira de correção de uma injustiça, de um juízo de valor equivocado, pautado em erros primários de interpretação por parte do jornalista. E agora se repete mais uma onda de ataques em relação à figura do Governador Jorge Viana.

Sr. Presidente, com a implantação do manejo florestal sustentável; a criação de mais de dois milhões e seiscentos mil hectares de novas unidades de conservação distintas; a realização de duas versões do zoneamento ecológico, econômico; a efetivação do

etnozoneamento em terras indígenas; o significativo investimento em obras de infra-estrutura, com investimentos em áreas de saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento sustentável, muito se tem trabalhado, no Estado, a fim de que se conceba um novo modelo de desenvolvimento.

Todos que conhecem a área de mudança de comportamento, de uma cultura de desenvolvimento, sabem que aquele modelo equivocado, primário, de devastação que vivíamos na Amazônia precisa de um prazo para sua readequação. É necessário mudar a cultura do trabalhador rural e a sua consciência ambiental. Isso será a médio ou longo prazo para qualquer cidadão.

Esse é o desafio incorporado há oito anos pelo Governo Jorge Viana e que tem sido tratado com absoluta honestidade intelectual, transparência e responsabilidade política. Então, parece grave que a revista *Veja* tenha desenvolvido esse raciocínio.

Veja V. Ex^a o seguinte: “Em segundo lugar”, diz o Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre, “dizemos que se trata de uma leitura superficial e tendenciosa dos dados de desmatamento, na medida em que os dados apresentados na matéria não são comparados com o histórico do desmatamento no mesmo período para os Estados da Amazônia. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe (que acompanha a variação do desmatamento na Amazônia anualmente e nos permite fazer esta comparação), neste mesmo período o Acre respondeu em média por apenas 3%, enquanto Mato Grosso, Pará e Rondônia representaram juntos 90% de todo o desmatamento”.

Veja V. Ex^a que o jornalista tira do foco qualquer queixa, qualquer observação crítica aos responsáveis por 90% do desmatamento na Amazônia, e foca uma crítica ácida e injusta, diria até inconseqüente, a um Governo que teve participação decrescente, em termos de curva de ocupação, da área florestal, e de apenas 3%.

Então, é difícil entender que possa ter esse tipo de conduta editorial alguém vinculado a uma revista que tem história com a democracia brasileira, com o jornalismo correto e com a responsabilidade pela verdade profissional.

Concedo um aparte à Senadora Fátima Cleide.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Tião Viana, não pude deixar de vir aqui dar o meu aparte, para falar da nossa solidariedade ao nosso querido ex-Governador Jorge Viana, a *V. Ex^a*, ao Senador Sibá Machado e à Ministra Marina Silva, que,

por consequência, são todos atingidos, assim como também a população do Estado do Acre e o nosso atual Governador, Binho Marques. Quero dar o meu testemunho. V. Ex^a sabe, Senador Tião Viana, que vivemos em Rondônia uma forte animosidade, por parte da classe política rondoniense, com relação à proposta de desenvolvimento sustentável implementada, diga-se de passagem, com brilhantismo e jovialidade, pelo ex-Governador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Jorge Viana.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Sim; Jorge Viana. Desculpe-me o lapso – é um desejo de futuro! Querido Senador Tião Viana, quero dar um testemunho de que essa animosidade em Rondônia, mesmo daqueles que, durante a vida inteira, falaram mal do Estado do Acre, não existe mais. Afirmando isso por conta de depoimentos que ouvi, há menos de um mês, numa reunião da Bancada Federal de Rondônia com todos os Deputados Estaduais e com a presença do Governador.

Todos que se manifestaram com relação ao Acre foram unânimes em dizer: “O Acre cresceu. O Acre hoje é um Estado que causa orgulho aos acreanos”. Na hora, até, um amigo meu me mandou uma mensagem brincando, dizendo: “Poxa vida, acabou a guerra entre Acre e Rondônia”. Estou citando esse fato, Senador Tião Viana, para dizer o quanto são covardes essas afirmações feitas pela revista **Veja** e o quanto têm de desconhecimento, de fato, porque quem passa pelo Acre, como eu passei no dia 4 de dezembro de 2006, cruzando de Rio Branco a Brasília, entrando em Xapuri, em todos os Municípios, percebe no rosto dos acreanos e das acreanas a felicidade e o orgulho de viver naquele Estado, de ser reconhecido como cidadão, como cidadã. Então, só quem não anda por dentro daquelas matas, para conhecer o povo acreano de fato, poderia dizer palavras tão cruéis com respeito à administração do Governador Jorge Viana. Eu quero aqui, mais uma vez, além da minha solidariedade, parabenizar tanto a administração estadual quanto os parlamentares do Acre, porque trabalham de forma unânime pelo desenvolvimento daquele Estado. Hoje, mesmo a Oposição no Acre já se vê que assimilou a idéia e a concepção do desenvolvimento sustentável. Então, parabéns pelo seu pronunciamento. Receba o nosso abraço de solidariedade, sempre irmanado no mesmo objetivo, que é o crescimento e o desenvolvimento do povo da Amazônia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Fico fortemente sensibilizado ao ouvir as suas palavras de mui-

to respeito, Senadora Fátima Cleide, por ser V. Ex^a de um Estado vizinho que observa e conhece a vida do desenvolvimento que o Acre vem tentando estabelecer. Sei da responsabilidade que V. Ex^a tem em assumir a defesa de um Estado com compromisso sócio-ambiental, como é o caso de Rondônia, que tem um grande futuro e um grande desafio pela frente, e tem que saber usar os seus recursos naturais e as suas potencialidades econômicas para encontrar o seu caminho do desenvolvimento.

Temos um Estado vizinho, o Amazonas, que encontrou como fonte de sobrevivência de sua malha florestal a Zona Franca, um pólo industrial, a utilização de derivados fósseis do petróleo, e achou o seu caminho. Nós não temos minério, a não ser que tenhamos o petróleo ou o gás, derivados, não temos um pólo industrial e temos que encontrar floresta para viver e tentamos fazê-lo com equilíbrio. A fonte de vida das futuras gerações depende da sabedoria do uso sustentável que governos atuais possam exercer. Essa é a lógica que está vinculada ao Governo Jorge Viana hoje.

Tenho certeza de que faltou responsabilidade profissional e honestidade intelectual na interpretação dessa matéria. Se o jornalista tivesse saído de Belém, ouvido o outro lado da história, certamente, teria uma opinião muito mais sensata e muito mais equilibrada. Mas a vida é assim: nem só de reconhecimento se vive, e temos que ter muita tranquilidade para tratar dessas questões.

Antes de conceder um aparte ao Senador Papaléo Paes, eu só lembraria que, ao assumir o Governo Jorge Viana, tínhamos em torno de 10% da área florestal do Estado utilizada. Hoje, oito anos após, ele entrega o governo com uma oscilação entre 10 a 11% da área florestal do Estado utilizada, sendo que o PIB do Acre quase triplicou nesse período de oito anos, as obras de infra-estrutura foram marcantes e a política florestal assumiu com grandes áreas de preservação, garantindo, hoje, 45% do território do Estado do Acre para áreas de conservação e áreas de proteção ambiental.

Isso demonstra uma resposta cabal às afirmações e às insinuações desse jornalista.

Senador Papaléo e Senador Sibá, ouço V. Ex^{as}, já não abusando do tempo do Presidente Paulo Paim.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Tião Viana, quero prestar minha solidariedade ao Governador Jorge Viana e a V. Ex^a também e dizer que o Brasil todo reconhece o modelo político liderado pelo Governador Jorge Viana. Infelizmente os nossos Estados, por serem mais distantes dos grandes centros do País, sofrem rigorosamente discriminações, as quais

se traduzem por matérias como essa, veiculada por uma revista muito respeitada por todos nós. Porém, não obstante o respeito, não podemos deixar de fazer o nosso sinal de alerta à revista para que ela tenha mais cuidado com essas matérias, porque elas tentam realmente denegrir um Estado, denegrir um grupo político importante para o País; e isso nós não podemos aceitar. Somos testemunha de que o Acre, assim como o Estado do Amapá, é muito responsável com a sua natureza, com a sua mata, com a sua floresta, e nós damos exemplos para todo mundo dessa responsabilidade. Por isso, deixo registrada minha solidariedade a V. Ex^a, para que a transmita ao Governador Jorge Viana, de quem tive oportunidade de ser contemporâneo, na época em que eu era Prefeito de Macapá e S. Ex^a. de Rio Branco. Conheci, desde então, todos os propósitos do ex-Prefeito de Rio Branco e Governador do Acre, e sei que, logicamente, o seu estilo político, a sua determinação política para o crescimento do seu Estado estabeleceu-se exatamente pelo novo modelo que ele instalou, juntamente com seu grupo – e V. Ex^a é um componente importante desse grupo –, fazendo até, como relatou a Senadora Fátima Cleide, com que a Oposição viesse a se adaptar a essa nova maneira de se fazer política, que é aquela que desejamos para todos os brasileiros. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Papaléo Paes, agradeço muito a V. Ex^a, que mora no outro extremo da nossa Amazônia. Sei o quanto V. Ex^a deseja, como nós, o desenvolvimento humano do seu Estado; sabe da necessidade de darmos qualidade de vida e inclusão social às nossas populações, mas sabe também da responsabilidade sócio-ambiental que deve nortear as nossas políticas. É isso que alguns não entendem. Pensam que estamos na época em que era apenas chegar com uma motosserra, destruir as árvores, destruir o meio-ambiente, tocar fogo e colocar gado no local. Não é isso mais. A época do “velho oeste norte-americano” que era concebido para a Amazônia mudou. Hoje entendemos a floresta viva, como fonte geradora de riqueza e inclusão social. Há lugar para a pecuária, há lugar para o seringueiro, há lugar para o castanheiro, há lugar para o pescador, há lugar para o pequeno agricultor, há lugar para o ribeirinho, há lugar para todo mundo. Agora, com inteligência e responsabilidade de desenvolvimento sustentável, que é o que norteia o seu pensamento e o do nosso Estado.

Concedo, já, não abusando do tempo do Presidente, um aparte ao nobre Senador Augusto Botelho, do Estado de Roraima, que também é outra ponta da Região Amazônica e tem suas responsabilidades com a política ambiental. Antes de ouvir S. Ex^a, que também é médico, quero dizer algo ao Senador Papaléo Paes.

Lendo essa revista e vendo a interpretação estatística do jornalista Leonardo Coutinho, lembrei que, há 25 anos, quando eu era estudante de Medicina, debatia uma afirmação de Carlos Rodrigues Brandão, um professor de estatística médica e escritor de livros médicos. Ele dizia que, às vezes, alguns pensam que estatística é o seguinte: eu como um frango e meu vizinho não come nenhum frango ao dia; portanto, eu e meu vizinho comemos meio frango ao dia. Então, esse tipo de análise estatística não cabe para quem tem responsabilidade com a informação e com a análise jornalística.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Tião Viana, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e com seu irmão, Jorge Viana. V. Ex^a explicou bem os equívocos que tem a reportagem. Eu gostaria também de ressaltar, neste momento, que o Estado do Acre, durante o período de governo do seu irmão, possibilitou o acesso à universidade em todos os Municípios desse Estado. Eu participei da inauguração do Hospital Universitário, onde funciona a Faculdade de Medicina, um hospital de alto padrão, de qualidade e de técnica. Inclusive, participei do programa de saúde do interior que V. Ex^a faz lá, em Manoel Urbano. Então, sei que o Governador Jorge Viana não merece as calúnias que está sofrendo. Tenho certeza de que o povo acreano reconhece que o trabalho dele foi feito em prol do povo do Acre. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que incorpora a responsabilidade que temos em alertar a revista sobre o equívoco cometido. Seguramente, isso não significa diminuir a responsabilidade que a imprensa e a revista têm com o jornalismo brasileiro e com a boa informação, meu caro Senador Augusto Botelho.

Ressalto um fato: imaginem o que foi inverter a lógica da ocupação urbana e aumentar a ocupação rural em 14,9%. Isso não é fácil, principalmente aqui, onde todas as fontes de atração urbana levam o homem do campo a abandonar sua origem e sua cultura e ocupar as favelas das periferias das cidades. Nossa responsabilidade tem sido, ao contrário, a reocupação rural a partir de uma lógica de sustentabilidade e responsabilidade com a economia florestal da nossa região.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado e, a seguir, ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, ontem, ao chegar ao plenário, eu soube da nota da revista *Veja* e tomei a liberdade de ligar para o Governador Jorge Viana, que ponderou bastante. Eu esperava que ele tivesse revelado suas razões e sua versão para o caso, para que pudéssemos ouvi-lo em primeiro lugar. Há pouco, eu estava em um com-

promisso e ouvia V. Ex^a pelo rádio. Além do que V. Ex^a já falou, eu queria lembrar apenas mais dois dados. Primeiramente, foi o próprio Governador Jorge Viana quem contratou o trabalho do Imazon, no qual a revista *Veja* se embasa para fazer a matéria.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E quem inseriu no zoneamento econômico e ecológico do Estado um estudo para subsidiar o freio no desmatamento que tem incomodado, nesses últimos oito anos, o nosso Governo, pelo seu passado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Ele tomou uma precaução, porque o Inpe faz uma leitura de um para 250 mil. Portanto, o Inpe só pode observar desmatamentos com mais de seis hectares, e o Governador estava preocupado com os desmatamentos que pudessem ter menos do que isso. Os dados do Imazon trabalham com um foco de um para 50 mil, podendo detectar desmatamentos de até meio hectare, permitindo-se fazer uma política pública e de orientação. O trabalho do Governador foi no sentido de sempre negociar com o setor produtivo para que pudesse haver uma redução negociada de desmatamento no Estado. Apesar de todos os problemas na pecuária do Acre, o setor adotou significativos avanços tecnológicos, a ponto de haver um aumento de quase 100% no número de reses no Estado sem que se aumentasse o desmatamento. Então, a *Veja* realmente cumpre um papel muito ruim, distorcido, gerando uma imagem negativa para a revista, porque não cria uma imagem negativa para o Governador, e nós estamos aqui como testemunhas oculares do que ocorreu em nosso Estado, cientes das nossas responsabilidades. Então, deixo, evidentemente, minha solidariedade. Quero até agradecer aos demais colegas por essa solidariedade prestada ao Governador Jorge Viana, de quem nasceu a tese que criou a gestão de florestas públicas e tantos outros investimentos e experiências que o Governo Federal está hoje aproveitando. Parabéns pelo pronunciamento, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, um guardião desse modelo, desse projeto político do Estado. Inopor o seu aparte com muita alegria.

Lembro, lamentavelmente, antes de passar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que o ponto que mais causou surpresa na revista foi que a matéria, dura, negativa, contrária à imagem do Governador Jorge Viana, não apresentou o cuidado preliminar de qualquer jornalista: ouvir a opinião do acusado. Ele não foi procurado pela revista para ser ouvido. Como se pode respaldar esse tipo de comportamento jornalístico numa revista da grandeza e da contribuição histórica com a democracia e o jornalismo como a *Veja*?

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Prezados Senador Tião Viana, li a matéria na revista *Veja* e quero, antes de tudo, dar o meu depoimento sobre a revista. Eu a considero uma publicação do melhor nível, com enorme repercussão na vida nacional. Portanto, o que ela diz tem um peso muito grande, pois se trata de revista equilibrada e corajosa na hora da denúncia. Ela procura checar suas denúncias, é noticiosa e nos informa o tempo todo sobre o que se passa no mundo e no País. Sou um admirador do trabalho que os Civitas fazem na revista *Veja*. Quanto à matéria, porém, considere estranho o fato de não ser ouvido o ex-Governador Jorge Viana, que jogou tanto peso na questão ecológica, inclusive indicando a Ministra Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente, onde ela exerce papel polêmico e conta comigo, não raramente, como seu aliado preferencial, como brinco dizendo a ela. Hoje parece estar mais claro que ela, eu e tantos outros temos tido mais razão do que parecia há tempos atrás. Hoje se fala muito vulgarmente em aquecimento global; antigamente parecia que queríamos deter o progresso. Então, vejo que parece, no mínimo, uma incoerência. Não tenho ido ao Acre, mas me parece, no mínimo, uma incoerência. Se o Governador Jorge Viana centrou peso na luta contra os desmatamentos, se centrou peso na teoria, que procurou explicitar no seu Governo, de desenvolvimento sustentável, se centrou peso nas ações que se federalizaram com a nomeação da Ministra Marina Silva, tenho a impressão de que há, no mínimo, de se ter essa conversa, esse diálogo com essa revista tão respeitável de modo a se dar ao Governador Jorge Viana a oportunidade de explicitar o que pensa e o que fez, para que a opinião pública chegue à conclusão final. Vejo que V. Ex^a cumpre aqui o dever de irmão, um pouco, de partidário, muito, e de acreano e vem à tribuna, com a clareza de sempre, para expor os seus pontos de vista. Eu lhe digo que, depois de oito anos, indo para o nono ano de governo do PT no Acre – oito anos com Jorge Viana e agora com o Governador Binho Marques, indo para a primeira metade do seu primeiro ano –, acho improvável que defeitos não sejam achados. É provável que erros não tenham sido cometidos, é provável que a exaustão de certas madeiras não se verifiquem já – é da natureza e da vida democrática –, mas, para mim, seria uma surpresa muito grande se as vulnerabilidades estivessem na questão ecológica, porque foi precisamente esse o carro-chefe de toda a campanha, de toda a pregação do líder do seu grupo lá, que é, precisamente, o meu amigo e seu irmão Jorge Viana. Por isso, imagino que a revista vai abrir oportunidade para que ele exponha seu ponto de vista, estabelecendo-se, assim, o equilíbrio que dê à opinião pública o direito de julgar por ela própria o que pensa certo e errado. Estou aqui acompanhando com atenção e

com respeito o pronunciamento de V. Ex^a, que merece enorme crédito nesta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que é uma personalidade da política brasileira que tem muito a contribuir com a região amazônica e com o Estado do Amazonas por conhecer a nossa realidade e falar com muita propriedade sobre o tema.

Veja V. Ex^a que minha primeira afirmação foi pautada exatamente no respeito à história da revista *Veja* e à responsabilidade que ela tem com a democracia brasileira. Ressaltei isso na minha primeira afirmação. Agora, eu não poderia deixar de sair em defesa de uma política de governo que todos conhecemos, de cuja responsabilidade não temos dúvida alguma, nem do componente sócio-ambiental que a norteia.

Veja que, em 2003, o mesmo jornalista fez uma matéria pautada numa informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ela foi corrigida pelo próprio Instituto, que mostrou que ele estava equivocado quanto à análise que tinha feito, mas somente sete meses depois é que foi feita a correção.

Agora, espero que ocorra a mesma coisa, que a revista abra a sua linha e a sua conduta editorial, que são sempre muito respeitáveis e importantes para a democracia e garanta a devida correção para essa matéria.

O Governador Jorge Viana não foi ouvido para emitir a sua opinião. Imaginem o que foi a coragem de contratar um instituto para rastrear qualquer tipo de componente de utilização da floresta para quem usasse menos de seis hectares, como disse o Senador Sibá Machado.

O Inpe só estuda acima de um para 250 mil. Reduzimos para seis hectares. Imaginem que há 40 mil pequenos produtores que precisam sobreviver e todo ano têm de utilizar uma parte da floresta para sua sobrevivência. A luta obsessiva do Governo é mudar a vocação e a cultura econômica do Estado de utilização da floresta, para que se preserve e assegure a recuperação da malha florestal do Estado como compromisso de vida de um projeto de Estado.

Então, são esses equívocos que me parecem estar em jogo nessa matéria.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Já concluo, Senador Paulo Paim, com o aparte do Senador Suplicy, para não abusar da tolerância democrática de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo, Senador Tião Viana, pela forma como trata esse tema. V. Ex^a, obviamente, é mais do que um irmão para o Governador Jorge Viana – sou testemunha disso. Então, V. Ex^a, de uma maneira muito equilibrada,

traz os elementos para que a revista **Veja** possa, pelo menos, fazer aquilo que normalmente seria o esperado, dada a sua tradição de jornalismo considerado tão sério neste País. A revista **Veja**, por vezes, tem feito matérias muito duras sobre o Governo do Presidente Lula, sobre o Partido dos Trabalhadores. Mas, ao longo da história, tantas vezes foram aquelas em que nós mesmos, do Partido dos Trabalhadores, nos baseamos em reportagens da revista para trazer aqui ao Plenário do Senado informações importantes. Ainda neste número da revista **Veja**, há, por exemplo, entrevista do Ministro da Justiça, Tarso Genro, que considero de muito boa qualidade, com pontos de vista que valem a pena ser lidos com muita atenção. Para registrar um exemplo. Também estranhei e fiquei preocupado, porque conheço o trabalho do Governador Jorge Viana, ao longo dos seus oito anos de mandato e como engenheiro florestal, preocupado com o desenvolvimento sustentado, a riqueza da floresta Amazônia e tudo aquilo que precisa ali ser preservado. Então, V. Ex^a trouxe elementos para que a própria revista e a população brasileira estejam melhor informados sobre os propósitos, os objetivos daquele que, além de ser seu irmão, governou o Estado do Acre por oito anos e de uma maneira a ser muito bem reconhecida. Aproveito a oportunidade para agradecer o convite que V. Ex^a e a Assembléia Legislativa do Estado do Acre me fizeram para que eu visite Rio Branco, nesta semana, ocasião em que poderei conhecer melhor essa problemática. Muito obrigado e meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Peço, Sr. Presidente, que a nota do Governador do Estado, Binho Marques, e a nota do Presidente do Instituto do Meio Ambiente do Acre sejam publicadas na íntegra. E que não venhamos aqui dizer que não temos problemas ambientais no Acre, porque temos. Seremos absolutamente respeitosos com qualquer crítica construtiva a respeito desse tema.

Porém, lutamos todos os dias para reduzir os problemas ambientais e assumir a feição de um Estado voltado em sua plenitude para o desenvolvimento sustentável e para a compatibilidade entre política de Governo e responsabilidade sócio-ambiental.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

José Viana
OK /

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

Nota à revista veja

Em respeito aos leitores da revista Veja, o Governo do Estado sente-se obrigado a esclarecer as informações apresentadas pelo jornalista Leonardo Coutinho na matéria publicada no último final de semana. Não é a primeira vez que o jornalista busca atacar o ex-governador Jorge Viana. Em setembro de 2003, Veja utilizou dados preliminares do INPE para afirmar que na gestão de Jorge Viana teria ocorrido o maior desmatamento da história do Acre. Depois de esclarecimentos, inclusive do próprio INPE, sete meses depois, a revista publicou nota reconhecendo o erro.

Na última edição de Veja, novamente o jornalista se apressa em afirmar, baseado em pesquisa do IMAZON - contrata pelo próprio Governo do Estado para servir de base à política ambiental - que o desmatamento do Acre aumentou na gestão de Jorge Viana, buscando desqualificar novamente os trabalhos em defesa da floresta no estado do Acre.

De forma apressada, faz uma soma simples das áreas desmatada nos oito anos do Governo da Floresta e chega à conclusão de aumento de 42% de área desmatada. Com este dado bruto e sem uma avaliação adequada, o jornalista decreta a suposta incapacidade da política praticada nos últimos oitos anos para conter o desmatamento no Acre.

Primeiramente, é preciso esclarecer que, para realizar uma avaliação mais precisa, devemos levar em consideração não o valor bruto de desmatamento, mas o valor do incremento anual e compará-lo com a média da Amazônia. O incremento do desmatamento no Acre, nos últimos oitos anos, foi abaixo da média da região. Tanto é assim que a contribuição do Acre no desmatamento da região é de apenas 3%.

A média baixa do ritmo do incremento do desmatamento do Acre é ainda mais significativa (0,40 % - média anual nos últimos oito anos), se levarmos em consideração que neste mesmo período no Acre, ocorreu um dos maiores investimentos públicos de toda a história com melhoramento da infra-estrutura rodoviária (asfaltamento da BR 317 e obras de pavimentação na BR 364), ampliação do crédito rural (de 89 a 98, R\$ 56,4 milhões e de 99 a 2006 mais de 314,5 milhões), crescimento do rebanho bovino no mesmo período em 416% (de 900 mil reses para 2,4 milhões) e crescimento da população rural em 14,9%: mais de 24 mil pessoas buscaram a área rural. Mesmo com este incremento econômico, a interferência no ritmo do desmatamento foi menor que em outras regiões da Amazônia.

Foram criados planos de desenvolvimento sustentável para as áreas de abrangência das estradas pavimentadas: as áreas de unidades de conservação aumentaram mais que o dobro (2000 a 2006 houve ampliação de 2,7 milhões de hectares, um incremento de 105% na área de conservação). Foram criadas três florestas estaduais para manejo

sustentável (85% das madeiras comercializadas hoje no Acre são manejadas).

A afirmação sobre o Seringal Nova Esperança e sobre a Reserva Indígena precisa ser melhor detalhada ao leitor. O Seringal Nova Esperança é uma área recentemente incorporada às unidades propostas pelo Zoneamento Ecológico onde o percentual de desmatamento de 36% refere-se à área desmatada antes de se tornar uma unidade de conservação. Em relação à terra indígena, é preciso dizer que ela foi criada há décadas como uma Colônia Rural Indígena com apenas de 200 hectares e com uma população de mais de 60 pessoas: cerca de menos de 3 hectares por pessoa.

A floresta é uma referência importante para o desenvolvimento econômico no Acre. É com ela que o povo aprendeu a ter um novo olhar na relação entre o homem e a natureza. Foi com a floresta que surgiram nossas maiores lideranças: Marina Silva, Chico Mendes, Wilson Pinheiro, Jorge Viana. É preciso que o Brasil saiba isso e que os comunicadores revelem essa verdade.

Binho Marques
Governador do Estado do Acre

Veja, o Acre merece respeito !

Em setembro de 2003 Veja publicou uma matéria em que acusava o Governo da Floresta de promover o maior desmatamento da história do Acre – *O Crime da Motosserra*. Logo em seguida ficou comprovado pelo INPE (em cujos dados se baseava a matéria) que a interpretação apresentada pela reportagem foi construída a partir de um erro de leitura das imagens de satélite por parte do próprio INPE. A revista, somente sete meses depois, reconheceu o erro e, na seção holofote publicou uma irônica nota de retratação, em sua edição de 21 de abril de 2004 com o título “A Batalha dos Bambuzais”: *“Um relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), publicado no ano passado, apontou a administração do governador Jorge Viana como a que mais desmatou o Acre. Viana, que batizou sua gestão como o “Governo da Floresta”, ficou enfurecido com o documento. Desconfiou que o INPE estava errado e exigiu uma auditoria dos dados. O resultado saiu na semana passada. Viana tinha razão. Os satélites confundiram bambuzais nativos com áreas devastadas”*

Veja, por meio do mesmo repórter, Leonardo Coutinho, retoma as acusações a Jorge Viana, ao final de seus dois mandatos como governador, na matéria *E agora, Viana?* (publicada na edição desta semana). Desta vez, acusam-no de ter utilizado a temática ambiental apenas como um “discurso” apropriado convenientemente de maneira a galgar “projeção nacional”, e faz isto com base em uma leitura superficial de dados de desmatamento. Acusa ainda de esconder o estudo realizado pelo IMAZON, sendo que o mesmo estava em fase final de revisão e já havia sido citado no Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado. Fica claro que se trata, novamente, de uma reportagem tendenciosa, construída com o objetivo de desqualificar um governo que ousou implementar um projeto inovador em um Estado situado fora do eixo econômico nacional e desestruturado no início de seu primeiro mandato.

Em primeiro lugar, é preciso fazer justiça com a verdadeira revolução no modo de fazer política – sobretudo ambiental – promovida pelo PT nestes 8 anos do Governo da Floresta. Diversas foram as realizações: a implantação do manejo florestal sustentável, a criação de mais de 2.600.000 hectares de novas Unidades de Conservação de distintas categorias, a realização de duas versões do Zoneamento Ecológico-Econômico, a efetivação do Etnozoneamento em Terras Indígenas, o significativo investimento em obras de infraestrutura assim como os investimentos nas áreas de educação, saúde, e segurança pública. Muito se trabalhou na prevenção do desmatamento e na criação de alternativas para o desenvolvimento sustentável. Um grande esforço se fez na reestruturação da máquina estatal e na oferta de serviços básicos de qualidade. Reconhecemos que a implantação do desenvolvimento sustentável é um processo de médio a longo prazo. Podemos afirmar que avançamos em sua construção e já temos os primeiros resultados. A maior prova vem das urnas: o povo do Estado do Acre optou por um terceiro mandato do Governo da Floresta.

Em segundo lugar, dizemos que se trata de uma leitura superficial e tendenciosa dos dados de desmatamento na medida em que os dados apresentados na matéria não são comparados com o histórico do desmatamento no mesmo período para os Estados da Amazônia. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (que acompanha a variação do desmatamento na Amazônia anualmente e nos permite fazer esta comparação), neste período o Acre respondeu em média por apenas 3%, enquanto Mato Grosso, Pará e Rondônia representaram juntos aproximadamente 90% de todo o

desmatamento da região. Além disso, os números apresentados não são contextualizados com o crescimento de diversos setores da economia acreana.

Veja fala agora do estudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), contratado pelo Governo do Acre e que teve *direta participação dos técnicos do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC)*. Apesar do jornalista citar esse dado em sua reportagem, ele, ao que parece, fez questão de ocultar outro dado existente no referido documento: a grande motivação para a realização do estudo era justamente *identificar áreas críticas e novas fronteiras de desmatamento e propor ações estratégicas para o controle do mesmo no estado*. O governo acreano encomendou o estudo ao IMAZON para que pudesse traçar políticas públicas efetivas no combate ao aumento do desmatamento percebido pelos gestores ambientais do Estado. *Em nenhum momento tentamos esconder essa informação, tanto que o governo do Estado publicou os dados do IMAZON no documento síntese do ZEE Segunda Fase, cujo estudo temático detalhado sobre desmatamento está em fase final de elaboração.*

O Governo da Floresta reconhece que houve um aumento no desmatamento no Acre, mas esse dado não poderia em hipótese alguma ser analisado isoladamente, sob pena de incorrerem em uma análise equivocada e injusta, como aquela da revista Veja. É preciso, ao analisar o crescimento do desmatamento no Acre, considerar que o ritmo verificado neste estado é inferior à média do que ocorreu na Amazônia. Isto sem mencionar as mudanças no contexto econômico do Estado. A título de exemplo, mencione-se a oferta de crédito e o rebanho bovino. Após 1999 foram registradas mais de 12 mil operações de crédito pelo Fundo Nacional do Norte (FNO) do Banco da Amazônia (BASA), na ordem de R\$ 300 milhões. O rebanho bovino registrado para o Acre, que em 1998 era de 900 mil reses, hoje chega à grandeza de 2,4 milhões de cabeças. Observando o crescimento do rebanho bovino, aliado aos investimentos financeiros para as atividades agropecuárias, observa-se que, mesmo com o aumento significativo do rebanho bovino e os investimentos do FNO, as taxas de incremento ao desmatamento durante o Governo da Floresta se mantiveram com níveis inferiores aos demais estados da Amazônia.

Quando assumimos o governo em 1999, o Estado estava sucateado. Tínhamos sérios problemas estruturais. Os ramais (estradas vicinais) estavam em piores condições, não havia políticas públicas nem incentivo à produção, os salários de servidores eram muito baixos e se encontravam atrasados, e o crime organizado estava incrustado nas entranhas do governo. As políticas implementadas pelo Governo da Floresta estão mudando essa realidade gradativamente. Logo no primeiro ano foi possível equilibrar as contas do Estado, e ao longo dos anos seguintes investimos em recuperação de ramais, promovemos ações de apoio à agricultura e legalização do setor madeireiro – a maioria das empresas madeireiras funcionava sem plano de manejo. Com apoio do governo federal, realizamos grandes obras de infraestrutura, como o asfaltamento das BR-317 e parte da BR-364. Melhoramos muito o salário e fizemos o plano de cargos e salários para todos os 36 mil servidores. Construímos e reformamos centenas de escolas e fortes investimentos foram feitos na segurança, na educação e na saúde. Algumas destas mudanças, no entanto, acabaram por contribuir para o aumento do desmatamento no Estado e hoje estão sendo avaliadas e re-adequadas. O estudo do IMAZON em questão é parte deste processo.

Em contrapartida, o governo do Estado mais que dobrou o número de Unidades de Conservação. Através da Lei Estadual Florestal – 1426/01, regulamentamos o uso dos recursos florestais no Estado e instituímos o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas

(SEANP), o qual inclui as Unidades de Conservação de Proteção Integral, as Unidades de Uso Sustentável e as Terras Indígenas, cuja inclusão torna o diferencial inovador da Lei Estadual quando comparada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). No período de 2000 a 2006 houve um aumento de 2.699.788 há de Unidades de Conservação, representando um incremento de 105,84% de novas unidades de conservação. Atualmente, o Estado do Acre possui 19 Unidades de Conservação. Três de Proteção Integral e 16 Unidades de Uso Sustentável. Temos uma superfície de 7.548.430 há, ou seja, 45,66% no nosso território é de áreas naturais protegidas por lei. Temos ainda 90% das nossas florestas protegidas. No que depender da atual administração toda essa riqueza continuará protegida e sendo usada de forma sustentável.

O que é estranho na referida matéria é o fato da mesma surgir no momento em que, como o próprio jornalista faz questão de relatar, existe uma disputa de bastidores pela indicação da superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Muito mais que uma reportagem isenta, a matéria parece mais um factóide político encomendado contra o ex-governador acreano, Jorge Viana.

Não é de hoje que o Governo do Acre é referência quando o assunto é desenvolvimento sustentável. Aliás, essa referência extrapola as fronteiras brasileiras e os órgãos governamentais. Essa identificação vem do fato do Governo da Floresta pautar as ações do Governo em propostas que priorizam o meio ambiente. Exemplo disso está no fato de que, ainda em seu segundo ano de governo (2000), Jorge Viana viabilizou o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE). Esse documento definiu as potencialidades e restrições para o uso dos recursos naturais do Estado. Em 2000 utilizamos uma escala de um para 1 milhão. Em 2006 foi concluído o estudo numa nova fase, utilizando uma escala mais detalhada de um para 250 mil. Desta forma passamos a ter uma visão cada vez mais aproximada das nossas potencialidades, aperfeiçoando os controles, definindo e decidindo melhor sobre nossas políticas públicas tendo como base o uso da floresta de forma sustentável. Além disso, desenvolvemos uma metodologia específica para o zoneamento em Terras Indígenas, o Etnozoneamento, já aplicado em duas Terras e em fase de conclusão em outras seis.

Ainda na gestão de Jorge Viana, trouxemos para o estado os recursos de Reposição Florestal que anteriormente era recolhido pelo IBAMA. Esses recursos são depositados na conta do Fundo de Desenvolvimento Florestal para financiamento de projetos ambientais a serem definidos pelo Conselho Estadual de Floresta. Além disso, o Governo implantou um Viveiro Florestal para produção e fomento de atividades de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, priorizando a agricultura familiar. Este viveiro tem capacidade de produção de até 4 milhões de mudas/ano. Estamos aprimorando os instrumentos de Comando e Controle através de um projeto de melhoria de processos relacionados a Plano de Manejo e desmate no Estado para intensificar a fiscalização e melhorar a qualidade dessas ações.

Manejo florestal com inclusão social é a nossa meta. Ampliamos, em menos de dois anos, de 40 para 220 o número de pequenos produtores que participam do Manejo Comunitário, além de dobrar o número de áreas comunitárias certificadas e até o próximo ano mais 300 famílias serão atendidas. Junto com o Ministério Público Estadual, só autorizamos Planos de Manejo em áreas privadas sem conflitos sociais. Em função disso, muitos proprietários passaram a titular os posseiros legítimos destas áreas, uma forma inédita de regularização fundiária com recursos privados. Em relação à exploração de madeira, a partir de 2004 registramos que, 85% das madeiras vem sendo retiradas através de planos de manejo, invertendo a lógica anterior onde a origem das madeiras era de desmatamentos.

Hoje todo Monitoramento da Cobertura Florestal do Acre é feito anualmente pelas imagens de satélite LANDSAT, baseado numa série histórica desde 1988, metodologia desenvolvida através de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Esse monitoramento serve como subsídio às ações de Planejamento, Licenciamento e Controle ambiental da nossa floresta.

Todas essas ações mostram que a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável no Acre caminham de mãos dadas. Mais do que uma posição política essa é a forma que escolhemos de preservar a identidade do nosso povo, que lutou com armas na mão para ser brasileiro e ter o direito de ocupar esse território no meio da Floresta Amazônica.

O teólogo Leonardo Boff afirmou que nenhum projeto se torna viável se não tiver uma boa metáfora. E ele próprio reconheceu e confessou que no seu entender “Florestania” foi a metáfora mais perfeita para definir o projeto de desenvolvimento sustentável levado a efeito pelo Governo do Acre, que tem como slogan “Governo da Floresta”. Se ainda temos muitos problemas a superar para que a sustentabilidade se mostre viável nas seis dimensões que preconizamos: ambiental, econômica, social, política, cultural e ética, não terá sido por falta de muito trabalho do nosso Governo, que tem feito um grande esforço para que os recursos naturais e a riqueza cultural do Acre e da Amazônia sejam utilizados de forma sustentável para a sobrevivência e a felicidade da geração atual, sem prejuízo e muito menos ameaça para as gerações futuras.

Eu posso dizer, depois de quatorze anos trabalhando com Jorge Viana, que ele, além de ser “muito bom de conversa”, é excelência no serviço. Venha ao Acre conferir.

Carlos Edegard de Deus
Secretário de Meio Ambiente do Acre – SEMA
Presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, se V. Ex^a me permite, no exercício da Presidência desta sessão, não vou me esquivar. Faço questão de registrar toda a minha solidariedade ao ex-Governador Jorge Viana e a V. Ex^a.

Conheço a vida pública e política de ambos, pela nossa amizade. E a melhor forma de demonstrar isso seria dizer, se eu pudesse, ao Presidente Lula: se há homens públicos que eu gostaria de ver indicados Ministros seriam Jorge Viana e Tião Viana.

Parabéns a V. Ex^a e tenha a solidariedade desta Presidência em exercício.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a minha inscrição para falar pela Liderança do Bloco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito.

O Senador Papaléo Paes havia pedido a palavra para uma comunicação inadiável. Está inscrito V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Estou inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago à Casa dois votos de pesar e de solidariedade, envolvendo duas situações extremamente dolorosas e trágicas. O primeiro é um voto de pesar pelo falecimento de Vanessa Timóteo, jovem de apenas 17 anos, e de solidariedade a seu pai e a sua família, Deputado Dr. Rosinha, meu adversário do PT do Paraná. Vanessa faleceu em condições trágicas em sua cidade, Curitiba.

Do mesmo modo, apresento voto de pesar pelo falecimento do jovem de 27 anos, Luciano Patriota, e de solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota. Luciano Patriota faleceu por generosidade. Alguém morre de coração; outro, de câncer; outro, de diabetes. Ele mor-

reu, por generosidade, na mesa de cirurgia cedendo um rim para uma grande amiga. Se não tivesse feito isso, ficaria com seus dois rins e com a sua vida intactos. Mas resolveu doar o rim, arriscou-se e faleceu.

Portanto, os dois votos de pesar e de solidariedade que, como sempre acontece, estão à disposição dos colegas todos que, imagino, devam assiná-lo. Sinto que é um dever humano de cada um de nós agir dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Arthur Virgílio, esta Presidência encaminhará os dois votos de pesar e, de pronto, soma-se à manifestação de V. Ex^a, tanto ao Deputado Gonzaga Patriota e família como também ao Dr. Rosinha, pela morte de filhos de ambos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço permissão ao Senador Arthur Virgílio para assinar os dois requerimentos, visto que, nesses momentos em que famílias são diminuídas pela perda de um ente querido, devemos e temos a obrigação de prestar nossa solidariedade humana. Aqui vai – repito, porque o Senador Arthur Virgílio já se referiu – a nossa solidariedade e os nossos pêsames ao Deputado Dr. Rosinha e família e também ao Deputado Gonzaga Patriota e sua família.

Faço questão de assinar os dois requerimentos do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 308, DE 2007

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Dr. Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, ocorrido em 8 de abril de 2007, em Curitiba – PR.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Dr. Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, ocorrido em 8 de abril de 2007, em Curitiba – PR.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do Deputado Dr. Rosinha e, por seu intermédio, aos familiares.

Justificação

O Voto que requeiro é de profunda tristeza e de solidariedade ao Deputado Dr. Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, uma jovem de

apenas 17 anos. Ela morreu tragicamente, na capital paranaense, pelo que, com este Voto, externo ao ilustre parlamentar meu profundo sentimento de apreço, compartilhando desse momento de dor com todos os seus familiares.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 309, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências à família e à Força Aérea pelo falecimento do piloto da Força Aérea Brasileira tenente aviador Fernando Wilmers de Medeiros, em acidente com aeronave Tucano da FAB, no dia 4 de abril próximo passado.

Justificação

O acidente que vitimou fatalmente o segundo tenente aviador Fernando Wilmers de Medeiros ocorreu na última quarta-feira, dia 4 de abril de 2007, depois que o Super Tucano da FAB que ele pilotava bateu em uma torre de telefonia.

As condições de tempo não eram favoráveis a vôos, chovia e ventava bastante e a visibilidade estava prejudicada. Mesmo com a experiência do piloto Medeiros, não foi possível evitar o acidente.

Além do piloto Medeiros, estava na aeronave o segundo tenente aviador Leonardo André Haberfeld Maia, que sobreviveu ao acidente e encontra-se hospitalizado.

A esquadilha da qual o tenente Medeiros fazia parte era formada por quatro aviões que realizavam exercícios quando ocorreu o acidente.

Houve uma consternação na família aeronáutica brasileira e na população boavistense, que ensejaram a apresentação deste requerimento de Voto de Pesar.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

REQUERIMENTO Nº 310, DE 2007

Requer Voto de Pesar ao Sr. Alexandrino Moreira.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consig-

nado, nos Anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Alexandrino Moreira:

- a) Inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento;
- b) Apresentação de condolências à família.

Justificação

Os paraenses perderam um dos nomes mais importantes do cinema e do setor empresarial. Alexandrino era presidente da Associação Paraense de Bancos e crítico da APCC (Associação Paraense de Críticos Cinematográficos). Seu primeiro emprego, ainda em sua cidade natal, Itaúma, em Minas Gerais, foi de projetorista de cinema. Depois foi radialista, onde apresentava um programa sobre cinema e entretenimento.

Em Belém, conseguiu introduzir o conceito de salas de exibição pequenas, nas quais não abria mão de exibir filmes de arte. Em 28 de junho de 1978, ele abriu o Cinema 1 e 2; no final da década de 80, veio o Cinema 3; nos anos 90, o Cine Castanheira 1 e 2; e por último os dois cinemas no Doca Boulevard, contribuindo dessa forma para incentivar a cultura Paraense.

Sala das Sessões 10 de abril 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.




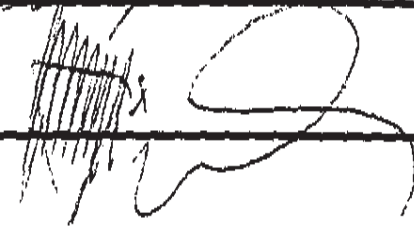
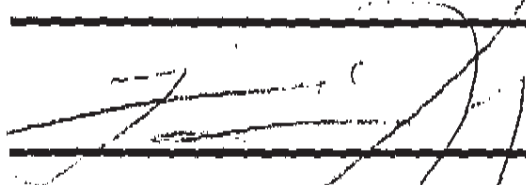






São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 311, DE 2007


Senhor Presidente,


Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, requerem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.


Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

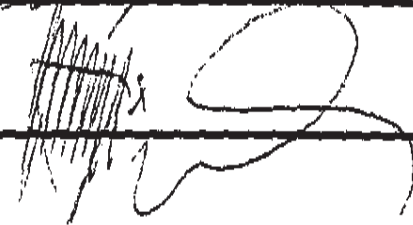
Nome	Assinatura
Mozarildo	
Sen. Edson Falcão	
Sen. Valdeir Figueiredo	
Sen. Waldemar Costa	
Sen. Humberto Costa	
Sen. Teófilo Ruiz	
Sen. Eduardo Amorim	
Sen. Ildemar Silva	
Sen. Sérgio	
Sen. Silvério	
Sen. João Vinício	

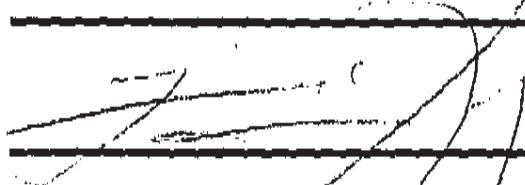
Assinatura







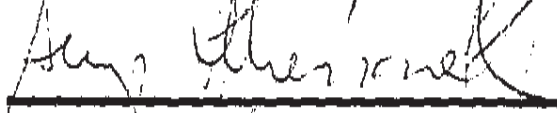





















Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 153/2002.

Sen. Paulo Cesar Pereira
 Sen. Vicente Figueiredo
 Sen. Euzébio Teixeira
 Sen. João Azevedo
 Sen. Horacio Macedo
 Sen. Ademar Santana
 Sen. Wellington
 Sen. Flávia Ribeiro
 Sen. Sérgio Furlan
 Sen. Romalbo Cavalcini
 Sen. Marcos Soriano
 Sen. Flávia Souza
 Sen. Fabiana Cláudia
 Sen. Valters Pereira
 Sen. Cláudia Resende
 Sen. Alencar Lima
 Sen. Wilson Neto
 Sen. Geraldo Mesquita

[Handwritten signatures corresponding to the names in the left column]

REQUERIMENTO Nº, 312, DE 2007









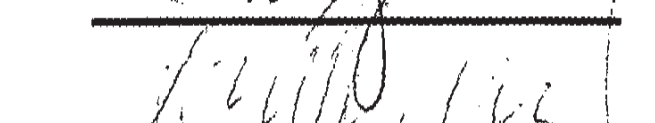


Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões , 10 de abril de 2007.

Nome
MOZARILDO
Sen. Haroldo Veloso
Sen. Edmar Leite
Sen. Guilherme Braga
Sen. Valdeir Lima
Sen. Haroldo Fontes
Sen. Sérgio Azevedo
Sen. Eduardo Azeredo
Sen. Eduardo Siqueira
Sen. Lúcio
Sen. Antônio Maranhão

Assinatura












Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 558/1999.

Sen. João Pinheiro
 Sen. Renato Casagrande
 Sen. Cícero Lucena
 Sen. Expedito Júnior
 Sen. Inácio Arruda
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Leônidas Santos
 Sen. Arthur Mingalva
 Sen. Wellington
 Sen. Elói Rabelo
 Sen. Rui Ferver
 Sen. Rosalba Ciarlini
 Sen. Manoel Corrêa
 Sen. Flávio Bolsonaro
 Sen. Fatima Cleide
 Sen. Vitor Pereira
 Sen. Elson Brando
 Sen. Almeida Lima
 Sen. Wilson Santos
 Sen. Geraldo Magalhães

João Pinheiro
 Renato Casagrande
 Cícero Lucena
 Expedito Júnior
 Inácio Arruda
 Marco Maciel
 Leônidas Santos
 Arthur Mingalva
 Wellington
 Elói Rabelo
 Rui Ferver
 Rosalba Ciarlini
 Manoel Corrêa
 Flávio Bolsonaro
 Fatima Cleide
 Vitor Pereira
 Elson Brando
 Almeida Lima
 Wilson Santos
 Geraldo Magalhães

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 313, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que sejam consignados, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, por ocasião de sua posse como Ministra no Superior Tribunal Militar, ocorrida no dia 27 de março do corrente, bem como o discurso proferido na solenidade.

Requeiro, ainda, deste Voto de Aplauso seja cientificado o Presidente do STM, Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Henrique Marini e Souza.

Justificação

A primeira mulher a integrar o Superior Tribunal Militar (STM) em 198 anos da instituição, a advogada Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha foi indicada para o cargo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e ocupa a vaga do Ministro Antônio Carlos de Nogueira, que se aposentou.

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ela tem especialização em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica Portuguesa e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Atualmente, é professora adjunta da Universidade Cândido Mendes, professora do Centro Universitário de Brasília, pesquisadora associada da Universidade de Brasília.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007 – Senador **Adelmir Santana**.

Senhoras e Senhores, inicialmente, agradeço a saudação do meu querido amigo de tantos anos General Valdésio Guilherme de Figueiredo, cujo apoio e o estímulo me foram fundamentais.

Agradeço igualmente as palavras generosas proferidas pela Exma. Senhora Procuradora-Geral do Ministério Público Militar e pela Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, palavras as quais, no exercício da função judicante, procurarei corresponder.

Emocionada, recebo neste ato solene a investidura no cargo de Ministra do Superior Tribunal Militar.

Ingresso na vaga destinada aos advogados sucedendo o ilustre Ministro Carlos de Nogueira, um nobre magistrado que honrou a toga e dignificou esta Corte.

Confesso minha comoção em exercer a relevante missão cívica e republicana da judicatura como a primeira mulher a tomar assento na mais antiga Justiça do Brasil, que contempla o País com dois séculos de história.

Não falhou o meu destino. Esta cadeira, para mim, representa mais do que o coroamento de minha carreira profissional, ela ecoa a ação irradiadora de meu pai e avô, que fizeram jus ao grande título de glória dos advogados, o de serem combatentes valorosos em favor dos ideais da justiça e da liberdade.

A Advocacia Mineira não os esqueceu e nem eu, tampouco, como não esqueci suas lições de vida em defesa dos humildes, dos excluídos e necessitados, no anonimato do foro cível ou no fragor das tribunas criminais.

Herdei do meu pai a formação democrática e a coragem da resistência. Com ele aprendi a dialética e o debate que cerca os operadores do Direito na luta pelo predomínio do pensamento sobre a aristocracia da força. Rui Barbosa escreveria na Oração aos Moços, “para o coração não há passado, nem futuro, nem ausência. Ausência, pretérito e porvir, tudo lhe é atualidade, tudo presença”.

Vivo hoje, portanto, o meu passado e o meu presente. Quanto ao meu futuro, empenharei meu maior e melhor esforço para dedicar-me à causa da Justiça e contribuir para a grandeza desta instituição, cuja pujante trajetória sempre prestigiou o Estado Democrático Brasileiro em corajosas decisões ao longo da História, a exemplo da concessão do **habeas corpus** a Luís Carlos Prestes e João Mangabeira desafiando o Tribunal de Exceção do Estado Novo ou da instituição do Direito de Petição como sucedâneo do writ constitucional à proteção da liberdade quando o Ato Institucional nº 5 o suprimiu. T tamanha força moral reflète a altivez deste Pretório, luminosa síntese do jurisdicismo com a Justiça do Comandante. Grandioso é, portanto, o meu desafio. Inspira-me, nesta nobre função dois grandes mestres que fazem cintilar a cultura jurídica nacional pelo ornato de seu perfil moral aliado á primorosa inteligência, os Ministros Ilmar Galvão e Marco Aurélio, com quem eu tive o privilégio de aprender quando fui, de ambos, assessora na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Inspira-me, outrossim, os grandes juristas, Paulo Bonavides, Jorge Miranda, José Alfredo de Oliveira Baracho e Friedrich Mueller, exemplos de erudição e seriedade acadêmica, professores devotados que dedicaram suas vidas a lançar luzes sobre o ideário da legitimidade, referência para a justiça e a equidade.

Von Ihering afirmaria que a luta pelo Direito é a meta do homem como instrumento referencial de sua dignidade.

Pressuposto da convivência comunitária, o homem que a abandona permite que valores essenciais sejam aniquilados. Ao Poder Judiciário, cabe o facho de iluminar com o ideal do juridicismo os caminhos da nacionalidade. A preeminência da Judicatura estabelece os limites da onipotência do Estado, desarmando-o. Conforme Montesquieu sugeriu, “a natureza de uma República reflete o espírito de suas leis”. Se para ele a separação dos poderes afigurava-se como a melhor forma de governar, o judicialismo constituía-se na primeira salvaguarda dos regimes políticos democráticos.

Neste sentido, advogados e militares caminham lado a lado.

Ouvi de um amigo querido, o Ministro Flavio Bierrenbach, que nossa Constituição entre artigos, incisos, alíneas e parágrafos deve conter cerca de mil disposições normativas, contudo, a palavra Pátria aparece apenas uma única vez, no art. 142 dedicado às Forças Armadas, guardiãs dos Poderes Constitucionais. Não seria incoerente afirmar que os militares, com os quais eu desfruto de um longo e respeitoso convívio por força do meu laço conjugal, e os advogados em muito se assemelham, por espelharem a projeção dos diversos segmentos da sociedade e constituírem um núcleo de resistência permanentemente em guarda, num compromisso que inspira a agregação do Estado com a cidadania.

O que são os advogados, senão guerreiros profissionais, que têm no foro o campo de batalha? Contestam, impugnam, replicam, treplicam e recorrem até esgotar as derradeiras oportunidades nos combates que se prolongam, empenhados a todo instante em alcançar vitória.

Sobre os advogados diria Jefferson; “constituem uma singular espécie da raça humana: humildes demais para ter protegidos; altivos demais para ter protetores”.

O que dizer, então, das advogadas? Mulheres que travaram embates e lutas exitosas emprestando dimensão maior à igualdade de gênero.

De Berta Lutz a Maria da Penha, significativas foram as conquistas do movimento feminino evidenciada na Nova Ordem Legal, cujos propósitos atualizadores operaram mudanças substanciais na situação jurídica da mulher.

Certo é que, longa é ainda a trajetória para a plenitude da isonomia, mas o compromisso ético-jurídico da sociedade brasileira com a igualação entre homens e mulheres, imperativo constitucional e paradigma da

equidade, já ganhou dimensão maior na consciência coletiva da Nação.

Resta-me, alfim, agradecer. Agradecer a todos aqueles que me ampararam nos momentos de dificuldades e que em mim depositaram confiança sem hesitação. Lamentavelmente, não posso expressar, neste momento, meu agradecimento a cada um em particular, pois extensa é, para a minha felicidade, a relação dos amigos inestimáveis. Porém, não posso me furtar de fazer uma referência especial a alguns deles, em nome dos quais exprimo meu reconhecimento aos demais.

Agradeço, primeiramente, ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva, pela honrosa indicação de meu nome a esta vaga que ora me emposso, e à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, nas pessoas dos senadores Ademir Santana e Eduardo Matarazzo Suplicy, aqui presentes que me são tão caros, pela unanimidade da aprovação com que me distinguiram.

Agradeço, em especial, a Delcimar Martins Pires, Swedenberger Barbosa, Gilberto Carvalho, Apolinário Rebelo, Sérgio Rabello Tamm Renault, José Antônio Dias Toffoli e Paulo Roberto Thompson Flores, pelo apoio decisivo e a solidariedade que me dedicaram, jamais esquecidos.

À minha mãe, Magdala, tão amada, que por razões de saúde não pôde estar presente nesta cerimônia. Faltam palavras a qualquer filho para expressar seu amor às mães. A elas devemos não apenas a vida, mas a existência. Agradeço a minha mãe, todos os dias de minha vida por seu devotamento a mim e ao meu irmão, por seu amor incondicional, pela força de seu caráter e a generosidade de sua alma. A ela, dedico esta minha vitória, porque, mais do que a mim, é a minha mãe que pertence esta conquista.

À memória do meu pai, Adherbal, que me legou a vocação para as letras jurídicas e a compaixão pelo meu semelhante.

Ao meu irmão, Adherbal Júnior, meu melhor amigo, com quem compartilhei meus momentos de alegria e tristeza, e em quem sempre me apoiei.

Ao meu marido, Romeu, amor da minha vida, meu príncipe –shakespeariano. Nem os poetas mais inspirados escreveriam uma ode de amor tão bela e feliz quanto a nossa! Você é a razão da minha vida, é uma parte de mim e nada me emociona mais do que a alegria de envelhecer com seu sorriso.

Agradeço, também, a toda minha família na pessoa do meu tio Paulo, da minha tia Astrid e da minha sogra Dinazinha, pelo afeto que sempre me dedicaram tão importante para mim.

Por fim, agradeço aos meus queridos alunos, filhos afetivos. A todos vocês que passaram pela minha lista de chamada e pelo meu coração e que me ensinaram tanto e cada um de vocês em cujo olhar eu vejo a esperança do mundo, o meu mais profundo e sincero muito obrigada.

Que Deus me guarde nesta operosa missão! Diante Dele eu me curvo reverentemente e presto o juramento de julgar com justiça e humanidade o meu semelhante.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 314, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, requerem o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2002, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

Nome
Mozarildo
Sen. Edmar Lobato
Sen. Gilvan Borges
Sen. Valdir Camp
Sen. Mozarildo Fontes
Sen. Joaquim Torres
Sen. Eduardo Brandão
Sen. Alexandre Gusmão
Sen. Siqueira
Sen. Eda Machado
Sen. Jovair Pinheiro

Assinatura

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PEC 33/2002.

Sen. Durval Carneiro
 Sen. Cidreira
 Sen. Eduardo Tinoco
 Sen. Inácio Arruda
 Sen. Marcos Maciel
 Sen. Salomão Santos
 Sen. Wellington
 Sen. Flávio Ribeiro
 Sen. Sérgio Zanetti
 Sen. Ronaldo Cunha
 Sen. Marina Lewycky
 Sen. Flávio Tourinho
 Sen. Fabiano Caldeira
 Sen. Valtor Pereira
 Sen. Eliseu Resende
 Sen. Almeida Lima
 Sen. Eduardo Braga

[Handwritten signatures and initials corresponding to the names on the left]

REQUERIMENTO Nº 315, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, re-

querem o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2001, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

Nome

Assinatura

MOZARILDO



Sen. Edizor Jôker



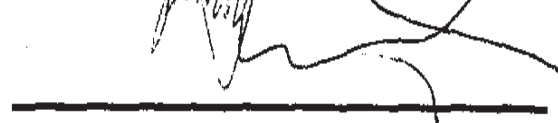
Sen. João Pinheiro



Sen. Valdeir Araújo



Sen. José Carlos Tinoco



Sen. Tarcísio de Freitas



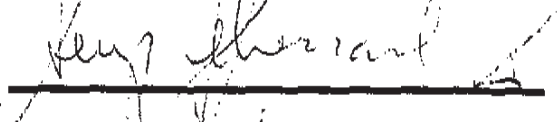
Sen. Antônio Carlos Mendes



Sen. Edmar Coelho Filho



Sen. Álvaro Dias



Sen. Sérgio Guerra



Sen. Inácio Arruda



Sen. Renato Casanova



Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PEC 35/2001.

Sen. Renato Broedel
 Sen. Ricardo Puceno
 Sen. Geraldo Tinoco
 Sen. Jairo Amador
 Sen. Marco Aurélio
 Sen. Ademar Santana
 Sen. Wellington
 Sen. Eliseu Veloso
 Sen. Sírgio Fambriani
 Sen. Rosalba Ciarlini
 Sen. Marco Covas
 Sen. Flávio
 Sen. Fabiano
 Sen. Valters
 Sen. Elson
 Sen. Alencar
 Sen. Wilson
 Sen. Geraldo

[Handwritten signatures and initials corresponding to the names on the left, including names like 'Renato Broedel', 'Ricardo Puceno', 'Geraldo Tinoco', etc.]

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2000, de autoria do Senador Moza- rildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

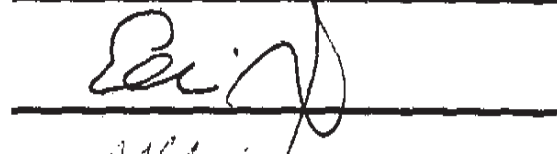
Nome

Assinatura

MOZARILDO



Sen. Carlos Fereiz



Sen. Gilvan Borges



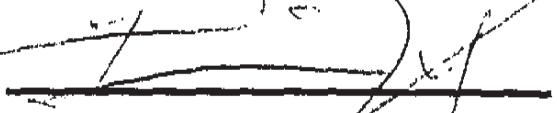
Sen. Volney Freixo




Sen. Humberto Fortes



Sen. Joaquim Pinheiro



Sen. Cláudio Pinheiro



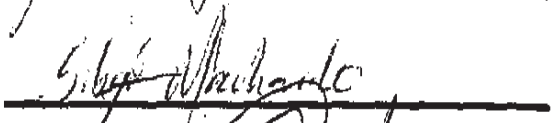
Sen. Eduardo Cunha



Sen. Ilmar



Sen. Lúcia Machado



Sen. José Carlos



João Guilherme

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PRS 07/2000.

Sen. Renato Casagrande
 Sen. Paulo Pimenta
 Sen. Roberto Pinheiro
 Sen. Tiago Bordalo
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Acir de Sant'Ana
 Sen. Arthur Vitorino
 Sen. Wellington
 Sen. Flávia Ribeiro
 Sen. Sérgio Fombas
 Sen. Rosalba Ciarlini
 Sen. Marcos Ferraz
 Sen. Flávia Souza
 Sen. Fátima Cleide
 Sen. Válio Pereira
 Sen. Elson Dourado
 Sen. Alcides Lima
 Sen. Waldir Maranhão
 Sen. Geraldo Magalhães

[Handwritten signatures and initials corresponding to the names on the left, including names like Paulo Pimenta, Roberto Pinheiro, etc.]






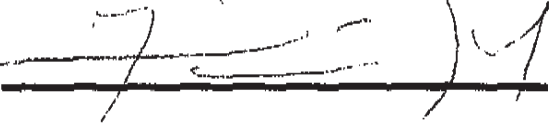
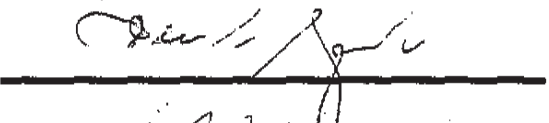
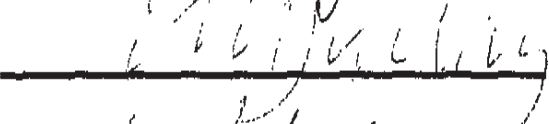
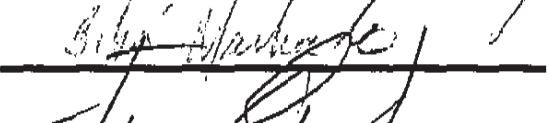

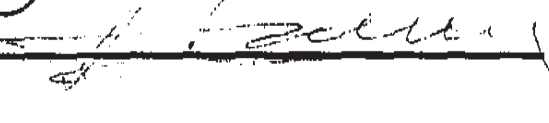
REQUERIMENTO Nº 317, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.

Nome	Assinatura
MOZARILDO	
Sen. Edmar Costa	
Sen. Gilvan Borges	
Sen. Valdey Moura	
Sen. Aristide Pereira	
Sen. Tereza Cristina	
Sen. Eduardo Suplicy	
Sen. Eduardo Suplicy	
Sen. Sílvia Rocha	
Sen. Tereza Cristina	
Sen. Leonardo Brito	

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 126/2001.

Sen. Renato Casagrande

Sen. Ricardo Ferraes

Sen. Geraldo Pires

Sen. Inácio Arruda

Sen. Manoel Medeiros

Sen. Arthur Vitorino

Sen. Wellington

FLAVIO RIBEIRO

Sen. Sérgio Zanetti

Arivaldo Ayres

Sen. Murilo Serra

Sen. Flávio Augusto

Sen. Vitor Peres

Sen. César Mendes

Sen. Manoel Frazão

Sen. Geraldo Magalhães

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Sen. Rosalba Cardoso

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]








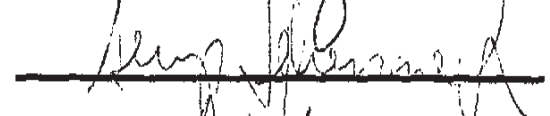


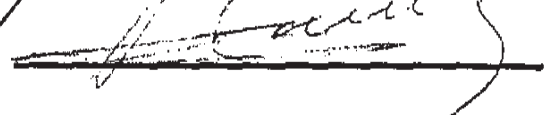
REQUERIMENTO N.º 318, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
MOZARILDO	
Sen. Edson Lobato	
Sen. Gilberto Borges	
Sen. Valdir Bessa	
Sen. Humberto Costa	
Sen. Tarcísio Vinagre	
Sen. Eduardo Azeredo	
Sen. Chrysósto	
Sen. Fábio Machado	
Sen. Tenor Cavalcanti	
Sen. Leônidas Santos	

Subscrição ao requerimento para o desarquivamento da PLS 03/2001.

Sen. Renato Casagrande
 Sen. Denise Pires
 Sen. Geraldo Pinheiro
 Sen. José de Barros
 Sen. Marcelo Marcolino
 Sen. Arthur Vargilino
 Sen. Wellington
 Sen. Flávia Ribeiro
 Sen. Sérgio Zanetti
 Sen. Rosalba Ciarlini
 Sen. Marina Silva
 Sen. Flávia Dutra
 Sen. Fátima Cleide
 Sen. Vitor Peres
 Sen. Eliseu Resende
 Sen. Almeida Lima
 Sen. Wilson Matos
 Sen. Marcelo Freixo

[Handwritten signatures and initials corresponding to the names on the left]



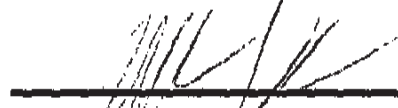
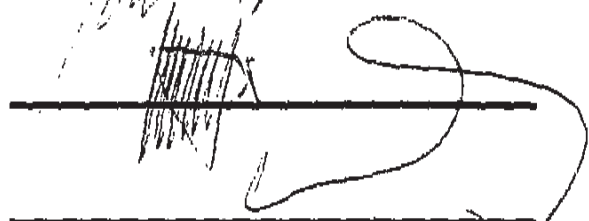




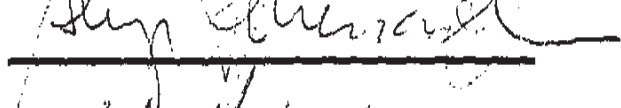


REQUERIMENTO Nº 319, DE 2007.

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, re-

querem o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2000, que tem como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
MOZARILDO	
Sen. Carlos Jabor	
Sr. Gilvany Mendes	
Sr. Volney Freixo	
Sen. Manoelto Furtado	
Sen. Nazem Binay	
Sen. Eduardo Brandão	
Sen. Eduardo Suplicy	
Sen. Sérgio	
Sen. Zé Carlos	
Sen. Tomas Pinheiro	

Sen. Renato Casagrande
 Sen. Cícero Pereira
 Sen. Bezerra Siqueira
 Sen. Joaquim Bonfatti
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Roberto Santos
 Sen. Wellington
 Sen. Elói Rêgo
 Sen. Sérgio Zambiasi
 Sen. Ronaldo Cunha
 Sen. Moura Soares
 Sen. Flávia Souza
 Sen. Fátima Cleide
 Sen. Volter Pereira
 Sen. Elvira Resende
 Sen. Almeida Lima
 Sen. Geraldo Magalhães

[Handwritten signatures and scribbles]



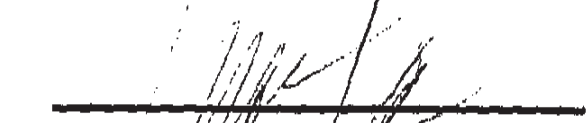



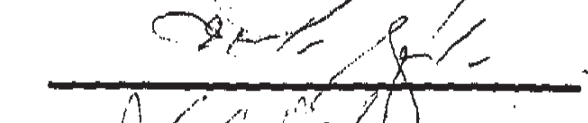

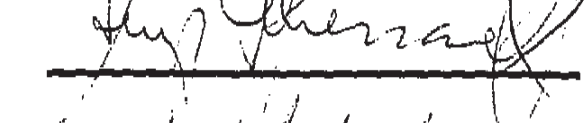


REQUERIMENTO Nº 320, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, requere-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 155, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
Mozarildo	
Sen. Eduardo Falek	
Sen. Antônio Bonfim	
Sen. Valdey Rangel	
Sen. Henrique Furtado	
Sen. Joaquim Nery	
Sen. Eduardo Amorim	
Sen. Eduardo Feryez	
Sen. Thiago	
Sen. Lina Machado	
Sen. Tomás Bonfatti	

Sen. Amato Maranhão
 Sen. Álvaro Pires
 Sen. Expedito Júnior
 Sen. Jairo Nogueira
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Adelson Santana
 Sen. Wellington
 Sen. Flávio Roberto
 Sen. Sérgio Farias
 Sen. Dorivaldo Guimarães
 Sen. Maria Serrano
 Sen. Flávio Aroux
 Sen. Vitor Pereira
 Sen. Eliseu Resende
 Sen. Alencar Lima
 Sen. Wilson Matos
 Sen. Genivaldo Moura

[Handwritten signatures and scribbles on lined paper]

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2007



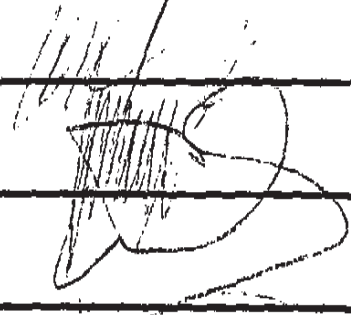
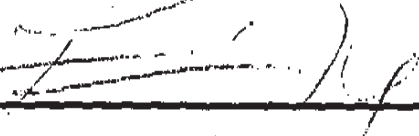
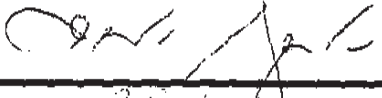



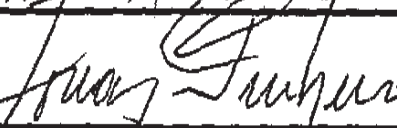
Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome
MOZARILDO
Sen. Edson Leão
Sen. João Bezerra
Sen. Veldy Bezerra
Sen. Humberto Costa
Sen. Rogério Cruz
Sen. Eduardo Melo
Sen. Eduardo Braga
Sen. Sérgio
Sen. João Roberto
Sen. João Roberto

Assinatura










- Sen. Roberto Campos
- CACERO MORAES
- Sen. Euzébio Simões
- Sen. Irmão Batista
- Sen. Manoel Macedo
- Sen. Ademir Santana
- Sen. Wellington
- Sen. Fabiano Pinheiro
- Sen. Sírcio Furlan
- Sen. Dorival Corrêa
- Sen. Marina Sereno
- Sen. Flávia Dutra
- Sen. Edimar Costa
- Sen. Vitor Pereira
- Sen. Eliseu Resende
- Sen. Almeida Lima
- Sen. Wilson Matos
- Sen. Geraldo Magalhães

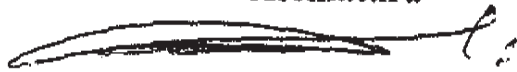




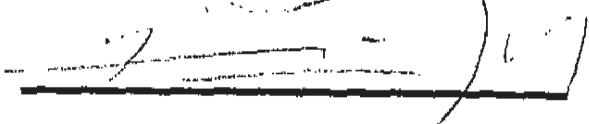
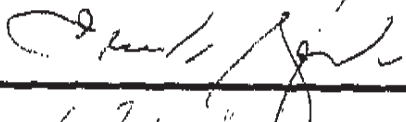


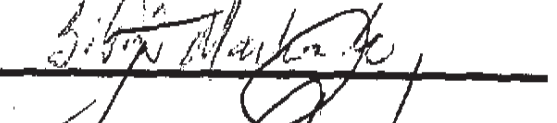

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2007

Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2000, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome	Assinatura
MOZARILDO	
Sen. Eduardo Sobrinho	
Sen. Gilvan Borges	
Sen. Valdir Barreto	
Sen. Haroldo Farias	
Sen. (R) Tarciso de Azevedo	
Sen. Eduardo Braga	
Sen. Orlando Silva	
Sen. Cláudio	
Sen. Sérgio Mota	
Sen. Tarciso de Azevedo	

Sen. Benedito Franco

Sen. Paulo Freixo

Sen. Benedito Tinoco

Sen. Inácio Arruda

Sen. Roberto Santos

Sen. Wellington

Sen. Flávio Ribeiro

Sen. Sérgio Zanetti

Sen. Rosalba Paulini

Sen. Marcos Ferraz

Sen. Flávio Amaral

Sen. Vitor Pereira

Sen. Ilson Barcelos

Sen. Almeida Lima

Wilson Matos

Sen. Gaudêncio Magalhães

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2007

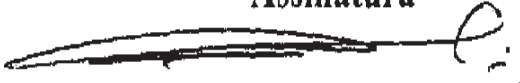
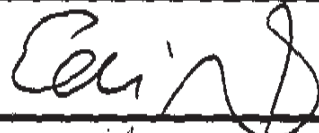


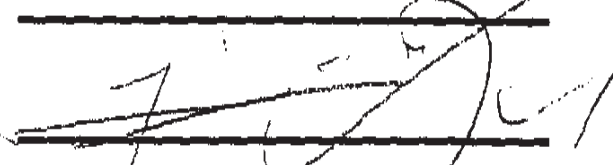

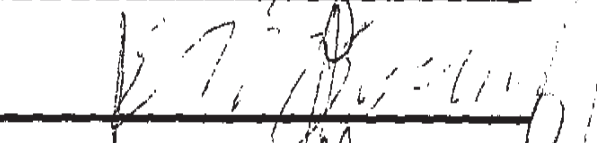


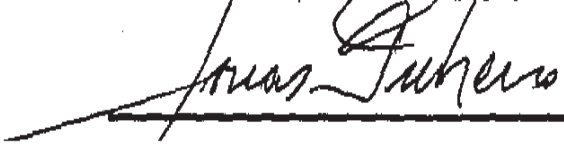
Senhor Presidente,

Os subscritores deste, com base no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, reque-

rem o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007

Nome
MOZARILDO
Sen. Ed. do Palco
Sen. Górges Borges
Sen. Valdir Maranhão
Sen. Humberto Costa
Sen. Joaquim Góes
Sen. Eduardo Amorim
Sen. Eduardo Cunha
Sen. Stênio
Sen. Ildi Machado
Sen. Jairo Pinheiro

Assinatura











Sen. Dante Assis
 Sen. César Luiza
 Sen. Reginaldo Teodoro
 Sen. Jaime Bouças
 Sen. Marco Maciel
 Sen. Roberto Santos
 Sen. Arthur Vitorino
 Sen. Wellington
 Sen. Eduardo Braga
 Sen. Sérgio Faria
 Sen. Rosalba Ciarlini
 Sen. Marcos Soares
 Sen. Flávio Dino
 Sen. Fátima Clede
 Sen. Vitor Pereira
 Sen. Elinor Brecht
 Sen. Alencar Faria
 Sen. Wilson Matos
 Sen. Geraldo Magalhães

[Handwritten signatures and scribbles corresponding to the names on the left]

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 324, de 2007

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre as implicações decorrentes dos cortes no orçamento daquela Pasta.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde sobre as implicações decorrentes dos cortes no orçamento daquela Pasta:

1. Qual foi o montante bloqueado do orçamento dessa Pasta destinado a investimentos e custeio na área?
2. Quanto esse valor representa no total do orçamento dessa Pasta?
3. Há previsão de novos cortes no orçamento dessa Pasta?
4. De que forma essa redução no orçamento da saúde compromete as ações de prevenção e promoção da saúde?
5. Qual a relação existente entre o corte no orçamento e a proliferação de doenças, como a dengue, neste ano?
6. Como essa Pasta irá resolver a questão dos repasses obrigatórios previstos por lei, tendo em vista os novos números revistos do PIB e os cortes já impostos ao orçamento da área?

Justificação

Os jornais de grande circulação no país mostraram, nos últimos dias, que o Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão começou o ano de 2007 cortando R\$5,7 bilhões em investimentos e custeio na área de saúde.

Segundo as matérias publicadas, as ações de prevenção e promoção da saúde ficaram extremamente comprometidas em função do bloqueio imposto pelo MPOG ao orçamento da saúde.

O Ministério da Saúde, inclusive, revelou que houve um crescimento significativo nos casos de dengue no Brasil.

Assim, o presente requerimento busca esclarecer de que forma os cortes no orçamento da saúde estariam afetando a vida da população brasileira.

Saía das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2007

Requer Voto de Pesar ao ex-Vereador e radialista o Sr. Eloy Santos.

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, as seguintes homenagens pelo falecimento do Sr. Eloy Santos:

1. Inserção em ata de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento;
2. Apresentação de Condolências à família.
3. Comunicação às Organizações Rômulo Maiorana.

Justificação

Eloy teve extensa carreira no Rádio, passando por todas as grandes emissoras da capital. Na Rádio Liberal AM ele comandou seu último programa, entre 2001 e 2002, com o “Polêmica”. Depois, dedicou-se à carreira política, tendo três mandatos como vereador de Belém e um como deputado estadual.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2007

Requeremos nos termos do art. 222 do Regimento interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Aplauso à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, instituição

pública de direito privado dedicada ao ensino de nível médio e profissional desde 1967, que completará 40 anos de atividades no próximo dia 12 de abril de 2007.

A Fundação foi instituída a partir de um convênio firmado entre a União, o Estado e o Município de Novo Hamburgo; atualmente possui cerca de 3.200 alunos matriculados em seis cursos técnicos, provenientes de mais de 50 municípios do Estado.

O envio desta justa homenagem que faz o Senado Federal deverá ser encaminhado ao Senhor Presidente do Conselho Técnico Deliberativo Martim Saraiva Barboza, na Rua Inconfidentes, 395 – Bairro Primavera – Novo Hamburgo (RS).

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Pedro Simon**.

REQUERIMENTO Nº 327, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja inserido em ata Voto de Profundo Pesar e apresentação de condolências às famílias, em decorrência do acidente com aeronave que prestava serviços para a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, ocorrido no dia 31 de março último, ocasionando o falecimento do piloto, Paulo Lopes e do Técnico em Enfermagem, Darciel Santos Carvalho.

Justificação

O trágico acidente ocorrido em Boa Vista vitimou com óbito o piloto Paulo Lopes e o técnico em enfermagem Darciel Santos Carvalho, restando sobrevivente o Auxiliar de Epidemiologia Marcos Xavier Cardoso.

No momento do acidente a aeronave da empresa Paramazônia Táxi Aéreo estava a serviço da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, em atendimento a população indígena no Estado de Roraima.

O avião decolou no sábado, 31 de março, de Boa Vista e pousou na região de Catrimani para deixar medicamentos aos índios lanomâmis que vivem no local. Em seguida, decolou com destino a Caracaraí, onde os dois funcionários da Funasa seriam deixados.

Cerca de uma hora depois, a aeronave desapareceu e foram iniciadas as buscas por uma

equipe de resgate, com apoio logístico da Força Aérea Brasileira.

O epidemiologista Marcos Xavier, sobrevivente do acidente com uma perna fraturada, conseguiu abrir uma clareira na mata, que permitiu a localização da aeronave pela equipe de resgate, com duas vítimas fatais.

Pela importância do trabalho dos servidores públicos no atendimento às populações indígenas e pelos relevantes serviços prestados pelo piloto da empresa Paramazônia Táxi Aéreo, requeiro os Votos de Profundo Pesar.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 328, DE 2007

Solicita esclarecimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o PLS nº 215, de 2005 submetido à apreciação desta Casa.

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, e arts. 215 e 216, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, esclarecimentos sobre os contratos administrativos e o Sistema Integrado de Gestão Eletrônica dos Contratos, via manifestação escrita sobre o Projeto de Lei do Senado nº 215, de 2005, de autoria do senador Álvaro Dias, que determina o desenvolvimento e aplicação a todos os contratos firmados pela União, suas autarquias e empresas públicas, do Sistema Integrado de Gestão Eletrônica dos Contratos do Estado (SIGECE), para tanto fornecendo cópia integral do Projeto.

Igualmente, solicito a interrupção da tramitação sobre a matéria, nos termos do art. 216, inciso IV do RISF, até que as informações solicitadas sejam encaminhadas ao requerente.

Justificação

O PLS nº 215, de 2005, a qual sou relator da matéria, em linhas gerais, busca garantir maior eficiência no controle e fiscalização dos recursos públicos e transparência na gestão desses recursos. O órgão consultivo desta Casa, ao se manifestar a respeito da matéria, por solicitação restrita ao meu gabinete, enumerou uma série de obstáculos, de natureza jurídicos, administrativos e econômicos que impedem o projeto de prosperar. Trata-se do Estudo nº 115, de 2006, da lavra do consultor legislativo, Dr. Renato Monteiro de Rezende.

Entretanto, os princípios que norteiam a Administração Pública em um Estado democrático de direito nos impedem de tornar uma posição ou adotar uma certeza sobre a inviabilidade do projeto sem que outros órgãos, também responsáveis pela boa gestão dos recursos públicos, sejam ouvidos.

Evitando-se, pois, o requerimento de audiência pública, que muitas vezes empenam os trabalhos das Comissões, solicito o encaminhamento do requerimento para a autoridade acima identificada, objetivando obter dados e informações que justifiquem a adoção de um juízo de valor.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, PSB/SE

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2007

O Senador que esse subscreve, com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao Excelentíssimo Governador do Estado de Minas Gerais, Senhor Aécio Neves, Voto de Congratulações pela formulação e lançamento do Programa Poupança Jovem, destinado a alunos do ensino médio da rede estadual, onde

cada um receberá uma poupança de R\$1.000,00 (um mil reais) por ano, pelo período de três anos, ao final do que poderá usá-lo como bem entender. Para tanto deverão ser observadas: a frequência escolar regular, o bom desempenho escolar, a participação em atividades de cidadania da comunidade e o não envolvimento com atividades criminosas.

Justificação

O Governador Aécio Neves ao assinar ontem o decreto que cria oficialmente o Poupança Jovem, considerou-o como um dos principais programas no segundo mandato. Até 2010, o Governo de Minas quer incluir 50 mil jovens no programa que irá garantir uma poupança de R\$1.000,00 por ano a alunos do ensino médio da rede estadual.

O Governador afirma que a meta é afastar os jovens da criminalidade: “Acredito que a relação pró-ativa que passará a haver nessas comunidades, para que os jovens não percam os benefícios, criará cidadãos cada vez mais responsáveis e, como eu disse, que possam resistir à grave cooptação da criminalidade que ocorre em algumas áreas, não apenas em Minas Gerais, mas em todo o Brasil”, objetivo de todos nós que lutamos pelo bem do Brasil.

Ao final de três anos, o estudante que manter frequência regular, garantir bom desempenho escolar, participar de atividades de cidadania em sua comunidade e não se envolver com o crime poderá usar o montante de R\$3.000,00 como quiser. Para garantir que os jovens permaneçam na escola, a maior parte do dinheiro (R\$2.800,00) só poderá ser sacada no final do período. O projeto prevê que R\$100,00 possam ser retirados ao fim de cada um dos dois primeiros anos.

O governo prevê um gasto adicional com atividades culturais e esportivas, inclusão digital, ensino profissionalizante e outras. O IDH e outros índices, como evasão escolar e criminalidade, serão considerados para a escolha dos contemplados.

Assim peço o apoio e o acolhimento da proposta pelos nobres pares.

Sala das Sessões, 6 de março de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O REQUERIMENTO DE APLAUSO NA REUNIÃO DE 06/03/07
OS SENHORES SENADORES:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- ALFREDO NASCIMENTO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- (VAGO)
SÉRGIO ZAMBIASI	8- (VAGO)
JOÃO RIBEIRO	9- (VAGO)
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
GARIBALDI ALVES FILHO	4- VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	5- JARBAS VASCONCELOS
PAULO DUQUE	6- JOAQUIM RORIZ
GERALDO MESQUITA	7- NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 330, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, número 12, do Regimento Interno, audiência da Comissão de Assuntos Econômicos para se manifestar sobre o PLC nº 82/2006, que “modifica o art. 79 da Lei nº 5.764/71 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social)”.

Sala das Sessões, 10 de março de 2007. – Senador **Romero Jucá**, Líder do Governo.

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2007

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 82, de 2006, que “modifica o art. 79, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971”, atualmente tramitando na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala de Reuniões, 27 março de 2007. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, seja ouvida

a Comissão de Assuntos Sociais além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Exedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2007

Altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruena na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art.1º Fica alterado o Anexo do Plano Nacional de Viação, no item 5.2.1., Seção 5, do Sistema Hidroviário Nacional, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que passa a vigorar acrescido da definição dos pontos extremos e da extensão da Hidrovia do Rio Tapajós na Bacia Amazônica e inclusão das hidrovias dos rios Teles Pires e Juruena, conforma a seguinte descrição :

5.2.1 –RELAÇÃO DESCRITIVA DAS HIDROVIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

RIO	PONTOS EXTREMOS DOS TRECHOS NAVEGÁVEIS	EXTENSÃO APROXIMADA (km)
	<u>BACIA AMAZÔNICA</u>	

Tapajós	Confluência dos rios Juruena e Teles Pires / Foz no rio Amazonas.	815

Teles Pires	Sopé da Cachoeira Oscar Miranda (Município de Sinop - MT)/ Confluência com o rio Juruena.	725
Juruena	11° 05' de latitude Sul para jusante/ Confluência com o rio Teles Pires.	550

.....”
Art 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em setembro de 1973 foi editada a Lei n.º 5.917, que definiu o Plano Nacional de Viação, nele incluídos os Sistemas Rodoviário, Ferroviário, Portuário, Hidroviário e Aeroviário Nacionais.

A Lei define, ainda, que o Plano Nacional de Viação compreende um conjunto de Princípios e Normas Fundamentais, estabelecidos em seu artigo 3º, aplicáveis ao Sistema Nacional de Viação em geral, para atingir os objetivos mencionados em seu artigo 2º, e aplicáveis também ao conjunto particular das infra-estruturas viárias que estão contempladas nas Relações Descritivas que compõem os sistemas que enuncia.

Dessa forma, para que a União possa exercer seu papel no desenvolvimento das infra-estruturas viárias do Sistema Hidroviário Nacional, devem ser relacionadas as vias de interesse nacional para orientar as ações com vistas ao seu efetivo desenvolvimento.

Os planos, como instrumentos para a ordenação e a orientação de realização de atividades, devem ser atualizados, corrigidos e adequados para atender as necessidades de desenvolvimento, acompanhando as mudanças e as novas áreas de desenvolvimento do território nacional, que vão ocorrendo ao longo dos anos.

A partir de 1973, o desenvolvimento econômico nacional, em especial a produção agrícola, estendeu-se das regiões Sul e Sudeste, em um processo gradativo de deslocamento em direção ao Norte, passando pela região Centro Oeste. Nos últimos anos, observou-se que os grandes rios que atravessam essas regiões, como exemplos o Tocantins e seu afluente Araguaia; o Amazonas e seus afluentes, entre eles o rio Madeira, poderiam representar excelentes rotas de deslocamento de mercadorias em direção aos portos marítimos no Norte do país, e contribuir para desafogar as instalações dos portos das regiões Sul e Sudeste, bem como a rede de transporte terrestre que atende essa vasta área.

Essa constatação, na prática, tem identificado aumentos anuais significativos de carga transportada pelas hidrovias, como na hidrovia Madeira/Amazonas por exemplo. Essa hidrovia tem apresentado aumento considerável na movimentação de grãos agrícolas produzidos no Mato Grosso e Rondônia com direção à exportação, através da transferência ao tráfego marítimo de longo curso (exportação), via portos marítimos de Parintins (AM) e de Santarém (PA), de onde são transbordados das embarcações fluviais aos navios de longo curso. Situação semelhante poderia estar ocorrendo nos rios Araguaia e Tocantins. Não ocorrem, no primeiro, por razões de ações judiciais que inibiram a exploração das vias navegáveis, e no Tocantins, em especial pelo atraso sistemático na conclusão das eclusas de Tucuruí.

Considerando que o transporte via fluvial é, inequivocamente, o de menor consumo de energia, pode-se concluir que a implantação das hidrovias resultará em menores custos operacionais para o transporte de mercadorias, significando redução do custo Brasil e a possibilidade dos produtores rurais aumentarem suas receitas, além de ganharem novos mercados. Aliado a esses benefícios pode-se relacionar também a menor emissão de poluentes, pela substituição do transporte terrestre pelo fluvial. A esse benefício indireto ao meio ambiente somam-se: a redução do tráfego terrestre e conseqüentemente o número de acidentes nas estradas; a diminuição da necessidade de manutenção das estradas, e a racionalização e economia de combustível.

Assim, considerando que os rios Tapajós e seus formadores Teles Pires e Juruena irão desempenhar papel importante no Sistema Hidroviário Nacional, é que se propõe a inclusão na relação das hidrovias nacionais de interesse do Plano Nacional de Viação.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007.



Senador **FLEXA RIBEIRO**

*LEGISLAÇÃO CITADA*LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.Requ.amento

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras prov. cências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Viação (PNV) de que trata o artigo 8º, item XI, da Constituição Federal, representado e descrito complementarmente no documento anexo contendo as seguintes seções:

1. Conceituação Geral. Sistema Nacional de Viação.

2. Sistema Rodoviário Nacional:

2.1. conceituação;

2.2 nomenclatura e relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrantes do Plano Nacional de Viação.

3. Sistema Ferroviário Nacional:

3.1 conceituação.

3.2 nomenclatura e relação descritiva das ferrovias integrantes do Plano Nacional de Viação

4. Sistema Portuário Nacional:

4.1 conceituação;

4.2 relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.

5. Sistema Hidroviário Nacional:

5.1 conceituação;

5.2 relação descritiva das vias navegáveis interiores do Plano Nacional de Viação.

6. Sistema Aeroviário Nacional:

6.1 conceituação;

6.2 relação descritiva dos aeródromos do Plano Nacional de Viação.

7 - Sistema Nacional dos Transportes Urbanos (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1 - Conceituação (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.0 - O Sistema Nacional dos Transportes Urbanos compreende o conjunto dos sistemas metropolitanos e sistemas municipais nas demais áreas urbanas, vinculados à execução das políticas nacionais dos transportes e do desenvolvimento urbano. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.1 - Os sistemas metropolitanos e municipais compreendem: (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

a) a infra-estrutura viária expressa e as de articulação com os sistemas viários federal, estadual e municipal; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

b) os sistemas de transportes públicos sobre trilhos (metrô, ferrovia de subúrbio e outros), sobre pneus, hidroviários e de pedestres, operados nas áreas urbanas; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

c) as conexões intermodais de transportes, tais como estacionamentos, terminais e outras; (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

d) estrutura operacional abrangendo o conjunto de atividades e meios estatais de administração, regulamentação, controle e fiscalização que atuam diretamente no modo de transportes, nas conexões intermodais e nas infra-estruturas viárias e que possibilitam o seu uso adequado. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.2 - Os sistemas metropolitanos e municipais se conjugam com as infra-estruturas e estruturas operacionais dos demais sistemas viários localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

7.1.3 - Não se incluem nos sistemas metropolitanos e municipais, pertencentes ao Sistema Nacional dos Transportes Urbanos, as infra-estruturas e respectivas estruturas operacionais dos demais sistemas nacionais de viação, localizados nas áreas urbanas. (Incluído pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

§ 1º Os sistemas mencionados nas seções 2, 3, 4, 5 e 6, citadas englobam as respectivas redes construídas o previstas.

§ 2º As localidades intermediárias constantes das redes previstas que figuram nas relações descritivas constantes das seções 2.2 e 3.2 citadas, não constituem pontos obrigatórios de passagem, mas figuram apenas como indicação geral da diretriz das vias consideradas, sendo o seu traçado definitivo fixado pelo Poder Executivo, após estudos técnicos e econômicos.

§ 3º Os órgãos federais das diferentes modalidades de transporte deverão elaborar as respectivas cartas geográficas em escala conveniente, que permita distinguir e identificar facilmente as diretrizes viárias com seus pontos de passagem, assim como os portos e aeródromos, conforme as relações descritivas do Plano Nacional de Viação de que trata esta lei.

Art 2º O objetivo essencial do Plano Nacional de Viação é permitir o estabelecimento da infra-estrutura de um sistema viário integrado, assim como as bases para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País, sob o múltiplo aspecto econômico-social-político-militar.

Art 3º O Plano Nacional de Viação será implementado no contexto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento e dos Orçamentos Plurianuais de Investimento, instituídos pelo Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, modificado pelo Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro 1969, e Lei Complementar nº 9, de 11 de dezembro de 1970 obedecidos, especialmente os princípios e normas fundamentais seguintes aplicáveis a todo o Sistema Nacional de Viação, e inclusive a navegação marítima, hidroviária e aérea:

a) a concepção de um sistema nacional de transportes unificado deverá ser a diretriz básica para os diversos planejamentos no Setor, visando sempre a uma coordenação racional entre os sistemas federal, estaduais e municipais, bem como entre todas as modalidades de transporte;

b) os planos diretores e os estudos de viabilidade técnico-econômica devem visar à seleção de alternativas mais eficientes, levando-se em conta possíveis combinações de duas ou mais modalidades de transporte devidamente coordenadas e o escalonamento de prioridades para a solução escolhida;

~~c) dar-se a preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes, para, em etapas subseqüentes, cuidar-se de sua expansão;~~

c) dar-se a preferência ao aproveitamento da capacidade ociosa dos sistemas existentes. (Redação dada pela Lei nº 6.630, de 16.4.1979)

d) a política tarifária será orientada no sentido de que o preço de cada serviço de transporte reflita seu custo econômico em regime de eficiência. Nestas condições, deverá ser assegurado o ressarcimento, nas parcelas cabíveis, das despesas de prestação de serviços ou de transportes antieconômicos que venham a ser solicitados pelos poderes públicos;

e) em conseqüência ao princípio anterior, será assegurada aos usuários a liberdade de escolha da modalidade de transporte que mais adequadamente atenda às suas necessidades;

f) a execução das obras referentes ao Sistema Nacional de Viação, especialmente as previstas no Plano Nacional de Viação, deverá ser realizada em função da existência prévia de estudos econômicos que se ajustem às peculiaridades locais, que justifiquem sua prioridade e de projetos de engenharia final;

g) a aquisição de equipamentos ou execução de instalações especializadas serão precedidas de justificativa, mediante estudos técnicos e econômico-financeiros;

h) a adoção de quaisquer medidas organizacionais, técnicas ou técnico-econômicas no Setor, deverão compatibilizar e integrar os meios usados aos objetivos modais e intermodais dos transportes, considerado o desenvolvimento científico e tecnológico mundial. Evitar-se-á, sempre que possível, o emprego de métodos, processos, dispositivos, maquinarias ou materiais superados e que redundem em menor rentabilidade ou eficiência face àquele desenvolvimento;

i) tanto os investimentos na infra-estrutura como a operação dos serviços de transportes reger-se-ão por critérios econômicos; ressalvam-se apenas, as necessidades imperiosas ligadas à Segurança Nacional, e as de caráter social, inadiáveis, definidas e justificadas como tais pelas autoridades competentes, vinculando-se, porém, sempre aos menores custos, e levadas em conta outras alternativas possíveis;

j) os recursos gerados no Setor Transportes serão destinados a financiar os investimentos na infra-estrutura e na operação dos serviços de transporte de interesse econômico. Os projetos e atividades destinados a atender as necessidades de Segurança Nacional e as de caráter social, inadiáveis, definidas como tais pelas autoridades competentes, serão financiados por recursos especiais consignados ao Ministério dos Transportes;

l) os investimentos em transportes destinados a incrementar o aproveitamento e desenvolvimento de novos recursos naturais serão considerados como parte integrante de projetos agrícolas, industriais e de colonização; sua execução será condicionada à análise dos benefícios e custos do projeto integrado e as respectivas características técnicas adequar-se-ão às necessidades daqueles projetos;

~~m) os investimentos em vias de transportes, portos e aeroportos, nas áreas metropolitanas e demais áreas urbanas, deverão ser coordenados por planos diretores e/ou projetos específicos e compatibilizados com os planos de desenvolvimento urbano, visando obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das zonas residenciais.~~

m) os sistemas metropolitanos e municipais dos transportes urbanos deverão ser organizados segundo planos diretores e projetos específicos, de forma a assegurar a coordenação entre seus componentes principais, a saber: o sistema viário, transportes públicos, portos e aeroportos, tráfego e elementos de conjugação visando a sua maior eficiência, assim como a compatibilização com os demais sistemas de viação e com os planos de desenvolvimento urbano, de forma a obter uma circulação eficiente de passageiros e cargas, garantindo ao transporte terrestre, marítimo e aéreo possibilidades de expansão, sem prejuízo da racionalidade na localização das atividades econômicas e das habitações. (Redação dada pela Lei nº 6.261, de 14.11.1975)

Art 4º As rodovias ou trechos de rodovia, já construídos e constantes do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 4.592, de 29 de dezembro de 1964, e alterações posteriores e que não constem do Plano Nacional de Viação aprovado por esta lei, passam automaticamente para a jurisdição da Unidade da Federação em que se localizem.

Art 5º Poderão ser considerados como complementando e integrando uma via terrestre do Plano Nacional de Viação os acessos que sirvam como facilidades de caráter Complementar para o usuário, desde que estudos preliminares indiquem sua necessidade e viabilidade financeira ou haja motivo de Segurança Nacional, obedecendo-se às condições estabelecidas por decreto.

Art 6º As vias de transporte, portos e aeródromos constantes do Plano Nacional de Viação ficam, sejam quais forem os regimes de concessão e de propriedade a que pertençam, subordinadas às especificações e normas técnicas aprovadas pelo Governo Federal.

Art 7º Os recursos provenientes do Orçamento Geral da União e de Fundos específicos, destinados ao Setor Transportes, não poderão ser empregados em vias, portos e aeródromos que não constem de programas ou planos, oficiais, anuais ou plurianuais, enquadrados nos respectivos sistemas de viação, obedecidos os demais dispositivos legais concernentes.

Art 8º Os recursos que tenham sido destinados para atendimento das obras constantes do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei número 4.592, de 29 de dezembro de 1964 serão transferidos automaticamente para a execução das mesmas obras consideradas no Plano de que trata esta lei, independentemente de qualquer formalidade.

Art 9º O Plano Nacional de Viação será, em princípio, revisto de cinco em cinco anos.

Parágrafo único. Dentro de cento e oitenta dias da vigência desta Lei, o Conselho Nacional de Transportes estabelecerá a sistemática do planejamento e implantação do Plano Nacional de Viação obedecidos os princípios e normas fundamentais, enumerados no artigo 3º.

Art 10. Os Estados, Territórios, Distrito Federal e Municípios elaborarão e reverão os seus Planos Viários com a finalidade de obter-se adequada articulação e compatibilidade entre seus sistemas viários e destes com os sistemas federais de Viação.

§ 1º O atendimento ao disposto neste artigo, no que se refere a planos e sistemas rodoviários, é condição essencial à entrega, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), das parcelas cabíveis àquelas Unidades Administrativas, do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, somente sendo lícito aos Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarem recursos oriundos daquele imposto nos seus Sistemas Rodoviários, quando estes se harmonizem e se integrem entre si e com o Sistema Rodoviário Federal.

§ 2º Para atendimento ao disposto na legislação em vigor, especialmente no artigo 21, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estabelecerá a sistemática de verificação da compatibilidade e adequação, do planejamento e implementação dos Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, ao Plano Nacional de Viação.

§ 3º A sistemática de que trata o parágrafo anterior estabelecerá a forma e os prazos em que serão prestadas as informações necessárias à verificação mencionada e proverá normas organizacionais, de planejamento, de execução e de estatística, como orientação para os setores rodoviários dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios, de modo a obter seu funcionamento harmônico e efetivamente integrado num sistema rodoviário de âmbito nacional.

Art 11. Os Planos Rodoviários dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, serão elaborados e implementados dentro de Sistemática semelhante à do Plano Nacional de Viação e deverão, no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação desse Plano, ser submetidos ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, que os apreciará, encaminhando-os ao Conselho Nacional de Transportes.

Art 12. Após cento e oitenta dias da publicação dos Planos Rodoviários Estaduais, os Municípios deverão apresentar seus planos rodoviários aos órgãos competentes dos Estados em que se situam

§ 1º Os órgãos rodoviários estaduais aprovarão os Planos Rodoviários Municipais, dando imediata ciência ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

§ 2º Desde que não haja incompatibilidade com os Planos Rodoviários Municipais, Estaduais e o Plano Nacional de Viação, poderão ser elaborados Planos Rodoviários Vicinais Intermunicipais pelos órgãos rodoviários estaduais, de comum acordo com os Municípios interessados.

§ 3º Basicamente, a competência executiva e político-administrativa das rodovias vicinais intermunicipais, não consideradas rodovias estaduais, caberá aos respectivos municípios em que se situarem.

Art 13. O caput do artigo 12 e seu parágrafo 4º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação, mantidas as alterações introduzidas nos demais parágrafos desse artigo, pelo art. 5º do Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967:

"Art. 12. Os Estados e o Distrito Federal somente receberão as suas quotas do Fundo Rodoviário Nacional após demonstrarem perante o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a destinação e aplicação daqueles recursos, de acordo com a legislação vigente.

§ 4º A inobservância dos prazos a que se referem os parágrafos anteriores, salvo se prorrogados por motivo de força maior, a critério do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, determinará retenção automática das quotas a serem distribuídas".

Art 14. O item I e o parágrafo 4º, do artigo 14, do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

"Art. 14.

I - No máximo dez por cento em rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas.

.....

§ 4º As rodovias substitutivas de linhas férreas federais reconhecidamente antieconômicas poderão ter sua jurisdição ou conservação a cargos dos órgãos rodoviários estaduais ou municipais, concernentes".

Art 15. O artigo 21, do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21. Os recursos previstos no artigo anterior, a serem distribuídos trimestralmente pelo DNER, serão integralmente aplicados pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, na execução dos planos rodoviários estaduais, municipais ou territoriais, os quais deverão se articular e compatibilizar com as diretrizes deste Decreto-lei e do Plano Nacional de Viação, de modo a obter-se um sistema rodoviário integrado de âmbito nacional".

Art 16. Os parágrafos 1º e 2º do artigo 21 do Decreto-lei nº 512, de 21 de março de 1969, passam a ter, respectivamente, a seguinte redação:

§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, os Estados, Territórios e Distrito Federal deverão submeter suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados de atividades ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, de acordo com as normas e padrões que este órgão estipular.

§ 2º Os Municípios submeterão suas programações rodoviárias (orçamentos anuais e plurianuais) e relatórios detalhados à aprovação das autoridades estaduais respectivas, na forma que estas determinarem, atendidas, dentro do possível, a homogeneidade com as normas e padrões mencionados no parágrafo anterior".

Art 17. A alínea h , do artigo 4º, do Decreto-lei nº 799, de 28 de agosto de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

h) manifestar-se sobre os Planos Rodoviários que os Estados, Territórios e Distrito Federal lhe submeterem, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem".

Art 18. O artigo 1º do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, modificado pelo Decreto-lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas:

I - BR-230 (Transamazônica) - Trecho: Estreito - Altamira - Itaituba - Humaitá, na extensão aproximada de 2.300 km;

II - BR-425 - Trecho: Abunã - Guajara-Mirim, na extensão aproximada de 130 km;

- III - BR-364 - Trecho: Porto Velho - Abunã - Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul - Japiim, na extensão aproximada de 1.000 km;
- IV - BR-317 - Trecho: Lábrea - Boca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasiléia - Assis Brasil, na extensão aproximada de 880 km;
- V - BR-230 (Transamazônica) - Trecho Humaitá-Lábrea, na extensão aproximada de 230 km;
- VI - BR-319 - Trecho: Manaus-Humaitá-Porto Velho, na extensão aproximada de 760 km; Vide Lei nº 6.337, de 4.6.1976
- VII - BR-174 - Trecho: Manaus-Caracará-Boa Vista-Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 970 km;
- VIII - BR-401 - Trecho: Boa Vista-Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140 km;
- IX - BR-364 - Trecho: Cuiabá-Vilhena-Porto Velho, na extensão aproximada de 1.400 km;
- X - BR-163 - Trecho: Cuiabá-Cachimbo-Santarém - Alenquer-Fronteira com o Suriname, na extensão aproximada de 2.300 km;
- XI - BR-156 - Trecho: Macapá-Oiapoque, na extensão aproximada de 680 km; Vide Decreto Lei nº 1.868, de 30.3.1981
- XII - BR-080 - Trecho: Rio Araguaia-Cachimbo-Jacareacanga - Careiro, na extensão aproximada de 1.800 km;
- XIII - BR-010/226/153 - Trecho: Porto Franco-Paralelo 13 (no Estado de Goiás), na extensão aproximada de 900 km;
- XIV - BR-010/230 - Trecho: Guamá-Carolina, na extensão aproximada de 600 km;
- XV - BR-070 - Trecho: Rio-Araguaia-Cuiabá, na extensão aproximada de 470 km;
- XVI - BR-307 - Trecho: Cruzeiro do Sul-Benjamin Constant-Içana-Cucui (Fronteira com a Venezuela) e suas ligações com as localidades de Elvira (BR-411) e Caxias (BR-413), na fronteira com o Peru, sendo a extensão total aproximada de 1.750 km;

XVII - BR-210 - Trecho: Macapá-Caracarái-Içana-Mitu (Fronteira com a Colômbia), na extensão aproximada de 2.450 km;

XVIII - BR-158 - Trecho: São Félix do Araguaia-Xavantina-Barra do Garças, na extensão aproximada de 630 km.

Parágrafo único. Os pontos de passagem e as extensões dos trechos planejados serão fixados definitivamente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, após os estudos técnicos e topográficos finais”.

Art 19. Enquanto não for estabelecida nova sistemática preconizada no artigo 10 e seus parágrafos desta lei, assim como no artigo 21 e seus parágrafos, do Decreto-lei número 512, de 21 de março de 1969, modificados pelo artigo 16 da presente lei, continuarão em vigor as disposições da legislação que trata do assunto.

Art 20. A classificação dos portos e aeródromos será feita pelo Poder Executivo, segundo os critérios que avaliem e escalonem a sua importância econômica em função das regiões, áreas ou atividades servidas pelos mesmos, ressalvados os interesses da Segurança Nacional.

§ 1º Dentro de cento e vinte dias da vigência desta lei, o Conselho Nacional de Transportes apresentará Projeto, dispondo sobre a classificação dos portos marítimos, fluviais e lacustres, que integrem o Sistema Portuário Nacional.

§ 2º Os nomes dos aeródromos e aeroportos existentes só poderão ser modificados quando houver necessidade técnica dessa alteração.

Art 21. É mantido o Plano Aeroviário Nacional de que trata o Decreto-lei nº 270, de 28 de fevereiro de 1967, observada sua compatibilidade com as disposições desta lei e atendidas as demais definições do Código Brasileiro do Ar (Decreto-lei nº 32, de 18 de novembro de 1966).

Art 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as Leis nºs 4.540, de 10 de dezembro de 1964; 4.592, de 29 de dezembro de 1964 e 4.906, de 17 de dezembro de 1965, e os Decretos-leis nºs 143, de 2 de fevereiro de 1967 e 514, de 31 de março de 1969, e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de setembro de 1973; 152º da Independência e 85º da República

(Á Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2007

Altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 73. A União poderá estabelecer convênios com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Destaca-se que a nova legislação demonstra a meritória intenção do Governo no enfrentamento à questão das drogas, dando ênfase à prevenção ao uso de substâncias entorpecentes, ao tratamento e recuperação dos dependentes químicos, sua inserção social, bem assim, o atendimento a seus familiares.

A lei possibilita, inclusive, a concessão de benefícios às instituições privadas que desenvolverem programas de reinserção no mercado de trabalho dos usuários e dependentes de drogas. Significa, assim, o envolvimento de toda a Sociedade nesta questão, como se fazia necessário.

Todavia, pela relação dada ao art. 73, nem o Distrito Federal nem os Municípios foram concluídos entre os entes federativos passíveis de firmar convênios com a União, visando à prevenção e a repressão ao tráfico de drogas.

Compete constitucionalmente à Polícia Federal prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, no entanto, mediante convênios tácitos ou explícitos, as Polícias do Distrito Federal e dos Estados, antes mesmo da nova lei, já atuavam na repressão ao tráfico de drogas. A maioria dos Estados e o Distrito Federal têm programas de prevenção ao uso de substâncias entorpecentes. Alguns Municípios igualmente.

Agora, com a criação do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, tanto a prevenção e a repressão ao tráfico, como a prevenção ao uso indevido de drogas, foram finalmente “sistemizados”, devendo obedecer aos critérios estabelecidos pela União.

De conformidade com a nova legislação a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão, concorrentemente na prevenção ao uso indevido de drogas, inclusive com dotação orçamentária própria.

Pelas razões até aqui expostas é que se propõe a modificação do art. 73, de modo que tanto o Distrito Federal quanto os Municípios tenham a possibilidade de firmar convênios com a União, tanto para reprimir o tráfico de drogas como prevenir o uso indevido de substâncias entorpecentes, inclusive para manter-se a isonomia entre todos os entes da Federação.

Assim os Municípios, já tão debilitados em suas finanças, necessitam ser contemplados com a possibilidade de firmar convênios com a União, tanto de natureza técnica quanto financeira, para desenvolverem seus programas, nos moldes estabelecidos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.

Peço, portanto, o apoio dos senhores e das senhoras parlamentares no sentido da aprovação da presente matéria que recompõe a importância do Distrito Federal e, principalmente, dos municípios quanto ao trabalho que se apresenta no âmbito do Sisnad

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Sérgio Zambiasi**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas

para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 73. A União poderá celebrar convênios com os Estados visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas.

Art. 74. Esta Lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação.

Art. 75. Revogam-se a Lei nº 6.368 de 21 de outubro de 1976 e a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002.

Brasília, 23 de agosto de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, – Márcio Thomaz Bastos – Guido Mantega – Jorge Armando Felix.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2007

Autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a criação, no âmbito do Poder Público Federal, do Programa Biblioteca do Professor.

§ 1º A biblioteca de que trata esta Lei tem como objetivo reforçar os programas de formação e aperfeiçoamento dos professores da rede pública brasileira de ensino pré-escolar, fundamental e médio.

Art. 2º A Biblioteca do Professor constará de obras científicas, técnicas, didáticas e literárias fornecidas pelo Poder Público Federal.

§ 1º O Poder Público Federal fará consulta aos professores, que indicarão os títulos escolhidos, de acordo com os princípios do Programa Nacional do Livro Didático.

§ 2º Os livros da Biblioteca do Professor serão de uso, guarda e propriedade dos professores da rede pública de ensino.

§ 3º Anualmente, serão oferecidos, a cada professor, pelo menos dois títulos de obras para constituição do acervo da Biblioteca do Professor.

Art. 3º Os recursos para a aquisição da Biblioteca do Professor correrão à conta do Programa Nacional do Livro Didático.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Justificação

A universalização da educação no Brasil depende, entre outros fatores, da valorização, formação e motivação dos professores. Embora todos os outros requisitos (instalações, equipamentos, pessoal de apoio, materiais didáticos) completem o quadro da educação formal, sem o professor não se pode implementar a construção do saber e a transmissão dos conhecimentos.

Por certo, a valorização será alcançada com um piso salarial condigno com a função, o que é tarefa do Governo Federal, dos Estados e Municípios. Mas é também necessário um permanente processo de formação, que permita ao professor leigo alcançar a licenciatura; que leve o licenciado a se especializar; que leve o militante de muitos anos a se aperfeiçoar no dia-a-dia.

Pensando nisso, o Ministério da Educação instituiu, em 2003, o Programa Biblioteca do Professor, cujo objetivo primordial foi permitir que nossos educadores formassem uma biblioteca na qual pudessem ter acesso às obras fundamentais para sua formação técnica e científica e para sua fruição intelectual.

Criada nos moldes do Programa Nacional do Livro Didático, essa estratégia permitiu que os professores escolhessem – de uma lista de obras selecionadas pela Academia Brasileira de Letras – duas obras que desejavam fazer constar de sua biblioteca. Abertas as inscrições, em quinze dias se alcançou o montante definido para a oferta de livros. Enquanto durou o programa – apenas 2003 e 2004 –, foram distribuídos 144 títulos, num total de um milhão e meio de livros, e foram beneficiados mais de setecentos mil professores, praticamente de todas as escolas de alfabetização e da 1ª à 4ª séries. O investimento – R\$ 14 milhões – é relativamente muito baixo, comparado a outras despesas do Governo Federal.

No entanto, esse programa vitorioso não teve continuidade. Executado com sucesso em 2003, foi concluído, a duras penas, em 2004. Daí em diante, não teve prosseguimento.

Ao apresentar um projeto de lei que estabelece o Programa Biblioteca do Professor, temos por objetivo permitir que essa política tenha continuidade e não seja submetida a interrupções com a mudança de titulares da pasta da Educação.

Do projeto, constam os critérios básicos que nortearão o programa, especificando apenas o número mínimo de livros a cada ano, de modo a permitir seu ajuste às disponibilidades orçamentárias.

Convictos da relevância da proposição, esperamos a acolhida do projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007

Prorroga até 2010 o mandato dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O ato das disposições constitucionais transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 95. Fica prorrogado até o final do ano de 2010 o mandato dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores vigente na data da promulgação desta emenda constitucional, mantida em quatro anos a duração dos mandatos assumidos a partir de 2010”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Pretende-se, com a presente emenda, prorrogar a vigência dos atuais mandatos municipais (de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores) até o ano de 2010, data em que novo pleito se realizaria na mesma ocasião em que ocorrerão as eleições estaduais e federais.

A partir de 2010, portanto, aprovada esta PEC, as eleições somente ocorrerão de quatro em quatro anos, facilitando o processo eleitoral, e deixando de gerar toda uma mobilização nacional desnecessária, com vistas à realização de pleitos a cada dois anos, como hoje ocorre.

Há muito se discutem no âmbito do Congresso Nacional diversos tópicos que constituem a chamada reforma política. Tal reforma não pode se abster de considerar o aspecto da economicidade e da eficiência na máquina administrativa, princípios insculpidos, respectivamente, nos artigos 70 e 37 da Lei Maior.

Não há qualquer motivo justificável para que as eleições municipais ocorram em período distinto das federais, como, igualmente, não há nada que justifique que o mandato dos prefeitos e vereadores não coincida com o período correspondente aos mandatos federais e estaduais.

A contrário senso, o momento da escolha dos representantes federais e estaduais torna-se o mais propício para a municipalidade, na medida em que os municípios têm a oportunidade de escolher representantes que sejam de idêntica linha política das autoridades federais e estaduais.

Além das razões políticas, não se podem olvidar as de natureza econômica.

O quadro abaixo, todo ele retirado do SIAFI, indica a evolução de gastos executados pela Justiça Eleitoral, entre os anos de 2000 e 2006. Os dados do ano de 2007 reportam apenas a previsão orçamentária.

A análise dos dados acima, em especial a última linha antes do total, apresenta, de forma resumida, o quanto custa um pleito eleitoral para o País.

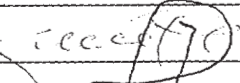
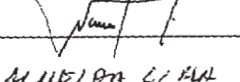

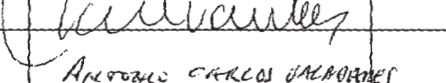
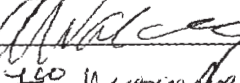
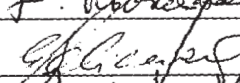

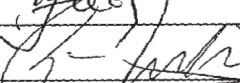
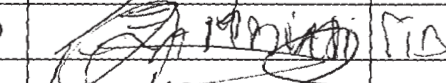
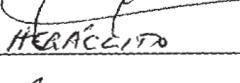

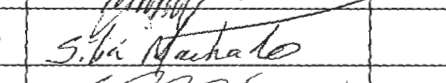
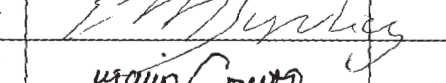
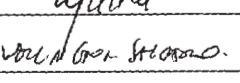

Usando-se a metodologia de apropriar à eleição seguinte os gastos de pleitos eleitorais e de modernização, tem-se que as eleições municipais de 2000 custaram 247,3 milhões de reais, ao passo que as federais e estaduais de 2002 exigiram 422,8 milhões.

Em 2004, as eleições municipais custaram ao País a cifra de 542,8 milhões e as federais e estaduais de 2006, 691,6 milhões.

Como se observa, as eleições têm sofrido elevação média 42,25%, o que significa dizer que, possivelmente, nossas eleições de 2008 poderão custar à União 983,8 milhões de reais, ou seja, quase um bilhão de reais, desnecessariamente.



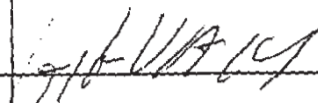

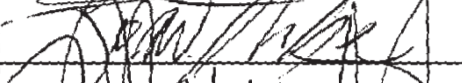

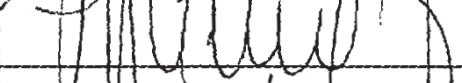
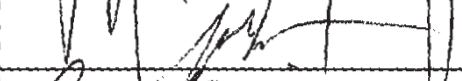
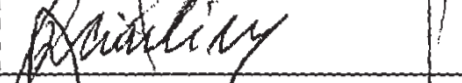



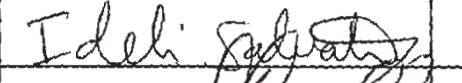


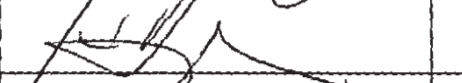
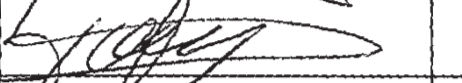
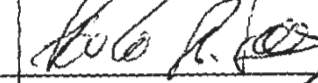

É dever do Congresso Nacional atentar para a falta de economicidade desta prática e procurar, de uma vez por todas, estancar essa saída inútil de recursos do povo.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Leomar Quintanilha**.

Nº	NOME	PART.	UF	ASSINATURA
1	GABRIELI PLUG STU			
2	Santo de Costa	PMDB	NC	
3				ALMEIDA CIHAL
4				FABIO VASCONCELOS
5	ANDRÉ CARLOS JACQUES			
6	Mário Santos			José Vasconcelos
7	Vitor Pereira			
8	Flávio Arnus	PT	PR	
9	ALFREDO NASCIMENTO PR			
10		PS	RS	
11				HERACITO
12				Rauy
13	Silvia Machado			SIRBA
14				EDUARDO SUPPLY
15	Luís Couto			
16				VOLTA GRUPO STANBORD

Apoio

para a...
para a...
para a...

17				LÚCIA VÂNIA
18				
19				Roriz
20				 João Ribeiro
21				JOÃO VICENTE CAUDINO
22				Luiz Antônio Salgado
23				Rosalley Lianey
24				MARCELO AQUINO
25				
26	JOSE NERY			Agueda
27				
28				CICERO LUCCENA
29				JOSE AGRIPINO
30				
31				
32				
33				
34				

(À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 14, de 2007**, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que *altera o art. 17 do Regimento Interno do Senado Federal para determinar que o livro de inscrição dos oradores de cada sessão do Plenário ficará à disposição dos Senadores a partir das 8 horas e 30 minutos*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 5, de 2007** (nº 222/2007, na origem), de 7 de março último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do Processo TC-004.375/2005-7, referente ao acompanhamento da implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; em 2ª autuação à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e, em cópia, anexada ao processado do **Aviso nº 41, de 2005-CN**, vai à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Papaléo Paes, V. Exª tem a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, falarão o Senador Gilvam Borges e o Senador Sibá Machado, intercalando um inscrito e outro que falará como Líder.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, recente matéria do *Diário do Amapá* chamou a atenção do meu Estado para um grave problema que se espalha por todo o País. Trata-se do tráfico de pessoas, crime que atinge principalmente mulheres e crianças indefesas que, ludibriadas pela falsa promessa de uma vida melhor, deixam-se levar por inescrupulosos mercadores de seres humanos.

Na matéria, é relatada a revoltante história de uma adolescente de 15 anos, aliciada no Pará e mantida em cativeiro em Macapá à espera de ser enviada para um País europeu. A garota, que sucumbiu às palavras falaciosas de um integrante de quadrilha especializada no tráfico internacional de mulheres e crianças, estava absolutamente desorientada quando resgatada por agentes da polícia, sem ter a menor idéia do destino que a aguardava.

O fato, Sr. Presidente, estarreceu a boa gente do Amapá e revela que tais quadrilhas estão ampliando suas bases de operação. Antes, sabia-se que os centros de ação desses bandidos eram Goiás e Ceará, lugares de origem da maior parte das garotas vítimas dessa atividade criminosa. Contudo, pela leitura de estudos e relatos de entidades governamentais, notadamente o relatório da CPMI da Exploração Sexual, percebe-se que tais redes já se espalharam por todo o território nacional.

É terrível saber, Srªs e Srs. Senadores, que meninas ainda na tenra infância, ou mesmo jovens cheias de sonhos e vida, sejam aliciadas e covardemente retiradas de seu meio para perseguir um conto de fadas que nunca se realizará. Tais bandidos prometem uma vida pródiga de bens e segurança, mas, na verdade, entregam um martírio de dor, sofrimento e penúria.

É triste, Sr. Presidente, saber que boates e casas de prostituição espalhadas pelo mundo são “abastecidas” com meninas e mulheres brasileiras, em “carregamentos” cada vez mais freqüentes e usuais.

Garotas que, esquecidas pelo Estado brasileiro e desmotivadas pela precariedade de nosso sistema educacional, são atraídas por um sonho que, fatalmente, se tornará um pesadelo.

Sim, meus caros colegas, porque os relatos que dispomos são repletos de crueldade, maus-tratos e requintes de perversidade. Essas meninas, nas mãos das quadrilhas, são tratadas como bichos selvagens, encarceradas e violentadas sem piedade alguma.

Para tais delinqüentes, Sr. Presidente, que se utilizam da miséria humana para a prática de vilanias, deve viger a legislação mais dura possível. Entretanto, desgraçadamente, nosso sistema legal ainda oferece brechas para a ação dessas quadrilhas. Exemplo disso é que, dentro da legislação criminal, o transporte de pessoas dentro do território nacional para fins de explo-

ração não é tipificado como tráfico. Só são enquadradas nesse tipo situações de traslados internacionais.

Ora, tal condição dificulta sobremaneira o desbaratamento e o combate às conexões que se abastecem de garotas em nosso território. Vejam os senhores e as senhoras que já foram identificadas 141 rotas nacionais e internacionais de captura e condução de crianças e jovens por parte de quadrilhas com ramificações brasileiras.

Porém, diante das lacunas existentes em nossa norma penal, a ação policial se encontra obstaculizada em suas operações internas.

Ademais, entrando no bojo da complexa questão de segurança pública em nosso País, temos de combater com firmeza a impunidade. Não podemos mais conviver com chicanas processuais e benevolências indevidas disponibilizadas em nossos códigos legais. Se os recursos e mecanismos formais existem como parte indissolúvel de um sistema legal democrático e justo, seu abuso acaba por desvirtuar aquilo que objetiva proteger: a prestação jurisdicional correta e equilibrada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tráfico de seres humanos em nosso País deve enfrentar a mais dura repressão que pudermos realizar. Todos os mecanismos sociais, econômicos, jurídicos e políticos que estiverem ao alcance de nossas autoridades, incluindo este Parlamento, devem ser utilizados para um constante e severo combate ao crime organizado.

Os mercadores de gente, bandidos da mais alta periculosidade e frieza, não podem mais continuar a roubar os sonhos e a dignidade de tantas brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Gilvam Borges.

Em seguida, falará como Líder o Senador Sibá Machado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meus queridos Senadores e Senadoras, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de registrar, desta tribuna, a alegria de saudar o Deputado Estadual Paulo José, que, na tribuna de honra, abrilhanta esta augusta Casa e que muito bem representa o nosso povo do Estado do Amapá na Assembléia Legislativa.

E não poderia ser diferente, Deputado Paulo José, pois até o tema que vou abordar desta tribuna é decisivo, de fundamental importância para a vida nacional. Refiro-me à priorização da reforma política pelo País, pois, enquanto isso não ocorrer, a sociedade estará totalmente desorganizada.

Praticamente, Sr. Presidente, todo brasileiro se diz favorável à chamada reforma política. Mesmo assim, ela não sai do terreno das boas intenções. Como de boas intenções, segundo dizem, o inferno está cheio, vamos falar de oportunidade. Nós, políticos, sabemos que aproveitar as boas oportunidades é fundamental na vida pública.

Todos nós, nesta Casa, sabemos disso. Pois bem: eis aqui a oportunidade de, finalmente, realizarmos a reforma político-partidária de que a Nação tanto reclama.

Há mais de cinco legislaturas se discute o assunto. O Senador Marco Maciel não conseguiu ganhar um grama nos últimos tempos, já que despende toda a sua energia bradando sobre a necessidade da reforma. A verdade é que o tema já está pra lá de maduro e a pressão da opinião pública recomenda que o assunto não seja mais postergado. Aliás, é a maneira mais eficaz de combater a descrença da população nos institutos e instituições representativas da democracia.

A Constituição de 1988 promoveu a ruptura com o estado de exceção e abriu oportunidades equivalentes para todos com o voto para os analfabetos, o voto opcional para os jovens de 16, 17 anos, a autonomia dos Partidos políticos para definição de suas estruturas, organização e funcionamento e, ainda, o plebiscito, referendo e iniciativa popular, permitindo a participação da população mediante instrumentos democráticos diretos.

É chegada a hora de tornar a política nacional menos personalista, reduzindo os efeitos nefastos dessa prática.

Só assim seremos capazes de construir um País melhor e mais justo.

Há muito foi diagnosticada como principal problema da vida política nacional – vejam bem – a fragilidade dos Partidos políticos brasileiros. Nossa legislação tem conduzido quase que invariavelmente ao enfraquecimento dos Partidos políticos e ao reforço da atuação individual.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, grande parte da descrença da população em relação à classe política nasce daí. O voto não se traduz em resultados concretos que melhorem a vida ou mudem o que os eleitores desejam ver transformado.

Não é apenas isso. Ao votar, a população não está escolhendo um programa de ação que deseja ver cumprido. Por isso, não pode cobrá-lo de seus representantes no futuro.

Mais ainda: tornam-se grandes as dificuldades de entendimento político para o objetivo maior de gestão da coisa pública. Prevalece o fisiologismo, e não os consensos ou divergências sobre o que seja melhor para o País.

Com isso, o Brasil não avança e não se resolvem os grandes problemas nacionais, a maioria dos quais já ficou crônica. Assim, parece não restar dúvida de que é imperioso fortalecer os Partidos políticos.

A reforma política, naturalmente, pode ser pensada em um sentido amplo e em um sentido restrito.

Em sentido amplo significa pensar as práticas políticas em todos os espaços de expressão política: no âmbito do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário); dos Partidos políticos, da sociedade civil organizada. Pensar as formas de participação, de representação política, com seus processos eleitorais, e de tomada de decisões. Pensar as relações entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. E, além disso, pensar as relações entre Estado, Partidos políticos e movimentos sociais.

Em sentido restrito, significa pensar os sistemas e os processos político-eleitorais e político-partidários.

Qual é, portanto, a reforma política que queremos? É a reforma ampla, que só a maioria acachapante dos votos dados ao Presidente Lula pode patrocinar.

Defendo, inicialmente, que a infidelidade partidária resulte, pura e simplesmente, na perda do mandato. Aliás, recentemente, o TSE, Tribunal Superior Eleitoral, manifestou-se nesse sentido, quando disse entender que o mandato é do Partido e não do político eleito.

A disciplina partidária, Sr. Presidente, é muito importante, e o estatuto do Partido ou deliberações de convenções partidárias têm que ser obedecidos.

Ora, se o Partido se reúne, discute, e a maioria decide que determinada matéria de interesse nacional tenha uma determinada posição na defesa em plenário, desaguando na votação, não há por que os

companheiros, os militantes, os representantes desse Partido serem contrários.

O que observamos quanto às deliberações partidárias são as defecções. Há indisciplina, há desrespeito e não se pode fortalecer o Partido como se deveria.

É importante a instituição da fidelidade partidária, mas também é importante decidir sobre o sistema atual de listas abertas. Nesse sentido, os trabalhos da Comissão Especial do Senado recomendaram a introdução do sistema distrital misto como o mais vantajoso.

Outros apontam o sistema de listas fechadas, pois o sistema de listas abertas só encontra similar na Finlândia, e inibe o funcionamento das agremiações, pois, perante estas, o Parlamentar não possui compromissos duradouros. Discutamos, pois, a nossa fórmula porque o importante certamente é sairmos do sistema atual.

A reforma que se pretende deve fortalecer os Partidos, tornando as agremiações mais ideológicas e mais comprometidas com programas que, por sua vez, precisam representar o compromisso do Partido com o seu eleitorado.

A escolha do eleitor acontecerá, então, em relação a programas que podem e devem ser cobrados depois. Com isso, os Partidos se fortalecem e são efetivamente agentes do povo na busca de soluções para os seus problemas.

O Presidente Lula será reconhecido pela história como o homem que implementou todas as reformas necessárias para ajustar o País a esse novo mundo moderno e informatizado, sobretudo porque terá sido capaz de comandar a reforma das reformas, a mãe de todas as reformas: a reforma política. Sem esse ordenamento e essa reestruturação, cai por terra o grande vigilante da democracia.

Já podemos observar a desorganização do mundo político e de suas lideranças credenciadas pelo povo, que se reflete no Poder Judiciário e no Poder Executivo. A Nação precisa se levantar com urgência!

Este é um País de grandes homens que servem em todos os Poderes. Precisamos nos levantar. Não adiantam as palavras e as idéias proferidas das tribunas, seja no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras mirins ou nas praças públicas, se não houver respeito à classe política.

Portanto, o País precisa, com urgência, levantar essa bandeira da reforma política e da reforma tribu-

tária. Daqui, da tribuna, pedimos ao Presidente Lula que assuma o comando dessa macrocirurgia política e estrutural.

É hora de sacudir a poeira de dogmas surrados, como o de que “todo político calça 40”, e provar que somos homens de bem e não podemos pagar por uma minoria que macula o poder confiado pelo povo. Nem legar às gerações futuras a nossa omissão sobre o tema.

Diz-se que hoje o mundo é uma aldeia global. O Brasil, então, é uma tribo desse grande sistema. É a nossa tribo. A melhor tribo do mundo, aliás. Repita-se, em quantos idiomas julguem necessários, que, na nossa tribo, não há lugar para falsos heróis meterem a faca e sangrarem a nossa democracia. Nada, Sr. Presidente, fará esta “tribo” sucumbir!

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais 10 minutos para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais dez minutos, não; dois minutos dou a V. Ex^a com muita satisfação.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – V. Ex^a é tão generoso!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou dar mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Dois? Está bem. Não sei o que fazer mais, Sr. Presidente. Fiquei decepcionado com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então vou dar mais um minuto. V. Ex^a tem três minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Três minutos já está bom.

E agora, Viana? A devastação no Acre, durante a gestão de Jorge Viana, foi maior do que se pensava.

Sr. Presidente, o tempo é muito curto, e não dá para ler a matéria da *Veja*, uma revista de circulação nacional.

Este tema veio à tribuna pelo querido, estimado e amado Senador Tião Viana. Eu quero deixar a leitura da matéria para outra oportunidade, já que o tempo é muito curto.

Quero dizer ao Senador Tião Viana e ao Governador Jorge Viana que contem com a nossa solidariedade. Acho que essa matéria deve ser bem discutida. Em outro pronunciamento, vou lê-la na íntegra, para que possamos travar esse grande debate em que a

Amazônia está mergulhada agora, com esse tema de repercussão nacional.

Considerando a benevolência de V. Ex^a, encerro antes do tempo, pois é dando que se recebe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta Presidência agradece ao Senador Gilvam Borges.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa curtíssimo pronunciamento em que registro os vitoriosos cem primeiros dias da gestão inovadora, corajosa, do Governador José Roberto Arruda aqui no Distrito Federal e, ao mesmo tempo, Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru, no Amazonas, pela honrosa classificação entre os 95 Municípios brasileiros considerados modelo de eficiência na gestão de arrecadação de impostos.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governador José Roberto Arruda, do Distrito Federal, está fazendo a coisa certa e, nesses primeiros 100 dias, sua administração, que inova, revela sua disposição de “dar uma reviravolta” nos conceitos tradicionais de política administrativa.

Arruda responde, em entrevista de página inteira da **Gazeta Mercantil**, edição de hoje, dia 10 de abril, a todas as indagações e aponta os principais pontos de sua gestão, já com resultados positivos.

Ao aplaudir a ação do Governador do DF, requeiro a publicação da entrevista de Arruda, em anexo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

“Queremos no governo a eficiência do setor privado”

O governador do Distrito Federal sonha em dar a Brasília e à região o dinamismo dos tempos de JK

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

Em três meses no cargo, o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda (Democratas, antigo PFL), 53 anos, mostrou que está disposto a quebrar paradigmas na administração pública depois de ter dado uma reviravolta na carreira política de ascensão meteórica. O ex-senador (1995 a 2001) que renunciou ao mandato para escapar à cassação em decorrência de envolvimento no escândalo do painel de votação do Senado, e que caiu no ostracismo por mais de um ano, foi o deputado federal mais bem votado proporcionalmente do País (2002), e venceu a eleição para governador em primeiro turno no ano passado.

“Uma pessoa que já errou, caiu e se levantou não pode ocupar um cargo novamente para fazer o mesmo”, enfatiza Arruda em entrevista a este jornal. Nos últimos noventa dias, ele iniciou uma profunda reforma no governo do Distrito Federal: demitiu 30 mil funcionários, entre contratados sem concurso e ocupantes de cargos de confiança. E mexeu em outro vespeiro: mandou despejar milhares de moradores de áreas públicas invadidas — inclusive condomínios de luxo. “É preciso colocar o DF dentro da lei”, avisa.

Ao mesmo tempo, definiu um programa de obras quase tão audacioso quanto aquele que serve de referência à sua atuação política e a quem tem a pretensão de ser herdeiro: o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Quer incluir obras de arquitetura e urbanismo à cidade construída há meio século e retomar o ideal de JK, de desenvolver o Centro-Oeste do País.

“Não sou aplaudido pelos 30 mil demitidos. As pessoas acham bonita esta história de gestão eficiente, mas na pele dos outros”

Entre os projetos estão uma “greenvillage”, um condomínio baseado em conceitos ecologicamente corretos, e a cidade digital, uma área moderna para instalação de empresas de tecnologia da informação. A plataforma tipo “50 anos em quatro”, com potencial para levar Arruda ao Palácio do Planalto em 2010, também inclui a queda de paradigmas na gestão pública, como parcerias público-privadas para explorar o turismo na capital federal e a terceirização do centro de convenções, por exemplo.

O caminho que escolheu para essa etapa de sua carreira política faz sentido para quem “viu seu próprio enterro político”, como costuma brincar sobre o episódio que o afastou da vida pública durante mais de um ano. Rejeitando a idéia de que seu esforço é à forma de se

redimir do passado, o governador lança um desafio: “Existe um outro político brasileiro que em algum momento da nossa história tenha reconhecido um erro? Eu reconheci o meu”.

Como JK, Arruda é mineiro de nascimento. Adotou o Distrito Federal desde que saiu de sua cidade natal, a pequena Itajubá. Sua vida pública inclui passagens na direção de estatais e no governo do Distrito Federal. Seu primeiro cargo eletivo foi diretamente o de senador da República, de 1995 a 2001.

Casado com a atriz Mariane Vicentini, Arruda é pai de oito filhos, dos quais quatro adotados.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Gazeta Mercantil - *O que levou o senhor tomar medidas tão polêmicas?*

José Roberto Arruda - Recebi o governo com 17.900 servidores em cargos em comissão, mais 11 mil servidores contratados sem concurso e uma dívida de R\$ 700 milhões, 36 secretarias espalhadas em 144 imóveis alugados. Isto era inadiministrável. Devolvi os prédios alugados, diminuí as secretarias, exonerei 30 mil servidores. Só em janeiro e fevereiro economizamos R\$ 158 milhões. Com esse rearranjo, passamos a despachar onde antes era um quartel da Polícia Militar. Numa grande sala ficam a minha mesa, a do vice-governador [Paulo Octávio] e a de todos os secretários. Assim estamos dando ao setor público um padrão de eficiência comum no setor privado — sem escaninhos, sem divisórias.

Gazeta Mercantil - *O senhor firmou algumas parcerias para essas mudanças.*

Arruda - Com o Movimento Brasil Competitivo, que nos ajuda na implantação de sistemas de gestão para medir resultados. Contratamos o Instituto de Desenvolvimento Gerencial, que já ajudou o governador Aécio Minas (PSDB) em Minas Gerais e Paulo Hartung, no Espírito Santo, na reforma administrativa. Um dos problemas do setor público brasileiro é não avaliar os custos. A administração pública gasta muito mais para investir do que para gerar resultados à sociedade. A inversão disto é o nosso desafio. O Distrito Federal tem vantagens comparativas em

relação aos demais estados por ser uma unidade da federação relativamente nova, com apenas 47 anos. Ainda é possível mudar essas estruturas.

Gazeta Mercantil -

O senhor diz que é preciso "colocar o DF dentro da lei".

Arruda - Não tomar uma atitude quanto aos condomínios irregulares significaria permitir que as terras públicas em Brasília continuassem ocupadas por ricos e pobres e retalhadas. A consequência disto seria o fim da cidade planejada. Assim como derrubei um esqueleto de 17 anos às margens do Lago Paranoá, não deixo que as pessoas invadam terras e façam as suas construções. Está tudo errado, por parte de pobre e rico. Só no parque da Vaquejada, na Ceilândia, derrubamos 500 casas. Tudo o que é ilegal vai sair. Esta questão da ilegalidade em Brasília é um componente histórico. Como era preciso construir rápido a capital, valia tudo. Não pode continuar a cidade do vale tudo, estamos dançando um freio de arumação. Brasília tem que voltar ao império da lei.

Gazeta Mercantil - *Como o senhor pretende contrapor o desgaste político gerado por essas medidas?*

Arruda - Não sou aplaudido

pelos 30 mil demitidos. As pessoas acham muito bonita esta história de gestão eficiente, mas na pele dos outros. O desgaste é por estar comprando uma briga, não apenas com interesses localizados – alguns dos quais absolutamente ilegítimos. Quase todos os dias ouço: "Arruda, votei em você e perdi o meu emprego". Criou-se a idéia de que os governos devem abrigar os cabos eleitorais. Estou perdendo espaço político junto aos que me elegeram. Tento mostrar que fui eleito para cumprir um programa de administração pública decente.

Gazeta Mercantil - *Demissão no setor público ainda é um tabu. Muitas tentativas foram feitas e no final tudo volta ao normal. O que garante que na sua gestão vai ser diferente?*

Arruda - Isso decorre dessa cultura de o Estado é cabide de emprego. Eleitores pressionam e as autoridades voltam a reempregar. Terei tempo para mostrar à sociedade que essas economias têm resultado prático mais adiante, como uma maior capacidade de investimento e de organização do Estado. E que o cabide de empregos é transformado na construção de hospitais, escolas, asfalto, melhorias para toda a sociedade e não apenas para um grupo de privilegiados por serem amigos do rei.

Gazeta Mercantil - *Esse tipo de medida não costuma dar votos.*

Arruda - Ainda é cedo para saber se a eficiência na gestão pública dá voto ou não. Temos alguns casos bem sucedidos: a gestão do governador Paulo Arting, no Espírito Santo, que promoveu enorme enxugamento da máquina e foi reeleito ano passado. Com o Aécio Neves aconteceu o mesmo em Minas

Gerais. Esta é mais ou menos a história de vários governos paulistas. O Brasil tem algumas ilhas de gestão eficiente. O César Maia (Democratas) na prefeitura do Rio foi um sujeito que inovou, inclusive tecnologicamente. Existe uma nova geração

de governadores, inclusive no Nordeste – o petista Marcelo Déda, em Sergipe, o Eduardo Campos (PSDB), em Pernambuco, cabeças novas querendo sair do assistencialismo arcaico e partir para uma administração mais moderna. Se isto vai dar resultado, saberemos nas eleições municipais de 2008 e na corrida presidencial de 2010.

Gazeta Mercantil - *O senhor, Aécio Neves, o governador do Rio, Sérgio Cabral, parecem estar bem articulados. Quais seus projetos comuns?*

Arruda - Se traçarmos um eixo no Centro-Oeste, a grande região produtora de grãos e também portuária por causa de Vitória, passamos por Minas Gerais, Rio, Goiás, Brasília. Há um eixo claro de desenvolvimento nessa parte do País e para o qual buscamos caminhos. Isso era muito do que queria JK, que apostava na agricultura e em tecnologia para dinamizar as cidades-pólo do Centro do Brasil. A concentração das riquezas nos grandes centros urbanos também concentrou as oportunidades.

Gazeta Mercantil - *Como a nova geração de governadores pode contribuir para reverter essa situação?*

Arruda - Pensamos num Brasil menos desigual. É uma pena que o governo federal não tenha enxergado isto quando fez o Programa de Aceleração do Crescimento. O PAC centraliza grande parte dos recursos no Sul e Sudeste. É mais fácil investir em estados mais adiantados, mas para reduzir as desigualdades regionais e sociais, é preciso inverter a direção dos investimentos. JK foi a figura que poderia ter feito essa inversão no Brasil.

Gazeta Mercantil - *Esse tipo de medida não costuma dar votos.*

Arruda - Ainda é cedo para saber se a eficiência na gestão pública dá voto ou não. Temos alguns casos bem sucedidos: a gestão do governador Paulo Artung, no Espírito Santo, que promoveu enorme enxugamento da máquina e foi reeleito ano passado. Com o Aécio Neves aconteceu o mesmo em Minas Gerais. Esta é mais ou menos a história de vários governos paulistas. O Brasil tem algumas ilhas de gestão eficiente. O César Maia (Democratas) na prefeitura do Rio foi um sujeito que inovou, inclusive tecnologicamente. Existe uma nova geração de governadores, inclusive no Nordeste — o petista Marcelo Déda, em Sergipe, o Eduardo Campos (PSDB), em Pernambuco, cabeças novas querendo sair do assistencialismo arcaico e partir para uma administração mais moderna. Se isto vai dar resultado, saberemos nas eleições municipais de 2008 e na corrida presidencial de 2010.

Gazeta Mercantil - *O senhor, Aécio Neves, o governador do Rio, Sérgio Cabral, parecem estar bem articulados. Quais seus projetos comuns?*

Arruda - Se traçarmos um eixo no Centro-Oeste, a grande região produtora de grãos e também portuária por causa de Vitória, passamos por Minas Gerais, Rio, Goiás, Brasília. Há um eixo claro de desenvolvimento nessa parte do País e para o qual buscamos caminhos. Isso era muito do que queria JK, que apostava na agricultura e em tecnologia para dinamizar as cidades-pólo

do Centro do Brasil. A concentração das riquezas nos grandes centros urbanos também concentrou as oportunidades.

Gazeta Mercantil - *Como a nova geração de governadores pode contribuir para reverter essa situação?*

Arruda - Pensamos num Brasil menos desigual. É uma pena que o governo federal não tenha enxergado isto quando fez o Programa de Aceleração

do Crescimento. O PAC centraliza grande parte dos recursos no Sul e Sudeste. É mais fácil investir em estados mais adiantados, mas para reduzir as desigualdades regionais e sociais, é preciso inverter a direção dos investimentos. JK foi a figura que poderia ter feito essa inversão no Brasil.

Imagino o Juscelino aqui no Copacabana Palace dizendo para os cariocas que ia mudar a capital para Brasília. Ele foi muito mais doído do que eu. Ele enfrentou muita resistência. Era maluco e deu certo.

Gazeta Mercantil - *Mas quais os meios para fazer isso?*

Arruda - Pela eficiência da gestão. É uma nova marca a ser colocada na discussão política. Em 2010 teremos dois discursos: da continuidade do assistencialismo e paternalismo que escravizam, e de um Estado mais liberal, que privilegia a economia de mercado, eficiente e, portanto, capaz de criar um clima capaz de atrair investimentos privados mais fortes.

“Não tomar uma atitude quanto aos condomínios irregulares significaria permitir o fim da cidade planejada”

Gazeta Mercantil - *Quais suas prioridades para Brasília?*

Arruda - Brasília é uma cidade, de 2,5 milhões de habitantes, com mais 1,5 milhão no entorno. A renda per capita do plano piloto é a mais alta do País. É um cenário urbano propício a fortes investimentos. Estamos com alguns projetos que vão chamar a atenção do setor produtivo. Queremos construir no setor Noroeste uma nova área

habitacional, uma “greenvillage”, em moldes ecologicamente corretos, com utilização da água da chuva e aproveitamento do vento para gerar energia. Várias empresas imobiliárias já perceberam esse potencial. Também estamos construindo a cidade digital, onde o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal se juntaram para fazer um grande centro de processamento de dados. Redes de fibra óptica e redes sem fio (wireless) estão sendo colocadas lá.

Gazeta Mercantil - *Tudo isso para atrair empresas.*

Arruda - Empresas na área da tecnologia da informação. Temos um outro espaço multimídia para as grandes cadeias de televisão ficarem bem instaladas na capital federal. Queremos viabilizar a construção do nosso transmilênio, um veicular sobre rodas ligando Santa Maria ao plano piloto, um trajeto de 40 km. Queremos modernizar Brasília, construída para ter 500 mil habitantes e não os atuais 4 milhões. Existem oportunidades para uma série de parceiras público privadas. Estou implantando uma gestão liberal. Demiti servidores públicos, busco parceiros para promover o turismo, quero terceirizar o centro de convenções. Preparo Brasília para ser uma das sub-sedes da copa de 2014, e o estádio não precisa ser meu, pode ser do setor privado. O setor privado pode acreditar que é possível ter parcerias com o Estado brasileiro, com regras novas, com comportamentos novos, sem propinas, com confiabilidade e um clima propício aos investimentos.

Gazeta Mercantil - *E na área social, quais os projetos?*

Arruda - Erradicação do analfabetismo, a expansão do Na Hora, que desburocratiza a emissão de documentos oficiais e pa-

Arruda - Erradicação do analfabetismo, a expansão do Na Hora, que desburocratiza a emissão de documentos oficiais e pagamento de tributos; a construção de quatro vilas olímpicas

cas, implantação de escolas técnicas e de assistência dentária nas escolas, informatização do sistema de saúde, expansão da Universidade de Brasília (UnB) para as cidades-satélite, construção do trecho do metrô entre o Gama e o plano piloto e montagem de centros administrativos nas cidades-satélites para descentralizar o governo.

Gazeta Mercantil - De onde sairão os recursos?

Arruda - Com o corte de gastos, que ajudam a quitar as dívidas, e uma estrutura mais enxuta, espero ter os recursos para investir ainda neste ano R\$ 500 milhões. A começar pela conclusão das obras inacabadas, como o Hospital de Santa Maria, o metrô da Ceilândia. O meu dever de casa é concluí-las e esta é uma outra mudança cultural. O normal é o governante não terminar as obras deixadas pelos antecessores.

Gazeta Mercantil - O senhor esteve recentemente na Colômbia para conhecer experiências de combate à violência.

Arruda - Bogotá e Medellín são casos bem sucedidos de reforma urbana. Não só na segurança pública — eles foram vitoriosos na guerra contra o crime organizado e o tráfico de drogas —, mas de reforma urbana no sentido mais amplo. Bogotá conseguiu retirar as favelas, fazer centros habitacionais dignos para as pessoas de baixa renda, construiu o *transmilenium*, um transporte rápido e de qualidade. E tudo isto num tempo muito curto. É impossível ter uma cidade suja, com o centro urbano favelado, e segura, como o Rio de Janeiro. Enquanto houver uma população de baixa renda dominada pelo crime organizado, encrustada nos centros urbanos, não haverá níveis de segurança aceitáveis. Isto vale para qualquer cidade. Brasília é a capital do País, uma

aconteceu no Rio e em São Paulo. Por isso, preciso tomar medidas agora. Uma coisa está ligada à outra: a organização das favelas, o resgate da qualidade de vida das populações mais pobres, os investimentos em educação, esporte e cultura, tudo isto está vinculado à sensação de segurança. Claro que isto não diminui a nossa responsabilidade nos investimentos da segurança pública de curto prazo, que foi o que Medellín e Bogotá fizeram.

Gazeta Mercantil - E Brasília tem um detalhe: é patrimônio cultural da humanidade.

Arruda - Brasília é o único bem contemporâneo do mundo reconhecido como patrimônio cultural da humanidade, pela inovação da sua arquitetura; do seu urbanismo. Aliás, pela sua inovação da própria idéia de uma cidade planejada, construída no centro do Brasil, que foi capaz de interiorizar o desenvolvimen-

“Existe outro político brasileiro que em algum momento da nossa História tenha reconhecido um erro? Eu reconheci o meu”

to brasileiro, foi capaz de mudar o mapa econômico e demográfico do Brasil. Imagine o Brasil hoje sem Brasília: seria um país estreito, em todos os sentidos, um país litorâneo. De Pedro Álvares Cabral até JK fomos um povo que ficava no litoral tomando sol e olhando para o mar, como se tivéssemos saudades das caravelas portuguesas ou dos navios negreiros. Foi a construção de Brasília, nos anos 50, e de algumas rodovias e hidrelétricas que fizeram com que conquistássemos o nosso próprio território. Brasília é símbolo de uma época que deu certo.

Gazeta Mercantil - O senhor tem o perfil de um político popular e ao mesmo tempo toma medidas radicais.

Arruda - Essa é mais uma quebra de paradigmas. As duas coisas não são incompatíveis. Venho de família humilde, meu pai tinha só o segundo ano primário, era ferroviário no interior de Minas, minha mãe foi telefonista. Estudei em escola pública. O que há é uma diferença grande entre ser popular, no sentido etimológico da palavra — gostar do povo — e ser populista, usar o povo para um projeto pessoal. Eu gosto de gente. O nariz existe é pra isto mesmo, para cheirar as pessoas. O fato de gostar de gente não significa sempre dizer o que querem ouvir. O fato de ter humildade para conviver com todas as camadas sociais não me impede eficiência na gestão, de ser um administrador com coragem de tomar decisões. De um lado eu tenho este traço que vem de minha origem familiar, e de outro sou engenheiro, tenho uma boa formação acadêmica. E não vou jogar isto fora na hora que tenho a chance de administrar a capital do país.

Gazeta Mercantil - As urnas colocaram um ponto final no episódio da painel eletrônico?

Arruda - Não. Este é um episódio com o qual eu aprendi a conviver, e tenho que conviver o resto da vida. Eu errei, eu não podia ter olhado aquela lista [de votação da cassação do ex-senador Luis Estevão]. Talvez eu tenha até pago um preço alto demais por isso. Espero que um dia acabe o voto secreto no Congresso e todos tenham direito de ver a lista que eu vi. Mas isso não justifica o meu erro. Existe outro político brasileiro que tenha reconhecido um erro? Eu reconheci o meu.

cidade muito jovem e que já tem problemas urbanos gravíssimos. Temos favelas, desigualdades como no resto do Brasil. Não quero deixar acontecer o que

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Passamos a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por cinco minutos, pela Liderança do Bloco.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje nós tivemos a 10^a Marcha dos Prefeitos. Mais de três mil, vindos de todo o Brasil, comparecem a Brasília para mais uma justa reivindicação importantíssima para o desenvolvimento de nosso País.

Como noticia a **Folha OnLine**, o Presidente Lula cede e autoriza a base do Governo a aumentar repasse para as prefeituras em 1,3 bilhão de reais. O Governo decidiu que a reforma tributária também deverá ser revista e rediscutida aqui no Congresso e que possamos votar o item referente a um ponto percentual de interesse dos prefeitos e das prefeitas separadamente do conjunto do texto da reforma tributária.

Diz também que Lula atendeu outros pleitos dos prefeitos e anunciou a redução da contrapartida exigida dos Municípios para firmar convênios na área de educação e saneamento previstos no PAC. Anteriormente, os Municípios tinham que dar uma contrapartida de 20%, mas agora Lula disse que a contrapartida será de 0,1%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero lembrar os pontos em que o Governo avançou em relação aos Municípios desde 2003, primeiro mandato do Presidente Lula.

As transferências do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) tiveram um aumento de 59,4%, passando de 18,5 bilhões de reais, em 2002, para 29,5 bilhões de reais, em 2006.

A nova lei do ISS (Imposto Sobre Serviços) gerou ganhos com a arrecadação, passando de 38,4% do bolo tributário municipal, em 2003, para 42,3% no ano de 2005.

As transferências do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) tiveram um crescimento de 41,75%; para os Municípios, saltaram de cerca de R\$1,5 bilhão, em 2004, para R\$2,2 bilhões, no ano de 2006.

Na saúde, houve o crescimento de 26,85% das transferências para os Municípios, de modo que os recursos passaram de R\$13,5 bilhões, em 2002, para R\$17,1 bilhões, em 2006.

Ganhos do primeiro mandato do Presidente Lula.

As políticas sociais desenvolvidas em parceria com os Municípios permitiram reduzir a pobreza, dinamizar a economia local, melhorar a qualidade de vida, sobretudo dos pequenos Municípios.

O Bolsa Família recebeu um aporte de R\$7,5 bilhões, com repasse a 11,1 milhões de famílias pobres, que foram injetados na economia desses Municípios.

Benefícios de prestação continuada.

Graças à valorização do salário mínimo, outros R\$11,7 bilhões são repassados a idosos, a portadores de deficiência e a trabalhadores rurais em todos os Municípios, na forma de benefícios e de prestação continuada, rendas mensais vitalícias e pensões mensais vitalícias.

É importante lembrar, Sr. Presidente, que essa reivindicação do aumento do Fundo de Participação dos Municípios, que tem aqui, com certeza, no Congresso Nacional, a compreensão e o interesse direto de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, bem como dos Parlamentares da Câmara dos Deputados, vai fortalecer 1% para alguns Municípios. Isso parece tão pequeno, mas significa a transferência de mais de R\$1 bilhão do bolo das transferências da União para os Municípios.

É preciso lembrar ainda, Sr. Presidente, que a CNT/Sensus acaba de publicar uma pesquisa sobre a popularidade do Presidente Lula, a qual mostra que o desempenho do Presidente é aprovado por 63,7% dos 2 mil brasileiros entrevistados entre os dias 2 e 6 do mês em curso em 136 Municípios de 24 Estados. Saber isso é muito importante para o debate. Ontem, o Senador Antonio Carlos veio à tribuna e falou de uma recomendação que fez ao Presidente Lula. Tendo em vista a votação que recebeu nosso Presidente da República, é muito importante a consolidação da grande coalizão de partidos políticos para a governabilidade, para o País continuar no rumo do desenvolvimento sustentável. É importante, ainda, lembrar que, segundo a mesma pesquisa referente à expectativa em relação ao segundo Governo do Presidente Lula, o quadro se revela da seguinte maneira: para 54,8% dos entrevistados o desempenho do Presidente vai ser melhor; para 18,7%, vai ser igual; 19,65 e 6,9% vai ser pior e não sabiam ou não quiseram responder.

Então, fico muito bem impressionado, Sr. Presidente. Na História do Brasil é inédito o fato de um chefe do governo de origem popular superar todas as barreiras, como o Presidente Lula superou no Governo. Está aí a análise da situação da economia do nosso País. Durante muito tempo, nosso País viveu de joelhos diante...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Nosso País vivia de joelhos diante do capital internacional. Agora estamos a um passo de sair definitivamente da situação de dependentes financeiros de

países mais desenvolvidos. Estamos a um passo de dar um banho, digamos assim, na nova conjuntura da energia mundial, apresentando a outros países energias renováveis, fazendo com que o nosso País seja líder nesse processo.

Haveremos de chegar, ao final do segundo mandato do Presidente Lula, com um crescimento acima de 5%, com uma inflação controlada em torno de 3%, com a dívida externa praticamente paga, com a dívida interna abaixo dos 40 pontos e com a maior distribuição de renda a que o mundo deverá assistir. Portanto, quero aqui registrar o meu aplauso ao Governo do Presidente Lula.

Tenho de fazer esta revelação: no começo, eu achava que não chegaríamos a tanto. No começo, eu sentia um frio na espinha, achando que poderíamos até fracassar. A cada dia que passa, dobro a minha língua, realmente me encho de energia e tenho absoluta certeza de que o nosso País, a partir de 2011, estará definitivamente no rumo da grande...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Sibá?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está solicitando um aparte? Preciso apenas consultar a Presidência, porque pedi a palavra para uma comunicação inadiável.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, consulto V. Ex^a se posso conceder um aparte, que, às vezes, pode ser negado por força regimental.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a pode conceder o aparte.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sendo assim, concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a. Trago apenas uma lembrança à memória de V. Ex^a em relação ao percentual de 1% dos Municípios do FPM. Esta Casa já votou e aprovou esse projeto. Este é o segundo ano de aniversário de 1%.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – No Senado.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Exatamente. O projeto está na Câmara dos Deputados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Realmente, estranhamos por que o projeto não é votado. É claro que V. Ex^a bem sabe que, hoje, a Base do Governo conta com aproximadamente mais de três quintos dos Parlamentares. Portanto, é possível aprovar qualquer emenda constitucional, independentemente de qualquer situação. O meu apelo é que possamos somar esforços para aproveitarmos essa décima marcha. A

cada marcha que aqui aparece, existem promessas dos Governos Federais, não apenas do atual Governo, mas também de outros governos, que garantiriam uma melhor distribuição de renda para os Municípios. Infelizmente, fica só no discurso. Essa situação vem ocorrendo neste Governo, como ocorreu em outros. Então, o nosso apelo a V. Ex^a, que tem influência na Base do Governo, para que os Deputados aprovem esse projeto. O que entendemos é que essa matéria só será aprovada se o Governo quiser. Se o Governo não quiser, não haverá 1%. Daí o nosso apelo a V. Ex^a, que tem influência nos companheiros da Base, nos camaradas, para que todos possamos somar. Posso garantir a V. Ex^a que a base da Oposição está preparada para votar o 1%. Acredito que, juntos, poderemos fazer com que esses recursos cheguem aos Municípios, onde moram e trabalham os cidadãos que precisam de melhores condições de infra-estrutura. Esse 1% seria fundamental. Parabênzo V. Ex^a por esse alerta, dizendo que, se unirmos forças, eu posso garantir que a unanimidade da Oposição votará.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir.

Agradeço o aparte de V. Ex^a. Só lembro que havia e há um conjunto de decisões na área tributária. Realmente, o lençol é curto. Quando se dá um atendimento a um, temos dificuldade para atender a outro. Temos de atender à CPMF.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Veja V. Ex^a que o discurso do Governo é fácil, mas, na hora de resolver... Vamos puxar um pouco desse lençol para os Municípios, pois só se puxa para o Governo Federal.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A decisão está tomada, mas só quero lembrar a V. Ex^a que há um conjunto de fatores e que o Senado realmente votou o 1%. Entretanto, agora, o Presidente Lula autoriza a retirar esse debate do conjunto da reforma tributária para ser votado em separado. Então, já está autorizado e, com certeza, na Câmara dos Deputados, haveremos de votar, o mais rápido possível, o 1% dos Municípios.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Parabênzo o Presidente Lula e reitero o que acabei de dizer. Há dois anos, o Governo não autorizou – não queria que esse 1% fosse separado. V. Ex^a vem reafirmar as minhas palavras: há dois anos, o Senado Federal votou essa matéria e tenta-se exatamente fazer como se fez com aquela PEC paralela: tirar um pedaço e votar na Câmara dos Deputados. E aí o Presidente terá exatamente aquele 1% desejado por todos os prefeitos. Tardou, mas está chegando. Espero que agora realmente se

vote essa matéria, porque há um ano, na Marcha dos Prefeitos, também ficou decidido que seria aprovada. Lembro-me de que houve presidente – o Presidente da Câmara dos Deputados – que saiu nos braços, mas depois recebeu contra-ordem. Espero – vou reiterar – que realmente desta feita seja para valer.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Um aparte, Senador!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede permissão para mais um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, Senador. O Senador Efraim, toda vez que estou no plenário, mesmo em cinco minutos, me permite que faça um aparte. Eu não poderia negar para ele. Conseqüentemente, V. Ex^a, agora, é que coordena os apartes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem me pediu o aparte agora?

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Sibá!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Agradeço o aparte, Senador. Primeiro, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento cheio de euforia. Eu espero que essa euforia contamine todos os brasileiros, mas devo alertá-lo para o seguinte, Senador: as prefeituras estão falidas. Se essa decisão não chegou tarde, oxalá, tomara possa salvar ainda essas prefeituras. É o desejo nosso. Mas as providências prometidas há muito tempo já deveriam ter sido realizadas na sua prática, e o Senador tem razão em colocá-las. Acho que o povo brasileiro é muito generoso, Senador. Não quero desmotivá-lo nas suas colocações, absolutamente, nem criticá-lo. Como disse inicialmente, quero parabenizá-lo. Mas o povo brasileiro é muito generoso, porque o que este País está passando de insegurança é uma barbaridade, e o povo ainda acha que o Presidente Lula está indo muito bem! O que temos sofrido nessas estradas federais, Senador, V. Ex^a deve saber. O que clama o povo brasileiro por geração de emprego V. Ex^a também deve saber. Então desejo sinceramente que o Presidente Lula tenha um Governo melhor, de sucesso; que diminua a criminalidade neste País, que recupere as estradas para o povo brasileiro, que os jovens disponham de empregos para sua vida profissional e que em pouco tempo se possa substituir a doação do Bolsa Família por geração de emprego. Não critico o Bolsa Família, mas penso que seja uma medida de emergência. E até quando vai durar isso?

O que o povo brasileiro quer, na realidade, é trabalhar. Então espero que possamos juntos comemorar essa euforia. Não torço contra, não, Senador; ao contrário, toda vez que um Senador elogiar o Presidente eu quero aplaudir, mas quero deixar sempre exposto o que precisa ser feito neste País, com urgência. A segurança não pode mais esperar, Senador! Fale com ele V. Ex^a, que tem prestígio, que convive, diária, semanal ou mensalmente, com ele, que tem a possibilidade de uma audiência com ele, coisa que nunca vou ter. Mas, então, já que V. Ex^a tem a oportunidade de falar com ele, diga-lhe quantos cidadãos brasileiros caem, por dia, neste País, assassinados. V. Ex^a deve andar pelas estradas federais, e, nesse sentido, quinta-feira, farei um pronunciamento mostrando dados. E V. Ex^a vai ter a oportunidade, se estiver aqui, de perceber a calamidade em que se encontram as estradas brasileiras. Enfim, torço sinceramente para que dê certo e que ele possa fazer um Governo melhor que o primeiro. Mas, parabéns pelo pronunciamento de euforia que V. Ex^a faz.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Sibá Machado, um aparte, por gentileza.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já conceder.

Agradeço muito a V. Ex^a. Na verdade, também critico muito porque o modelo brasileiro de transporte prioriza o sistema rodoviário, que é muito mais caro em manutenção, em construção e tudo o mais. Acho que devemos pensar que o Brasil está com sua economia agrícola cada vez mais pulsante, então precisamos pensar em outras alternativas que não apenas a rodoviária, mesmo porque qualquer governo, por mais que procure dar conta disso, não consegue concluir, pois a malha viária brasileira é muito extensa.

Faço aqui votos de que a gente comece...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... a mudar para o sistema ferroviário. Ouço o Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Sibá Machado, o assunto que V. Ex^a trata e traz neste exato momento nesta Casa é muito interessante. Tive a primazia de ser Prefeito de minha cidade natal de Várzea Grande, no período de 1983/1988, no período de 1997/2000 e 2000/2004; também fui Governador do meu Estado de 1991/1994. Na verdade, há um empobrecimento total dos Municípios brasileiros, tendo em vista que a grande concentração da receita hoje está na mão do Governo Federal. V. Ex^a tem conhecimento que 60% da arrecadação nacional estão nas mãos do Governo Federal, 26% nas mãos dos Estados e ape-

nas 14% nas mãos dos Municípios. Feito isso, a cada dia que passa, Senador Sibá Machado, está havendo um empobrecimento, até mesmo um estrangulamento das finanças municipais de quase a maioria dos Municípios brasileiros. É importante, Senador Sibá Machado – V. Ex^a que é homem forte junto ao Governo Federal, sobretudo junto à pessoa do ilustre Presidente Lula –, que, de forma conjunta, homogênea, Senado e Câmara tomem as providências para que seja aprovado esse repasse, ou seja, o aumento da transferência do FPM em 1% para os Municípios brasileiros. Se não bastasse isso, Senador Sibá Machado, é fundamental também que nós possamos, por meio da CPMF, transferir recursos para que os Estados e Municípios prestem o mesmo serviço previsto na Contribuição no que diz respeito à saúde, sob pena de em breve quase 50% das prefeituras deste País fecharem as portas, engessadas, incapacitadas de prestar um bom serviço e de, pelo menos, manter os serviços essenciais, como saúde, educação, coleta de lixo, etc.

(Interrupção do som.)

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Concluirei, Sr. Presidente. Quero dizer, em nome dos Municípios brasileiros, como municipalista que sou – até porque já sofri na pele, no cotidiano dos meus três mandatos como prefeito –, que é de fundamental importância que o Congresso, sobretudo a Câmara dos Deputados, aprove com a maior urgência possível esse projeto, aumentando a transferência do FPM em apenas 1% para os Municípios brasileiros. Esse assunto é palpitante. V. Ex^a tem que gozar da sua influência junto ao Presidente Lula para que ele faça com que seja uma realidade, dentro em breve, esse sonho dos prefeitos, sobretudo das cidades brasileira. Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Jayme Campos, agradeço muito a V. Ex^a o aparte.

Acrescento, encerrando o meu pronunciamento, que este 1% não representa muita coisa para muitos dos 5.561 Municípios brasileiros. É muito pouco; o acréscimo é muito pequeno. Mas é muito melhor ter um pouquinho para receber do que um pouquinho para pagar. Para as dificuldades enfrentadas pelos Municípios, temos que encontrar alternativas. Sei que para muitos deles o que os salva é a própria Bancada da Câmara e do Senado, Deputados e Senadores, devido às emendas individuais, emendas de bancada. É um aporte novo que chega lá.

Acredito que o Fundeb deve passar um recurso melhor. Esse 1% – que para muitos pode parecer pouco –, outras transferências que haveremos de pensar aqui, a reforma tributária, em que desoneraremos uma série de coisas para poder interiorizar os investimentos, a

indústria, tudo isso constitui o caminho em que vamos colocar os Municípios como os maiores líderes de desenvolvimento e de qualidade de vida das pessoas.

Sr. Presidente, agradeço muito a tolerância de V. Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aproveito a deixa do pronunciamento do Senador Sibá Machado para lembrar que tenho uma PEC, Senador João Pedro, que estabelece que os recursos do Pasesp devem não mais ficar nas mãos da União, mas sim serem distribuídos por Estados e Municípios. E esta minha PEC faz parte da pauta de reivindicações das senhoras e dos senhores prefeitos que estão em marcha sobre Brasília.

Sr. Presidente, o Governo está nos pedindo – isso já é tradicional – a prorrogação da DRU e da CPMF. Seria pouco responsável de minha parte dizer que, liminarmente, vamos negar isso ao Governo. Mas é evidente que está na hora de discutirmos a DRE – Desvinculação de Recursos Estaduais. O Governo chama inclusive para elaborar e para anunciar o seu PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) os Governadores todos, de todos os Partidos deste País, e depois começa a vetar os compromissos assumidos com eles. Os Governadores não abrem mão de participar de um rateio da CPMF que faça jus à importância das responsabilidades que têm para com seus Estados.

E mais ainda. Eu conversava ainda há pouco com o Senador Tasso Jereissati, que me lembrava que, no bojo da discussão da reforma tributária nesta Casa, Senador José Agripino, tivemos ocasião de estabelecer – e foi esse o projeto do Senado que foi para a Câmara e que lá dormita – que a CPMF deveria, preenchidos certos pré-requisitos macroeconômicos, ir perdendo força, e perdendo alíquota, e perdendo peso até o momento em que ficaria com uma alíquota de apenas 0,08% e viraria um imposto meramente fiscalizatório, um imposto para ajudar o Governo a combater lavagem de dinheiro, um imposto para ajudar o Fisco a pegar pela gola sonedores deste País.

Como o projeto de reforma tributária não foi para frente, nós estamos diante, com o mesmo tamanho, da mesma CPMF, que ameaça se eternizar.

Nós temos visto o Governo fazer certa manobra, que não é de forma alguma saudável. Quando o Governo diz que não tem criado impostos novos, ele talvez não esteja faltando com a verdade. Ele tem aumentando a carga tributária sim, mas não tem criado impostos novos. Ele tem preferido o expediente da criação de contribuições, porque o imposto exige necessariamente o rateio com Estados e Municípios. Pelo expediente da contribuição, o Governo fica com todo o arrecadado para ele próprio; tudo passa a ser apenas seu. Com isso, ele concentra, cada vez mais, recursos nas mãos da União, em detrimento do que seria mais justo, em detrimento da parte que deveria caber a Estados e a Municípios.

Nós sabemos que certos problemas devem ser atacados pelo Prefeito, outros problemas devem ser visualizados e atacados pelo Governador, e alguns problemas não podem fugir da esfera do Governo Federal. Mas, quando o Governo Federal concentra o grosso dos recursos, nós vemos que, além do aspecto econômico em si, Senador Mário Couto, Senador Wilson Matos, há também algo grave: uma tentativa – de certa forma política, e política, sim – de manter governadores pedintes e de manter prefeitos ajoelhados diante de um poder quase imperial que emana do Palácio do Planalto. Ou seja, se quem tem o dinheiro é o Presidente da República – é evidente que o Presidente da República é dono da caneta, é dono da oportunidade –, ele termina impondo condições políticas para governadores e para prefeitos. E é precisamente contra isso que nós temos que nos levantar.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, de maneira muito tranqüila, que tenho visto propostas muito radicais, como, por exemplo, não se deixar passar no Senado a CPMF, ou não se deixar passar no Senado a prorrogação da DRU. Eu já fui Líder de Governo, já fui Ministro de Estado; eu sei o quanto isso representaria do ponto de vista do buraco orçamentário, o quanto isso representaria de caos, de dificuldade para a própria governabilidade. Eu não consigo mais. Eu não consigo ser, em relação a este Governo – e não conseguiria ser, em relação a outro governo qualquer –, um opositor do tipo que fui quando eu enfrentava o regime militar. Não só porque o regime era militar, e não só porque o regime era ditatorial, mas sim porque, àquela altura, eu não havia sido ainda Prefeito da minha cidade, como já fui; eu não havia sido Ministro de Estado, como fui; não havia sido Líder de Governo, como fui; não havia tido a experiência de ser governo, de ser vidraça.

Então, eu não consigo nunca olhar a minha atuação sem levar em conta os problemas daquele que está governando. Portanto, eu não olho com simpatia a idéia de se dizer: “Olha, nós fechamos questão e não vamos votar a CPMF, não vamos votar a DRU e vamos deixar o Governo sem pai nem mãe”, porque, no fundo, no fundo, eu estaria deixando a sociedade sem pai nem mãe. Mas posso dizer algumas coisas afirmativas, sim! Posso dizer que, sem atenção aos pleitos dos governadores, vai ser difícil ele fazer tramitar com tranqüilidade a DRU e a CPMF por esta Casa. Sem o Governo atentar para o fato de que tem obrigações a cumprir, tem compromissos a cumprir, tem palavra empenhada a resgatar, ele terá, sim, de parte da Oposição nesta Casa, sem dúvida alguma, e da parte da Oposição que lidero, do PSDB, dificuldades evidentes, dificuldades muito nítidas.

Em outras palavras, nós queremos um diálogo alto, um diálogo elevado. Nós queremos o cumprimento do compromisso do Presidente da República com os prefeitos: aquele 1% a mais no FPM. Nós queremos o cumprimento do compromisso com os governadores. Os governadores foram chamados a elaborar e, sobretudo, a executar o PAC em conjunto com o Presidente da República, e o que nós vimos – já no tocante à Medida Provisória nº 437, aquela que trata da habitação popular e do saneamento – foi o Governo rejeitando na Câmara todas as emendas que visavam permitir que governadores e prefeitos manipulassem os recursos estipulados pela medida provisória. Ou seja, é a concentração de riqueza, é a concentração de oportunidades, a concentração de recursos nas mãos do Governo Federal.

Portanto, fica aqui uma advertência muito clara e muito serena. Longe de mim querer impedir que o Governo disponha, para tocar as suas contas e a sua vida, da CPMF e da DRU. Longe de mim. Mas longe de mim, muito mais ainda, meu prezado Senador Inácio Arruda, imaginar que eu possa aceitar um poder imperial e que esse poder imperial vá me dizer agora que o que combinou não vale e que ele quer, pura e simplesmente, a CPMF. A CPMF vai ser prorrogada até 2011; em 2011, no início, acaba, e pode ser um Presidente de outra facção política...

Enfim, é a falta de seriedade ao tratar do assunto que me leva a esta situação de alerta.

Portanto, Sr. Presidente, queremos resgatar a proposta do Senador Tasso Jereissati que, no bojo da reforma tributária que elaboramos neste Senado, sugere a gradativa queda da CPMF até que seja reduzida a 0,08%, algo simbólico, que funcionará meramente como um “caça-songador”, a fim de que, com isso,

tenhamos um Brasil livre de um imposto que tem onerado bastante a carga tributária no País.

Era o que tinha a dizer por ora.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Inácio Arruda, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, acompanhamos a abertura da 10ª Marcha dos Prefeitos aqui em Brasília, evento que vem ganhando grande repercussão e que tem tido ativa participação do próprio Governo Federal. Dele participaram representantes da Caixa Econômica, da Petrobras, do BNDES, do Banco do Brasil, instituições do Governo Federal, apoiando a Marcha, que vem a Brasília reivindicar, digamos assim, uma melhor distribuição da carga tributária e a melhora nos percentuais de distribuição para programas em áreas importantes, como saúde, educação e assistência social.

Trata-se de um movimento de grande legitimidade. Recebemos a representação do Estado do Ceará, com uma comitiva de mais de cem prefeitos. Comandados pela Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará e seu presidente, o Prefeito João Dilmar da Silva, do Município de Limoeiro do Norte, prefeitos e prefeitas do meu Estado se unem a outros milhares de prefeitos brasileiros em Brasília.

O Presidente da República compareceu com quase todo o seu Ministério. Esse também é um fato que dá muita legitimidade à Marcha dos Prefeitos, que fortalece muito esse movimento no Brasil inteiro. A organização dos prefeitos ganha muita força, muito fôlego. Daqui a pouco, estarei reunido com Deputados, Senadores e Prefeitos do meu Estado e direi isto: que eles saem cada vez mais fortalecidos no seu movimento.

E o Presidente da República afirmou ali, não só em função da pressão da própria base política que apóia o Presidente da República, da reivindicação da oposição legítima aqui no Congresso Nacional e do movimento legítimo dos prefeitos, que o Governo apóia a reivindicação de 1% e pede ao Congresso a sua votação, separadamente, para atender a essa demanda dos prefeitos do Brasil inteiro. Essa é uma vitória importante da Marcha dos Prefeitos neste instante.

Mas foi mais longe, tratando de outra medida de grande impacto, muito, muito importante: as contrapartidas dos Municípios para programas fundamentais na área de saneamento. Isso tem relação direta com a saúde pública, com a questão sanitária no nosso País. Programa de saneamento é esgoto, é estação de tratamento, é a questão do lixo, é tratamento de resíduos sólidos no Brasil, é preservar o meio ambiente em época de coqueluche de aquecimento global.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há uma atenção especial do Presidente da República em relação às reivindicações dos prefeitos do nosso País.

Tal fato é muito interessante, porque este ano – e ganha relevo a questão – não é um ano de eleições. Então, é uma hora boa para nós tratarmos das questões de investimentos e desonerarmos os prefeitos, ou as prefeituras, de contrapartidas pesadas, particularmente nessa área de saneamento. Às vezes, uma cidade de 30 mil ou 40 mil habitantes, para realizar uma obra de saneamento, de esgotamento sanitário, precisa de R\$40 milhões, de R\$50 milhões, se for incluir estações de tratamento, porque todo esse trabalho tem custo muito alto. A contrapartida da prefeitura é, às vezes, pesadíssima, e ela não tem como conseguir esses recursos, inviabilizando seu projeto. Praticamente o Governo Federal libera as prefeituras desse encargo de dar contrapartida num empreendimento desse porte. Então, é muito importante essa iniciativa do Presidente da República.

O Governo também anuncia que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai ampliar a capacidade de empréstimo às prefeituras para aquisição de equipamentos, como máquinas e tratores, equipamentos que possam fazer com que as prefeituras, diretamente, recuperem suas próprias vias e façam trabalhos para poder ajudar às pequenas famílias, às pequenas propriedades.

Então, é um movimento a que o Governo está atento, porque, na medida em que ajuda os Municípios e contribui com eles, trabalha para o crescimento da economia, desenvolve a economia. Isso tem dupla via: faz com que cresça a economia brasileira e tem forte significado para nosso País. É muito importante para o Brasil a força que ganhou a representação dos Municípios por intermédio de suas organizações nacionais, da confederação e das associações de Prefeitos dos Estados. Isso tem repercutido.

O Presidente da República não pode desconhecer os Municípios. O Congresso já não desconhece os Municípios, que têm ganhado cada vez mais relevo. Os prefeitos não saem daqui sem nada, voltam para os seus Municípios conscientes de que tiraram

daqui uma boa colheita, o que vai repercutir no Brasil inteiro. Isso distribui mais a nossa riqueza, produzida nacionalmente, que tem se concentrado em poucos Estados. O Brasil é um País de forte concentração de riqueza, pouquíssimos Estados concentram a riqueza do Brasil, e a União tem grande responsabilidade nessa distribuição.

Aqui levantamos muito a idéia de que temos que descentralizar ao máximo a questão tributária. Nós devemos até discutir com o Governo a questão das contribuições, como descentralizar as contribuições no sentido da participação dos Estados e Municípios. Porém, não fosse a União Federal, neste Governo e nos outros, muitos Municípios já teriam fenecido, não estariam mais no mapa nacional, e o movimento que existe dentro e fora do Congresso Nacional para emancipação de novos distritos, transformando-os em Municípios, também já não existiria mais, porque não haveria condições de ir à frente em função exatamente da natureza dessa concentração no Brasil.

A União tem o papel relevante de garantir essa distribuição, de perceber a necessidade dos pequenos Municípios. São esses programas que atendem cada Município, inclusive os situados nos mais distantes rincões do nosso País. Programas como o Fundeb e como o SUS atingem aqueles Municípios distantes, onde têm grande impacto social e econômico. O Bolsa-Família cobre todo o território nacional. Onde vai se materializar o Fundeb? Onde vai se materializar o SUS? Onde se materializa o Bolsa-Família? É nos Municípios que se materializam essas políticas públicas.

Então, compreendo que os prefeitos saem vitoriosos da nossa Capital, da Capital do Brasil. Acho que agora encontramos o momento certo, a hora adequada para garantir essa vitória aos prefeitos de todo o Brasil, aprovando, separadamente, a emenda à Constituição que garante esse 1% aos prefeitos. O próprio Presidente brincou pedindo para que os prefeitos não reivindecem mais 1% imediatamente, dando pelo menos três anos de folga, de fôlego para que o Governo possa ampliar ainda mais. Ele já considera justo que, daqui a pouco, os prefeitos reivindecem mais, porque é necessário que haja mais recursos nas prefeituras do nosso País.

Sr. Presidente, era esta a questão que eu queria levantar aqui, demarcando o movimento dos nossos prefeitos hoje na Capital do Brasil, em Brasília, mostrando a necessidade de uma atenção especialíssima aos Municípios brasileiros, que são a base da sustentação da nossa República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, como Líder do Democratas, ao Senador José Agripino.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usarei meus cinco minutos para fazer um comentário sobre a Marcha de Prefeitos e assumir um compromisso em torno dela em nome do meu Partido.

Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a deve estar, como eu estou com o meu, com o seu gabinete cheio de Prefeitos. Para mim, é um grande prazer recebê-los. São pessoas solidárias, amigas, a quem recebo com grande satisfação, mas com o coração apertado, porque sei, como V. Ex^a sabe, a situação que eles vivem hoje.

Senador Jayme Campos, conversei com vários deles de ontem para hoje. Começaram a chegar ontem e já me contaram histórias que ouço lá e aqui.

Senadora Marisa, um deles me exibiu uma espécie de contracheque. É a conta bancária do Fundo de Participação. Ele mostrou quanto recebia de Fundo de Participação, sendo que seu Município vive quase que somente desse fundo. Com os descontos de folha de pessoal, de transferência para a Câmara de Vereadores, de desconto dos precatórios, sabe de quanto era o saldo para investimentos? De R\$320,00. Trezentos e vinte reais! Ele me disse: “Senador, eu não tenho o que fazer; estou para entregar a prefeitura que o povo me deu. Venho aqui pedir socorro, pelo amor de Deus!”

Essa é a situação das prefeituras que há anos esperam por aquele um por centinho que votamos aqui no Senado, na reforma tributária, do aumento de 22,5% para 23,5% no Fundo de Participação, que aconteceu por força da pressão dos Prefeitos. Nós votamos aqui. O Democratas, antigo PFL, lutou, junto com o PSDB, com o PPS, para aprovar na Câmara a reforma tributária como ela saiu daqui, para até votar isoladamente o crescimento de 22,5% para 23,5%; o Governo é que nunca topou. Agora, Senador Garibaldi, está topando. Pela pressão dos Prefeitos, anunciou que agora vai permitir que se vote separadamente.

Já é um ganho. Já não voltam de bolsos vazios. Já valeu a pena a pressão. Mas isso não é tudo, porque resta outro problema, para o qual eu peço a colaboração de todos os Partidos, do PMDB, do Democratas, do PSDB, do PCdoB: é o projeto dos precatórios.

Era Relator desse Projeto o Senador César Borges, que fez um belo trabalho. Ele estava com o relatório praticamente pronto, mas, infelizmente, ou felizmente, foi eleito para a Mesa, e os Senadores que compõem a Mesa não podem participar de comissões permanentes. Ele devolveu a relatoria, que foi entregue ao

Senador Valdir Raupp, que agora prepara, começando do zero, o seu relatório.

Eu pediria a compreensão, Senador Inácio Arruda. Essa questão dos precatórios para os Municípios é quase tão importante quanto esse um ponto percentual a mais no Fundo de Participação, porque são precatórios de questões trabalhistas, basicamente, que zeram a conta das disponibilidades das prefeituras. São contenciosos trabalhistas de três, quatro administrações para trás, pelos quais eles hoje “pagam o pato”. “Pagam o pato” e não têm dinheiro para pagar. Ficam imobilizados.

Quanto ao um ponto percentual a mais, tomara que o Governo cumpra o que prometeu. A questão dos precatórios tem que ser ponto de honra nosso. Temos que acelerar a apreciação dessa matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fazer com que ela vá para outras Comissões e trazê-la a Plenário, para que possamos entregar aos Prefeitos esse mínimo que nos compete e lhes restitui a condição de governar. Esse é o segundo compromisso que, em nome do meu Partido, quero assumir com os Prefeitos, e assumirei, porque estarei reunido com os Prefeitos do meu Estado às 19 horas para repetir o que estou falando aqui e agora.

Senador Tasso Jereissati e Senador Jarbas Vasconcelos, um minutinho da atenção de V. Ex^{as}. Há um fato que deve estar acontecendo no seu Ceará, Senador Tasso, e no seu Pernambuco, Senador Jarbas Vasconcelos, porque já está acontecendo no meu Estado. O meu Estado tem várias regiões, como o Ceará tem, como Pernambuco tem. Temos as regiões do Seridó, Oeste, Médio-Oeste, Vale do Açu, Centro-Norte, Mato Grande, Trairi, Potengi, Agreste.

No meu Estado – conversei com os Prefeitos hoje –, nas regiões Agreste, Trairi, Potengi, Centro-Norte, Mato Grande, onde vive mais de um milhão de pessoas, agricultura familiar, zero. Caíram as chuvas, pararam, e a seca está posta. Quem plantou perdeu. Não dá para plantar mais. Aí, Senador Tasso, me procuram os Prefeitos, desesperados, porque, como a agricultura familiar está reduzida a zero e sem perspectiva para este ano, um milhão de pessoas estão na perspectiva de indigência. E a perspectiva de indigência passa por um degrau, que é a porta da Prefeitura. A Prefeitura, quebrada, pelos precatórios que paga sem poder e por causa do fundo de participação mingüado pela má vontade do Governo, que agora está sendo generosamente apresentado como um ganho aos Prefeitos por parte de um Governo que há três anos nega esse crescimento de um ponto percentual.

A quem os agricultores estão recorrendo, Senadora Marisa Serrano? Aos Prefeitos, que não têm

o que dar. No meu Estado, o Governo não se manifestou em nada, nem o Governo Federal. Senador Jarbas Vasconcelos, V. Ex^a foi Governador, como eu fui, como o Senador Tasso Jereissati também o foi. Quem, no nosso tempo, chegava em primeiro lugar? A nossa Sudene, que era o órgão que coordenava as emergências, as ações excepcionais, porque tinha a inteligência da região. Que Sudene? Que Sudene, que não foi recriada pela incúria do Governo e pelo veto do Presidente Lula?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago esta denúncia e esta preocupação. Senador Tasso Jereissati, Senador Jarbas Vasconcelos, botem o ouvido no chão e ouçam se lá em Pernambuco e no Ceará já não está acontecendo o que ocorre no Rio Grande do Norte. Aquela região larga, 200 quilômetros do litoral para dentro, onde já deveria ter chovido. Choveu há dois, três meses. O pessoal plantou, frustrou a safra, não chove mais, não tem a quem recorrer. Os governos estaduais estão de costas para o povo; o Governo Federal não se diz presente, e a Sudene morreu.

O terceiro compromisso que quero tomar, e o farei, evidentemente, com o de acordo daqueles que são nordestinos ou não, é colocarmos, na semana que entra, no mais tardar, Senador Mozarildo, a apreciação do veto do Presidente da República, que suprimiu os recursos que dariam vida à Sudene e a sua Sudam – V. Ex^a, que é de Roraima.

Estes são os três compromissos que, em nome do meu Partido, tomo de público com os Prefeitos do Brasil, particularmente com os da minha região e do meu Estado: lutar pela aprovação rápida da questão dos precatórios; o endosso com o voto que será dado, de forma entusiástica, com o crescimento de 22,5% para 23,5%, na questão do Fundo de Participação; e a recriação da Sudene, uma luta que é de todos nós, a começar do Senador Tasso Jereissati, que, por um ano inteiro, presidindo uma Comissão, fez um bonito trabalho que, ao final, foi vetado por Sua Excelência, o Presidente Lula.

Se V. Ex^a me permitir, concedo aparte, com muita honra, ao Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Com a licença do Senador Presidente, é apenas para confirmar que o mesmo fenômeno que V. Ex^a já começa a observar no Rio Grande do Norte, nós temos observado também no Estado do Ceará, e com a mesma perplexidade: falta interlocutor. Historicamente, desde a criação da Sudene, e mesmo do velho Dnocs, havia interlocutores das autoridades, das lideranças, das lideranças comunitárias, dos Prefeitos, quando começava a apertar a possibilidade de uma seca. Agora não é que falte só a Sudene, que falte projeto para o Nor-

deste, falta até interlocutor. Não existe, simplesmente, conhecimento sobre a quem se deve dirigir, com quem se deve conversar a respeito dos emergentes problemas que começam a acontecer. Portanto, só resta o Presidente da República, e o Presidente da República, infelizmente... Já houve discursos aqui, feitos por alguns Senadores, que falavam das promessas, mas, na verdade, os Municípios estão cada vez mais à míngua. Todas as promessas feitas durante a reforma tributária não aconteceram. Os Municípios mais pobres é que estão sofrendo com isso, particularmente. Deus queira... Pelo que tenho ouvido, Senador Jarbas Vasconcelos, em alguns Municípios a safra já está perdida, pois está acontecendo aquilo que chamamos lá de seca verde. Se isso acontecer e continuar acontecendo em outras regiões e realmente se perder a safra, haverá um momento de muita dificuldade, porque o Governo não tem sequer um plano, não tem um órgão e não tem ao menos um interlocutor.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Tasso Jereissati. Completando meu pronunciamento, Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero dizer que, no meu Estado, Senador Tasso Jereissati, há 167 Municípios. Destes, 57, Senador Garibaldi Alves Filho, solicitaram a decretação de estado de calamidade. Ninguém solicita isso se não estiver realmente nessa situação, porque existem consequências. E a consequência é produto da seca verde que se instalou. A seca verde significa agricultura familiar zerada. Agricultura familiar zerada significa fome. E fome é má conselheira. E antes que o mau conselho chegue às pessoas desesperadas por desassistência de Governo de Estado e do Governo Federal e pela inexistência da Sudene, estamos aqui clamando pela assistência, no Estado do Rio Grande do Norte, aos Municípios que não têm a quem apelar no momento, tomando o compromisso de brigar para que, no mais tardar, na próxima semana, o veto à Sudene seja votado e, se Deus quiser, derrubado, para que voltem a existir Sudene e Sudam.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Garibaldi Alves Filho, com muito prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Agripino, a situação no Rio Grande do Norte é muito grave. Pode até ser que não seja tão grave no Ceará, mas parece que, pelo depoimento do Senador Tasso Jereissati, também é muito preocupante. Ao mesmo tempo em que as chuvas deixaram de cair e houve a suspensão do inverno, tanto o Governo Estadual quanto o Federal ainda não se articularam para conviver com esse período de seca que vai exigir deles

uma programação, um plano que não seja somente para o que está acontecendo agora, que é a presença dos carros-pipas e o início da distribuição de cestas básicas. Sabemos muito bem que essa convivência com a seca impõe outros programas voltados para o setor produtivo. Por mais que se diga que a seca é terra arrasada, há quem possa, por meio da caprinocultura e de outras saídas, buscar a sobrevivência dos animais e também ter a certeza de que alguns serviços e algumas obras poderão ser realizados. Era esse o depoimento que eu queria dar a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Quero dizer a V. Ex^a que os carros-pipa, pelo que os Prefeitos me disseram, já voltaram a rodar nessas regiões a que me referi, mas ainda não estão rodando nas regiões onde V. Ex^a, como Governador, implantou o programa das adutoras, que, graças a Deus, estão funcionando e matando a sede das populações de muitas dessas áreas. Nas outras, o carro-pipa está para cima e para baixo, consumindo dinheiro das Prefeituras.

Sr. Presidente, a par de deixar o compromisso do meu Partido com a aprovação dos precatórios e do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação, quero fazer um alerta para o que já começa a ocorrer no nosso Estado. Antes que seja tarde, é preciso recriar a Sudene, e o Governo Federal deve voltar os seus olhos para um pedaço do Brasil chamado Rio Grande do Norte, de que o Governo apenas se lembra em tempo de eleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a faz um discurso oportuno, exatamente no momento em que todos os Prefeitos do Brasil estão em Brasília. Peço a compreensão dos Prefeitos da região Sul e das regiões que não passam no momento por essa crise como seus colegas nordestinos. Quero falar, de maneira muito especial, em nome dos piauienses que padecem desse problema. Hoje, pela manhã, recebi a Prefeita de Luzilândia, o Prefeito de Joca Marques, o Prefeito de Jatobá do Piauí, o Prefeito de Campo Maior, o Prefeito de Cristino Castro e outros. Com tristeza, ouvi o depoimento de cada um deles. V. Ex^a foi preciso na sua intervenção. Se a Sudene estivesse restabelecida, teríamos o canal próprio para a intervenção rápida em questões dessa natureza. Mas, não. E eu quero fazer um alerta aos prefeitos que estão aqui e irão amanhã carregados de promessas do Governo. A primeira medida do Governo é não repassar dinheiro para ONGs nem para entidades sobre as quais não se sabe

como empregam o dinheiro e tampouco como prestam contas. O canal é o prefeito, são as prefeituras deste País. O que se vê – e há muita queixa, valendo para o Brasil inteiro – é que, em situações dessa natureza, os recursos não são passados para os Municípios. O prefeito fica à margem das providências. Geralmente, são passados para ONGs ou entidades afins. Desse modo, ninguém sabe, não se tem controle da situação, e os recursos são liberados a bel-prazer, em geral para atender a apadrinhados políticos. A chuva, quando vem, é para todos, assim como a seca. Então, essa é uma questão que merece ser acolhida pelo Governo no sentido de socorrer a todos e não somente alguns. Portanto, parabênzo V. Ex^a, esperando que o Governo tome providências para amenizar a dor dos nossos irmãos nordestinos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – O Senador Heráclito... É só para encerrar, Presidente Mozarildo, um minuto.

O Senador Heráclito me enseja contar uma história, para encerrar. Providências, sim, mas algumas providências saneadoras também. Senador Heráclito, V. Ex^a falou em ONGs.

Ontem, às seis e meia da tarde, eu estava com três prefeitos no meu gabinete, e um deles me contou, me relatou e me pediu providências. Ele disse: Senador, há um bom programa em curso, que já vem de muito tempo: a construção de cisternas. Mil cisternas, um milhão de cisternas. É um número grande. Ele me disse: eu recebi dinheiro, no meu Município, para a construção de cisternas, numa região muito seca, uma região serrana, no Município de Tenente Laurentino, Senador Garibaldi, região serrana onde, em muitos locais, não há água e a construção de cisterna é a solução. Ele me disse: recebo e construo uma cisterna, dentro do padrão que me é determinado, por R\$1.200,00. A mesma cisterna está sendo construída por organizações não-governamentais, ONGs, que recebem – eu, prefeito, recebo, para a construção de cisternas, R\$1.200,00 – R\$1.700,00 para fazer o mesmo benefício.

Eu disse: e a diferença? Ele disse: sabe em que é aplicada? Em cursos em que ensinam as pessoas como beber a água, como usar a água. Eu disse: não é possível, porque isso é uma forma disfarçada de você jogar o dinheiro fora. Porque ensinar como consumir a água não seria como manter a água limpa? Ele disse: não, é como consumir a água.

Além do mais, Senadora Marisa Serrano, as conversas com os prefeitos, que são didáticas, levam-nos à tomada de providências saneadoras no campo da probidade administrativa e da seriedade. Mil e duzentos reais por prefeito, e está lá feita a cisterna; para a ONG... E aí, Senador Heráclito Fortes, é mais do que

apropriada a Comissão Parlamentar de Inquérito que V. Ex^a propôs e que tem que ser instalada, para ver, dentre outras coisas, essa questão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos, Senadora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra até que a Senadora chegue à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança do PMDB. Gostaria também de saber a ordem dos inscritos, quantos estão inscritos na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Depois da Senadora Ideli, tem a palavra o Senador Francisco Dornelles, outro orador e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como não poderia deixar de ser, o que me traz à tribuna também é a 10^a Marcha dos Prefeitos.

Estive na solenidade, que foi muito representativa, ante a presença das autoridades federais, tais como o Presidente da República, 23 Ministros, representantes das nossas principais empresas públicas e estatais; Presidência da Câmara, Deputado Arlindo Chinaglia; Presidência do Senado, Senador Renan Calheiros; a representação que conduziu o evento de abertura, Paulo Ziulkoski; da Confederação Nacional de Municípios; e João Paulo, Prefeito de Recife, que preside a Frente Nacional dos Prefeitos.

Foi uma solenidade extremamente importante, muito significativa. Obviamente, as questões, os anúncios tratados nessa abertura já foram aqui reportados por vários Senadores.

Agora, eu gostaria de trazer aqui alguns elementos, levantados por minha Assessoria, para subsidiar meu pronunciamento. É bastante interessante observar que a Confederação Nacional dos Municípios, CNM, tem no seu *site* um histórico dos dez anos da marcha, ano após ano: o que aconteceu, o que deixou de acontecer, as frustrações e as conquistas. Termina com as principais reivindicações da 10^a Marcha dos Prefeitos.

Entre as principais reivindicações estão questões muito importantes como a dos precatórios, a da Emenda Constitucional nº 29, a questão do um ponto percentual a mais do FPM, e, obviamente, a da mudança nos critérios da distribuição dos recursos do Fundeb. O *site* da CNM termina com o tópico “Avanço dos últimos anos”, assunto com o qual gostaria de iniciar a minha fala.

A própria Confederação Nacional dos Municípios estabelece como os três principais avanços as políticas adotadas pelo Governo Lula, que tiveram a aprovação do Congresso Nacional, ou seja, uma decisão política, uma disposição, uma iniciativa política, Senador Lobão, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional.

E quais os avanços que a própria Confederação Nacional dos Municípios relata como os mais importantes dos últimos anos da Marcha dos Prefeitos?

Primeiro deles: Lei Complementar do ISS, que, ao ampliar a base de arrecadação e limitar a alíquota mínima, permitiu enorme aumento da arrecadação desse imposto. Essa decisão foi tomada pelo Presidente, veio o projeto, nós o aprovamos e, hoje, está beneficiando de forma significativa os Municípios brasileiros.

Segundo avanço, realçado pela Confederação Nacional dos Municípios no seu *site*: repasse direto do salário-educação, sem interferência dos Estados. Como acontecia antes? Um terço do salário-educação ficava na União (FNDE) e dois terços eram repassados para os Estados e Municípios, mas quem os distribuía era o Governo Estadual por meio de convênio, mas que eram desigualmente distribuídos. Hoje não, pois a lei que foi aqui encaminhada e aprovada pelo Congresso Nacional distribui os recursos automaticamente e proporcionalmente ao número de alunos. Portanto, se um Município tem mais alunos, ele recebe um volume maior de salário-educação. O objetivo do salário-educação não pode ser outro: é o atendimento do aluno e não das conveniências e dos convênios como acontecia antes.

Terceiro avanço: transferência de 25% da arrecadação da Cide, percentual incidente sobre – inicialmente 25% – 29% dos recursos da Cide distribuídos aos Estados pela União. Portanto, houve também essa iniciativa, uma vez que, ao ser criada, deveria ser uma contribuição exclusiva da União.

A partir da decisão do Presidente Lula, 25% dessa contribuição passou a retornar aos Estados e aos Municípios, percentual que posteriormente chegou aos 29%.

Senador Francisco Dornelles, as três conquistas que a própria Confederação Nacional dos Municípios cita como os principais ganhos obtidos pelas Marchas referem-se a medidas que ampliaram os recursos nos

cofres municipais, e todas elas foram iniciativas do Governo Lula em seu primeiro mandato, aprovadas pelo Congresso Nacional. Essa é uma forma de mostrar, inequivocamente, como as reivindicações têm sido acolhidas.

Aliás, a Mesa – se podemos chamar assim – composta pelo Presidente da República, pelo Presidente do Congresso Nacional, pelo Presidente da Câmara, por 23 Ministros e por boa parte do *staff* das empresas e das estatais brasileiras demonstra o apreço de quem comanda o País e o Congresso pelo trabalho das prefeitas e dos prefeitos.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senadora Ideli Salvatti, há que reconhecer que neste Governo algum avanço já se obteve em benefício dos Municípios brasileiros, seja pela iniciativa do Presidente da República, seja pela concordância dele com iniciativas geradas no Congresso Nacional. Não se pode esconder isso. Porém, é necessário que se avance mais.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Bastante mais. Devo dizer a V. Ex^a que, há 15 anos, 18 anos, os Municípios participavam com apenas 8% do bolo dos tributos nacionais, como o Fundo de Participação. Na Constituinte, elevamos esse quantitativo para algo em torno de 22%. Terá sido, portanto, um avanço considerável. E a intenção do Constituinte – fui um deles – era fazer com que os prefeitos se libertassem dos peditórios normais, seja junto aos Governos Estaduais, seja junto à Presidência da República, aos Ministérios. Porém, em seguida, tarefas foram repassadas aos Municípios, obrigações também, e eles, de novo, afogaram-se em dificuldades, entre as quais, dívidas de administrações anteriores, sobretudo com a Previdência. Não há dúvida de que agora temos de repensar todo esse modelo. Temos de examinar as queixas dos Municípios. Sou, desde logo, um municipalista e não quero, com isso, retirar a responsabilidade dos Municípios e repassar-lhes apenas os recursos. Mas creio que devemos repensar toda essa situação e dotar as prefeituras, os Municípios, dos recursos legítimos e necessários à execução de um bom trabalho. Cumprimento V. Ex^a pela informação que traz. É bom que o País tome conhecimento daquilo que já se fez, sem embargo daquilo que ainda se poderá fazer em benefício dos Municípios.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Edison Lobão.

É a 10^a Marcha, mas a quinta a que o Presidente Lula comparece com todo o seu *staff*, com a maioria

dos Ministros – que ficam, durante toda esta semana, absolutamente à disposição dos prefeitos, dos vice-prefeitos, dos vereadores, para dar andamento às suas reivindicações.

Isso é importante – inclusive, pedi os dados –, porque a questão do FPM é legítima. Quando o Presidente anunciou hoje a desvinculação de uma vez por todas, foi aplaudido de pé. E já votamos, Senador Romeu Tuma, em 2003, 2004, 2005, 2006; está lá na Câmara, não avança a reforma tributária. Já que muitas das questões que estão na reforma tributária vão ter de ser modificadas mesmo, o melhor é que se separe, que se vote o 1 ponto percentual do FPM, para atendermos, de uma vez por todas, esse pleito tão legítimo, que os prefeitos vêm reivindicando há tanto tempo.

Mas é importante levar em conta que o Fundo de Participação dos Municípios cresceu e muito – e muito, Senador Romeu Tuma. Pedi, caso os demais Senadores tenham interesse, que informassem, Estado por Estado, qual foi o crescimento do FPM, em relação, inclusive, à inflação. Santa Catarina é um Estado que obviamente me interessa e foi o primeiro que acessei: enquanto a inflação de 2003 até 2006, dependendo do índice, foi de 26% ou de 28%, a arrecadação, o crescimento do FPM para os Municípios catarinenses ultrapassou a casa dos 56%. E assim foi para a grande maioria dos Estados. O Estado que teve a maior variação foi o Ceará: 63% para uma inflação, volto a dizer, de 26% ou 28%, dependendo do índice utilizado.

O Estado que obteve a menor variação foi o Amapá, com 47%, o que, mesmo assim, está bastante acima da inflação.

Portanto, os Municípios estão reivindicando 1 ponto percentual, mas o crescimento da economia, as transferências de renda, os programas e os projetos de relação do Governo Federal com os Municípios, a ampliação do salário mínimo, isso tudo teve uma repercussão significativa na economia municipal. O FPM cresceu, na grande maioria dos Estados, mais que o dobro da inflação do período, Senador Romeu Tuma. Esses são dados importantes.

Senador Romeu Tuma, vou conceder-lhe um aparte, mas antes vou dizer os números de São Paulo.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Estado de São Paulo teve um crescimento de 60%, ou seja, em 2002, o FPM dos Municípios de São Paulo ultrapassou a casa dos R\$2,469 bilhões, mas, em 2006, chegou a quase a R\$4 bilhões, Senador Romeu Tuma.

Concedo-lhe um aparte, com muito prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Ideli Salvatti, nos últimos tempos, tenho lido, com muita atenção, algumas matérias publicadas, principalmente nos jornais de São Paulo – **Estadão e Folha de S.Paulo** –, sobre o crescimento e o progresso de alguns Municípios do Estado de São Paulo e, acredito, do restante do Brasil. Temos de homenagear os prefeitos que têm atraído empresas para a produção no interior. O interior é um novo Estado, principalmente em São Paulo, onde os grandes Municípios estão crescendo com bastante vigor, porque os prefeitos, bons administradores, estão atraindo empresas para o desenvolvimento do Estado. Então, diz-se até que, dentro do Estado de São Paulo, há novos Estados em progressão, pela maneira com que as indústrias estão instalando-se. Ainda ontem acompanhei o Presidente Lula na inauguração da Feira Internacional de Autopeças, e os dados fornecidos na ocasião pela Presidência da Associação, pelo próprio Presidente Lula e por outros oradores são surpreendentes, sobretudo para quem não acompanha de perto essa evolução econômica. Há indústrias de autopeças em cidades do interior, as quais estão atraindo produtores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É a interiorização do emprego e do investimento.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Atrai-se a autopeça para perto da fábrica, o que traz um progresso enorme aos Municípios. Ontem, publicou-se que, segundo o Presidente Lula, neste ano, provavelmente 2,6 milhões de veículos poderão sair das montadoras.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Fiz referência a isso no meu discurso de ontem, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Desculpe-me, Senadora. Então, ele copiou V. Ex^a, ouviu seu discurso e falou sobre o assunto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza, não. Os dados da Anfavea estão aí. A Anfavea os divulgou.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu a vi cochichando com ele outro dia, numa mesa, e acredito que V. Ex^a estava dizendo isso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu, não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Tem que dar informação mesmo. Mas acho que os prefeitos merecem hoje uma atenção especial...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – ...porque eles estão se desdobrando para fazer com que o PIB brasileiro cresça.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Romeu Tuma.

Se o Presidente me permite, quero passar aqui alguns dados que são muito importantes para entender toda essa interiorização, valorização. É claro que quanto mais há demandas, mais recursos são necessários. E os recursos têm sido encaminhados para as prefeituras.

Então, em termos de FPM, em 2002, eram R\$18,5 bilhões; em 2006, R\$30 bilhões foram transferidos aos Municípios brasileiros.

Quanto ao ISS, em relação ao total da arrecadação municipal, enquanto que, em 2003, era de apenas 38% do total da arrecadação, por conta das mudanças que aprovamos aqui no Congresso, já passa dos 42%. Portanto, o ISS vem se transformando numa das principais fontes arrecadoras dos Municípios.

O salário-educação, que, em 2004, transferia R\$1,575 bilhão, em 2006, já ultrapassou a casa dos R\$2,2 bilhões.

As transferências para a área de saúde, enquanto, em 2002, eram de R\$13,5 bilhões, em 2006, já ultrapassaram a casa dos R\$17 bilhões.

E mesmo o auxílio financeiro do fomento às exportações – sobre o qual sempre volta aquela velha questão da Lei Kandir -, em 2004, para os Municípios, foi de R\$252 milhões; em 2006, triplicou: mais de R\$600 milhões.

E hoje, na Marcha, o Presidente foi ovacionado em dois momentos: quando anunciou a desvinculação – ou seja, vamos votar o um ponto percentual do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) separado, já que vamos precisar mesmo fazer alterações naquela proposta de reforma tributária – e, num segundo momento, quando ele anunciou que, agora, para as medidas do Programa de Aceleração do Crescimento, vai haver muito recurso para saneamento, habitação e obras de infra-estrutura.

Em todas essas parcerias, em todos esses convênios, será reduzida a contrapartida. Poderá chegar, dos 20% de hoje, a algo até em 0,1%. Qual é o nosso desafio? Tanto o FPM (o aumento de um ponto percentual) quanto a redução da contrapartida dependem agora da ação do Congresso Nacional.

Ou seja, já votamos o aumento de um ponto percentual no Senado. A Câmara tem uma série de medidas provisórias, inclusive várias delas do PAC, que precisam ser votadas antes de se poder chegar à

votação do um ponto percentual do FPM. Espero que haja acordo, que haja evolução, para que efetivamente os prefeitos possam sair daqui esta semana com a votação do um ponto percentual. Vamos torcer para que haja esse acerto, essa conversa, essa negociação lá na Câmara.

E nós, o Congresso Nacional, teremos que fazer um acordo para votar o PLN nº 1,...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – que altera os valores do Orçamento de 2007 de R\$4,3 bilhões para R\$11,2 bilhões para o Projeto Piloto de Investimentos, que são aqueles recursos que não têm contingenciamento; e, a pedido do Presidente da República, o Relator do PLN nº 1, Senador Romero Jucá, já preparou a emenda para reduzir a contrapartida das prefeituras nos projetos de saneamento, habitação e infra-estrutura urbana, para que o percentual seja, em vez de 20%, até de 0,1%, dependendo das condições, obviamente, de maior necessidade dos Municípios.

Por isso, as decisões estão tomadas, a orientação está dada pelo Presidente, e agora o Congresso Nacional poderá brindar os prefeitos nessa 10ª Marcha, permitindo que eles saiam daqui com o aumento de um ponto percentual, e permitindo que eles possam ter uma contrapartida mais adequada para realizar tantos projetos importantes na área da habitação, do saneamento e da infra-estrutura urbana.

Agradeço, Sr. Presidente. Peço desculpa por ter passado vários minutos além do meu tempo.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Com a palavra, pela Liderança do PP, Senador Francisco Dornelles.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou atrapalhar o pronunciamento do Senador Dornelles, até porque esta solicitação pela ordem é para que o próprio Senador Dornelles possa me auxiliar. Trata-se de uma reivindicação que tenho a fazer à Mesa.

Estou ouvindo os discursos de todos os Senadores que, evidentemente, apóiam a pauta de reivindica-

ções dos Prefeitos. Uma pauta antiga que acompanhei por vários anos. E todas as vezes que ocorre essa marcha a Brasília, as promessas acontecem, mas, de concreto mesmo, nada. Esse 1% é mais antigo do que as Prefeituras do Brasil. Há muito tempo que ouço falar nesse 1%, como se ele fosse também resolver o problema das Prefeituras.

Esse 1% é mais R\$1 bilhão para as Prefeituras dividirem entre 5.300 Prefeituras por esse Brasil afora.

Tenho uma proposta de emenda constitucional que está aguardando que a Mesa coloque em votação, o que, efetivamente, seria a solução para os problemas das finanças dos Municípios.

Estou pedindo a palavra pela ordem, antes do pronunciamento do Senador Dornelles, porque ele entende mais do que eu o que estou propondo.

Quando o Governo manda para cá a reforma tributária, manda aumentar as contribuições que ficam 100% nas mãos do Governo Federal; nada com o Município, nada com o Estado. O que estou propondo na minha PEC é que 10% de todas as contribuições sejam destinadas aos Municípios e 10%, aos Estados. Estou falando, portanto, de R\$16 bilhões para os Estados e de R\$16 bilhões para os Municípios. Não estou falando de R\$1 bilhão, não; estou falando de R\$16 bilhões.

Agora, por que todos fazemos o discurso em defesa dos Municípios, por que todos defendem a descentralização dos recursos, mas a minha PEC sequer é colocada em votação? Se todos aqui concordamos que é preciso descentralizar, mandar recursos para os Municípios e para os Estados, vamos votar a PEC de minha autoria que destina 10% de todas as contribuições, que, no ano passado, renderam ao Governo Federal R\$160 bilhões. Vou repetir, quando se aumenta a arrecadação – podem olhar –, é porque as contribuições estão sendo aumentadas. Já estão aqui mandando para o Senado, para a Câmara a prorrogação da CPMF até 2010. Então vamos votar, Sr. Presidente, mas vamos colocar também para votação uma PEC que é a salvação do Prefeito, para que ele deixe de depender do Governador e do Presidente para tocar o seu Município.

Muito obrigado. E peço desculpas pela interrupção ao Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Vamos determinar à Secretaria da Mesa que recolha as notas taquigráficas e leve à Presidência da Casa a sua reivindicação.

Com a palavra o Líder Francisco Dornelles, por cinco minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a imprensa hoje noticia que recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador podem ser utilizados para refinar a dívida agrícola.

Srs. Senadores, o Fundo de Amparo ao Trabalhador foi criado com o objetivo de estimular política de geração de emprego e renda, de pagar o seguro-desemprego e de pagar o 14º salário. Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador vêm do PIS/PASEP. No passado, toda a arrecadação do PIS/PASEP ia para o FAT. Além disso, as despesas com o seguro-desemprego eram menores. Isso propiciou e permitiu que o FAT tivesse um grande patrimônio. Com o tempo, com a DRU, o FAT perdeu 20% da receita do PIS/PASEP. Por sua vez, as despesas do seguro-desemprego aumentaram, de modo que o FAT, hoje, tem um déficit primário. As despesas do seguro-desemprego, os recursos destinados ao BNDES e o 14º salário são cobertos com a parcela do PIS destinada ao FAT mais os juros desse patrimônio.

Ora, Sr. Presidente, destinar uma parcela do patrimônio do FAT para refinar dívida agrícola é um assalto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador! O FAT não foi feito para refinar dívida agrícola.

Considero extremamente importante o Governo priorizar a agricultura e ter uma política específica para aqueles que estão na área rural, mas não com recursos do FAT. Ele não pode descapitalizar um fundo que pertence e que é administrados pelos trabalhadores.

E quando falo trabalhadores, Sr. Presidente, V. Ex^a sabe muito bem, que me refiro a empregados e empregadores. No momento em que o Governo descapitalizar o FAT, não teremos recursos suficientes para pagar o seguro-desemprego e o 14º salário num prazo muito curto de tempo.

Faço, pois, um apelo ao Presidente da República para que Sua Excelência não assine medida provisória neste sentido: de destinar recursos do Fundo de Amparo dos Trabalhadores para o refinanciamento de dívidas agrícolas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Como orador inscrito, tem a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses meses todos, tem-se discutido muito – aliás, de maneira

sofrida – a questão da aviação brasileira, seja no que tange à segurança de vôo, seja no que tange a denúncias de desvios e de má aplicação de recursos.

E, coincidentemente, Sr. Presidente, sai a notícia de que a Câmara aprovou, na Comissão de Constituição e Justiça, um projeto de minha autoria que acrescenta um adicional tarifário com o objetivo de subsidiar a aviação regional. No entanto, os grandes meios de comunicação – e até alguns articulistas de renome –, de maneira apressada, vinculam a questão do adicional tarifário apenas ao momento de dor e de aflição por que passam, ou que passaram, pelo menos, os passageiros nos aeroportos nos últimos tempos, sem falar no triste acidente com o avião da Gol, vindo justamente de Manaus para Brasília, quer dizer, sobre a Amazônia.

Pois bem, Sr. Presidente, apresentei o meu projeto no ano de 2001, e me inspirei em um projeto apresentado por um Deputado de Roraima, Elton Rohnelt, que objetivava reforçar a aviação regional, justamente para que pudéssemos ter, dentro de um plano aeroviário nacional, o reforço de uma aviação que pudesse atender principalmente a Região Amazônica, que representa 60% do território nacional. Penso que é inconcebível, por exemplo, que uma pessoa que queira se deslocar de uma cidade de pequeno porte para uma de médio porte tenha que ir para uma capital e, de lá, depois, deslocar-se em outro avião para uma cidade de médio porte.

Aliás, nesse particular, a revista **CartaCapital** desta semana diz que um documento não oficial dos militares aponta, entre as causas da pane aérea – o chamado apagão aéreo –, a fragilidade da Anac e o corte dos vôos regionais. Esse artigo cita, por exemplo, que um passageiro que vai de Porto Alegre a Londrina tem de ir a São Paulo e, de lá, para Londrina, porque as companhias não têm mais aviões médios que voem diretamente em rotas de menor movimento. Todos os vôos do Sul e Sudeste passam por São Paulo, e todos os vôos para o Norte e parte do Nordeste passam por Brasília, sobrecarregando esses dois conjuntos de aeroportos.

Veja bem: no ano de 2001, o objetivo deste Senador da Amazônia já era pensando na aviação regional; meu projeto era especificamente para a Amazônia Legal. Pois bem, ele foi aprovado no Senado e seguiu para a Câmara no dia 30 de agosto de 2002 – há cinco anos, portanto.

Agora, o referido projeto foi aprovado na Câmara, mais especificamente na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive sendo pensado o projeto do

ex-Deputado Elton Rohnelt, que é de 2000 – portanto, um projeto de 2000 e outro de 2001 –, ambos com o objetivo de reforçar a aviação regional. Mas, na Câmara, o projeto foi ampliado, inicialmente para também atender às Regiões Nordeste e Centro-Oeste e, posteriormente, para atender a toda a malha nacional coberta pela aviação dita regional, que é essa aviação de pequeno porte.

No meu projeto original, eu dizia que o adicional seria de 1% sobre o valor da tarifa dos bilhetes de passagens vendidos pelas linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas, e esse adicional seria destinado apenas para linhas regionais que ligassem duas localidades dentro da Amazônia Legal, sendo pelo menos uma delas classificada como de médio ou de baixo potencial de tráfego. Na verdade, são linhas que eu diria são muito mais sociais do que comerciais.

No entanto, nesse meio tempo, nesses cinco anos, várias pequenas empresas desapareceram. Sobrevive, por exemplo, na Amazônia, a Meta Linhas Aéreas, cuja sede é no meu Estado de Roraima, inclusive porque tem linha internacional que vai para a Guiana, antiga Guiana Inglesa, para o Suriname, para a Guiana Francesa, e voa também para Belém do Pará. Na nossa Região, também temos a Penta, a Tavaj, a Rico, mas, no Brasil todo, temos outras, como a Nordeste, por exemplo.

Sendo assim, é preciso que o Brasil repense o seu modelo aeroviário, deixando de estar cada vez mais concentrado em meia dúzia de empresas. Agora, inclusive, diria que não temos nem mais meia dúzia, porque, se sairmos da Tam e da Gol, quais são as que existem? A Varig foi comprada; a Transbrasil foi fechada; a Vasp também foi fechada. No fundo, ao longo desses anos, tivemos um descuido completo com a aviação no Brasil no que tange à questão do aumento da oferta de vagas e diminuição do número de aviões, e no que se refere ao total desleixo com as empresas de médio e de pequeno porte.

Esse projeto, portanto, poderia ser útil para reforçar as empresas regionais e descongestionar as empresas de grande porte, mas ele está sendo colocado como um Judas: na verdade, afirmam que é um projeto que visa massacrar ainda mais os passageiros, que estão passando por extremo desconforto e por extremo desrespeito.

Sr^{as} e Srs. Senadores, estou trazendo este assunto aqui para recolocar uma discussão que, lamentavelmente, é difícil de progredir aqui, Sr. Presidente – V. Ex^a que é aqui do Centro-Oeste -, principalmente

quando se trata de beneficiar as regiões mais pobres deste País.

Esse projeto, então, com as alterações que aconteceram na Câmara, não beneficiará mais somente a Amazônia Legal, o Nordeste e o Centro-Oeste, mas também todo o interior deste País, como a cidade de Londrina, citada pela revista **CartaCapital**, cidade importante de médio porte. Mas quantas cidades menores que Londrina existem e nas quais não se consegue chegar pela aviação normal?

Portanto, é realmente o momento de repensarmos, de maneira global, a aviação deste País, buscando fazer um plano aeroviário que dê sustentação a toda a malha de aeroportos existentes no País – aeroportos de médio e pequeno porte –, que se multiplicaram de maneira significativa. E fazemos isso ao pensarmos mais no interior deste País. O Brasil só pensa nos 300 quilômetros que margeiam o litoral, onde se concentram 80% da população. Mas o Brasil não é pensado para dentro, para seu “interiorzão”. Então, fica o Centro-Oeste, parte do Nordeste e o Norte todo sem nenhuma cobertura, e, quando se busca fazer alguma coisa que vise minorar essa situação e reforçar as soluções, a idéia é deturpada. Inclusive, agora há um movimento na Câmara para que esse projeto seja derrotado.

Penso que se deveria pegar esse projeto – que, repito, tramita há cinco anos na Câmara dos Deputados – e aproveitar o momento que estamos atravessando para encaixá-lo na ótica de um Brasil mais integrado, de um Brasil mais justo, ou seja, deveríamos reforçar as empresas de médio e de pequeno porte, reforçando-se a aviação regional.

Não é possível um país do tamanho do Brasil não reforçar sua aviação regional, não interiorizar essa opção de acesso a um transporte rápido e seguro e deixar, devido ao caos que estamos vivendo, de adotar medidas que podem, sim, melhorar a qualidade da aviação de um modo em geral no País.

Temos de fazer um diagnóstico preciso e aplicar os remédios certos. Não adianta somente fazer as pazes com os controladores e deixar os equipamentos sucateados, e não criar um suporte de médio e de longo prazo seguro, pois se repetirá o que ocorreu na Semana Santa. O que vimos? A repercussão dessa questão no turismo e, conseqüentemente, na economia do País.

Sr. Presidente, peço que a matéria publicada na revista **CartaCapital** seja transcrita como parte do meu pronunciamento, bem como estes tópicos: meu projeto original no Senado e as modificações feitas na Câmara dos Deputados. Espero que o projeto não seja derrotado no plenário, pois será perdido um trabalho de mais

de cinco anos, feito desde o tempo do Deputado Elton Rohnelt. Que a Câmara faça as modificações necessárias e o projeto volte ao Senado, para que possamos aperfeiçoá-lo, atualizá-lo, adequá-lo às necessidades que o País enfrenta neste momento.

É verdade que, como esse projeto foi modificado amplamente, está desfocado. É preciso melhorá-lo e aprová-lo, de maneira que possa ser um dos remédios para melhorar a aviação no País.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Quero felicitar V. Ex^a pela preocupação com a aviação regional. Na verdade, temos muito a fazer para superarmos as deficiências que foram exacerbadas, na avaliação da opinião pública, em face de dois fatos: primeiro, o acidente na Amazônia que vitimou 154 pessoas; segundo, a crise do chamado Apagão. Com respeito ao primeiro fato, é bom lembrar que aquele acidente, em si mesmo, não reflete as deficiências que existem no sistema de proteção e controle dos vôos, mas reflete, sobretudo, uma indisciplina de vôo. Hoje, a revelação dos dados da caixa preta do *boeing*, já divulgados pela imprensa, mostram claramente que os pilotos americanos não estavam suficientemente adaptados àquela aeronave. Não é que fossem bons ou maus pilotos. É uma regra internacional da operação de aeronaves que o piloto esteja adaptado à aeronave. Não é preciso ser só piloto; é preciso estar adaptado ao tipo de aeronave que está pilotando. O diálogo entre o piloto e o co-piloto, poucos instantes antes da eclosão do acidente, revela claramente que eles não estavam usando, com proficiência, os próprios instrumentos existentes na aeronave, colocados à sua disposição. Faltou um vôo de treinamento adequado antes que fizessem o traslado da aeronave. Então, isso não tem nada a ver com a questão da insegurança do vôo no Brasil, mas foi um fato, no meu entender, de indisciplina de vôo. Tenho certeza de que, quando forem revelados os inquéritos que estão sendo naturalmente procedidos, vão constatar exatamente isso que estamos dizendo. Segundo caso, o apagão. O apagão ensejou à opinião pública conhecer as deficiências do sistema, que existem e que não são de hoje. O Brasil sempre operou com deficiência nos sistemas de proteção ao vôo. Por exemplo, certa feita o ILS não estava funcionando – ILS, para os que não sabem, é o aparelho de pouso e decolagem por instrumentos –, e é um aparelho absolutamente necessário quando se opera com condições meteorológicas abaixo do mínimo para o vôo visual. Sabemos que sempre ocorreu no Brasil essa deficiência na manutenção do sistema, com o sucateamento da aparelhagem utilizada, tudo isso ao

lado da questão salarial que desestimula o pessoal do controle de vôo. Então, esse fato não é absolutamente novo. Se o Brasil realmente não encarar a segurança do vôo como uma questão de Estado e de interesse geral da opinião pública, acidentes poderão acontecer no Brasil, até pelo crescimento vegetativo das operações de vôo. O Brasil tem a segunda frota de aviões civis do mundo, muito distante da primeira, que é a dos Estados Unidos – o degrau é imenso, é um anuluz –, mas é a segunda frota e, naturalmente, merece uma atenção maior das autoridades públicas. Esse fato se agravou, evidentemente, a partir do momento em que o Congresso Nacional votou a lei de criação da Anac, que extinguiu completamente a filiação do DAC ao Ministério da Aeronáutica. Até então não somente o quadro de pessoal, mas a operação de segurança e proteção de vôo era feita inteiramente, ou quase inteiramente, por operadores militares. No momento em que essa tarefa passou à Anac, aconteceram dois fatos: primeiro, o descontentamento das Forças Armadas, que nunca aceitaram com naturalidade essa transferência de poder, essa transferência de prestígio ao setor civil; em segundo lugar, o despreparo da Anac. Essa transferência não poderia ter sido feita da forma atabalhoada como o foi. Lembro-me de que, na discussão desse projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, abordei todas as questões. Houve um verdadeiro açodamento na aprovação do projeto, sob a alegação de que era preciso contratar, na área de homologação de produtos para a indústria aeronáutica, técnicos, especialistas e engenheiros, porque o quadro de engenheiros já estava inteiramente aposentado. Em nome desse interesse da indústria aeronáutica brasileira – leia-se Embraer –, aprovou-se, de forma açodada, a criação da Agência. O ato seguinte, que também me parece danoso à questão aeronáutica no Brasil, foi a forma como os atuais dirigentes da Anac foram escolhidos. Em vez de escolherem técnicos, profissionais que conhecessem a área, a escolha observou um caráter meramente político. Há diretores que não sabem fazer a distinção entre um automóvel e um avião e que, no entanto, administram um órgão que tem uma responsabilidade muito grande, porque o País tem realmente uma aviação ativa e não pode suportar as improvisações ocorridas, primeiro, na aprovação da criação da Anac e, segundo, na forma como o Executivo preencheu os cargos de direção da Agência. Toda essa soma de erros e falhas resulta, naturalmente, da pouca importância que se está dando a um setor, como V. Ex^a diz, tão importante. Desculpe-me por estar aproveitando o ensejo do discurso de V. Ex^a, que é muito bom, de alguém que se preocupou com seriedade com a questão e, por isso, apresentou

um projeto de lei específico sobre a aviação regional. Estou falando porque V. Ex^a tratou da segurança de vôo, que, no meu entender, tem todas essas consequências para o presente e para o futuro. Se até agora poucos acidentes efetivamente ocorreram na aviação comercial e regional brasileira, muito maiores e mais graves acontecerão se porventura o Governo não levar a sério essa questão, que é fundamental para o desenvolvimento e para o progresso do País.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador José Maranhão, creio que não preciso dizer, pois penso que todos perceberam claramente que V. Ex^a é um *expert* no assunto. V. Ex^a é um piloto e conhece bem a aviação.

Quero deixar bem claro que, sem fazer um julgamento de valor sobre todos os incidentes que ocorreram, o meu temor é que se trate agora da aviação regional – que, coincidentemente, será votada na Câmara depois de todos esses anos – e se mate um projeto desse, por causa desses problemas que estamos atravessando. V. Ex^a dissertou muito bem sobre todos eles. O certo é que – está também na revista desta semana – há um relatório de uma entidade norte-americana que faz recomendações aos pilotos norte-americanos sobre a insegurança de voar no Brasil.

Agora, o que quero deixar bem claro é o apelo que faço à Câmara dos Deputados para que não sepulte esse projeto por causa do momento de insatisfação e de insegurança que estamos vivendo. A aviação regional deve ser colocada nesse momento inclusive como um dos remédios para resolver essa questão.

Esse é o ponto de vista que expressei, defendendo o meu projeto, defendendo a aviação regional, e chamando a atenção da imprensa para analisar melhor essas posições que foram colocadas, tanto no meu projeto quanto nas modificações que foram feitas na Câmara dos Deputados, as quais, no meu entender, ampliaram para melhor o projeto.

É evidente que, em um momento desses, quem pode ficar satisfeito em ter que pagar adicional tarifário? É verdade que não. Mas é preciso ver que, para atingir um momento melhor, às vezes tem de se tomar um remédio amargo. E penso que esse aqui não é o mais amargo que existe – a defesa da aviação regional; pelo contrário, acho que é um grande antídoto para males piores que poderão vir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

EFEITOS COLATERAIS

CRISE III Um documento não oficial dos militares aponta entre as causas da pane a fragilidade da Anac e o corte de vôos regionais

Circula nos mais importantes gabinetes de Brasília um documento, produzido na área militar, com um diagnóstico cortante, preciso, da crise da aviação. Nele são apontados três motivos para a atual desorganização no setor: a explosão do tráfego aéreo nos últimos três anos, a submissão do sistema à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e o abandono da aviação regional, que atualmente transporta apenas 2% dos passageiros. Nesse quadro, a principal solução apontada é a presença do Estado no setor, com controle e supervisão feitos pelo Ministério da Defesa.

Diz o documento que, em nenhum lugar do mundo, uma agência

independente controla um sistema vital para a economia e a logística de um país. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Federal Aviation Administration é um departamento diretamente subordinado ao Ministério dos Transportes. O mesmo acontece no país vizinho, com a Canada Civil Aviation. A aviação civil é responsabilizada política do Estado, comandada "de forma centralizada e integrada pelo governo", e não pelo formato de agência reguladora e independente.

O documento também dá ênfase ao desmantelamento da aviação regional brasileira. Hoje, o País tem menos vôos regionais do que na década de 1950. Haveria, ainda, uma completa defasagem tecnológica e de treinamento e gestão de pessoal. O documento responsabiliza a falta de investimentos como responsável pela crise dos aeroportos brasileiros.

Procurado por CartaCapital, o diretor-

presidente da Anac, Milton Zuanazzi, lembrou que seu papel é o de cumprir a lei. "A lei que criou a Anac não nos deu o poder de fiscalizar. A agência nasceu sem esse aspecto fundamental, de fiscalizador, por isso, somos secundários na crise. Uma agência reguladora sempre vai se ressentir da falta da capacidade de fiscalizar."

O modelo mais comum no mundo, afirmou, é um órgão de Estado civil, não militar, como coordenador do setor aéreo. A Anac prega que a agência possa ser o contraponto da decisão sobre onde devem ser feitos investimentos. "Se um órgão de Es-

tado, como a Aeronáutica hoje, concentra toda a gestão, investimento e fiscalização do sistema aéreo, pode fazer cortes que favoreçam um lado em detrimento de outro. Por isso, pregamos a separação."

Zuanazzi explica que, de fato, as aviações regionais decaíram. Chegaram a atender quase 400 cidades e hoje são 141. Segundo ele, isso se deveu ao fim da suplementação tarifária, que era feita por meio de um decreto que retirava um valor das passagens aéreas para viabilizar as tarifas regionais. A partir de 2001, puxadas pela Varig, as empresas entraram na Justiça, ganharam a causa e deixaram de contribuir para o fundo que fazia a

suplementação para essas linhas. "É evidente que a não suplementação diminuiu o volume de vôos", explica o diretor da Anac.

A agência aguarda uma lei, em tramitação no Congresso - votada pela Comissão de Constituição e Justiça nesta semana -, que cria o ambiente da suplementação tarifária.

Voar para a maioria das cidades do interior seria economicamente inviável para as companhias aéreas.

As pressões de empresas privadas são mais um motivo pelo qual o diretor defende a existência de agências, pois elas têm a obrigação da transparência. "Nossas reuniões são publicadas, todas as determinações, os votos dos diretores, tudo. Uma agência trabalha com um conjunto de regras que obrigam a transparência exatamente para estar menos influenciada por qualquer tipo de pressão ou lobby. Os movimentos de pressão que tivemos foram públicos. A questão da Varig, o fechamento, a discussão sobre os slots, nada foi feito a portas fechadas."

- POR MÁRCIA PINHEIRO E PHYDIA DE ATHAYDE

CONTRAPONTO. Zuanazzi, da Anac, diz que o poder de fiscalizar faz falta à agência

OS PONTOS CENTRAIS DO TEXTO

O documento que circula em importantes gabinetes de Brasília tenta traçar um diagnóstico do caos na aviação civil

A crise na aviação civil brasileira tem raízes longínquas que foram agravadas por uma convergência de fatores novos nos últimos três anos. As causas remotas devem-se basicamente à falta de investimentos na infra-estrutura do sistema, cujo último ciclo de grandes investimentos terminou com o regime militar.

As causas imediatas advêm de três fatores: 1) a explosão, imprevista nessa escala, do tráfego aéreo nacional, que aumentou 50% nos últimos três anos; 2) a ausência de uma estratégia de longo prazo para a gestão do sistema; 3) uma mudança radical na política de rotas e equipamentos no mercado doméstico.

Com a entrada da Gol e a saída da Varig, nos últimos cinco anos foram abandonadas cerca de 40 rotas ponto a ponto; o aumento da frota doméstica se deu exclusivamente por aviões considerados grandes (...), padrão que a Gol introduziu e a TAM teve de acompanhar para poder manter o custo no mesmo nível. Com isso formou-se informalmente um esquema de hubs, aeroportos centrais de redistribuição, para o qual o sistema não estava preparado.

Um passageiro que vá de Porto Alegre a Londrina tem de ir a São Paulo e de lá para Londrina porque as companhias não têm mais aviões médios que voem

diretamente em rotas de menor movimento. Todos os vôos para pontos de destino Sul e Sudeste passam por São Paulo e todos os vôos para o Norte e parte do Nordeste passam por Brasília, sobrecarregando esses dois conjuntos de aeroportos (...)

Completa defasagem do subsistema de controle de voo, em pessoal, treinamento, equipamento e gestão. O controle de tráfego teve sua estrutura básica praticamente estagnada, sem atualização e sem investimentos, e simplesmente não tem capacidade para o espetacular aumento do número de vôos, causado pelo aumento da demanda e pela concentração de pousos e decolagens em aeroportos de redistribuição.

A política de aviação civil é política de Estado, comandada de forma centralizada e integrada pelo governo e não pelo formato de agência reguladora e independente. O modelo de países como os Estados Unidos e Canadá é de departamento centralizador de todo o sistema.

Transporte aéreo é assunto de governo e não de agência.

Um Sistema Aéreo é um todo complexo e integrado, envolve infra-estrutura, controle de voo, política de rotas, política de acesso a mercados, forma de organização do mercado, política de preços, tratados internacionais, interação com a Aeronáutica Militar, é um grande conjunto de ações e políticas que funcionam melhor centralizadas sob um só comando.

A eficiência do Sistema Aéreo Civil depende fundamentalmente de uma estratégia de longo prazo e essa estratégia não pode ser definida pelo mercado.

Por falta de política de Estado, o Brasil perdeu para companhias estrangeiras 90% do mercado internacional. Quando há 20 anos companhias brasileiras detinham 60% do movimento de vôos internacionais partindo do Brasil.

O Brasil tinha mais vôos regionais na década de 50 do que tem hoje. A aviação regional brasileira contribui com apenas 2% dos passageiros, contra 15% nos Estados Unidos. Com a precariedade de estradas e inexistência de trens de passageiros, a aviação regional teria que tem um papel fundamental no sistema. Por falta de comando e incentivo do governo, está abandonada, com poucos vôos e empresas. Com a dinamização de várias novas fronteiras agrícolas e minerais, existem hoje muitas cidades que têm aeroportos e potencial para um mercado aéreo (...). A ironia é que somos um dos poucos países do mundo que fabricam aviões ideais para vôos regionais.

O modelo internacional mais usado é o de uma organização governamental específica para o controle de tráfego aéreo. Essa organização pode ter várias formas. Em análise de 18 países concluídos pela similitude de país, contexto e número de passageiros, como o modelo canadense, que é também muito parecido com o da Austrália (...)

A solução da atual crise do Sistema Aéreo não é difícil, as soluções e modelos já existem por toda a parte, funcionam e cabe ao governo a decisão política de implementá-los.

DOCUMENTO A C
REPT

Projeto de Lei do Senado n.º 130, de 2001

*Dispõe sobre o adicional tarifário para a
suplementação de linhas aéreas regionais.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É criado o adicional tarifário com o coeficiente de 1% (um por cento) sobre o valor da tarifa dos bilhetes de passagem vendidos referentes às linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas.

Parágrafo único. Linhas suplementadas, para os fins do disposto nesta Lei, são linhas regionais que ligam 2 (duas) localidades dentro da Amazônia Legal, sendo pelo menos uma delas classificada como de baixo ou médio potencial de tráfego.

Art. 2º O produto da arrecadação do adicional tarifário será recolhido pelas empresas aéreas e utilizado, exclusivamente, na suplementação de linhas aéreas regionais.

Art. 3º A regulamentação desta Lei estabelecerá condições de fiscalização da arrecadação e da aplicação dos recursos provenientes do adicional tarifário, bem como as penalidades cabíveis em caso de descumprimento do disposto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2002

Senador Ramez Tebet
Presidente do Senado Federal

Sen: Mozarildo Cavalcanti.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.199, DE 2002 (APENSADO PROJETO DE LEI N.º 2.623, DE 2000)

Dispõe sobre o adicional tarifário para a suplementação de linhas aéreas regionais.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Zenaldo Coutinho

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Senado Federal, cria o adicional tarifário com o coeficiente de um por cento sobre o valor das passagens aéreas das linhas domésticas não suplementadas, para subsidiar linhas aéreas regionais, que ligam duas ou mais localidades na Amazônia Legal, sendo, pelo menos, uma delas classificada como de baixo ou médio potencial de tráfego.

Ao principal foi apensado o Projeto de Lei n.º 2.623, de 2000, do Deputado Elton Rohneit, com igual escopo, porém incluindo a Região Nordeste dentre as áreas a serem subsidiadas.

As proposições foram distribuídas para julgamento de mérito à Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional e à Comissão de Viação e Transportes.

Na primeira, o PL 7.199/02 recebeu uma emenda, do Deputado Aroldo Cedraz, que estendia o benefício também à Região Centro-Oeste, sendo, ao final, aprovados ambos os projetos de lei e esta emenda nos termos de Substitutivo do Relator destinando o produto da arrecadação da

tarifa à suplementação da linhas aéreas de baixo e médio potencial de tráfego na Amazônia Legal e nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste .

Na Comissão de Viação e Transportes os projetos foram igualmente aprovados na forma de Substitutivo, que amplia tanto o projeto original quanto o que lhe foi apensado, instituindo o *“Programa de Estímulo à Malha de Integração Nacional, com a finalidade de promover a integração do território nacional, mediante a abertura e o estímulo ao funcionamento de linhas domésticas caracterizadas por baixo e médio potencial de tráfego, que, comprovadamente, não apresentem viabilidade econômica em sua operação e sejam de interesse estratégico para o desenvolvimento econômico e social do País.”*

Este Substitutivo, em parecer reformulado, tornou flexível a alíquota da contribuição, que antes era de um por cento do valor do bilhete, e que passou a variar de R\$3,00 a R\$10,00 nas viagens com até 1.100 km e de R\$4,00 a R\$14,00 nas viagens superiores às primeiras.

Nesta fase, as proposições encontram-se sob o crivo desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta CCJC manifestar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das propostas.

Estão satisfeitos os mandamentos dos artigos 22, I e 61 da Lei Maior não ocorrendo, pois, vício constitucional.

Lado outro, as proposições não contrariam Princípio Geral de Direito, de onde decorre a juridicidade de seus mandamentos.

Quanto à técnica legislativa, elas também não estão a merecer reparos, vez que observam os ditames da Lei Complementar n.º 95/98, que disciplina o processo de elaboração das leis.

Face ao exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica redacional e legislativa dos Projetos de Lei n.º 7.199, de 2002, e n.º 2.623, de 2000, da emenda apresentada ao primeiro, bem como dos Substitutivos da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional e da Comissão da Viação e Transportes.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado Zenaldo Coutinho

Relator

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)
– A solicitação de V. Ex^a será, na forma regimental, acolhida pela Mesa.

Concedo a palavra, pela Liderança do PMDB, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)
– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do Governo, para fazer um rápido pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF)
– V. Ex^a está inscrito, Senador Romero Jucá.

Senador Valdir Raupp, V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Adelmir Santana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, houve a abertura da 10^a Marcha dos Prefeitos. Eu nunca tinha visto, na história do nosso País, uma marcha com tanta gente, com tantas autoridades, com tantos Prefeitos. Ela vem crescendo a cada ano e, hoje, contou com a participação de mais de três mil Prefeitos; da maioria dos Ministros da República; do Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia; de Senadores; de Deputados Federais. Enfim, há muito tempo, na história deste País, não se via uma

concentração de tantas autoridades em função de um evento tão grandioso como esse.

Eu, que já fui Prefeito e Presidente da Associação dos Municípios do meu Estado por dois mandatos, sei o quanto é importante o apoio do Congresso Nacional e das demais autoridades aos Municípios – o apoio não é dado aos Prefeitos, mas à célula **mater** da Federação brasileira, que são os Municípios.

Aos poucos, a Frente vem conquistando suas reivindicações. Muitas delas já foram alcançadas, e outras estão sendo alcançadas neste momento. O Presidente anunciou hoje três decisões importantíssimas para os Municípios, entre elas o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios, elevando de 22,5% para 23,5% a participação do IPI e do Imposto de Renda, que já somam hoje R\$29 bilhões. Houve um aumento de R\$11 bilhões em quatro anos. Esse acréscimo de um ponto percentual vai significar R\$1,3 bilhão para este ano. Isso, talvez, signifique uma folha de pagamento ou o 13^o salário para os Municípios, algo de que eles estavam precisando muito.

A outra decisão é a redução do percentual na contrapartida dos convênios concedidos pela União para os Municípios. Em algumas regiões do País, eles teriam de participar com 20%; em outras, com 10%. Agora, o percentual ficará em 0,1%, só para não dizer que é de 0%. Refiro-me aos investimentos do PAC para os Municípios brasileiros.

Também na questão da saúde pública, houve avanço significativo. Na área de educação, há a isenção de IPI para a fabricação de ônibus escolares. O

Governo Federal vai propor aos Estados que reduzam também o ICMS para aquisição de ônibus escolares. Enfim, houve, no dia de hoje, avanços significativos em termos de auxílio aos Municípios brasileiros.

Parabenizo o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, bem como todos os seus dirigentes, os presidentes das Federações Estaduais de Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que também foi debatido e que, há muito tempo, vem sendo discutido é a questão dos precatórios. A palavra “precatórios” parece feia. “Precatório” significa aquelas dívidas não pagas pelos Estados e pelos Municípios. A União já conseguiu eliminar seu estoque de débitos de precatórios e está hoje praticamente em dia. Os Estados e os Municípios não conseguem fazê-lo, porque não têm receita: ou pagam precatórios ou pagam a folha de pagamento e investem na saúde, na educação; ou fazem uma coisa ou fazem outra. Isso tem gerado, praticamente, uma desobediência à Justiça brasileira.

Agora, Sr. Presidente, estamos tentando encontrar uma solução de equilíbrio para o problema do não-pagamento dos precatórios por parte dos Estados e dos Municípios. A PEC nº 12, de 2006, da qual fui designado Relator, institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Com base em informações levantadas pelo Supremo Tribunal Federal, o total de precatórios atinge R\$61 bilhões, sendo R\$43 bilhões de Estados e R\$18 bilhões de Municípios. Esses valores, quando confrontados com a dívida líquida dos Estados, que é de R\$316,9 bilhões, de acordo com o Banco Central, posição de dezembro de 2006, representam 13% do total. No caso dos Municípios, cuja dívida é de R\$47,1 bilhões, representam 38%.

Nessa questão, o que mais preocupa é a situação das finanças estaduais e municipais que estão com alto grau de comprometimento legal e constitucional de suas receitas primárias líquidas. Alguns levantamentos indicam que o grau de comprometimento médio dessas receitas gira em torno de 85% para pagamento de pessoal, para despesas com saúde, com educação e com a dívida.

Por outro lado, há a questão jurídica. Não se pode, Sr. Presidente, admitir dúvidas sobre preceitos jurídicos, principalmente no caso dos precatórios alimentícios. Num Estado democrático de direito, a solução para práticas infringentes dos valores fundamentais consagrados constitucionalmente não reside na revogação de princípios constitucionais, mas na reforma das condutas fáticas. Portanto, exige-se também uma

solução compatível com o ordenamento constitucional vigente.

Sr. Presidente, há mais ou menos dois anos, a PEC nº 12 foi concebida pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, e pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, que a subscreveu. Essa PEC teve como Relator primeiro o Senador César Borges, que já adiantou seu trabalho. É um relatório prévio, preliminar.

Estou trabalhando, conversando com Governadores, com Prefeitos e com a Ordem dos Advogados do Brasil. Particparei de uma reunião, no dia 17, aqui, em Brasília, com o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

A reunião contará com a presença também do representante de todas as seccionais estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil, para se debater essa questão.

Não vou colocar esse projeto em votação, como já fiz em outras relatorias que me foram confiadas nesta Casa, como o caso das Parcerias Públicas Privadas, o caso da Relatoria da Lei da Pesca ou o da Relatoria-Geral do Orçamento da União. Só vou colocar essa PEC em votação quando ela estiver redonda, quando houver consenso ou quando estivermos muito próximos do consenso, para que possamos ter sucesso, como tive em outras relatorias.

Por isso, conto com o apoio de todas as Sr^{as} Senadoras, de todos os Srs. Senadores, dos Líderes desta Casa, para que possamos debater a matéria à exaustão, se for necessário, e chegar a um denominador comum, a fim de aprovarmos a PEC, que tanto vai ajudar nossos Municípios, nossos Estados e – por que não? – os credores que estão aí. Há precatórios, Sr. Presidente, de 70 anos. O Governador Serra me falou, há poucos dias, que há um precatório, no Estado de São Paulo, de 1930, que trata de desapropriação de terra para construção de uma cidade no interior de São Paulo e que, até hoje, não foi pago.

Não podemos mais conviver com essa desobediência à Justiça brasileira, aos Tribunais estaduais, aos Tribunais federais, quanto à questão do pagamento de dívidas de precatório.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Garibaldi Alves, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Eu gostaria apenas de verificar se estou inscrito pelo PR, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Sim.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria que V. Ex^a atentasse para minha inscrição, para que eu não seja prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – V. Ex^a está inscrito para falar após os Senadores Garibaldi Alves e João Vicente.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra pela Liderança, rapidamente, primeiro para saudar todas as Prefeitas e Prefeitos que estão em marcha, hoje, em Brasília, discutindo questões municipais e buscando a melhoria da atuação das Prefeituras, a melhoria da prestação do serviço público aos Municípios.

Quero saudar a Associação dos Prefeitos, todas as entidades representativas e saudar especialmente os prefeitos do nosso Estado de Roraima, que estão presentes, hoje, nesta marcha.

Registro também, com muita satisfação, que aplaudimos o posicionamento do Presidente Lula, hoje, na reunião com os prefeitos, quando definiu apoio à emenda constitucional que trata da reforma tributária, que votamos há três anos nesta Casa – inclusive, fui Relator da matéria. Fiz uma emenda exatamente para acrescer um ponto percentual ao FPM e destiná-lo aos Municípios; uma emenda de Relator, uma emenda minha, aprovada neste plenário, no acordo da reforma tributária.

Encaminhamos a proposta, ainda naquele ano, para que fosse aprovada na Câmara e para que os prefeitos pudessem ser atendidos, mas, infelizmente, nesses três anos, a matéria não foi votada na Câmara dos Deputados. Não foi votada porque havia um entendimento, uma combinação, para que essa matéria fosse votada em conjunto com o restante da reforma tributária, inclusive com a unificação do ICMS e com o fim da guerra fiscal.

Esse assunto demorou na Câmara dos Deputados, e os Municípios foram prejudicados. O Presidente, agora, dá o suporte, dá o apoio, e tenho certeza de que a Câmara dos Deputados vai votar a matéria

rapidamente, Sr. Presidente. É urgente que se faça isso. Basta desmembrar a emenda constitucional, que está hoje na Câmara, e votar isoladamente esse dispositivo, para que ele seja rapidamente sancionado. Faço, portanto, este registro.

Registro também que relatamos aqui, há dois anos, a mudança das regras do ISS dos Municípios, o que melhorou a arrecadação das médias e das grandes prefeituras, mas, sem dúvida nenhuma, o que melhora a condição dos prefeitos das pequenas cidades do País é a melhoria do FPM. Portanto, é muito justo que haja esse acréscimo de um ponto percentual.

Espero, volto a dizer, que a Câmara vote a matéria rapidamente, assim como espero que, por ocasião do encontro dos prefeitos, surjam propostas novas, que façam com que melhore a atuação das prefeituras nos Municípios brasileiros, para que elas prestem serviço de melhor qualidade para toda a população.

Portanto, saúdo as prefeituras, saúdo os prefeitos, saúdo as entidades representativas do encontro e registro, com muita satisfação, que esse encontro já tem um resultado firme, que é exatamente a urgência da votação do um ponto percentual do FPM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR-RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL-DF) – Vou conceder a palavra primeiro ao Senador Expedito e depois ao Senador Demóstenes.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, requeiro a aprovação de voto de aplauso para a juíza brasileira, Dr^a Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, pelo seu gesto de bravura, ao permanecer acompanhando as eleições presidenciais do Timor Leste, mesmo tendo sido vítima de agressão a faca na véspera do pleito eleitoral.

Gostaria que depois V. Ex^a colocasse isso em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – A Mesa acolhe o seu requerimento nos termos regimentais.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, desejo fazer a minha inscrição para falar pela Liderança dos Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – O Senador José Agripino já falou em nome da Liderança dos Democratas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então está prejudicado o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Adelmir Santana. PFL – DF) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Valter Pereira.

V. Ex^a, como orador inscrito, tem dez minutos para o seu pronunciamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, uma vez mais, vem o municipalismo brasileiro à Capital da República e mostra a sua força, a sua pujança. Milhares de Prefeitos aqui chegaram para lembrar-nos que são os Municípios a base desta Federação, que é lá que se desenrola a vida das comunidades, que é lá que os cidadãos travam a luta pelo pão de cada dia, que sonham com um amanhã mais venturoso e cobram do Poder Público o atendimento de suas muitas necessidades.

O principal evento do municipalismo brasileiro, “A Marcha Brasília em Defesa dos Municípios”, chega a sua 10^a edição com um histórico de conquistas relevantes. Como na primeira marcha, em 1998, o evento, que agora se realiza, vem com uma pauta de reivindicações extensa, justa e urgente.

Dos êxitos assegurados pela tenaz luta dos municipalistas, entendo que o mais significativo foi mesmo o avanço da consciência acerca da justiça da causa que todos os Prefeitos abraçam, das vantagens da descentralização administrativa e, conseqüentemente, da necessidade de renovação do pacto federativo. Não apenas as atribuições de governo devem ser descentralizadas, mas também os recursos necessários ao cumprimento dessas atribuições.

De fato, hoje, a marcha não se restringe a um movimento dos Prefeitos, dos Secretários Municipais e dos Vereadores. Ela encontra ampla ressonância entre Deputados estaduais e federais, entre Senadores e Ministros de Estado, entre os membros do Poder Judiciário e os veículos de comunicação, e, sobretudo, no seio da opinião pública.

Se, por ocasião da I Marcha, ao tentarem uma audiência com o Presidente da República, os Prefeitos foram recebidos pela tropa de choque da Polícia Militar no Palácio do Planalto, nos últimos anos, o movimento tem contado com a participação do Presidente Lula, de seus Ministros, de Governadores e de Parlamentares.

Já em 2003, Sr. Presidente, quando da realização da VI Marcha, iniciou-se uma nova relação dos Municípios com o Governo Federal, inaugurando-se um inédito diálogo entre os dois níveis da Federação, com a criação do Comitê de Articulação Federativa (CAF).

Afinal, qualquer homem público, com um mínimo de sensibilidade, é capaz de entender que o chefe da administração municipal é aquele que está lá na ponta de todo o atendimento à população. É a ele que chegam, diretamente, as mais diversas demandas, muitas delas de responsabilidade das outras esferas de governo.

Quanto menor o Município, mais difíceis e diversificadas as demandas. Afinal, nas comunas de maior porte, ainda é comum encontrar alguma estrutura de serviços públicos mantida pelos Governos estaduais e federal, mas nas pequenas, o único suporte com que a população conta é aquele oferecido pela municipalidade. Assim, nas pequenas cidades, toda a gama de demandas populares – seja na área de saúde, educação, assistência social ou qualquer outra – é endereçada ao Poder Público municipal, seja ou não sua a atribuição legal de oferecer aquele serviço. Onde inexistente atendimento de saúde do Governo do Estado, serão os postos municipais que, de alguma forma, deverão dar conta de prestar socorro a todos que dele necessitem e que busquem socorro.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Eu gostaria de parabenizá-lo por sua fala e dizer que, não somente hoje, quando vivenciamos a Marcha dos Prefeitos, sou testemunha do quanto V. Ex^a tem trabalhado pelos Municípios do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, tão diversos nas suas estruturas e necessidades. V. Ex^a lembrou-se de Corumbá, o Município-capital do Pantanal, belíssimo, que possui uma área imensa e que deve estar passando – e deve passar ainda – pelo maior alagamento que já vimos nos últimos 30 anos no nosso Estado. Hoje, ao ouvir o Senador José Agripino falar da seca nos Municípios nordestinos, imaginei Corumbá, pois o Senador Delcídio Amaral disse, há poucos dias, que se está esperando a maior cheia dos últimos anos. Penso no Município de Ponta Porã, que faz fronteira com o Paraguai, e em todos os seus desafios; no de Chapadão do Sul, um Município maravilhoso do leste do nosso Estado. Todos esses Municípios têm suas peculiaridades, mas têm, também, suas grandes necessidades. Acredito que V. Ex^a, quando fala das dificuldades, talvez imagine que precisamos repensar a estrutura dos nossos Municípios.

pios. É impossível continuarem do jeito que estão, com seus Prefeitos sempre com pires na mão, pedindo, por amor de Deus, recursos de emendas parlamentares. É necessário que se pense numa nova Federação, que dê aos Municípios condições para que possam responder aos anseios da população. Isso deverá ser feito se tivermos condições de repactuar a Federação brasileira. Quero dar meus parabéns a V. Ex^a por pensar nos Municípios, apresentar uma proposta e dizer que vale a pena lutarmos, porque, como dizia Montoro, as pessoas moram nos Municípios, não nos Estados ou na União. Portanto, V. Ex^a tem o meu apoio, pois tenho certeza absoluta de que pensar nos Municípios brasileiros é, também, voltar os olhos para os Municípios de Mato Grosso do Sul. Meus parabéns.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Foi com muita satisfação e alegria que recebi o aparte de V. Ex^a, que tão bem tem representado o nosso Mato Grosso do Sul. V. Ex^a lembrou, neste instante, alguns Municípios e alguns dramas vividos pelas municipalidades, em consequência de fatores diversos, como aconteceu, recentemente, quando vários Municípios do Estado, inclusive a capital de Mato Grosso do Sul, foram afetados por uma epidemia que transformou a nossa capital na capital nacional da dengue. Não somente Campo Grande apresentou aqueles índices astronômicos de vítimas, como também outros Municípios, como Três Lagoas, Aquidauana e Anastácio.

V. Ex^a lembra muito bem e dá um exemplo prático de como é difícil a vida do Prefeito no momento em que deve enfrentar essas mazelas, as quais, na verdade, são aditar àquelas com que ele já está acostumado a conviver.

V. Ex^a fala em pires nas mãos. Realmente, a única alternativa que há para o Município abandonar de vez o pires que sempre trouxe às mãos – antes das marchas, é bem verdade – é a repactuação, um novo pacto federativo. V. Ex^a tem razão e enriquece minha fala com a opinião abalizada que apresenta neste instante.

Sr. Presidente, é ilimitada a variedade de demandas com que se defrontam os Prefeitos por este Brasil afora. Tome-se, a título de exemplo, a dramática questão do desemprego.

Evidentemente, não está na alçada dos administradores municipais traçar as diretrizes da política econômica, de sorte a impulsionar o desenvolvimento do País e, assim, gerar os postos de trabalho necessários para se absorverem os novos contingentes de mão-de-obra que, continuamente, chegam ao mercado.

Nos grandes centros, uma significativa parcela dessas pessoas que não encontram colocações recorre, como alternativa, ao trabalho informal.

Nas pequenas cidades, contudo, essa não é uma opção. Não é possível auferir-se renda na informalidade e a consequência é que as prefeituras precisam suportar uma maior pressão por serviços de assistência social.

Ressaltei, há pouco, minha percepção de que os ideais do municipalismo vêm encontrando cada vez maior receptividade nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Sinto, mesmo, estar bastante amadurecida no Congresso Nacional a consciência de que é urgente renovar o pacto federativo, permitindo aos Municípios sanar a grave crise financeira na qual a maioria deles está mergulhada.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais cinco minutos para concluir o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, já proroguei o tempo de V. Ex^a em dois minutos e continuarei a prorrogá-lo quando necessário, tendo em vista a importância do pronunciamento que V. Ex^a faz.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sabia que poderia contar com a compreensão de V. Ex^a.

Devemos, com certeza, irrestrita solidariedade aos Prefeitos do Brasil, que tanto sofrem com a penúria de recursos, ao mesmo tempo em que são confrontados com um número cada vez maior de atribuições e com o constante aumento das demandas sociais.

Inúmeros são os exemplos de disparidades entre os serviços que as prefeituras precisam prestar e os recursos que têm disponíveis para fazê-los. Um caso recorrente é o da falta de repasse para fazer frente às despesas do transporte escolar rural para alunos de sua rede e da malha estadual. Embora caiba aos Estados, por lei, a responsabilidade de pagar pelo transporte de seus alunos, os valores ou não são repassados ou são repassados em quantias inferiores às necessidades.

Na área de saúde, os recursos são flagrantemente insuficientes para atender às demandas. Para agravar ainda mais o quadro, ocorre com muita frequência de o Ministério Público obter liminares judiciais compelindo administradores municipais a fornecerem medicamentos caros, muitas vezes importados, a pessoas que deles necessitam e a outras que nem teriam tanta necessidade.

Não estou, aqui, questionando o preceito insculpido no art. 196 da Carta Magna, de que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”; o que advogo é que a esse dever corresponda a disponibilidade de recursos para cumpri-lo.

Faço questão, portanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, de manifestar o meu decidido apoio às principais reivindicações da 10^a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Entre esses pleitos, merece especial relevo aquele que, reiterado há vários anos, pede a elevação em um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, o FPM distribui entre as prefeituras 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Os Prefeitos, há muito tempo, demandam que esse percentual seja elevado para 23,5%, o que representa cerca de R\$1,3 bilhão a mais no corrente ano.

Outras reivindicações, também relevantes, são: a definição de maiores pesos dos recursos do Fundeb para os alunos da educação infantil e creches; a regulamentação do dispositivo constitucional que vincula recursos federais, estaduais e municipais para a área de saúde; a isenção de impostos federais para a compra de máquinas e tratores pelas prefeituras de Municípios com população de até 25 mil habitantes.

Pleiteiam ainda os municipalistas a definição das fontes de recursos para financiar a jornada de tempo integral do Ensino Fundamental no prazo de cinco anos; a aprovação do projeto que permite aos Municípios aplicar diretamente os recursos do Pasep; e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, a PEC n^o 12, de 2006, que limita os gastos das prefeituras com os precatórios, e que aqui foi ventilada pelo Líder Valdir Raupp, Relator da matéria.

A matéria reveste-se da maior importância, haja vista que os débitos municipais já somam R\$70 bilhões e parte deles é simplesmente impagável.

Segundo essa proposta, será criado um regime pelo qual os Municípios tornarão disponíveis recursos para aplicação no pagamento de precatórios de 1,5% da despesa primária líquida. Esses recursos serão distribuídos da seguinte forma: 70% para leilões, com deságio para pagamento à vista, dos precatórios e 30% para o pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo estabelecida uma ordem crescente de valores. A atual ordem cronológica dos precatórios deverá ser extinta e, cumprindo a aplicação de recursos determinada na PEC, o Poder Público estará isento da possibilidade de sofrer seqüestros determinados pelos Tribunais de Justiça.

É importante destacar que, no atual regime, as administrações estão sujeitas, no caso de não-pagamento dos precatórios, não apenas ao seqüestro de seus bens, mas até à decretação da intervenção. É, portanto, um regime que mantém uma espada de Dâ-

mocles permanentemente suspensa sobre a cabeça dos administradores públicos.

Aliás, várias são as ameaças que pendem constantemente sobre os administrados municipais, tornando seu cotidiano um verdadeiro calvário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador, já lhe concedi oito minutos. Peço a V. Ex^a celeridade na conclusão do seu pronunciamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente, já estou quase concluindo.

Os Tribunais de Contas da União e dos Estados e, mais recentemente, a Controladoria-Geral da União têm os Prefeitos sempre na alça de mira, realizando fiscalizações que nem sempre levam em conta a realidade local e prescrevendo procedimento que são, muitas vezes, inaplicáveis.

O primeiro resultado desta histórica 10^a Marcha acaba de ser noticiado. O Presidente Lula se rendeu aos clamores dos Prefeitos e garantiu o atendimento da principal reivindicação dos dirigentes municipais: o reajuste em 1% no Fundo de Participação dos Municípios.

A medida já foi votada pelo Senado e depende apenas da vontade política do Governo, que agora promete liberar sua base para aprová-la.

O Presidente comprometeu-se ainda a praticamente extinguir a contrapartida para convênios dos Municípios com o Ministério da Educação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, visto que não concluirei o meu pronunciamento, peço a V. Ex^a que dê como lido o restante daquilo que comento, a fim de que meus companheiros não sejam prejudicados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Falta muito, Senador?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Faltam algumas laudas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou prorrogar o tempo em mais dois minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Subsistem ainda, Sr. Presidente, alguns pleitos, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados para aquisição de ônibus escolares, ambulâncias, tratores e máquinas niveladoras. Esses e outros equipamentos são fundamentais para a prestação de serviços essenciais à educação e à saúde. E não se justifica que o Governo cobre tributos sobre eles. É a

mãe Federação expropriando os recursos dos Municípios.

Na verdade, a Confederação Nacional de Municípios já incluiu, entre as matérias que considera urgentíssimas para aprovação pelo Senado Federal, o Projeto de Lei nº 75/2004, que isenta as Prefeituras do pagamento do IPI incidente sobre máquinas e equipamentos. Trata-se, evidentemente, de medida de cristalina justiça, que conta com o nosso apoio, com o apoio do Senado Federal.

Afinal, pouco resolveria permitir a aquisição de veículos de transporte escolar mais baratos e obrigá-los a rodar em estradas sem conservação, para serem rapidamente sucateados. O transporte escolar realizado pelos Municípios é, geralmente, feito em estradas sem pavimentação. É fundamental que se facilitem, aos Municípios, as condições para realizarem a manutenção dessas estradas – tarefa que é muito onerosa –, até como forma de aumentar a vida útil dos novos veículos a serem adquiridos, já que os Municípios brasileiros vivem uma gravíssima crise financeira.

Meu Estado, Mato Grosso do Sul, que comparece a essa histórica marcha com a esmagadora maioria de seus Prefeitos, sofreu um empobrecimento ímpar, que precisa ser reparado.

Abrangido pela Lei Kandir, Mato Grosso do Sul deixou de arrecadar cerca de R\$1,5 bilhão, com a desoneração imposta a produtos primários e semi-acabados canalizados para a exportação.

A solução definitiva para essa crise passa, necessariamente – como eu disse anteriormente e foi lembrado pela Senadora Marisa Serrano –, pela reformulação do pacto federativo, de modo a tornar mais justas as responsabilidades executivas da União, dos Estados e dos Municípios. Enquanto não se realizar o verdadeiro pacto federativo, as medidas compensatórias que comentamos se tornam importantes e inadiáveis.

Expressando minha confiança de que a 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios represente o início desse processo de reformulação do pacto federativo, conclamo os ilustres integrantes desta Casa a darmos a devida atenção às urgentes reivindicações dos municipalistas brasileiros, que aqui, hoje, deram uma festa cívica ímpar para todo o povo brasileiro.

Que as medidas prometidas pelo Presidente Lula sejam efetivadas rapidamente, com a colaboração...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da

Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Valter Pereira.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Expedito Júnior, pela ordem. Em seguida, darei a palavra ao Senador Demóstenes Torres; e, depois, vamos começar a Ordem do Dia.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Magno Malta está inscrito para falar pela Liderança do PR, mas entramos em um acordo, e S. Ex^a cede o espaço para que, quando V. Ex^a entender que é o horário adequado, eu possa falar pela Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Magno Malta já está inscrito, e eu inscreverei V. Ex^a imediatamente.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal se vangloria de ter à frente do Ministério da Educação um técnico da área, o Professor Fernando Haddad, como se isso fosse atestado de competência para alguma coisa. No caso do Ministro Fernando Haddad, sim, mas ele tem de reparar alguns erros, alguns mais que erros, crimes, que estão ocorrendo em sua administração.

Trata-se do delito do preconceito, pois estão discriminando estudantes do meu Estado, o Estado de Goiás, que não estão tendo os mesmos direitos dos jovens de outras unidades da Federação, direitos consagrados universalmente, inclusive na Constituição Federal. É de assegurar esses direitos que o Governo tem de se vangloriar.

As vítimas a que me refiro são 75 mil estudantes da Universidade Salgado de Oliveira, 13 mil apenas no campus Goiânia, prejudicados pelas fofocas espalhadas através da central de mexericos em que se transformou o Ministério da Educação. O MEC se configurou Telecentro de Futricas, inicialmente na gestão de Tarso Genro, agora no Ministério da Justiça, e se consolidou sob Fernando Haddad. Não se sabe se é política de Estado discriminar Goiás e pulverizar boatos. Pode

ser que os próprios Ministros, Genro e Haddad, nada soubessem do preconceito e do birô de fuxico, mas, com este pronunciamento, o MEC volta a ser avisado de ambos os delitos.

É fundamental o Ministro Fernando Haddad ficar ciente de que os estudantes da Universo reconhecem a qualidade de seus professores, a estrutura de sua universidade e o nível de seu curso. O que dá nos nervos dos acadêmicos é a birra do Ministério da Educação. Tanto é assim que os alunos, quando aparece algum boato, não se irritam com a universidade, mas com o MEC, porque ela os prepara para a vida, o mercado, o futuro; e ele tem sido o retrato da intransigência.

Os estudantes e os que já se formaram avaliam o ensino colocado a seu dispor e raciocinam: para que perseguir quem apenas exerce sua vocação de semear conhecimento? A faculdade é excelente, os professores estão entre os mais categorizados, a estrutura é de primeira. Os alunos, que vivem o dia-a-dia da Universo, reconhecem isso. Só falta ao MEC a mesma convivência e igual homologação.

Os integrantes do Conselho Nacional de Educação já se mostraram favoráveis à Universo. Quem também aprova a Universo, além dos estudantes e suas famílias, é o exigente, competitivo e cada vez mais estreito mercado. Nos mais variados setores da sociedade estão os benefícios daqueles que tiveram o privilégio de estudar no *campus* da Universo em Goiânia, que já formou centenas de profissionais muito respeitados, como professores, administradores, gestores, empresários, advogados, juízes de Direito, membros do Ministério Público, profissionais da saúde e da informática, engenheiros, *designers*. O Conselho Nacional de Educação aprova, estudantes e ex-alunos aprovam, o mercado aprova. Só falta o Sr. Ministro Fernando Haddad.

Não é primeira vez que venho à tribuna do Senado tratar deste assunto e, infelizmente, tenho de retornar ao tema porque o Diretório Central do Fuxico instalado em uma das principais Pastas da República tenta arruinar o trabalho de 10 mil profissionais, além dos acadêmicos da Universo.

Não há outro termo para classificar as seguidas atitudes do MEC que não seja discriminação. No fim de 2006, ao mesmo tempo em que disseminava fuxicos para desestabilizar o ânimo de 13 mil estudantes em Goiânia, o Ministério deu o aval para o funcionamento de outra universidade, a Uniban, que tinha reivindicação igual à da Universo. O pedido era autorizar o funcionamento de cursos em *campus* fora da sede da Uniban, que fica em Osasco, na Grande São Paulo. É muito bom que o MEC assim tenha decidido, porque deve ter levado tranquilidade aos estudantes da Uniban

e suas famílias. Por que não faz o mesmo em relação aos acadêmicos de Goiás? Só pode ser alguma coisa contra nosso Estado, porque o MEC baseou a autorização em outra, concedida à Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, que também deve ter feito por merecer e, assim como a Uniban, está de parabéns. Com isso, o Ministério mandou o seguinte recado: para São Paulo, pode; para o Rio, pode; para Goiás, nada, só intranquilidade, nervosismo e mexerico.

O despacho do Dr. Fernando Haddad ao pedido da Uniban foi baseado em parâmetros que a Universo de Goiânia supera em muito, mas, para saber disso, o Sr. Ministro teria que fazer como nos demais casos: nomear uma comissão composta por especialistas. Ficaria a cargo desses integrantes da comissão a tarefa de avaliar se a unidade goiana da Universo tem ou não os mesmos atributos das faculdades que o MEC libera. Até agora, não tem sido essa a medida adotada pelo Ministério da Educação, a de verificar *in loco* a estrutura e o nível de seus professores.

Concedo o aparte ao nobre Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Demóstenes, V. Ex^a acompanha essa situação da Universo, em Goiânia, há muito tempo, inclusive participando de vários debates dentro da própria universidade. O que causa realmente estranheza foi o que V. Ex^a acabou de colocar: que a solução é encontrada para outras, mas não para o caso de Goiânia. No entanto, essa outra instituição que V. Ex^a citou tinha uma liminar, e a solução foi encontrada – V. Ex^a é um dos grandes especialistas na CCJ, por isso posso falar assim com V. Ex^a. A Universo tem uma decisão transitada em julgado no Supremo, e o MEC insiste em dizer que não há autorização sua. Ela não a tem do MEC, mas tem uma autorização judicial. E a autorização judicial vale muito mais do que a autorização do MEC. Decisão do Supremo não se contesta, cumpre-se. Mas prefiro acreditar que o Ministro Haddad, com sua equipe, está buscando solucionar todos os problemas encontrados na sua administração e que o último problema que será solucionado será esse da Universo. Espero acreditar assim. Já estive com o Ministro na Comissão, falei pessoalmente para ele; mas, como V. Ex^a, um especialista na área de Constituição e Justiça, afirma que analisou bem o caso e que chegou à conclusão que expressa em seu discurso, fico preocupado, porque vejo, realmente, que é discriminação. E isso, por parte do Presidente Lula não existe, não vejo isso em momento algum. Agora, não adianta andar com o Presidente, se não se aprende com ele. Em todo lugar a que o Presidente vai o Ministro Haddad está, mas

ele não aprende com o Presidente. Ele tem que andar e aprender. Era o que queria colocar, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Wellington, agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Uma das muitas atividades que desempenho é a de palestrante. Tenho vocação para dar aulas, ministrar cursos e sou solicitado. À Universo vou muitas vezes, como vou a cidades do interior do meu Estado e a outras cidades do Brasil. O que acontece? Os estudantes estão intranquilos; ninguém entende por que universidades que têm situação assemelhada à da Universo não conseguem resolver esse problema. Parece até que o grave problema da Universo é V. Ex^a; parece que V. Ex^a está sendo perseguido por ser Senador.

Não estou aqui para fazer discurso em favor de V. Ex^a; estou aqui para fazer discurso em favor dos estudantes da Universidade em Goiás. Treze mil alunos estão tentando transferência ou alguma forma de terminar seu curso. E outras universidades muito menos gabaritadas do que a Universo estão tendo a sua aprovação pelo MEC. Então, isso é inadmissível, não podemos tolerar. O Estado de Goiás tem de levantar a sua voz. Estamos defendendo uma instituição respeitável em nosso Estado e alunos que precisam ter o seu reconhecimento. Vamos lutar até o fim, para que isso aconteça.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Concedo um aparte ao ilustre Senador Marconi Perillo.

O Sr. Marconi Perillo (PSDB – GO) – Senador Demóstenes, o pronunciamento de V. Ex^a é muito pertinente, na medida em que 13 mil cidadãos goianos, que buscaram galgar, por meio da Universo, um curso superior, com vistas a um diploma acadêmico, passam por agruras e dificuldades enormes neste momento e, sobretudo, por incertezas em relação ao seu futuro. Muitos já concluíram o curso e ainda não puderam obter o certificado, a garantia da comprovação dessa conclusão. Como Governador do Estado – V. Ex^a é testemunha –, muitas foram as minhas incursões junto ao então Presidente Fernando Henrique, ao Ministro da Educação da época e, depois, ao atual Governo. Trouxe sempre aqui o apelo da comunidade acadêmica, dos estudantes, dos professores, no sentido de que efetivamente houvesse o reconhecimento dos cursos da Universo. Não podemos mais aceitar que essa situação continue indefinida e, muito menos, que o nosso Estado seja discriminado. Estamos juntos nessa luta e em muitas outras, em favor de Goiás, dos alunos e da comunidade acadêmica da Universo. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento pertinente. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Marconi Perillo, agradeço a brilhante intervenção de V. Ex^a, que teve realmente a oportunidade de trabalhar – e continua trabalhando – em favor dos estudantes da Universo. Tenho certeza de que vamos conseguir esse reconhecimento, porque ele é de direito; é justo, legal.

Assim como V. Ex^a, a Senadora Lúcia Vânia também tem feito um trabalho importante em favor desses estudantes.

Concedo um aparte à Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Demóstenes, quero cumprimentá-lo pela iniciativa de trazer à tribuna do Senado Federal um tema de tamanha relevância para o nosso Estado de Goiás, especialmente para os jovens, que lutam com dificuldade para conseguir seu diploma. Essa incerteza, essa insegurança não são boas para os jovens, para os alunos da universidade. V. Ex^a, que tem sido um grande orientador – posso assim dizer – dessa juventude, principalmente na área do Direito, com esse discurso, mostra não só a preocupação que tem demonstrado nas suas conferências, nos debates, com essa mesma juventude, como também a preocupação com uma instituição que é fundamental para o desenvolvimento do Estado de Goiás. Portanto, receba a minha solidariedade, o meu apoio e, acima de tudo, os meus cumprimentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. V. Ex^a, tenho que reconhecer da tribuna, é uma das grandes incentivadoras do estudo, da eficiência, da formação dos alunos, em nível superior, inclusive. Parabéns a V. Ex^a.

Em novembro de 2006, a assessoria de imprensa do MEC, certamente sem autorização do Ministro, teve o desplante de divulgar um tal “estudo de medidas necessárias a preservar os interesses de milhares de alunos da Universidade Salgado de Oliveira”. Estou citando trecho textual de uma nota oficial do Ministério, como já o fiz em 5 de dezembro de 2006, nesta mesma tribuna. Preocupam, porque são medidas oficiais, ainda que não diretamente avalizadas pelo Ministro, um preconceito com cabeçalho e rodapé timbrados pelo MEC. Conforme disse e repito, nesse caso o Ministério da Educação se referiu a uma decisão do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, e o próprio MEC reconhecia na nota que cabiam recursos. Preferiu-se o mexerico, a chocalhice, levando-se à desconfiança de que podem existir interesses escusos, inclusive políticos e comerciais, gravitando em torno da discriminação aos estudantes goianos. Tomara que o Ministro Haddad esteja fora dessa armadilha, não seja partícipe desse crime. Eu acredito em Sua Excelência, tenho dele informações favoráveis, seu passado o endossa,

mas política de dois pesos, duas medidas é capaz de manchar currículo.

Ainda está em tempo de Fernando Haddad reparar em parte o mal que seu Ministério tem feito às famílias goianas e de ficar na história dos estudantes como o educador justo e sábio que venceu os preconceitos e que consolidou o triunfo da inteligência sobre a burocracia. Se o Ministro assim agir, será digno de louvor, tanto quanto o esforço do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em incluir no ensino superior pessoas que sempre dispuseram de pouca oportunidade. E a Universo faz parte desse esforço, oferecendo mais de 30 mil bolsas para carentes. Os alunos especiais, portadores de diferentes necessidades, têm na Universo uma parceira para seus sonhos, suas vontades, seu desejo de crescer, de subir, de melhorar de vida, de ter chances e aproveitá-las. O Governo sabe dessas bolsas, porque é quem mais envia estudantes carentes para a Universo.

Não vou ficar aqui desafiando números, mas é preciso ressaltar que a estrutura da Universo é invejável. Se todas as universidades públicas contassem com estrutura ao menos semelhante, o nível da educação brasileira estaria sendo comparado ao da Finlândia, não ao do Haiti. Só para dar idéia da qualidade da Universo, seu *campus* de Goiânia tem cerca de 40% de professores com mestrado ou doutorado. Se o Sr. Ministro tiver alguma dúvida, pode consultar quem quiser sobre o nível dos professores da Universo. A biblioteca conta com uma média de cinco livros para cada aluno matriculado, com a atenção de acompanhar as novas edições, facilitando o estudo, a consulta e a pesquisa, tendo como força auxiliar a sempre presente tecnologia.

Talvez o Ministro Haddad careça visitar a Universo de Goiânia. Com o costume de quem participou ali de dezenas de palestras, garanto que ele pode ir a qualquer hora, qualquer dia, não precisa marcar na agenda. Pode chegar de surpresa. Seria uma honra para professores, funcionários e alunos receberem mais uma grande autoridade em educação, porque doutor em ensino responder presente na Universo virou uma tradição que orgulha os goianos. Mas, para acabar com os mexericos, fazer justiça e vencer o preconceito, não será necessário sair do gabinete. Basta ao Ministro consultar os documentos que tem ao seu dispor. O Dr. Fernando Haddad vai ver que não há complicação alguma em homologar os cursos já previstos no Estatuto da Universidade, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. Até agora, sobrou perseguição e faltou boa vontade. Ou seja, nada que o bom senso, poder

de discernimento e a sabedoria do Ministro Haddad não possam resolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quarta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de Lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas 4 emendas à Medida Provisória;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 do mesmo mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Lelo Coimbra (Bloco/PMDB – ES);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 11, de 2007, e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 6 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor da matéria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para poupar o precioso tempo e o talento do Senador Aloizio Mercadante, que poderá empenhá-lo em outras questões mais nobres, quero comunicar que vou obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero comunicar à Casa e ao Senador Herá-

clito Fortes que, rapidamente, tínhamos conversado com alguns Líderes e ficamos mais ou menos entendidos de votarmos três medidas provisórias, de retirarmos a quarta medida provisória e de aprovarmos um requerimento de informações do Senador Tasso Jereissati. Poderíamos avançar com relação a isso, Senador Heráclito Fortes. Do contrário, V. Ex^a ficará inteiramente à vontade, pois esse é um direito regimental de V. Ex^a.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati, com a aquiescência do Senador Aloizio Mercadante, Relator revisor.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria informar a V. Ex^a e à Liderança do Governo que estamos pedindo informações, para melhor entendimento – que não fique nenhum julgamento da questão! –, dessa abertura de crédito para a Braspetro Oil Services Company; para a Fronape International Company; para a Petrobras International Braspetro BV; para a Petrobras International Finance Company; para a Petrobras Netherlands; para a Petrobras Transporte S.A.; para a empresa Petróleo Brasileiro S.A. e para mais duas empresas. Na verdade, não temos o conhecimento necessário da destinação desse crédito, nem de como funciona. Para que servem os investimentos nessas empresas?

Como a matéria vem como medida provisória – e é este um dos defeitos, um dos problemas da medida provisória –, não temos condições nem capacidade de avaliarmos exatamente do que se trata. Como, no caso, trata-se de volumes altíssimos – são pelo menos R\$7 bilhões só nessas empresas ligadas à Petrobras –, precisamos esclarecer isso, para pelo menos votarmos conscientes daquilo que estamos votando.

Por isso, solicito à Liderança do Governo que providencie todas as informações que estamos pedindo. Aqui, inclusive, perguntei a respeito a vários Senadores que não sabem do que se trata o crédito e que nem ao menos conheciam a existência dessas empresas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria esclarecer que a medida provisória que

vou relatar não trata dos créditos que foram mencionados pelo Senador Tasso Jereissati.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu sei, mas seria um acordo de procedimento. Retiraríamos essa medida provisória, em função das informações que estão sendo requisitadas pelo Senador Tasso Jereissati, e votaríamos as três outras medidas provisórias. O procedimento de votação de requerimento de informação é exatamente o de apreciá-lo na Mesa Diretora, mas faríamos, dentro do próprio acordo, uma aprovação automática, em função do acordo para deliberarmos sobre as medidas provisórias.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero fazer a observação de que encaminharemos ao Senador Tasso Jereissati todas as informações necessárias. Concordamos com o entendimento de que a Medida nº 338 seja remanejada, já que todas têm a mesma data de edição. Portanto, é possível votar três medidas provisórias sem votar a Medida Provisória nº 338. Nisso concordamos. E vamos fornecer as informações ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, abusando da paciência do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex^a a palavra, com a aquiescência do Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho a aquiescência do Senador Aloizio Mercadante, que, aliás, está numa fase muito feliz, está numa fúria legiferante e do bem, apresentando projetos de enorme interesse público, aprovando um atrás do outro na Comissão de Assuntos Econômicos, tudo em caráter terminativo. Ou seja, é uma fúria legiferante do bem; poderia ser do mal – no tempo da ditadura, eu achava que era do mal.

Sr. Presidente, de maneira bastante breve, quero dizer que temos um acordo: são três medidas provisórias, menos essa questionada pelo Senador Tasso Jereissati. Na verdade, há mais medidas provisórias editadas, Senador Romero Jucá, com a mesma data, mas escolhemos, por acordo, essas três.

Eu queria, Sr. Presidente, reportar-me a respeito de outro tema: solicito uma reunião para ultimarmos as negociações em torno da Emenda nº 3. Feito o quê,

com acordo, estaria muito bem, mas, sem acordo, teríamos de ver marcada a data para a votação do veto atinente a três projetos: a Emenda nº 3; o da Sudam, em segundo lugar; e, em terceiro lugar, o da Sudene.

Estou aberto, e sei que o mesmo se aplica ao Senador José Agripino, às negociações que poderão levar – não acho um trabalho fácil – a um acerto que eventualmente substitua a Emenda nº 3. Caso não chegássemos a esse acordo, após a reunião – que, por mim, seria realizada amanhã –, a data do veto seria marcada.

Por outro lado, nada mais obsta que votemos os vetos já consensualizados, que são mais de cem – são centenas os vetos consensualizados. E me reporto especificamente a estes três: ao da Emenda nº 3, que está em discussão, em negociação; ao da Sudam, que, a meu ver, tem de ser posta em votação; e ao da Sudene, do mesmo modo. Portanto, suponho que estaríamos na fase já de decisão sobre essas questões que aqui avento, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de mais uma vez apelar no sentido de que temos o dever de poupar o tempo do Senador Mercadante, que é precioso. Não há acordo, vamos obstruir. É preciso entendimento, é preciso uma conversa, que, até onde sei, não foi finalizada. Dessa forma, vamos obstruir. Esse é um apelo que faço com relação ao primeiro item. Com relação ao primeiro item, nossa posição é de obstrução.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria só para que as Lideranças se pronunciassem. O que entendi da Mesa e da intervenção do Senador Arthur Virgílio é que há acordo sobre três medidas provisórias, é que há acordo de dar, em caráter de urgência, a aprovação ao requerimento do Senador Tasso Jereissati, que pede uma série de esclarecimentos em relação ao crédito destinado à Petrobras e a empresas do setor do petróleo.

E deixaríamos esse item, que faz parte da mesma data, para, após os esclarecimentos, verificarmos os procedimentos.

Em função desse entendimento, votaríamos a primeira medida provisória, que trata de créditos para o Ministério da Educação, para o Ministério da Saúde, para o Ministério dos Transportes – são valores pequenos – e para o Ministério das Cidades – valores bem menores. Basicamente, os recursos estão destinados ao Ministério da Educação e da Saúde.

Perguntaria, portanto, Sr. Presidente, se leremos o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não conversei pessoalmente com o Senador José Agripino, mas a idéia que foi colocada é exatamente essa: votarmos três medidas provisórias, retirarmos aquela medida provisória objeto do requerimento de informação sobre o crédito da Petrobras, aprovando o requerimento de informação, cuja tramitação é na Mesa Diretora. Aprovaríamos hoje, também, por acordo, para que pudéssemos apreciar as três medidas provisórias.

Se avançássemos com relação a esse encaminhamento, seria muito bom.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Na verdade, quero ponderar ao Senador Heráclito Fortes algumas coisas. Primeiro, temos várias medidas provisórias que foram editadas na mesma data. Três delas foram pinçadas, hoje, em rápida conversa que tive com o Senador José Agripino e, por telefone, com V. Ex^a, Sr. Presidente. Pinçamos três medidas provisórias.

Realmente, fui surpreendido pelas razões aqui alegadas, mas não vejo por que, Sr. Presidente, não poderíamos chegar a um acordo, com a boa vontade que nunca faltará...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Arthur Virgílio começa abrir caminhos. A sugestão é que V. Ex^a suspenda a Ordem do Dia, as Lideranças sentem-se, discutam e possam, em um esforço de todos, votar amanhã. Estou preocupado em poupar o Senador Aloizio Mercadante. O Senador não pode falar à toa. A palavra do Senador Mercadante é uma palavra que o Brasil todo gosta de ouvir. Eu quero poupá-lo, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, vou falar com maior disciplina agora.

Temos, portanto, três medidas. Apelo ao Senador Heráclito Fortes no sentido de concordar com a votação dessas três, porque são medidas inócuas, são créditos já vencidos; a medida questionada pelo Senador Tasso Jereissati, com muita acuidade, esta sim, poderá dar panos para as mangas. Nós queremos saber que uso está sendo feito, pela Petrobras, dessas duas empresas criadas no exterior – e vamos dizer mais, Senador Mercadante –, criadas no Governo do Presidente Fernando Henrique. Quero saber que uso foi feito naquela época e que uso está sendo feito agora. Pode ser que não tenha nada de mais, seja uma mera medida que a modernização, que a globalização exijam. Mas temos essas três medidas como pacíficas.

Se eu pudesse – e sei que o Senador José Agripino trabalhará na mesma direção – apelar ao Senador Heráclito Fortes no sentido de concentrarmos esforços nessa medida provisória questionada pelo Senador Tasso Jereissati, poderíamos, se V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, suspendesse seu desejo de obstruir, poderíamos votar as três medidas e dar sinal de vida legislativa nesta Casa, que já é tão traumatizada pela seqüência de medidas provisórias. Em seguida, fecharíamos a pauta outra vez para, tão logo viessem as respostas demandadas pelo Senador Tasso Jereissati, retomarmos as votações. Há matérias substantivas que virão após as medidas provisórias.

Senador Heráclito Fortes, aproveitaria essa brecha e pediria a V. Ex^a que meditasse. Querido amigo, se puder confirmar esse acordo que fizemos, agradeça sobremaneira.

São três medidas provisórias muito simples. É uma Ordem do Dia muito simples. Se formos rápidos, ainda haverá espaço para que os oradores usem o restante do tempo da sessão para discursos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, o meu espírito de colaboração é permanente. Mas gostaria de dar uma sugestão: deixemos de lado o primeiro item e vamos discutir o segundo, enquanto analiso mais profundamente o Item 1. De qualquer maneira, permaneço obstruindo o Item 1.

A minha proposta é a de que se mude a pauta, passando-se à discussão do Item 2 e do Item 3.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a tinha toda razão quando aqui colocou que, por conversa não pessoal, mas por entendimento telefônico, firmamos um

acordo, produto de entendimento pessoal entre mim e o Senador Arthur Virgílio, de votarmos os três primeiros itens da pauta de hoje, sendo que o item 2 ficaria sujeito à resposta ao requerimento que já foi formulado pelo Senador Tarso Jereissati, tendo em vista a esquisitice da destinação dos recursos cedidos à Petrobras para que ela instalasse um *branch* internacional, suponho que nas Bahamas, de um organismo sobre o qual o Senado não está suficientemente informado dos seus objetivos e da sua destinação.

O Senador Tasso Jereissati já apresentou requerimento. Fizemos esse entendimento, mas, em função da Marcha dos Prefeitos e do acúmulo de tarefas que tivemos em todo o dia de hoje, não tive oportunidade de conversar com minha Bancada e com o Senador Heráclito Fortes sobre isso.

O Senador Heráclito Fortes tem dúvidas com relação ao item 1 e pede um tempo para pensar sobre o assunto. Então, que votemos os Itens 2 e 3 enquanto as Lideranças do Governo, usando o tempo disponível, podem dar explicações a S. Ex^a, que formará um juízo de valor sobre seu voto favorável ou não.

Eu gostaria que o Senador Heráclito Fortes entendesse que o acordo foi feito, embora também compreenda suas razões. Penso que lhe deve ser dado tempo para que as explicações sejam feitas. E, nesse meio tempo – peço a compreensão do Senador Aloizio Mercadante –, faremos tudo para que as coisas aconteçam como foram pactuadas entre nós e a Presidência. Pedimos, portanto, paciência a V. Ex^a, Senador Aloizio Mercadante, para que votássemos os Itens 2 e 3 enquanto explicações são dadas ao Senador Heráclito Fortes e, assim, possamos cumprir a votação dos três itens primeiros da pauta de hoje.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da minha parte, é evidente que não há obstáculo algum.

O relatório que tenho aqui é bastante transparente. São R\$250 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, explicitadas as prioridades. Para o Fundo Nacional de Saúde, Ministério da Saúde: dos R\$506 milhões, R\$450 milhões é saúde e educação. Para o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes, são R\$20 milhões bem detalhados; e, ainda, para o Ministério das Cidades.

Mas é evidente que agilizamos o procedimento, Sr. Presidente, se entrarmos imediatamente no item 2 da pauta. Tenho certeza que a Senadora Roseana Sarney, Líder do Governo, dará todas as informações necessárias ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não aceito informações terceirizadas. Prefiro ouvir o próprio Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que foi feito o entendimento de inverter a ordem e esse primeiro item, a MP nº 337, passar para terceiro e a medida provisória ser votada, gostaríamos, então, que fosse dada votação à matéria seguinte, que é o Item 3 da pauta, referente ao Item 2 da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A proposta que se coloca é que o item 1 passe para o terceiro item da pauta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. *Intervenção fora do microfone.*) – Para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes e o Plenário sobre o melhor encaminhamento: se há condições de fazermos um encaminhamento que contemple a todos ou se vamos ter que colocar a medida provisória em votação, correndo o risco da obstrução, que é um direito regimental.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Heráclito Fortes.

Foi feito um entendimento – V. Ex^a tem razão, haja vista que não lhe foi comunicado o entendimento por falta de tempo –, e eu gostaria que V. Ex^a ouvisse as explicações do Senador Romero Jucá sobre as razões da MP, o item 1 da pauta, e avaliasse da conveniência de votarmos cumprindo o acordo, sem a obstrução. Respeitarei a decisão de V. Ex^a, em qualquer circunstância, mas faço aqui um apelo de companheiro para companheiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador José Agripino, já estou pedindo audiência aos técnicos do Ministério da Educação, para que me prestem alguns esclarecimentos. V. Ex^a sabe como a burocracia em Brasília é grande. Parece que somente vou conseguir essas informações ao final da tarde ou amanhã. Então, gostaria da compreensão dos companheiros para que esse item seja discutido e votado amanhã.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, em função da posição do Senador Heráclito

Fortes, sugiro a V. Ex^a, com um pedido de escusas, que votássemos o Item 2 e o Item 3, com o compromisso de começarmos a Ordem do Dia de amanhã com o Item 1 da pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faremos exatamente o que V. Ex^a sugere.

Passamos, então, ao Item 2 da pauta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. É o Item 3 da pauta que está distribuída, que é referente ao Item 2. Pulou-se o Item 2, que é a Medida Provisória nº 338.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, para ajudar V. Ex^a, era preciso...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A mim, não. Vou consultar a Casa sobre qual item...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – (...) distribuir a pauta entre as Bancadas. Ficamos aqui em vôo cego.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todas as pautas já foram distribuídas eletronicamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Onde, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eletronicamente. V. Ex^a pode acessar aí, se for o caso. Porém, vamos, adicionalmente, mandar mais uma cópia para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006), que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quarta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória 8 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 27 do mesmo mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi a Deputada Perpétua Almeida (PCdoB – AC);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 16, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 6 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, Relatora revisora da matéria.

PARECER Nº 242, DE 2007 – PLEN

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de apresentar meu parecer, quero rapidamente lembrar, para muitos Senadores e Senadoras que não tinham ainda sido empossados no Senado da República, o porquê dessa medida provisória.

Tramitou na Câmara dos Deputados um projeto de lei muito importante que permitia que o esporte nacional recebesse incentivos fiscais. Fruto da negociação e da tramitação na Câmara, o Senado teve de construir um acordo para que os recursos do incentivo não fossem disputados e divididos entre a cultura e o esporte.

Quem estava aqui no final do ano passado acompanhou toda a movimentação das principais lideranças do esporte nacional e da cultura brasileira. Houve momentos de muita tensão, intermediados, inclusive no cafezinho do Senado, por vários Senadores, a exemplo do Senador Wellington Salgado e do Senador Cristovam Buarque, que se envolveram na questão, a fim de que pudéssemos encontrar uma alternativa para que os benefícios hoje utilizados pela cultura brasileira não fossem divididos nem disputados pelo esporte.

Na ocasião, construímos um acordo, para que os recursos do incentivo ao esporte não fizessem parte do inciso da cultura. Só que esse acordo, do qual tive muita honra de participar, contribuir, ajudar, depois de aprovado pelo Senado, criou um novo impasse. A inclusão do incentivo ao esporte num outro item da legislação preocupou segmentos do próprio movimento sindical, pois os recursos hoje destinados, por exemplo, para a

alimentação dos trabalhadores poderiam ser disputado com o incentivo aos esportes. Portanto, depois de feito o acordo no Senado, de pacificados esportistas e artistas, ficamos frente a um novo impasse com o movimento sindical.

Essa negociação fluiu, e o Presidente da República fechou o acordo fazendo com que o incentivo destinado exclusivamente ao esporte ficasse em 1%. E a única maneira de concretizar esse acordo foi vetar a matéria aprovada no Senado e emitir uma medida provisória para consolidar o acordo. É a Medida Provisória nº 342, agora transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 1, que consolida todo esse acordo do qual nós, Senadores, tivemos tanta participação e tanto empenho para que nem artistas, nem nossos queridos desportistas competissem entre si no incentivo a essas duas importantes atividades que representam tão bem a criatividade do povo brasileiro.

Essa medida provisória dá nova redação ao inciso I do art. 1º da Lei nº 11.438/06, autorizando a pessoa jurídica a deduzir 1% do Imposto de Renda devido, em vez dos 4% previstos na Lei nº 11.438/06, porém sem sujeitá-la ao limite conjunto de 4% do imposto estabelecido para aplicações que tenham como finalidade crianças e adolescentes, cultura e áudio-visual, conforme preconizava aquele dispositivo. Como resultado, a aplicação em esportes, que competia com aquelas aplicações, não está mais sujeita àquela restrição.

Portanto, é isso que a medida provisória concretiza, Senador Tasso Jereissati, que também se envolveu no acordo. Aliás, praticamente o Senado como um todo participou desse projeto.

Faremos hoje a votação do projeto de lei de conversão, confirmando o esforço coletivo de atender o justo interesse dos esportistas de terem uma lei de incentivo ao esporte, da mesma forma como temos a lei de incentivo à cultura, sem que um setor estabeleça competição com o outro.

Tenho muito orgulho de aqui relatar a matéria. Gostaria até, Senador Romero Jucá, de dedicar esse esforço e a aprovação dessa medida provisória, transformada em projeto de lei de conversão, a duas mulheres que capitanearam aqui as discussões: nossa querida Hortência e nossa querida Fernanda Montenegro.

Em homenagem a essas duas brilhantes e maravilhosas mulheres, que tão bem nos representam naquilo a que dedicaram sua vida, seja no esporte, seja na arte, e a todos os outros artistas e desportistas do Brasil que iremos aprovar esse projeto de conversão oriundo da Medida Provisória nº 342, fruto da nego-

ciação que o Presidente encabeçou bem no final do ano passado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 342, de 29 de dezembro de 2006, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

Relatora-Revisora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, é submetido à apreciação desta Casa o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 1, de 2007, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória (MPV) nº 342, de 29 de dezembro de 2006, de ementa idêntica.

Conforme enunciado na ementa da norma, a MPV nº 342, de 2006, altera a Lei nº 11.438, de 2006, chamada de Lei de Incentivo ao Esporte, que é resultado da aprovação do substitutivo oferecido pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei (PL) nº 1.367, de 2003, de autoria do Deputado Bismarck Maia.

A Lei nº 11.438, de 2006, fruto de extenso e inflamado debate, veio atender aos anseios da classe esportiva, que buscava justos incentivos para o desenvolvimento do esporte, em moldes semelhantes aos que já existem para as atividades culturais, previstas nas Leis nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet) e 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

A MPV nº 342, de 2006, possui apenas dois artigos. O primeiro altera o **caput** e o inciso I do § 1º do art. 1º; o **caput** do art. 2º; as alíneas **a** e **b** do inciso I

e as alíneas **a** e **b** do inciso II do art. 3º, todos da Lei nº 11.438, de 2006. Ademais, acresce a essa norma o art. 13-A, constituído de **caput** e parágrafo único.

O art. 2º determina a entrada em vigor da MPV na data da sua publicação, ocorrida em 2 de janeiro do ano em curso.

A modificação efetuada no **caput** do art. 1º da Lei nº 11.438, de 2006, deixou expresso que os benefícios fiscais deferidos pela norma podem ser utilizados a partir do ano-calendário de 2007.

A alteração do inciso I do § 1º do art. 1º foi a de maior relevância, justamente porque modificou a fórmula da limitação do benefício fiscal estabelecida na Lei nº 11.438, de 2006, que tanta discussão gerou durante a tramitação do projeto de lei nas Casas do Congresso Nacional.

Relativamente às pessoas jurídicas, a limitação das deduções do imposto de renda em virtude dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação a projetos desportivos ou paradesportivos passa a ser de um por cento do imposto devido, sem competição com qualquer outra espécie de benefício.

A alteração ao **caput** do art. 2º do diploma legal estabeleceu a necessidade de regulamento, para a definição dos termos, limites e condições para a concessão de incentivos às seguintes manifestações: desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento.

As mudanças nas alíneas **a** e **b** do inciso I e alíneas **a** e **b** do inciso II do art. 3º da Lei nº 11.438, de 2006, têm como finalidade aperfeiçoar a redação dos dispositivos, inexistindo alteração de conteúdo.

O art. 13-A, incluído na Lei, determina que o valor máximo das deduções de que trata o art. 1º será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. Além disso, seu parágrafo único enuncia que, com base no referido valor máximo, o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados nos desportos educacional, de participação e de rendimento.

Na Câmara dos Deputados, foram acrescentados ao texto dois dispositivos originados de emendas acatadas pela Relatoria. O art. 13-B determina a inserção da Bandeira Nacional nas peças de divulgação dos projetos apoiados, de modo a deixar claro que o esporte, a cultura e a produção audiovisual e artística são reconhecidos como políticas públicas. Já o art. 13-C estabelece que os Ministérios da Cul-

tura e do Esporte encaminharão ao Congresso Nacional relatórios detalhados acerca da destinação e aplicação dos recursos provenientes das deduções e benefícios fiscais previstos nas Leis nº 8.313, de 1991, e 11.438, de 2006, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas.

II – Análise

Quanto à constitucionalidade da MPV nº 342, de 2006, frisamos que a União é competente para legislar sobre imposto de renda e desporto, a teor dos arts. 24, incisos I e IX; 48, inciso I; e 153, inciso III, da Constituição Federal (CF).

A matéria veiculada na MPV nº 342, de 2006, não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

A teor do art. 62 da CF, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República está legitimado a editar medida provisória, a ser apreciada pelo Congresso Nacional.

Com relação ao mérito, observe-se que a medida dá eficácia ao art. 217, **caput**, da CF, que determina ser dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um.

A idéia nuclear da Lei nº 11.438, de 2006, é a de trazer, para o âmbito do esporte, possibilidades de angariação de recursos semelhantes às que já existem para a indústria brasileira da cultura, as quais se amparam na Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet). Nesse sentido, nada há a objetar com relação ao mérito.

Em nosso entendimento, as alterações apostas à Lei nº 11.438, de 2006, pela MPV nº 342, de 2006, e incorporadas pela Câmara dos Deputados no PLV nº 1, de 2007, contribuíram para o aperfeiçoamento da proposição.

III – Voto

Assim, à vista do exposto, manifestamo-nos pelo acolhimento da Medida Provisória nº 342, de 2006, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, conforme aprovado na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – **Ideli Salvatti**, Relatora-Revisora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Parecer preliminar da Relatora revisora, Senadora Ideli Salvatti, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos, Sr^{as} e Srs. Senadores, do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, é pela aprovação.

Colocarei em votação os pressupostos constitucionais de relevância e de urgência e, em seguida, darei a palavra aos Srs. Senadores.

Em votação os pressupostos de urgência, de relevância e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passamos, agora, à apreciação do mérito.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão, a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de louvar o parecer da Senadora Ideli Salvatti e de registrar que tanto o Senado quanto a Câmara tiveram participação importante na confecção dessa Medida Provisória e nas tratativas que levaram ao entendimento do setor da cultura e do esporte para não haver sobreposição de incentivo fiscal.

Portanto, trata-se de dispositivo importante, que fortalece o esporte e a cultura e que encaminha o entendimento que houve na Casa.

A Liderança do Governo encaminha, portanto, o voto favorável à aprovação do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2007
(Proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006)

Altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

§ 1º

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

..... " (NR)

"Art. 2º Os projetos desportivos e paradesportivos, em cujo favor serão captados e direcionados os recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei, atenderão a pelo menos uma das seguintes manifestações, nos termos e condições definidas em regulamento:

..... " (NR)

"Art. 3º.

I -

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário para a realização de projetos desportivos e paradesportivos, com finalidade promocional e institucional de publicidade;

b) a cobertura de gastos ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, do patrocinador, sem transferência de domínio, para a realização de projetos desportivos e paradesportivos pelo proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo;

II -

a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente de que trata o inciso V do caput deste artigo de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos desportivos e paradesportivos, desde que não empregados em publicidade, ainda que para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto;

b) a distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter desportivo e paradesportivo por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades de vulnerabilidade social;

..... " (NR)

"Art. 13-A. O valor máximo das deduções de que trata o art. 1º desta Lei será fixado anualmente em ato do Poder Executivo, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto sobre a renda devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

Parágrafo único. Do valor máximo a que se refere o caput deste artigo o Poder Executivo fixará os limites a serem aplicados para cada uma das manifestações de que trata o art. 2º desta Lei."

"Art. 13-B. A divulgação das atividades, bens ou serviços resultantes de projetos desportivos e paradesportivos, culturais e de produção audiovisual e artística financiados com recursos públicos mencionará o apoio institucional com a inserção da Bandeira Nacional, nos termos da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971."

"Art. 13-C. Sem prejuízo do disposto no art. 156 da Constituição Federal, os Ministérios da Cultura e do Esporte encaminharão ao Congresso Nacional relatórios detalhados acerca da destinação e regular aplicação dos recursos provenientes

das deduções e benefícios fiscais previstos nas Leis n.ºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para fins de acompanhamento e fiscalização orçamentária das operações realizadas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 343, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 343, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quarta-feira, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas 45 emendas à Medida Provisória;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 23 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 1º de março;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Reginaldo Lopes (Bloco/PT – MG);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 17, de 2007, e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 15 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 243, DE 2007 – PLEN

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se do parecer de Plenário à Medida Provisória nº 343, de 05 de janeiro de 2007, que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais) para os fins que especifica. O autor é o Poder Executivo.

Concluindo, por todo o exposto, entendemos que a Medida Provisória nº 343, de 05 de janeiro de 2007, atende integralmente aos preceitos de constitucionalidade e de adequação orçamentária e financeira.

Por isso, somos por sua aprovação, na forma proposta pelo Poder Executivo, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário à Medida Provisória nº 343, de 5 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$956.646.492,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo.

RelatorRevisor: Senador **Sibá Machado**

I – Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 02/2005–CN (nº 7/2007, na origem), a Medida Provisória nº 343, de 5 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$956.646.492,00, para os fins que especifica”, conforme resumo a seguir:

Unidade Orçamentária	Valor (R\$)
24207 – Ministério da Ciência e Tecnologia – NUCLEP	12.250.000
25103 – Ministério da Fazenda – Receita Federal do Brasil	72.816.848
30909 – Ministério da Justiça – Fundo p/Apar. Oper. Ativ. da Polícia Federal	19.000.000
30911 – Ministério da Justiça – Fundo Nacional de Segurança Pública	135.000.000
39252 – Ministério dos Transportes – DNIT	139.388.796
44101 – Ministério das Comunicações – Administração Direta	90.000.000
47205 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Fundação IBGE	93.390.848
51101 – Ministério do Esporte – Administração Direta	313.500.000
52101 – Ministério da Defesa – Administração Direta	78.300.000
52133 – Ministério da Defesa – Sec. Com. Interm. Rec. Mar. (SECIRM)	3.000.000
Total	956.646.492

Fonte: Anexos I à MP.

As dotações alocadas em cada unidade orçamentária (U.O.) têm em vista atender às programações constantes do Anexo I, que estão assim discriminadas e justificadas, conforme se vê da Exposição de Motivos que acompanha a medida provisória:

1 – U.O. 24207 – Nuclebras Equipamentos Pesados S.A. – NUCLEP

A esta unidade orçamentária estão sendo destinados R\$12.250.000,00, com a finalidade de atender à “Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia”, bem como possibilitar à empresa honrar os compromissos com fornecedores, de forma a viabilizar a continuidade de suas atividades e capacitar-lhe ao cumprimento dos contratos em execução.

2 – U.O. 25103 – Receita Federal do Brasil

A esta unidade orçamentária estão previstos R\$72.816.848,00, sendo R\$50.814.717,00 para atender a despesas com o SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior -, e R\$22.002.131,00 para os sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal. A justificativa é no sentido de que “os recursos serão utilizados para viabilizar o pagamento ao SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados – pela prestação de serviços de processamento de dados no registro da arrecadação da receita tributária e no SISCOMEX, indispensáveis para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população (...).”

3 – U.O. 30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades–Fim da Polícia Federal

A este Fundo estão sendo destinados R\$19.000.000,00 para atender à reforma e modernização do Edifício-Sede da Superintendência da Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro, sob a seguinte justificativa:

“No Ministério da Justiça, o crédito possibilitará a instalação do Centro de Inteligência Policial Compartilhada do Crime Organizado – CICOR, no Município do Rio de Janeiro, cuja proposta é de instalar representações de todas as agências de segurança pública e de inteligência governamentais, assim como a celeridade de decisões dos órgãos direta ou indiretamente envolvidos no combate ao crime organizado; bem como a implementação do Plano Nacional de Segurança Pública voltado à realização dos XV Jogos Pan e Para Pan–Americanos de 2007 (...).”

4 – U.O. 39911 – Fundo Nacional de Segurança Pública

A este Fundo estão sendo alocadas dotações no valor total de R\$135.000.000,00, com vistas ao atendimento das programações relacionadas com “Ações Preventivas Associadas à Segurança Pública nos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007; Preparação e Emprego da Força Nacional de Segurança Pública para os Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007; Implantação de Infra–Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública nos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007; Ações de Inteligência Associadas aos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007”.

Todas as ações contempladas com dotação estão relacionadas com a realização dos Jogos Pan e Para–Pan–Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro.

5 – U.O. 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT)

A dotação alocada a esta unidade orçamentária, no valor de R\$139.388.796,00, tem por finalidade atender a “Obras Rodoviárias Emergenciais”, sob a justificativa de que o crédito “permitirá a realização

de obras emergenciais nas rodovias federais, danificadas em virtude de fortes chuvas ocorridas no mês de dezembro, fato que resultou na decretação de estado de calamidade pública por algumas unidades da Federação”.

6 – U.O. 41101 – Ministério das Comunicações

O Ministério das Comunicações está sendo contemplado com dotação no valor de R\$90.000.000,00, para atender à “Implantação de Instalações para Acesso a Serviços Públicos”, sob a justificativa de que “o crédito possibilitará a execução de ações voltadas para inclusão digital, mediante a implantação de um telecentro comunitário com internet banda larga em todos os municípios, que permitirão (sic) o acesso a tecnologias de informação e de conhecimento às classes menos favorecidas”.

7 – U.O. 47205 – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

No âmbito desta unidade orçamentária, o crédito destina-se a atender a ações relacionadas com o Censo Demográfico (contagem da população) e com o Censo Agropecuário de 2006, além de outras relacionadas com “Publicidade de Utilidade Pública”, perfazendo um valor total de R\$93.390.848,00. Como justificativa, são oferecidas as seguintes razões:

“Os recursos para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destinam-se à antecipação de operações relativas à preparação da infra-estrutura necessária à realização do Censo Agropecuário e da Contagem da População, a cargo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”.

8 – U.O. 51101 – Ministério do Esporte

O Ministério do Esporte está sendo contemplado com dotação no valor total de R\$313.500.000,00, para atender às seguintes ações relacionadas com os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 a serem realizados na cidade do Rio de Janeiro: i) Implantação de Infra-Estrutura Tecnológica para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; ii) Gestão e Administração do Programa (Programa 1246 – Rumo ao Pan 2007); iii) Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; iv) Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro; v) Publicidade de Utilidade Pública.

São as seguintes, em essência, as razões apresentadas pelo Poder Executivo para justificar a abertu-

tura do crédito extraordinário com as finalidades indicadas:

“No Ministério do Esporte, o crédito atenderá a despesas relacionadas com a infra-estrutura e a logística necessárias à realização do Pan 2007, evitando possíveis prejuízos na qualidade da prestação dos serviços essenciais ao evento. Tais despesas referem-se a instalações temporárias e de manutenção, devido ao aumento de modalidades esportivas a serem realizadas nas instalações federais; à ampliação da participação do Governo Federal nas cerimônias de abertura e de encerramento dos Jogos; à realização das atividades relacionadas ao percurso da tocha, ao programa de voluntariado, à cultura e à educação; à instalação do restaurante na Vila do Pan-Americano, não orçado inicialmente pelo Comitê de Organização – CO-RIO, à execução de serviços de suporte em tecnologia da informação, redes de dados e voz; a serviços de gerenciamento e fiscalização das obras na Vila Militar; à realização de diversos eventos no âmbito do legado esportivo e social e de divulgação dos Jogos; entre outras”.

9 – U.O. 52101 – Ministério da Defesa

As dotações alocadas a essa unidade orçamentária, totalizando R\$78.300.000,00, têm por finalidade atender às seguintes ações: “Adequação da Infra-Estrutura Aeroportuária para os Jogos Pan-Americanos”; e “Missão das Nações Unidas para o Haiti”.

As razões que justificariam a abertura do crédito extraordinário estão assim alinhadas:

“Com relação ao Ministério da Defesa, a proposição assegurará as condições necessárias para honrar os compromissos assumidos com a Organização das Nações Unidas em relação à Missão de Paz no Haiti, para cobrir despesas com o retorno e envio de contingentes, a aquisição de equipamentos e manutenção do efetivo, em razão da extensão de sua permanência, abrangendo o período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2007, com a possibilidade de renová-la até novembro de 2007; a adequação dos Aeroportos do Município do Rio de Janeiro, principalmente o de Jacarepaguá, por meio da realização de obras, permitindo que suas instalações e equipamen-

tos estejam condizentes ao nível de segurança necessário ao trânsito de atletas de vários países envolvidos nos Jogos Pan-Americanos de 2007, contrapondo-se a quaisquer atos de interferências ilícitas contra a aviação civil e constituindo-se em ‘Centro de Operações’ para evacuações aeromédicas e resgate de eventuais acidentes durante a realização dos jogos” (...).

10 – U.O. 52133 – Secretaria da Comissão Intermistrial para os Recursos do Mar (SECIRM)

A esta unidade orçamentária estão sendo alocadas dotações no valor de R\$3.000.000,00, que serão utilizados para dar continuidade às obras de recuperação e modernização da infra-estrutura da Estação Antártica Comandante Ferraz. Tais obras estão relacionadas com a Missão Antártica.

Não foram apresentadas fontes de financiamento do presente crédito extraordinário, embora se faça menção, na Exposição de Motivos, de que o crédito será atendido com recursos ordinários do Tesouro Nacional.

Foram apresentadas 24 emendas à medida provisória, no prazo regimental, propondo o remanejamento de dotações no âmbito de diferentes unidades orçamentárias contempladas pelo crédito.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Em atenção às determinações constantes do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002–CN, a matéria vem a esta Casa para que, em função revisora, sobre ela delibere, devendo manifestar-se, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, da mesma Resolução, além da apreciação das emendas apresentadas.

II.1. Exame dos Aspectos de Constitucionalidade

A teor do § 3º do art. 167 da Constituição Federal, “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública observado o disposto no art. 62”.

As despesas albergadas pela medida provisória, além das relacionadas com os jogos “Pan e Para-Pan-Americanos”, com a “Missão Antártica” e com a “Missão das Nações Unidas para o Haiti” podem, numa exegese mais ampla, ser objeto de crédito extraordinário. Isso porque, o atraso verificado na aprovação da lei orçamentária resultou por produzir circunstâncias excepcionais que somente poderiam ser superadas por meio desse instrumento. Isso porque eventual atraso na execução das programações correspondentes poderia gerar traumas irreparáveis à vida do País, a exemplo da falta de recuperação de rodovias federais, os compromissos não honrados pela NUCLEP etc.

II.2. Exame da Adequação Financeira e Orçamentária

Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002–CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

A análise da adequação orçamentária e financeira implica também confrontar o texto proposto com o atendimento das normas financeiras e orçamentárias vigentes. Nesse sentido, pode-se afirmar que o texto da medida provisória não lide qualquer dispositivo da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), do plano plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004, e alterações posteriores), da lei de diretrizes orçamentárias para 2007 (Lei nº 11.439, de 29-12-2006) e da lei orçamentária anual.

II.3. Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002–CN, prevê que “No dia da publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União**, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva mensagem e de documento expondo a motivação do ato.”

Nesse sentido, admite-se que a exigência de “documento expondo a motivação do ato” encontra-se

suprido por meio da Exposição de Motivos que acompanha a mensagem.

II.4. Exame do mérito

O mérito das despesas associadas às programações constantes da medida provisória são inquestionáveis, na medida em que as ações das quais decorrem produzem significativo impacto na vida das pessoas. Particularmente, as despesas relacionadas com os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos têm ainda o mérito de propiciar a entrada de divisas para o País, além de dinamizar a economia local da cidade do Rio de Janeiro. São, portanto, despesas autofinanciáveis.

II.5. Do Exame das Emendas Apresentadas

À medida provisória foram apresentadas 43 emendas propondo o remanejamento de recursos no âmbito de diversas unidades orçamentárias.

Pelas disposições do art. 111 da Res. nº 1, de 2006–CN, novas regras encontram-se em vigor para que se admita emenda a medida provisória que abra crédito extraordinário. Diz o dispositivo, **verbis**:

“Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”.

Como nenhuma das emendas se ajusta a essa determinação, sugerimos sejam todas declaradas inadmitidas, com amparo no retrotranscrito dispositivo, combinado com as disposições do § 1º do art. 109, da mesma resolução.

III – Conclusão

Por todo o exposto, entendemos que a Medida Provisória nº 343, de 5 de janeiro de 2007, atende integralmente aos preceitos de constitucionalidade e de adequação orçamentária e financeira. Por isso, somos por sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2007. – Senador **Sibá Machado**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do nobre Senador Sibá Machado é favorável, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância e de urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Aprovados os pressupostos constitucionais, passamos à apreciação do mérito.

Em discussão a Medida Provisória e as emendas, em turno único.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Marconi Perillo, para discutir a Medida Provisória. Em seguida, falará V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é completamente indiferente, sob o ponto de vista prático, aprovar ou não essas “desmedidas” provisórias que dispõem sobre abertura de créditos adicionais, em caráter extraordinário, conforme rotina estabelecida nesse Governo.

Na verdade, desde sua edição, as medidas provisórias, ou “desmedidas” provisórias, já têm força de lei e seus efeitos já podem ser praticados de imediato.

Nesse sentido, dois dias ou pouco mais do que isso de dias após a edição da medida provisória, os recursos nela previstos já foram empenhados, liquidados, pagos, ou seja, num curto espaço de tempo, os recursos já cumpriram integralmente a sua destinação e o ciclo, tecnicamente conhecido nos manuais de finanças públicas como estágios da despesa.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vamos mais, meu querido Líder Arthur Virgílio, ficar nessa discussão de que se rejeitar essa ou aquela medida provisória vai acontecer isso ou aquilo. Isso é conversa mole. É balela. No fundo, no fundo, não vai acontecer nada. Exatamente nada porque essas medidas ou “desmedidas” que estamos votando foram editadas durante o recesso do Congresso e esses recursos já cumpriram suas funções – se é que tinham alguma função mais nobre.

Para que o ato de rejeitar essas medidas provisórias tenha efeito precisaríamos elaborar e aprovar nas duas Casas do Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo disciplinando os efeitos jurídicos dela decorrentes, durante o período em que ela esteve em vigor.

Tudo bem que não há inconveniente nisso. Não há empecilho no cumprimento dessa prerrogativa constitucional. O grande problema, Senador José Agripino,

é que isso tem de acontecer num prazo de 60 dias, ou seja, se isso não for feito nesse prazo, ficam automaticamente convalidados todos os efeitos dela decorrentes. Não estou inventando isso. Está na nossa Constituição, em seu §3º, art. 62.

No entanto, como é que aprovaríamos uma matéria dessas, nas duas Casas do Congresso Nacional, com essa avalanche de medidas provisórias que trançam as pautas da Câmara e do Senado? Não há como fazer isso! É muita conversa fiada nessa discussão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é por isso que invoco a grandeza do nosso Líder, Senador Arthur Virgílio, para que, de agora em diante, recomende à Bancada tucana no Senado a votar contra todas as medidas provisórias que dispõem sobre crédito adicional, independentemente da destinação dos recursos, porque é indiferente aprovar ou não as medidas provisórias, porque elas já cumpriram o seu objetivo com muita antecedência.

Vamos votar contra, meu grande Líder Arthur, porque as medidas provisórias dispendo sobre crédito não têm ação de continuidade.

Vamos criar uma “jurisprudência” e votar, de agora em diante, contra todas essas medidas provisórias que abrem créditos adicionais em caráter extraordinário.

Só assim, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vamos começar a dar um basta nas chamadas “desmedidas” provisórias, que trançam a pauta no Congresso, na Câmara e no Senado, e nos impede de, efetivamente, travar aqui o grande debate a respeito dos temas que interessam ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a experiência adquirida pelo Senador Marconi Perillo na Câmara e, posteriormente, no Governo do seu Estado, deu-lhe exatamente a noção e a dimensão exata da nossa responsabilidade nesta Casa.

Senador Arthur Virgílio, é de causar piedade ao Partido do Governo, à base do Governo, quando vejo V. Ex^a tomar a frente de um entendimento para votar matérias que são, na realidade, de interesse do Governo, o que vem mostrar exatamente os desencontros e os desacertos da base.

Poucos momentos atrás, na Comissão de Infra-estrutura, eu vi o Senador Wellington Salgado de Oliveira cobrar a presença do Partido principal da base do Governo na votação de um nome submetido pelo Governo à apreciação daquela Comissão.

Senador João Durval, “ao rei tudo, menos a honra.”

E é para isto, Senador Marconi Perillo, que chamo a atenção, Senador Paim – independente como V. Ex^a é; é para isto que chamo a atenção, Senador Flávio Arns, Presidente Renan Calheiros: vamos votar uma medida provisória que tem parecer do consultor do Orçamento, publicado aqui, exatamente num texto que será submetido a voto.

Diz o seguinte:

Parece-nos que as dotações previstas na MP não atendem à exigência do Texto Constitucional, haja vista que tais despesas não se revestem do caráter essencialmente imprescindível estabelecido pelo dispositivo, dado que algumas delas, como o pagamento de compromissos já assumidos, poderiam ser perfeitamente incluídas no resto e aprovado Projeto de Lei do Orçamento de 2007.

Ora, o consultor, no cumprimento do seu papel de orientação a este Plenário e a esta Casa, Sr. Presidente Romeu Tuma, toma a precaução de nos alertar para isso. Nós, legisladores; nós, responsáveis por leis, vamos votar para agradar ao Governo. E aí pergunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: para atender a que prioridade?

Senadora Lúcia Vânia, essa medida consegue agradar a uma verdadeira miscelânea de interesses, interesses os mais diversos, os mais difusos e os mais estranhos. Senão, vejamos: abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia – brindado nas manchetes de hoje com um escândalo que envolve malversação de recursos, por intermédio de uma quadrilha presa em São Paulo –; da Fazenda; da Justiça, dos Transportes; das Comunicações; do Planejamento, Orçamento e Gestão; do Esporte e da Defesa. Sr. Presidente, é um *pot-pourri* de assuntos diversos, embutidos numa medida provisória exatamente para tirar de nós, Senadores, o direito e a oportunidade de uma discussão mais clara e mais detalhada sobre a matéria.

No fim do ano passado, fui contra a votação de um crédito para o Ministério dos Transportes, cuja justificativa, Sr. Presidente, era o emprego em logística. O que é logística? Desde quando o Tribunal de Con-

tas aceita despesas feitas em logística? Sabemos, Senador Marconi, que logística pode ser tudo e pode não ser nada.

Daí por que, Sr. Presidente, é preciso que este Senado se conscientize da responsabilidade que assume em votar essas medidas provisórias, que são exatamente os subterfúgios usados pelo Governo para obstruir pauta e para conseguir – por ser a maneira mais fácil – sucesso nos seus intentos. Daí por que trabalharei também, Senador Marconi, pela derrota dessa medida provisória.

Creio que a matéria referente a esses créditos tem de entrar nesta Casa com mais clareza, pelos trâmites legais, e não por meio dessas famigeradas medidas provisórias, cujas promessas, num passado recente, de serem abolidas da Nação, não foram concretizadas. E, neste momento, nesta quadra em que vivemos, nunca chegaram aqui com tanta profusão.

Era isso, Sr. Presidente.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de merecer a atenção de V. Ex^a para a medida provisória que vamos votar.

Temos votado aqui medida provisória de toda sorte, mas esta tem um ingrediente especial: trata de crédito extraordinário; e o crédito extraordinário é utilizado para início de obras, em obras novas, obras que devem ser previstas no início da votação do Orçamento.

Creio que mandar uma medida provisória desta natureza para o Congresso é abusar demais: é abusar da nossa confiança, é abusar do nosso trabalho, Sr. Presidente, porque esta é uma medida provisória que pode ser prevista na votação do Orçamento.

O que estamos fazendo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização? Estamos lá votando nada! Passamos noites inteiras discutindo e, de repente, vem para cá matéria referente a crédito extraordinário para assuntos extremamente previsíveis.

Então, eu gostaria de pedir a V. Ex^a que tomasse uma providência, em nome do Congresso Nacional. Não é possível que o Governo abuse tanto da nossa condição nesta Casa!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a medida provisória em tela, a de nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, atinge o valor global de R\$956.646.492,00.

Sr. Presidente, aqui, discrimino:

– Ministério da Ciência e Tecnologia: R\$12.250.000,00 para a Nuclebrás;

– Ministério da Fazenda: R\$72.816.848,00 para o Serpro;

– Ministério da Justiça: R\$154 milhões para o Centro de Inteligência Policial Compartilhado de Crime Organizado etc.

– Ministério dos Transportes, R\$139.388.796,00 para obras emergenciais;

– Ministério das Comunicações, R\$90 milhões para inclusão digital;

– Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, R\$93.390.848,00 para censos agropecuários e contagem da população, a cargo do IBGE;

– Ministério dos Esportes, R\$313.500.000,00 para o pagamento de despesas relacionadas ao Pan 2007;

– Ministério da Defesa, R\$81.300.000,00 para a missão das Nações Unidas que o Brasil chefia no Haiti; para adequação dos aeroportos no Município do Rio de Janeiro, para a segurança necessária ao trânsito de atletas, visando ao Pan.

Sr. Presidente, quando leio a destinação dos recursos, parece que dizer “não” a esta medida provisória atentaria contra o bom-senso. Então, de maneira bem didática, vou explicar à Nação brasileira, primeiramente, que esse dinheiro já foi gasto; segundo, que foi extremamente percuciente a Senadora Lúcia Vânia quando, desta tribuna, referiu-se ao uso inadequado do crédito extraordinário para isso, porque ele, pela formulação correta, se destinaria a coisas novas, a obras novas, a situações novas.

Sr. Presidente, eu poderia dizer – e digo – que esse dinheiro já foi gasto. Se votarmos contra a medida provisória, não estaremos causando prejuízo nenhum a nenhum desses setores, até porque, 60 dias após a negativa congressual, o Governo tem um mecanismo legal, correto, para se refazer de quaisquer ameaças de prejuízo.

O Senador Marconi Perillo fez uma bela comunicação à Casa; e a mim fez um apelo que me sensibilizou profundamente, no sentido de que, daqui para frente, passemos a votar sempre contra medidas provisórias que tenham esse caráter. Digo que, na regra, terá mesmo de ser assim, deixando bem claro, Sr. Presidente, que não há nada contra dinheiro para a Nuclebrás, para o Ministério da Fazenda, para o Serpro, para a inteligência policial, para obras emergenciais nas rodovias federais, para a inclusão digital, para o censo agropecuário, para o Pan-Americano ou para a missão brasileira no Haiti. Nada contra isso, mas tudo contra a forma inadequada que humilha o Congresso e que nos faz discutir se, hoje, votamos duas, três ou quatro medidas provisórias. Amanhã, quando desimpedirmos a pauta, lá virão oito, dez, doze ou vinte novas medidas provisórias.

E, no final, Senadora Lúcia Vânia e Senador Marconi Perillo, o que acontece? Isso atinge todos nós – opositoristas e integrantes da base do Governo –, porque o conceito do Congressista é um só. O Congressista honesto tem pago pelo desonesto.

O fato é que, hoje, li uma matéria, Sr. Presidente, absolutamente explicativa da indignação que tomou conta do Senador Marconi Perillo e da Senadora Lúcia Vânia. O Executivo foi responsável por não sei quantos por cento da produção legislativa do ano passado, e por mais não sei quantas outras medidas provisórias. Aí, o jornal faz uma crítica, Senador Fernando Collor, porque apenas 1,71% da produção legislativa do ano passado coube a nós, Senadores. Ou seja, não trabalhamos, sob o ponto de vista percentual, mais que 1,71% da produção legislativa total.

Foi por que ficamos pouco aqui? Não foi. Foi por que saímos cedo do trabalho? Não foi, tampouco. Foi porque, afogados por medidas provisórias, procurando dar o nosso toque de qualidade a elas, procurando melhorá-las, arredondá-las, procurando ter paciência com aquilo que, para nós, é relevante, a chamada governabilidade, vimos as medidas provisórias e as iniciativas que o Governo toma – e deve tomar – no campo legislativo impedindo a capacidade criadora dos Senadores, a capacidade criadora dos Congressistas.

Se V. Ex^a me perguntar se, no mundo globalizado, no mundo da comunicação instantânea, entendo que a preponderância na iniciativa das leis deve caber ao Executivo ou ao Legislativo, responderei logo que V. Ex^a sabe, sobejamente, como Parlamentar talentoso e experimentado que é, que, hoje, cabe ao Executivo a preponderância.

Em qualquer outro país – e vou arriscar um palpite, Sr. Presidente –, na França, 60%, na Alemanha, algo parecido, mas imagino que em qualquer país democrático, com o parlamento funcionando para valer, ainda assim, em função das crises globais, a maioria das iniciativas legais parte do Executivo. Não me insurjo contra isso. O Sr. Fernando Collor foi Presidente da República e sabe disto: ninguém governa sem medida provisória. É fundamental haver medidas provisórias, mas elas devem ser usadas com parcimônia, sobretudo em função do rito que aí está, que humilha o Parlamento e prejudica a ação administrativa de qualquer Governo que queira ter um bom desempenho administrativo.

Reclamo, Sr. Presidente, porque no Brasil a coisa está hiperbolizada. Não deixam ao Congresso 40% para sua própria iniciativa. Ficam noventa e tantos por cento a título de iniciativa do Executivo, e 1%, menos de 2%, para dar vazão à capacidade criadora das Sr^{as} e dos Srs. Deputados, das Sr^{as} e dos Srs. Senadores.

Portanto, Sr. Presidente, atendendo, sim, ao alerta e à recomendação que me faz o Senador Marconi Perillo, e baseado na visão absolutamente consciente da Senadora Lúcia Vânia, essa figura que sempre honrou a nossa Bancada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, portando-se com a probidade que a Casa nela reconhece, votaremos contra a medida provisória.

Volto a dizer que é claro que esta Casa é madura, não é infante-juvenil, onde alguém diga – e se alguém pensava isso, já não pensa mais – que “estão votando contra o Pan, estão votando contra tapar buraco em estradas, estão votando contra a Nuclebrás, estão votando contra o censo agropecuário”. Não. Ninguém, aqui, é capaz dessa imaturidade. Todos sabem que o dinheiro já está gasto; todos sabem que “Inês é morta”; todos sabem que, se rejeitarmos a medida provisória, isso será um gesto puro e simplesmente simbólico, porque o Governo tem todo um arsenal legal que lhe permitirá, em 60 dias, recompor-se de qualquer prejuízo.

Portanto, nada nos impede de fazermos aquilo que é recomendado pelo Senador Marconi Perillo, com base na explanação de muita sapiência da Senadora Lúcia Vânia – e não quero esquecer o Senador Herá-

clito Fortes, que fez equilibrado e correto pronunciamento no mesmo sentido, pelo mesmo viés –, e dizer que nós, conscientes de que não causamos prejuízo a ninguém, fazemos um gesto de protesto contra a forma como temos sido tratados pelo Governo, com essa edição abusiva de medidas provisórias. O PSDB, Sr. Presidente, votará essa matéria negando-a. O PSDB votará “não”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador José Agripino e, em seguida, ao Senador Romero Jucá, Líder do Governo.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bastante sucinto. Quero dizer apenas uma coisa: nós, do Democratas, temos votado, sistematicamente, contra a abertura de créditos por medida provisória. Temos dito que aquelas matérias que são meritórias poderiam, tranqüilamente, merecer o consenso da Casa se fossem encaminhadas por projeto de lei.

No entanto, pela exorbitação do Governo no que diz respeito às medidas provisórias, votaremos contra, para marcar posição e para ver se nos deixam trabalhar em matéria de iniciativa do Parlamento.

Agora, Sr. Presidente, essa é queda e coice. Essa é queda e coice. Se o encaminhamento mediante MP de crédito especial significa queda para o Parlamento, o Congresso, essa é queda e coice, porque estão encaminhando crédito extraordinário. Crédito extraordinário, Sr. Presidente, encaminha-se para coisas imprevisíveis, coisas que não estão previstas. Aí, abre-se o crédito extraordinário.

O que o Governo está fazendo é um desrespeito potencializado ao Congresso. É queda e coice. Queda nós agüentamos, Senador Marconi Perillo, mas queda e coice não dá para agüentar.

Deixe-me dar uma informação ao Plenário.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe muito mais do que eu que cada parecer aqui pronunciado fica respaldado por uma nota técnica elaborada pelos consultores legislativos, que são a nata do Senado, são as melhores inteligências.

A Nota Técnica nº 5, de 2007, ensejou o relatório ou o parecer à MP que estamos votando.

Roberto de Medeiros Guimarães Filho, Consultor de Orçamento, homem do setor, cuja praia é essa

matéria, encerra a sua nota técnica dizendo: “Parece-nos que as dotações previstas nesta MP não atendem à exigência do texto constitucional, haja vista que tais despesas não se revestem do caráter essencialmente imprevisível estabelecido pelo dispositivo, dado que algumas delas, como o pagamento de compromissos já assumidos, poderiam ser perfeitamente incluídas no recém-aprovado Projeto de Lei Orçamentária para 2007”.

Ou seja, essa não é matéria imprevisível e poderia, tranqüilamente, ter sido incluída no Orçamento de 2007. O Governo poderia, na execução do Orçamento, usar esse dinheiro para pagar as despesas que está remetendo ao Congresso na forma de medida provisória. Qual é o seu objetivo? O de nos diminuir? O de tirar o tempo do Parlamento para discussão de coisas próprias da iniciativa do Senador Arthur Virgílio, do Senador Fernando Collor, do Senador Marconi Perillo, da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Renan Calheiros, do Senador José Agripino? É para isto, para retirar o tempo de discussão de matérias da nossa lavra? Se é para isso, vamos dar o troco e votar como devemos.

Queda e coice no Congresso, não!

O voto é “não” a essa matéria, com toda a ênfase, Sr. Presidente, que a defesa das prerrogativas do Parlamento justifica.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar os esclarecimentos necessários, porque temos votado muitas medidas provisórias de crédito suplementar e de crédito extraordinário de 2006, referentes ao Orçamento editado no final do ano passado.

Essa medida provisória é diferente, pois é de 2007 e diz respeito a um crédito extraordinário para o Orçamento de 2007.

No início de janeiro, quando houve a necessidade de se fazer essa despesa, o Orçamento havia sido aprovado no Congresso, mas ainda não havia sido sancionado. Houve problema na redação final e, depois, demora na implantação dos QDDs – Quadros de Detalhamento de Despesas.

Nesse espaço de tempo entre a votação do Orçamento e o início de funcionamento do Orçamento, no final de fevereiro e início de março, o Governo editou essa medida provisória. Por que o Governo a editou

em janeiro? Porque era urgente, em janeiro, definir algumas despesas aqui registradas: Ministério da Ciência e Tecnologia, recurso para Nuclebrás; Ministério da Justiça, instalação do Centro de Inteligência Policial Compartilhada de Crime Organizado no Rio de Janeiro e obras para o Pan.

Então, esse crédito foi extraordinário e não suplementar porque não havia meio de suplementar um Orçamento que não era lei ainda. Tivemos que proceder como se fosse crédito extraordinário porque era como se estivéssemos abrindo um orçamento novo enquanto o Orçamento não vinha. Esse o motivo de ser nomeado como crédito extraordinário para o ano de 2007. Por isso que não está sendo gasto no Orçamento de 2007, que não estava disponível ainda nesse momento.

Quero registrar, Sr. Presidente, que, dos R\$956 milhões empenhados, só foram gastos até agora R\$483 milhões, exatamente porque as atividades estão em andamento: são obras do Pan; obra de segurança no Haiti, a do Ministério da Defesa. Então, foram obras empenhadas. Tinham de ser empenhadas porque a despesa para ser contratada tem que ter o prévio empenho, não poderia ser feita de boca, tinha de haver o empenho para ser feita; foi feito o empenho, mas não foi pago tudo ainda. Se essa medida provisória caísse, geraria prejuízo, sim: paralisaria as obras do Pan, deixaria de remeter recursos para a despesa da força do Haiti e deixaria de remeter recursos para a Polícia Federal e para o combate compartilhado, junto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, do crime.

Portanto, apresento essa informação exatamente para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores possam ter conhecimento, efetivamente, do que está sendo votado.

Não é um crédito do Orçamento de 2006. É um crédito extraordinário, novo, no Orçamento de 2007. Ao ser votado, ele será incorporado ao Orçamento de 2007 e, claro, vai ficar registrada a despesa no Orçamento.

Foi crédito extraordinário, volto a dizer, porque o Orçamento não estava ainda vigente. O Senador Valdir Raupp fez um esforço, aprovou o Orçamento no final do ano. Do Orçamento teve que se fazer a redação final. Demorou no Congresso; a redação final foi encaminhada para o Governo, que teve de conferir, teve de abrir os quadros de detalhamento de despesas, e o Orçamento só estaria disponível no final de fevereiro início de março, e essas despesas não poderiam esperar. Por isso o Governo fez o crédito extraordinário. Está aí a explicação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Heráclito, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para ajudar o Senador Romero Jucá, figura por quem tenho grande apreço e respeito à velha tarimba que S. Ex^a tem em liderar Governo.

Senador Romero Jucá, o QDD não existe mais, caiu. O Orçamento, hoje, é auto-aplicativo. Lembro a V. Ex^a que as despesas de custeio podem ser feitas a qualquer momento; o que o Orçamento impede é investimento. Daí por que, Senador, essa linha de querer amolecer o nosso coração lembrando os perigos do Pan e a violência no Rio de Janeiro – sou solidário ao combate à violência no Rio, mas também sou solidário ao combate à violência no Piauí – não funciona com esse dinheiro, porque não remete recurso. Aliás, V. Ex^a é avalista de acordo feito aqui para a remessa de uma escada magirus para o Estado do Piauí e que, até agora, o Governo não honrou.

Então, a questão não é essa, Sr. Presidente. A questão é que se está vulgarizando, popularizando, e, se o Regimento permitisse, eu diria substituindo MP, e isso é inaceitável.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a justificativa do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, procede. No final do ano, conseguimos aprovar o Orçamento dentro do prazo regimental, mas num atropelo danado, depois das eleições do segundo turno. Tivemos apenas 45 dias para discutir e votar os relatórios setoriais e o relatório geral no Congresso Nacional. Quando voltamos do recesso, tive que assinar algumas planilhas ainda das erratas feitas inclusive no dia da sessão de votação no Congresso Nacional.

Realmente, se houve a necessidade no início do ano até que o Orçamento fosse sancionado, acho que procede a justificativa do Senador Romero Jucá.

Peço a compreensão do PFL e do PSDB. Disse, dias atrás que, neste ano, seria reduzido o número de medidas provisórias. Inclusive há um trabalho de auto-

ria do Senador Renan Calheiros nesse sentido. O fato é que a edição de medidas provisórias tem diminuindo. Algumas que ainda estão tramitação são de 2006. Essa, pelo que vejo, é a única de 2007 nessa área de crédito no Orçamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Raupp, esse apelo de V. Ex^a em tempo pretérito não nos sensibiliza. Nós não somos PFL; somos Democratas e, como tal, estamos dispostos a discutir, jamais a votar.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – V. Ex^a é Democrata. Até sou muito simpático a essa sigla, Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a Senadora Lúcia Vânia, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solicitar o prosseguimento da votação à emenda de V. Ex^a que trata da modificação do Orçamento, que especifica que o Orçamento seja votado nesta Casa e, posteriormente, na Câmara ou vice-versa. Na verdade, este ano, fez-se grande esforço para votar o Orçamento dentro do prazo. O Governo levou três meses para analisar o que fizemos, embora tenha acompanhado cada reunião da Comissão de Orçamento.

Não é possível entendermos uma coisa dessas! Mesmo com toda a boa vontade que temos com o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá, é impossível ele nos convencer de que o Governo está correto ao desconsiderar o Congresso Nacional dessa maneira.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo, pela ordem.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as intenções do Senador Valdir Raupp podem ser as melhores, mas a verdade é que, hoje, temos sete medidas provisórias trancando a pauta da Câmara e nove medidas provisórias trancando a pauta do Senado.

Não dá mais, Sr. Presidente. Precisamos efetivamente trabalhar os nossos projetos, dar curso às iniciativas do próprio Senado, e às do Congresso Nacional.

Temas como segurança e outros precisam entrar na pauta, para que possamos discutir, debater e, efetivamente, votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Encerrada a discussão

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – V. Ex^a precisa do apoio de três Srs. Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, estou sendo comunicado de que houve acordo. Então, para não quebrar o acordo, ainda assim quero registrar a posição do nosso Partido: o “não” dos Democratas.

Quero dizer que o Senado, neste momento, ao contrariar o parecer de um consultor, só tem duas saídas: afastar o consultor ou segui-lo. O que estamos vendo aqui é exatamente um absurdo. Digo a V. Ex^a que há número suficiente para obstrução. No entanto, não quero frustrar o Senador Romero, que está em treinamento para consolidar-se como Líder. Eu não quero, de maneira alguma, prejudicar o período de estágio probatório de S. Ex^a. De forma que retiro a obstrução.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a posição do PSDB e da Minoria: somos contra essa medida provisória. Quero deixar isso bem registrado; quero também registrar nossa indignação com a forma como o Orçamento é desrespeitado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Aprovada a Medida Provisória.

Votação das emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 343, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º A abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA
 UNIDADE : 24297 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M O D	L I M	F U T	VAI OR
1113		NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES						12.250.000
		ATIVIDADES						
19 662	1113 4930	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA						12.250.000
19 802	1113 4930 0103	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS NUCLEAR E PESADA DE ALTA TECNOLOGIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	12.250.000
		TOTAL - FISCAL						12.250.000
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						12.250.000

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O R D	M O D	L I M	F U T	VAI OR
0770		ADMINISTRACAO TRIBUTARIA E ADUANEIRA						72.816.848
		ATIVIDADES						
04 126	0770 2247	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX						50.814.717
04 126	0770 2247 0103	SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR SISCOMEX - SISTEMA INTEGRADO DE COMERCIO EXTERIOR - SISCOMEX - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	50.814.717
04 126	0770 2248	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL						22.002.131
04 126	0770 2248 0103	SISTEMAS INFORMATIZADOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	22.002.131
		TOTAL - FISCAL						72.816.848
		TOTAL - SEGURIDADE						0
		TOTAL - GERAL						72.816.848

ORÇAO : 30900 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELIAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES FIM DA POLICIA FEDERAL

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNÇ	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAÇA/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	O	U	F	VALOR
1355 MODERNIZACAO DA POLICIA FEDERAL										19.000.000
PROJETOS										
06 181	1355 1309	REFORMA E MODERNIZACAO DO EDIFICIO-SEDE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO								19.000.000
06 181	1355 1309 0105	REFORMA E MODERNIZACAO DO EDIFICIO-SEDE DA SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLICIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO - NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)								19.000.000
			F	3	2	90	0	100		4.900.000
			F	4	2	90	0	100		14.100.000
TOTAL - FISCAL										19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										19.000.000

ORÇAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
 UNIDADE : 30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNÇ	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAÇA/SUBTITULO/PRODUTO	E	C	R	M	O	U	F	VALOR
1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP										135.000.000
PROJETOS										
06 181	1127 1F63	ACOES PREVENTIVAS ASSOCIADAS A SEGURANCA PUBLICA NOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007								19.260.000
06 181	1127 1F63 0103	ACOES PREVENTIVAS ASSOCIADAS A SEGURANCA PUBLICA NOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								19.260.000
			F	3	2	90	0	100		18.560.300
			F	3	2	90	0	100		700.000
06 181	1127 1F64	PREPARACAO E EMPREGO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA OS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007								11.000.000
06 181	1127 1F64 0103	PREPARACAO E EMPREGO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA OS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								11.000.000
			F	3	2	90	0	100		11.000.000
06 183	1127 1F65	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE DE SEGURANCA PUBLICA NOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007								85.901.185
06 183	1127 1F65 0103	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE DE SEGURANCA PUBLICA NOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								85.901.185
			F	3	2	90	0	100		15.300.000
			F	4	2	90	0	100		70.601.185
06 183	1127 1F66	ACOES DE INTELIGENCIA ASSOCIADAS AOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007								18.838.715
06 183	1127 1F66 0103	ACOES DE INTELIGENCIA ASSOCIADAS AOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								18.838.715
			F	3	2	90	0	100		7.114.483
			F	4	2	90	0	100		11.724.232
TOTAL - FISCAL										135.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										135.000.000

ORGAO : 3900 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
											F
0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL											139.388.796
PROJETOS											
26 782	0220 1F40	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								139.388.796	
26 782	0220 1F40 0101	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								139.388.796	
			F	4	2	90	0	100		139.388.796	
TOTAL - FISCAL										139.388.796	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										139.388.796	

ORGAO : 41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

UNIDADE : 41101 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR	
											F
1008 INCLUSAO DIGITAL											90.000.000
PROJETOS											
24 722	1008 11T7	IMPLANTACAO DE INSTALACOES PARA ACESSO A SERVICOS PUBLICOS								90.000.000	
24 722	1008 11T7 0101	IMPLANTACAO DE INSTALACOES PARA ACESSO A SERVICOS PUBLICOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								90.000.000	
			F	4	2	90	0	100		90.000.000	
TOTAL - FISCAL										90.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE										0	
TOTAL - GERAL										90.000.000	

ORÇAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
 UNIDADE : 47105 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I L U	F T E	VALOR
1059 RECBENSEAMENTOS GERAIS								93.390.848
PROJETOS								
04 121	1059 1A91	CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2006						38.664.588
04 121	1059 1A91 0103	CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	38.664.588
04 133	1059 1779	CENSO AGROPECUARIO 2006						54.335.209
04 121	1059 1779 0103	CENSO AGROPECUARIO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	54.335.209
ATIVIDADES								
04 131	1059 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						391.051
04 131	1059 4641 0109	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	391.051
TOTAL - FISCAL								93.390.848
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								93.390.848

ORÇAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE
 UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I L U	F T E	VALOR
1246 RUMO AO PAN 2007								313.500.000
PROJETOS								
27 811	1246 1D72	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO						127.800.000
27 811	1246 1D72 0103	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 100	127.800.000
			F	4	2	90	0 100	1.000.000

		ATIVIDADES						
27 122	1246 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						11.500.000
27 122	1246 2272 9101	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						12.300.000
			F 3	2	90	0	100	12.000.000
			F 4	2	90	0	100	300.000
27 811	1246 2430	REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO						82.000.000
27 811	1246 2430 0105	REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						82.000.000
			F 3	2	90	0	100	82.000.000
		PROJETOS						
27 811	1246 3930	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO						91.000.000
27 811	1246 3930 0103	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						91.000.000
			F 3	2	90	0	100	65.000.000
			F 4	2	90	0	100	26.000.000
		ATIVIDADES						
27 131	1246 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						6.000.000
27 131	1246 4641 0111	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						6.000.000
			F 3	2	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL							313.500.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							313.500.000	

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO : CREDITO EXTRAORDINARIO
 PROGRAMA DE TRABALHO : RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S I D	G R P D	M O D	P L	F U T E	VALOR
0611 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA								8.300.000
		PROJETOS						
05 781	0631 1K90	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA PARA OS JOGOS PAN-AMERICANOS						8.300.000
05 781	0631 1K90 0101	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA PARA OS JOGOS PAN-AMERICANOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						8.300.000
			F 4	2	90	0	100	8.300.000
0032 PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS								78.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
05 212	0032 0910	MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O TRATTO						78.000.000
05 212	0032 0910 0101	MISSAO DAS NAÇOES UNIDAS PARA O TRATTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						70.000.000
			F 3	2	90	0	100	44.100.000
			F 4	2	90	0	100	25.900.000
TOTAL - FISCAL							78.300.000	
TOTAL - SEGURIDADE							0	
TOTAL - GERAL							78.300.000	

ORÇAO : 5004 - MINISTERIO DA DEFESA
 UNIDADE : 52113 - SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO				
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00				
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I O U T E	VALOR
0471 PROANTAR							3.000.000
		ATIVIDADES					
05 973	0472 2345	MISSAO ANTARTICA					3.000.000
05 973	0472 2345 0103	MISSAO ANTARTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	30	0 100
TOTAL - FISCAL							3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE							0
TOTAL - GERAL							3.000.000

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa – Senador Heráclito, Srs. Líderes – se vamos apreciar outra medida provisória hoje. (Pausa.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, há um acordo de que votaríamos a Medida Provisória nº 337 amanhã. A Liderança do Governo cumpre o acordo. A pauta, por hoje, está encerrada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, parabênizo o Senador Romero. Afinal de contas, tem alguém no Governo que cumpre a palavra. Meus cumprimentos. Continue assim. O Governo pode até não gostar; V. Exª pode ser destituído, mas sua consciência ficará tranqüila no cumprimento do dever. Felizmente, sua escola foi outra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da*

Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinqüenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

9

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).*

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

11

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda

à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasep sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

16

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060,*

de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea **b** do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao **caput** do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda com respeito à Ordem do Dia, já que foi destrancada a pauta, pergunto se seria possível o exame de requerimento que apresentei no sentido de ser apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 3, do Senador Osmar Dias, o Projeto de Lei do Senado nº 153, de minha autoria, pois tratam da lei que define as normas de cooperativas.

Seria de bom senso que ambos fossem apensados para exame, já que tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim sendo, eu agradeceria se a matéria pudesse ser considerada para efeito de votação e exame naquela Comissão.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever, como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª está devidamente inscrita.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, minha pergunta foi no sentido de que, tendo sido destrancada a pauta, se pode ser examinado o requerimento que pede o apensamento do projeto de lei de minha autoria ao projeto de lei de autoria do Senador Osmar Dias, uma vez que ambos tratam das formas cooperativas de produção e tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, V. Exª está requerendo uma deliberação legislativa, obviamente, e todas estão sobrestadas pelas medidas provisórias. Mas, tão logo tenhamos condições de apreciá-las, prioritariamente, apreciaremos as sugestões de V. Exª, e já pedimos inclusive os processos para tanto.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Adelmir Santana, comunico à Casa, já que isso foi pauta de discussão, que, apesar de o andamento de muitos projetos terem sido efetivamente prejudicados pela crise política, pela primeira vez em 16 anos – hoje foi publicada uma matéria da consultoria do informativo *Tendências* –, a maioria das propostas aprovadas por Deputados e Senadores teve origem no próprio Legislativo. Os dados são do boletim informativo *Tendências*, voltado para investidores e empresários nacionais e do exterior, além de outros formadores de opinião.

Em 2004, o Executivo foi responsável por 81% do total da produção legislativa. Restaram ao Congresso Nacional apenas 14%, e ao Judiciário, 5%. Em 2005, esse quadro se reverteu com uma significativa participação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fizemos um requerimento à Casa pedindo voto de aplausos à Dr^a Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, que, por ocasião da sua posse como Ministra do Superior Tribunal Militar, ocorrida no dia 27 próximo passado, fez um discurso solenemente aplaudido por todos nós.

Requeiro a esta Casa um voto de aplauso, e que esse voto seja cientificado ao Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Henrique Marini de Souza, bem como seja inserido o discurso proferido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a permite que eu assinie o requerimento com V. Ex^a?

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF) – Claro, nobre Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

Sr. Presidente, o Requerimento já se encontra sobre a mesa.

É bom destacar que é a primeira mulher que assume o cargo de Ministra no Superior Tribunal Militar, em quase 200 anos. Seu nome foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e obteve uma esplendorosa votação neste plenário. Por isso, apresentamos o requerimento à Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a, e desde já o subscreve. Nós tivemos, com muita satisfação, a oportunidade de apreciar o nome da Ministra, e foi uma decisão quase unânime desta Casa, aliás, merecida.

Parabéns a V. Ex^a, Ministra, e ao Superior Tribunal Militar.

Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, o Presidente Lula já demonstrou, em diversas ocasiões e em encontros internacionais, que goza de um prestígio invejável entre os grandes líderes e estadistas mundiais.

Sempre convocado para discutir os grandes temas da atualidade, o Presidente da República nunca se furtou a se posicionar nos grandes fóruns internacionais sobre questões que marcadamente dizem respeito aos interesses brasileiros.

Agora, o Brasil mais uma vez se consolida como uma peça importante no tabuleiro mundial, desta vez

relacionado à questão ambiental e energética do momento: os biocombustíveis.

A visita do Presidente americano George W. Bush para discutir o tema sinalizou a importância brasileira no trato da questão. Com tecnologia de ponta, terras em abundância, prática consolidada e vontade política, hoje não há mais como se discutir o uso do etanol e de alternativas energéticas ao petróleo sem reconhecer no Brasil um exemplo a ser seguido.

Falo isso sem ufanismos ou exageros retóricos, mas com profundo orgulho da liderança alcançada pelo nosso País no setor. Pesquisando e aprimorando o uso do etanol desde a década de 70, podemos hoje exibir ao mundo nossas modernas usinas, nossos carros com motor **flex** e a diminuição progressiva de nossas taxas de emissão veiculares de carbono.

Não há dúvidas de que o mundo se rende ao exemplo brasileiro. Se a gasolina comercializada no País já utiliza 23% de álcool em sua mistura, a União Européia já ratificou um plano de adicionar até 10% do biocombustível, e os Estados Unidos planejam fazê-lo em 20% até 2017.

Sr. Presidente, o fato é que se o petróleo foi a fonte energética do século passado, este século será inevitavelmente marcado pelo seu declínio acentuado. E os biocombustíveis surgem como alternativa imediata para sua substituição.

O Presidente dos Estados Unidos já declarou que seu país é “viciado em petróleo”. Pois é com o propósito de acabar com esse vício que aquela nação estabeleceu uma parceria estratégica com o Brasil no segmento dos biocombustíveis, reconhecendo nossa experiência como modelo a ser observado.

E, ao contrário do que alguns alardeiam, essa parceria não é apenas retórica. No acordo de cooperação assinado entre as duas nações, constam a criação de um ambiente regulatório e de padrões técnicos para a produção de etanol, o desenvolvimento de um mercado internacional consolidado para os biocombustíveis e investimentos produtivos maciços no setor.

Conseqüência disso é que já foi anunciado o lançamento do maior fundo constituído para investimentos em etanol no País. Já alcinhado de *Brasil Energy*, o fundo terá US\$2 bilhões para colocar em funcionamento um grande pólo nacional de produção de biocombustível, indo desde o cultivo agrícola, passando pelas usinas e chegando até a exportação do produto final. E espero que o meu Estado seja incluído nesse programa.

Sentimentos antiamericanos ou anti-Bush à parte, o que temos de ter em mente é a prevalência dos interesses brasileiros reais e objetivos. Parece-me não haver dúvidas de que ter a maior potência econômica mundial como aliada nesse processo é um trunfo do qual não podemos prescindir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os números falam por si. Os Estados Unidos e o Brasil, juntos, respondem por 72% do álcool produzido no mundo, ou pouco menos de 40 bilhões de litros por ano. Se todos os países resolverem adotar a mistura de 10% de etanol à gasolina, algo que parece ser uma tendência irreversível nos próximos anos, o consumo anual de álcool chegará à casa dos 130 bilhões de litros.

Mas o Brasil, dispondo de consideráveis fronteiras agrícolas inexploradas, ocupa somente 3 milhões de hectares com cana de açúcar destinada ao etanol. Estima-se que, enquanto ainda temos 22 milhões de hectares perfeitamente adequados para a ampliação desse cultivo, os Estados Unidos já encontraram o seu limite de área plantada. Isso sem falar na grande diferença de produtividade do álcool da cana-de-açúcar em relação ao proveniente do milho, cultura predominante no programa de etanol norte-americano.

Portanto, não podemos chegar a outra conclusão que não seja a efetivação de uma oportunidade histórica e única para o nosso País. Diante das boas perspectivas que vislumbramos, temos grandes chances de estar à frente na corrida mundial por recursos energéticos alternativos, competição essa que definirá, em grande medida, os rumos do desenvolvimento econômico nas próximas décadas.

Sr. Presidente, não podemos deixar de mencionar também os nossos esforços em relação ao *biodiesel*. Apoiado na agricultura familiar, o programa brasileiro de *biodiesel* é um modelo de democratização de renda aliada à preocupação ambiental.

É claro que o etanol é o tema do momento, quando se fala em biocombustíveis, até pelos holofotes gerados pelo interesse norte-americano. Mas o *biodiesel* não deve ser deixado de lado na busca por alternativas energéticas renováveis, sob pena de perdermos uma boa opção para o setor.

Vivemos em tempos nos quais a questão ambiental deixou de ser tema marginal, figurando-se agora como preocupação central e onipresente. Conceitos como sustentabilidade, emissão de gases poluentes e compensações ambientais estão na ordem do dia e nos impõem uma revisão do modelo mundial de desenvolvimento industrial historicamente consagrado.

A substituição das fontes energéticas atuais por outras renováveis, portanto, é uma imposição da agenda internacional contemporânea. Daí a inevitabilidade do aprofundamento do tema, que, tenho certeza, elevará nosso País à condição de ator relevante nos fóruns internacionais.

Sr. Presidente Wellington Salgado, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós que tanto lutamos e batalhamos pela nacionalização do petróleo e, posteriormente, pela con-

solidação e fortalecimento da Petrobras, hoje vibramos com a pujança dessa empresa genuinamente brasileira. E, se o programa de biocombustível brasileiro é tão festejado nos dias atuais, devemos, em grande parte, à Petrobras o sucesso tecnológico da empreitada.

Afinal, depois de “O petróleo é nosso!”, tão insuflado pelos nacionalistas da década de 1950, hoje é o momento de gritarmos, com orgulho e altivez, “O etanol é nosso!”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Augusto Bote-lho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Salgado de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – A Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Marconi Perillo, Mário Couto, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta”, publicado pelo **O Estado de S. Paulo**, de 01 de Março de 2007.

A matéria destaca que, o crescimento do País, em 2006, mostra que sob o Governo Lula, o Brasil aumentou a distância que o separa do ritmo de desenvolvimento global. Segundo a matéria, dados do FMI, Fundo Monetário Nacional, indicam que, repetindo o que ocorreu em 2005, este ano o País só deve superar o Haiti em relação ao crescimento do PIB, que mesmo em guerra civil tem uma expectativa de crescimento de 2,3%, enquanto o crescimento do Brasil será de 2,64%.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta

País ficou 2,10 pontos percentuais abaixo da média, diferença maior que nos oito anos de Fernando Henrique

**Irany Tereza
Nilson Brandão Junior**

RIO

Com um crescimento médio do PIB de 2,64% nos seus quatro anos de governo, o governo Lula conseguiu, aparentemente, um desempenho um pouco melhor que o de Fernando Henrique Cardoso, que registrou um crescimento médio de 2,56% em seu primeiro mandato. Porém, quando esses números são comparados com a média do crescimento mundial – de 4,7% nos últimos quatro anos –, surge uma outra realidade: sob o governo Lula, o País aumentou a distância que o separa do ritmo de desenvolvimento global.

Entre os anos de 1995 e 1998, no governo de Fernando Henrique, a diferença entre o crescimento médio brasileiro e a média mundial era de 1,08 ponto percentual. Nos últimos quatro anos, essa média foi 2,10 pontos percentuais. Por esse ângulo, a administração de Lula só conse-

guiu ser melhor que a de Fernando Collor, quando a diferença entre o crescimento médio brasileiro e o do resto do mundo foi de 3,47 pontos percentuais. Os dados foram compilados pelo professor do Instituto de Economia da UFRJ Reinaldo Gonçalves, para quem o Brasil está “andando para trás”.

Dados do IBGE mostram, também, que o crescimento da renda per capita brasileira (1,2%, em média) no governo Lula superou as taxas do primeiro e do segundo mandatos de Fernando Henrique (1% e 0,6%, respectivamente). A gerente de contas nacionais do instituto, Rebeca Palis, explica, contudo, que o menor crescimento populacional influencia este resultado. Segundo Reinaldo Gonçalves, mantido o ritmo registrado entre 2003 e 2006, a renda per capita mundial duplicaria no prazo de 29 anos, enquanto a brasileira levaria 64 anos.

LANTERNA

Alex Agostini, economista-che-

fe da Austin Rating, comparou, com base em dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o desempenho econômico brasileiro em 2006 e o de grupos específicos de países, como os emergentes e os latino-americanos. Em ambos os casos, verificou um resultado desapontador, com o Brasil na lanterna.

Na América Latina, repetindo o que ocorreu em 2005, o País só deve superar o Haiti, que mesmo em guerra civil tem uma expectativa de crescimento de 2,3%, segundo estimativas do FMI. Na comparação com 34 países emergentes, o Brasil está na última colocação, atrás do Paraguai. Enquanto o Brasil registrou crescimento de 2,9%, a média dos emergentes selecionados deverá ficar em 5,5%. “O fato de o País continuar crescendo a níveis muito baixos diante de um cenário externo favorável comprova que o problema é unicamente na gestão doméstica”, diz Agostini. ●

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “O Plano do PT”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 7 de Março de 2007.

A matéria destaca que o Partido dos Trabalhadores já discute às claras uma estratégia de eternizar Lula no poder pela adoção do parlamentarismo.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PLANO DO PT

PARTIDO JÁ DISCUTE ÀS CLARAS UMA ESTRATÉGIA DE ETERNIZAR LULA NO PODER PELA ADOÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Desde que foi criado, há 26 anos, o PT é chamado pelos intelectuais liberais de a “UDN de macacão”. Esse apelido, inventado pelo professor Cláudio Lembo, tinha por objetivo ironizar o falso-moralismo e a histeria denunciata demonstrados pelos petistas. Pois agora o PT apresenta uma outra característica daquela velha UDN do brigadeiro Eduardo Gomes: a atração por golpes. Na segunda-feira 26, a Executiva Nacional do partido se reuniu em Brasília para discutir a lista de indicações para o segundo governo Lula. Ocorre que um outro tema, ainda menos republicano, foi tratado nas conversas. O PT começou a discutir abertamente um plano para conceder um terceiro mandato para o presidente Lula. A idéia é apresentar ainda este ano um projeto-de-lei ao Congresso, a ser aprovado por maioria simples, que estabelece um plebiscito sobre a adoção do parlamentarismo. O plebiscito seria realizado em 2008, junto com as eleições municipais. Aprovado, Lula poderia concorrer mais uma vez à presidência ao final de seu mandato, em 2010. E, dessa vez sob um sistema parlamentarista, Lula poderia concorrer quantas vezes quisesse, se eternizando no poder. “Vamos oficializar essa proposta no Congresso do PT, em julho”, anuncia o deputado Devanir Ribeiro, da bancada pessoal do presidente e amigo de Lula desde os anos 70, quando os dois foram diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Na quinta-feira 1º, o próprio Lula procurou enquadrar o partido. “Não há hipótese de eu tentar a reeleição pela segunda vez”, afirmou.

A Constituinte de 1988 estabeleceu um Plebiscito, em 1993, para que todos os brasileiros decidissem qual o regime e o sistema de governo queriam para o Brasil. Monarquia ou República? Presidencialismo ou parlamentarismo?

Na ocasião, o PSDB de Fernando Henrique Cardoso se engajou pelo parlamentarismo. O PMDB, como sempre, se dividiu. O PFL de Marco Maciel e o PT de Lula entraram de cabeça na campanha pelo presidencialismo. Deu República presidencialista na cabeça. Agora que o PT chegou ao poder, quer mudar as regras. A principal razão é que o PT não tem um candidato forte para apresentar em 2010. José Dirceu fez de tudo para ser o sucessor de Lula – mas foi abatido no caminho. Antônio Palocci também. Tarso Genro não se mostrou com densidade eleitoral. Fala-se agora de Dilma Rousseff ou Patrus Ananias, mas nenhum deles parece ser capaz de derrotar Ciro Gomes, do PSB, ou os tucanos José Serra e Aécio Neves. Restou Marta Suplicy, candidata de Dirceu – mas não de Lula.

O PT de Dirceu vem pressionando o Planalto para dar um ministério de peso para que Marta pavimente sua candidatura. Nas Cidades, por exemplo, Lula fechou o semblante quando soube que Marta já fazia planos para, nomeada ministra das Cidades, distribuir pessoalmente milhões de terrenos nas favelas das metrópoles. Poderia se tornar mais popular do que ele. Hoje, Lula se contorce para mantê-la longe de Brasília. O máximo que lhe ofereceu foi um tal Ministério das Minorias, fusão de três pastas simbólicas, onde trataria de direitos humanos, integração racial, mulheres e gays. Aí foi Marta quem torceu o nariz. Lula emite todos os sinais de que não quer ajudar o PT a construir um candidato petista para sua sucessão. “Tudo indica que o candidato de Lula chama-se Lula”, aposta o cientista político Paulo Kramer, da Universidade de Brasília “Até porque o PT não tem outro”. E aposta: “A proposta do plebiscito não vai passar pelo Congresso”.

Há um ano, quando se planejava a campanha de Lula à reeleição, o pre-

sidente do PT Ricardo Berzoini encomendou uma pesquisa qualitativa sobre a imagem do presidente. Descobriu-se que o eleitor o via como uma espécie de ombudsman, o defensor do povo num governo ruim. Lula seria um homem bom, que tenta fazer o possível para que um governo de homens corruptos e incompetentes ajude os pobres. Enfim, aquela pesquisa detectou que o eleitorado estaria predisposto a adotar um sistema similar ao parlamentarismo, desde que o chefe de Estado fosse Lula – e o chefe de governo pouco importa, pode ser qualquer um. A adoção do parlamentarismo, em

si, até poderia ser bom para o Brasil. A maior parte dos estudiosos do tema avalia que seja o sistema político mais democrático existente, o que mais acelera a redução das desigualdades e o desenvolvimento econômico. Vide o exemplo da Europa. Argumentam até que a principal repú-

blica presidencialista do mundo, os Estados Unidos, em verdade teria um sistema presidencial-parlamentarista, com um Executivo e Legislativo interdependentes. Em teoria, também não haveria problema algum um país em construção, como é o caso do Brasil, rever uma decisão já tomada no Plebiscito de 1993 e, eventualmente, dar uma guinada parlamentarista. Mas o que se discute é o casuísmo da hora. **A tese do parlamentarismo não está sendo levantada dentro do contexto da reforma política necessária** – aí sim, seria uma discussão legítima. Está sendo patrocinada por figuras menores do petismo, que gostariam de se eternizar no poder. Dentro do PT, os costureiros são o deputado Devanir Ribeiro, metalúrgico da facção lulista, o deputado Cândido Vacarezza, porta-

voz de José Dirceu, e o dirigente Rui Falcão, da sub-facção de Marta Suplicy. Outro que já aderiu a causa é o deputado Virgílio Guimarães, de Minas, que há dois anos tentou ser presidente da Câmara e provocou o desastre chamado Severino Cavalcanti. Segundo Devanir e Vacarezza, Lula seria um parlamentarista desde criança. No plebiscito de 1993, ele até teria defendido esse sistema nas conversas internas do PT, mas como o PT decidiu-se pelo presidencialismo, Lula, democrata que é, então se engajou de corpo e alma na defesa do presidencialismo. Mas agora, diante da realidade dinâmica dos fatos, Lula poderia se engajar de bom grado em outra tese. “Temos apenas que ter o cuidado de aprovar a reforma política antes do parlamentarismo”, ressalva Devanir. “Isso poderia atropelar as discussões”.

O Brasil tem uma história golpes, notadamente os militares, aquele fenômeno que o cientista político Oliveiros Ferreira, da USP, chama de “longa noite hobbesiana” – uma escuridão que durou século e meio, iniciada em 1821, quando as

tropas do Exército no Rio de Janeiro obrigaram o príncipe regente Pedro de Alcântara a substituir o ministro da Guerra, e que se prolongaria até 1985, quando o último general-presidente do regime de 64, João Figueiredo, deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Foram pelo menos 15 as intervenções políticas dos militares em momentos decisivos da história brasileira. A 16ª tentativa, a derradeira, quando então coronel-ministro César Cals pregou a prorrogação do mandato de Figueiredo para impedir que Tancredo Neves tomasse posse, não colou. **Os deputados Devanir e Vacarezza são os César Cals do PT.** Desde a redemocratização em 1985, não tivemos tentativas de golpes de Estado, somente dois casuismos – os cinco anos de mandato para José Sarney, e a reeleição para Fernando Henrique Cardoso. Parece que Lula também quer deixar sua marca negativa na história. ■

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Contratos superfaturados”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 21 de março de 2007.

A matéria destaca que auditorias do TCU, Tribunal de Contas da União, apontam irregularidades em obras bilionárias da Infraero em vários estados. Só no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, foram constatadas 27 falhas graves no uso do dinheiro público.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Auditorias do TCU apontam irregularidades em obras bilionárias da Infraero em vários estados. Só no Aeroporto Santos Dumont, no Rio, foram constatadas 27 falhas graves no uso do dinheiro público

Contratos superfaturados

CLAUDIO DANTAS SEQUEIRA E
FERNANDA ODILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

Há suspeita de irregularidades na aplicação de recursos públicos em obras de infra-estrutura, avaliadas em R\$ 2,7 bilhões, em oito aeroportos do país. Auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), realizadas ao longo de 2006, constatarem como a cifra foi inflada por sobrepreços e superfaturamento em processos de licitação e contratos de serviços. Indícios de uma ação orquestrada pela cúpula da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) com diferentes empresas impulsiona investigações das procuradorias regionais, e pelo menos 26 pessoas já foram citadas a prestar esclarecimentos.

Funcionários com responsabilidade reconhecida no caso, como o deputado Carlos Wilson (PT-PE) — ex-presidente da estatal e amigo de Lula —, ganham a

Beto Barata/Folha Imagem - 245/01



CARLOS WILSON, QUE APARECE EM SETE PROCESSOS, MEGA IRREGULARIDADES

companhia de figuras ilustres e funcionários desconhecidos da opinião pública. O ex-comandante da Aeronáutica Luiz Carlos Bueno, por exemplo, foi

convocado a prestar esclarecimentos. O motivo é um convênio celebrado entre a Infraero e a FAB não cadastrado no Sinafi (sistema eletrônico de prestação de contas públicas). Convênio trata da permuta de áreas de propriedade da FAB para construção de imóveis e benfeitórias por parte da Infraero. Até o fechamento desta edição o ex-comandante Bueno não foi localizado.

Um problema menos ante as 27 irregularidades graves encontradas pelos auditores nas obras de melhoramentos do Aeroporto Santos Dumont, no Rio — o campeão nacional de problemas no levantamento do TCU. Reforçam a lista o atual presidente da Infraero, o brigadeiro José Carlos Pereira, além de superintendentes regionais, como Wellington Santos da Silva (responsável pelo aeroporto de Fortaleza) e Tércio Ivan de Barros, que representou a estatal no Sudeste.

Cotado para assumir a presidência da Infraero em 2005, Tércio acabou vetado pelo Palácio do Planalto. Ele é alvo de um inquérito da Polícia Federal

por supostas irregularidades em licitações durante sua gestão, em 2002. Denúncias feitas pela Associação dos Concessionários dos Aeroportos do Estado de São Paulo (Acaesp) fundamentaram a investigação. Hoje assessor da presidência da Infraero, Tércio é citado no processo que apura irregularidades no Santos Dumont.

Clube

As denúncias contra Tércio apenas reforçam o caráter intocável da cúpula da estatal, cujo primeiro escalão foi praticamente mantido, apesar da saída de Carlos Wilson. O ex-presidente deixou o cargo para retornar ao Parlamento, se elegendo deputado federal. Até agora, Wilson tem negado qualquer irregularidade nas licitações de obras e contratos de serviços durante sua gestão. Argumenta que nunca se fez tanto pelos aeroportos brasileiros, e que não teme uma investigação.

O ex-presidente da Infraero será um dos principais alvos da CPI do Apagão

Aéreo, caso a oposição consiga valer o direito da minoria na Câmara. Os líderes da oposição pretendem apurar se o rombo deixado por Carlos Wilson, cerca de R\$ 450 milhões, oculta um sinistro esquema de corrupção. E que teria contribuído para o caos aéreo nos aeroportos, em especial no ano passado (leia mais na página 4).

Já se fala na Câmara em convocar servidores da estatal. Na mira dos parlamentares estão personagens frequentes nos relatórios do TCU: Eleuzia Therezinha Lores, diretora de Engenharia, está em seis dos oito processos. Josefina Valle de Oliveira, procuradora-geral da Infraero, e Francisco Eriwan de Albuquerque, gerente de coordenação de empreendimentos, são investigados também pelo Ministério Público de São Paulo. Os três, ao lado de Carlos Wilson — que aparece em sete processos do TCU — tiveram os seus sigilos bancário e fiscal quebrados. Os três servidores da Infraero, e um gerente Rogério Mansur Barata estão com os bens indisponíveis.

A CAIXA-PRETA DA INFRAERO

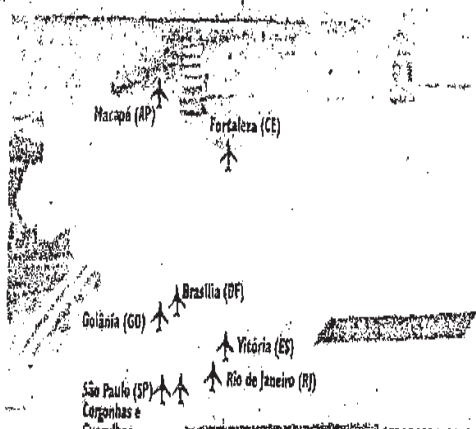
Obras em execução ou prestes a saírem do papel, que o TCU detectou irregularidades

- Obra
- Preço
- Problema identificado
- Citados
- Situação atual

AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

- Reforma e ampliação do terminal de passageiros
- R\$ 142,88 milhões
- Superfaturamento de até 122%, entre outras irregularidades graves
- Eleuzza Terezinha Marzoni dos Santos Lores (diretora de Engenharia), Francisco Erivan de Albuquerque (gerente de Coordenação de Empreendimentos) e Wander Bernardes Silveira

- Proíbe a publicação do edital antes da correção das irregularidades



AEROPORTO SANTOS DUMONT, RIO

- Reforma e ampliação
- R\$ 230 milhões
- Auditoria apontou 27 irregularidades graves na licitação e na execução dos projetos, com superfaturamento e contratação irregular de serviços
- Roberto Vitoria Pinheiro (presidente de Comissão de Licitação), Eleuzza Terezinha Marzoni dos Santos Lores (diretora de Engenharia), Osório Marques de Oliveira (integrante da Comissão de Licitação), Fernando Brendegia de Almeida (superintendente de Planejamento e Gestão), Tércio Ivan de Barros (ex-superintendente regional de São Paulo), Carlos Roberto da Silva, Ademar Silveira Sabino (diretor de Administração), Dakon José Correa Lima, Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (ex-presidente da Infraero), Frederico de Queiroz Veiga (ex-diretor de Operações) e Luiz Carlos da Silva Bueno (comandante da Aeronáutica)

AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS, FORTALEZA

- Expansão da infra-estrutura
- R\$ 15,18 milhões
- Auditoria realizada entre 25 e 31 de maio de 2006 constatou pelo menos nove falhas graves, sendo cinco de superfaturamento na compra de concreto cimento e brita: um total de R\$ 6,5 milhões
- José Antônio de Castro Pereira (gerente de Engenharia da SRRF), Wellington Santos da Silva (superintendente do aeroporto de Fortaleza), Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (ex-presidente da Infraero) e José Carlos Pereira (atual presidente da Infraero e ex-diretor de Operações)

- Retenção de 30% dos pagamentos previstos. Relatório encaminhado à Infraero, que apresentou justificativas em dezembro. O processo corre na Secretaria de Controle Externo no Ceará



AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS, SÃO PAULO

- Reforma e ampliação do Terminal 3
- R\$ 1,5 bilhão
- Pelo menos sete irregularidades graves, como execução orçamentária irregular, sobrepreço, vícios na licitação e descumprimento de normas ambientais
- Eleuzza Terezinha Marzoni dos Santos Lores (diretora de Engenharia) e Carlos Wilson Rocha de Queiroz Campos (ex-presidente da Infraero)
- Justificativas da Infraero foram consideradas insuficientes por parte do TCU, que poderá se pronunciar pela ilegalidade insanável da licitação

- Diligência à Infraero e audiência com os responsáveis. Processo está no gabinete do ministro Augusto Nardes

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Relatório dos EUA critica caso do dossiê”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 7 de Março de 2007.

A matéria destaca que a dois dias da visita do presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, ao Brasil, o Departamento de Estado americano divulgou um relatório sobre a situação dos direitos humanos no país e no mundo. O relatório faz menção ao caso de tentativa de compra de um dossiê, por integrantes do PT, contra políticos do PSDB na campanha eleitoral.

Ainda segundo o documento, os envolvidos no episódio tinham “relações estreitas” com o Presidente Lula.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Relatório dos EUA critica caso do dossiê

A dois dias da visita de Bush, documento sobre direitos humanos diz que envolvidos tinham ‘relações estreitas’ com Lula

‘O comportamento ético de figuras públicas continuou a ser tema no ano’, diz o texto divulgado pela secretária de Estado Condoleezza Rice

RUBENS VALENTE
DA REPORTAGEM LOCAL

A dois dias da visita do presidente George W. Bush ao Brasil, o Departamento de Estado americano divulgou o relatório de 2006 sobre a situação dos direitos humanos no país e no mundo com uma menção ao caso da tentativa de compra de um dossiê por integrantes do PT contra políticos do PSDB na campanha presidencial.

Segundo o documento, envolvidos no episódio tinham “relações estreitas” com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O relatório foi divulgado ontem pela secretária Condoleezza Rice, em entrevista coletiva em Washington.

“O comportamento ético de figuras públicas continuou a ser um tema importante durante o ano. (...) Experientes membros da campanha à re-

leição do presidente [Lula] com relações estreitas com o presidente renunciaram ou foram demitidos em meados de setembro por causa do envolvimento deles em uma tentativa de compra e disseminação de um dossiê com informações pretensamente danosas sobre um oponente político”, diz o relatório sobre o Brasil no capítu-

lo destinado a “Corrupção governamental e transparência”.

O texto aponta as consequências do episódio. “Uma comissão parlamentar e o Tribunal Superior Eleitoral abriram investigações que continuaram até o final do ano. O presidente Lula falou publicamente contra a corrupção no governo.”

O texto também lembra que

“a Polícia Federal indiciou um ex-ministro da Saúde sob acusações de corrupção”, referindo-se a Humberto Costa, indiciado por suposto envolvimento com a máfia dos vampiros.

Comissão de Ética

O capítulo traz outra crítica indireta a Lula, ao descrever problema na Comissão de Ética Pública, que é vinculada à Presidência. “A lei garante acesso público a informações governamentais não confidenciais acerca da aplicação da Comissão de Ética Pública. Entretanto, o processo burocrático frequentemente dificulta a liberação dessas informações”, afirma o relatório.

A parte sobre o Brasil relata atrocidades das polícias nos Estados, atentados da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), tráfico de prostitutas para a Europa, crimes rurais e prostituição infantil, entre outras mazelas. A íntegra do relatório pode ser lida em www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2006/78882.htm

O RELATÓRIO

Trechos do documento divulgado pelo Departamento de Estado

O DOSSIÊ ■■■■ “Experientes membros da campanha à reeleição do presidente [Lula] renunciaram ou foram demitidos em meados de setembro [de 2006] por causa do envolvimento em uma tentativa de compra de um dossiê sobre um oponente”

JUDICIÁRIO ■■■■ “A lei prevê um Judiciário independente, e o governo geralmente respeita essa previsão na prática. Entretanto, o Judiciário tem insuficiência de fundos e frequentemente está sujeito a intimidações políticas e influências econômicas”

ÉTICA PÚBLICA ■■■■■■ “A lei garante acesso público a informações governamentais não confidenciais acerca da aplicação da Comissão de Ética Pública. Entretanto, o processo burocrático frequentemente dificulta a liberação dessas informações”

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Governo enquadrado base e consegue enterrar a CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 22 de março de 2007.

A matéria destaca que, apesar das dissidências, o Executivo obtém 308 votos a favor do recurso do PT, que pedia o arquivamento da CPI que investigaria o apagão aéreo.

Governo enquadrado base e consegue enterrar a CPI do Apagão Aéreo

Apesar das dissidências, Executivo obtém 308 votos para recurso do PT que levou a arquivamento da investigação

Eugênia Lopes
Denise Machado
BRASÍLIA

O governo conseguiu ontem enterrar a instalação da CPI do Apagão Aéreo, com a aprovação, pelo plenário da Câmara, do recurso do PT que anulou a instalação da comissão. Foram 308 votos a favor, 122 contra e duas abstenções. Para garantir a vitória folgada, o governo usou vários compressor e enquadrou os partidos da base aliada que ameaçavam votar a favor da investigação. O principal alvo do Planalto foi o PDT que, ontem, ao contrário da véspera, votou fechado com o governo.

A base aliada apresentou dissidências. Apesar de ter sido contemplado com cinco ministérios, o PMDB apresentou um índice de traição de 12%, com onze votos contra o governo – foram 10 pelo arquivamento da CPI do Apagão. No PP, quatro deputados votaram a favor da CPI, no PSB, três votaram contra o governo – entre eles os deputados Ciro Gomes (CE) e Luizza Erundina (SP). No PR houve um voto favorável à CPI.

Totalmente fiéis foram PT, PQT, PAN, PC do B, PSC, PMN, PRB e PPSB. Também houve surpresas para os oposicionistas: quatro deputados do PFL e um do PSDB votaram com o governo.

Depois de correr o risco de perder o Ministério da Previdência, o PT deu 11 votos contra a instalação da CPI. O PV do deputado Gilberto Gil deu 11 votos contra o governo e apenas um pelo engasgamento. O presidente do PDT, Carlos Luppi, defendeu ontem em nota o arquivamento da CPI do Apagão. “O

governo está tratando muito mal o PDT. E se continuar nesse ritmo não tem como trabalhar com o governo. Estamos votando hoje (ontem) a pedido do presidente nacional do partido”, observou Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

Os pedetistas não escondiam seu descontentamento com o governo e reclamam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem constrangido Luppi uma vez que não o nomeou para o ministério, apesar de ter oferecido a pasta ao PDT há cerca de dez dias. Desde então, Lula não tocou mais no assunto.

Apesar da vitória do governo, a decisão final sobre o destino da CPI do Apagão Aéreo será do Supremo Tribunal Federal (STF). “Quem vai dar a palavra final vai ser o Supremo”, afirmou o líder do PSDB, Antônio Carlos Pannunzio (SP). O Planalto se empenhou e não poupou esforços para derrubar a CPI porque quer sinalizar ao STF que a maioria dos deputados é contra a investigação.

Com minoria na Câmara, os partidos de oposição (PFL, PSDB e PPS) tentaram protelar o resultado final sobre o recurso.

Depois de duas horas de obstrução, com a apresentação de requerimentos para adiar a votação, discursos na tribuna e questionamentos regimentais, os partidos de oposição cederam e concordaram em fechar um acordo com a base do governo. A oposição retirou os 12 requerimentos que pediam o adiamento da votação e, em troca, da votação nominal do recurso.

“Cada deputado vai ter de

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Impasse na CCJ vira guerra entre Picciani e oposição

... Além de manter paralisadas as votações na Câmara, a CPI do Apagão Aéreo pôs em pé de guerra o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Leonardo Picciani (PMDB-RJ), e a oposição (PFL, PSDB e PPS). Os mais irritados são os pefelistas, em particular o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA).

“Estou preparando um arrazoado com as arbitrariedades que o Picciani está cometendo na CCJ”, anunciou o pefelista. “O ACM Neto resolveu radicalizar. A obstrução dele passou a ser pessoal, pirraça”, rebateu Picciani.

Da tribuna, o líder Onyx Lorenzoni (PFL-RS) atacou: “Picciani tem demonstrado inadequação para o exercício do cargo. Não está à altura. Talvez a juventude seja uma dificuldade. A pouca experiência, talvez outra, e a pouca solidez dos conhecimentos constitucionais e jurídicos.”

Anteontem, na votação da CCJ que engavetou a CPI, Picciani foi alvo de críticas ácidas e Júlio Redecker (PSDB-RS) ameaçou agredi-lo. • EUGÊNIA LOPES

mostrar seu voto e deixar claro quem é contra e quem é a favor da CPI”, disse o deputado ACM Neto (PFL-BA). “O governo vai comemorar sua vitória e nós vamos para os aeroportos receber assinaturas para que haja investigação”, afirmou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

• Mais informações, caderno Metrópole

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro do editorial intitulado “Depois do motim”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 03 de abril de 2007.

O editorial destaca que depois de premiar a irresponsabilidade dos controladores de vôo que na sexta feira passada entraram em greve levando o sistema aéreo do país ao colapso, o Presidente Lula deve explicar como o País deixará de ser refém de controladores sob o novo sistema de gestão do tráfego aéreo.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Depois do motim

Governo deve explicar como país deixará de ser refém de controladores sob o novo sistema de gestão de tráfego aéreo

“**A**CHO MUITO grave o que aconteceu, acho irresponsabilidade [de] pessoas que têm funções consideradas essenciais, porque estão lidando com milhares de passageiros sobrevoando o território nacional.” Podem soar estranhas essas palavras do presidente Lula, dois dias depois de ter premiado a irresponsabilidade.

Não passam, na verdade, de afago retórico destinado a compensar os oficiais da Aeronáutica pela decisão presidencial de romper a hierarquia militar na noite de sexta. Não há equilíbrio possível diante do ocorrido. Tampouco volta atrás.

Teria sido melhor manter a gestão do fluxo aéreo na alçada da FAB, providenciando-se aumento nas gratificações dos controladores, mas o governo Lula destruiu a maior vantagem do modelo: a proibição, constitucional, de movimentos grevistas. Ao recusar-se a punir de imediato os amotinados — resta a expectativa de que ocorram sanções no âmbito autônomo da Justiça Militar —, o Planalto deflagrou a transição rumo a um outro sistema.

O governo não dá mostras de possuir nenhum projeto de reforma do setor que contemple as

suas complexidades e os seus custos. A pergunta fundamental acerca do novo modelo é quais garantias ele dará de que o país não se tornará refém permanente de um supersindicato de controladores. O poder de paralisar impunemente o tráfego aéreo, que acaba de ser conferido à categoria pelo presidente Lula, precisa ser anulado, seja por regulamentações, seja por políticas públicas, no futuro sistema.

Se os controladores militares se valerem até da sublevação e da chantagem para emancipar-se das Forças Armadas, então que seja feita a transição completa, ainda que paulatina. Devem migrar para um regime de trabalho civil, de preferência regido pela CLT, abrindo mão de benefícios da carreira atual se quiserem um salário maior — o que a sua delicada função justifica.

Uma rígida lei de greve nos serviços públicos essenciais deveria constar do pacote. Precisaria prever demissões sumárias, a bem do serviço público, em casos de paralisações como a de sexta.

No front da política pública, será necessário ampliar os cursos de formação de controladores de vôo, abreviar ao máximo a sua duração e aumentar os contingentes de reserva aptos a responder a convocações emergenciais. Credenciar instituições públicas e privadas para formar profissionais — hoje o curso fica praticamente restrito à escola da Aeronáutica em Guaratinguetá (SP) — é um caminho compatível com o modelo que se quer implantar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o editorial intitulado “Primeiro passo”, publicado no jornal **O Globo**, de 17 de março do corrente.

O editorial critica a agenda “equivocada” do Presidente Lula em relação à educação no País. O texto se refere às cotas raciais substituindo o mérito na universidade e ao fato do Governo Lula continuar a destinar 13% do PIB à Previdência e ao assistencialismo e não onde o Estado deve estar presente: na educação, saúde, segurança e infra-estrutura.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

Primeiro passo

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva investiu no primeiro mandato esforço e tempo numa agenda equivocada na área de educação. Pressionado por grupos organizados que tripulam aparelhos dentro do Estado, tentou, e tenta, colocar em prática uma visão racia- lista do ensino superior, pela qual cotas supostamente étnicas ro- vgam o mérito na universidade, em nome do resgate de uma “dívida histórica”. Além disso, embrenhou- se numa reforma univer- sitária em que o único ponto positivo, até ago- ra, é o ProUni. Isso en- quanto deixava o ensi- no básico — do ponto de vista formal, de res- ponsabilidade de esta- dos e municípios — afundar-se em uma cri- se de qualidade que vem de longe e ameaça o futuro do país.

Agora, afinal, o governo decidiu lançar um plano para tentar rever- ter os trágicos índices de desqua- lificação do ensino de base, um dos piores do mundo, como reconhe- ceu o presidente em discurso no lançamento do programa, quinta- feira. Cumpre-se, pelo menos em palavras, o que o ex-ministro da Educação e senador Cristovam Buarque há tempos reivindica: o envolvimento do Executivo federal

com o ensino das crianças e ado- lescentes. Anunciado por Fernando Haddad, ministro da Educação — pasta acertadamente retirada por Lula do pano verde do jogo político petista —, o programa prevê ações elogiadas até por educadores da oposição. Por exemplo, o estabele- cimento de metas para o ensino fundamental, de responsabilidade basicamente dos municípios; a ação federal não só no monitora- mento, mas no aperfei- çoamento dos métodos de gestão; melhor re- muneração e qualifi- cação dos professores; e a avaliação das crianças de 6 a 8 anos de idade. Até uma alvissareira re- tomada do conceito do Bolsa Escola está pre- vista, com a criação de uma linha no Bolsa Fa- mília para jovens de 15 a 17 anos, onde há séria evasão escolar e existe

um exército de mão-de-obra à dis- posição do crime.

Uma questão-chave a resolver é a falta de dinheiro para o plano. Lu- la está cada vez mais diante de uma encruzilhada: continua a destinar 13% do PIB à previdência e ao as- sistencialismo, e nada fará de im- portante para o futuro do país: ou abandona essa política míope e reativa o Estado onde ele precisa estar presente: na educação, saú- de, segurança e infra-estrutura.

**Necessidade
de melhorar
ensino coloca
Lula numa
encruzilhada**

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última terça-feira, o Presidente Lula inaugurou uma obra extremamente importante para o transporte e a logística do Estado de Goiás: o Contorno de Anápolis, um complexo viário composto de sete viadutos e 16,7 quilômetros de pista dupla, por onde passa 15 mil veículos diariamente.

Quero esclarecer aqui DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes concluiu a obra e confirma que nenhum reparo será necessário; porém, até que a duplicação da BR-060 no sentido Brasília-Goiânia seja concluída, em agosto, o trecho da rodovia construída será utilizado para ligar a rodovia ao viaduto.

O contrato firmado pelo DNIT integra também o complexo construído no entroncamento da BR-153 com a BR – 060, que é a saída para Brasília. O complexo é composto por dois viadutos, em estrutura metálica, cada um num sentido da via; um dos viadutos é o maior do Estado de Goiás.

A obra foi iniciada em 1998 e recebeu investimentos federais de 84 milhões de reais, sendo que, desta quantia, 55,9 milhões vieram do Governo Lula.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, registrar que, com esta obra, o governo acredita na melhoria das condições de tráfego, segurança e economia, além da redução dos custos operacionais no trecho e os riscos de acidentes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinqüenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19-3-2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º-6-2007

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11-3-2007)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.*

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de*

formação inicial e continuada de professores para educação básica.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14-4-2007)

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.*

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator

Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.*

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na

Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Juvêncio da Fonseca.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho)*.

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle*.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do

Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que *“dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Salgado de Oliveira. PMDB – MG) – Nesta minha Presidência rápida, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 03 DE ABRIL DE 2007, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de ouvir tantas intervenções, ataques ao Governo de natureza, diria, distintas, mas em várias áreas, senti-me muito motivado a aprofundar este debate.

Uso da tribuna para responder, por exemplo, sobre a questão do crescimento econômico. Para o último trimestre do ano passado, a projeção do crescimento do PIB é de 4,1%. Vamos terminar este ano seguramente crescendo mais de 4,5%.

É verdade o que disseram aqui alguns Senadores, de que a nossa taxa de juros é a maior do mundo; mas é bem menor do que era no Governo anterior. A renda dos trabalhadores, a massa salarial, cresceu 8,8% nos últimos doze meses. Em poucos momentos da história do País, houve um crescimento real tão significativo da renda do trabalho, induzido, entre outros fatores, pelas políticas relativas ao salário mínimo, ao Bolsa-Família, bem como pela queda do custo de vida. Gostaria sinceramente de aprofundar essa discussão e mostrar uma visão alternativa, em outro momento.

Mas hoje subi à tribuna para falar de uma causa que acho mais complexa, mais profunda e mais preocupante. Quero tratar do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, que fala das conseqüências econômicas, sociais e ambientais do efeito estufa e que foi divulgado há poucos dias.

Quero chamar a atenção para o fato de que estamos diante de uma tragédia de dimensões bíblicas, uma tragédia que ameaça se abater sobre todos nós. Não se trata mais dos gafanhotos e da morte dos primogênitos. Trata-se de algo bem mais grave: o aquecimento global ocasionado pelo efeito estufa, praga criada pelo próprio homem.

O relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU, sobre as conseqüências econômicas, sociais e ambientais do efeito-estufa traça, de fato, um cenário sombrio. Conforme esse documento, elaborado por uma equipe de mais de dois mil repetidos cientistas, tais conseqüências serão severas. O derretimento das geleiras deverá produzir escassez de água em muitas regiões. Na nossa querida América do Sul, por exemplo, as geleiras dos Andes poderão desaparecer completamente em 15 anos – vou repetir, em 15 anos, poderemos assistir ao desaparecimento das geleiras dos Andes –, o que afetará profundamente toda a Região Norte do País e a Amazônia, que se beneficia da água que provém dessas geleiras. Grandes rios são abastecidos por essa dinâmica.

Além disso, no campo da saúde pública, o aumento da temperatura média deverá fazer crescer o número de casos de doenças tropicais, como a dengue – que, no meu Estado, está atacando violentamente este ano, neste outono de temperaturas que são as

maiores dos últimos cinquenta anos – e a malária, especialmente nas regiões mais quentes. O relatório adverte também que a agricultura das regiões tropicais deverá ser negativamente afetada pelas mudanças climáticas, ao passo que a agricultura das zonas temperadas poderá ser beneficiada. Para o Brasil, que tem muita competitividade na agricultura, essa é uma péssima notícia.

A Região Centro-Oeste poderá ter redução significativa de chuvas ao final deste século. Brasília poderá se converter na capital de um deserto. O pior é que a África, o continente mais pobre e conturbado do planeta, será a região mais afetada pelo efeito-estufa. Caprichosamente, o aquecimento global afetará de forma mais intensa os países pobres e frágeis, ameaçando tornar mais injusto ainda um mundo extremamente desigual.

A preocupação maior, contudo, é com a preservação da vida, da vida das nossas futuras gerações. Vida rara e frágil. Dois renomados cientistas, o paleontólogo Peter Ward e o astrofísico Donald Brownlee, publicaram, não faz muito tempo, um livro extremamente interessante: *Sós no Universo?* Nele, entre muitas informações preciosas, lembram os autores que a vida complexa multicelular só se desenvolveu na Terra devido à confluência de fatores muito raros no restante do Universo, entre os quais se destacam: um planeta de grande densidade situado à distância apropriada de uma estrela de tamanho médio e estável; a abundância de água; a temperatura oscilando entre extremos muito restritos que permitem vida; a presença de um grande planeta gasoso, Júpiter, que protege relativamente a Terra de grandes impactos de asteróides; e o fato de que o nosso sistema solar está na extremidade da Via Láctea, um lugar “cosmicamente” mais “tranquilo” que o seu interior. Por tudo isso, concluem os autores, o nosso planeta seria um local absolutamente privilegiado no Universo, um pequeno oásis num vastíssimo deserto.

Embora tenham sido acusados por alguns críticos de “provincianismo biológico”, Ward e Brownlee têm toda a razão quando enfatizam a fragilidade da vida multicelular. Com efeito, a análise da evolução da vida na Terra mostra claramente que, por pelo menos cinco vezes, ela esteve à beira da total extinção, quer por impactos de asteróides, quer por mudanças climáticas e ambientais severas. Contudo, a vida multicelular, mesmo com sua fragilidade intrínseca, conseguiu superar tudo.

Agora, todavia, a vida na Terra, essa jóia rara do Universo, parece estar enfrentando o seu mais difícil desafio: sobreviver ao impacto das atividades humanas. Em nossos dias, a maioria dos biólogos concorda que

estamos nos estágios iniciais de uma nova extinção em massa das espécies. Entre cientistas, há quem assegure que, mantidas as mesmas taxas de degradação da biosfera no início deste milênio, metade das espécies animais estará extinta em cem anos. Desta vez, porém, a culpa não recairá sobre as mudanças ambientais, naturais ou sobre os impactos cataclísmicos, mas será debitada ao terrível impacto que a nossa civilização industrial produz na biosfera.

Esse impacto, Sr. Presidente, é multifacetado. O seu efeito mais evidente e acelerado é a destruição dos ecossistemas. A maior parte dos países desenvolvidos conserva apenas uma pequena fração, entre 2% e 5%, de suas florestas e campos nativos. Mesmo em países em desenvolvimento, como o Brasil, o acentuado desmatamento e a ocupação desordenada do solo já comprometeram vastos ecossistemas. Da Mata Atlântica, por exemplo, um riquíssimo ecossistema que se estendia do Nordeste ao Sul do Brasil, só restam hoje 7% de sua área original.

A poluição das águas, do ar e do solo também é óbvia conseqüência da atividade humana na biosfera. Na cidade de São Paulo, na minha querida São Paulo, a visão melancólica dos rios Tietê e Pinheiros, cursos d'água outrora limpos e piscosos, é um triste e alarmante lembrete de quão destruidor o homem pode ser. O ar por vezes irrespirável de cidades como a do México, Cubatão, Pequim e a própria São Paulo representa, de igual modo, um alerta que não pode ser ignorado por mais tempo.

Há, ainda, outros efeitos negativos sobre o meio ambiente que, a despeito de serem menos evidentes, não são menos graves. Sem dúvida, o aquecimento global, ocasionado pela emissão descontrolada de gases poluentes na atmosfera, é o mais polêmico e preocupante. Embora alguns estudiosos ainda contestem esse fenômeno e sua relação com a civilização industrial, a maioria deles hoje concorda que o nosso planeta está ficando perigosamente mais quente. E apontam a razão: a mudança climática está claramente associada à emissão exagerada de gás carbônico e de outros gases que produzem o efeito estufa.

Cálculos aceitos pela maioria dos meteorologistas indicam que o clima da terra teria ficado mais quente em cerca de 0,7°C, nos últimos cem anos. Pode parecer pouco, mas essa elevação da média das temperaturas provoca instabilidades climáticas significativas, como incidências severas do fenômeno *El Niño*, secas prolongadas e furacões mais freqüentes. Além disso, já se constata a elevação do nível do mar, algo em torno de 10 cm no século XX, ocasionada pelo progressivo derretimento das calotas polares e das geleiras, além do próprio aquecimento da água. Segundo alguns pes-

quisadores, até o final deste século poderemos ter verões sem gelo no Mar Ártico, o que levaria à extinção dos ursos polares e de outras espécies.

Tenho consciência, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que não são apenas esses animais os que correm risco de desaparecer. A própria espécie humana está ameaçada pelo aquecimento global. O mais dramático, todavia, é que as mudanças climáticas afetam mais fortemente a população dos países mais pobres. O relatório sobre “A Economia das Mudanças Climáticas”, de Nicolas Stern, ex-Economista-Chefe do Banco Mundial e comissionado do Tesouro Britânico, demonstra que, caso não sejam tomadas providências enérgicas e imediatas, a temperatura média mundial deverá subir em pelo menos 2°C até 2035, podendo chegar a 5°C nos próximos cem anos. O que isso significa? A resposta é estarrecedora: nosso planeta poderá experimentar, em apenas um século, mudança climática equivalente à verificada da última Idade do Gelo até os nossos dias. Para Stern, o custo econômico dessa mudança climática deverá ser de, no mínimo, 5% do PIB, já a partir deste ano, podendo mesmo atingir até 20% desse total.

O recente relatório do Painel Intergovernamental de Mudança Climática, entidade gerida, no âmbito da ONU, pela Organização Mundial de Meteorologia e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), demonstra, de forma incontestável, em sua primeira parte, que o progressivo aquecimento global verificado nos últimos cem anos decorre das atividades humanas. O documento informa que a concentração atual de dióxido de carbono na atmosfera supera em muito os valores registrados antes do advento da moderna civilização industrial. O mesmo pode ser dito em relação à concentração de metano, que é outro gás responsável pelo efeito estufa na atmosfera. Assim, para os estudiosos que elaboraram o relatório, já há, com as evidências recentemente coletadas, uma “quase certeza” de que o aquecimento verificado neste último século resulta, sim, da ação humana.

Não podemos nos omitir. O relatório da ONU traça, como já referimos, cenários sombrios. O mais otimista prevê uma elevação da temperatura média da Terra entre 1,1°C e 2,9°C até 2099; o mais pessimista prevê elevação entre 2,4°C e 6,4°C. Fiquemos, então, com esse cenário mais provável, justamente o que prevê o aumento da temperatura média da Terra entre 1,7°C e 4,4°C no período considerado, o que seria suficiente para devastar regiões imensas do planeta, prolongar secas e desertos, ampliar inundações em escala inimaginável, quebrar as colheitas, expandir a fome – especialmente, volto a insistir, nos países mais pobres –, derretimento progressivo de geleiras

e calotas polares e aumento de até 40 centímetros no nível dos oceanos.

No Brasil, estudos realizados com apoio do Ministério do Meio Ambiente demonstram que o aquecimento global ocasionará erosão de centenas de quilômetros de litoral, desaparecimento dos manguezais, aumento das secas e desertificação no Nordeste e inundações no Sudeste.

Há saída, felizmente. Pesquisadores calculam que investimentos anuais da ordem de apenas 1% do valor da produção mundial de bens e serviços poderiam reverter o aquecimento global. Ou seja, o custo do combate ao aquecimento global é cinco vezes menor do que o de se tentar conviver com ele.

Nesse sentido, vale ressaltar que já logramos desenvolver alguns instrumentos para combater o aquecimento global. A elaboração da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada na Conferência Rio-92 e que entrou em vigor em 1994, é a grande referência no assunto. Ainda mais importante foi a celebração do Protocolo de Kyoto, em 1997. Por meio dele, as nações industrializadas se comprometem a reduzir suas emissões de gás carbônico. Trata-se, evidentemente, de um tipo de compromisso que poderia dar grande contribuição à luta por um meio ambiente mais equilibrado. Contudo, a não-ratificação do protocolo por parte dos EUA, país responsável por cerca de 25% das emissões de gases-estufa, a dificuldade de outros grandes poluidores – como a China e a Rússia – de cumprirem as suas metas, além das emissões ocasionadas pelo desmatamento, impedem que esse valioso instrumento produza os efeitos desejados.

A recente reunião das Partes da Convenção, realizada em Nairóbi, terminou em anticlímax. Não se verificaram avanços significativos em termos de metas, mecanismos e compromissos concretos. O principal resultado da reunião, o único digno de nota, foi a promessa de reavaliação do Protocolo de Kyoto, a ser realizada em 2008, de modo a aferir-se o cumprimento de suas metas e dos mecanismos de sua implementação.

No entanto, foi positiva a participação brasileira na reunião. Nossa delegação apresentou proposta de criação de um fundo para estimular os países em desenvolvimento a reduzir, de forma voluntária, seus índices de desmatamento. Como esses países não são os maiores poluidores mundiais, fato reconhecido pelo Protocolo de Kyoto, não haveria compromisso com metas e prazos futuros, embora o Brasil tenha acenado com a possibilidade de se comprometer com metas concretas a partir de 2012.

Não obstante reconhecê-la como interessante, considero a proposta ainda tímida. Em primeiro lugar,

pela ausência de compromissos objetivos associados à utilização do fundo a ser criado. Em segundo, pela sua limitação intrínseca, já que seria destinado apenas à redução do desmatamento.

Sr. Presidente, hoje estamos aqui num final de sessão, esta é a primeira intervenção que faço lendo, sempre falo de improviso, mas fiz questão de trabalhar esse texto para registrar para a história as minhas profundas preocupações. Sei que ainda somos vozes solitárias. É um documentário aqui, uma conferência lá, um pronunciamento ou uma ação acolá, mas, quanto mais avançar o tempo, maior será a consciência dos homens de que não podemos continuar na direção em que estamos.

Acho que este Congresso Nacional não pode tratar isso apenas como advertência. Por isso me deduzi sobre esse tema e estou apresentando uma proposta, uma proposta concreta. Sei que levarei muitos anos para convencer outros Parlamentares, outros Parlamentos, autoridades internacionais no sentido de dar uma resposta eficaz ao problema da mudança de clima, mas vou apresentar, pela primeira vez, a este Plenário a minha proposta.

Sr. Presidente, o que proponho é o Fundo Ambiental Mundial (FMA), de caráter abrangente e universal, para financiar programas, projetos e ações de toda natureza para enfrentar o imenso desafio de conciliar crescimento econômico com meio ambiente equilibrado. Por tudo o que foi dito, sinto-me honrado em apresentar ao Plenário, neste momento, uma síntese da Indicação de minha autoria, que sugere à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, presidida pelo nobre Senador Heráclito Fortes, e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, bem como à Comissão de Assuntos Econômicos, procederem a estudos sobre a criação de um Fundo Ambiental.

O que proponho – o Senador Heráclito tem tido também uma participação grande em conferências parlamentares internacionais – é a criação, com o aval da ONU e da Organização Mundial do Comércio, desse Fundo, que seria constituído de receitas oriundas da cobrança da taxa de 1% sobre as importações em nível global. Nós taxaríamos em 1% as importações mundiais. Cada país taxaria em 1% as suas importações. Esse Fundo teria a finalidade de financiar a promoção do desenvolvimento sustentável, o que pressupõe, por definição, zelo pelo equilíbrio ambiental e o combate ao efeito estufa.

Sugiro, ainda, que a aplicação dos recursos se faça a partir de decisões locais, que sua distribuição envolva tratamento diferenciado para países em desenvolvimento, e a arrecadação discrimine taxas com

base no impacto ambiental dos produtos sobre os quais recaia. Coerentemente, nada mais natural que bens ambientalmente “limpos” não sejam taxados. Ou seja, 1% na média, taxando os produtos que têm maior impacto ambiental com alíquotas maiores e zerando os bens que são ecologicamente sustentáveis.

Não tenho a ingenuidade de supor que essa idéia não vá sofrer resistências, especialmente de países que importam em grande volume e têm pouco ou nenhum compromisso com a causa ambiental. Apesar disso, vale a pena lutar por uma causa dessa magnitude. O que está em jogo é a vida, a nossa existência e a do planeta que nos abriga. Se isso não for “combater o bom combate”, o que mais será?

Caso esse projeto se materialize plenamente, o montante atual de recursos que poderiam entrar nesse Fundo Ambiental seria da ordem de US\$100 bilhões. Repito: poderíamos arrecadar, anualmente, US\$100 bilhões, taxando apenas 1% das importações, dando uma resposta imediata e eficiente ao efeito estufa. Hoje está sendo publicado um relatório das suas conseqüências, que são absolutamente devastadoras para nossa região.

Volto a dizer: em 15 anos, as geleiras dos Andes poderão desaparecer. Portanto, a água que abastece toda a oeste da região amazônica poderá ficar comprometida. O Nordeste poderá se desertificar, o Centro-Oeste também, e regiões do Sul e Sudeste sofrerão com grandes inundações. A capacidade de produção agrícola do País deverá ficar totalmente fragilizada e comprometida.

O que é 1% das importações? Não tem nenhum impacto sobre o consumo, não acelera a inflação, não prejudica o crescimento econômico e seria uma resposta eficaz para que nós, com essa arrecadação, pudéssemos, inclusive, constituir uma agência internacional capaz de responder globalmente ao problema do efeito estufa.

Temos a Organização Mundial da Saúde (OMS), temos a Organização Internacional do Trabalho (OIT), temos o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional). Temos de apoiar a proposta da diplomacia francesa: constituir uma agência internacional de desenvolvimento e meio ambiente para não perder o conceito que criamos na Rio-92. E essa agência seria financiada por esse fundo. O Brasil teria, assim, uma receita de aproximadamente R\$1 bilhão por ano para fazer frente a um amplo programa de combate ao efeito estufa.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil tem todas as condições para apresentar essa corajosa e ousada idéia. Afinal, trata-se de um País detentor de um das maiores biodiversidades do planeta, de matriz energética limpa – assentada em hidrelétricas

e em outras fontes renováveis, como o álcool combustível e, agora, o biodiesel – e que se esforça voluntariamente para reduzir seus níveis de desmatamento, especialmente na região amazônica. A propósito, vale destacar a informação do Ministério do Meio Ambiente, com dados produzidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mostra queda de 52% na taxa de desmatamento da Amazônia, comparando-se o período 2004-2005 e a estimativa para o período 2005-2006. Porém, a área desmatada referente ao período entre 1º de agosto de 2005 e 31 de julho de 2006 foi de 13.100 km², número ainda preocupante. Daí a necessidade de medidas ainda mais eficazes.

Gostaria de enfatizar que não compartilho do neomalthusianismo que afeta parte do movimento ambientalista mundial. No meu entendimento, a questão ambiental não pode ser usada, direta ou indiretamente, para limitar o desenvolvimento dos países mais pobres. Por isso, na Indicação que apresento, a questão ambiental aparece indissolúvelmente ligada ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. Mesmo porque crescimento econômico, desenvolvimento social e meio ambiente equilibrado convergem para o mesmo ponto – qualidade de vida para todos.

Portanto, Sr. Presidente, não compartilho desse fundamentalismo ambiental de gente que combate todas as formas de produção de energia, mas que não quer voltar a viver com lamparina, habitam gabinetes e utilizam o gás néon. Precisamos de um desenvolvimento ambientalmente saudável, equilibrado. Por isso a proposta dessa Agência Mundial para combater o efeito estufa e desse Fundo Mundial Ambiental, financiado com 1% do valor das importações.

Por último, reitero a minha convicção de que o Senado Federal tem toda a legitimidade para apresentar uma proposta como a que anuncio agora. Por ser a representação máxima da Federação brasileira, esta Casa procura estar atenta às grandes questões que envolvem a Nação. O tema ambiental adquire tal dimensão em nossos dias que não pode mais ficar restrito a pequenos círculos e, muito menos, aos interesses particulares deste ou daquele país.

Ao pedir ao Senado da República que examine e discuta a Indicação de minha iniciativa, estou convencido da absoluta prevalência entre nós do espírito que a todos nos une em defesa da vida, do desenvolvimento sustentável e do convívio harmonioso com a natureza. Ao fazê-lo, Sr. Presidente, sinto esta Casa materializar a insuperável síntese da atividade política que a grande pensadora Hannah Arendt nos legou: fazer política é um ato de amor pela Humanidade. Eis o que nos engrandece, dignifica, eleva e humaniza.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 04 DE ABRIL DE 2007, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente, a iniciativa e a atitude.

A minha percepção é de que há determinados fenômenos na História a que a ciência se antecipa. E, hoje, os cientistas e pesquisadores, Senador Gerson Camata, têm uma grande convergência ao identificar que esse processo de mudança do clima, expresso no fenômeno do efeito estufa, é um desdobramento da ação do ser humano.

A curva de aceleração da temperatura na Terra começa exatamente na Revolução Industrial; começa no final do século XVIII e vai-se acelerando à medida que a industrialização, o progresso, toda essa atividade intensiva de consumo de energia, dependente do petróleo, que leva a grandes emissões de gás carbônico, vai evoluindo.

Estou absolutamente convencido disso. O relatório do grupo de trabalho sobre as evidências físicas do aquecimento global do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em seu acrônimo inglês) da ONU demonstra que, no último século, houve um aumento da temperatura média da Terra de 0,7°C e que estamos numa trajetória da aceleração desse processo de aquecimento. Já o relatório do segundo grupo de trabalho do IPCC, que saiu esta semana e ainda não teve repercussão nos meios de comunicação, parlamentos e governos, mostra, de forma mais eloquente, a gravidade do que se prenuncia.

Dois mil cientistas ligados à Organização das Nações Unidas, ao Programa Mundial para o Meio Ambiente, projetam, por exemplo, que nos próximos 15 anos as geleiras dos Andes desaparecerão e que, portanto, todo o sistema hídrico da Amazônia Ocidental poderá estar comprometido, fragilizado e prejudicado. Além disso, projetam que teremos a desertificação de regiões semi-áridas, como o Nordeste, e a elevação rápida da temperatura, que trará seqüelas devastadoras sobre a agricultura e epidemias como dengue e malária. Já estamos vendo os sintomas desse processo em andamento.

Portanto, esses estudos do IPCC, bem como outros igualmente sérios e consistentes, que mostram os efeitos do aquecimento global sobre a humanidade, e sobre as diversas formas de vida, neste próximo período, exigem – eu diria – uma resposta imediata e muito

mais firme por parte das autoridades e dos governos do que a que temos tido.

Não compartilho com uma tendência de alguns países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos, que sequer ratificaram o Protocolo de Kyoto até o presente momento. É triste observar que o país que tem a maior responsabilidade pela emissão dos gases e do efeito estufa, 25% das emissões, não aderiu, até o momento, a esse esforço global.

Mas, apesar disso, temos de ter uma atitude positiva e firme. Gostaria de lembrar que toda essa consciência ambiental nasceu na Rio-92, no Brasil. Por isso, o Brasil tem de ser uma liderança na defesa da vida, da biodiversidade e do patrimônio ambiental no combate ao efeito estufa. Reunimos todas as condições para tanto. Temos uma matriz energética limpa, com predomínio da energia hidroelétrica; temos, agora, os biocombustíveis, o etanol, o HBio, que modificam para melhor a matriz energética e substituem uma matéria-prima que vai faltar: o petróleo.

Os Estados Unidos já fizeram cinco milhões de perfurações em busca de petróleo. Para que tenham uma idéia do que representa esse número, lembro que o Brasil só fez 23 mil – e eles só têm petróleo para mais seis anos. A Europa praticamente não tem mais reservas estratégicas a não ser um resto no Mar do Norte. Nós ainda temos reservas disponíveis na região. Países como Venezuela, Equador e Peru ainda têm reservas estratégicas abundantes.

Além da escassez do petróleo, da crise dessa matriz energética, o desafio do efeito estufa deve levar a mudar mais rapidamente a matriz energética, buscar fontes alternativas e fazer um grande esforço em prol da despoluição. O nosso automóvel bicombustível é uma forma de resposta da evolução da ciência e da tecnologia, mas temos de ir além.

Não podemos negar que a queimada da floresta é uma importante contribuição ao efeito estufa, porque, quando queimada, a árvore libera dióxido de carbono, e isso tem um impacto forte.

Voltarei à tribuna na próxima semana para falar que, embora os países ricos estejam identificando um problema relevante, as queimadas, alguns eles se omitem de sua responsabilidade maior – faça essa advertência.

Penso que a União Européia tem tido uma atitude diferente. Ela já projeta a antecipação de Kyoto: quer reduzir em 20% a emissão de gás carbono, podendo chegar a 30%, dependendo da atitude dos demais países. Entretanto, quando identificam o problema das florestas tropicais, debitam aos países em desenvolvimento, especialmente da região amazônica, uma responsabilidade que temos e outra que jamais tivemos.

Se formos realmente contabilizar a contribuição, mesmo das florestas, deveremos lembrar que a Europa só tem 0,03% da cobertura da floresta originária preservada, enquanto nós temos 64% das nossas florestas preservadas.

Portanto, mesmo nessa contabilidade – e temos de analisar esse processo ao longo da história –, nossa responsabilidade é muito menor do que aquela que tentam nos imputar.

Sr. Presidente, foram poucos os jornais que deram destaque ao relatório de abril sobre as conseqüências do efeito estufa e menos ainda os meios de comunicação que estão, de fato, procurando aprofundar as respostas diante dessa questão.

Apresentei uma Indicação neste Senado – tenho certeza de que será uma campanha muito longa para avançar na direção do que estou sugerindo –, na qual proponho que a diplomacia brasileira apóie a iniciativa francesa de criar uma agência mundial, a exemplo do que é o Fundo Monetário Internacional.

O FMI nasceu num período de crise depois da Segunda Guerra Mundial, conflito causado, em grande medida, pelo Tratado de Versailles, feito após a Primeira Guerra Mundial, o qual criou um injusto imposto de reparação dos danos de guerra cobrado da Alemanha que desmontou a economia daquele país, levando à hiperinflação, ao revanchismo e ao nacionalismo. Quando terminou a Segunda Guerra Mundial, o mundo não queria viver a experiência da Primeira.

Então, o Plano Marshall, a recuperação da Europa, o programa de busca do desenvolvimento das nações em desenvolvimento, a criação da Cepal na América Latina, a criação do Banco Mundial, a criação do Fundo Monetário Internacional surgem na perspectiva de um mundo que procurava a paz e que vinha de duas grandes guerras, de duas grandes tragédias humanitárias.

Ora, é na crise que se criam as instituições inovadoras, que têm o papel de buscar soluções para os grandes problemas e que, por isso mesmo, são legítimas e longevas.

Essa crise ambiental, que já não é mais um problema dos pequenos núcleos ambientalistas, não poderá ser enfrentada com esse grau de omissão e nem com uma visão ambiental fundamentalista. De fato, há ambientalistas, especialmente nos países desenvolvidos, que não pensam no desenvolvimento, não entendem que é preciso buscar novas formas de gerar energia para os países que precisam desenvolver-se.

Essa crise é sistêmica. O efeito estufa é o fenômeno-síntese que coloca em questão o padrão de consumo e de desenvolvimento e a matriz energética. Temos de criar, por conseguinte, uma agência de de-

envolvimento sustentável e de meio ambiente – não só de meio ambiente –, não podemos perder a conquista conceitual da Rio-92. O Brasil deveria estimular a constituição imediata da agência e liderar esse movimento ambientalista mundial, não só com a matriz energética, mas também assumindo o compromisso de preservação da região amazônica.

Em 2005 e 2006, reduzimos em 50% o desmatamento que vínhamos tendo, houve uma mudança de qualidade na política de preservação da Amazônia. A Amazônia corresponde a 16% da biodiversidade do planeta, mas tem 23 milhões de pessoas que ali vivem. Não teremos uma resposta eficaz, se não houver, por parte dessa agência mundial, políticas de compensação, políticas de estímulo, que permitam às populações carentes dos países em desenvolvimento a compensação pela responsabilidade do patrimônio ambiental.

Isso vale para a África, que será o continente mais devastado pelo efeito estufa. A África, que foi já depauperada, degradada, destruída pela escravidão e pelo colonialismo, mais uma vez na história é o continente mais ameaçado por esse novo fenômeno.

Mas o Brasil tem de liderar o movimento. E nossa liderança deveria ser o apoio à constituição do Fundo Mundial Ambiental (FMA), proposta de minha autoria. Esse Fundo seria constituído por 1% dos impostos sobre as importações. Isso significa uma arrecadação potencial anual de US\$100 bilhões para financiar essa agência. O Brasil teria US\$1 bilhão/ano, Senador Sibá Machado, para fazermos um grande programa de proteção à Amazônia.

Como a Ministra Marina Silva defendeu recentemente nas negociações internacionais, esse Fundo deveria ter o critério de premiar os países que realmente estabelecem metas de preservação ambiental e as cumprem, países que colocam essa agenda como prioritária da humanidade.

Termino olhando para a história da vida neste planeta, que reúne condições únicas para a vida, como os extremos climáticos muito próximos e a abundância de água e oxigênio. A história da vida é muito frágil, e a história do ser humano é muito recente, e já ocorreram cinco vezes no passado deste planeta eventos de quase extinção das formas de vida.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a ainda dispõe de cinco minutos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a tolerância da Mesa.

Tenho certeza de que poderemos liderar esse movimento. Inclusive, o Mercosul deveria sair à frente, criando esse imposto e o Fundo do Mercosul para a Preservação do Meio Ambiente. E deveríamos propugnar, na Organização Mundial do Comércio e outras entidades internacionais, esse imposto de 1% sobre as importações, com alíquotas mais altas para os produtos que contribuem para o efeito estufa, como os derivados do petróleo, e isenção para os produtos ecologicamente sustentáveis. Com 1% sobre as importações, não há inflação no mundo, não há prejuízo ao consumo, não há instabilidade macroeconômica. Ao contrário, estaríamos gerando um fundo anual de US\$100 bilhões para nos antecipar a essa trajetória, a essa marcha de insensatez, que é o que o efeito estufa projeta para a humanidade.

Sr. Presidente, antes de dar o aparte ao Senador Sibá Machado, quero dizer que propus um voto de louvor a Al Gore, que ganhou o prêmio Oscar pelo documentário “Uma Verdade Inconveniente”, uma extraordinária contribuição, que recomendo a todos que o assistam.

Agradeço à Comissão do Meio Ambiente, que aprovou meu voto.

Entre em contato com o Embaixador do Brasil em Washington, solicitando contato com Al Gore, para que ele venha ao Senado Federal e possamos fazer uma discussão sobre esses temas. No passado, Al Gore fez afirmações inaceitáveis sobre a Amazônia, mas hoje contribui para essa reflexão planetária, para a discussão sobre o efeito estufa, e gostaria que ele viesse ao Senado Federal, para que a Casa tenha, nesse tema, nessa agenda, uma das suas preocupações.

Tenho certeza de que tudo o que fizermos nessa direção as futuras gerações reconhecerão e agradecerão. A ciência já adverte para a tragédia que se prenuncia. Os homens públicos não têm mais o direito de não olhar para a história com uma generosidade e um compromisso com as gerações que aí estão e que virão.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela idéia do Fundo. Na semana passada, a Comissão do Meio Ambiente votou um projeto do Senador Tião Viana, que tive o prazer de relatar, que dispõe sobre a possibilidade de imputar o custo ambiental nas licitações públicas, tanto do Governo Federal quanto dos Estados e dos Municípios. Muitas das empresas que concorrem nas licitações públicas apresentam cri-

térios de qualidade, tempo e preço menor, mas não é interessante para empresa alguma especificar o custo ambiental, porque não há quem pague por ele. Debate-se, há algum tempo, como criarmos ambientes no Brasil em que essa situação seja colocada no custo dos investimentos, para que fique mais agradável também do ponto de vista econômico, porque, na concorrência das empresas, o custo ambiental, não sendo pago por ninguém, não será interessante para ela, porque ela irá perder competitividade. Então, o Projeto pareceu-me oportuno para o momento. A sugestão feita por V. Ex^a sobre o Fundo Mundial, parece-me, está na linha de que há um custo ambiental também, porque é necessário que se renuncie a algumas aptidões de desenvolvimento econômico e amplie outras, exigindo uma fonte financeira. Não há nenhuma instituição financeira no mundo, hoje, que tenha de fato e de direito essa preocupação. Acho que, realmente, o dever de casa deve ser posto. Quem sabe possamos procurar as instituições, pelo menos as instituições financeiras públicas do Brasil, para levar uma idéia como essa adiante. Ou seja, como poderíamos solicitar que essas empresas – Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES e tantas outras – já comecem a fazer o dever de casa de fato e de direito. Quando falamos da Amazônia e aparece o assunto relacionado a empresas no mundo afora que querem vir para o Brasil, ou de alguma autoridade internacional que trata desse assunto, ele é tratado de maneira até xenófoba. Não discuto o direito brasileiro de brigar pela propriedade da Amazônia, mas a Amazônia vai além do Brasil. São vários países que compõem a Grande Amazônia. Uma saída apenas pelo Brasil não terá sucesso. É preciso que se tomem esses cuidados. Há empresas entrando nas florestas do Peru, da Bolívia e de todos os países que compõem a Grande Amazônia. A saída precisa ser coletiva mesmo. Então, é muito importante que V. Ex^a fale do Mercosul, e o passo precisa ser dado. Acho que temos de aproveitar o momento e o ambiente e não fazer terrorismo. Vou encerrar, dizendo que, em 1994, acompanhei pela televisão quando um cometa colidiu com Júpiter. Logo em seguida, criou-se um ambiente no mundo inteiro; pesquisadores chegaram a dizer – e saiu nos telejornais brasileiros – que havia mais de mil possibilidades de que asteróides ou corpos celestes que vagam no espaço colidissem com o planeta. Alguns chegaram a dizer que havia um com possibilidade de, em trinta anos, destruir a vida na terra. Criou-se uma onda de terror, em 1994, por uma semana e meia. Então parece que o que está acontecendo com o relatório da

ONU é uma onda de terror em relação à questão ambiental. Parece que não é o caso, porque agora existe uma comunidade científica do mundo que subscreve o relatório e diz que o perigo do aquecimento é iminente. Portanto, a idéia de V. Ex^a vem a calhar, e acho que o Senado Federal tem de fazer um esforço total para que levemos avante uma idéia como esta do Fundo que quero chamar agora de Fundo de Financiamento do Custo Ambiental dos Empreendimentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP)

– Senador Sibá, como eu passei praticamente toda a minha vida na universidade, e a Economia é uma ciência um tanto quanto árida, exigente, que trabalha com métodos quantitativos, que procura construir respostas de como alocar recursos escassos, eu sou muito pouco afeito ao impressionismo, especialmente nesta área. No entanto, quando a ONU, com dois mil cientistas, converge para projeção de cenários e na área acadêmica vai se construindo um consenso, uma grande convergência de que, efetivamente, é o efeito estufa antropogênico, a emissão de gases poluentes, que está aquecendo o planeta e que todo o acompanhamento de evolução da temperatura reforça essa tendência; e quando os primeiros indícios desse processo (0,7C° de aumento da temperatura média da Terra nos últimos 100 anos) já estão presentes e são inquestionáveis, e a curva de aceleração desse aquecimento é muito inclinada, a velocidade do processo é muito rápida, e parte do que já foi feito é irreversível, nós precisamos nos antecipar.

A vanguarda na política foi fundamental na democracia, na luta das esquerdas, nas grandes transformações. Poderá também ser fundamental na luta contra o aquecimento global. Penso que nós, no Brasil, temos a possibilidade de assumir a liderança desse movimento. Por quê? Porque nos chamamos de brasileiros. Brasileiros eram aqueles que vinham para cá se apropriar da Mata Atlântica, levar o pau-brasil. Nós nos autodenominamos como aqueles que vieram para degradar a natureza, para saquear a natureza.

Os brasileiros eram os expropriadores de pau-brasil. No entanto, esse sentido de brasileiro, ao longo da cultura, da História, de 507 anos de descobrimento, transformou-se. O brasileiro é, hoje em dia, um dos povos que mais apreço tem à natureza. Lazer, no Brasil, significa ir para o mar, tomar banho de cachoeira, ir pescar, ir dar uma volta na mata. Quer dizer, a natureza é, para nós um bem essencial. Parte da nossa alegria, da nossa forma de ser é porque somos privilegiados com essa exuberante natureza. Somos um país com

uma diversidade climática, com ecossistemas absolutamente distintos e ricos. Só que, da mata atlântica, só sobrou 7%.

Acho que, nesse momento da História, podemos liderar, liderar na mudança da matriz energética, liderar numa atitude responsável, definitivamente uma resposta à comunidade internacional no que se refere a um projeto de desenvolvimento sustentável da região amazônica.

O movimento ambientalista criou uma máxima que era “pensar globalmente e agir localmente”. Ainda é assim, mas nós temos de agir globalmente.

A proposta que eu trago é de criar, repito, um fundo mundial do meio ambiente para combater o efeito estufa, com 1% do valor das importações. Como eu já disse e reforço, o impacto macroeconômico é residual. O que é substituído em importações é produzido aqui, estimulando a produção. Não traz inflação, não traz prejuízo ao consumo, é uma coisa absolutamente incompatível com a racionalidade macroeconômica, mas gera um fundo mundial de US\$100 bilhões/ano; para o Brasil US\$1 bilhão/ano. Só que nós podemos começar imediatamente. O Mercosul pode levantar essa bandeira, pode fazer essa mudança, a tarifa externa comum permite esse ajuste e nós levaremos à Organização Mundial do Comércio e outras instituições a disputa desses valores.

Termo, dizendo algumas palavras sobre o Fundo Monetário Internacional. Cento e setenta países hoje são sócios do FMI. É certo que o FMI perdeu parte das suas funções, mas ainda é uma instituição para socorrer economias em crises, para estabelecer políticas de compensação monetária. Ele nasceu exatamente, como já disse, para preservar a paz e não repetir os erros da Primeira Guerra, ao término da Segunda Guerra Mundial.

Nesta crise ambiental dramática, temos que pensar uma instituição multilateral global, uma agência semelhante ao FMI, que é a proposta da diplomacia francesa.

Já fiz esse apelo ao Chanceler Celso Amorim. Estive em Bruxelas recentemente defendendo essas idéias. Vou, em todas as oportunidades internacionais, levantar a bandeira de constituição desse fundo mundial e de financiamento dessa agência. Acho que o Brasil deveria ser ousado, porque, hoje, essa é uma questão que diz respeito a todos neste Planeta, a todas as forças políticas. Enfim, é uma questão da sociedade civil, da Academia, das lideranças, dos homens públicos e

acho que o Brasil deve liderar, ter iniciativa, ter ousadia e dar respostas consistentes e viáveis.

Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, acho importante a iniciativa de V. Ex^a em estar provendo recursos para a finalidade de nos precavermos diante das dificuldades que nós mesmos poderemos acarretar como seres humanos em nossas ações de industrialização, de modernização. Se nós não tomarmos cuidado, isso poderá provocar males ao meio ambiente e ao clima, e é importante que estejamos conscientes disso. Avalio como importante a iniciativa de V. Ex^a, como também a do Senador Fernando Collor, de convidar o ex-Senador e ex-Vice-Presidente americano Al Gore. Tive oportunidade de assistir ao filme “Uma Verdade Inconveniente” e considero que se trata de um filme muito didático para que as pessoas se conscientizem desse problema. Quem sabe possamos tê-lo aqui no Senado Federal. Gostaria até de sugerir que, por ocasião de um eventual debate com a presença dele, quem sabe, possamos convidar para assistir e enriquecer o nosso diálogo alguns dos grandes cientistas brasileiros. Recentemente o Professor Aziz Ab’Saber fez algumas observações a respeito do filme “Uma Verdade Inconveniente”...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Almeida Lima. PMDB – SE) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, vamos conceder mais dois minutos ao orador. Solicito a V. Ex^a que conclua seu aparte, por gentileza.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe pudéssemos ter aqui um diálogo altamente esclarecedor para todos nós!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Suplicy, meu convite ao ex-Senador e ex-Vice-Presidente da República Al Gore, que está sendo encaminhado pela embaixada do Brasil em Washington, seria uma iniciativa do Senado, porque aprovamos este convite. Aprovei também moção de louvor ao trabalho do documentário “Uma Verdade Inconveniente”, que também é uma iniciativa da Unesco do Brasil. Acordei com o embaixador que também fizesse esse convite, para articularmos um movimento que contasse com participação de acadêmicos, de cientistas, de intelectuais, de interessados e de entidades da sociedade civil.

Precisamos de propostas viáveis e concretas, como esta que imputo fundamental, da diplomacia francesa, de criar uma agência global em substituição ao Pnuma, semelhante ao FMI, e de um fundo mun-

dial, que proponho, com a taxaço das importaçoes em 1%.

Senador Tião Viana, antes de concluir, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Mercadante, serei muito breve. Quero apenas reconhecer a importância da manifestação legislativa de V. Ex^a, que fala com muita autoridade sobre o tema; que fala com uma responsabilidade política enorme e com visão de mundo atual. Quero dizer da minha solidariedade imediata aos argumentos de V. Ex^a e fazer-lhe um apelo: que V. Ex^a também me apóie em matéria legislativa de minha autoria, sobre compras públicas sustentáveis. Matéria que já foi aprovada na Comissão de Meio Ambiente, está na CCJ e diz respeito ao PIB brasileiro: 30% dos recursos do PIB são transferidos para compras governamentais.

Essa matéria precisa ser aprovada, porque ela pressupõe a responsabilidade ambiental das empresas. O Reino Unido fez isso, há dois anos, o que representou uma extraordinária contribuição à participação da sociedade em política de sustentabilidade. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a!

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Seguramente, estudarei com muita atenção a matéria. Mas, de antemão...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ...expresso minha simpatia por essa iniciativa relevante.

Devemos estimular nos Parlamentares a criatividade, a competência e a vocação. Cada um de nós traz uma história e uma competência específica, para formularmos políticas concretas, mas, insisto, não apenas para a nossa sociedade, ainda que fundamentalmente para ela; devemos pensar além das nossas fronteiras: são necessários instrumentos globais para fazer frente a esse processo. Observo, na construção dessa agência, o desenvolvimento do meio ambiente; e, no Fundo Mundial Ambiental, uma resposta, eu diria, decisiva, por meio da nossa atuação nos fóruns parlamentares e nas instituições multilaterais, para dar uma resposta eficiente ao problema do aquecimento global.

Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Mercadante, eu vinha ouvindo, pelo rádio do carro que me trazia ao Senado, o pronunciamento de V. Ex^a. Quero parabenizá-lo por juntar-se à iniciativa...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ... pioneira do Senador Collor de convidar o ex-Vice-Presidente Al Gore para comparecer a esta Casa. O Senador Collor, colega de V. Ex^a e membro da Base de apoio ao Governo, hoje preside uma subcomissão que faz parte da Comissão de Relações Exteriores, da qual V. Ex^a também faz parte. Penso que poderíamos inclusive transformar esse convite numa iniciativa única do Senado Federal. Seria uma maneira, inclusive, de dar mais força a esta presença. O Senador Fernando Collor está mantendo contato, por meio da Comissão, e esperamos que, o mais breve possível, essa visita se realize, para que possamos tratar com objetividade esse assunto, que hoje faz parte da pauta de discussão de qualquer país civilizado. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito, fiz o convite ao ex-Vice-Presidente Al Gore tanto por meio da Unesco, que está fazendo o mesmo convite, quanto por intermédio de convite já aprovado no Senado.

Mencionei também, nesse contato, o interesse do Brasil sediar a Rio 92 + 20 (“+ 20” significa que o evento se daria 2012, vinte anos após aquela conferência), a qual se constituiria o balanço do que foi todo esse esforço do desenvolvimento econômico sustentável. Mencionei, também, o interesse do Senado Federal em recebê-lo para uma audiência. Porém, mais do que uma audiência com uma personalidade relevante, precisamos de propostas concretas. O que trago a esta Casa é uma iniciativa concreta: a constituição de um fundo mundial do meio ambiente, com a criação de uma agência internacional. E poderíamos, com apenas 1% das importaçoes, criar um fundo de US\$100 bilhões.

Seguramente, não haveria contribuição mais relevante para se preservar a vida neste momento da história da humanidade do que reverter o incremento do efeito-estufa, o que significa manter e antecipar os compromissos do Protocolo de Kyoto. Mas devemos criar fundos de financiamento para isso, especialmente para compensar as populaçoes que seriam diretamente atingidas pela renúncia de determinadas atividades ou de potencialidades econômicas.

Assim sendo, termino meu pronunciamento, agradecendo a generosidade de V. Ex^a pelo tempo concedido, com a certeza de que este é um debate essencial ao nosso Parlamento e ao nosso País.

Muito obrigado.

**ATA DA 30ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE
MARÇO DE 2007**

(Publicada no Diário do Senado Federal de 21 de março⁹ de 2007)

RETIFICAÇÕES

No Sumário da Ata, à página nº 05834, 1ª coluna, **Item 1.2.12 – Leitura de projetos**, na autoria do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2007, que concede anistia a policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte,

Onde se lê:

Senador Garibaldi Alves Filho.

Leia-se:

Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador José Agripino.

.....

À página nº 05989, 2ª coluna, no Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2007, que concede anistia a policiais militares da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte,

Onde se lê:

Sala das Sessões, 20 de março^f de 2007. - Senador Garibaldi Alves Filho.

Leia-se:

Sala das Sessões, 20 de março⁹ de 2007. - Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador José Agripino.

Ata da 45ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Mão Santa,
Romeu Tuma, Valter Pereira, Valdir Raupp e Gilvam Borges*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 11/4/2007 07:29:25 até 11/4/2007 20:35:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X		Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X		PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X		PSDB	PR	WILSON MATOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X						
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
Bloco-PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PFL	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO FAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	X						
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X						

Compareceram: 73 Senadores

M
74

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 244, DE 2007

Da **COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**, sobre a Mensagem nº 51, de 2007 (nº 137/2007, na origem), que “submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Antônio Domingos Teixeira Bedran para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - Ci, em votação secreta, realizada em 10 de abril de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador **Heráclito Fortes**, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 51, de 2007, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor **Antonio Domingos Teixeira Bedran**, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - **ANATEL**, por **23** votos **SIM**, nenhum **NÃO** e nenhuma **ABSTENÇÃO**, totalizando **23** votos.

Sala das Comissões em, 10 de abril de 2007.

Presidente: Senador MARCONI PERILLO

Relator: Senador HERÁCLITO FORTES

RELATÓRIO

RELATOR: Senador HERÁCLITO FORTES

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com os arts. 23 e 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor **ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN** para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

A Lei nº 9.472, de 1997, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações, criou a Anatel e instituiu, como seu órgão máximo, um Conselho Diretor composto de cinco conselheiros, os quais deverão ser brasileiros, gozar de reputação ilibada, possuir formação universitária e desfrutar de elevado conceito no campo de sua especialidade.

O dispositivo constitucional mencionado anteriormente, em conjunto com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 1997, estatui que cabe privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha dos membros do Conselho Diretor da Anatel.

Já o art. 24 do diploma legal estabelece, no seu *caput*, a duração de cinco anos para o mandato desses conselheiros e dispõe no seu parágrafo único que, em caso de vaga no curso do mandato, este será completado por sucessor investido na forma prevista no art. 23.

O *curriculum vitae* anexado à Mensagem Presidencial evidencia que o Senhor ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN possui formação acadêmica e ampla experiência profissional que satisfazem plenamente os requisitos do cargo para o qual é indicado.

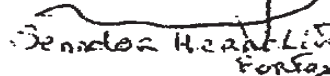
Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pós-Graduado em Direito de Empresa pela Fundação Dom Cabral da Universidade Católica do Estado de Minas Gerais (UCMG), o Senhor ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN é Professor Licenciado de Direito Tributário da Faculdade Mineira de Direito (UCMG).

Foi Presidente do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e do Conselho de Administração das Telecomunicações de Minas Gerais S/A (TELEMIG), além de Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, de abril de 1994 a agosto de 1998. Integrou, como membro efetivo, a Comissão de Jusperitos da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT), com sede em Washington, Estados Unidos da América. Em 1998 assumiu a Procuradoria da Anatel.

Essas funções e cargos exercidos, evidenciados em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste Colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e formação acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor ANTONIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Sala das Reuniões, 10 de abril de 2007.

 , Presidente

 , Relator
Senador Hean-Luis Fortes

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

<i>Mensagem do Senado, nº 51, de 2007</i>	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/4/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>Senador Marconi Perillo</i>	
RELATOR: <i>Senador Heráclito Fortes</i>	
Titulares - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)	Suplentes - Bloco de apoio ao Governo (PT / PTB / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)
SERYS SLHESSARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PT <i>Delcídio Amaral</i>	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
DELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP <i>Francisco Dornelles</i>	4- JOÃO RIBEIRO - PR <i>João Ribeiro</i>
INÁCIO ARRUDA - PC do B <i>Inácio Arruda</i>	5- AUGUSTO BOTELHO - PT <i>Augusto Botelho</i>
FERNANDO COLLOR - PTB <i>Fernando Collor</i>	6- JOÃO CLAUDINO - PTB <i>João Claudino</i>
EXPEDITO JÚNIOR - PR <i>Expedito Júnior</i>	7- RENATO CASAGRANDE - PSB <i>Renato Casagrande</i>
Titulares - PMDB	Suplentes - PMDB
ROMERO JUCÁ	1- GARIBALDI ALVES
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	2- JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>
LEOMAR QUINTANILHA <i>Leomar Quintanilha</i>	3- GILVAM BORGES
JOAQUIM RORIZ	4- NEUTO DE CONTO <i>Neuto de Conto</i>
VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>	5- GERALDO MESQUITA <i>Geraldo Mesquita</i>
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON
Titulares - Bloco da Minoria (PFL / PSDB)	Suplentes - Bloco da Minoria (PFL / PSDB)
ALDEMIR SANTANA - PFL <i>Aldemir Santana</i>	1- DEMÓSTENES TORRES - PFL <i>Demóstenes Torres</i>
ELISEU RESENDE - PFL <i>Eliseu Resende</i>	2- MARCO MACIEL - PFL <i>Marco Maciel</i>
JAYME CAMPOS - PFL	3- JONAS PINHEIRO - PFL
HERÁCLITO FORTES - PFL	4- ROSALBA CIARLINI - PFL
RAIMUNDO COLOMBO - PFL <i>Raimundo Colombo</i>	5- ROMEU TUMA - PFL
JOÃO TENÓRIO - PSDB <i>João Tenório</i>	6- CÍCERO LUCENA - PSDB <i>Cícero Lucena</i>
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB <i>Flexa Ribeiro</i>	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB <i>Sérgio Guerra</i>	9- TASSO JEREISSATI - PSDB
Titulares - PDT	Suplentes - PDT
JOÃO DURVAL <i>João Durval</i>	1- (vago)

Comissão de Serviços de Infra-estrutura

PARECER

Nº 245, DE 2007

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 56, de 2007 (nº 170/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha, ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

RELATOR: Senador **OSMAR DIAS**

RELATOR "AD HOC": Senador **FRANCISCO DORNELLES**

I – RELATÓRIO

O Presidente da República encaminha, para exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

Os recursos da operação de crédito destinam-se ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos – Proágua Nacional.

Em verdade, esse empréstimo deverá ser contratado como financiamento adicional ao Programa de Recursos Hídricos para o Semi-Árido Brasileiro – Proágua Semi-Árido. São recursos que visam à implementação de atividades adicionais relativamente ao Proágua Semi-Árido, ampliando sua área de atuação para todo o território nacional no componente Gestão de Recursos Hídricos e mantendo a área geográfica do Semi-árido no que diz respeito ao componente Infra-Estrutura Hídrica.

De acordo com dados disponibilizados em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, para a ampliação do Programa são previstos dispêndios no montante de US\$ 200,0 milhões entre 2007 e 2009. Além dos recursos provenientes do empréstimo pretendido, o Programa contará com contrapartida do Tesouro Nacional, no valor de US\$ 150,0 milhões.

Cabe ressaltar que a gestão e a execução dos projetos integrantes desse Programa se processará de forma descentralizada, mediante convênio a ser celebrado com cada um dos 27 Estados participantes.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN): TA403717. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decic/Diope/Suaut-2007/15, de 28 de fevereiro de 2007.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BIRD, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o BIRD, que se processará na modalidade *Fixed Spread Loan (Margem Fixa)*, incorpora juros vinculados à LIBOR de seis meses, mais despesas e margem fixa relativa à remuneração de seu capital ordinário, a ser definida na data de assinatura do contrato, vigendo até o seu término.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,67% ao ano.

II – ANÁLISE

A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

As operações de crédito externo desta natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. Com efeito, as exigências e as condições estipuladas naquela norma do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União, dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de instrução processual.

Nesse contexto, relativamente à solicitação em exame, são de se destacar os seguintes aspectos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida Resolução, são atendidos, conforme é informado e demonstrado em anexos ao Parecer STN/COREF/GERFI nº 928, de 26 de dezembro de 2006, complementado pelo Parecer STN/COREF/GERFI nº 162, de 05 de março de 2007.

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/nº 502, de 15 de março de 2007, encaminhado ao Senado Federal, conclui que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, *que veda disposições contratuais de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos.*

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União 2004/2007, nos termos da *Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004*, em montante considerado suficiente para atender as ações previstas durante sua vigência no período em questão.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa na Lei Orçamentária Anual para 2007, serem elas suficientes para dar suporte ao Programa no exercício corrente. Ressaltou, todavia, que não foram alocados recursos na referida Lei Orçamentária para os dispêndios da operação de crédito.

Cabe esclarecer, todavia, conforme se constata no referido Parecer da Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional, que esse óbice *resta suplantado ante a informação do Ministério da Integração Nacional, que informou já constar na LOA 2007 dotação específica para o pagamento de encargos do Programa (Proágua Nacional).*

Por seu turno, caberá aos órgãos envolvidos, responsáveis pela execução do Programa, Ministério da Integração Nacional e Agência Nacional de Águas, como de praxe, providenciar, nas épocas oportunas, a suplementação orçamentária, quando necessária, a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços, e adotar as medidas cabíveis para a inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 5,67% a.a., constitui-se em um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional, em face do custo médio atual de captação do próprio Tesouro em dólar no mercado internacional.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Quanto ao mérito do programa, há que se enfatizar que, de acordo com informações acerca de seus custos e benefícios, a implementação dos projetos permitirá o aumento da oferta de água, com qualidade e segurança, em um horizonte de 30 anos, com redução da correspondente tarifa e melhoria da saúde familiar, em decorrência da redução de uma série de endemias de veiculação hídrica. É informado, ainda, que *o valor presente dos benefícios é, em média, 2,31 vezes superior o valor presente dos custos, sem considerar os investimentos. Dessa forma, de acordo com o referido Parecer, o Proágua Nacional apresenta viabilidade social, técnica e econômica.*

III – VOTO

Somos, assim, pela autorização pleiteada na Mensagem nº 56, de 2007, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 19, DE 2007

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos – PROÁGUA Nacional.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

- I – Devedor:** República Federativa do Brasil;
- II – Credor:** Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD);
- III – Valor Total:** até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- IV – Prazo de Desembolso:** três anos;
- V – Amortização:** vinte e quatro parcelas semestrais, consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2023;
- VI – Juros:** exigidos semestralmente em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da LIBOR de seis meses e margem a ser definida na data de assinatura do empréstimo e que vigorará até o encerramento;
- VII – Comissão de Compromisso:** até 0,75% ao ano, calculados sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;
- VIII – Comissão à Vista:** até 1,0% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, sujeita a diminuição a ser determinada pelo BIRD.

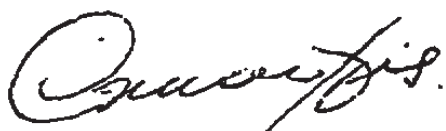
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2007.

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 56, DE 2007
 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/04/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Luiz Inácio Lula da Silva

RELATOR(A): Francisco Dornelles / SENADOR FRANCISCO DORNELLES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPPLY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELÍCIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOÍZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-JOAQUIM RORIZ
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

LEI Nº 11.451, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. (*)

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 245, de 2007**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 19, de 2007** (MSF 56/2007), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 421, 443, 445, 473, 485, 487, 497, 498, 508, 511 e 512, de 2006; e 9, 14 e 16, de 2007**.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2006**, de autoria do Senador José Sarney, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal Industrial de Laranjal do Jari, no Estado do Amapá*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 64, de 2007** (nº 208/2007, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Europeu de Investimento – BEI, destinada a financiar o Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito – ALA III.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 333, DE 2007

Requeiro, com fundamento combinado com o art. 279, I e o art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS nº 248/2006, que “acrescenta Capítulo III-A ao Título V da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-43, para dispor sobre a contribuição assistencial e dá outras providências”, seja, também, distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos.

Justificação

O PLS nº 248/2006 institui contribuição assistencial destinada ao financiamento da negociação coletiva e de outras atividades sindicais, obrigando as empresas a fazerem o respectivo desconto compulsório na folha de pagamento de todos os trabalhadores, filiados ou não ao sindicato. Além disso, veda a concessão de empréstimos ou financiamentos bancários por entes públicos e a participação em concorrências públicas às empresas que não atenderem às regras de recolhimento compulsório da contribuição assistencial.

O projeto foi distribuído, exclusivamente, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Contudo, cria novas obrigações e impõe penalidades com relevante repercussão na economia das empresas brasileiras.

A proposta obriga o empregador a efetuar desconto compulsório da contribuição na folha de pagamento de seus empregados. Tal imposição sujeita as empresas a uma série de novos procedimentos no que se refere a controle, arrecadação e repasse das contribuições.

Fixa, ainda, que as empresas em situação irregular quanto ao recolhimento serão proibidas de participar de concorrências públicas e de ter acesso a linhas de financiamento oficial – o que representaria um grave obstáculo à manutenção dessas empresas.

O problema é agravado pela ausência de regras de transição no projeto. Ou seja, as empresas teriam que se adaptar, imediatamente após a publicação da lei, a um novo processo de recolhimento de contribuições, sob pena de se submeter a sanções que comprometeriam a manutenção de suas atividades.

Diante disso, por suscitar aspectos econômicos e financeiros com importante repercussão para as empresas brasileiras, é necessária análise de mérito do PLS nº 248/2006 pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Requeiro, assim, que o projeto seja também apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, tendo em vista a competência prevista no art. 99, I, e o disposto no art. 270, I, ambos do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007. – Senador **Marconi Perillo**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 334, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 216 do Regimento interno do Senado Federal, combinado com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Saúde, pedido de informações detalhadas sobre os repasses relativos a medicamentos de uso contínuo no Estado da Paraíba, nos últimos dois anos.

Justificação

No que se refere ao atendimento a pacientes que são contemplados por programas do Ministério da Saúde e pela própria Constituição da República com os chamados medicamentos de uso continuado, no Estado da Paraíba, esses medicamentos estão sempre em falta. Pessoas portadoras de doenças como epilepsia, Alzheimer e mal de Parkinson, bem como aquelas submetidas a transplante de rins – que precisam dos medicamentos para evitar a rejeição que pode levá-las à morte – dependem desesperadamente do restabelecimento da regularidade da oferta para garantir o inalienável direito à integridade e à vida. A Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba responsabiliza o Governo Federal, que, segundo ela, atrasou a remessa dos recursos que cobririam essas despesas; já o Governo Federal informa que os recursos têm sido remetidos com regularidade.

Assim, torna-se indispensável que o Senhor Ministro da Saúde, no uso das – atribuições que lhe são competentes, forneça ao Senado da República a informações detalhadas das datas e das quantias efetivamente remetidas. A Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, para o atendimento dessas carências em várias patologias que afetam a população do meu Estado, especialmente a mais carente, que não tem condição de adquirir esses medicamentos no mercado.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007. – Senador **José Maranhão**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 335, DE 2007

Senhor Presidente,

Requiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar de reuniões do Parlamento do Mercosul que discutirão a realização da sua primeira sessão legislativa, bem como, temas pertinentes à organização administrativa e ao orçamento do parlamento regional, nos dias 16 e 17 de abril, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Informo que estarei ausente do País no período de 15 a 18 do corrente mês para participar do referido evento.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2007.

Geraldo Mesquita Júnior
Geraldo Mesquita Júnior
Senador (PMDB-AC)

OF. P/014/2007

J. Amorim de Sá
Brasília, 03 de abril de 2007



Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, informo a Vossa Excelência que serão realizadas na cidade de Montevidéu, Uruguai, nos dias 16 e 17 de abril corrente, reuniões do Parlamento do Mercosul que discutirão a realização da sua primeira sessão legislativa, bem como temas pertinentes à organização administrativa e ao orçamento do parlamento regional.

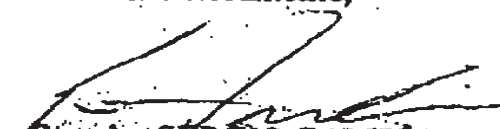
Solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao meu deslocamento e dos Senadores Marisa Serrano e Geraldo Mesquita Júnior, para participar dos eventos acima referidos, no período de 15 a 18 de abril de 2007, bem como a liberação de passagens aéreas, conforme quadro anexo, além das diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia.

Por oportuno, solicito, ainda, a Vossa Excelência que autorize a dispensa de ponto da Consultora Maria Cláudia Drummond, que assessorará esta presidência durante as reuniões em pauta, no mesmo período, de 15 a 18 de abril de 2007, assim como a liberação de passagens aéreas, conforme quadro anexo, e diárias para a cobertura de despesas com hospedagem e alimentação em Montevideu.

Na oportunidade, certo da atenção de Vossa Excelência às solicitações que ora lhe encaminho, renovo-lhe os meus mais sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
N E S T A


Senador SÉRGIO ZAMBIASI
Presidente

REQUERIMENTO Nº 336, DE 2007

Requeiro nos termos do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para o desempenho de missão no exterior, no período de 14 a 24 do corrente mês, representando esta Casa na Feira de Guangzhou (Canton Fair), que será realizada na cidade de Guangzhou, China, no período de 16 a 22 de abril deste ano, conforme autorização da Presidência do Senado Federal.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007.


Senador CÍCERO LUCENA



中华人民共和国大使馆

Brasília, 10 de abril de 2007

Convite

Sr. Senador,

Tenho o prazer de convidar Vossa Excelência, para realizar uma visita de 7 dias à China entre 16 de abril a 22 de abril do corrente ano, para participar na Feira de Guangzhou (CANTON FAIR), que será realizada em Guangzhou, China.

Cordialmente,

CHEN DUQING

Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
da República Popular da China
na República Federativa do Brasil

Ao Exmo. Sr. Senador Cícero Lucena
Senado Federal
Brasília, DF

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 337, DE 2007

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de solidariedade e moção de apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que sente apreensiva e preocupada diante da ameaça de morte contra seus religiosos envolvidos com as questões sociais e ambientais da Amazônia. As ameaças, provavelmente perpetradas por marginais vinculados a latifundiários, grileiros e exploradores ilegais de recursos florestais e minerais, atingem dom Geraldo Verdier dom Antônio Posamai, bispos em Rondônia; dom Erwin Krötler e o frei Benri dês Roziers, no Pará e a freira Leonor Brunetto, em Mato Grosso, nomes mencionados em reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**, baseada em informações da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e de pastorais sociais.

Justificação

Esta Casa, por intermédio desta proposição, se alia as demais entidades que se solidarizam e prestam apoio à CNBB diante dessa horrorosa e covarde tentativa de intimidação daqueles que se juntam aos movimentos sociais na luta pela melhoria na qualidade de vida e justiça social para a população brasileira. A notícia na qual se fundamenta esse requerimento atingiu e deixou perplexa toda a sociedade brasileira, que infelizmente, já assistiu a perpetração de ameaças dessa natureza, como os assassinatos do seringueiro Chico Mendes, em 1988, e da irmã Dorothy Stang em 2006, rumorosos casos que mobilizam a sociedade nacional e internacional contra atos e atitudes afrontosos às instituições democráticas e à dignidade humana.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, Mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

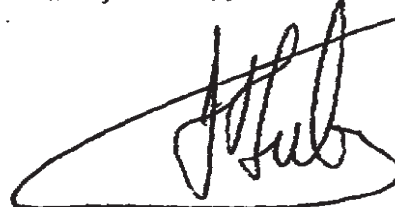
**MENSAGEM
Nº 65, DE 2007**

(nº 209/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor ELI LORIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Brasília, 3 de abril de 2007.



CURRICULUM VITAE**ELI LORIA**

Casado, 55 anos, 1 filho.

Naturalidade: RJ.—RJ

Data de nascimento: 21/09/1951

Identidade: 2.465.854 - IFP/RJ

CPF: 268.206.507-44

Tel.: 11-2146-2004

Filiação: Bension Roger Loria e Stela Loria

FORMAÇÃO:

MESTRANDO EM DIREITO COMERCIAL - USP – 2006.

BACHAREL EM DIREITO FORMADO PELA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE IBIRAPUERA – 2º SEM. 2001/1º SEM. 2006.

CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO - COPPEAD - UFRJ - 1980/1981 (sem defesa de tese).

ADMINISTRADOR PÚBLICO, FORMADO PELA EBAP - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - RJ – 1973/1976.

2º grau - COLÉGIO ESTADUAL PEDRO ÁLVARES CABRAL / COLÉGIO BRASIL-AMÉRICA.

ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

OUTUBRO DE 1978 ATÉ HOJE – CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda criada pela Lei nº 6385, de 07/12/1976, com a missão de regular, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários nacional.

Admitido por concurso público em 02/10/1978 como analista de mercado de capitais, tendo sido classificado em 2º lugar.

CARGOS OCUPADOS:

- Diretor, de 07/06/2004 a 31/12/2004, conforme Decreto de 27/05/2004, atuando em julgamentos de processos administrativos sancionadores, recursos de decisões das áreas operacionais e elaboração de normas.

- Superintendente Regional de São Paulo, desde 27/04/1995 até 07/06/2004 e após 1º/01/2005 até hoje, responsável pela supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas no âmbito da Superintendência e pela administração de serviço de atendimento ao público, no que se refere às operações cujas responsabilidades sejam das Superintendências localizadas na Sede.
- Superintendente de Relações com Empresas, de 08/10/1993 a 27/04/1995, responsável pelas áreas de registro de companhias abertas e de outros emissores, bem como pela atualização de suas informações, de reestruturação societária e de registro de distribuição pública de valores mobiliários.
- Gerente de Acompanhamento de Empresas - 2, de 1º/10/1991 a 08/10/1993, responsável pelo registro de companhias abertas e de outros emissores, bem como pela atualização de suas informações.

OUTRAS FUNÇÕES:

- Representante suplente da CVM no Conselho Nacional de Seguros Privados desde 14/01/2000 com renovação através da Portaria MF nº 153, de 23/06/04.
- Presidente da Comissão de Ética da CVM de 03/10/2001 até 24/04/2004.
- Representante suplente da CVM no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional de 18/09/2002 a 09/10/2006.
- Representante titular da CVM no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional de 18/09/1996 a 17/09/2000.
- Representante suplente da CVM no Conselho de Gestão da Previdência Complementar e na Câmara de Recursos de 27/04/1999 a 24/03/2003.

DE MARÇO DE 1975 ATÉ OUTUBRO DE 1978 – BNDES - BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Admitido por concurso público em março de 1978 como estagiário de administração e de 15/03/1977 a 30/09/1978 como adestrando (*trainee*), tendo atuado na área de bens de capital.

ATIVIDADES E DADOS COMPLEMENTARES:

- Participação em seminários e cursos internacionais.
- Palestras em seminários no Brasil.
- Leitura em inglês, francês, italiano e espanhol.

São Paulo, 22 de março de 2007.



Aviso nº 270 - C. Civil.


Em 3 de abril de 2007.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ELI LORIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão
de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2007

Permite a convocação de plebiscito e referendo, mediante decreto legislativo, a partir de proposta originária de iniciativa popular.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 3º e 13 da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art.18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei, ou por proposta originária de iniciativa popular, nos termos do art. 13 da presente Lei.(NR)

.....
Art. 13 A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei ou, nos casos previstos no art. 3º desta Lei, de decreto legislativo à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos que três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei, originalmente apresentado pela Senadora Marina Silva, tem por objetivo tornar possível a apresentação de proposta de convocação de plebiscito e referendo de origem em iniciativa popular. Hoje, a convocação de plebiscito e referendo é atribuição privativa do Congresso Nacional, efetuada por meio de decreto legislativo. A proposta de decreto deve ser subscrita por pelo menos um terço dos membros de qualquer uma

das Casas do Congresso Nacional. Na forma do projeto ora apresentado, poderiam também ser apreciadas pelo Congresso propostas subscritas pelos eleitores, nas condições previstas na Constituição para a iniciativa popular: um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores em cada um deles.

Trata-se, portanto, de abrir à iniciativa popular, hoje restrita à apresentação de projetos de lei, a apresentação de propostas de plebiscito e referendo. Nesse sentido, o projeto se insere num processo maior, de alcance global: acrescentar mecanismos de democracia direta na democracia representativa.

A crise da representação atinge as democracias modernas e é objeto de discussão nos meios políticos e acadêmicos de todas as nações democráticas. Essa se manifesta, normalmente, no absenteísmo eleitoral ou, nos países em que o voto é obrigatório, nos altos percentuais de votos brancos e, principalmente, nulos. A política institucional parece afastar-se da vida, do cotidiano e das preocupações dos cidadãos. No limite, a persistir essa tendência, a democracia se tornará um conjunto de regras procedimentais vazias de significado para aqueles que deveriam ser os verdadeiros detentores do poder: os eleitores.

As propostas de soluções são numerosas. A agenda do debate contempla o uso maior de plebiscitos e referendos, a adoção de novas formas de votação que o avanço tecnológico possibilita, mudanças profundas na relação entre representantes e representados, e, até mesmo, o fim do monopólio dos partidos sobre a representação, mediante a permissão de inscrição de candidaturas sem partido.

Outro não é o sentido do presente projeto: permitir que o eleitor comum leve diretamente à apreciação do Congresso Nacional propostas de plebiscito e referendo.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposta, é preciso lembrar que não está em jogo o art. 49, XV, da Constituição. Embora a iniciativa popular possa apresentar as propostas, continuam a ser atribuições exclusivas do Congresso Nacional a autorização de referendo e a convocação de plebiscito.

Essas as razões que me levam a solicitar o apoio de meus ilustres pares para o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2007.


Senador SIBA MACHADO

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta Lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.

Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária, sendo favorável à alteração territorial prevista no *caput*, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.

§ 2º À Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no parágrafo anterior compete proceder à audiência das respectivas Assembléias Legislativas.

§ 3º Na oportunidade prevista no parágrafo anterior, as respectivas Assembléias Legislativas opinarão, sem caráter vinculativo, sobre a matéria, e fornecerão ao Congresso Nacional os detalhamentos técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada.

§ 4º O Congresso Nacional, ao aprovar a lei complementar, tomará em conta as informações técnicas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 5º O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de Municípios, será convocado pela Assembléia Legislativa, de conformidade com a legislação federal e estadual.

Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e o referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição Estadual e com a Lei Orgânica.

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I – fixar a data da consulta popular;

II – tornar pública a cédula respectiva;

III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meio de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9^a Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 12. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1^a O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2^a O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1998; 177^a da Independência e 110^a da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1^o - Brasília é a Capital Federal.

§ 2^o - Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3^o - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(Á Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007

Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica assegurado aos estudantes e às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos o acesso aos cinemas, cineclubes, teatros, espetáculos musicais, circenses e eventos educativos e extracurriculares, bem como os esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral.

§ 1º O benefício previsto no caput não será cumulativo com outras promoções e convênios.

§ 2º O benefício da meia-entrada não se aplica aos ingressos relativos a camarotes, áreas e cadeiras especiais.

§ 3º Somente terão direito ao benefício da meia-entrada os estudantes regularmente inseridos nos níveis e modalidades de educação e ensino previstos no Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que comprovarem sua condição de discente mediante apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da Carteira de Identificação Estudantil (CIE) válida, expedida pelas entidades reconhecidas pelo Ministério da Educação.

§ 4º Somente terão direito ao benefício da meia-entrada os idosos que apresentarem documento oficial de identidade, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento.

§ 5º A concessão do benefício da meia-entrada fica limitada a quarenta por cento do total dos ingressos disponíveis para cada evento.

Art. 2º Os estabelecimentos referidos no caput do art. 1º deverão fixar cartazes em local visível da bilheteria e da portaria, informando aos interessados as condições estabelecidas para o gozo do benefício da meia-entrada, com os telefones dos órgãos de fiscalização.

Art. 3º O art. 3º, § 1º, e o art. 30 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 3º**

§ 1º A Secretaria-Geral da Presidência da República tem como estrutura básica o Conselho Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da Meia-Entrada e da Identificação Estudantil, o Gabinete, a Secretaria-Executiva, a Subsecretaria de Comunicação Institucional, a Secretaria Nacional de Juventude e até quatro Secretarias.

..... (NR)”

“**Art. 30.**

XV – Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da Meia-Entrada e da Identificação Estudantil.

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a composição e o funcionamento dos Conselhos referidos nos incisos I, II, VIII, IX, XI, XII, XIII, XIV e XV. (NR)”

Art. 4º O inciso II do art. 3º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea f:

“**Art. 3º**

.....
II –

.....

f) ressarcimento, aos produtores de espetáculos, do benefício da meia-entrada concedido a estudantes e idosos. (NR) ”

Art. 5º Fica criada a Carteira de Identificação Estudantil (CIE) que será confeccionada em modelo padronizado pelo Conselho Nacional de Fiscalização, Controle e Regulamentação da Meia-Entrada e da Identificação Estudantil.

Parágrafo único. A Carteira de Identificação Estudantil (CIE) terá validade anual, contando-se o período de 1º de março de um ano a 31 de março do ano seguinte.

Art. 6º Fica revogada a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A meia-entrada é uma tradição na vida estudantil. Diante disso, o direito à meia-entrada para estudantes portadores da Carteira de Identificação Estudantil da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) foi contemplado em várias legislações estaduais e municipais.

Contudo, a adoção da Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001, proibindo a exclusividade das entidades estudantis nacionais na emissão das Carteiras de Identificação Estudantil, desorganizou todo o ordenamento jurídico estabelecido pelas legislações estaduais e municipais.

Somente no Estado de São Paulo, existem mais de 16.000 estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, e mais de 30.000 cursos que vão de aulas de inglês aos cursos de mecânico de motos, todos emitindo carteiras estudantis sem nenhum critério, controle ou padronização, possibilitando fraudes de todo gênero, em prejuízo dos estudantes e também dos empresários da atividade de lazer e entretenimento do País.

Além disso, considerando o volume das despesas imprescindíveis à realização de um determinado evento, tais como direitos autorais (10%), cachê artístico, aluguel do local do evento, salários, aluguel dos equipamentos de som, luz, palco, transporte aéreo e terrestre, entre outros, bem como a enorme carga tributária, quaisquer expectativas de recuperação do investimento ficaram comprometidas, diante da redução, pela metade, da receita principal.

Nesse contexto, tornou-se urgente e de fundamental importância a padronização da Carteira de Identificação Estudantil em todo território nacional.

Essa medida garantirá às entidades estudantis nacionais representativas o direito de emissão da Carteira de Identificação Estudantil e permitirá a fiscalização pelos Governos Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por intermédio dos seus órgãos responsáveis pela cultura, esporte, lazer e defesa do consumidor, sempre com a participação direta dos empresários das atividades de lazer e entretenimento, garantindo que se evite a perda definitiva do controle sobre as carteiras estudantis.

Da mesma forma, também é importante restringir a concessão do benefício até o limite de trinta por cento do total dos ingressos disponíveis, bem como permitir, aos empresários, acesso aos recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura, como ressarcimento da perda de receita em consequência da concessão da meia-entrada, uma vez que quem deve suportar tal ônus financeiro em benefício da população é o Estado.

Com efeito, vale lembrar que, se, por um lado, a Constituição veda ao Estado a intervenção no domínio econômico e assegura o direito à propriedade, por outro, obriga o Poder Público a proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; a garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional; a assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização e à cultura; e, conseqüentemente, a suportar o respectivo ônus.

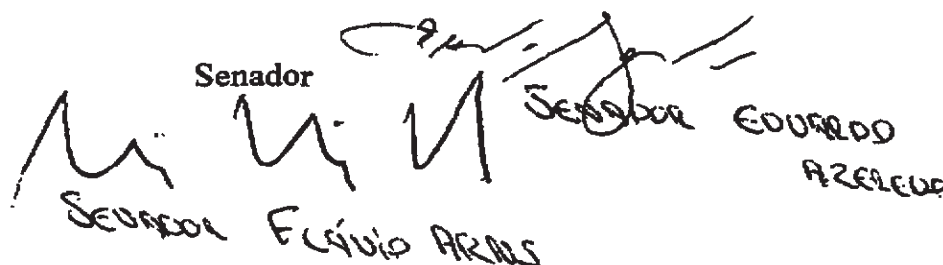
Somente dessa forma se poderá restabelecer a ordem jurídica e tornar possível aos empresários das atividades de lazer e entretenimento ajustar o orçamento à receita real, fazendo com que voltem a investir, face o retorno da possibilidade de auferirem lucro. Tal medida, certamente, estimulará a quantidade e a melhoria da qualidade dos eventos em todo o País, revitalizando a atividade do ramo da cultura e do entretenimento, inclusive o aumento da oferta de emprego, tão necessário na atual conjuntura.

Neste momento histórico, no qual estão unidos as entidades nacionais, estaduais e municipais representativas dos estudantes, as entidades dos produtores culturais e produtores de eventos e os artistas, acredito na meia-entrada como importante mecanismo de acesso à cultura e ao entretenimento por parte dos estudantes e idosos. Também, faz-se necessária a validação apenas das carteiras emitidas pelas entidades estruturadas e

reconhecidas nacionalmente, mediante apresentação de documentos que comprovem sua atuação legal e legítima, bem como a criação de um fórum formado por representantes das entidades representativas dos estudantes e do fazer cultural e de entretenimento no País, para gerenciamento e controle do mecanismo.

Na certeza de que essa iniciativa se constitui em aperfeiçoamento oportuno e conveniente para a legislação relativa ao incentivo da cultura, espero poder contar com o valioso apoio dos nobres Pares em favor deste projeto de lei que ora apresento.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007.

Senador

Senador FLÁVIO ARNS
Senador EDUARDO AZEREDO

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

- I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- II - educação superior.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

l - que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II - maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III - que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV - amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V - (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI - que tenha prole (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Seção III

Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou de seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~

~~II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração de respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso."

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Regulamento)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento)

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento)

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Regulamento)

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do caput deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.
Parágrafo único. As transferências ex officio dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (Regulamento)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

- I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;
- II - ampliação e diminuição de vagas;
- III - elaboração da programação dos cursos;
- IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;
- V - contratação e dispensa de professores;
- VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico

especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

- I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;
- III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;
- IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas.(Regulamento)

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

LEI No 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003.

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 3o À Secretaria-Geral da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente: (Redação dada pela Lei nº 11.204, de 2005)

§ 1o A Secretaria-Geral da Presidência da República tem como estrutura básica o Conselho Nacional de Juventude, o Gabinete, a Secretaria-Executiva, a Subsecretaria de Comunicação Institucional, a Secretaria Nacional de Juventude e até 4 (quatro) Secretarias. (Incluído pela Lei nº 11.204, de 2005)

Art. 30. São criados:

- I - o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;
- II - o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- III - a Assessoria Especial do Presidente da República;
- IV - a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República;
- ~~V - o Porta-Voz da Presidência da República; (Revogado pela Lei nº 11.204, de 2005)~~
- ~~VI - a Secretaria Especial de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; (Revogado pela Lei nº 11.204, de 2005)~~
- VII - a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;
- VIII - o Conselho de Articulação de Programas Sociais;
- IX - o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca;
- X - o Ministério do Turismo;
- XI - o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção;
- XII - o Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação;
- XIII - o Conselho Nacional de Economia Solidária.
- XIV - o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. (Incluído pela Lei nº 11.075, de 2004)

~~Parágrafo único. O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a composição e funcionamento dos Conselhos referidos nos incisos I, II, VIII, IX, XI, XII e XIII.~~

Parágrafo único. O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a composição e funcionamento dos Conselhos referidos nos incisos I, II, VIII, IX, XI, XII, XIII e XIV. (Redação dada pela Lei nº 11.075, de 2004)

LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991.**Regulamento
Mensagem de veto**

Texto compilado Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei

Art. 3º Para cumprimento das finalidades expressas no art. 1º desta lei, os projetos culturais em cujo favor serão captados e canalizados os recursos do Pronac atenderão, pelo menos, um dos seguintes objetivos:

II - fomento à produção cultural e artística, mediante:

a) produção de discos, vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovideográfica de caráter cultural; (Vide Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001)

b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;

c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

d) cobertura de despesas com transporte e seguro de objetos de valor cultural destinados a exposições públicas no País e no exterior;

e) realização de exposições, festivais de arte e espetáculos de artes cênicas ou congêneres;

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.208, DE 17 DE AGOSTO DE 2001.

Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo do Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A qualificação da situação jurídica de estudante, para efeito de obtenção de eventuais descontos concedidos sobre o valor efetivamente cobrado para o ingresso em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer, será feita pela exibição de documento de identificação estudantil expedido pelos correspondentes estabelecimentos de ensino ou pela associação ou agremiação estudantil a que pertença, inclusive pelos que já sejam utilizados, vedada a exclusividade de qualquer deles.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se nas hipóteses em que sejam oferecidos descontos a estudantes pelos transportes coletivos públicos locais, acompanhada do comprovante de matrícula ou de frequência escolar fornecida pelo seu estabelecimento de ensino.

Art. 2º A qualificação da situação de menoridade não superior a dezoito anos, para efeito da obtenção de eventuais descontos sobre o valor efetivamente cobrado para o ingresso em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer, será feita pela exibição de documento de identidade expedido pelo órgão público competente.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL

José Gregori

Paulo Renato souza

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.8.2001

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia – UNIVAR, no município de Araguatins, Estado do Tocantins, bem como os cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Artigo 2º - A UNIVAR terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Artigo 3º - A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UNIVAR serão definidas segundo seu estatuto e as normas legais pertinentes, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Artigo 4º - A instalação da Universidade de que dispõe esta Lei subordinar-se à prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O município de Araguatins, onde se propõe instalar a **Universidade do Vale Araguaia (UNIVAR)**, é o maior dentre os 25 municípios tocantinenses que integram a região do Bico do Papagaio, cujo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é um dos menores do Estado. A população da região está estimada em 198.388 habitantes (IBGE-2006), e sua área total é de 15.767,856 km².

A enorme distância entre os municípios da região Norte do Tocantins dificulta o acesso dos jovens que terminam o Ensino Médio à Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujo campus avançado mais próximo da região está situado no município de Tocantinópolis, a 576 quilômetros da Capital, Palmas.

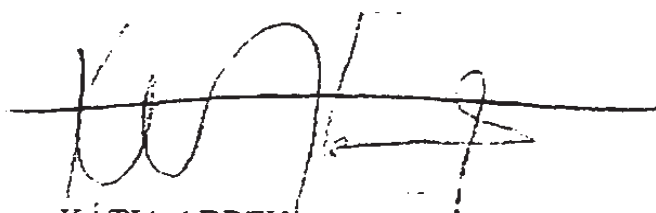
O município de Araguatins, distante 104 quilômetros de Tocantinópolis, está estrategicamente situado na região do Bico do Papagaio de modo a atender, de maneira mais acessível, aos estudantes moradores dos municípios vizinhos, inclusive aqueles situados na mesorregião do Bico do Papagaio que abrange outros 25 municípios do Pará e 16 do Maranhão.

O avanço da Educação nos níveis fundamental e médio no Estado do Tocantins, nos últimos anos, resulta numa necessidade cada vez maior de oferecer aos jovens das famílias de baixa renda a oportunidade de ingressar no Ensino Superior e lutar por uma profissão, como bem expõe o deputado Osvaldo Reis (PMDB-TO) em Projeto de Lei semelhante apresentado na Câmara dos Deputados.

Os programas oferecidos pelo governo federal para financiar os estudos em instituições privadas e, dessa forma, tentar suprir a falta de vagas nas Universidades Federais, beneficiam aqueles que residem próximos dos centros universitários, mas não atendem às necessidades daqueles que residem longe da Capital ou de cidades consideradas pólo, como é o caso de Araguatins e dos demais 24 municípios que compõem a região do Bico do Papagaio, no Tocantins.

Pelas razões expostas, proponho a criação da Universidade Federal do Vale Araguaia (UNIVAR), que suprirá uma lacuna existente hoje na educação superior no Estado do Tocantins, cujo impacto positivo alcançará, também, parte dos Estados do Pará e Maranhão.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007.



KÁTIA ABREU
Senadora da República

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 94/2007 – GLDBAG

Brasília, 11 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Ideli Salvatti para integrar como membro Suplente, a Co-

missão de Direitos Humanos e Participação Legislativa em substituição ao Senador Augusto Botelho.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

– Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2007

Altera o art. 17, § 1º, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de formação de suas coligações eleitorais, admitidas estas apenas nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

..... (NR)”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta Proposta é admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias, vedando-as, por consequência, nas eleições proporcionais. Esse fim era perseguido por Projeto de Lei nº 197, de 2005, de autoria do ex-Senador Leonel Pavan. Entretanto, a Emenda Constitucional nº 52, de 8 de março de 2006, conferiu status constitucional à matéria, conforme inclusive já decidiu o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 3.685-8/DF, razão pela qual a apresentamos agora na forma de PEC.

A proibição de coligações nas eleições proporcionais é medida há muito aguardada no âmbito da reforma político-partidária nacional. Sua implantação tornará mais claro o quadro partidário e mais transparente, sobretudo para o eleitor, a representação política.

No Brasil, o eleitor endereça seu voto ao candidato, mas, na verdade, sufraga o partido. Aliás, a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral na Consulta nº 1.398 chega mesmo a reconhecer que o mandato pertence ao partido e não ao indivíduo eleito. Ora, permitir a coligação para as eleições proporcionais significa então, nas regras vigentes, a dissolução do voto do eleitor em um conjunto amorfo de ideologias e programas partidários. Deve-se assegurar, portanto, que o voto dado nessas eleições seja destinado a uma única agremiação partidária, aquela que apresenta, na livre e consciente avaliação do eleitor, a melhor alternativa de ação política.

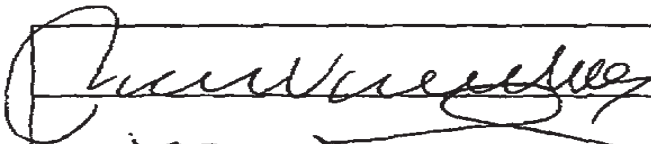

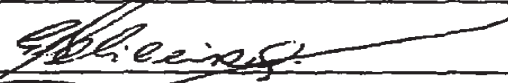









A medida sugerida nesta PEC possibilitará, ainda, o saneamento do quadro partidário nacional. Com efeito, ela colocará fim à formação de alianças eleitorais de mera conveniência, que se fazem para a perpetuação de partidos políticos de propostas vagas e inconstantes, dissimuladas para atender a interesses inconfessos.

É preciso garantir que os representantes eleitos guardem identificação com as bandeiras defendidas por seu partido, não só no momento da eleição, mas também na sua prática política e legislativa. Isso somente se efetivará se o partido estiver vinculado a um ideário claramente identificado pelo eleitor. Terão sucesso aquelas agremiações que veiculem mensagem que o eleitor identifique como justa e adequada à solução dos problemas locais, regionais ou nacionais, e não as que se agreguem, a partir de interesses particulares, aos partidos que mais carregem votos. Por isso, cada partido deve concorrer por si nas eleições proporcionais.

Pelas razões expostas, temos a convicção de que esta Proposta de Emenda à Constituição trará aperfeiçoamento inadiável para o sistema político-partidário nacional.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007.

Senador Jarbas Vasconcelos

	JARBAS VASCONCELOS
	Heráclito Forte
	Vácuo Pereira
	Augusto Botelho
	ESCRITO MUCENA
	Aguiar Couto.
	OSMAR DIAS
	MOZARILDO
	WELLINGTON SALGADO
	Espectro Júnior
	João Tenório
	ROSEANA SARNEY

Jose Maranhão	José Maranhão
DEMOST ENES TUNDE	DEMOST ENES TUNDE
EPITACIO CAFFETEIRA	EPITACIO CAFFETEIRA
MAGNO MALFA	MAGNO MALFA
Augusto de F. C.	GABRIEL ALVES
João Paulo	FAMMIA
MARCONI PERILLO	buena vista
JOÃO ARRIPINO	JOÃO ARRIPINO
TASSO FERREISSATI	TASSO FERREISSATI
ROSALBA CIARLINI	ROSALBA CIARLINI
MARCO MACIEL	MARCO MACIEL
Neuto de Canto	Neuto de Canto
ARTHUR VIRGILIO	ARTHUR VIRGILIO
Deodoro de Albuquerque	Deodoro de Albuquerque
Deodoro de Albuquerque	PEDRO SIMON
Deodoro de Albuquerque	ELVA RIBEIRO
Deodoro de Albuquerque	E. L. COAS
Deodoro de Albuquerque	EDUARDO AZEVEDO
NÚMERO TÍTULO	NÚMERO TÍTULO
ACMILADARES	ACMILADARES
ADELINA SANTANA	ADELINA SANTANA

CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2007

Acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 75-A:

“Art. 75-A. O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas compõe-se de quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – dois Ministros do Tribunal de Contas da União, indicados pelo respectivo tribunal;

II – três Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados, indicados pelos respectivos tribunais, na forma da lei;

III – um Conselheiro dos Tribunais de Contas dos Municípios, indicado pelos respectivos tribunais, na forma da lei;

IV – dois membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, indicados pelo respectivo Ministério Público;

V – dois membros dos Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas dos Estados, indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei;

VI – um membro dos Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas dos Municípios, indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei;

VII – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII – dois cidadãos de idoneidade moral e reputação ilibada, dotados de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal equipara-se aos Tribunais de Contas dos Estados.

§ 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º O Conselho será presidido pelo Ministro do Tribunal de Contas da União indicado que for mais antigo em exercício no cargo, a quem competirá votar em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.

§ 4º A indicação ou recondução de membro do Conselho deve ser feita até sessenta dias antes do término do mandato.

§ 5º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Congresso Nacional.

§ 6º Compete ao Conselho, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela lei:

I – controlar a atuação administrativa e financeira dos Tribunais de Contas;

II – controlar o cumprimento dos deveres funcionais de ministros, conselheiros e auditores dos Tribunais de Contas;

III – controlar o cumprimento dos deveres funcionais dos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas;

IV – zelar pela estrita observância das disposições referentes à atuação dos Tribunais de Contas previstas nesta Constituição;

V – zelar pela autonomia do Sistema de Controle Externo e pelo cumprimento das Leis Orgânicas e Regimentos Internos dos Tribunais de Contas, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

VI – apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

VII – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

VIII – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, bem como de membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, julgados há menos de um ano;

IX – representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

X – elaborar relatório estatístico semestral sobre processos e acórdãos prolatados por cada um dos Tribunais de Contas;

XI – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre as atividades do Conselho e a situação dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa.

§ 7º O Conselho escolherá entre seus membros, em votação secreta, vedada a recondução, um Corregedor-Geral, que ficará excluído da distribuição de processos no órgão de origem, a quem competirá, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo regulamento:

I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros e órgãos dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios, assim como dos seus serviços auxiliares;

II – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros e órgãos do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas;

III – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correção geral;

IV – requisitar e designar servidores dos Tribunais de Contas, delegando-lhes atribuições, objetivando a plena realização das atividades da Corregedoria.

§ 8º Junto ao Conselho oficiará o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 9º O Conselho, financiado com recursos da União, possui autonomia administrativa, financeira e orçamentária.

§ 10. Os membros do Conselho não poderão perceber qualquer remuneração para o exercício de suas funções, podendo, contudo, ser dispensados de suas atividades normais para participação no órgão.

§ 11. Leis da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios criarão ouvidorias dos Tribunais de Contas, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.”

Art. 2º O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas será instalado no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgação desta Emenda, devendo a indicação ou escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final.

§ 1º Não efetuadas as indicações e escolha dos nomes para o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas dentro do prazo fixado no *caput* deste artigo, caberá ao Congresso Nacional realizá-las.

§ 2º Até que entre em vigor lei específica, o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do seu Corregedor-Geral.

Art. 3º O Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional e de acordo com as suas competências, instalarão comissões especiais, destinadas a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Inúmeras denúncias, umas fundadas, outras despidas de veracidade, acerca de nepotismo, de má-gestão de recursos financeiros e de ineficaz correição dos membros em várias instâncias do Poder Público que cometem faltas disciplinares tornam imperativo o controle por um órgão hierarquicamente superior. Essa certeza ensejou as criações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

No que tange ao controle externo, segundo a Carta Política, cabe ao Congresso Nacional exercê-lo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União. É obrigatória a reprodução desse modelo nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais. Há, portanto, um sistema de controle externo em nível nacional, integrado pelos Legislativos e Cortes de Contas.

Esta Proposta de Emenda à Constituição (PEC) cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas (CNTC).

Importante frisar a inclusão do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas no âmbito da atuação do CNTC. A esse *Parquet* especializado aplicam-se os princípios institucionais da unidade, da

indivisibilidade e da independência funcional, mas não lhe é conferida autonomia administrativa. É compreensível, porquanto são conjuntos orgânicos pequenos e, via de regra, recebem tratamento nas Leis Orgânicas dos respectivos Tribunais de Contas. O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPjTCU), por exemplo, é um dos mais numerosos, mas, no entanto, é composto por apenas sete membros. As normas legais referentes ao MPjTCU estão na Lei Orgânica do TCU (Lei nº 8.443, de 1992). Esta lei prevê a aplicação subsidiária aos membros desse *Parquet*, no que couber, das disposições pertinentes a direitos, garantias, prerrogativas, vedações, regime disciplinar e forma de investidura no cargo inicial da carreira constantes da Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Impende defender a opção legislativa de não dotar o MP de Contas de uma estrutura própria. Seria lesivo aos princípios da racionalização administrativa e da economicidade manter uma estrutura administrativa específica, o que incluiria quadro próprio de pessoal, somente para atender a um corpo tão reduzido. Sendo assim, os Tribunais de Contas provêem o apoio administrativo e de pessoal necessários ao desempenho da missão institucional dos respectivos Ministérios Públicos de Contas. Essas particularidades levam-nos a considerar oportuno incluir na competência do CNTC tanto os Tribunais de Contas quanto o Ministério Público específico que atua junto a eles.

Não é demasiado lembrar que o Pleno do CNMP tem entendimento já pacificado de que matérias relacionadas com o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas são estranhas à sua competência, prevista no artigo 130-A, § 2º, da Constituição Federal. Referimo-nos, especialmente, à decisão proferida nos autos do processo nº 0.00.000.000587/2006-51, publicada no DJ – Seção I, de 2/3/2007, p. 1257.

O cerne da questão, portanto, é a criação de um órgão de controle para os Tribunais de Contas e correspondentes MPs, o que se afigura imprescindível, pois em um Estado Democrático de Direito não se concebe conjuntos orgânicos imunes a qualquer fiscalização. Todo e qualquer Poder, órgão, instituição ou servidor público deve estar sujeito a alguma forma de controle, com vistas a garantir a mais ampla transparência no desempenho de atividades públicas e evitar que se cometam abusos ou atos de improbidade administrativa.

Outro tópico importante é a instituição das ouvidorias dos Tribunais de Contas, para receber denúncias e reclamações de qualquer interessado contra membros ou órgãos dos Tribunais de Contas e do Ministério Público de Contas, incluídos seus serviços auxiliares. O objetivo dessa medida é a total transparência dos atos e processos desses órgãos.

A instituição do CNTC não fere a autonomia funcional dos membros dos Tribunais de Contas ou do Ministério Público de Contas, e, muito menos, a independência dos Poderes da República, pelo fato de que não haverá qualquer ingerência na atividade-fim desses.

De acordo com o projeto, o CNTC será composto de quinze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo que seis são integrantes dos Tribunais de Contas, cinco são membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, dois são membros da advocacia e dois são cidadãos de idoneidade moral e reputação ilibada, dotados de notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

Neste ponto, percebe-se que há profunda interpenetração e harmonia entre os Poderes da República, pois o órgão de controle da atividade administrativa e financeira será composto por maioria absoluta de membros

dos próprios Tribunais de Contas, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Federal, após aprovação por maioria absoluta pelo Senado Federal.

Ainda, o Conselho escolherá entre os seus membros, em votação secreta, um Corregedor-Geral, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, assim como dos seus serviços auxiliares; exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral; requisitar e designar servidores dos Tribunais de Contas, delegando-lhes atribuições.

Por derradeiro, entendemos que esta iniciativa é meritória, tendo em vista tratar-se de medida tendente a solucionar vários problemas que atormentam a sociedade, e que, certamente, irá cumprir todos os objetivos pelos quais foi idealizada, tornando a atividade destes tribunais mais eficiente, célere, eficaz e conferindo maior moralização à administração do Poder Público.

Por estas razões, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em epígrafe.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007.



Senador RENATO CASAGRANDE

PEC de autoria do Senador Renato Casagrande que "acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal para criar o Conselho Nacional de Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas"

1		Sen. Figueiredo
2		Sen. ...
3		Sen. ...
4		Sen. ...
5		Sen. ...
6		Sen. ...
7		Sen. ...
8		Deodoro
9		Sen. ...
10		Sen. ...
11		Sen. ...
12		Sen. ...
13		Sen. ...
14		GERALDO MESQUITA JR
15		MARCOS GUEDES
16		Sen. ...
17		Sen. ...
18		Sen. ...
19		MARCO MACIEL
20		Sen. ...
21		Sen. ...
22		Sen. ...
23		Sen. ...
24		Sen. ...
25		Sen. ...
26		E. LOBÃO
27		Maurice Sena
28		Sen. ...
29		Sen. ...
30		Sen Gerson Camata

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....

TÍTULO III
Da Organização do Estado

.....

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

.....

Seção II
DOS SERVIDORES PÚBLICOS

.....

Art. 40. *Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)*

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria,

observadas as seguintes condições: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

I portadores de deficiência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

II que exerçam atividades de risco; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 6º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 9º - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 10 - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 11 - Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 12 - Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 13 - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

Seção IX
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;

VII - prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.

§ 1º - No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º - Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá a respeito.

§ 3º - As decisões do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Art. 72. A Comissão mista permanente a que se refere o art. 166, §1º, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimentos, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96. .

§ 1º - Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

§ 2º - Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal,

indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antigüidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

§ 3º Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 4º - O auditor, quando em substituição a Ministro, terá as mesmas garantias e impedimentos do titular e, quando no exercício das demais atribuições da judicatura, as de juiz de Tribunal Regional Federal.

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Art. 75. As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios.

Parágrafo único. As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por sete Conselheiros.

.....

CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO
Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;

c) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

e) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, exceto os de confiança assim definidos em lei;

f) conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros e aos juízes e servidores que lhes forem imediatamente vinculados;

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

c) a criação ou extinção dos tribunais inferiores;

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

(Á Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As Propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Sr.

Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a será atendido e fará uso da palavra após o pronunciamento do primeiro Senador, que falará como orador inscrito, Senador Francisco Dornelles.

S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento e, se necessário for, haverá prorrogação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP

– RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, neste momento em que o País aguarda com grande expectativa a retomada do crescimento econômico, é imperioso que uma de nossas principais preocupações seja a eliminação dos entraves burocráticos que se opõem a tal crescimento.

Afinal, Sr. Presidente, o efetivo engajamento de todos os setores nesse esforço rumo ao desenvolvimento é apenas um dos aspectos da questão; é condição necessária, mas não suficiente, à obtenção de bons resultados. Ao lado disso, há que se assegurar que os canais administrativos estejam desobstruídos.

Essa observação é válida especialmente no caso do licenciamento ambiental nas obras de infra-estrutura. Ninguém se opõe à idéia de que todo e qualquer tipo de desenvolvimento deve ser sustentável. Ocorre, porém, que são tantos os atores envolvidos na tramitação do licenciamento ambiental que muitas vezes esse licenciamento ambiental acaba se arrastando por prazos inaceitáveis, quase absurdos, com grandes prejuízos para o País.

Na avaliação dos impactos ambientais em uma obra de infra-estrutura, há que se assegurar espaço para o Ministério do Meio Ambiente, para o Ibama, para os empreendedores públicos e privados, para as secretarias estaduais e municipais voltadas para questão, para as instituições como o Ministério Público, para veículos de comunicação e para organizações não-governamentais.

Mas não basta, Sr^s e Srs. Senadores, que cada um desses atores faça a sua parte com probidade e determinação. É preciso também que atuem de forma integrada, coordenada, resolvendo eventuais conflitos com harmonia e, acima de tudo, com rapidez.

Hoje, Sr. Presidente, quero destacar o trabalho que vem sendo feito nesse sentido pela iniciativa priva-

da, no caso, pela Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústria de Base, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Em abril de 2004 essa associação instituiu um Comitê de Meio Ambiente, do qual participam representantes das mais diversas empresas que atuam no setor de infra-estrutura. Alguma coisa positiva precisava ser feita. Levantamento realizado naquele ano tinha verificado que o licenciamento ambiental para novos empreendimentos demorava, em média, vinte meses. Houve empreendimentos que aguardavam licenciamento por cinco anos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos sabemos que, quando um agente financeiro analisa um projeto com vistas à concessão de um crédito, ele não se atém simplesmente às qualificações do tomador. Ele leva em conta, mais do que tudo, as características do empreendimento. E, se tem receio ou dúvidas quanto à possibilidade de o projeto ser concluído nas condições planejadas, coloca um preço no risco que irá correr, tornando mais alto o custo do capital. No caso de licenciamento ambiental das obras de infra-estrutura, há dois pontos em que a falta de previsibilidade tem sido especialmente danosa para os investidores: o prazo de emissão da licença ambiental e o custo da compensação ambiental.

É sobre essas duas questões que o mencionado Comitê de Meio Ambiente tem se debruçado com afinco em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. E, no âmbito dessa atuação, pelo menos cinco trabalhos merecem ser destacados.

Em primeiro lugar, a informatização do processo de licenciamento ambiental. É fundamental que, em cada fase do processo, seja identificado, claramente, o responsável pela execução e o prazo de conclusão. Mais ainda: é preciso que se possa acompanhar a tramitação do processo pela Internet, *on line*. De modo que, se houver atrasos, se determinada documentação for enviada para a gaveta, as responsabilidades não fiquem diluídas. O trabalho nessa frente já resultou na criação, pelo Governo Federal, do Sistema de Licenciamento, por meio do qual podem ser acompanhados os novos empreendimentos na área de geração de energia. Sistemas informatizados para cada tipo de projeto – transportes, saneamento, mineração etc. – certamente contribuirão para reduzir o prazo médio de concessão das licenças.

Um segundo trabalho que vem sendo executado pelo Comitê de Meio Ambiente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base é o que objetiva a padronização e o aperfeiçoamento dos procedimentos, aí incluídas as licenças prévias, as de instalação e as de operação.

A terceira iniciativa que quero destacar é a definição de critérios objetivos e transparentes para a aplicação dos valores de compensação ambiental. O Ministério de Meio Ambiente já submeteu à consulta pública uma nova metodologia para o cálculo da taxa de compensação ambiental, valor a ser pago pelos empreendedores em projetos terrestres de infra-estrutura.

Outra proposta já atendida pelo Meio Ambiente é a criação de equipes para analisar pedidos de licenciamento de setores específicos. O Ministério criou três coordenadorias especializadas. Uma cuidará de obras do setor de energia; outra, na área do petróleo e gás; e uma terceira ficará responsável pelos projetos de transporte e demais empreendimentos.

Finalmente, Sr^s e Srs. Senadores, há que se ressaltar um quinto trabalho desenvolvido, qual seja o fomento à criação de cursos de pós-graduação voltados para a gestão ambiental dos empreendimentos em infra-estrutura. Após a assinatura de Termo de Cooperação Técnica, para implementação de programas de capacitação de lideranças dos setores público e privado na gestão ambiental no setor de infra-estrutura, os primeiros resultados começam a aparecer. Desde maio de 2006, desenvolveu-se curso de MBA em Gestão Ambiental para Infra-estrutura, com aulas ministradas por professores da Universidade de São Paulo. Trata-se, portanto, de pôr os olhos no futuro: formar profissionais que possam atuar, com competência e conhecimento de causa, na área de gestão ambiental.

Em suma, Sr. Presidente, há que se louvar o trabalho desenvolvido pela parceria Ministério do Meio Ambiente e a Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base na área de licenciamento ambiental. Temos aqui, inegavelmente, um daqueles casos em que a iniciativa privada não se contrapõe ao interesse público. Ao contrário, estimula a sinergia entre todos os atores envolvidos, sempre visando aos mais elevados objetivos da nação.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por favor. Será uma grande honra receber o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. V. Ex^a traz ao conhecimento da Nação brasileira algo da maior importância. E eu espero sinceramente que o Ministério de Meio Ambiente cumpra com os procedimentos acordados com a Abdib, que é uma associação que tem uma parcela da maior importância no desenvolvimento no desenvolvimento brasileiro, porque trata da indústria de base, inclusive para que possa dar origem e subsídio

ao desenvolvimento do País como um todo. É importante que o protocolo firmado entre o setor produtivo, por meio da Abdib, e o Ministério do Meio Ambiente defina de uma vez por todas exatamente o procedimento que deva ser seguido para o licenciamento ambiental, para que não ocorram embargos de gaveta no Ministério, o que é comum. Quando não se quer aprovar um projeto, não se define esse projeto. Portanto, eu quero louvar a iniciativa da Abdib, quero louvar o pronunciamento de V. Ex^a e dizer que é necessário que se dêem prazos definidos para que o Ministério se pronuncie a respeito dos procedimentos do licenciamento, sob pena de vencido o prazo ele se tornar aprovado, a fim de que dê segurança ao setor privado nos investimentos necessários para que o País possa se desenvolver e para que o PAC dê certo, como todos nós queremos que dê. Parabéns a V. Ex^a! Eu me considero um seguidor dos pensamentos de V. Ex^a e me coloco à disposição para me somar aos esforços para que o processo da pactuação dê resultados positivos para o nosso País.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu agradeço muito o aparte de V. Ex^a. Eu é que sigo os passos de V. Ex^a nessa luta contra a burocracia estatal. Entendo que devemos fazer um verdadeiro mutirão para que realmente a burocracia não impeça o crescimento e o desenvolvimento do País. Essa parceria entre a Abdib e o Ministério do Meio Ambiente é um passo bastante importante para que nós possamos acelerar todos os investimentos nessa área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Ouço o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a palavra. Estou inscrito e peço a V. Ex^a que, com a sensibilidade que lhe é peculiar, me permita falar como orador, porque o tempo é maior. O País está precisando acordar e eu quero despertá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a fará uso de todas as prerrogativas permitidas pelo Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marconi Perillo para uma comunicação inadiável por cinco minutos de acordo com o art. 14.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a 6 de agosto de 1870, portanto, há 137 anos, neste Parlamento, o saudoso tribuno Rui Barbosa brindava-nos com uma reflexão que nos parece de extrema atualidade, sobretudo neste momento em que estamos prestes a receber para exame o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Referindo-se ao ilustre Conselheiro Paulino, Rui Barbosa reproduziu as seguintes palavras:

Sou dos mais rigorosos quando se trata de elevar as despesas públicas; mas não terei pena do que se gastar aproveitadamente com instrução. É um empréstimo feito ao futuro que será pago com usura, cujos juros crescerão em proporção indefinida. A civilização do País, seja qual for o aspecto sob que a consideremos, tem por principal motor o adiantamento intelectual de todas as classes da população.

Mais adiante, continuaria Rui Barbosa e diria: “a influência da instrução geral sobre os interesses econômicos, sobre a situação financeira e, até, em um grau pasmoso, sobre a preponderância internacional e a grandeza militar dos Estados, é, presentemente, uma dessas verdades de evidência excepcional, que a história contemporânea atesta como exemplos admiráveis e terríveis lições”.

Sem dúvida, Sr. Presidente, a avaliação do desempenho dos países em desenvolvimento coloca diante de nós exemplos admiráveis, de um lado, como o da Coreia do Sul, da Espanha e da Irlanda, que viram na educação um dos principais motores do desenvolvimento econômico, e lições terríveis, de outro, como à que se submete a sociedade brasileira, com a violência nas ruas a ceifar a vida de inúmeros cidadãos de bem, porque nos preocupamos em desenvolver o parque industrial – decerto algo muito necessário –, mas tratamos com descaso o futuro de nossas crianças ao privá-las de uma educação de qualidade.

A verdade é que não cumprimos a tarefa de proporcionar aos brasileiros uma escola capaz de tirá-los sequer da condição de analfabetos funcionais. Imagine termos a universalização, como queremos, da inclusão digital. A verdade é que os dados são implacáveis e revelam que boa parte das escolas brasileiras acaba produzindo gente que apenas assina o nome e lê o suficiente para reconhecer o letreiro do ônibus.

Na região Nordeste, somente 2% dos estudantes da 4ª série tiveram um desempenho adequado em Língua Portuguesa, segundo dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2003.

A verdade, Sr. Presidente, é que, em Matemática, não mais que 5% dos estudantes da 8ª série da região Sudeste tiveram desempenho adequado – e esse foi

o melhor resultado do País. Num grupo de 40 países, ficamos em último lugar em Matemática, segundo uma avaliação da Organização para Cooperação em Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizada em 2003. Em Ciências, ficamos em penúltimo lugar.

Com uma realidade educacional como essa, é difícil pensar em futuro, é praticamente impossível visualizar o Brasil numa perspectiva de cinquenta anos, porque não há caminho para o desenvolvimento sustentável sem educação; não há caminho para o progresso e o futuro com as crianças nas ruas cooptadas pelos marginais, quando deveriam estar em escolas de tempo integral, estudando, criando, brincando, enfim, plantando a semente de um país justo e igual, de um país justo e competitivo no cenário mundial.

O quadro da educação no Brasil torna-se pior quando percebemos que, além de continuarmos a produzir analfabetos funcionais, lançamos às ruas milhões de analfabetos digitais, pessoas incapazes de lidar com as mais novas tecnologias do mundo pós-moderno e sem qualquer chance de empregabilidade numa indústria que se automatiza a cada segundo, a cada instante, a cada momento. Fomos colhidos por dois males de tempos diferentes, porque não equipamos nossas crianças para serem absorvidas pela Revolução Industrial, tampouco para lutar por emprego e renda na Revolução Digital, essa revolução destes últimos tempos.

Num círculo vicioso, remuneramos mal o professor, que não tem boa formação, trabalha em duas ou três escolas para conseguir sustento, e proporciona ensino de baixa qualidade. Os dados da Unesco são reveladores: 68% dos professores fizeram faculdade, mas 32% pararam no ensino médio; 60% não usam a Internet, 36% não lêem jornais regularmente e 65% têm renda familiar entre R\$600,00 e R\$3 mil. Esse, sem dúvida, é um dos pontos de estrangulamento para qualquer esforço que se pretenda no sentido de melhorar a educação no Brasil.

O magistério, Sr. Presidente, Srs. Senadores, precisa atrair os jovens deste País. O magistério precisa captar as melhores mentes para formar as gerações, porque, enquanto os professores forem movidos apenas a idealismo, continuaremos condenados ao atraso, à periferia das nações em desenvolvimento, à lanterna da América Latina. Continuaremos a perder não só para a Coreia, a Irlanda e a Espanha, mas para o Chile, o México, o Uruguai, a Argentina, dentre tantos outros.

Reconhecemos que as matrículas nas escolas públicas têm melhorado de forma significativa – em Goiás, fazemos matrícula de forma informatizada há muitos anos –, com patamares próximos ao da Fran-

ça, dos Estados Unidos e da Irlanda. Mas é forçoso reconhecermos, também, que as crianças entram na escola, mas não permanecem, fazem as matrículas, mas evadem, fogem, somem...

E sabem por quê? Porque a escola não lhes consegue atrair o coração, porque a escola não tem a estrutura adequada ao ensino, porque a escola não consegue abrir-lhes a mente para o livro, a Internet e o computador.

O resultado desse panorama é nefasto: 47 milhões de pessoas não conseguem ler e escrever satisfatoriamente; de cada dez estudantes que entram na escola, apenas seis vão até o fim; de cada dez estudantes, apenas quatro terminam o ensino médio.

Então, Sr. Presidente, o que se coloca diante de nós hoje não é apenas definir os recursos para a educação, mas traçar o perfil da educação que desejamos para alavancar o progresso e compatibilizar o ensino com os avanços das ciências e da tecnologia, compatibilizar o ensino com a Era Digital.

A educação derruba o muro da desigualdade, como observa o nobre Senador Cristovam Buarque, e faz com que todos se olhem como pertencentes ao mesmo país, à mesma pátria. Hoje somos um país dividido, uma pátria de dois Brasis, porque, enquanto escolas particulares recebem um quadro eletrônico que dá acesso direto à Internet, os professores das escolas públicas comemoram a invenção de um apagador gigante, por três alunos do Rio de Janeiro, para acabar com o esforço físico de limpar o quadro-negro e os danos à saúde por aspirar o pó de giz.

Um dos pontos de estrangulamento do ensino está, portanto, na qualificação dos professores e na falta de infra-estrutura das escolas. Por outras palavras, Sr. Presidente, ao definirmos as verbas para a educação, precisaremos ter por objetivo recuperar o orgulho de ser professor, a motivação profissional, para evitar que os mestres se envergonhem de exibir o contracheque. Por outras palavras, ao definirmos os investimentos em ensino, precisaremos ter como alvo a construção de uma escola voltada para a comunidade, que se abre para as necessidades do povo e lhe mostra os caminhos do saber.

Mas, além do incentivo ao magistério e à qualidade da escola, há outro ponto de estrangulamento que carece ser visto com mais cuidado, porque as crianças precisam estar preparadas para ir à escola, não apenas no que tange ao uniforme, aos livros e ao material escolar, mas também no que concerne à vontade de aprender e desvendar o mundo do conhecimento. E essa vontade, esse desejo de abrir as porteiras de um mundo sem fronteiras deve ser plantado bem antes da

primeira série, porque os hábitos pré-escolares são como o preparo da terra para o plantio.

Quem conhece o processo de ensino-aprendizagem sabe do que falamos nesta tribuna: o analfabeto é o filho do analfabeto, porque somente com muita força de vontade as crianças que não foram estimuladas a brincar e a criar, na primeira fase da infância, terão condições de desenvolver o aprendizado. Por isso, não basta falar da educação de base, porque, antes das colunas do ensino fundamental e da viga do ensino médio, vem o baldrame que se forma em casa.

Nós conseguimos reduzir a mortalidade infantil no País ensinando as mães, com a ajuda das parteiras, das enfermeiras e dos médicos, a ferver a água da mamadeira e a curar a diarreia com o soro caseiro. Pois temos de pegar essa mesma equipe maravilhosa e juntá-la com pedagogos e professores, para ensinar as mães a colocar as crianças para brincar, não só de pique-esconde e polícia e ladrão, mas com jogos criativos, de montar e desmontar, distribuídos numa cruzada nacional. Se for necessário, como preconiza o nobre Senador Cristovam, que se federalize a educação de base.

Nós temos de criar uma equipe multidisciplinar para ir com *notebooks*, de bairro em bairro, reunir a meninada em torno da tela da Internet para desvendar o mundo virtual. Nossa garotada, Sr. Presidente, precisa estimular os neurônios desde tenra idade para tirar proveito da escola, navegar na Internet e revolucionar o Brasil.

Se não fizermos isso, estaremos condenados à estagnação econômica, estaremos condenados às trevas da ignorância digital.

Nós do PSDB, na pessoa do Presidente Fernando Henrique, demos o primeiro grande passo no sentido de lançar as bases para mudar o quadro educacional do Brasil, quando lançamos e aprovamos o Fundef, agora transformado em Fundeb. Defendemos, portanto, um projeto de educação para o Brasil que perpassasse governos e partidos políticos, que transcenda ideologias e convicções, porque sabemos da importância de se investir em educação, porque reconhecemos o papel do professor, porque lutamos por um Brasil grande e altaneiro, onde todos tenham igualdade de oportunidade.

A hora é esta, o minuto é este! Queremos discutir os detalhes do PDE, reconhecendo o que for bom, sugerindo alterações, exigindo esclarecimentos. A depender de nossas decisões, a história nos reservará um lugar como exemplo para os outros países ou confirmará a lição terrível que nos retira a rua, os parques e as avenidas como espaço de convivência e lazer. Não teríamos de nos trancar hoje em nossas casas, com

medo da violência, se, há cinqüenta anos, tivéssemos feito a opção por investir no ensino e na educação.

Sr. Presidente, agradecendo pela tolerância, gostaria de dizer que, quando Governador de Estado, eu sempre dizia que a educação é o caminho mais eficiente para se democratizarem oportunidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa como orador inscrito, sem prejuízo da ordem das inscrições. S. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Senadoras e Senadores aqui na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes ou que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, o Senador Marconi Perillo trouxe muitas verdades.

Senador Papaléo Paes, eu cheguei do Chile hoje de madrugada e queria dizer que ficamos a meditar como é que bem ali, no Chile, há uma sociedade civilizada enquanto nós vivemos uma barbárie. Cada chileno é obrigado a ter doze anos de escolaridade. Doze! E quando saltamos naquele país, Senador Papaléo Paes, o motorista – todos eles – vê que somos brasileiros e pergunta se temos preferência para falar em inglês... Todos eles sabem! Cada chileno, hoje, sabe a sua língua (espanhol), o inglês, para enfrentar o mundo, e está aprendendo o Português conosco, nós que vamos visitá-los.

Esta é a realidade, bem ali no Chile. Isto é uma barbárie! Chama muito a minha atenção... Ninguém pode negar que esse Fernando Henrique Cardoso, como o Marconi falou, é um homem educado, um estadista e tal. A sua formação foi lá, *solamente* lá. Eu sou especialista em Fernando Henrique Cardoso. Eu governei e ele era Presidente. Aí ele foi e levou a sua culta e excelsa esposa, Professora Ruth, de quem nos orgulhamos. Quer dizer, ganhava dobrado... Qualquer um de nós que tivesse a oportunidade dele, do Fernando – o Senador Papaléo Paes, por exemplo, com a sua Magnólia –, ganhando bolsa, e ganhando dobrado, porque eram dois, tomando um bom vinho chileno, como o Tarapacá, esses vinhos bons, ganharia qualquer cultura. Depois, ele deu um passeio na França, em Sorbonne, mas a formação dele é chilena. Ele foi professor da Cepal, que é uma organização internacional que cuida dos problemas econômicos da América Latina. Ele foi professor, D. Ruth foi, e tal.

É como o meu caso. A minha formação cirúrgica é do Hospital dos Servidores do Estado, o Ipase, do Rio de Janeiro. Depois, eu dei uma voltinha em São Paulo,

nos Estados Unidos, mas a minha formação mesmo foi ali. O Fernando Henrique, com a cultura dele, esse José Serra, extraordinário Governador de São Paulo, esse Paulo Renato, que hoje é Deputado Federal... A cultura é chilena. Só é isso. Eu não sou do PSDB, mas sou um brasileiro que vê as coisas acontecerem. Eles são destaque. Bem ali nós temos uma civilização; aqui é barbárie. Essa é a verdade. Não adianta a mídia aqui... *Lula aumentou a popularidade*. Ô, Lula, quero lhe dar a ajuda do PMDB, de vergonha e de virtudes, que enfrentou a ditadura. O essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem vê com o coração. Isso está lá em Saint-Exupéry, Papaléo.

Então, está aqui: *Lula ganha popularidade*. Noventa e um por cento dos brasileiros dizem que aumentou a violência. Então, todo o Brasil diz que deixamos de ser uma sociedade civilizada e passamos a ser uma barbaria. Agora vejam Santiago, no Chile. É possível. Que negócio é esse? Eu sou mais nós. Então, o que está faltando? Está faltando o exemplo. O exemplo arrasta.

A corrupção é um mar. Todo mundo viu a vergonha. O desperdício é simbolizado pelo aerolula. Todo mudo desperdiça. Imposto só nós, medianos, é que pagamos; os poderosos não pagam. No Piauí tem até a figura do El Sonegador.

E a incompetência? Aqui tinha um serviço público criado por Getúlio Vargas, um homem que trabalhou muito, estadista, o homem que fez o Dasp. Sabe o que é Dasp, Papaléo? Você é novo. Quer dizer Departamento Administrativo do Serviço Público. Wagner Estelita escreveu o primeiro livro de administração deste País: *Chefia e Liderança*. Critérios de Promoção é um capítulo. E o Lula não o leu. Havia um serviço público organizado. Quem fala isto é, muito mais que um Senador, um funcionário público aposentado após quarenta anos como médico-cirurgião. O serviço público era organizado. Havia uma hierarquia. Tem que ter. Agora, acaba-se até a hierarquia e a disciplina dos militares. Isso é barbárie, isso é caos. Agora, dinheiro muito tem, porque cada brasileiro e brasileira paga 76 impostos. Eu já fiz um discurso aqui só sobre impostos. Nem sabem o que estão pagando. Vocês pagam 76 impostos.

De janeiro a dezembro, Papaléo, a mulher do Amapá e o homem do Amapá trabalham cinco meses para pagar impostos e um mês para pagar ao banco. Vocês trabalham seis meses para o Governo, que não lhes devolve.

Segurança, barbárie. Atentai bem! O Rio de Janeiro é uma vergonha. Como pode aumentar a popularidade? Quinhentos e noventa e sete assassinatos no Rio de Janeiro em janeiro em 2007. Quinhentos e

noventa e sete assassinatos, três vezes mais do que aquela Guerra das Malvinas.

Um quadro vale por dez mil palavras. Iraque, em guerra. Lá morreram 1.920 pessoas. Quer dizer, o Brasil está pior do que o Iraque, se você for somar.

No Piauí, que era cristão... Papaléo, outro dia eu fui lá. Morreu um amigo e eu disse que iria a uma sentinela. É aquele velório, da nossa tradição cristã. Antes de se enterrar, o caixão fica na sala de visita e passa-se a noite lá. Isso é tradição cultural. Não sei se no Amapá é assim. Então, eu cheguei – atentai bem – e fui à noite para o velório. Então disseram-me que, se ele morreu às cinco e meia, tinha que ser enterrado às seis horas, porque, se há sentinela, o bandido assalta até o defunto. Esse fato ocorreu no Piauí, na Teresina cristã.

Essa violência no Rio de Janeiro é pior do que Aids e gripe asiática. V. Ex^a é médico cardiologista, não trata de doença que ocorre em epidemia. Está entendendo? Isso é uma epidemia, uma virose que se irradiou para o Brasil todo.

Enfim, estamos concorrendo. Perdemos no desenvolvimento, Senador Papaléo Paes. Só ganhamos do Haiti. Há outra pesquisa que diz como gastar corretamente. Novamente, estamos no penúltimo lugar. Até o Haiti gasta melhor do que nós, honradamente. Só perdemos para a Colômbia, porque, como lá há muita maconha, acho que está tudo maconhado. Mas perdemos. Aqui, estamos disputando com o Iraque. Isso é uma barbárie.

Norberto Bobbio, o sábio teórico de democracia que veio depois da Segunda Guerra, ensinava, Senador Papaléo Paes, que o mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança à vida, segurança à liberdade e à propriedade.

Quem é que tem segurança aqui? O policial que defendia o Governador foi assassinado. A bela Ministra do STF foi assaltada. O Ministro da Fazenda, num churrasco, com medo, teve que fingir ser um cidadão como nós. Foi assaltado. E nós?

Então, está aqui. E o pior: meu amigo Sérgio Cabral é aliado do Lula, diz que é amigo, que está assim, que joga futebol com ele, que foi no Maracanã.

Sérgio, ó Sérgio, todo mundo sabe que eu gosto de você, mas V. Ex^a tem de pegar esse Presidente e subir a Rocinha, subir o morro. Quando eu governava o Piauí, eu andava a pé no Piauí todo, na praia, em Teresina, em todo lugar. A autoridade é moral. Vamos lá, para o povo acreditar que tem civilização.

Ficar ali, no Maracanã, protegido... Aí o Lula chuta um pênalti e pula para um lado e para o outro. Enquanto isso, o Brasil está aguardando o Romário, o gol de verdade. Nós queremos a verdade, não a hipocrisia.

O triste é que meu amigo Sérgio Cabral está perdendo da Rosinha. Aumentou 10%. Aumentou. Ele está com o Presidente, que mandou tropas, tiradas daqui, tiradas do Amapá e tiradas do Piauí. Foi a metade dos federais daqui. Num fim de semana mataram 12 em Brasília. Isso não é civilização, isso é barbárie. E aí está.

Senador Papaléo, V. Ex^a está aí porque foi prefeitinho. Aliás, foi um prefeito, um prefeito extraordinário, como nunca antes teve o Amapá.

Estão aí os Prefeitos. Marcha! O nome é marcha mesmo. Estão marchando, estão ridicularizando, estão expondo, e é bom que exponham mesmo esta Casa. Para o Brasil, isto aqui é um faz-de-conta!

Ô Papaléo, sério está aqui o Paim. Peguei o jornal na minha ausência. Paim: “Nós entramos madrugada adentro, fizemos...” Está aqui o Paim, que é do PT. No PT também há gente que presta. Está aqui o Paim, o nosso Martin Luther King. Fizemos aqui a PEC nº 228, em três anos, para corrigir um dinheiro para os prefeitos.

Papaléo, V. Ex^a e eu estamos aqui porque fomos prefeitos, mas a Constituição era justa, é justa. O Presidente Lula desobedece à Constituição. Ulysses, que ficou na história, beijou a Constituição e disse que desobedecer à Constituição é rasgar a bandeira brasileira. Eu já sofri isso.

Papaléo, na Constituição está o bolão, o bolão de dinheiro que o povo paga. O povo é que é o patrão, o povo é que é o poder, nós somos instrumentos da democracia. Isto é vaidade: Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário! Que nada, o instrumento de poder é o povo. O povo é que paga 76 impostos e nem sabe. Eu já contei.

Então, levamos três anos aqui, porque a Constituição diz para pegar o bolo, porque já tinha dinheiro, já tinha imposto...

Presidente Lula da Silva, é velho esse negócio de imposto. Não fomos nós. Lembra-se de quando Cristo andava no mundo: “É justo pagar imposto a César? O que tem nessa moeda? É César. Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Senador Papaléo, então, já existia imposto. Os Constituintes dividiram o tal bolão de dinheiro do Brasil. Sr. Presidente, 53% era para o Presidente da República; 22,1%, para todas as Prefeituras; 21,5%, para os Governadores; e 3%, para os fundos constitucionais. Está assim, Senador Papaléo. O que foi que houve? Imposto. A Constituição diz que divide; maquinaram com os executivos e colocaram um imposto de contribuição – a CPMF, criada por um dos maiores brasileiros, legítimo, decente, honrado – nem tudo está perdido –, Jatene, cardiologista. E foi aprovada por-

que era destinada à saúde, que estava uma porcaria e piorou. Piorou a educação. Quem diz é a pesquisa. Então, aumentou a popularidade e a pesquisa diz que a saúde e educação pioraram.

Olhem, vocês, cristãos, estão exigindo a pena de morte no Brasil. Mais de 80% querem isso. Somos cristãos, não é da nossa índole matar o próximo que rouba, mas isso é o que está na pesquisa. Agora, colocam assim, encham em todos os jornais, dizendo que é o Governo quem paga e que aumentou a popularidade do Lula. O que aumentou foi a descrença do povo do Brasil.

Mais de 90% dizem que a violência aumentou. Já querem, se houver um plebiscito, a pena de morte. O País já quer que se punam os menores de idade, tal o estado de criminalidade. Nunca dantes houve essa barbárie, Senador Papaléo.

Apresentamos e aprovamos aqui, com luta, essa PEC. O que houve? Criaram a CPMF. A CIDE é uma contribuição. Senador Papaléo, apenas a CPMF dá R\$160 bilhões e esse dinheiro fica com o Governo Federal, porque não é imposto. Criaram a CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. O Governo Federal, de 53%, passou-a para muito mais de 60%, e, para os pobres prefeitos, de 22,5%, baixou para 14%. É por isso que o Senador Papaléo está aí na Presidência. Ele era prefeitinho; eu era prefeitinho. Havia dinheiro. Construíamos creches; a educação era melhor, funcionava. O povo reconheceu isso e nos mandou para cá.

Senador Papaléo, só médicos e prefeitos foram eleitos Senador. A Constituição mandava dar dinheiro para os prefeitos. Desde que eu estou aqui, cinco marchas eles fizeram, com a cuia na mão. Nós votamos para dar 1% desse bolo, que já foi garfado de 21% para 14%. Aumentou o número de prefeituras, de cidades, neste País. Deus me permitiu criar 78 novas cidades no Piauí.

Então, aumentaram os impostos, e o bolo diminuiu. E os prefeitos estão aí, realizando essa marcha, e se repete a promessa.

Fizemos um estudo. Está aqui: “Apelo à Câmara. A PEC que beneficia o Município”. Senador Paulo Paim, do PT, ele mesmo. Essa é a verdade. O dinheiro está com o Presidente da República. Os prefeitos estão com a cuia na mão...

Nunca dantes a violência campeou tanto, a educação caiu e a saúde só é acessível para nós que podemos. A saúde. Desafio o Dr. Temporão, com todo o respeito, a me mostrar hoje, Senador Papaléo Paes, um operado de próstata pelo SUS, um operado de tireóide pelo SUS, um operado de duodenopancreatectomia pelo SUS. Não se opera. O preço da consulta na

tabela do SUS é R\$2,50; anestesia, R\$9,00; cirurgia, R\$20,00. Essa tabela está muito mais de dez anos defasada. Duzentos e cinquenta hospitais faliram por conta da tabela do SUS. Esta é a realidade.

O Senador Papaléo Paes está paciente porque é cardiologista. Ele, que estudou a ciência médica, a mais humana das ciências, foi sempre um benfeitor, e ainda tem a mulher que trabalha por ele. Por isso, está aqui e sabe que é verdade.

Tenho quarenta anos de medicina. Ninguém faz mais essas cirurgias. Encontrei um colega, Dr. Luiz Sampaio, lá da Parnaíba, e perguntei: “Luiz, e cirurgia de próstata?” “Não. Não faço mais”. Não tem quem faça. Ô, Dr. Temporão, com todo o respeito. Tenho quarenta anos de medicina, e essas mãos guiadas por Deus numa Santa Casa. Todas as Santas Casas estão falidas, a da minha cidade, Parnaíba, todas, porque as tabelas não foram atualizadas. O dinheiro está na propaganda, na mídia.

Essas são as nossas palavras para dizer, neste instante, Senador Cícero Lucena, que devemos todos enfrentar, pedir a Deus e ao Presidente da República. Olha, Senador Papaléo Paes, há um filósofo cristão, Thomas Merton, que disse que o “homem não é uma ilha”. Homem nenhum é uma ilha. O Lula não é essa ilha. O Lula não é uma ilha, mas é rodeado por aqueles “aloprados” que mentem, ludibriam-no e o enganam.

Presidente Lula da Silva, essa pesquisa, com todo respeito e crença... Vossa Excelência é o Presidente do Brasil, queremos que acorde. Essa não é a realidade. Vossa Excelência não pode estar com a popularidade aumentada, pois o mesmo povo – o essencial é invisível aos olhos – analise: quem vê mais de 90% dizendo que a violência aumentou e que a educação e a saúde pioraram... Essa é a verdade.

Eu diria ao Presidente Lula da Silva que aprenda com Cristo, que disse: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”. Busque a verdade, essas são falsidades dos “aloprados” que o cercam e aproveitam de seu Governo. O seu Governo vai bem, o Planalto vai bem, os Ministros vão muito bem: aumentaram, hipertrofiaram, hiperplasiaram-se, multiplicaram-se. Mas vai mal o povo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Raimundo Colombo, por permuta com o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a terá dez minutos para o seu pronunciamento.

Antes, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço

a minha inscrição para uma comunicação inadiável, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a é o terceiro inscrito.

Com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, sempre é muito bom ouvir o Senador Mão Santa, seus ensinamentos e sua cultura. Fiquei prestando muita atenção. Parabéns! Há muita identidade de conceitos, de princípios e de valores. E que bom ouvi-lo, acompanhar o seu raciocínio, a riqueza da sua cultura. Isso enriquece este Senado e a política no Brasil.

Também desejo abordar aqui a questão municipalista nessa caminhada dos prefeitos, nessa marcha que fazem a Brasília em direção ao centro do País. Homenageando todos os prefeitos do meu País, cito presentes no Senado dois prefeitos, companheiros meus de Santa Catarina: o Prefeito de Xaxim, Lírio Dagort, e o Prefeito de São Domingos, Danuncio Silva, acompanhados do Presidente da Câmara de Vereadores de Xaxim, Clerio Isotton, e do Secretário Municipal da Infra-Estrutura de Xaxim, Neuri Lorenzoni.

Alex de Tocqueville, em 1835, escreveu um livro que é uma referência para todos nós. Nesse livro, em 1835, ele cita que os Estados Unidos seriam uma grande potência no mundo; que a América do Sul, na sua grande maioria, seria composta de países pobres, sem muito futuro. Essa previsão, esse diagnóstico feito há 172 anos, parece uma visão, mas é resultado de um estudo e de uma constatação muito simples: nos Estados Unidos se compunha um modelo de Nação; na América do Sul, um modelo de Estado. A Nação, descentralizada, em que o forte é a comunidade local, com poucas leis e muitas atitudes, com forte participação popular. Já na América do Sul, incluído aí o Brasil fortemente, montava-se um modelo de Estado cartorial, com excesso de leis e, sobretudo, com um poder centralizado, cartorial. E é exatamente isso que a mobilização, que essa ação dos prefeitos contesta de forma clara.

É verdade que também há o poder da reivindicação, demonstrando a injustiça da concentração dos recursos. Há também um pedido de socorro – eu fui prefeito três vezes na minha cidade – por se sentir o prefeito inútil, sem condições, sem verba e sem apoio. Mas há, de forma clara, um sinal de protesto! Protesto contra esse modelo, porque, como eu disse, está aí há 170 anos. Mudaram partidos, mudaram ideologias, mudaram comandantes, mas os discursos, infelizmente, ao longo do tempo, ficaram os mesmos. Mas muito pouca coisa acontece.

A Constituição de 1988 – o Senador Mão Santa abordou aqui – deu mais força aos prefeitos. Eu já era prefeito naquela época. Aumentou a participação: nós fomos a 20% do bolo. Hoje, nós voltamos para 13%; os Estados, 22%; a União, 65%. Essa é a verdade.

Mas não é apenas a questão financeira que permeia a relação centralização, porque ela é muito fácil. Como é o dia-a-dia? Onde está o poder? Em que lugar as pessoas procuram o apoio? É no Município. É ali que nós todos vivemos, é ali que está o nosso endereço, é ali que conhecemos as pessoas e, de forma legítima, livre e soberana, escolhemos os nossos representantes: Poder Legislativo – os vereadores; Poder Executivo – o prefeito, o vice-prefeito. Nessa relação, as coisas acontecem. Por isso, quanto mais esvaziado, quanto mais empobrecido o Município, quanto mais sem autoridade e sem poder estão os prefeitos, pior é a vida da comunidade que eles representam.

O índice de mortalidade infantil aqui em Brasília, Senador Mão Santa, o que é? Um papel, um índice numa gaveta, o discurso de um técnico: 22 crianças vão a óbito no primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas. É um dado, uma procura de solução. Como é isso no Município? Vamos ao velório, vemos a família chorando, ficamos sabendo se o hospital atendeu bem, se o médico esteve disponível, se esteve acessível, se faltou remédio, se o serviço público falhou. Ali, vemos a lágrima das pessoas, apertamos a mão do pai, da mãe, dos familiares. É diferente, pois o governante sente a emoção, o compromisso. Não é o poder que vale, mas a autoridade que se exerce, diretamente relacionada com o povo.

O Ministério da Educação trata das questões do IDH como um indicador, uma referência, uma pontuação de ação do Poder Executivo. Seis por cento das crianças em idade escolar abandonam o ano letivo, deixam de ir à sala de aula. O que é isso em Brasília? Um índice escrito em um papel. Como é isso no Município? Encontramos essa criança embaixo do sinaleiro, pedindo esmola. São os olhos, a emoção, a verdade, a autoridade que se exerce nesse contato mútuo humano.

No Brasil, fala-se hoje em 5 milhões de déficit habitacional. Precisamos construir 5 ou 6 milhões de casas. É um número; um número especial, grandioso, importante, mas apenas um número. No Município, essa família está embaixo da ponte, debaixo de uma lona. Nós a enxergamos, nós a vemos ao passar na rua. Temos mais força, mais autoridade para combater isso.

Não é em Brasília que deve estar o dinheiro. E o engraçado é que, quando falamos assim, dizem: “To-

dos os países têm essa composição!” Não é verdade! É o nosso País que está errado.

Então, não adianta ficarmos apenas discutindo o Governo, que dura quatro anos e, quando termina, o povo vota em outro. Temos de discutir o modelo do Estado brasileiro, que é cartorial, que é corrupto, que é muito inchado e que está de costas para o povo brasileiro. Essa é a grande verdade. E isso é oportuno agora, porque está terminando um ciclo na política do nosso País.

Todos os grupos políticos governaram, e o último está governando agora. Tinha propostas, tinha uma postura independente, diferente. Defendia a ética na política, a descentralização e centenas de ações. Chegou ao poder. É igual? Na minha opinião, é pior do que os outros que o antecederam. E o povo tem uma referência clara. Quando se tem o contraponto de Governo e de Oposição, quando se têm propostas diferentes na ação prática realizada, pode-se fazer a opção. Não é o caso deste momento, porque se tem que contestar todos. E o povo já os contesta. O desgaste da classe política no País nunca esteve como agora. Há uma completa rejeição a todos os políticos – não pessoalmente, mas na ação política – e aos partidos. Essa é a grande verdade.

Por isso, temos que combater essa centralização, porque, além da centralização dos recursos, vem o componente claro e forte da burocracia. E, sobre a burocracia, queria apontar uma coisa bem prática: quanto tempo se leva para votar uma lei em uma Câmara de Vereadores quando há um assunto importante? Dois dias? Deixa para a semana que vem?

Como é aqui no Senado? Em 2003 – eu não estava aqui, não participei da votação, mas era prefeito –, houve um compromisso do Presidente Lula, oficial, público, pela imprensa de todo o Brasil: “Podem contar com o 1% do Fundo de Participação dos Municípios. É meu compromisso”. Eu estava no movimento como prefeito. O que fizemos na maioria dos Municípios? Tínhamos o provisionamento do 13º, era agosto, setembro, “toca a obra porque o dinheiro vai vir”.

O mais interessante é que o Executivo mandou o projeto de lei para cá. Em uma semana, o Senado votou, aprovou, e o projeto foi para a Câmara. O Presidente disse que vai mandar a Base votar agora, como mandou a Base não votar durante os quatro anos. Não foi votado. E os prefeitos ficaram enganados. Naquela época, tive uma receita especial, que não esperava, de uma decisão judicial. Entrou o dinheiro, e eu pude pagar. Mas muitos prefeitos não tiveram e caíram na Lei de Responsabilidade Fiscal, ficaram com suas contas rejeitadas porque foram enganados.

Acho que agora, não. Agora, de fato – e já sinto que foram tomadas as medidas –, esse 1% vai ser aprovado. Mas o que quero comparar é o seguinte: numa Câmara de Vereadores, um assunto emergente, de vontade da população, em dois dias se vota. Aqui são 10 anos, 15 anos, e não avança.

É uma honra dar um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Colombo, o nome de V. Ex^a já é muito importante para as Américas. Mas V. Ex^a tem uma missão muito importante, porque substitui aqui Leonel Pavan.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (PFL – SC) – É verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ele tinha um currículo como o de V. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (PFL – SC) – E Jorge Bornhausen, que estou substituindo aqui.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim, vamos chegar lá. Mas ele foi três vezes prefeito e, como V. Ex^a, ele não foi três vezes prefeito: ele foi três vezes extraordinário prefeito de Balneário Camboriú. Entendo a importância do Município e do prefeito. Só fui uma vez, da minha cidade, mas vivi isso, e, no organograma político da democracia – já que V. Ex^a citou Tocqueville –, nesse organograma político dessa democracia de Montesquieu, aperfeiçoada e entendida por Tocqueville, como V. Ex^a ensinou, quero crer que o mais importante é a figura do prefeito. É o único que administra sua mãe, seu pai, seu filho, sua esposa. Acho a figura do prefeito muito importante, e V. Ex^a traz essa experiência para o Senado Federal. V. Ex^a foi prefeito três vezes e vê essa lamentação, a dificuldade por que eles estão passando. Olha que tem precatório de Previdência Social que é um mundo; às vezes, são até humilhados, são presos pelo Ministério Público, às vezes, por falta de bom senso, por uma dívida que já vem desde Pedro Álvares Cabral, e ele enfrenta. Mas essa figura de prefeito é essa que está aí. Então, não podemos ficar só na palavra. Essa é a quinta vez que assisto a essa Marcha. Aquilo já foi aprovado e analisado em 1%, correspondendo a R\$1,3 bilhões. Só essa CPMF dá R\$160 bilhões. Se dessem 10% desse valor para os prefeitos, seria bom. Quer dizer, os prefeitos estão em dificuldade. A importância é tão grande que citarei um fato. V. Ex^a sabe que Giscard d’Estaing, que era do mesmo partido de Charles de Gaulle, estadista, ganhou no primeiro turno e, no segundo turno, perdeu para François Mitterrand. Foram entrevistá-lo para saber o que ele iria fazer, e ele disse que iria ser vereador na sua cidade, mostrar a importância da Administração Municipal. V. Ex^a traz essa boa experiência, para que nós saibamos nos comportar e exigir do Presidente

da República, porque a democracia foi feita para isso. Atentai bem: há mais medidas provisórias do que artigos na Constituição. Desde que aqui estou, o Presidente Lula aprovou muito mais medidas provisórias do que lei. Então, vamos pedir aquela lei cuja emenda constitucional foi reclamada pelo próprio Senador Paulo Paim, do PT, em oratória ontem, aumentando em 1%. Já faz três anos que ela anda por aí, e os prefeitos estão sendo transformados, vamos dizer, humilhados, pedindo o que lhes é de direito.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (PFL – SC) – Agradeço muito o seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Realmente, essa questão é básica. Aprendi com o Governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, a prioridade da descentralização.

Antes de continuar, gostaria de conceder um aparte – é uma honra para mim – ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, serei bem rápido. V. Ex^a toca, ilustre Senador Colombo, num assunto fundamental que inclui até a sobrevivência, no mundo, do Poder Legislativo. É a sua eficácia e seu poder de resolução, velocidade para resolver problemas. E nós observamos - e V. Ex^a cita um exemplo claro - que ninguém depende mais do que todos nós, que estamos aqui nas duas Casas do Parlamento, ninguém mais do que nós depende tanto - nas nossas eleições, nas nossas reeleições - dos prefeitos. Eles são os grandes mentores da política, são os pára-choques dos eventos, dos problemas sociais. Às vezes, ele é um padre, um assistente social, um economista; outras vezes, é quase um pedreiro, um engenheiro, tem que saber fazer até obra. Então, vemos que, se eles não conseguiram, nesse período todo, fazer passar uma emenda de 1%, que o Senado votou rapidamente, imagine os outros segmentos da população brasileira que esperam gestos legislativos de nós. Há quatro anos, fiz uma lei propondo um plebiscito com dez itens importantes – aborto, serviço militar obrigatório, voto obrigatório, reeleição de presidente e vice-presidente, reeleição de prefeitos, casamento entre pessoas do mesmo gênero e outros – que tramitam há mais de 20 anos e que o Senado e a Câmara não votam. Como não são votados, propus que se devolvesse à população, para que ela possa decidir por nós, que não estamos podendo decidir. Isso já tem quatro anos, e espero que, dentro de quatro anos, algum desses plebiscitos possa ser levado à população, porque o projeto vai demorar mais quatro até chegar lá na Câmara. Então, acho que deveríamos fazer aqui uma cruzada: poder de resolubilidade. Não pode o Legislativo ficar esperando que o Presidente

aperte o botão para trabalhar, aperte o botão para votar. Nós temos que ter a iniciativa. E o PMDB, o meu Partido, do Mão Santa, do Geraldo, tem mais dever, tem maioria aqui e deveria ter bandeiras próprias para conduzir este País neste momento. Parabéns a V. Ex^a, que, com objetividade de empresário, de prefeito, aborda tema tão atual e tão importante para nós.

O SR. RAIMUNDO COLOMBO (PFL – SC) – Agradeço muito ao Senador Gerson Camata, que enriquece este momento para mim. Agora até o TSE está legislando, porque decidiu a questão da fidelidade partidária, a que todos nós somos favoráveis. Por ineficiência nossa, aplaudo a decisão que eles tomaram, porque acaba dando um conceito, formando um princípio, dando um rumo que nós não fomos capazes de dar.

Eu queria apenas, Presidente Papaléo, para concluir, colocar uma visão bem prática. Fiquei durante quatro anos tentando, perante a Funasa, perante o Governo Federal, perante o Governo Estadual, deflagrar um processo de saneamento na minha cidade. Não tinha jeito, era burocracia, enrolação. Aí chegou a hora, e venceu a concessão do sistema de água e esgoto. Nós municipalizamos o sistema. A partir daí, conseguimos reduzir o custo da tarifa em 40%, o povo paga 40% menos a água, e sobrou dinheiro para fazermos o saneamento. Havia três mil casas no meu Município que não tinham banheiro, e conseguimos fazer praticamente tudo. E agora temos um amplo programa de saneamento. Fizemos na marra, forçando a tal da descentralização. O resultado é imediato. Ele beneficia as pessoas na hora. É lá no Município que a gente transforma a realidade de vida das pessoas. A vinda dos prefeitos obriga a esse debate.

A imprensa do Brasil inteiro hoje destaca a presença dos prefeitos em Brasília. O Presidente Lula se curvou, levou todo o seu Ministério, foi o centro das atenções. Nós aqui estamos discutindo tudo isso neste momento. Por isso, os prefeitos estão de parabéns. É um grande momento para mudarmos e melhorarmos as coisas.

Agradeço a oportunidade. Um abraço. Obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo, eu queria dar ciência a esta Casa da presença, entre nós, de ilustre delegação de Parlamentares do País irmão e amigo Espanha, da *Corte Generale* es-

panhola, composta de sete Srs. Senadores, sete Srs. Deputados e presidida pelo Senador Juan José Lucas Gimenez. Estão aqui nos visitando dentro de um intercâmbio que o Parlamento brasileiro tem com as *Cortes Generales* espanholas. Portanto, comunico a V. Ex^a, para que possa saudá-los, pois é uma honra para todos nós recebê-los.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Agradeço a comunicação de V. Ex^a.

Em nome da Mesa do Senado Federal, da República Federativa do Brasil, cumprimento a delegação espanhola. É uma honra muito grande recebê-los nesta Casa. V. Ex^{as} se sintam como se estivessem na Casa Legislativa de V. Ex^{as} porque é um prazer recebê-los aqui.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado pela presença.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico a esta Casa que tenho recebido inúmeros *e-mails* de servidores públicos federais do Executivo. Sensibilizei-me particularmente com um que recebi de colegas que servem no INSS no Estado do Acre. De forma dramática, eles pedem alguma providência.

Peço a V. Ex^a, como Presidente da Mesa, que encaminhe este pleito ao Presidente da República. É relativo ao valor do vale-refeição. Eles alegam que recebem quase um quarto do valor. Não reclamam em relação aos colegas do Legislativo e do Judiciário, mas registram que recebem, há muitos anos, praticamente um quarto do valor que recebem outros colegas que prestam serviços no Poder Judiciário e no Poder Legislativo, e fazem um apelo dramático para que esse valor seja reajustado o mais breve possível.

É um pleito absolutamente justo. Não é possível que servidores que fazem praticamente as mesmas tarefas em Poderes diferentes recebam valores que não condizem.

Eles assinalam, Senador Paulo Paim, de forma dramática: “Por que nós do Executivo devemos comer menos do que nossos outros colegas?” Acham justo o que os outros colegas recebem. Eles querem algo próximo da equiparação, para resgatarem a possibilidade de se alimentarem decentemente com o vale-refeição fornecido pelo Governo deste País. Portanto, deixo re-

gistrado o apelo que fazem servidores públicos federais do Poder Executivo no sentido de que seja equiparado o valor do vale-refeição por eles recebido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Feito seu registro, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero falar um pouco hoje da famosa Emenda nº 3.

Sr. Presidente, com a experiência adquirida durante mais de 10 anos no movimento sindical e há 21 anos no Parlamento – 16 anos na Câmara mais 5 anos no Senado, que somam quase 22 anos –, gostaria de dizer que não há como esta Casa não apoiar o veto do Presidente ao art. 9 do Projeto de Lei nº 6.272, a famosa Emenda nº 3.

A Emenda proíbe que os auditores fiscais multem e tenham poder para dizer que não se trata de pessoa jurídica quando notarem e provarem que a relação de prestação de serviço com outra empresa é, na verdade, uma relação trabalhista, mas, para não pagar os encargos sociais, eles se protegeriam com a Emenda nº 3.

Pelo texto aprovado, infelizmente, apenas a Justiça do Trabalho teria esse poder, e todos nós sabemos que, quando um trabalhador entra com uma ação na Justiça do Trabalho, ele é demitido, porque ele não tem estabilidade no emprego. Então, se o fiscal percebe que há uma relação irregular, ele não pode acionar a empresa nem multá-la; ele tem de deixar tudo como está. Se, dali a alguns anos, o trabalhador decidir recorrer à Justiça, tendo em vista que a lei joga cinco anos para trás e dois para frente, se ele estiver há dez anos em situação irregular, perderá cinco, ficando numa situação praticamente de trabalho escravo.

Sr. Presidente, o que ocorre, na verdade, é que, com a Emenda nº 3, tiramos o poder dos auditores fiscais, passando toda a responsabilidade somente para os Tribunais, que já sofrem com o acúmulo de processos.

Quero deixar claro, Sr. Presidente, inclusive para aqueles que defendem a Emenda nº 3, que aquilo que é dito ali já está contemplado no art. 129 da Lei nº 11.186, de 2005, que é decorrente da MP do Bem, ou seja, a Medida Provisória nº 255, de 2005.

O art. 129, citado, diz aquilo que eles alegam que vão perder com a Emenda nº 3. Não perdem nada; apenas não podem ampliar.

Estabelece a Lei nº 11.186:

Art. 129. Para fins fiscais e previdenciários, a prestação de serviços intelectuais, inclusive os de natureza científica, artística ou cultural, em caráter personalíssimo ou não, com ou sem a designação de quaisquer obrigações a sócios ou empregados da sociedade prestadora de serviço, quando for esta realizada, se sujeita tão-somente à legislação aplicável às pessoas jurídicas, sem prejuízo da observância do disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Entendemos, Sr. Presidente, que o legislador deve, no exercício de suas funções, pautar os textos legais pela sobriedade, clareza, precisão e ordem lógica, devendo evitar repetir disposições de valor idêntico, que acabam tornando-se um pesadelo para os operadores do direito.

O art. 50 do Código Civil, por seu turno, dispõe que a desconsideração da pessoa jurídica, em caso de abuso, caracterizado por desvio de finalidade, deve ser declarado por autoridade judicial, a pedido do interessado ou do Ministério Público. Assim, como já assinalou o Professor Ives Gandra Martins, conceituado jurista brasileiro, a Emenda nº 3, em face do art. 129 da MP do Bem, é um “pleonasma enfático”, ou, popularmente dizendo, “chove no molhado”.

Nessa circunstância, o veto não era mero exercício da faculdade do Presidente da República, mas uma exigência do processo legislativo.

Por outro lado, as funções inerentes aos cargos de auditores fiscais e previdenciários não se confundem com as que são próprias dos agentes da inspeção do trabalho. Esses, Sr. Presidente, cuidam da observância...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, proroguei o tempo de V. Ex^a por cinco minutos e, se for necessário, prorrogarei por mais dez.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O tema é muito importante, Sr. Presidente, e tenho que fazer esse esclarecimento, para que não fique nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O tema é importante e o Senador mais ainda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Como eu dizia, Sr. Presidente, esses cuidam da observância das normas de tutela do trabalho, aquelas dos consectários tributários – impostos e contribuições decorrentes da prestação de serviços, sob a égide do vínculo empregatício, ou não.

Se não fosse assim, não teria sido disposto o que consta no art. 9º da Lei 11.457, de 2007.

Sr. Presidente, ao que parece, o objetivo velado da Emenda nº 3 é outro: mitigar a força coercitiva do art. 628 da CLT, que dispõe:

A toda verificação em que o agente de inspeção concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa, a lavratura de auto de infração.

Ele não poderá lavrar o auto, mesmo se entender que é trabalho escravo.

Assim, Sr. Presidente, se o agente de inspeção do trabalho, no exercício das suas funções legais, constata a violação do art. 3º da CLT, que trata da relação de trabalho, mediante vínculo empregatício, não pode, até mesmo por imposição legal, deixar de praticar o ato de lavrar a denúncia, ressalvado o disposto no art. 627, da CLT, ato de ofício de registro da infração à legislação trabalhista concernente à configuração da relação de trabalho subordinado, ou seja, a prestação de serviço de natureza não eventual ao empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Como vemos, não há dúvida.

Por outro lado, as funções inerentes aos cargos de auditores fiscais e previdenciário não se confundem com as que são próprias dos agentes da inspeção de trabalho.

Senadora Ideli, concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo por trazer ao debate. Tem havido muita publicidade em torno da famosa Emenda nº 3, que envolve a relação de trabalho – se pudermos dizer assim – entre a pessoa jurídica que contrata outra pessoa jurídica, a fiscalização desse procedimento e o significado dele. Em muitas situações, na realidade, isso substitui a relação de trabalho com carteira assinada. V. Ex^a fala desses elementos e, junto comigo, apresentará amanhã um requerimento, na Comissão que também preside, para que possamos fazer um debate em audiência pública, inclusive tratando de uma parcialidade que está presente na discussão e principalmente na veiculação desse assunto. É importante ressaltar que aumenta a cada dia a contratação de pessoa jurídica por pessoa jurídica. Essa prática é muito utilizada por vários setores da economia brasileira, até mesmo por aqueles que veiculam as notícias. Desse modo, para nós é muito importante realizar a audiência pública para dar ao debate a transparência e a amplitude que ele merece. É uma questão de fiscalização, sim, mas é também, e talvez, o viés mais importante do debate,

que é a possível precarização das relações de trabalho. Por isso, a grande movimentação das centrais sindicais. Normalmente, é muito difícil se unificarem com tanta veemência como estão unificadas na mobilização pela manutenção do veto à Emenda Nº 3. Parabêniso V. Ex^a pelo excelente pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Paim, tem mais cinco minutos, e outros cinco para a Líder Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa. Mas, Senador Paim, parabêniso V. Ex^a pelo fato de ocorrer o debate da Emenda nº 3 na Comissão que V. Ex^a tão bem preside aqui no Senado, como não poderia deixar de ser, pelo histórico, pelo mandato, pela atuação vinculada aos interesses dos trabalhadores brasileiros – e não poderia ser em nenhum outro espaço, senão no Senado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ideli.

Entendemos que a derrubada do veto irá abrandar a força do art. 628 da CLT, que passo a ler:

Art. 628. A toda verificação em que o agente de inspeção concluir pela existência de violação de preceito legal deve corresponder, sob pena de responsabilidade administrativa [ou seja, ele pode até ser demitido], a lavratura de auto de infração.

Sr. Presidente, queremos, com este pronunciamento, deixar aqui registrado todo o nosso apoio às Centrais Sindicais, a todas as Centrais Sindicais, a todas as Confederações de trabalhadores, a todos os Sindicatos, que estão fazendo, esta semana, uma jornada de luta contra a derrubada do veto à Emenda nº 3.

Sr. Presidente, ao proibir que o Poder Executivo julgue a existência ou não de vínculo empregatício entre duas pessoas, estamos, na verdade, tornando precárias as relações de trabalho e enfraquecendo os direitos dos trabalhadores, uma vez que as contratações entre pessoas jurídicas que simulam relações trabalhistas são cada vez mais freqüentes.

Não queremos e não podemos tirar o poder fiscalizador dos fiscais do Ministério do Trabalho e repassá-lo à Justiça, por entender que esta já está sobrecarregada de litígios.

Sr. Presidente, digo mais, o empregador que vem realizando contratações em conformidade com a lei, com a legislação da nossa Pátria, não tem com o que se preocupar. Ora, se alguém vai fiscalizar e resolver multá-lo de forma ilegal, aí sim, o empregador move uma ação contra ele, que será responsabilizado pelo ato indevido.

Com a preocupação de esclarecer essa questão, solicitamos uma audiência pública, conjunta, da Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência – que eu coordeno – com a Comissão de Direitos Humanos.

Quero, por fim, dizer que o Movimento Sindical Brasileiro está correto ao fazer essa grande mobilização para sensibilizar Deputados e Senadores contra o prejuízo que os trabalhadores do campo e da cidade terão se o veto à Emenda nº 3 fosse derrubado, coisa na qual não acredito.

O Presidente Lula agiu corretamente ao vetar a Emenda nº 3. Defendemos a manutenção do veto à Emenda nº 03 da forma feita pelo Presidente da República e como é defendida por todas as Centrais Sindicais, todas as Confederações de trabalhadores, todos os Sindicatos de trabalhadores, todas as Associações que têm compromisso com políticas sociais.

Sr. Presidente, com certeza, esse tema será fruto ainda de um amplo debate, mas entendo que esta Casa pode até construir uma proposta alternativa. Essa é a vontade do Executivo; essa é a vontade das Centrais Sindicais e das Confederações. Mas da forma como está a Emenda nº 3, o veto tem que ser mantido e todos nós temos obrigação de fazer que aqui ele não seja derrubado.

Ouçó o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, de modo muito objetivo porque sei que o tempo de V. Ex^a está esgotado. Não pude aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a, mas sabia antecipadamente do seu compromisso com as Centrais Sindicais e da coerência sobre esse debate que V. Ex^a tem com a história do movimento trabalhista, com a história dos trabalhadores brasileiros, com aquilo que é fundamental na preservação das relações de trabalho, com a sociedade em um assunto tão delicado que é a mediação...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorrogamos por mais cinco minutos.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. Quero deixar claro que seguirei V. Ex^a nesse posicionamento, Senador Paim. Acho que tem toda a autoridade política para emitir uma opinião, para conduzir essa matéria. V. Ex^a faz isso em clima de entendimento e em profundidade de discussão com as Centrais Sindicais, não fecha a porta para o entendimento e, ao mesmo tempo, expõe com nitidez a responsabilidade política que devemos ter com essa matéria. Lamentavelmente, houve uma mediação de acordo que não teve o respaldo pleno de cima, em todos os níveis da responsabilidade política. Isso gerou

esse impasse. Se o acordo tivesse sido tratado após uma discussão mais profunda e mais ampla, nós teríamos evitado esse impasse. Por essa razão, ficarei exatamente com o posicionamento político de V. Ex^a, porque sei que é um ato em defesa dos trabalhadores do Brasil, sobretudo voltado para a história do movimento sindical e das Centrais Sindicais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, agradeço o aparte de V. Ex^a. Pode ter a certeza de que eu ainda acredito no acordo, num grande entendimento entre os setores mais ligados aos empresários que, legitimamente, fazem um movimento de acordo com a sua visão. E há também um movimento feito de forma unificada por todo o segmento dos trabalhadores, da área pública e da área privada. Mas acho que é possível a mediação. É possível construirmos um acordo que evite uma queda de braço entre quem é a favor da derrubada do veto e quem quer manter a Emenda nº 3, ou que simplesmente diga que o Presidente da República tem razão. Eu, é claro, estou com o movimento sindical, estou com o Presidente da República, porque entendo que ele vetou de forma correta.

Sr. Presidente, quero ser coerente com a minha vida e com a minha história. No Governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi aprovado na Câmara – eu era Deputado – um artigo que mexia na Constituição: “Acima do legislado está o negociado”. Fui à tribuna antes da votação, peguei a Constituição e desloquei a folha corresponde à ordem social, que vai do art. 6º ao 12, e disse: “Srs. Deputados, vocês estão arrancando o coração da Constituição”.

A Emenda nº 3 é semelhante porque torna precário, permite que os trabalhadores façam o seu trabalho sem terem assegurados os direitos que estão na CLT e na própria Constituição.

Sei que não chegaremos a esse extremo. Sei que faremos uma grande mediação.

Senador Jefferson Péres, acredito no novo Ministro do Trabalho, Dr. Lupi, que tem uma história bonita nesta área. Penso que ele pode chamar, com a autoridade que tem, essa discussão para construirmos um grande acordo que não deixe nenhuma dúvida: que os fiscais do trabalho continuem fazendo a sua parte, e que os empregadores tenham o direito assegurado pela própria lei, a Constituição.

Ouçó o Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Paulo Paim, mais uma vez V. Ex^a demonstra o seu bom senso, a sua moderação, a sua busca do equilíbrio, do entendimento, que é a sua marca registrada ao longo da sua brilhante carreira política. Realmente

é isto: nem quatro, nem quarenta. Acho que o caminho é nem colocar o veto agora em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É isso que estamos pedindo.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Procurar um grande acordo, porque nem os fiscais podem ter poder judicante, obviamente, mas também não podem ser, em nenhuma forma, cerceados em sua atividade. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Jefferson Péres. Quero aproveitar o seu aparte – quando concedi a palavra a V. Ex^a, isso não estava no meu pronunciamento – para fazer de público um apelo ao Ministro Carlos Lupi. Conheço a sua bonita história de vida e confesso que a indicação dele para Ministro do Trabalho, por conhecer a história do PDT, deixou-me satisfeito. E acho que o Ministro Marinho fará também um brilhante trabalho no Ministério da Previdência. Faço um apelo para que o Ministro Carlos Lupi chame a si a discussão da Emenda nº 3, que não precisa ser liderada por determinado Deputado ou Senador. Chame aqueles que querem discutir a Emenda nº 3 para construirmos o possível.

Sei que essa é também a vontade do próprio Presidente da República. Por isso, faço de público, no encerramento do meu pronunciamento, um pedido ao Ministro Carlos Lupi, no sentido de que convoque uma reunião para construirmos um grande entendimento sobre a Emenda nº 3.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usou muito bem seus vinte minutos, Senador Paulo Paim, retribuindo o respeito que lhe tem esta Presidência. V. Ex^a simboliza o grande parlamentar que busca fazer leis boas e justas, fiscalizando o governo.

Senador Jefferson Péres, Teotônio Vilela disse: “Falar é a atividade suprema do Parlamento. É preciso sobreviver falando e falar sobrevivendo”. E isto o Senador Paulo Paim faz cada vez melhor.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. Em seguida, por permuta com o Senador Heráclito Fortes, ouviremos a palavra do Senador João Pedro, do Amazonas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Caro Presidente, serei muito breve. Na verdade, apresentei um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Vou ler o requerimento que V. Ex^a apresentou.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Farei o encaminhamento a seguir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 338, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, um voto de aplauso à autora televisiva Glória Perez por ocasião do término da minissérie *Amazônia*, de Galvez a Chico Mendes.

Justificação

Glória Perez reafirma sua trajetória como escritora de sucesso na televisão brasileira. Chegou ao fim, na última sexta-feira, dia 6 de abril, a minissérie *Amazônia*, de Galvez a Chico Mendes, exibida durante os três últimos meses pela Rede Globo. Aliando ficção à pesquisa histórica, a autora levou aos lares brasileiros um pouco da formação histórica da Amazônia Ocidental, da pujança do ciclo da borracha e da saga dos seringueiros nordestinos. Com muita sensibilidade, quando o enredo passou a ambientar-se na década de 80, enfocou episódios fundamentais para a compreensão da história recente do Acre, sobretudo, da figura de Chico Mendes, capitaneando as lutas ambientalistas travadas ali, cujo amor pela terra e pela mata fez com que seu nome e valor fossem reconhecidos internacionalmente.

Conterrânea desse grande líder, Glória parece trazer no sangue a audácia dos desbravadores, nossos antepassados. Começou a trabalhar em televisão em 1979, na Rede Globo, e não tardou em mostrar sua fibra quando aceitou substituir Janete Clair, um ícone das telenovelas. Aceitou em 1987 o convite da Rede Manchete para popularizar a figura de Carmen, personagem da famosa ópera de Merimée. Temas sociais delicados e até polêmicos são uma marca pessoal e emprestam atualidade ao seu trabalho. Em suas novelas discutiui, entre outros assuntos, barriga de aluguel, a mulher como chefe da família, a troca de bebês nas nossas maternidades, a doação e os transplantes de órgãos, o abandono e o desaparecimento de crianças no País, colônias de emigrantes, a cultura dos ciganos na nossa cultura, além de patologias como deficiência visual, alcoolismo, cleptomania e dependência química, entre outras.

Já consagrada pelo público, engajou-se com toda a sociedade brasileira na batalha para ver modificada

nossa legislação penal quanto à definição de crimes hediondos.

Glória tratou, ousadamente, de clonagem humana em “O Clone” (2001), outro grande sucesso. Sua telenovela mais recente foi “América” (2005), que tratava da espinhosa questão das migrações urbanas como subproduto do movimento de globalização.

É sempre muito oportuno, ainda que nos limites de uma trama novelística, reavivar os contornos de nossa memória sobre os fatos e os feitos daqueles bravos nordestinos que, sob o comando de Plácido de Castro – um verdadeiro herói nacional, levaram à anexação do Acre ao Brasil e com ele parte de nossa Amazônia.

Quando o debate sobre a preservação do meio ambiente e a busca de um modelo eficiente de desenvolvimento sustentável assume lugar de destaque na agenda de todos os fóruns, tanto no plano nacional como no plano internacional, provocar um novo olhar sobre a região que guarda um enorme patrimônio, que é de todos os brasileiros, é uma iniciativa louvável e merece o aplauso desta Casa e por isso espero contar com o apoio dos meus nobres pares.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007. – Senador **Tião Viana**, PT/AC.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Senador Tião Viana fará a justificação oral.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pelo ordem.

Sem revisão do orador) – Farei o encaminhamento, Sr. Presidente.

Glória Perez reafirma sua trajetória como escritora de sucesso na televisão brasileira.

Chegou ao fim, na última sexta-feira, dia 6 de abril, a minissérie *Amazônia*, de Galvez a Chico Mendes, exibida durante os três últimos meses pela Rede Globo. Aliando ficção à pesquisa histórica, a autora levou aos lares brasileiros um pouco da formação histórica da Amazônia Ocidental, da pujança do ciclo da borracha e da saga dos seringueiros nordestinos. Com muita sensibilidade, quando o enredo passou a ambientar-se na década de 80, enfocou episódios fundamentais para a compreensão da história recente do Acre, capitaneando as lutas ambientalistas travadas ali, sobretudo da figura de Chico Mendes, cujo amor pela terra e pela mata fez com que seu nome e valor fossem reconhecidos internacionalmente.

Conterrânea desse grande líder, Glória parece trazer no sangue a audácia dos desbravadores, nossos antepassados. Começou a trabalhar na televisão em 1979, na Rede Globo, e não tardou em mostrar sua

fibra quando aceitou substituir Janete Clair, um ícone das telenovelas. Aceitou, em 1987, o convite da Rede Manchete para popularizar a figura de Carmem, personagem da famosa ópera de Merimée.

Temas sociais delicados e até polêmicos são uma marca pessoal e emprestam atualidade ao seu trabalho. Em suas novelas, discutiu, entre outros assuntos, barriga de aluguel, a mulher como chefe de família, a troca de bebês nas nossas maternidades, a doação e os transplantes de órgãos, o abandono e o desaparecimento de crianças no País, colônias de emigrantes, a cultura dos ciganos na nossa cultura, além de patologias como deficiência visual, alcoolismo, cleptomania e dependência química, entre outras.

Já consagrada pelo público, engajou-se com toda a sociedade brasileira na batalha para ver modificada nossa legislação penal quanto à definição de crimes hediondos.

Glória tratou, ousadamente, de clonagem humana em *O Clone* (2001), outro grande sucesso. Sua telenovela mais recente foi *América* (2005), que tratava da espinhosa questão das migrações urbanas como subproduto do movimento de globalização.

É sempre muito oportuno, ainda que nos limites de uma trama novelística, reavivar os contornos de nossa memória sobre os fatos e os feitos daqueles bravos nordestinos que, sob o comando de Plácido de Castro – um verdadeiro herói nacional, levaram à anexação do Acre ao Brasil e com ele parte de nossa Amazônia.

Quando o debate sobre a preservação do meio ambiente e a busca de um modelo eficiente de desenvolvimento sustentável assume lugar de destaque na agenda de todos os fóruns, tanto no plano nacional como no plano internacional, provocar um novo olhar sobre a região que guarda um enorme patrimônio, que é de todos os brasileiros, é uma iniciativa louvável, que merece o aplauso desta Casa. Por isso, espero contar com o apoio dos meus nobres pares.

Apresentei o requerimento, Sr. Presidente, entendendo que foi extraordinário o Brasil conhecer um canto da Amazônia brasileira, a nossa Amazônia Ocidental. Foi como se nós tivéssemos uma história de cem anos contada numa conversa à mesa entre o neto, o pai, o avô e os tios, que francamente diziam o que foi desbravar a Amazônia.

V. Ex^a, como médico, imagina o que era a saga do cearense nordestino ao colonizar a Amazônia Ocidental, fugindo da seca de 1877, quando a cada quarenta migrantes que iam para aquela região dezesseis morriam no primeiro ano, vítimas de beribéri, vítimas das febres hemorrágicas, vítimas da malária, vítimas da febre amarela. Então, Glória Perez soube traduzir de forma romanceada a formação histórica da Amazônia

Ocidental, envolvendo belíssimos momentos da história do Amazonas, do Pará e do próprio Rio de Janeiro.

Por essa razão eu defendo este voto de aplauso do Senado Federal, que, entendo, será uma votação unânime desta Casa.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade de o requerimento ser lido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, para encaminhar, o Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apesar das distâncias partidárias, tem havido aqui, ao longo dessa convivência, uma proximidade muito constante entre o que pensa o Senador Tião Viana e este Senador. Por incrível que pareça, ele muda mais com relação ao seu Partido do que eu com relação ao meu Partido.

Mas tratamos nesta tarde de um assunto que é unanimidade. Unanimidade pela figura de Glória Perez e unanimidade pelo tema abordado: o desbravamento tecnológico que se faz de uma região que hoje é o sonho do mundo. A Amazônia é objeto de desejo dos brasileiros, que não a conhecem, e do resto do mundo, que deseja tê-la como uma propriedade internacional. A Glória conseguiu mostrar uma saga de brasileiros e outros (nem tanto) que se juntaram para construir aquela região e, acima de tudo, preservar o nosso território. A saga de Galvez a Chico Mendes passa pelo Senador Tião Viana e por muitos outros, como Armando Nogueira.

Quero também fazer uma homenagem a Adib Jatene, a vários acreanos e a vários amazônidas que ganharam o Brasil, para o orgulho de nós brasileiros e, acima de tudo, para a consolidação da riqueza amazônica, que é um patrimônio nosso e também mundial. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade desse registro. Que isso sirva de lição para tantos quantos não têm oportunidade de lidar com a mídia e com a comunicação, para que não se envergonhem de enaltecer e de cantar a sua terra.

Senador Tião Viana, falará em seguida o novel Senador João Pedro, que, tenho certeza, também é defensor não só do que V. Ex^a acaba de dizer, como também defensor ferrenho da nossa Amazônia. Nós que tivemos agora a oportunidade de, por meio dessa minissérie, ver a luta dos nossos antepassados, temos o dever e a obrigação de, caro Presidente e caro Senador João Pedro, em homenagem aos que lutaram no passado para que ela fosse o que é hoje, preservá-la para o futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência quer fazer suas as palavras do Senador Heráclito Fortes, que buscou o que é mais importante.

Senador Tião Viana, o filósofo Sófocles disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Com todo o respeito ao ser humano que V. Ex^a representa, a seu irmão, extraordinário homem público e Governador, e a Geraldo Mesquita, queria fazer uma homenagem especial ao nosso Adib Jatene, que, sem dúvida alguma, é a maior figura médica viva do País. Feliz do país que tem uma figura como ele. Não precisaremos buscar exemplos em outros países, em outra história. Aí está.

Tive o privilégio de trabalhar, no ano de 1967, quando residente de Medicina em cirurgia, no Hospital dos Servidores do Estado, o Ipase, no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro engatinhava, não fazia cirurgia cardiovascular; era o cirurgião-geral quem fazia cirurgia cardiovascular, o meu chefe, Mariano de Andrade. Esperava-se por Zerbini. Este não foi, e Jatene foi substituí-lo. Tive a oportunidade de auxiliar, no início, no Rio de Janeiro, a implantação da cirurgia cardíaca por Jatene – e quero dizer que todas com êxito. Depois, quando eu governava o Piauí, ele, sem dúvida alguma, ajudou muito o Estado. O pronto-socorro construído anexo ao Getúlio Vargas foi uma dádiva dele. Ele simboliza a grandeza do homem acreano e merece o nosso respeito.

O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 339, DE 2007

Fulcrados no que preceitua o art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 81/2007, de 8 de março, de nossa autoria, que “Insere o inciso IX, ao art. 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2007. – Senador **Mário Couto**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere que o requerimento que acaba de ser lido.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro, do Amazonas, que é forte pelo próprio nome: João e Pedro, dois evangélicos.

V. Ex^a fique à vontade para usar o tempo que julgar conveniente – nunca será maior que o Amazonas, que V. Ex^a representa com muita grandeza.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Vamos falar, então, a tarde toda... Obrigado, Sr. Presidente.

Falo também nesta tarde, neste dia, da Amazônia. O Senador Tião Viana faz um registro correto, um registro que a televisão brasileira acaba de exibir, falando da nossa Região, mas falando fundamentalmente do Acre e do exemplo de Chico Mendes, deixado após seu assassinato, em 1988, seu exemplo de compatibilizar desenvolvimento com a questão ambiental. Então, quero congratular-me também com a iniciativa do Senador Tião Viana, do Acre, ao registrar essa obra-prima da televisão brasileira, escrita pela autora Glória Perez.

Falo, nesta tarde, também da Amazônia, mas falo de um pedaço dessa história, do cotidiano, de fatos que, lamentavelmente, comprometem a democracia, comprometem a história do povo brasileiro quando se trata de ameaças a lideranças da Amazônia que trabalham nos movimentos sociais, ameaças contra religiosos.

Neste ponto vou ater-me a uma matéria da semana passada, do jornal *O Estado de S. Paulo*, e vou ler aqui meu requerimento de voto de solidariedade e moção de apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se sente apreensiva e preocupada, diante da ameaça de morte contra seus religiosos envolvidos com as questões sociais e ambientais da Amazônia. As ameaças, provavelmente perpetradas por marginais vinculados a latifundiários, grileiros e exploradores ilegais de recursos florestais e minerais, atingem Dom Geraldo Verdier e Dom Antonio Possamai, bispos em Rondônia; Dom Erwin Kräutler e o Frei Henri des Rozières, no Pará; e a Freira Leonora Brunetto, em Mato Grosso, nomes mencionados em reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, baseada em informações da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e de pastorais sociais.

Justificativa. Esta Casa, por intermédio desta proposição, se alia às demais entidades que se solidarizam e prestam apoio à CNBB diante dessa horrorosa e covarde tentativa de intimidação daqueles que se juntam aos movimentos sociais na luta pela melhoria na qualidade de vida e justiça social para a população brasileira. A notícia na qual se fundamenta esse requerimento atingiu e deixou perplexa toda a sociedade brasileira, que, infelizmente, já assistiu à perpetração de ameaças dessa natureza, como os assassinatos do seringueiro Chico Mendes, em 1988, e da irmã Dorothy Stang, em 2006, rumorosos casos que mobilizaram a sociedade nacional e internacional contra atos e atitudes afrontosos às instituições democráticas e à dignidade humana.

Este é o requerimento, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Penso que podemos tomar outras iniciativas, como, por exemplo, a de conversarmos com o nosso Ministro da Justiça, Tarso Genro, e com outros segmentos da sociedade, para que iniciativas possam ser tomadas a fim de impedir essas brutais, violentas ameaças a religiosos, bispos, padres, freiras e lideranças dos movimentos sociais, de sindicatos e associações.

No sul do meu Estado, estamos travando um debate com a sociedade civil organizada, num ponto lá no sul do Município de Lábrea, juntamente com os Estados de Rondônia e Mato Grosso, em função das ameaças constantes feitas às lideranças dos movimentos sociais.

Penso que não podemos de forma alguma aceitar esse comportamento, aceitar tais atitudes. A Amazônia pode ser discutida, cantada, refletida, contada não por esse caminho dos assassinatos, da brutalidade.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, faço este aparte a V. Ex^a para cumprimentá-lo. V. Ex^a falava comigo aqui antes que é assustadora a situação de bispos, padres, freiras e sindicalistas ameaçados de morte. Quero, de pronto, dizer que a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado da República está a sua disposição. Com a sua permissão – conforme lhe disse, antes de V. Ex^a subir à tribuna –, eu, ainda no dia de hoje, farei um contato com o Ministro da Justiça, Tarso Genro, a seu pedido, em nome da Comissão de Direitos Humanos, para que ele receba uma delegação para que tomemos as medidas cabíveis, o mais rápido possível, porque, depois que outros forem assassinados, não adianta fazermos esse ou aquele movimento. Entendo que a sua moção de apoio vem na hora certa e que o voto de solidariedade que o Senado há de dar à CNBB é mais do que justo. Eu falava agora mesmo aqui com Carlos Moura, que é Secretário-Geral da CNBB, e ele falava já do seu pronunciamento. A CNBB se mobiliza em nível nacional, e a sociedade tem que se mobilizar, porque é um absurdo que aqueles que defendem o direito a terra, à liberdade, à justiça, à igualdade sejam ameaçados de morte de forma covarde por aqueles que estão cometendo esses atos lá na nossa querida Amazônia, e exatamente no ano em que a CNBB faz a sua Campanha da Fraternidade em defesa da natureza, em defesa da Amazônia. O seu pronunciamento veio na hora adequada. Parabéns. Sou parceiro no encaminhamento do seu requerimento, que, com certeza, terá o apoio de todos os Senadores.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Paim.

Incorporo essa iniciativa aceitando esse encaminhamento. Poderíamos compor uma comissão de Senadores e Deputados, enfim, da sociedade civil, para ir até a CNBB discutir, refletir e agir contra a ilegalidade, a grilagem, o assassinato, as ameaças a essas lideranças que estão vivendo, trabalhando na Amazônia e defendendo aquela região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Efraim Morais, do PFL do Estado da Paraíba.

V. Ex^a, regimentalmente, tem direito a dez minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Mão Santa, peço a palavra pela ordem, antes de o eminente Senador Efraim fazer uso da palavra. Preciso de menos de trinta segundos.

Peço a V. Ex^a, pela importância do pronunciamento apresentado pelo Senador João Pedro, que envolve ameaça de morte a religiosos, a bispos do Brasil, que encaminhe, em nome da Mesa, esse pronunciamento ao Ministro da Justiça e ao Diretor da Polícia Federal, para o devido conhecimento e análise da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com a força do Regimento.

Com a palavra o Senador que está na tribuna, Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, queremos, nesta tarde, registrar a 10^a Marcha de Prefeitos a Brasília em defesa dos Municípios e nos congratularmos com todos os prefeitos e vereadores deste País pela organização e pela perspectiva de sucesso em relação a essa vinda a Brasília, para, na realidade, não pedir, mas cobrar pleitos municipais que foram assegurados no discurso e não cumpridos na prática.

Pelo que sentimos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os prefeitos, ao chegarem a Brasília - desta feita ao lado também dos vereadores -, reivindicam o aumento de 1% nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, regulamentação da emenda constitucional sobre financiamento da saúde, regras sobre o pagamento de precatórios, alteração na Lei de Transporte Escolar e normas para a repartição do Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e dos Profissionais da Educação. São essas as principais reivindicações do movimento.

Ontem, Sr. Presidente, participei da abertura daquele encontro ao lado de milhares de prefeitos e de centenas de vereadores, com a presença também

de Ministros. E o Presidente Lula reiterou a disposição, desta feita, de mandar... – este foi o termo: “Vou mandar a Base de Apoio do Governo votar o destaque dessa matéria”.

Há mais de dois anos, o próprio Presidente Lula, numa marcha como esta, garantiu aos prefeitos brasileiros que seria destacado da reforma tributária, Senador Tião Viana, Presidente desta sessão, para que pudéssemos votar aquilo que esta Casa já votou. Nós, Senadores, já aprovamos essa matéria que se encontra tramitando, há mais de três anos, na Câmara dos Deputados. É ninguém venha me dizer que houve obstrução dessa matéria, a que todos os Parlamentares, independentemente de cor partidária, são favoráveis. É evidente que só a partir de uma determinação, de uma autorização do Presidente Lula é que essa matéria poderia ser votada. Assim entendemos todos nós, assim entenderam todos os prefeitos, até porque ontem ele disse: “Vou mandar minha Base votar”.

Mas, Srs. Senadores, a minha preocupação é quando a matéria será votada. Essa é a pergunta que todos estamos fazendo. Hoje, tive oportunidade de abrir o encontro da Marcha dos Prefeitos, debatendo a questão da autonomia do Poder Legislativo nos Municípios, e levantei novamente essa questão. Não adianta acabar a Marcha amanhã, e os Prefeitos saírem daqui crentes que já conseguiram esse benefício. Por que crentes que já conseguiram esse benefício? Porque nós dependemos de uma votação na Câmara dos Deputados em dois turnos. Trata-se de uma PEC. Terá de ser destacado só esse ponto de 1%, e espero que o Governo não queira criar dificuldades e votar matérias outras, condicionando essa votação. Retirando-se essa votação, vota-se em primeiro e em segundo turnos, e ela terá o mesmo caminho da PEC Paralela.

Portanto, se a Câmara dos Deputados quiser, se a Base do Governo – que hoje, na Câmara, representa mais de três quintos daquela Casa – quiser, ela será votada o mais rápido possível. Agora, talvez – desconfio disso – passe o meio do ano, chegue o fim do ano, e aí vem aquela história de que precisamos votar para garantir o décimo terceiro. É bem provável que isso aconteça. E é bom que se diga que eu não sou vidente.

Depois, minha preocupação é ouvir o discurso e não ver a prática. Ontem mesmo, tive a oportunidade de ouvir e ver vários dos Srs. Deputados da Base do Governo dizerem que são municipalistas de carteirinha, sendo que, na primeira votação em que a Confederação dos Municípios precisou dos votos dos municipalistas, ela falhou. Falhou porque era um dos itens listados pelos senhores prefeitos a questão do transporte escolar.

Ontem, talvez para desalento dessa Marcha, o que vimos foi o Governo, através do Líder do Governo, das lideranças da Base do Governo, determinar que essa emenda deveria ser derrotada até meia-noite. E o que acontece? Todos nós estamos vindo a esta tribuna para reclamar dos transportes escolares. Crianças morrem todos os dias, porque a qualidade do transporte escolar é péssima. Televisão, jornais, rádios, programas partidários, todos mostram que ali se encontram estudantes sendo transportados em cima de caminhões, de caminhonetes e outros tipos mais de transporte. E o que acontece, Sr^{as} e Srs. Senadores? O Governo, que foi para o encontro dos Prefeitos dizer que ia apoiar o municipalismo, que ia apoiar a emenda do Fundeb e também a emenda do transporte escolar, por sua Bancada, derrotou os municipalistas, derrotou as prefeituras. Não derrotou os prefeitos, mas as prefeituras, porque quem vai pagar com essa derrota não são os prefeitos não, mas os estudantes da zona rural, que continuarão a ser transportados de forma precária, por culpa exclusiva de uma determinação superior para que os membros da Bancada do Governo votassem contra essa emenda que iria melhorar a qualidade dos transportes nos Municípios. É lamentável, Sr^{as} e Srs. Senadores.

E agora eu me pergunto: será que vai acontecer a mesma coisa com o 1%? Será que, na hora em que os prefeitos saírem daqui de Brasília, Senador Romeu Tuma, vai acontecer a mesma coisa? Será que a Base vai votar contrariamente, por determinação talvez da área econômica, que diga que ainda não há condições de ser votada essa matéria?

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apelo à Base do Governo e ao Presidente Lula, aos Ministros da área econômica para que possamos participar dos movimentos e assumir com responsabilidade os nossos pontos de vista. Ser municipalista, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é ser de nenhum partido. Na hora em que se assume uma causa do Município, não significa que eu sou da Base do Governo ou que sou contra o Governo. Não. Pelo contrário, eu tenho um compromisso com os Municípios. É lá onde mora, vive e trabalha o cidadão. E nós precisamos oferecer melhor estrutura para essa gente, para esse povo.

Aí está a situação dos estudantes brasileiros, os mais pobres, aqueles da zona rural, os que mais precisam, os descamisados. São esses exatamente que precisavam do apoio do Governo e da Base do Governo, mas foi negado o direito de melhorar a qualidade de transporte desses jovens estudantes, que, com sacrifício, tentam chegar às escolas.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas por interromper o seu – eu não diria entusiasmado, mas angustiado – discurso sobre o que representa o municipalismo no País. Sou um municipalista até por função pública que exerci, percorrendo vários Municípios. Sei as angústias e o sofrimento dos prefeitos, que, a cada ano e a cada legislação, têm cada vez menos capacidade de gerenciar o seu Município. Eu falava com alguns prefeitos de São Paulo hoje e senti um pouco da tendência amarga de descrédito no sentido de que seria realmente possível, Senador Efraim Morais, alguém da área econômica colocar obstáculos para que não vingue o compromisso público assumido perante os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional e perante vários Ministros de investir cerca de R\$1,2 bilhão, que praticamente não é nada diante do saldo da balança comercial que está aí – fazendo comparação com os números que aparecem, que poderiam realmente colaborar com os Municípios, que estão numa angústia profunda. Porque saírem dos Municípios, situados a distâncias enormes de Brasília, virem, com sacrifício, até aqui, saírem com a ilusão de que vão realmente ser beneficiados – compromisso do Presidente da República – e não terem resultado! Eu acho que V. Ex^a tem razão. Eu falava para os prefeitos que nós, aqui, temos obrigação de receber informações mensais deles sobre se houve ou não o repasse, para cobrarmos dessa tribuna, como V. Ex^a está fazendo hoje.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma. Ainda haverá duas votações na Câmara dos Deputados. A questão que levanto é quando serão feitas essas duas votações. Trata-se de emenda à Constituição, que tem de ser votada em dois turnos, com *quorum* de três quintos. É evidente que ninguém tem dúvida de que não existe nenhum Senador, nenhum Deputado que seja contrário ao repasse desses recursos. O que existe é o veto da área econômica do Governo a essa matéria, que há mais de três anos está na Câmara para ser votada.

E continuo dizendo, Senador Jayme Campos, que o Governo tem mais de três quintos de votos da Base lá na Câmara dos Deputados. Vota na hora que quiser. E ainda mais sabendo que nós, os Democratas, os parlamentares do PSDB e os de outros partidos, como o PPS, somos favoráveis à emenda. Então, há unanimidade em relação à emenda. Mas o Presidente Lula ontem, quando falava para os prefeitos – e ele fala daquela forma direta –, disse: “Eu vou mandar a Base votar”. Essa foi a palavra. “Eu vou mandar a Base votar”.

E espero que ele mande. Eu estava lá, V. Ex^a também, e vários outros Srs. Senadores lá se encontravam.

E o importante, Senador Tião Viana, é que passamos agora a entender o seguinte: a emenda dos transportes escolares está vindo para esta Casa, para o Senado Federal. E o que vi ontem foram vários Srs. Senadores solidários com o fato de ter acontecido essa equiparação com o movimento municipalista. Tenho certeza de que esta Casa vai mudar a história do transporte escolar. E vou ficar vigilante. Vou cobrar. Quero uma posição do Senado da República, de Senadores e Senadoras sensíveis a essa situação, independentemente de cor partidária, porque, senão, amanhã, o Congresso Nacional poderá ser responsabilizado pela morte de estudantes por este País afora. Se não tivermos a coragem de mudar aquilo que quer o Governo por medida provisória – eu quero, posso e mando! –, amanhã, nós, os Senadores e os Deputados Federais, poderemos ser responsabilizados por morte de estudantes por este País afora, porque não tivemos coragem de mudar uma medida provisória que veio do Executivo.

Concedo um aparte ao Senador Jayme Campos.

O Sr. Jayme Campos (PFL – MT) – Senador Efraim Morais, neste momento em que V. Ex^a toca no assunto municipalista, não posso ficar, em hipótese alguma, apenas ouvindo, até porque se trata de um assunto muito importante e, acima de tudo, relevante para o nosso País. Refiro-me ao transporte escolar. Só para exemplificar, ser prático e pragmático em minha fala, citarei especificamente o caso do meu Estado de Mato Grosso. Chegamos a transportar alunos por quase 300 quilômetros. Entretanto, por intermédio do Ministério da Educação, é passada uma migalha, uma miséria de recursos para que Estado e Municípios façam o transporte escolar. Esta Casa, de forma coerente e responsável, tem de aprovar esse projeto com a maior urgência possível, assim que chegar aqui, para que possamos viabilizar um transporte escolar seguro e, acima de tudo, dar a oportunidade ímpar para que milhares de crianças deste imenso País possam ter acesso ao ensino público, tendo em vista a precariedade não só das rodovias estaduais, mas também das rodovias federais. Cumprimento V. Ex^a pela esplendorosa, maravilhosa fala na tarde de hoje. Tenho certeza de que V. Ex^a tem compromisso não só com os Municípios do seu Estado da Paraíba, mas também com os Municípios de todo este imenso País que é o nosso Brasil. Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Vou concluir, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a pela tolerância e quero dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que esta Casa, uma Casa revisora, com certeza, saberá, no decorrer da discussão desta matéria, corrigir a falha, digamos assim, desse projeto que vem, por meio de medida provisória, sob a força do Executivo.

Esta Casa tem uma obrigação com a Federação. Esta Casa tem uma obrigação para com os Estados e com os Municípios. E tenho a convicção de que todos nós, municipalistas, Senadores e Senadoras, que querem realmente dar melhores condições para que os jovens deste País, principalmente os mais pobres, os da zona rural, possam ter uma melhor qualidade de transporte, devemos agir para que eles possam receber do Senado e da Câmara dos Deputados esse reconhecimento.

Obrigado a V. Ex^a e às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, eu queria trazer aqui o que acabei de receber do jornalista Zózimo Tavares. Ele significa muito para nós. Carlos Castello Branco foi o maior jornalista deste País.

Jarbas Vasconcelos, ele é do Piauí, o Castelinho. A “Coluna do Castelo” era reproduzida e combatia a ditadura.

O Zózimo Tavares revive o Castelinho e diz em “Sadismo e indiferença”: “Senador Heráclito Fortes, onde está o senhor? Senador Mão Santa, onde está o senhor?”

O INSS rompeu, em Brasília – o que ele acha que é uma insensatez – o convênio que mantinha com os Correios para pagar os benefícios de aposentadorias e pensionistas em mais de 30 Municípios do Piauí.

Senador Tião Viana, ele denuncia a insensatez, a falta de sensibilidade do Governo, que obriga velhinhos aposentados, no caso do Piauí, de trinta cidades, a andarem mais de trezentos quilômetros em busca da sua aposentadoria, porque foi sustado convênio com os Correios.

E quis Deus que V. Ex^a estivesse aí, V. Ex^a que é um homem muito forte no Governo, que tem muita

sensibilidade, muito equilíbrio. Peço-lhe que nos ajude, porque o jornalista Zózimo Tavares acha que estamos sendo omissos. Não estamos, pelo contrário. Faço a defesa do companheiro Heráclito Forte também, porque a ação mais importante do Parlamentar, segundo Teotônio Vilela, é falar, mais do que fazer lei boa e justa; é falar. Teotônio Vilela dizia: sobrevivendo e falar, falando e sobreviver. Então, temos falado e defendido não só o povo do Piauí como também o povo do Brasil dessa injustiça.

Denunciamos à Pátria, a V. Ex^a e ao Presidente Lula mais essa indignidade que fazem com os aposentados do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, por cessão do Senador José Nery.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex^a que se não for...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para pedir a minha inscrição para falar pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, nobre Senador Sibá Machado.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a compreensão de V. Ex^a permitindo que eu falasse neste momento importante porque prefeitos do Brasil inteiro, representantes de todos os Estados, estão em Brasília, nesta marcha que se repete todos os anos.

Eu, que estou no Senado há doze anos, acompanho a marcha todos os anos. A pauta, Sr. Presidente, vai sendo repetida. E quando a pauta se repete, é sinal de que não vem sendo atendida.

Os itens que estão na pauta deste ano são os mesmos que já estiveram nela há 3, 4, 5 anos. São, portanto, reivindicações dos municípios que não vêm sendo atendidas.

Aqui todos estão falando em 1% do FPM, Fundo de Participação dos Municípios, e o cálculo que todos fazem chega a um resultado de R\$1,2 bilhão, que seria dividido por mais de 5 mil municípios brasileiros. Já disse ontem, rapidamente, e vou repetir: isso não é solução. Com esse valor, os prefeitos vão renovar a marcha todos os anos, pois esse dinheiro mal vai conseguir pagar metade do décimo terceiro do funcionalismo no final do ano. É muito pouco dinheiro para muita prefeitura, principalmente, porque a situação já chegou a um nível insuportável.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero dizer qual é a solução. É uma proposta de emenda constitucional que apresentei, por sugestão do Prefeito de Nova Olímpia, Luiz Sorvos, meu companheiro de Partido, que presidiu e preside a Associação dos Municípios do Paraná com muita determinação e competência. Vou explicá-la rapidamente.

Senador Tião Viana, Srs. Senadores, todos sabemos que este Governo – este e Governos anteriores também – quando fala em reforma tributária fala em ceder aquilo que não lhe pertence totalmente, tributos que são repartidos com Estados e Municípios, mas jamais ceder e sempre aumentar aquilo que fica concentrado nas mãos do Governo Federal. Refiro-me às contribuições. Podem reparar que o Governo Fernando Henrique Cardoso e o atual Governo Lula, agora no seu segundo mandato, fizeram a mesma coisa, e o Congresso participou. Portanto, todos nós somos responsáveis. Fez o quê? Criou contribuições e as aumentou. Vamos lembrar de algumas: Cide, CPMF, Cofins, CSLL. São contribuições que, cobradas isoladamente, parecem não ter peso na vida do cidadão, do assalariado, do trabalhador, do empresário, mas que, somadas, têm peso enorme, porque a arrecadação das contribuições, Senador Mão Santa, chega a R\$160 bilhões – e V. Ex^a prestou atenção ontem, quando eu disse. Foram R\$160 bilhões arrecadados no ano passado. Este ano, evidentemente, esse valor vai crescer.

Pois bem, a emenda à Constituição que estou propondo, Senador Valadares – já vou lhe conceder um aparte –, é a seguinte: 10% de todas as contribuições para os Municípios e 10% de todas as contribuições para os Estados. Assim, o Governo Federal abriria mão de 20% da receita das contribuições. Isso significaria um aumento na arrecadação dos Municípios de R\$16 bilhões, e, para os Estados, um valor igual. Portanto, estou falando em um valor muito maior, praticamente quinze vezes maior que o resultante do aumento de 1% da CPMF.

Ou seja, 1% da CPMF corresponde a R\$1,2 bilhão. A Emenda Constitucional que estou propondo daria aos municípios uma arrecadação de R\$16 bilhões a mais. Aí dizem: mas não é possível o Governo abrir mão desses recursos. Claro que é! Essas contribuições não existiam antes. Elas foram sendo criadas, como, por exemplo, a CPMF, que arrecada R\$32 bilhões por ano, mas que não é integralmente aplicada naquela finalidade para qual foi criada – o Senador Valadares sabe muito bem do que estou falando porque foi um dos que mais lutou para que fossem aplicados na saúde os recursos da CPMF.

Fiz um requerimento ao Tribunal de Contas da União e recebi uma resposta demonstrando que mais da metade dos recursos da Cide não estão sendo aplicados para recuperação de rodovias, modernização de ferrovias, de portos, enfim, em infra-estrutura, conforme determinação legal. Há desvio de finalidade. Então dá sim!

E poderíamos com essa Emenda Constitucional obrigar que Estados e Municípios ao receberem essa participação de 10% a aplicasse na mesma finalidade. Ou seja, ao receber o percentual da CPMF, aplicasse na saúde; ao receber o percentual da Cide, aplicasse em infra-estrutura. Agora, se nós continuarmos aprovando aquilo que vem do Governo Federal como prato feito, que quase sempre é aumento de contribuições, porque, com exceção da Cide, todo o resto fica com o Governo Federal, nós estaremos fazendo aqui exatamente o contrário do que preconizamos em todos os pronunciamentos feitos nesses dias em que todos nós dizíamos municipalistas.

Mais uma coisa: com essa emenda, haveria maior independência dos Prefeitos em relação ao Governo Estadual e o Governo Federal.

Cito em poucas palavras o que aconteceu no Paraná nas eleições passadas, embora isto negue que vivemos numa democracia: os prefeitos foram obrigados a apoiar o Governador, candidato a reeleição, porque senão todos os convênios seriam cortados. Os poucos que não apoiaram o Governador, que tiveram posição política de não apoiar o Governador, estão sentindo na carne o cumprimento da promessa: não têm convênio, não recebem recursos. Mas se dermos sustentação financeira aos Municípios, vamos fortalecer a democracia, porque os prefeitos poderão se livrar desta guilhotina, qual seja, na época da campanha eleitoral, a pressão exercida principalmente por quem é candidato à reeleição.

Concedo o aparte ao Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Osmar Dias, V. Ex^a traz a esta Casa na tarde de hoje um assunto da mais alta importância que traduz a realidade dos Municípios. De nada adianta o paliativo que está se propondo: o aumento de pouco mais de R\$1 bilhão para ser dividido com mais de 5.500 Municípios. Isso não vai resolver a crise financeira que se estabeleceu nos Municípios brasileiros.

Há a questão gravíssima do endividamento com a Previdência Social que leva, em alguns casos, 40% da receita dos Municípios, principalmente dos pequenos e médios, que ficam quase impossibilitados de fazer qualquer coisa em termos de infra-estrutura de investimento e de atendimento, o mais adequado possível, nas áreas de saúde e de educação. A pro-

posta de V. Ex^a, se houvesse uma compreensão maior, seria a solução mais exequível para resolvermos a questão, estabelecendo uma obrigatoriedade, como existia, por exemplo, quando da criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, em que havia uma exigência peremptória de que 50% dos recursos fossem aplicados em despesas de capital para evitar desvio para custeio ou pagamento de funcionário. Poderíamos incluir na proposta de V. Ex^a uma exigibilidade de que o recurso a ser fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União seja aplicado, pelo menos 80% ou 90%, em despesa de capital ou em investimentos em obras de infra-estrutura. Aí estaríamos resolvendo o grande problema que é a falta de recursos para a realização de investimentos nos Municípios. Não fossem as emendas individuais – nem todas são liberadas e quando o são demoram muito –, os Prefeitos, pelo menos os do meu Nordeste, estariam impossibilitados de realizar qualquer obra nos Municípios, pois estão dependendo, única e exclusivamente, das liberações de emendas parlamentares por meio do Governo Federal. Parabéns a V. Ex^a. Quem sabe, pregando isso, V. Ex^a consiga aprovar sua emenda. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Esse é o momento, Senador Antonio Carlos Valadares. Todos os Senadores e Deputados estão apoiando os pleitos dos Prefeitos. E o Presidente Lula, conforme disse o Senador Efraim Morais, disse que mandaria a Base votar a favor do 1% do FPM. Faço um pedido aos Líderes do Governo para que levem ao Presidente esta nossa reivindicação: que o Presidente mande a Base do Governo votar também essa nossa emenda constitucional que será uma solução definitiva para os problemas financeiros dos Municípios. Eles jamais voltarão aqui com pires na mão, jamais voltarão a ser massacrados numa eleição para apoiar candidato à reeleição. Terão liberdade, independência política, poderão agir de acordo com sua vontade política, apoiando o candidato que preferem, para que seja melhor também para o Estado. Não podemos deixar os prefeitos tão dependentes, como se encontram, da situação financeira do Estado.

Tenho outra solução encaminhada que relatei ontem e que poderia dar uma grande suavizada na questão dos investimentos das Prefeituras Municipais e dos Estados no que se refere à educação. O Senador Aloizio Mercadante apresentou um projeto de lei e me designou Relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Trata-se da utilização dos recursos do Fust, Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, criado a partir de uma lei aprovada no ano de 2000. De 2000 até hoje, praticamente nada

desse recurso foi utilizado. São R\$5 bilhões acumulados, estocados, que aguardam uma destinação que seja importante para o País.

Pois esse projeto de lei do Senador Aloizio Mercadante que relatei ontem – aprovei inclusive uma emenda do Senador Cristovam Buarque – estabelece exatamente que as escolas públicas do País, estaduais, municipais e federais, recebam esses recursos do Fust para aquisição de equipamentos de informática, o que vai preparar melhor os alunos da escola pública para a vida e para encontrar emprego com mais facilidade.

Por que isso? Hoje, 50% das escolas privadas já têm seus equipamentos de informática; mas apenas 25% das escolas públicas o têm. De outro lado, 75% – o que significa, mais ou menos, 155 mil escolas públicas de ensino básico no Brasil – não têm nenhum computador, ou, se têm, eles estão sendo utilizados na parte administrativa. Então, para dar uma suavizada também nos investimentos que os Municípios têm de fazer nas suas escolas municipais, seria interessante aprovar esse projeto rapidamente.

Aprovamos ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, meu parecer...

(Interrupção do som.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço um minuto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex^a merece muito mais.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Vou concluir em três minutos.

O projeto do Senador Aloizio Mercadante, que aprovamos ontem, já coloca imediatamente à disposição R\$5 bilhões para o Governo aplicar nas escolas. Temos 42 milhões de estudantes no ensino básico.

O Senador Cristovam Buarque propôs a seguinte emenda: para cada 10 alunos, que tenham um equipamento de informática, um computador. Fiz os cálculos e vi que poderíamos fazer uma pequena mudança na emenda do Senador Cristovam Buarque: colocamos uma vírgula e acrescentamos “por cada turno”. Isso significa que, em cada turno, para cada 10 alunos, Senador Cristovam Buarque, teremos um equipamento, um computador, o suficiente para que esses alunos aprendam, saiam da escola capacitados e até com uma facilidade maior de encontrar no mercado de trabalho a sua colocação, muito mais preparados para a vida, concorrendo em pé de igualdade com aqueles que fazem a escola privada.

Só para lembrar: a escola que recebeu a maior média no Enem é do Piauí, do Senador Mão Santa. Aquela escola obteve a maior média, porque lá já existem os equipamentos de informática à disposição

de todos os estudantes. Veja como isso proporciona um ganho de qualidade para os estudantes e para o aprendizado. Isso significa que o projeto que libera os recursos do Fust, chegando a R\$1 bilhão por ano, também pode ajudar as Prefeituras. Muitas vezes, ficamos numa pauta já batida e nos esquecemos de que soluções estão ao nosso alcance.

Vou concluir, Sr. Presidente, neste minuto que me resta, resumindo as duas propostas para ajudar os Municípios brasileiros: primeiro, a minha emenda constitucional – e sei que V. Ex^a vai votar a favor – que propõe 10% das contribuições para os Municípios e 10% para os Estados, ou seja, R\$16 bilhões para os Municípios e R\$16 bilhões para os Estados.

E a segunda: vamos fazer com que esse projeto do Senador Aloizio Mercadante tramite rapidamente, vá à Comissão de Educação, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, e lá seja aprovado rapidamente, para que esses R\$5 bilhões já comecem a irrigar as escolas públicas deste País, colocando equipamentos à disposição dos seus estudantes.

Sr. Presidente, tenha certeza de que essas duas medidas valem muito mais que o 1% por que os Prefeitos reclamam e choram, o qual batemos aqui e que o Presidente Lula prometeu no ano passado, mas que não foi cumprido. Está prometido agora. Mas isso vale muito menos – muito menos mesmo! – que as duas medidas que estou sugerindo aqui para que os Prefeitos tenham tranqüilidade para administrar bem seus Municípios.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pela Liderança da Maioria.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, traz-me à tribuna hoje matéria do jornal *Valor Econômico*, escrita por Paulo Totti, intitulada “A silenciosa revolução movida a crédito”, que passo a ler:

Uma revolução está em curso pelos grotões do Brasil. É pacífica, já foi tensa e controversa, e o próprio governo a patrocina. Silenciosa, desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ocupa espaços sem alarde e já está presente em 5.357 municípios dos 5.561 existentes no Brasil.

Importante, mas ignorada, nem mesmo o ministério que a executa, o do Desenvolvimento Agrário (MDA), atraiu a cobiça de políticos e a especulação da mídia durante a recente reforma do primeiro escalão do governo do presidente Lula.

Esta revolução é feita com uma arma poderosa: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e a abundante munção de R\$10 bilhões em crédito rápido e barato para a safra 2006/2007. Seu protagonista principal é o pequeno agricultor que, com a família, tira o sustento de um pedaço de terra limitado a 100 hectares na Amazônia e a 32 hectares no Centro-Sul. O objetivo é a inserção no mercado de, no mínimo, 16 milhões de brasileiros, ou 4,1 milhões de famílias. Quase a metade já chegou lá.

O acesso ao crédito do Pronaf, um esforço de melhora das condições de vida no campo a que se engajaram até Estados governados pela oposição, leva alguns de seus beneficiários a entusiasmos próximos do exagero. “O crédito para agricultura familiar, acompanhado, como vem ocorrendo, de assistência técnica, diversificação de culturas, capacitação profissional, sistemas próprios e coletivos de comercialização e estímulo à agroindústria doméstica, vai provocar surpresas no próximo Censo Agropecuário. O êxodo rural pode desacelerar ou até retroceder. Isso já acontece aqui, em algumas regiões do Paraná”, disse ao *Valor Adão* Carlos dos Santos, agricultor familiar que produz leite, ovos, batata, frutas, em 10 hectares no Município de Verê, sudoeste do Paraná. Adão é diretor-secretário da Cresol, uma rede de cooperativas de crédito solidário repassadora do Pronaf, com sede em Francisco Beltrão, Município de 70 mil habitantes a 90 quilômetros da fronteira com a Argentina e a 500 quilômetros de Curitiba.

“O Pronaf me deu – como se fala mesmo? – cidadania”, complementa José da Silva Medeiros, 60 anos, cinco filhos, desde 1998 plantador de açaí e mandioca em 50 hectares no assentamento do Incra Calmaria II, no interior do Pará, Município de Moju, separado de Belém pela mata amazônica (...)

“Antes do Pronaf, só entrei num banco para levar recado do meu patrão para o gerente. Hoje, tenho conta, o gerente sabe meu nome. Quando cruza comigo, me faz continência (traduzindo: me cumprimenta)”, diz Divino

Carmo dos Reis, plantador de café no Córrego do Catalão, Município de Santa Margarida, entre as montanhas da Zona da Mata do Estado de Minas Gerais (...)

A ausência de um novo Censo Agropecuário (o último se encerrou há 11 anos, exatamente quando o Pronaf começava; o próximo só ficará pronto no ano que vem) impede o balanço preciso da influência do programa na melhora das condições de vida no campo e seu impacto na migração rural. Impede também que se constate o verdadeiro peso da agricultura familiar na economia brasileira. Os dados de 1995-1996, entretanto, indicavam que, do total de 4,859 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no país, 4,139 milhões pertenciam ao sistema de produção comandado pela agricultura familiar, ou seja, 85%(...)

“O apoio à agricultura familiar não é só importante para a distribuição de renda e para a democratização da terra. É importante para o desenvolvimento do país. A agricultura familiar mudou, por exemplo, a qualidade do café na Zona da Mata, onde se produzem hoje os mais finos grãos do Brasil”, diz o Ministro Cassel, gaúcho de Santa Maria.

Com o ministro concorda, em Manhuaçu – epicentro da produção cafeeira da Zona da Mata e concentração de escritórios de representação das grandes exportadoras –, o agrônomo Bernardino Cangussu Guimarães, gerente regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), subordinada à Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. Segundo Bernardino, graças ao financiamento do Pronaf e a uma boa parceria Emater-MDA, houve transformação positiva dos hábitos de plantio, capina, tratamento pós-colheita (seca em terreiro de cimento ou lama asfáltica, por exemplo), resultando na melhora da qualidade do café da região. “O agricultor familiar”, disse, “já desfruta a vantagem de preço de R\$60 por saca entre o seu café bom ou ótimo e o café tipo Rio, de má fama e questionável qualidade”.

Divino, solteiro, 42 anos, terceiro ano primário, já fez de tudo: trabalhou na terra dos outros, recebeu como diarista na época da colheita, foi meeiro, e agora, na pequena propriedade de seis hectares, em sociedade com a mãe, cultiva 13 mil pés de café, ao lado de feijão e hortaliças. Vendeu em março, por

R\$250 cada uma, as 100 sacas colhidas e teve resultado líquido anual de R\$14 mil [já descontadas todas as suas despesas, o que lhe deu uma renda mensal em torno de R\$1,2 mil, acima da média nacional de salário, que é de R\$1,096 mil, segundo os cálculos do IBGE.]

O Censo Agropecuário pode mostrar uma desaceleração do êxodo rural no sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Sibá, esta Presidência já deu dois minutos a V. Ex^a, mas vai conceder mais dois minutos para que possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Agradeço. Vou saltar algumas partes para não perder o perfil.

Ao Pronaf podem ter acesso os agricultores beneficiados pela reforma agrária e assentados pelo Incra, proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, parceiros ou comodatários que, com mão-de-obra da própria família, trabalhem uma porção de terra inferior a quatro módulos fiscais e dali tirem predominantemente seu sustento. O trabalho de estranhos à família, com salário/dia discutido com o sindicato, só é permitido excepcionalmente e em tempo de colheita. Para candidatar-se ao financiamento, é preciso ter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que ateste a sua situação de agricultor familiar, emitida por um sindicato rural do município [valem todos os sindicatos, inclusive os patronais], pela Emater, ou pelo Incra, e apresentar um projeto de aplicação do financiamento. Técnicos da Emater, do MDA ou de cooperativas de crédito como a Cresol ajudam a preparar o projeto.

Sr. Presidente, como não há tempo para ler o restante do documento, peço a V. Ex^a que dê como lido o conjunto da matéria, retirado do jornal *Valor Econômico*.

Quero fazer aqui um agradecimento ao trabalho do jornalista Paulo Totti, porque, realmente, trata-se de matéria muito bem estudada, muito bem analisada, contendo muitos dados. Penso que o próprio ministério não fez uma divulgação dessa natureza.

O Pronaf é uma conquista, já desde o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que vem recebendo aperfeiçoamento constante, chegando agora a um investimento da ordem de R\$10 bilhões, fazendo, inclusive, um acesso muito rápido ao produtor; e para aqueles que pagarem em dia, além de não pagarem os juros e a correção monetária, ainda têm um rebate sobre o principal.

E aqui há um dado dizendo que a inadimplência na região da Zona da Mata de Minas Gerais é de zero por cento. Qualquer banco que tiver a inadimplência de

até 3% está entre os seus patamares aceitáveis; e nós temos, na média, no Pronaf, 1,8% apenas de inadimplência; e, no caso da Zona da Mata, zero por cento.

Então, quero dizer a V. Ex^a que fico muito feliz com a matéria e espero voltar outro momento a esta tribuna para concluir o comentário sobre o trabalho do jornalista Paulo Totti, do **Valor Econômico**, e pedir ao Ministro Guilherme Cassel que promova a divulgação desses dados, pois quando a reforma agrária é realmente bem trabalhada, levamos cidadania para o campo, paz, tranquilidade e, acima de tudo, renda para essas famílias.

Obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

VALOR ECONÔMICO

Paulo Totti
11-4-2007

Uma revolução está em curso pelos grotões do Brasil. É pacífica, já foi tensa e controversa, e o próprio governo a patrocina. Silenciosa, desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso ocupa espaços sem alarde e já está presente em 5,357 mil dos 5,561 mil municípios do país. Importante, mas ignorada, nem mesmo o ministério que a executa, o do Desenvolvimento Agrário (MDA), atraiu a cobiça de políticos e a especulação da mídia durante a recente reforma do primeiro escalão do governo do presidente Lula.

Esta revolução é feita com uma arma poderosa: o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e a abundante munição de R\$10 bilhões em crédito rápido e barato para a safra 2006/2007. Seu protagonista principal é o pequeno agricultor que, com a família, tira o sustento de um pedaço de terra limitado a 100 hectares na Amazônia e a 32 hectares no Centro-Sul. O objetivo é a inserção no mercado de, no mínimo, 16 milhões de brasileiros, ou 4,1 milhões de famílias. Quase a metade já chegou lá.

O acesso ao crédito do Pronaf, um esforço de melhora das condições de vida no campo a que se engajaram até Estados governados pela oposição, leva alguns de seus beneficiários a entusiasmos próximos do exagero. “O crédito para agricultura familiar, acompanhado, como vem ocorrendo, de assistência técnica, diversificação de culturas, capacitação profissional, sistemas próprios e coletivos de comercialização e estímulo à agroindústria doméstica, vai provocar surpresas no próximo Censo Agropecuário. O êxodo

rural pode desacelerar ou até retroceder. Isso já acontece aqui, em algumas regiões do Paraná”, disse ao Valor Adão Carlos dos Santos, agricultor familiar que produz leite, ovos, batata, frutas, em 10 hectares no município de Verê, sudoeste do Paraná. Adão é diretor-secretário da Cresol, uma rede de cooperativas de crédito solidário repassadora do Pronaf, com sede em Francisco Beltrão, município de 70 mil habitantes a 90 quilômetros da fronteira com a Argentina e a 500 quilômetros de Curitiba.

“O Pronaf me deu – como se fala mesmo? – cidadania”, complementa José da Silva Medeiros, 60 anos, cinco filhos, desde 1998 plantador de açaí e mandioca em 50 hectares no assentamento do Incra Calmaria II, no interior do Pará, município de Moju, separado de Belém pela mata amazônica, por grandes pontes sobre quatro rios navegáveis em balsas, meia dúzia de igarapés e 200 quilômetros de estradas esburacadas. A renda mensal de José era de R\$400. No ano passado, com financiamento do Pronaf, plantou 1,020 mil (“hoje são 1,019 mil, pois morreu um”) pés de palmeira, de cujos frutos a empresa Agropalma, a 20 quilômetros, no município de Tailândia, extrairá óleo de dendê e o transformará em biodiesel. Durante os 30 meses em que a palma ainda não produz os cachos de dendê, José receberá do MDA a ajuda de um salário mínimo por mês. Iniciada a produção, espera renda mensal só com o dendê de, no mínimo, R\$1,5 mil. “Louvado seja o Senhor!”, diz o evangélico José.

“Antes do Pronaf, só entrei num banco para levar recado do meu patrão para o gerente. Hoje, tenho conta, o gerente sabe meu nome. Quando cruza comigo, me faz continência (traduzindo: me cumprimenta)”, diz Divino Carmo dos Reis, plantador de café no Córrego do Catalão, município de Santa Margarida (8 mil habitantes na zona rural, 7 mil na cidade) entre as montanhas da Zona da Mata de Minas Gerais, quase divisa com o Espírito Santo, a 280 quilômetros de Belo Horizonte. Há dois anos, perante um júri de cinco provadores profissionais, Divino ganhou o concurso de produtor do café de melhor qualidade da região de Manhauçu, disputado por agricultores de 22 municípios.

A ausência de um novo Censo Agropecuário (o último se encerrou há 11 anos, exatamente quando o Pronaf começava; o próximo só ficará pronto no ano que vem) impede o balanço preciso da influência do programa na melhora das condições de vida no campo e seu impacto na migração rural. Impede também que se constate o verdadeiro peso da agricultura familiar na economia brasileira. Os dados de 1995-1996, entretanto, indicavam que do total de 4,859 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no país, 4,139 milhões pertenciam ao sistema de produção co-

mandado pela agricultura familiar, ou seja 85%. Esta última ocupava apenas 30,5% das terras, enquanto a “agricultura patronal” – como a ela se refere o MDA – detinha 68% da área e 11% do total dos estabelecimentos. “Apesar disso”, diz, em Brasília, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, “a agricultura familiar contribui hoje com cerca de 38% do PIB agropecuário”. Dados da Fipe, de 2003, indicavam uma participação de 36,2% da agricultura familiar na produção total da lavoura brasileira (fumo, 97,5%) e de 43,1% na produção da pecuária (aves, 51,2%; leite, 56%; suínos, 53,8%).

“O apoio à agricultura familiar não é só importante para a distribuição de renda e para a democratização da terra. É importante para o desenvolvimento do país. A agricultura familiar mudou, por exemplo, a qualidade do café na Zona da Mata, onde se produzem hoje os mais finos grãos do Brasil”, diz o Ministro Cassel, gaúcho de Santa Maria.

Com o ministro concorda, em Manhauçu – hepi-centro da produção cafeeira da Zona da Mata e concentração de escritórios de representação das grandes exportadoras –, o agrônomo Bernardino Cangussu Guimarães, gerente regional da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), subordinada à Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. Segundo Bernardino, graças ao financiamento do Pronaf e a uma boa parceria Emater-MDA, houve transformação positiva dos hábitos de plantio, capina, tratamento pós-colheita (secagem em terreiro de cimento ou lama asfáltica, por exemplo), resultando na melhora da qualidade do café da região. “O agricultor familiar”, disse, “já desfruta a vantagem de preço de R\$ 60 por saca entre o seu café bom ou ótimo e o café tipo Rio, de má fama e questionável qualidade”.

Divino, solteiro, 42 anos, terceiro ano primário, já fez de tudo, trabalhou na terra dos outros, recebeu como diarista na época da colheita, foi meeiro, e agora, na pequena propriedade de 6 hectares em sociedade com a mãe, cultiva 13 mil pés de café, ao lado de feijão e hortaliças. Vendeu em março, por R\$ 250 cada uma, as 100 sacas colhidas e teve resultado líquido anual de R\$14 mil (descontados insumos, liquidação do crédito de custeio, prestação do crédito de investimento e outras despesas) – ingresso mensal, só com café, de R\$1,2 mil, acima da atual média salarial brasileira, que é de R\$1,096 mil, apurada pelo IBGE.

Censo Agropecuário pode mostrar uma desaceleração do êxodo rural no sudoeste do Paraná.

A casa de Divino, num altiplano com vista para três fios de cascata que brotam da Serra do Caparaó, é de alvenaria (dois quartos, sala, cozinha, banheiro), tem luz elétrica, televisão, DVD, rádio, poço artesiano,

água corrente na privada. “A geladeira vou comprar na semana que vem”, diz ele. Sob o telheiro ao lado da casa, guarda um fuscão 85, comprado na safra passada. E, num dos quartos, a reluzente Honda de 125 cilindradas, prêmio no concurso de qualidade. Seu primeiro financiamento foi para custeio em 1999: R\$1,5 mil, a juros de 4% – hoje é de 3% – no chamado Pronaf C (acessível a quem tem renda bruta anual de R\$ 3 mil a R\$ 16 mil). Depois, cobriu com cimento – que impede, na chuva, a mistura de lama e café – o antigo terreiro de chão batido, com crédito do Pronaf C Investimento (R\$ 4 mil, juros de 3% ao ano, prazo de 8 anos, com 5 de carência). Como a renda melhorou, teve acesso ao Pronaf D (renda de R\$16 mil a R\$45 mil), e seu financiamento atual, de custeio, é de R\$4,485 mil. “Poderia ser maior (até R\$8 mil), mas não é bom ter muita dívida”, diz ele. Irmãos, irmãs, primos, primas, cunhados e cunhadas de Divino também plantam café em iguais porções de terra nas redondezas. Na hora da colheita, todos se juntam.

Ao Pronaf podem ter acesso agricultores beneficiados pela reforma agrária e assentados pelo Incra, proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros, parceiros, parceiros ou comodatários que, com mão-de-obra da própria família, trabalhem uma porção de terra inferior a quatro módulos fiscais (a medida de um módulo varia de região para região do país– no Norte pode chegar a 100 hectares; no Sul a 32), e dali tirem predominantemente seu sustento. O trabalho de estranhos à família, com salário/dia discutido com o sindicato, só é permitido excepcionalmente e em tempo de colheita. Para candidatar-se ao financiamento é preciso ter uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) que ateste a situação de agricultor familiar, emitida por um sindicato rural do município (vale também o dos grandes proprietários), pela Emater, ou pelo Incra, e apresentar um projeto de aplicação do financiamento. Técnicos da Emater, do MDA ou de cooperativas de crédito como a Cresol ajudam a preparar o projeto.

“Nada no mundo é imune à fraude”, diz João Luiz Guadagnin, gaúcho de Nova Prata e diretor de financiamento à produção rural do MDA. “Mas para receber a DAP é preciso comprovar que trabalha no campo junto com a família e que no mínimo 70% de sua renda vêm desse trabalho. Um banqueiro de São Paulo jamais conseguiria uma DAP para seu sítio de fim de semana em Ibiúna. A cada DAP expedida, o nome do beneficiário e o de sua mulher, junto com o CPF, aparecem no *site* do ministério. Os próprios agricultores denunciarão qualquer impostura”.

O risco do Pronaf é do banco ou da cooperativa de crédito solidário que repassa o financiamento. Em 4,2 mil municípios já há uma comissão – composta por

agricultores e representantes da prefeitura, do governo do Estado, do MDA – que decide sobre a concessão do crédito e fiscaliza sua aplicação.

E o pagamento dessas dívidas? Em geral, o crédito à agricultura familiar tem performance “em linha” com a do crédito livre no sistema financeiro nacional, cuja taxa de inadimplência estava em 4,9% em fevereiro, segundo o Banco Central. O paranaense Adoniran Peraci, secretário de Agricultura Familiar do MDA, estima que a inadimplência entre as categorias A e B, as mais pobres do Pronaf, pode chegar a 6%, “mas é de 1,8% nos grupos C, D, e E”. Nas regiões percorridas pelo Valor, a inadimplência é em torno de 3% no Pará, e de 5% no Paraná (consequência da estiagem dos dois últimos anos; em 2007, com safra abundante e melhores preços, o índice pode baixar). E a Zona da Mata de Minas acaba de comemorar a marca de zero por cento de inadimplência entre agricultores familiares. O pagamento rigorosamente em dia é premiado pelo Pronaf com um “rebate”, abatimento da dívida, normalmente de 25%, mas em alguns cultivos, como o do dendê, pode chegar a 40%.

O Pronaf não é de hoje. Foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso (em julho de 1996), como adaptação, revista e ampliada, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), implantado em 1994 pelo presidente Itamar Franco. Eram anos de grande agitação no meio rural, que culminou com o “grito da terra”, uma série de marchas sobre Brasília organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Movimento dos Sem Terra (MST). O Provap e o Pronaf foram uma reação do governo a agricultores familiares que engrossavam as manifestações e reclamavam contra as regras então vigentes que os consideravam “miniprodutores”, submetidos às mesmas exigências que os grandes para acesso ao crédito rural – ou seja, tinham pouca ou nenhuma chance. Os recursos do Provap e do Pronaf vinham inicialmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO). Mas já havia a intenção de dar tratamento desigual aos desiguais. E isso constituiu um avanço que até os críticos do governo FHC reconhecem.

Em favor dos pequenos, por exemplo, o governo acusado de neoliberal adotou a equalização de juros, eufemismo para o subsídio autorizado pelo Conselho Monetário Nacional, enquadrado pelo Banco Central e assumido pelo Tesouro. Na prática, houve progressos na concessão do financiamento, mas este se concentrou no Sul do país, com pálido desempenho

nas outras regiões. Em 2002, na entrega do governo, o Pronaf registrava um acumulado de 953 mil contratos, com R\$2,4 bilhões de financiamento – um atraso de cinco anos no cumprimento da meta em dinheiro prometida para 1997.

Em 2003, os que gritavam na direção do Planalto entraram no Planalto. Grande parte deles (especialmente da tendência Democracia Socialista do PT) viu-se por trás das vidraças do Bloco A da Esplanada, ao lado da Catedral de Niemeyer, um prédio superpovoado de ministérios, secretarias e subsecretarias, que passou a ser chamado de Xis-Tudo. CUT e Contag foram juntas. Lá fora, ficou o MST, cujo foco de atuação permanece voltado para a distribuição de terras.

Talvez, por isso mesmo, políticos e mídia continuaram atentos à parte mais conflituosa do MDA – a sua porção Incra –, o setor do ministério que se ocupa de mais ou menos 600 mil famílias de agricultores sem terra – 381 mil assentadas até o ano passado, o restante ainda por decidir. Os assentados mais antigos, aliás, já começam uma vida de agricultores familiares, têm acesso aos Pronaf A, B e A/C, e alguns conseguem migrar para categorias de renda mais alta.

Atraí pouca atenção, entretanto, o que acontece com um número muito mais expressivo de famílias, as de pouca terra. Foi com elas que se ocupou a porção SDA (Secretaria da Agricultura Familiar, do MDA), cuja tranquilidade para trabalhar é apenas, e às vezes ruidosamente, perturbada pelas lutas internas do PT e alguma divergência com o Ministério da Agricultura (gestão Roberto Rodrigues) sobre o modelo de exploração do potencial agrícola brasileiro.

O novo governo manteve a estrutura do Pronaf de FHC e introduziu-lhe modificações, diminuiu juros, ampliou prazos, criou novas modalidades de financiamento (Pronaf-Jovem, Pronaf-Mulher, Pronaf-Agroindústria, Pronaf-Floresta, Pronaf-Agroecologia), ampliou seu *funding* (todos os Fundos Constitucionais, Tesouro, FAT, BNDES, BNB, Basa, BRDE), exigiu que bancos apliquem 8% de seus depósitos a vista no crédito à agricultura familiar. E expandiu o Pronaf para todo o país. A participação do Sul, que era de 55% em 2002, baixou para 39%, a do Nordeste subiu de 15% para 26%, no ano civil de 2006. Mas continua fraca e até diminuiu (7,8% em 2002; 6,2% em 2007) a participação do Centro-Oeste no total dos desembolsos. Em 2006, o Pronaf liberou um total de R\$7,408 bilhões. E até a semana passada acumulava R\$24 bilhões de financiamentos desde o início do governo Lula (R\$26,3 bilhões é o total da história do Pronaf).

Apesar dos tropeços e de alguma improvisação, a estratégia do governo no tratamento da desigualdade no campo já mostra resultados positivos. Segundo

Adoniran Peraci, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, “faz muito sentido e tem um rumo” a divisão de trabalho social no governo Lula: o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome cuidaria da miséria, com o Bolsa Família e outros programas. O MDA, da pobreza, com os Pronaf A e B (renda bruta anual de até R\$3 mil), e, com o Pronaf C (renda de R\$3 mil até R\$16 mil), prepararia a transição para as categorias D e E, (teto de renda de R\$45 mil e R\$80 mil respectivamente), onde se situa o que se poderia considerar classe média baixa do meio rural.

Desde janeiro de 2003, o Pronaf contratou 6,360 milhões de operações de crédito: muitas delas são de agricultores que se candidataram a novos financiamentos (de custeio, principalmente) e, em sua maioria, se mudaram para um patamar mais alto de renda, numa demonstração de que algo positivo acontece no meio rural. E a escalada pode continuar, se o novo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, colocar em prática a prioridade, anunciada em sua posse, de apoio ao agricultor com renda familiar imediatamente acima de R\$80 mil. Stephanes fixou o piso de suas preocupações no teto das preocupações do MDA.

Esta é a primeira de uma série de três reportagens sobre o financiamento à agricultura familiar no Brasil. A segunda reportagem o denê como instrumento de melhora de renda no Pará será publicada amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no ano 2000, o Senador Lúcio Alcântara apresentou aqui no Senado uma proposta de emenda à Constituição que denota um anseio, hoje, de 300 mil famílias, crianças brasileiras que, nascidas de pais e mães brasileiros que estavam nos mais diversos Países – Israel, Japão, Argentina, Paraguai, Estados Unidos, enfim, onde quer que seja –, muitas vezes por atribuições de trabalho no exterior, estão impedidos de se tornar brasileiros natos.

O Senador Lúcio Alcântara apresentou essa proposta que aqui foi aprovada unanimemente, foi para a Câmara dos Deputados, onde também tramitou, já tendo sido aprovada unanimemente na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, aguardando agora ser apreciada, em uma última etapa, pela Comissão designada pelo Presidente Arlindo Chinaglia, em 7 de março último.

Acabo de ter uma audiência com S. Ex^a, juntamente com a Sr^a Helena Fragman, neta do Professor Inácio da Silva Telles, que também tem uma criança de 10 anos em Israel. Filha de mãe brasileira e que morou muito tempo no Brasil, fala português como brasileira e que pergunta: “mãe, quando serei brasileira?”. Este é o clamor de dezenas de crianças e pais que, inclusive, estão agora, neste semestre, fazendo uma peregrinação a todos os Consulados e Embaixadas brasileiras em todos os Países do mundo, para que logo possa o Congresso Nacional concluir a votação dessa proposta de emenda à Constituição, que no Senado recebeu o número 2.499 e, na Câmara, o número 272, de 2000.

Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, note que só agora, em 2007, a proposta do Senador Lúcio Alcântara, de 1999, está na fase final. Então, os pais e as mães que gostariam que as suas crianças se tornassem de fato brasileiros natos conclamam ao Congresso Nacional, e agora à Câmara, porque o Senado já cumpriu com o seu dever, de logo apreciar e votar essa proposição.

Era esse o registro que considero importante, inclusive numa homenagem ao nosso colega Lúcio Alcântara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Agradeço e parabeno V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Nery.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, nobre Senador.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Efraim Moraes, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos presenciando a 10^a Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, evento que congrega todas as Prefeituras do nosso imenso País, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios e pela Frente Nacional de Prefeitos.

No ensejo, quero me solidarizar, cumprimentar e saudar a presença em Brasília de mais de três mil pessoas dos diversos Estados brasileiros. Em especial, quero saudar a representação do Estado do Pará, que veio a Brasília, dirigida pelas associações regionais de Municípios do Pará nas diversas regiões do nosso Estado. E, ontem, a Bancada Paraense no Congresso teve a oportunidade de ouvir mais de perto os reclamos, as reivindicações, as aspirações e as possibilidades que o nosso trabalho no Parlamento nacional pode realizar para minimizar e enfrentar os graves problemas por que passam os Municípios brasileiros.

Segundo os organizadores do evento, cinco pontos são fundamentais, serão priorizados pelos Prefeitos na negociação com o Governo Federal e com o Congresso Nacional.

Os Prefeitos querem, em primeiro lugar, que o Congresso aprove a Emenda à Constituição nº 12, de 2006, que trata da regulamentação do pagamento dos precatórios. Caso seja aprovada, Sr. Presidente, a proposta criará um regime no qual a União, Estados e o Distrito Federal tornarão disponíveis 3% da despesa primária líquida e os Municípios disponibilizarão 1,5% para aplicação no pagamento de precatórios. Os recursos mencionados seriam distribuídos assim: 70% destinados para leilões com deságio para pagamento à vista de precatórios e 30% destinados para pagamento dos precatórios não quitados por leilão, sendo estabelecida uma ordem crescente de valores.

A Marcha também reivindica a imediata regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, que trata do financiamento da Saúde. Pelo texto da emenda, deveríamos ter um aumento de recursos para a área da Saúde de acordo com o crescimento econômico. O projeto de lei complementar que regulamenta a emenda determina que a União destine 10% de suas receitas correntes brutas para a Saúde e também define os parâmetros para o que pode ser considerado como gasto com saúde pública. Certamente, a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, é hoje uma das principais pendências das políticas de saúde e é uma reivindicação fundamental para os Municípios brasileiros.

A resistência do Governo Federal em regulamentar a emenda é motivada pela manutenção, a nosso ver, Sr. Presidente, de uma política econômica conservadora, baseada na contínua obtenção de superávits primários via sucateamento dos serviços públicos. Não existe como melhorar a Saúde ou fazer a prometida revolução educacional sem que ocorra uma imediata mudança de rumo na política econômica.

A terceira reivindicação dos Prefeitos e da Confederação Nacional dos Municípios é uma solução mais justa e sustentável para o problema do transporte escolar. Hoje, os Municípios enfrentam grandes dificuldades em transportar os seus alunos, e a situação se agrava ainda mais quando se vêem obrigados a assumir a responsabilidade dos alunos das redes públicas estaduais, sem, no entanto, ter recursos para garantir essa responsabilidade. Em média, as despesas com transporte escolar chegam a 16% das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino. Mais grave ainda é o fato de que ainda hoje muitos governos estaduais simplesmente

desconhecem os esforços municipais e não repassam recursos para cobrir despesas que seriam de responsabilidade estadual.

A quarta reivindicação é o estabelecimento de critérios mais justos na definição dos fatores de ponderação entre etapas e modalidades no recém-implantado Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. Os fatores aprovados pela Junta de Acompanhamento, formada por representação das três esferas de governo, foi totalmente favorável aos interesses dos Governadores, desvalorizando a remuneração a ser recebida pelos Municípios pelas matrículas de creche e de pré-escola. Ao fazer isso, acirrou a disputa entre os Entes Federados e, mais, desestimulou o crescimento de matrículas naquelas etapas com menor cobertura e que todos os estudiosos educacionais apontam como fundamental para melhorar o desempenho escolar brasileiro.

A quinta reivindicação pretende um aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios, o que representa algo em torno de R\$1,3 bilhão a mais por ano para os cofres municipais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a pauta apresentada pela Confederação dos Municípios e pela Frente Nacional de Prefeitos conta evidentemente com a solidariedade do conjunto dos Parlamentares, seja do Senado Federal, seja da Câmara dos Deputados. Tanto isso é verdade que, ontem e hoje, todos os pronunciamentos que ouvimos e acompanhamos desta tribuna e das comissões fizeram referência a essa luta dos Municípios brasileiros.

Num País onde a Constituição orientou a municipalização de quase todas as políticas públicas é justo e necessário que os Prefeitos trabalhem para garantir os recursos mínimos necessários para aplicação e desenvolvimento das políticas públicas municipais em todos os setores: educação, saneamento básico, transporte, saúde, desenvolvimento rural, meio ambiente, enfim, todas as políticas públicas que tenham a ver com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que realmente precisamos discutir, aproveitando esta importante mobilização municipalista, é a urgente e necessária reforma tributária que há tantos anos vem sendo colocada na pauta do Congresso e do Governo, mas que não tem saído do papel. É preciso garantir os recursos para que os Municípios possam trabalhar com alguma tranquilidade. Verificamos no dia-a-dia a angústia dos gestores públicos municipais por não terem como atender o conjunto de demandas que lhes são apresentadas, tendo em vista que a União arrecada

da o maior volume de recursos, mantendo em seu poder 58% da arrecadação tributária nacional, enquanto que os Estados ficam com 26% e os Municípios com apenas 16%.

Essa distorção, com certeza, fere de morte o pacto federativo. Os Entes Federados não têm sido contemplados proporcionalmente, de acordo com suas responsabilidades, com a distribuição dos recursos. Portanto, é necessário, é urgente a discussão sobre a implementação da reforma tributária que atenda os interesses dos Municípios brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente os recursos arrecadados pelo Governo de cada cidadão, de cada cidadã são usados hoje para manter os lucros de poucas famílias, financiando a dívida pública e mantendo os banqueiros felizes e sorridentes, com o pagamento das dívidas, dos compromissos tanto da dívida interna como da dívida externa.

Ultimamente, o Governo Lula anunciou uma retomada do papel do Estado na economia, com a idéia de que ocorreria uma guinada nos rumos anteriores, menos monetaristas e mais desenvolvimentistas. Mas essa tentativa nos marcos do capitalismo periférico contradiz com o caminho geral assumido pelo seu Governo. A primeira questão diz respeito à manutenção da altíssima taxa de juros que sinaliza a visão hegemônica que privilegia o capital financeiro. Taxas de juros altas servem para retraindo o investimento em qualquer lugar do mundo.

É essa sinalização que o Governo vem apondo.

O segundo aspecto é que isso retroalimenta ainda mais a dívida pública, numa política de “enxugar gelo”, fazendo altíssimos superávits primários, retraindo investimentos, contraindo recursos para as áreas sociais.

O Governo opta pela linha de “contornar obstáculos”, sem distribuir decentemente a renda, facilitando a vida dos grandes monopólios beneficiados pelas obras, mas mantendo a política de drenar recursos para o capital financeiro. Essa realidade precisa mudar. E isso só vai ocorrer com a tomada de medidas que efetivamente garantam justiça tributária e melhores condições de trabalho aos diversos Entes da Federação.

Sr. Presidente, os Prefeitos de todo o Brasil esperam desta Casa mais do que palavras de solidariedade. Esperam que sejam aprovadas as mudanças legais que favoreçam uma real e justa distribuição de atribuições e dos recursos públicos. Nessa tarefa, o Congresso Nacional tem uma missão muito importante.

Eram essas nossas preocupações, e o nosso compromisso é trabalhar por essa agenda. Como dis-

se antes, mais do que contar com nossa solidariedade, ela precisa contar com nosso empenho para que seja efetivada.

Por último, Sr. Presidente, quero tratar de um outro assunto igualmente importante. Registro nossa participação ontem no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Terra, do Território e da Biodiversidade, que conta com a participação de Deputados e de Senadores. Ao ser lançada, coloca-nos diante do desafio de fortalecermos a luta em defesa da reforma agrária e da regularização fundiária em diversas partes do nosso País, de modo que possa garantir, principalmente aos agricultores familiares, às populações tradicionais, as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento social e comunitário. Trabalharemos para que, entre suas tarefas, seja incluída a luta pelo combate e pela erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Por incrível que pareça, mesmo com as denúncias, com o volume de participação da sociedade e das organizações para denunciar o trabalho escravo, o relatório apresentado ontem pelo Ministério do Trabalho demonstra que, nos primeiros três meses de 2007, há um relativo aumento da incidência de trabalho escravo em nosso País, em relação ao mesmo período do ano passado. E, tristemente, constata-se que o nosso Estado do Pará continua sendo o campeão de trabalho escravo no Brasil. Essa chaga, essa mancha, com certeza, exige de todos nós, como tarefa fundamental, dotar o País de mecanismos legais para o combate ao trabalho escravo.

Além do trabalho de fiscalização que vem sendo feito, Sr. Presidente, quero anunciar aqui uma das prioridades da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal; uma prioridade entre todas as medidas legislativas que exigem aprovação do Congresso Nacional: trata-se da exigência de votação e aprovação da chamada PEC do Trabalho Escravo, que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, faltando votar apenas em segundo turno. Um esforço precisa ser feito de convencer a Mesa da Câmara e as Lideranças partidárias dos diversos Partidos políticos no sentido de votarem a PEC do Trabalho Escravo e assim contribuir decisivamente para a erradicação do trabalho escravo em nosso País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um breve aparte?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, gostaria de ter a honra de receber um aparte do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campanha.) – Senador Suplicy, o tem-

po do Senador José Nery já se esgotou várias vezes. Prorrogarei por mais um minuto para que V. Ex^a possa fazer o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Nery, primeiramente, gostaria de expressar o meu apoio à exaltação que V. Ex^a faz de boas-vindas a todos os Prefeitos do Brasil que aqui estiveram ontem, inclusive com o Presidente Lula, transmitindo as suas demandas, sobre as quais V. Ex^a falou, apoiando-os em defesa do municipalismo e de tudo aquilo que aqui trouxeram. Quero ainda manifestar meu apoio a V. Ex^a para a extinção do trabalho escravo. V. Ex^a, inclusive, estimulou-me a fazer parte da Subcomissão presidida por V. Ex^a para ajudarmos em todas as iniciativas que poderão colaborar, inclusive a proposta da Senadora Ana Júlia, a PEC sobre o trabalho escravo, que precisa ser logo apreciada e votada. Conforme transmiti a V. Ex^a, precisamos colocar em prática aqueles instrumentos que dêem maior grau de opção aos trabalhadores. Ou seja, diante de uma única oferta de trabalho, que porventura seja de caráter humilhante para essa pessoa, se estiver nela inserida a condição de trabalho escravo, que essa pessoa possa dizer que não aceita e, dentre esses instrumentos, está a renda básica incondicional de cidadania. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Suplicy, e principalmente o fato de V. Ex^a ter aceito o convite que lhe fiz para que integrasse a Subcomissão do Trabalho Escravo. Como tem sido a sua trajetória, o seu trabalho, na defesa do povo brasileiro, dos segmentos mais excluídos, com certeza, a sua contribuição será decisiva no trabalho que empreendemos, assim como do conjunto do Senado Federal, na medida em que apreciarmos projeto apresentado ainda pela Senadora Ana Júlia, ao qual V. Ex^a se referiu, que proíbe a concessão de créditos a quem promova trabalho escravo.

Agradeço ao Presidente Romeu Tuma pela condescendência e pelo tempo que me foi concedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Nery, tenho conversado muito sobre o problema do trabalho escravo, principalmente por ter sido da Polícia Federal. É uma ação permanente à semelhança do trabalho escravo. Tenho, muitas vezes, solicitado uma definição clara do que é o trabalho escravo e quais são as exigências para que isso não aconteça com o trabalhador, principalmente na zona rural.

Não sei se essa PEC tem esse alcance, mas pedirei uma cópia para verificar, pois pedir uma pu-

nição sem definir, normalmente traz uma confusão no momento da execução da operação.

Desculpe-me por interromper V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Se V. Ex^a me permitir mais um minuto, Sr. Presidente...

É configurado e entendido como trabalho escravo aquele realizado com a privação da liberdade da pessoa, sob condições degradantes e, às vezes, com emprego da violência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E a submissão econômica também, não é?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – É verdade, porque há escravidão por dívidas. Há uma situação, em várias partes do País, em que os trabalhadores são recrutados por aliciadores de mão-de-obra, os chamados “gatos” – V. Ex^a conhece essa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Coitados dos gatos, que não têm nada com isso.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – São Paulo, inclusive, figura entre os Estados que são aliciadores de mão-de-obra, no Nordeste principalmente. E, nessa condição, a partir do momento em que ele é convocado para aquele trabalho, já fica devendo ao patrão. É a escravidão por dívida.

Portanto, a PEC do trabalho escravo refere-se a um aspecto fundamental: o confisco da propriedade que promova tal ilicitude. Isso basicamente é o que diz a PEC do trabalho escravo, que se encontra na Câmara dos Deputados. Precisamos fazer uma conjugação de esforços para que essa medida seja votada, ajudando a ampliar o trabalho que já vem sendo feito para erradicar o trabalho escravo no Brasil.

Agora, amplia-se um outro aspecto. Com essa febre do etanol, da produção de combustível a partir da cana-de-açúcar, teremos, então, uma situação muito mais terrível, que é o trabalho degradante que hoje já ocorre nos canaviais de nosso País e que vai proliferar em número muito maior com essa expansão da cana-de-açúcar para transformar em combustível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Nery, há o Projeto de Desapropriação das Áreas de Plantio de Drogas Proibidas. Nós lutamos muito por sua aprovação. Hoje, há uma dificuldade jurídica da aplicação da legislação, porque, normalmente, põe-se em nome de terceiros, como se fosse locação da área. Aí o proprietário diz que desconhece a finalidade para a qual foi usada a terra.

Então, estou pedindo para que haja cautela no momento da redação definitiva desse projeto, a fim de que a emenda seja bem clara, esteja na mão de quem estiver.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Essa questão, Senador, é similar e, com certeza, o alerta de V. Ex^a nos

ajuda, pois, se o projeto precisar ser votado na Câmara dos Deputados já com a preocupação de não deixar nenhuma brecha jurídica, de não deixar uma interpretação confusa e retornar ao Senado, efetivamente oferecemos a nossa contribuição para essa luta que considero das mais importantes no limiar do século XXI.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao ilustre Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de uns tempos para cá, principalmente nesta Sessão Legislativa, vai-se tornando moda a impontualidade nesta Casa. Não se obedece mais à hora regimental para início da Ordem do Dia, 16 horas. Até aí, eu seria tolerante com mais meia hora ou mais 45 minutos, mas o pior, Sr. Presidente, é que não se sabe mais se haverá Ordem do Dia, se haverá votação.

Já fui vítima disso na semana passada e fui vítima ontem. Às 18h30 saí daqui certo de que não haveria votação e fui me reunir com os Prefeitos do Amazonas e com membros da Bancada do Amazonas. E, hoje, quando abri o *Jornal do Senado*, fui surpreendido com a notícia de que houve votação, convocada depois das 18h.

Sr. Presidente, V. Ex^a está na Presidência eventual do Senado, mas peço, por favor, que transmita ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, a inconformação minha e do meu Partido com essa situação.

Sei que vivemos, neste País, uma cultura de impontualidade, mas as instituições não devem aderir a essa cultura. O Senado deve ter ordem, deve possibilitar aos Senadores se agendarem. Eu me agendo, sou uma pessoa organizada.

Portanto, o meu mais veemente protesto quanto a essa situação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Jefferson Péres, há pouco, eu falava com a nossa Secretária, Dr^a Cláudia, sobre o processo angustiante pelo qual passamos quando não sabemos se vai ou não haver votação. Então, toda a nossa pauta pessoal se confunde na expectativa do que vai acontecer.

Portanto, dou razão a V. Ex^a. Vou solicitar que as notas taquigráficas do seu protesto sejam extraídas imediatamente e encaminhadas ao Presidente Renan, para que analise a matéria.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como Líder, por cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, agradeço-lhe e quero dizer que o Senador Jefferson Péres está repleto de razão, porque, realmente, organizarmos os nossos horários com o do Congresso e, de forma especial, com o do Senado, às vezes é bastante difícil.

Início o meu pronunciamento por um assunto que já me motivou várias vezes a vir à tribuna nos últimos dias, Senador João Durval: refiro-me ao estudo realizado por especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que apresentou, de forma contundente, a evolução da diminuição da desigualdade social, a diminuição desse imenso fosso, uma das principais chagas. O Senador Romeu Tuma, inclusive, teve oportunidade de me apartear em vários pronunciamentos sobre o tema.

O livro, que será lançado nesta sexta-feira, resultado do estudo feito por esses especialistas, dá conta de que a diminuição da desigualdade, ou seja, da injustiça social no Brasil, acelerou-se e é a menor dos últimos 30 anos, em volume e em velocidade, como não víamos há várias décadas.

Ontem, tive oportunidade de assistir à tevê. É engraçado, Senador João Durval, porque, na reportagem a que assisti, numa das principais redes de tevê do País, a ênfase era: o Brasil é o 10º país em injustiça. E, no “rodapé” da notícia, Senador Romeu Tuma, aparecia a notícia de que estamos melhorando, de que está havendo uma pequena melhora, uma evolução. Ou seja, o foco da pesquisa dos especialistas do Ipea é o de estávamos alcançando um dos melhores índices dos últimos 30 anos. É claro que sermos o 10º país em injustiça social, em concentração de renda, é realmente muito grave. Só que já fomos campeões! Ficamos em segundo lugar durante um bom tempo, atrás apenas de um país africano – já tive oportunidade de dizê-lo aqui –, cujo nome nem me lembro, por ser tão desconhecido.

Assisti àquilo e fiquei pensando, meditando. Depois, lê-se no editorial de um dos principais jornais de circulação do nosso País: “Cem dias desperdiçados”. Vou ler a primeira frase do artigo: “O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva completa os primeiros cem dias do segundo mandato sem uma só realização importante para exibir e sem haver avanços na execução de um único plano”. Leio isto e penso: como é que pode? No mesmo dia, sai a pesquisa CNT/Sensus. Parece que a população brasileira não tem senso, porque 83% da

população brasileira responde à pesquisa da CNT/Sensus – que, obviamente, não tem nada de petista, é um instituto responsável e não tem viés ideológico-partidário, pelo menos que eu tenha conhecimento – fazendo uma avaliação positiva do Governo. Quarenta e nove por cento – quase 50% – faz uma avaliação positiva e 34%, regular. Portanto, 83% fazem uma avaliação positiva do Governo.

Há alguma contradição entre a forma como estão sendo veiculados os fatos e a forma como a população está enxergando os fatos, vivendo os fatos, vivenciando as ações. Há uma contradição, quando se lê, segundo a pesquisa, que é crescente a avaliação positiva do Governo; é crescente a avaliação, inclusive no que concerne à aprovação do Governo Lula. Sessenta e três por cento aprovam. A aprovação é crescente. Em novembro de 2005, era de 46%. Portanto, 20% a mais de avaliação positiva.

Ouvi um outro comentarista. Dediquei-me a assistir à tevê e a ler os jornais, para ver como que se veiculam os fatos, como as ações estão sendo avaliadas.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Desculpe-me, Senadora, não percebi. Eu estava tão...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a estava emocionado com o meu pronunciamento, Senador Romeu Tuma!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu estava atento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a está lendo as estatísticas recentes, e estou me atualizando.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou vendo. V. Ex^a tem acompanhado bem.

Assisti, então, a um dos grandes comentaristas brasileiros, na telinha, dizer assim – avaliando a pesquisa, Senador Romeu Tuma –: “Nada atinge o Lula”. Nada. No entanto, há um editorial que noticia: “Cem dias desperdiçados”: não exibiu nada, não apresentou nada, não executou nada. Oitenta e três por cento da população avalia o Governo entre positivo e regular, e disseram que nada atinge o Lula. Como não atinge? Tem alguma coisa errada!

Volto a um tema que debatemos na época da eleição ou em seguida à eleição, Senador José Maranhão: parece que há uma falta de capacidade e de sensibilidade para se perceber que o cotidiano de boa parcela da população mudou. O cotidiano mudou, melhorou, aumentou a renda, há mais emprego, há mais oportunidade.

Não preciso nem ir muito longe. Basta ler as notícias de hoje, no *Valor Econômico*. Recomendo, inclusive, a leitura, Senador Cristovam Buarque, da extensa reportagem deste jornal, que traz muitos exemplos, muitos depoimentos de agricultores. Eles falam de uma verdadeira revolução pelo crédito na agricultura familiar, concedido pelo Pronaf. Desde que o Pronaf foi criado, em 1986, Senador Romeu Tuma, até agora, foram aplicados R\$26 bilhões. Mas, só para esta safra (2006/2007), estão previstos R\$10 bilhões para os agricultores familiares. Só nesta safra, R\$10 bilhões, mais do que um terço, do que o histórico do Pronaf. Isso modifica a vida das pessoas.

Há um depoimento precioso de um agricultor familiar na reportagem: “Antes, só entrei no banco uma vez, para levar um recado do meu patrão para o gerente. Agora, tenho conta, o gerente sabe o meu nome, me reconhece e me bate continência”.

É claro que uma pessoa como esta, que teve a vida modificada, inclusive a auto-estima, o respeito, porque teve acesso ao crédito e pode investir na sua propriedade, com certeza não achou os cem dias desperdiçados, nem achou que a pesquisa não representa a opinião da população, como se pudéssemos desligar o Presidente da ação do Governo do Presidente Lula.

Há outra matéria da *Gazeta Mercantil*, para não dizer que é só para pobre, porque tem gente que não gosta de política social para pobre. Ontem, durante a marcha dos Prefeitos, o Presidente foi contundente, dizendo que faz, fará e continuará fazendo, e ai de quem não se preocupar com os pobres ou o fizer somente na época de pedir voto. A matéria da *Gazeta Mercantil* trata da contratação de consórcios para a casa própria. Houve um crescimento recorde. Em 2006, 210 mil novos participantes aderiram ao sistema, que reúne 400 mil quotistas apenas no setor imobiliário. O perfil é formado pela classe média.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir, Senador Romeu Tuma.

O perfil é formado pela classe média – 58% –, entre 30 e 39 anos. Portanto, uma faixa etária bastante jovem da classe média.

Então, é por isso que a pesquisa apresenta esses números, Senador Suplicy: 83%, 69% de avaliação. Aí, os especialistas de Economia, de Sociologia, de política, saem com estas pérolas: “Cem dias desperdiçados”, “nada atinge o Presidente Lula” e por aí vamos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não sei se o Presidente me permite conceder o aparte, porque já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a tem o prazer de pedir aparte depois de encerrado o tempo do orador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Porque eu queria justamente, Senador Romeu Tuma, dizer que nós dois fomos testemunhas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Aliás, ontem, falei isso para a Senadora.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ... do encontro realizado na Feira da Indústria de Autopeças, quando o Presidente Lula, no Anhembi, na segunda-feira, teve um diálogo muito positivo e franco com os empresários da indústria automobilística e conclamou-os, inclusive, a dizer mais claramente aquilo que, muitas vezes, alguns deles dizem, ou seja, como as suas empresas estão indo tão bem e, no entanto, quando se reúnem, às vezes começam a avaliar que nem sempre as coisas estariam tão bem. Cada um deles deu testemunho pessoal muito positivo sobre o crescimento de suas vendas e de sua produção. Em verdade, a indústria automobilística teve o melhor ano, com a produção de 2,7 milhões de automóveis, e há uma perspectiva de, em breve, se alcançarem três milhões, três milhões e pouco, com um volume de exportações muito significativo. Pude testemunhar, prezada Líder, Senadora Ideli Salvatti, que esse ambiente de otimismo começa a se espalhar por quase todos os segmentos da sociedade brasileira. Então, os resultados citados por V. Ex^a, da CNT/Sensus, indicam que podemos, hoje, ouvir aqueles que são, por exemplo, os beneficiários de programas sociais, como o Programa de Crédito para os Agricultores Familiares (Pronaf), os que são beneficiários do Programa Bolsa-Família e aqueles que estão percebendo que a economia está tendo sinais muito positivos, inclusive com a diminuição da taxa de risco Brasil para o menor nível em tantos anos – pouco mais de 150 pontos –, o que é um dado excepcional. Quão bom será se o Congresso Nacional puder acelerar a votação das medidas que estão sob a nossa responsabilidade. Que sejam debatidas, sejam ouvidas as sugestões de aprimoramento de cada uma delas e, na medida do possível, sejam votadas. Espero que, no Senado Federal, haja a disposição de logo apreciarmos e votarmos essas matérias. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy. O meu discurso de hoje foi feito exatamente para, mais uma vez, confirmar que a opinião pública e a opinião publicada andam

muito distantes em vários casos. Isso já se confirmou na eleição e continua acontecendo.

Para que não nos distanciemos da opinião pública, aquela do povo brasileiro, o Congresso Nacional tem a tarefa de desempacar, Senador Romeu Tuma, as votações de interesse da Nação brasileira. Só posso lamentar que hoje, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tenhamos deixado ainda para semana que vem a votação do PLN nº 1, aquele que vai aumentar os recursos do Orçamento para investimentos, de 4,3 bilhões para 11,2 bilhões. Nesse projeto, vai ser incluída emenda para diminuir a contrapartida das prefeituras, a fim de que possam acessar um volume maior de recursos para habitação e saneamento.

Não podemos ser contrários à opinião pública. Penso que a população brasileira exige isso de nós.

Muito obrigada e desculpe-me por ter ultrapassado meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

Em seguida, falará o Senador José Maranhão, pela Liderança do PMDB.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o tema que me traz à tribuna, quero dar a minha mão à palmatória: esse Lula é muito forte, esse Lula tem *teflon*. Resiste à arrogância, à prepotência, à soberba dos líderes que não estão aqui para defender o seu Governo quando esse passa por dias de dificuldade; que não vêm justificar o porquê do apagão; que não vêm justificar por que o País quer CPI das ONG. No entanto, vêm aqui para se vangloriar de números e dados com os quais não colaboraram. Não colaboraram com o debate, nem sequer dignificaram a luta de um homem só, que chegou ao poder apesar dos aloprados. Não ouvi a voz das lideranças para fazer mea-culpa quando os aloprados envergonhavam o País. Vejo a soberba e a arrogância de pessoas que se colam à imagem de um trabalhador, cujos momentos de deformação por que passou foram, exatamente, Senador Romeu Tuma, provocados pelos que o cercam.

Vemos o Presidente Lula, nessa tentativa desesperada de procurar apoio no PMDB, pagando, às vezes, até preço alto por isso; vemos o Presidente Lula convocando ao seu palácio adversários históricos, inclusive do meu Partido, mostrando à Nação, de maneira silenciosa, que não suporta mais a convivência nociva que tem com alguns setores de seu Partido.

Aliás, Lula só tem dado alegria ao PT, e esse só lhe tem respondido com tristeza, escândalo, desmando

e gulodice de cargo. Por isso, acredito que nada faz tão bem ao homem e à humanidade como a humildade.

A popularidade é retrato de um momento. A popularidade representa fatos até um determinado corte analisado pela sociedade, mas isso não é eterno. Há exemplos, na História do Brasil, de líderes resistentes no item popularidade, mas que, pelo mau governo, provocado por si próprios ou por seus companheiros, foram caindo na descrença popular e o ostracismo passou a ser seu companheiro.

Nada no mundo é eterno. Aliás, o grande drama do Partido dos Trabalhadores é saber que ou rasga a Constituição e tenta, de maneira desesperada, um terceiro mandato, ou não tem nos seus quadros nome algum que chegue perto da luta do Presidente Lula, que reconhecemos e respeitamos. Quando nós o combatemos é porque não é possível que seus próprios companheiros não respeitem a sua história e a sua luta.

Não vi ainda a Liderança do Partido dos Trabalhadores subir a esta tribuna para dizer aos companheiros que parem de atrapalhar Lula, que parem de criar escândalos. O que vejo é arrogância, é prepotência e, acima de tudo, a falta de objetivos e de propostas após cem dias de um Governo que não formou sequer um Ministério, mas, sim, uma colcha de retalhos.

Sr. Presidente, o que se vê no País hoje é, nada mais nada menos, do que a luta vergonhosa por cargos que tenham na sua rubrica cifras milionárias. Ninguém vê lutar o Partido dos Trabalhadores para diminuir a fila dos hospitais, para acabar com a dor dos velhinhos aposentados; não se vê ninguém lutar pelo bem social e pela diminuição da desigualdade que, durante tanto tempo, foi o carro-chefe das praças públicas, onde uma estrela brilhava isolada. Só se vê brigarem por cargos, por poder!

Lamentavelmente, esse é o quadro.

E eles, Sr. Presidente – a verdade é esta –, desafiam a lei da gravidade! Batem no Presidente Lula, mas não acertam. O Presidente Lula continua passando sozinho; mas seus companheiros, não.

Faço um desafio, se quiserem: enfrentem os mil, dois mil, três mil Prefeitos, como Lula os enfrentou, e vão ver se não são vaiados, como foi vaiado o Ministro da Defesa. Não abusem do carisma e do prestígio de um homem que deu tudo – deu vida, deu história – a esse Partido!

São arrogantes apenas quando as pesquisas são favoráveis. Quando elas são negativas, “colocam o rabo entre as pernas” e se escondem nos gabinetes. Quando o Governo é atacado nos escândalos, quase diários, somem daqui, não aparecem. Pobre Lula! Pobre Lula!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Concedo o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer. Com certeza, V. Ex^a vai me dar razão, porque V. Ex^a é um homem independente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a está cobrando da Bancada do Partido dos Trabalhadores a presença neste plenário de suas Lideranças, Líder ou Vice-Líder. Eu sou o Vice-Líder da Bancada do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Desde quando?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Desde o início desta Legislatura.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Parabéns! V. Ex^a foi redimido. O execrado da Legislatura passada é redimido na Legislatura atual. Quero parabenizá-lo, tardiamente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Aqui estou, a postos, no plenário, prestando atenção às observações feitas por V. Ex^a, para lhe dizer que muitas delas não me parecem justas nem de bom senso. Começo por lhe transmitir algo que estranhei. V. Ex^a quase que estaria criticando os seus colegas Senadores do PFL e do PSDB por atenderem ao convite do Presidente Lula para dialogar. Quero transmitir a V. Ex^a, primeiro, um ponto importante: nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, hoje somos 12, e V. Ex^a bem sabe que não há registro de quaisquer problemas, como os apontados por V. Ex^a, na imprensa envolvendo companheiros nossos, Senadoras ou Senadores do PT. V. Ex^a bem sabe que nunca houve, da parte de Senadoras e Senadores, felizmente, problemas como os apontados por V. Ex^a. Queremos continuar ajudando o Presidente Lula, e evitando problemas dessa natureza. Isso é um ponto importante. Segundo, sabemos que, muitas vezes, aqui no Senado, são feitas críticas contundentes ao Governo, como as que V. Ex^a faz neste instante e as que outros Srs. Senadores fazem. Nós recomendamos ao Presidente – V. Ex^a tomou conhecimento da nossa reunião na terça-feira passada (dessa vez, não pude convidá-lo porque era um jantar para os Senadores do PT) – que, na medida do possível, possa dialogar com alguns Senadores da Oposição – espero que, em breve, com V. Ex^a também – para que Sua Excelência possa ouvi-los, olho no olho. Inclusive, ouvir recomendações contundentes como as que o Senador Antonio Carlos Magalhães, seu colega, antes do PFL, hoje dos Democratas, transmitiu com muita sinceridade ao Presidente, que gostou de ouvi-las, críticas e recomendações, mas saiu de lá com uma postura de cooperação. V. Ex^a também deveria

reconhecer os avanços significativos registrados no âmbito da economia, tais como a taxa de risco, que foi para 155, uma das mais baixas da História do Brasil; uma melhor distribuição da renda, que, nos anos 90, tinha atingido 0,60 e, agora, está em 0,566 – ainda está muito alta, mas é um progresso significativo; a taxa de crescimento, que ainda não é a ideal, mas aponta para um crescimento bastante positivo. Há um conjunto de dados macroeconômicos positivos, como poucas vezes ocorreu. Então, o Presidente Lula, nos mais diversos lugares, e ainda hoje, no Rio...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a, quando possível, me concederia um aparte?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sei que V. Ex^a gosta...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, vou conceder alguns minutos a mais a V. Ex^a, porque o aparte do Senador Eduardo Suplicy tomou todo o tempo destinado a V. Ex^a.

Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Ex^a que seja breve.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não lhe corte a inspiração! Continue.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Então, prezado Senador Heráclito Fortes,...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte? (Risos.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Preciso respeitar o orador na tribuna, Senador Valadares. Quero registrar que a pesquisa CNT/Sensus é baseada em dados positivos, que têm ocorrido. V. Ex^a mencionou que não estamos falando dos controladores, mas, felizmente, podemos dar a boa notícia que V. Ex^a também está registrando, que a Páscoa foi muito mais tranquila nos aeroportos – sou testemunha disso, porque tomei avião nesses últimos dias – e os atrasos hoje têm sido muito menores do que há algumas semanas. Portanto, também esse problema está em vias de ser solucionado. É tão bom que V. Ex^a esteja sempre apontando quaisquer problemas no País, porque estamos atentos às suas palavras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, pelo respeito e admiração que tenho por V. Ex^a, e por mais respeito ainda ao povo de São Paulo, que lhe traz pela terceira vez a esta Casa, quero pedir ao Sr. Presidente que solicite à Taquigrafia as notas do meu discurso, porque S. Ex^a cita três coisas que não falei. Ou ele comunicou-se com a assessoria do PT, que não está passando para ele exatamente o que eu disse aqui da tribuna... Porque em nenhum

momento critiquei a ida de quem quer que seja para conversar com o Lula; apenas registrei o desespero do Lula em querer procurar adversários históricos porque não confia nos que estão ao lado dele, pelas decepções que lhe proporcionaram.

Senador Eduardo Suplicy, o Brasil lhe deve muito. Vi V. Ex^a às lágrimas, nesta tribuna e neste plenário, quando teve a coragem de assinar uma CPI, enfrentando a sanha do seu Partido, mas o fez por convicção. Senador Suplicy, V. Ex^a reclama ou justifica-se por não me ter convidado para o seu jantar. Fique tranqüilo! Tenho certeza de que no jantar de amizade pessoal...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a ainda não ingressou no PT. Aquele era só para o PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, fique tranqüilo, V. Ex^a não me criou ciúme, constrangimento. Pelo contrário, criou-me alívio por eu não ter passado pelo dissabor de ver companheiros seus sugerirem que V. Ex^a jogasse pela janela alguns camarões para a imprensa, que, no cumprimento de seu dever, aguardava, embaixo, que o PT se refestelasse no camarão e no champanhe, no que há de bom e de melhor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não houve champanhe. Houve uma *paella*. E, muito simplesmente...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não tinha camarão?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Havia, e de minha responsabilidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não tinha camarão, Senador Eduardo Suplicy? Será que a Liderança do seu Partido...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sr. Senador, eu estou concedendo mais tempo a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, se não havia camarão, a Liderança do Partido do Senador mente até no cardápio.

Peço que V. Ex^a esclareça.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Havia peixe com camarão. E houve o suficiente, e inteiramente da minha responsabilidade, porque eu era o anfitrião. As despesas foram da minha responsabilidade, e houve o suficiente, inclusive, para cada jornalista – sem ter sido jogado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não jogou pela janela?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a desatendeu a um pedido da Liderança. É o rebelde de sempre, que eu admiro.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Foi servido no prato, com todo o respeito e educação, a cada um dos que aguardavam com tanta ansiedade, inclusive aos seguranças do Presidente e do edifício.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – De qualquer maneira...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a estivesse lá, também iria...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a cantou?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não houve tempo para a música dessa vez, porque o Presidente tinha um tempo exíguo e, inclusive, eu expliquei ao Senador Sibá Machado que, em outra oportunidade, ele será muito bem-vindo com o violão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mais um erro da assessoria do Presidente Lula, que mandou que ele se retirasse antes de ouvir a sua voz melodiosa e cativante, Senador Eduardo Suplicy. Tenho certeza de que foi o melhor do encontro.

Mas, Sr. Presidente, o Senador Suplicy é cauteloso. Quando disse que não havia nenhum Senador envolvido em escândalos, ele, propositadamente, fez questão de omitir seus colegas da Câmara. Será que faltou solidariedade aos seus colegas? Aos que dançaram no plenário, Senador Suplicy? Aos que carregaram dólar na cueca? Não importa que eles estejam sentados aqui ou lá, eles são do Congresso Nacional e representam seu Partido e a sua história. O que eu quis dizer foi isso. Está aí o mal de quem pega o discurso pela metade e, para cumprir o dever partidário – agora de Vice-Líder, e eu o parabeno novamente –, entra no carro com o trem andando, e às vezes se espatifa nos trilhos.

V. Ex^a sabe que este Senado é uma Casa fechada – mais difícil as tentações –, a Câmara não. Será possível, Senador Suplicy, que seu Partido não tenha pago um preço alto pelos aloprados? V. Ex^a desconhece os aloprados? O que eu disse é que não vi nesta tribuna ninguém defender o Partido nesse momento. O que eu disse foi que não vi nesta tribuna ninguém justificar. Aliás, V. Ex^a, às vezes, uma voz isolada aqui e ali, sempre isolada e dissonante do Partido de V. Ex^a.

Srs. Senadores...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe das críticas que muitas vezes temos feito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Eduardo Suplicy, Senador Heráclito Fortes, peço que esse debate pessoal, sem ser de interesse

público, fique para depois, a fim de que o Senador Heráclito tenha tempo de encerrar seu discurso.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, ele desviou o meu discurso. Eu ia falar sobre o mau governo que se realiza no Piauí, que é uma cópia do que se faz aqui, em âmbito nacional. Mas V. Ex^a me dá uma oportunidade fantástica. Eu, que sou daquele Estado pequeno, pobre, querendo crescer, tenho a oportunidade de discutir nesta tribuna com o senhor dos votos, um Senador de São Paulo... Ainda bem que esta é uma Casa de igualdade, diferentemente da Câmara, onde a representação popular é produto dos eleitores. Aqui, não. Quando a Constituição promulgada garante o equilíbrio dos Poderes é para permitir que a representação dos Estados seja justa. E aí, Senador Epitácio Cafeteira, nós, do Nordeste, temos a oportunidade de disputar espaço na tribuna com esta extraordinária figura que é o Senador Eduardo Suplicy, perdido no PT mais do que cego em tiroteio.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a sabe do rigor com que eu próprio tenho agido com cada ação inadequada que porventura qualquer companheiro meu de Partido tenha realizado. Não quero mais interferir indevidamente em seu pronunciamento, mas saiba que toda a Bancada do PT no Senado, primeiro, é solidária ao Presidente Lula, e estamos procurando colaborar para prevenir todo e qualquer problema, como o do tipo que, infelizmente, nos preocupou, nos entristeceu e fez com que eu assinasse aqui o requerimento de CPI. Mas espero que, neste quadriênio, possamos avançar muito positivamente a fim de construir um Brasil melhor, e um Piauí melhor também, inclusive a sua terra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Daí por que, Senador Eduardo Suplicy, por conhecer tanto V. Ex^a, conhecer tanto seu caráter, seu comportamento, é que eu disse, no início, que V. Ex^a concordaria comigo. Ao final, concorda, evidentemente, por método confuso, mas é um direito que lhe assiste. Sei que V. Ex^a é uma voz isolada em seu Partido. V. Ex^a é a voz que tem coragem de discordar. V. Ex^a – o Senador Cristovam Buarque é testemunha – teve coragem, inclusive, de se lançar candidato, nas prévias, contra Lula, e pagou um preço alto por isso. Pagou um preço altíssimo, e ainda hoje paga. De forma que V. Ex^a é a exceção para confirmar a regra. Daí por que, quando falei que o Partido foge do plenário, não me referi a V. Ex^a, eu me referi às Lideranças formais. V. Ex^a é um Vice-Líder do baixo clero, é o Vice-Líder dos temas menos importantes, porque o alto clero não lhe dá espaço. E o Brasil todo reconhece isso. E, talvez, por reconhecer isso é que a solidariedade do povo de São Paulo não lhe faltou

em uma eleição difícil. Daí por que V. Ex^a é essa figura que transita nesta Casa, e todos respeitam.

Não defenda o indefensável! Seja sempre o Suplicy diferente, essa figura a que todos nós queremos bem e que todos nós admiramos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permita-me fazer uma previsão diferente daquela que V. Ex^a fez. V. Ex^a pode estar certo de que, para 2010, o Partido dos Trabalhadores terá inúmeros...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...exce-lentes pré-candidatos à Presidência da República, assim como espero que o Partido de V. Ex^a venha a ter.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Fora o Sr. José Dirceu, que está lançado, quem é o outro?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. Haverá muitos. Tenha V. Ex^a a certeza de que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a vai se empenhar no plebiscito de anistia do Dr. José Dirceu?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Primeiro, é direito dele apresentar, e nós vamos examinar todas as razões. E o Congresso Nacional – acredito que deve ser uma decisão da Câmara dos Deputados – terá todos os elementos. Espero que José Dirceu forneça os elementos necessários para a decisão a mais consciente possível. Tenha certeza V. Ex^a de que o Partido dos Trabalhadores terá um candidato muito forte...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP.) – Peço desculpas, mas a Mesa está sendo tolerante com o debate. Há outros oradores, que reclamam, com os olhos, esta tolerância. O tempo de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, foi realmente “comido” pelo tempo do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, quando cito o ex-Deputado José Dirceu, Senador Suplicy, é porque é o nome que vejo nas ruas, é o nome que vejo sendo articulado. Não somos nós que temos divergências com José Dirceu; são os companheiros dos senhores mesmos. É o fogo amigo, não somos nós. Somos espectadores. Vamos ter os nossos candidatos, e os senhores terão os de vocês.

Sabemos que o Sr. Delúbio Soares está voltando às atividades; sabemos que todos os aloprados, aos poucos, estão voltando, e as arrecadações comecem.

Aliás, o artigo do Roberto Jefferson publicado na revista *Istoé* merece dormir debaixo do travesseiro de cada um dos que passaram pela era do mensalão e dos aloprados. Acho que todos devem ter um alfinete

na cabeceira da cama para usarem ao acordar, porque, como dizia Agamenon Magalhães, conterrâneo do Senador Jarbas Vasconcelos, o homem público tem de espetar o corpo para saber que é igual aos outros.

Sr. Presidente, infelizmente, o meu discurso foi desviado. Mas, como é desmando e apenas uma questão de escala, já que os do Piauí são menores que os do Brasil, embora todos saiam da mesma forma, da mesma origem, os piauienses me aguardarão até amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma indagação à Mesa: haverá Ordem do Dia ainda hoje?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Osmar Dias, já houve um protesto do Senador Jefferson Péres, cujas notas taquigráficas solicitei que fossem destacadas e encaminhadas ao Presidente. A Secretária-Geral da Mesa, Dr^a Cláudia Lyra, esteve no gabinete do Presidente. S. Ex^a está reunido com alguns Líderes discutindo a questão.

De forma muito angustiada, digo a V. Ex^a que a Mesa ainda não tem conhecimento sobre se vai haver ou não votação na Ordem do Dia. A Ordem do Dia pode ser iniciada, porque há leituras que devem ser feitas, mas se vai ou não haver votação é outra questão. Estamos aguardando.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão à Mesa, para que V. Ex^a transmita ao Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – As reuniões com os Líderes devem ser feitas na parte da manhã, porque todos os outros Senadores ficam sem informação, já que os Líderes estão reunidos. Fui Líder até fevereiro, tinha a informação e a passava para a Bancada quando podia. Entretanto, se o Líder foi chamado para uma reunião agora, às 17 horas e 51 minutos, a que horas vai terminar a reunião dos Líderes e a que horas vamos começar a sessão?

Então, fica impossível mantermos as atividades de Senador, que não é só a de estar no plenário, mas também a de atender Prefeitos e pessoas do meu Estado que visitam meu gabinete. Mas não posso pro-

gramar isso, porque não existe uma agenda fixa no Senado. Se os Líderes são chamados para fazer uma reunião às 17 horas, é claro que a Ordem do Dia não vai começar antes das 19 horas!

Vamos estabelecer horário. Vamos começar a Ordem do Dia às 21 horas de uma vez. Aí já estão todos sabendo o que vai acontecer.

Sr. Presidente, essa situação não está desagradando só a mim; está desagradando a todos os Senadores com quem converso. O protesto começou com o Senador Jefferson Péres e comigo, mas tenho a certeza de que não estou falando só por mim, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Extrairemos as notas taquigráficas do protesto de V. Ex^a e as encaminharemos à Presidência, Senador Osmar Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Gostaria que V. Ex^a fosse rápido, Senador Antonio Carlos Valadares – amigo de Sergipe, que um bom jantar sempre nos oferece –, porque o Senador José Maranhão tem o direito à palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saber se V. Ex^a me dá uma permissão. Às 18 horas, tenho um compromisso fora do Senado; então, se houver votação nominal, estarei obrigatoriamente nesse compromisso, marcado há 15 dias. Finalmente, com muito esforço, consegui fixar data e horário para esse compromisso. Ora, como possivelmente o Senado realizará votações a partir das 18 horas, o prejudicado serei eu, porque não comparecerei à sessão deliberativa. Pergunto se é possível V. Ex^a, consultando o Regimento Interno, perdoar minha ausência, ou seja, dizer-me se posso atender meu compromisso, sem que receba falta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com bom senso e pela qualidade dos protestos que estão acontecendo em plenário, V. Ex^a tem todo o direito, senão a obrigação, de comparecer ao compromisso já agendado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a. Irei a esse compromisso graças à palavra do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Se tiver de haver falta, será colocada no meu nome, não no de V. Ex^a.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que V. Ex^a me inscreva, para falar pela Liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Seu nome será inscrito pala Secretária, Dr^a Claudia.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, toleráveis por mais tempo, se houver necessidade.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Acredito, Sr. Presidente, na tolerância e na paciência de V. Ex^a, haja vista o tempo concedido no último discurso aqui proferido.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo décimo ano consecutivo, a Marcha em Defesa dos Municípios chegou a Brasília. Mais uma vez, centenas de personalidades da política brasileira, entre Prefeitos, Secretários Municipais, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Governadores, Ministros de Estado, o próprio Presidente da República e outras autoridades, reúnem-se, para debater os principais temas relacionados às nossas cidades, nesse que é o mais importante evento do municipalismo nacional.

É nos Municípios que as demandas mais essenciais do cidadão se encontram concretamente com o Poder Público e onde esse é colocado em xeque com as deficiências e com as dificuldades das municipalidades.

Fala-se muito na importância da União, do Estado Federal, dos Estados-Membros da Federação, mas nenhuma entidade é mais importante na Federação brasileira do que o Município, a única real. Enquanto o Estado e a União são abstrações de direito, o Município é o lugar concreto em que o cidadão nasce, vive, trabalha, produz, realiza e morre; é onde a Nação aufere os resultados da contribuição de todos, para construir um País melhor.

Quero falar aqui, sem nenhuma pretensão, da minha experiência como Governador de Estado por duas vezes. Conheço de perto – e muito bem – os dilemas e as angústias dos Prefeitos, diante da escassez permanente dos recursos.

É bem verdade que a condição para a emancipação de distritos democratizou-se muito em vários pontos do território nacional, inclusive no meu Estado, que hoje, apesar de um território pequeno, conta com 223 Municípios. É importante também registrar que, em todos os novos Municípios, mesmo naqueles de pouca expressão econômica, notou-se, depois da emancipação, um surto de desenvolvimento e, sobre-

tudo, de bem-estar da população, no que diz respeito à urbanização e aos serviços essenciais de saúde, de educação e de transporte coletivo.

Creio que não estou exagerando, ao afirmar que a Marcha já se tornou uma das mais marcantes tradições da nossa democracia. Ela representa, antes de mais nada, a liberdade de expressão, a legitimidade da luta pelo direito e pela justiça e a busca permanente da igualdade, da superação das dificuldades e da melhoria de vida dos cidadãos deste País.

Quero, assim, dar as boas-vindas aos Prefeitos que, uma vez mais, vêm, legitimamente, à Capital federal, para apresentar seus anseios, suas preocupações, suas esperanças e, principalmente, sua pauta de reivindicações, a qual, não tenho dúvida, reflete as reais necessidades dos Municípios brasileiros.

Em especial, apresento as boas-vindas aos Prefeitos do meu Estado, da Paraíba, companheiros de longa data, de jornada, de sonhos e de ideais, comungando as mesmas e sofridas preocupações na construção coletiva de uma sociedade mais justa na partilha de oportunidades e de serviços públicos de qualidade para todos, conforme preceituado na Constituição Federal.

Nos últimos dez anos, a Marcha dos Prefeitos conquistou vitórias nada desprezíveis. Em 1999, por exemplo, o aumento de cerca de 10% no Fundo de Participação dos Municípios foi resultado direto das demandas realizadas no âmbito da 2ª Marcha.

A Taxa de Iluminação Pública, aprovada finalmente em dezembro de 2002, também havia sido defendida com afinco nas Marchas anteriores. Em 2006, a participação, no evento, dos principais candidatos à Presidência da República foi uma demonstração inequívoca da representatividade e do prestígio alcançados pela Marcha dos Prefeitos no cenário político nacional.

Entretanto, graves e importantes questões permanecem inalteradas.

Neste ano, as demandas dos gestores municipais compõem-se, prioritariamente, de cinco pontos, quais sejam: o financiamento da saúde pública, o transporte escolar, as etapas e as modalidades de educação básica, o pagamento de precatórios e o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. É verdade que essa reivindicação já tinha sido feita há três anos e prometida também há três anos, mas não há por que se negar um crédito de confiança ao Presidente, agora, no seu segundo compromisso de atender a essa reivindicação, que me parece justa e até mesmo modesta, dos administradores municipais, tamanhas são as tarefas e as dificuldades que enfrentam nas suas comunas.

De outra parte, os Municípios reclamam das autoridades brasileiras, não só do Executivo, mas desta Casa do Congresso Nacional, da Câmara Federal. Reclamam a injusta partição das receitas nacionais no atendimento daquilo que são direitos irrecusáveis das edilidades brasileiras.

Permeando todos os cinco pontos estão a evidente preocupação dos Prefeitos em relação à saúde financeira de seus Municípios; sua constante luta por um pacto federativo mais consistente; e, principalmente, a ênfase e a prioridade que os Prefeitos sempre colocam nas questões que afetam mais de perto seus concidadãos: a saúde, a educação e o bem-estar das pessoas.

Quero deixar registrado que, de minha parte, sou plenamente favorável à pauta trazida pelos Prefeitos nesta 10ª Marcha. Tenho a convicção de que, como de costume, suas demandas são legítimas e justificadas. Aliás, no curso do meu trabalho legislativo, não tem sido outra minha posição, sempre que necessário, defendendo essa reforma no sistema federativo, sobretudo, no que respeita à divisão do bolo da receita nacional.

A urgente regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, por exemplo, é absolutamente necessária para desatar o nó górdio da saúde pública brasileira. O financiamento do setor está caótico, vítima que é de contingenciamentos, da má aplicação de recursos e de graves problemas quanto aos critérios para a definição de gastos públicos com saúde.

Na condição de Governador, vivenciei esse problema. A Emenda nº 29, que foi uma emenda movida pelas melhores das intenções, de muito espírito público, tornou obrigatória a aplicação de 12% da receita corrente líquida dos Estados em saúde pública. Muitos Estados cumpriram com essa obrigação, que não é facultativa, que é mandatária, que é obrigação constitucional. Durante minha gestão, apliquei não os 12% que a lei estabelecia, mas apliquei 1% a mais: foram 13% na média de todo o curso da minha administração. Lamentavelmente, essa situação, hoje, na Paraíba é inteiramente diversa: aplicam-se apenas 5,6% daquilo que seria obrigatório pela própria Constituição nacional e por essa Emenda nº 29.

Lidar com questões dessa relevância é algo que os Prefeitos fazem com empenho e com dedicação. E eu diria que, na média, os Prefeitos brasileiros têm cumprido com esse mandamento constitucional. Não são os Prefeitos, mas muitos Governadores, como o do meu Estado, que deixam de aplicar na saúde pública, o que a própria Constituição caracteriza como crime de omissão.

O excesso de obrigações a que são submetidos os Municípios brasileiros, aliado aos escassos recursos de que os Prefeitos dispõem para dar conta de todas as necessidades da população, gera distorções no equilíbrio federativo, que, aliás, sempre foi extremamente precário no Brasil, como todos aqui sabem.

A situação que os Municípios atravessam, com muitos deveres e com poucos direitos, é insustentável! Uma distribuição de recursos proporcional e justa, que corresponda às competências e às responsabilidades de cada instância da Federação, é a grande meta a ser alcançada, não apenas pelo movimento municipalista, mas também pelo Brasil, como Nação. Nesse particular, a Marcha dos Prefeitos pode contar com todo o nosso apoio e com nossa solidariedade.

Faço votos, finalmente, de que a 10ª Marcha dos Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios, evento que já faz parte de nossa tradição democrática, seja um fulgurante sucesso, como vem acontecendo a cada ano, mas que, sobretudo, as recomendações extraídas deixem a mera retórica, no menor prazo possível, para se consubstanciarem nas indispensáveis ferramentas distributivas das quais o Brasil e os brasileiros tanto carecem.

As conquistas das Marchas anteriores, além de um estímulo, são a evidência de que os Prefeitos estão no caminho certo e de que uma Federação mais justa e equânime está cada vez mais próxima.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exª e aos nossos Pares a tolerância por ouvirem essas modestas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a importância do discurso de V. Exª não há tolerância; há respeito e, com certeza, admiração pelo que os prefeitos estão passando hoje em razão das dificuldades de ordem econômica.

Com a palavra o Senador Magno Malta como inscrito.

Tem V. Exª a palavra por dez minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Telespectadores da TV Senado, gostaria de alertar o Governo Federal – e começo assim meu pronunciamento, até por um compromisso que fiz comigo mesmo – no sentido de que não brinque com essa história de greve da Polícia Federal.

O momento que nós vivemos é grave, muito grave. Um jornal do meu Estado, do qual gostaria de fazer algumas leituras, em sua parte policial, trata da

questão da paralisação dos servidores públicos que prestam serviço na Polícia Federal em solidariedade, Sr. Presidente, aos servidores da Polícia Federal, isso para que o Governo cumpra o acordo feito no ano passado e que até hoje não foi cumprido, Senadora Rosalba Ciarlini.

Não podemos ter a Polícia Federal parada em um momento como este em que a violência grassa, avassala-se e está sem domínio no País. Vivemos um momento ímpar na segurança pública brasileira, e V. Exª sabe muito bem disso. Seria o caos ter a Polícia Federal em greve, fora das fronteiras, deixando-as ainda mais abertas, visto que já são abertas por natureza, por falta de efetivo.

Assim, conclamo e peço mais uma vez ao Ministro Tarso Genro para que o Governo cumpra o seu compromisso. Aliás, a Polícia Federal não está pedindo nem reivindicando nada. É acordo! E aquilo que é combinado não é caro. Isso eu já disse aqui desta tribuna. Portanto, que se cumpra o acordo feito com a Polícia Federal, porque ela é primordial e necessária à Nação brasileira.

Sr. Presidente, gostaria ainda de comentar, já que o meu tempo é escasso, um artigo do Dr. Saúde, Dráuzio Varella, que ficou conhecido por suas inserções na televisão, pelas orientações e pelas dicas de saúde. O Brasil assimilou esse médico, hoje conhecido como “Dr. Saúde”. Trata-se de matéria muito boa do Dr. Dráuzio – pedi inclusive ao meu gabinete que lhe enviasse os meus cumprimentos –, a qual gostaria que ficasse registrada nos Anais da Casa.

“A Propaganda do Cigarro”. Grifei alguns pontos aqui:

“Quem pode ser contra uma lei como essa? Não torna o cigarro ilegal, não aumenta os impostos, não obriga a indústria a arcar com os gastos da saúde das vítimas do fumo (como estão fazendo os americanos), não pune as agências por propaganda enganosa, apenas proíbe a publicidade”.

Depois há um outro texto marcado aqui: “90% dos fumantes começam a fumar antes dos 21 anos”.

E há que se registrar: há 26 anos da minha vida retiro drogados das ruas. Nas minhas estatísticas e com a minha experiência dentro da casa de recuperação, de cada dez drogados, com drogas ilegais – porque álcool e fumo também são drogas e estão na legalidade –, que estão cheirando cocaína, fumando **crack**, fumando maconha, nove são filhos de fumantes, e já receberam esse presente de grego dentro de casa.

Acho até graça daqueles pais que chegam com o filho, que está fumando maconha, pedindo para ajudá-lo, mas o pai chorando, tem duas carteiras de cigarro no bolso, o bigode cor de abóbora de nicotina e acha

que o filho virou um desgraçado. Na verdade, o filho é fruto dele, porque esse comportamento ele aprendeu dentro de casa.

“Atenta ao mercado, a indústria do fumo dirige a publicidade para a infância e a puberdade”, é mais um trecho do texto de Dráuzio Varella.

E continua:

“O argumento empregado pela indústria para justificar a oposição às leis que pretendem proibir a publicidade do cigarro tem sido tradicionalmente o de que muitos trabalhadores vivem da lavoura, do preparo industrial e da comercialização do fumo, e que uma queda de consumo provocaria desemprego”.

A conversa fiada é a mesma. É só o governo trocar de cultura com esses agricultores, fazer investimento, o que é possível.

Agora, na marcha dos prefeitos, o Presidente Lula comunicou alguns avanços, o que não tínhamos nos últimos 20 anos. Critique quem quiser criticar, mas o Presidente Lula fez um gol de placa, realizando anseios de 20 anos atrás, de lutas de Municípios. E isso não cai da noite para o dia. Existem estudos, existem demandas, e ele foi lá e comunicou.

Fazer uma mudança de cultura, Senador Flávio Arns, com os agricultores – e nisso também o Dr. Dráuzio Varella está certo – é conversa fiada. Todas as vezes os donos das indústrias de fumo vêm com a mesma conversa no sentido de querer proibir ou coibir que as leis sejam votadas.

Continua ainda: “Proibir a propaganda do fumo está acima de partidos políticos, de interesses de grupos ou de ideologias. A Câmara, o Senado e a sociedade têm uma grande responsabilidade”.

O cigarro mata dez pessoas por hora no Brasil; mas tem gente que está preocupada com a Aids.

Temos uma sociedade hipócrita que se alcooliza, que fuma e que vive dizendo que os políticos e a polícia têm que dar jeito nos drogados que estão nas ruas, quando, na verdade, nem a polícia e nem a classe política foram constituídas para criar filho de ninguém. A criação de um filho e a formação do seu caráter, tudo isso é construído dentro de casa.

Quero parabenizar o Dr. Dráuzio Varella. Precisamos nos debruçar novamente nesse tema. Para tanto, prometo à sociedade brasileira que está me ouvindo e que comunga com esses temas que fazem parte da violência que se abateu sobre o País que estarei permanentemente falando sobre esse tema.

Senador Flávio Arns, na semana passada, protocolou um projeto que institui exame toxicológico para quem vai tirar carteira de habilitação. Isso quer dizer que quem vai tirar ou renovar carteira de motorista tem que ficar esperto porque vai passar por um exame antidrogas.

Há, ainda, um outro projeto da minha autoria, uma emenda ao Código Nacional de Trânsito, propondo que o cidadão brasileiro possa tirar carteira de motorista aos 16 anos, pois nessa idade já é um homem formado, com todos os reflexos, podendo, inclusive, gerar filhos. E os que hoje são chamados de menores, com 16 anos, estão estuprando, assassinando, arrastando as pessoas nas ruas.

A minha proposta é que aos 16 anos de idade – eu tenho duas filhas que entraram na faculdade aos 16 anos de idade –, o cidadão que já pode votar, pode tirar Presidente da República, pode estuprar, pode gerar filho, pode matar, que está com todos os seus reflexos em dia, que entra na faculdade aos 16 anos, esteja também apto a tirar a carteira de motorista. Isso quer dizer que passará pelo exame toxicológico. E tem exame toxicológico – e eu espero que essa lei seja aprovada, com a força da sociedade – que acusa o uso de substância alucinógena até quatro anos para trás. Então, o menino de 12 anos vai saber que não vai poder usar droga se quiser tirar a carteira de motorista. Isso é pedagógico. Isso é prevenção. Isso ajuda o País. Isso ajuda a desfazer amarras desnecessárias. Ou seja, por que esperar os 18 anos para tirar a carteira de motorista, sendo que aos 16 todos os reflexos estão prontos? Aos 16 anos, o cidadão está pronto para decidir.

Então, Senador Demóstenes Torres, protocolei, na semana passada – e espero que seja aprovado por esta Casa, Senador Valdir Raupp –, o projeto que visa instituir exame toxicológico para tirar e renovar a carteira de motorista.

E sabe que dia estaremos prontos?

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pois não.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Magno Malta, quero dizer a V. Ex^a que, de plano, empresto meu apoio integral à iniciativa que está tomando, no sentido de propor ao Congresso Nacional esse tipo de exigência. Todos sabemos que a dependência química provoca uma repercussão deletéria sobre a personalidade do indivíduo. Todos sabemos que, sob os efeitos de drogas, o indivíduo se libera totalmente para a prática do bem e, sobretudo, para a prática do mal. Mais do que isso, sabemos que grande parte dos acidentes de trânsito são provocados pelo uso de drogas.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Informo a V. Ex^a que 70% dos acidentes de trânsito estão debitados na conta das bebidas alcoólicas.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Magno Malta, a proposta de V. Ex^a tem um grande alcance, não só no efeito imediato, no resultado imediato do que está acontecendo no trânsito e na área criminal, como também na própria prevenção, porque o jovem, sabendo que será submetido ao exame toxicológico no momento em que tirar sua habilitação, começará a imaginar que deve livrar-se da droga ou evitar esse caminho. V. Ex^a está se valendo de uma imaginação muito rica no instante em que faz esse tipo de proposta. Pode contar com nossa defesa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como no plenário desta Casa. Meus aplausos a V. Ex^a pela iniciativa e pela criatividade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Nobre Senador, o aparte de V. Ex^a enriquece meu pronunciamento. A adesão de V. Ex^a à minha proposta deixa-me fortalecido para continuar a lutar em favor do arrefecimento da violência para tranquilizar a sociedade brasileira. O posicionamento de V. Ex^a, que é Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e conhece o assunto porque é operador do Direito, deixa-me envaidecido e grato.

Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, espero que esta Casa venha junto comigo. Senador Demóstenes Torres, um batalhador na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ontem foi divulgada pesquisa no *Globo On Line*, da CNT/Sensus: 81% da população brasileira apóiam a redução da maioridade penal. Para 90% da população brasileira, Senador Romeu Tuma, a violência aumentou.

Porém, é uma pena que reduziremos a maioridade penal de 18 anos para 16 anos. Isso não quer dizer nada. Dois anos para a frente ou dois anos para trás não significa nada, ficará do mesmo tamanho. O que temos de fazer, Senador Demóstenes, V. Ex^a que é o Relator dessa proposta, que é um avanço muito grande, V. Ex^a que é muito bem informado, tem uma assessoria de imprensa maravilhosa...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO. Fazendo soar a campanha.) – Senador Magno Malta, peço a V. Ex^a a compreensão de concluir seu pronunciamento, porque há muitos oradores e Líderes inscritos. Darei mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido.

V. Ex^a já tomou conhecimento de que 81% da população brasileira estão querendo a redução da maioridade penal. A redução para 16 anos é um avanço, mas não é tudo. Tínhamos é que tirar a faixa etária, Senador Demóstenes. Nada de faixa etária! O cidadão brasileiro que cometer crime de natureza hedionda, porque existem crimes que não têm natureza hedion-

da, perde sua menoridade para pagar as penas da lei. A redução para 16 anos será um avanço? Sim, mas entendo que parte dos 81% que quer redução de maioridade penal terá a sensação de frustração. Qual é a diferença entre 16 anos e 18 anos? Quase que nada, Senador Raupp!

Voltarei a falar desse assunto posteriormente. Protocolei, Senador Demóstenes – Senador Demóstenes, hoje estou com o espírito do Senador Mão Santa, fico chamando e insistindo, mas é que o assunto tem a ver com V. Ex^a –, um projeto para que o indivíduo que recebe indulto ou está em liberdade condicional use pulseira. Senador Romeu Tuma, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania precisa se debruçar sobre esse projeto, a fim de que possamos responder imediatamente à sociedade, para não termos o dissabor das condicionais ou dos indultos de Natal, como temos tido, em que os presos saem para delinquir sem que a polícia saiba onde estão.

Ouçó o aparte do Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Magno Malta, V. Ex^a está falando de vários assuntos referentes ao aumento da criminalidade e à tentativa de encontrar um caminho para sua diminuição. Perguntei ao Senador Valter Pereira sobre o aparte que S. Ex^a lhe fez, porque, infelizmente, eu estava no fundo e não percebi a extensão do que foi dito. Achei interessante a referência de V. Ex^a ao fato de o menor de 18 anos e maior de 16 anos poder receber habilitação para dirigir veículo, submetendo-se por antecipação ao exame toxicológico. É perfeito o que V. Ex^a está propondo. Vamos conversar e tentar apoiá-lo nesse sentido. Mas chamo a atenção de V. Ex^a e do Senador Demóstenes Torres de que temos como referencial o exame criminológico, cuja possibilidade foi afastada. V. Ex^a fala em indulto e em liberdade condicional. Acabaram com o exame criminológico, porque o tempo da espera atrapalhava o gerente das penitenciárias. Então, era melhor a análise olho no olho, do tipo “você é bonzinho e vai embora”. Temos de lutar para que esse exame volte imediatamente a ser aplicado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Essa é uma coisa séria. Quando eu e o Senador Efraim éramos Deputados Federais, a Câmara derrubou o exame criminológico, com o protesto de todos nós, para atender ao Governador de São Paulo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – É verdade. Foi porque havia o desejo do então secretário do sistema penitenciário de diminuir o público carcerário, o número de presos. Então, tinha-se de encontrar algum caminho. Todos os anos, se V. Ex^a ler meus discursos de fim de ano, verá que vou à tribuna para criticar os indultos, porque a cada ano está aumentando a liberação de

prisioneiros com penas mais altas. Eu e a Senadora Heloisa Helena estávamos estudando o melhor sistema, a pulseira ou o calcanhar, para acompanhar aqueles que saem no Natal, na Páscoa. Nessa Páscoa, um dos presos que saiu, assaltou e assassinou um policial. Em meio dia que ficou fora da cadeia!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já saiu para fazer isso mesmo.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A reincidência é notável. Bandido inventa como sair para a rua, como sair até para ir ao hospital, ou para fazer uma visita, ou para fazer depoimento fora da área em que praticou o crime. Ele quer passear, ele está preso, não respira, tem uma série de contradições. Então, ele inventa uma série de coisas. Houve um caso, vou contar porque considero relevante. Não é piada, Sr. Presidente Valdir Raupp. Um dia, um preso chegou diante de um juiz e começou a espumar como em um ataque epilético. O juiz, em desespero, chamou a ambulância e levaram o preso ao hospital. Ele tinha colocado um alka-seltzer na boca para poder sair e não fazer o depoimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Simulou uma crise epilética.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Então, não se pode fazer análise “olho no olho”, como se o bandido fosse bonzinho e não soubesse enganar as autoridades quando ele quer. Então, têm que ser feitos exames científicos, como o exame criminológico e o exame toxicológico. Temos de nos acautelar – acredito que V. Ex^a esteja do meu lado – quando autoridades, pelo desespero da corrupção envolvendo o tráfico de drogas, querem descriminalizar tudo. Eu acho que é um absurdo. São assustadoras essas propostas no sentido de que, quem quiser, use qualquer droga, a responsabilidade é de quem a usou. Acho que isso não vai diminuir o movimento; ao contrário, vai aumentar, porque é estimulante. Então, precisamos ter cautela e ficar assim como V. Ex^a, da tribuna, devagarinho, combatendo essas novidades que vão surgindo ao longo do tempo. Peço desculpas por ter interrompido o discurso de V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Quem quer legalizar as drogas nunca nem ouviu falar das fronteiras do Brasil e não sabe com quem fazemos fronteira. Isso é uma viagem. No dia em que legalizarmos as drogas neste País, traremos os nossos vizinhos para cá e outros países mais, para nos ajudar a ficarmos piores do que já estamos.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que preparei um outro projeto – ao qual espero que meus pares apóiem – propondo que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica façam exame toxicológico nos jovens que

ingressarem em suas escolas superiores ou para servir e que esse exame seja repetido no momento da baixa.

Isso é pedagógico. Isso é fazer prevenção às drogas. É disso que mais necessitamos neste País.

Senador Demóstenes Torres, espero que V. Ex^a, que é o relator-mor da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, e o Senador Romeu Tuma, que faz parte da Comissão, sempre atentos a esta matéria, possam fazer coro comigo.

Eu digo à Nação brasileira que preciso do apoio daqueles que estão assistindo a TV Senado.

Registro, ao final do meu pronunciamento, Senador Valdir Raupp, que há uma pessoa muito importante nos assistindo. Falo do meu querido Raul Gil, que me ligou e disse que está assistindo a TV Senado. Certamente está nos vendo na tribuna esse ícone, essa referência da comunicação, essa referência como pai de família. Eu o conheço e é a mesma figura a que o povo se acostumou a ver na televisão. É um sujeito expansivo e que também se tem colocado à disposição da família na luta de combate às drogas, Senador Pedro Simon .

Aliás, Senador Simon, o Raul Gil está vivendo uma situação inusitada com alguém do Estado de V. Ex^a. O Raul gosta de dar oportunidade para as crianças, e deu uma oportunidade a uma criança do seu Estado, a pedido do Presidente Lula.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Levaram o menino para cantar na festa onde estava o Presidente Lula. E o Lula falou que iria pedir ao Raul para deixar o menino cantar, Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO. Fazendo soar a campanha.) – Peço que V. Ex^a conclua.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Há cinco minutos que estou tentando concluir e não consigo, mas agora vou.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Seis.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Seis? Mas esse mal é de todos aqui.

E ele deu oportunidade para o menino, levando-o ao programa. O menino cantou, cantou e cantou. No dia em que o menino foi retirado pelo júri, o pai dele entrou na Justiça do Rio Grande do Sul contra o Raul, alegando danos morais.

Quero dizer ao Raul que tenha paciência e que continue dando oportunidade às crianças, porque certamente o Brasil o conhece. Não será por isso que ele vai parar de dar oportunidade aos talentos brasileiros.

Ficamos honrados ao saber que ele está vendo a TV Senado e que está ligado em tudo isso. É um sujeito que combate a violência e as drogas e que está atento, como pai de família e como cidadão, ao que está acontecendo neste País.

Senador Demóstenes Torres, ajude-me a aprovar a proposta de obrigatoriedade de exame toxicológico para quem tira carteira de motorista neste País.

Muito obrigado pela benevolência, Senador Valdir Raupp.

Um abraço ao Brasil que está nos assistindo.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira e Valdir Raupp, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex^a e parabéns pelo pronunciamento.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho ocupar esta tribuna para, no dia de hoje, fazer coro com as palavras pronunciadas ontem pelo Senador José Agripino a respeito da gravidade da situação na região Nordeste do País.

A essa altura, Sr. Presidente, as chuvas não chegaram, houve uma suspensão de um inverno iniciado no mês de janeiro, o que cria um clima de muita tensão no interior do Rio Grande do Norte, no interior da Paraíba, no interior do Ceará, no interior de qualquer um dos Estados do Nordeste do País, na medida em que já não se acredita naquela safra de subsistência, não se acredita que o gado, os animais venham a sobreviver com a pastagem que não se criou, que não se enraizou, que não se consolidou.

Alguns Senadores de outras regiões do País poderão pensar: “Lá vem o discurso de um Senador do Nordeste com o problema da seca, atrás de recursos emergenciais; lá vem, de novo, aquele discurso repetitivo, cansativo, que, na verdade, já não comove e sensibiliza ninguém.”

Eu não estou aqui para comover nem para sensibilizar. Estou aqui para dizer que a situação já deveria ter levado a uma articulação do Governo Federal, do Governo Estadual e das prefeituras municipais.

A história não é nova, Sr. Presidente. A história se repete. E nós ficamos numa situação muito constrangedora. Mas deixo esse constrangimento para trás. O que interessa agora é que os nossos governos sejam sensíveis a uma realidade e possam ir ao encontro

das populações do interior do Rio Grande do Norte, ou do Ceará, ou da Paraíba, ou de Pernambuco.

Tratados sobre isto existem em abundância: como conviver com a seca, como combater a seca, como levar assistência ao homem do campo.

Mas, Sr. Presidente, o pior de tudo é que há insistência em se dizer que não deve haver essa preparação porque vai chover. Já foi dito que ia chover em fevereiro, e não choveu. Era março, e não choveu. Disseram que seria em abril, e não choveu.

Sr. Presidente, não podemos expor uma região sofrida, 90% dela mergulhada no semi-árido. Não podemos expor uma região a uma situação de absoluta indefinição governamental. Isso é o que estamos...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sei que estou atropelando o Regimento, mas é em face do caráter emergencial do problema.

Concluo, dizendo que a minha reclamação é no sentido de que o mínimo que se deveria fazer seria um planejamento que dissesse àquele que vive no Nordeste que ele não está sozinho, que ele será ajudado e apoiado de alguma maneira.

A médio prazo, a situação talvez seja ainda pior. Não quero ser aqui o portador de tão más notícias, mas o que se diz sobre o aquecimento global é que ele terá um efeito negativo sobretudo na Amazônia e no Nordeste e que os invernos se mostrarão demorados, deixando a população nessa situação.

Quero deixar este apelo e agradecer demais a V. Ex^a, Sr. Presidente. Pedi a palavra pela ordem, e V. Ex^a me concedeu, como homem de boa-fé.

Creio que a causa é justa. “Tudo vale a pena se a alma não é pequena”, já dizia Fernando Pessoa. Neste caso, a causa é das mais justas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Esta Presidência se solidariza com a sua aflição, com o seu apelo, e ninguém melhor do que V. Ex^a para fazer essa cobrança, como profundo conhecedor das questões nordestinas, assim como o nobre Senador Jarbas Vasconcelos, também presente neste momento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, pela Liderança da Minoria. Em seguida, eu a concederei ao Senador Pedro Simon, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero fazer uma observação: não começamos a Ordem do Dia. São 18 horas e 40 minutos. E, para que esta sessão não se torne ilegal, ela deveria ter sido prorrogada. Não foi – pelo menos não ouvi a prorrogação da sessão. Portanto, este período da sessão é irregular. Sr. Presidente, isso é consequência do fato de estarmos aqui, a tarde toda, esperando o início da Ordem do Dia. Ficamos dependentes de um ou de dois Líderes que, se quiserem, mantêm o Senado Federal parado, como ocorre agora. Se um Líder não quiser, ele mantém o Senado parado.

Então, vou repetir: as reuniões de Líderes devem ser feitas de manhã, para se decidir sobre a pauta que vamos votar à tarde. Mas convocar uma reunião, às cinco horas da tarde, para ouvir dos Líderes se vai haver votação ou não, sinceramente! Eu poderia até pedir o encerramento da sessão, mas não vou fazer isso em respeito aos Senadores que vão falar.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex^a o alerta e prorrogo a sessão por mais uma hora.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Superintendência de Seguros Privados é uma das noivas autárquicas mais cobiçadas do Ministério da Fazenda, pois envolve um poder quase absoluto. Por isso, surpreendentemente o ministério permite que continue à frente da Susep o superintendente René de Oliveira Garcia Júnior. O cargo é ainda mais significativo porque seus ocupantes agem quase nos subterrâneos, mas Garcia Junior não é exatamente um anônimo. Ao contrário, é bastante conhecido no Ministério Público Federal, que homenageou sua gestão com ação de improbidade administrativa na 14^a Varia Federal do Rio de Janeiro.

A Susep é poderosa, mas tem Código de Ética e outros documentos que a regem. Seus próprios documentos informam que é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. São nove atribuições, entre elas “zelar pela liquidez e sobrevivência das empresas que integram o mercado”, segundo reza o Estatuto da Susep. Além disso, o Código de Ética também prega, em seu artigo 3º, que são deveres fundamentais do servidor público da Susep “pautar-se, no exercício de suas responsabilidades profissionais, pelo estrito atendimento aos princípios administrativos da legalidade, moralidade, probidade, impessoalidade e imparcialidade” e “ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação de serviços públicos”.

O Ministro da Fazenda, como Presidente do Conselho da Susep, certamente está se esquecendo desses princípios. Do contrário, já teria afastado Garcia Júnior, investigado pelos Procuradores da República, com denúncia aceita pela Justiça Federal. O principal servidor da Susep está no cargo através do descumprimento claro de seu Estatuto e do Código de Ética. Como o superintendente vai zelar por algo que é acusado de descumprir?

A investigação de improbidade administrativa que o Ministério Público Federal faz contra o superintendente da Susep se deve a negócios mal explicados com o empresário Arthur Falk, ex-controlador da empresa Interunion Capitalização, conhecida por seu nome de fantasia Papatudo. A Interunion sofreu intervenção em 1996 e foi liquidada extrajudicialmente em 1998. A responsável pelas medidas foi a Susep. Essa mistura explosiva de Susep, Papatudo e Falk resultou na investigação do Ministério Público Federal. Em vez de afastar do cargo o superintendente, tomou-se outra providência: processar os procuradores.

Não se trata de um caso qualquer. Quando o Papatudo foi à lona, levou junto milhões de pessoas pobres e simples que acreditaram no tal título de capitalização. São vítimas que perderam quantidades consideradas pequenas, mas que somadas alcançam R\$30 milhões. Essa é a menor dívida de Interunion, que também tem de pagar R\$100 milhões em impostos e a mesma quantidade a seus antigos empregados. Os sorteios de que participavam os compradores do Papatudo também distribuíam ambulâncias para prefeituras, com um lucro imenso para os donos da Interunion, já que o valor total dos prêmios era infinitamente menor que o arrecadado com a boa-fé dos humildes. Quando quebrou, o Papatudo ficou devendo 120 ambulâncias para os Municípios, numa versão no gênero do que futuramente ensinaria a CPI dos Sanguessugas.

A boa notícia é que a empresa tem patrimônio para quitar as dívidas, principalmente com quem acreditou na publicidade e comprou o Papatudo. Se os liquidantes na acabarem com o dinheiro, os títulos e os imóveis, é provável que sejam pagos também os empregados e impostos. Para isso, o Ministério da Fazenda deve agir com rapidez, porque o que não falta por ali é desfalque. A Interunion tem em sua lista de bens o Hotel Nacional, no Rio de Janeiro, cujo terreno, em 2001, foi avaliado pela Caixa Econômica Federal em R\$80 milhões. Possui também debêntures da Companhia Paulista de Ferro Ligas, que integra a Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$300 milhões. Somados os valores, estes são suficientes para quitar as dívidas. Se demorar...

(Interrupção do som.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –... não vão sobrar bens da liquidação.

A Justiça já afastou René Garcia, que, na semana passada, voltou ao cargo. Para se moralizar, a Susep tem de nomear liquidantes sérios para as empresas sob sua alçada. É uma maneira eficiente de proteger o dinheiro dos impostos e o bolso dos pequenos investidores. Quando a pessoa humilde foi a uma agência lotérica e comprou uma cartela do Papatudo, estava implícito que alguma autoridade zelava por aquele investimento. Não sabia...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PSDB – GO) – Com muito prazer, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Demóstenes, V. Ex^a traz a esta tribuna um assunto recorrente neste País: a relação promíscua entre os liquidantes e as empresas liquidadas. É preciso, Senador Simon, que essa questão seja levada mais a sério, ou, pelo menos, que o Governo assuma a responsabilidade da apuração. A Susep, num passado recente, causou muitas tristezas ao Governo, com envolvimento de dirigentes. Agora, volta com assunto semelhante. Pairem suspeitas sobre os liquidantes em vários bancos, há várias denúncias. O pior disso tudo é que, no fim, quem paga o prejuízo é a União, evidentemente, porque as ações jurídicas se arrastam anos a fio. Muitas vezes, o prejudicado ou o envolvido na questão não consegue acompanhar sequer o desfecho dos fatos; os sucessores é que acompanham. Mas quem paga o preço da irresponsabilidade é sempre a União. Daí por que acho que V. Ex^a faz um pronunciamento oportuno e acho que, como experiente homem que é, um promotor público, deveríamos levar esse assunto mais a sério, esmiuçá-lo e criar mecanismo para a fiscalização dos atos desses liquidantes, para que não se locupletem de situações que, escolhidos que são para resolver, na realidade, acabam por complicar. Muito obrigado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Agradeço a intervenção de V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, e digo que tem inteira razão. Como alguém que foi afastado por improbidade pode estar no comando da Susep? Como alguém que não tem idoneidade para cuidar da sua casa está cuidando das economias da população? Como alguém que pode ser preso a qualquer instante está à frente de um órgão de tamanha responsabilidade?

V. Ex^a se lembrou bem: a CPI dos Correios mostrou o grau de comprometimento da Susep, principalmente na questão dos resseguros. Agora, vemos serem lesados milhões de poupadores que acreditaram no Papatudo, cujo dinheiro está sendo absolutamente

dilapidado, “torrado”. Há recursos para se pagarem os impostos, para se pagar aos empregados, aos humildes que acreditaram nesse instituto, mas, infelizmente, uma pessoa que não tem idoneidade suficiente, não tem a moral requisitada, inclusive, no Regimento Interno da própria Susep para dirigi-la está tomando conta disso.

Simplesmente, mais uma vez, trata-se da raposa tomando conta do galinheiro.

Assim não dá, Sr. Presidente!

Finalizo repetindo que, quando uma pessoa humilde foi à agência lotérica e comprou uma cartela do Papatudo, estava implícito que alguma autoridade zelava por aquele investimento. Não sabia esse homem humilde que era um sujeito investigado pelo Ministério Público e, ainda assim, mantido na chefia pelo Ministro da Fazenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com a permissão do Senador Pedro Simon, quero apenas comunicar a V. Ex^a que encaminharei à Mesa um pedido de informações à Susep a respeito do liquidante da empresa, motivo do discurso do Senador Demóstenes Torres, o Sr. Renato Sobrosa.

Vou formalizá-lo e farei o encaminhamento, já solicitando a V. Ex^a que acate o meu pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – A Mesa dará o encaminhamento regimental ao pleito de V. Ex^a.

Antes de o nobre Senador Pedro Simon ocupar a tribuna por dez minutos, quero agradecer a presença, na tribuna de honra, do Deputado Estadual e jovem médico de Rondônia, Alexandre Brito.

Muito obrigado pela presença de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados companheiro Presidente, Líder de nossa Bancada, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, apenas como exercício de imaginação, suponhamos que, no último instante, o editor do principal jornal televisivo

do Brasil, hoje à noite, decida não veicular qualquer notícia que envolva guerra, violência e corrupção.

Não sei, concretamente, qual seria, então, o conteúdo de tal noticiário, até porque muitos dos fatos a serem noticiados ou cortados ainda estão por acontecer, antes dos cinco segundos que antecedem as manchetes do dia. Não me parece, entretanto, uma tarefa das mais difíceis. Basta que façamos esse mesmo exercício com o noticiário de qualquer um dos dias passados. Qualquer um. Pode ser escolhido aleatoriamente.

Pois bem, infelizmente, na nossa simulação, parece que pouca coisa vai sobrar do programa de hoje, além do “boa noite” do Bonner e do “até amanhã” da Fátima.

Esse mesmo exercício pode ser feito com todos os jornais, falados e escritos, dos últimos dias, com resultado bastante parecido. E dos outros dias, e das últimas semanas, do ano passado e dos outros anos.

É evidente que não se quer, com essa mera simulação, qualquer apologia à censura. Ao contrário, a notícia gera a indignação, que alimenta a discussão, que produz soluções. Mas o que me preocupa, também, a título de discussão, é o outro lado dessa mesma moeda: até que ponto a exposição repetida estimula a “glamourização” do crime e de quem o pratica. O que teria a perder a pessoa que já está excluída de tudo na vida, de seus direitos mais fundamentais como ser humano? Ela já vive, constantemente, numa linha tênue que separa a vida da morte. Ela sabe, entretanto, que somente na morte, dela ou de sua vítima, poderá adquirir algum tipo de notoriedade. Na vida, quem sabe não se registre nem mesmo o seu próprio nascimento.

Não sei, também, se tamanha exibição pública pode estar levando à realimentação da barbárie, pelo efeito-repetição. Pode parecer inacreditável, e a devida explicação é tarefa dos psicanalistas, mas o crime, o da guerra ou o da esquina, parece exercer uma espécie de magnetismo no leitor e no telespectador, a ponto de, apesar da indignação popular, ainda turbinar a venda de jornais e os índices do Ibope. Já a corrupção parece dividir esses mesmos sentimentos: a indignação fica com o povo; o magnetismo, com o corrupto. Mas ela também, infelizmente, tem o dom de alimentar audiências.

Preocupa-me, em todas essas violências, a idéia de os fatos se reproduzirem em outros, em escala progressiva.

Lembro-me do policial rodoviário, quando diz que os acidentes nas estradas geram outros mais, pela curiosidade mórbida dos motoristas. Quanto mais sério o desastre, maior o perigo, porque a bisbilhotice também tem escalas. Lembro-me, também, das pilhas de jornais sensacionalistas, cujas primeiras páginas

mais parecem imagens de matadouros, tanto sangue e tamanha violência, retratada sem necessidade de prosa nem de verso.

Que gosto tem o leitor em deixar de comprar, quem sabe, outro jornal ou o leite de cada dia para, ele sim, se deleitar com tamanha barbárie?

É nesse sentido que tenho refletido muito, nos últimos tempos, a respeito do papel da mídia, principalmente da televisão, sobre a vida dos cidadãos. O que é causa e o que é consequência. Essa minha reflexão foi alimentada por uma entrevista dada, a que já me referi aqui, pelo novelista da Rede Globo, Sílvio de Abreu, à revista *Veja*, nas “Páginas Amarelas”.

Como se sabe, as novelas são escravas da audiência. Não é à toa o acirramento da concorrência no horário nobre. Então, o enredo acompanha, quase sempre, os desejos do telespectador. O autor tem em mente a espinha dorsal da novela, o princípio que quer, mas os capítulos são recheados pelas avaliações extraídas de pesquisas qualitativas, realizadas pelos principais canais de televisão.

Repito, pela importância que vejo, que Sílvio de Abreu, autor da novela “*Belíssima*”, disse que “uma parcela dos espectadores já não valoriza tanto a retidão de caráter. Para eles, fazer o que for necessário para se realizar na vida é o certo”. Algo bem diferente, portanto, do que acontecia com os enredos na arte e na vida real em outros tempos. Não muito tempo atrás, o natural era que o ladrão fosse preso, o ladrão fosse para a cadeia, o mocinho ficasse com a mocinha e cada um tivesse um parceiro ou parceira, e assim por diante.

Mas, Sílvio de Abreu disse que:

As pessoas (durante a novela) se mostraram muito mais interessadas [nos últimos anos] nos personagens negativos que nos moralmente corretos. Isso, para mim, foi uma completa surpresa, [diz o autor].

Na minha novela anterior, *As filhas da mãe*, há coisa de cinco anos, o comportamento dos grupos de pesquisa era diferente. Os personagens bons eram queridos pela população. Nessa última pesquisa, eles foram [os personagens bons] considerados enfadonhos por boa parte das espectadoras. Elas se incomodavam com o fato de a protagonista Júlia ficar sofrendo em vez de se virar e resolver sua vida de forma pragmática. Outro exemplo são as opiniões sobre Alberto, o personagem que não mediu esforços para tirar de seu caminho o Cemil, um bom moço, e roubar a sua pretendente, Mônica. Alberto fez uma falcatura para desmanchar o romance do rival.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, prossigam o autor:

Em qualquer outra novela, isso faria o público automaticamente ficar do lado do mocinho. Mas as donas-de-casa não viram, hoje, nada de errado na conduta de Alberto. Pelo contrário: ponderaram que, se ele fez aquilo para conquistar um mulherão, tudo bem. O fato de o André ter dado um golpe do baú na Júlia, também foi visto com naturalidade.

As espectadoras achavam que, se ele precisava de dinheiro, não havia mal em ficar com ela. Colocamos, então, que o canalha a estava roubando e as espectadoras retrucaram: “Deixa disso, daqui a pouco eles vão ficar bem”.

Sílvio de Abreu diz ainda que, na mesma pesquisa, foi possível perceber uma forte correlação entre essa maior tolerância com os desvios de conduta e os escândalos recentes da vida política. Reparem os senhores: Sílvio de Abreu diz ainda que “na mesma pesquisa foi possível perceber uma forte correlação entre a maior tolerância com os desvios da conduta política e os escândalos recentes”.

Numa parte da pesquisa, as espectadoras apontaram com qual personagem se identificavam, e a maioria se simpatizava com a Júlia, é claro. Mas havia colocações do tipo: “Quero ser a Júlia porque aí eu pago mensalidade para todo o mundo e ninguém me passa a perna”. Olhe que absurdo.

Ele ainda afirma:

A esperteza desonesta foi vista como um valor. O simples fato de o Presidente Lula dizer que não sabia de nada e não viu as mazelas trazidas à tona pelas CPIs e pela imprensa basta – as pessoas que fingem que acreditam porque acham mais conveniente que fique tudo como está. Eu me vi na obrigação de fazer alusões a essa inversão de valores em *Belíssima*. Quando a Bia Falcão reapareceu e disse com a maior cara-de-pau que sumiu porque estava de férias numa fazenda, ficou óbvio para todo mundo que ela estava mentindo. Mas, como Bia se impõe pela autoridade, as personagens engoliram a desfaçatez.

As palavras de Sílvio de Abreu e as pesquisas a que ele se refere podem estar demonstrando – e isso é preocupante – que há uma mudança perversa nos valores da sociedade brasileira, principalmente nos últimos anos. Para o novelista, a arte imita a vida. Se a

novela, além de “belíssima” fosse “certinha”, os níveis de audiência cairiam, como indicavam as pesquisas qualitativas. Mas, o que dizer do contexto no qual se realizavam essas mesmas pesquisas?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador, apelo a V. Ex^a brevidade. Já prorrogamos por quatro minutos. É importante o tema tratado por V. Ex^a, a primeira crítica nacional sobre novela e valores morais. Pergunto-lhe quantos minutos V. Ex^a necessita para concluir o pronunciamento, já que temos outros oradores?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O tempo que V. Ex^a determinar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Posso conceder mais três minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – É pouco, Sr. Presidente. Pelo menos mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, vou lhe conceder dez minutos. Está bom, Excelência?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a tolerância.

O que levou os telespectadores a exigirem, em troca de audiência, que o mal prevaleça sobre o bem? Não poderia ser a tal glamourização da barbárie? Não poderia ser a tal da “glamourização” da barbárie? Seria a audiência da novela turbinada pela notícia reiterada dos fatos? Será que a notícia da barbárie, repetida em horário nobre, alimenta a própria barbárie na tal escala progressiva? Em suma, não haveria uma alta correlação entre o noticiário e a novela? O que é a causa e o que é a consequência?

Se a mídia é capaz de construir um presidente da República e, logo depois, destroná-lo, por que ela não seria capaz de criar, mesmo que involuntariamente, estereótipos de criminosos e, pior, glamourizá-los, dar-lhes simpatia geral?

Embora não seja um caso tão recente, mas porque foi motivo de estudos e teses, e se tornou emblemático, vem à mente a personagem a quem a própria imprensa deu o nome de “Bandido da Luz Vermelha”. Lembro-me que ele dizia algo mais ou menos assim: “Não sou nada disso que estão dizendo por aí, mas, já que é assim, assim vou ser”.

Estou certo de que esse tema necessita de uma profunda discussão pelo Congresso Nacional, principalmente nos dias de hoje, porque a televisão tem se transformado no parente comum em todos os lares, quem sabe o próprio pai, porque tem o dom de orientar corações e mentes.

Em 1998, fui o Relator de uma Comissão Especial, no Senado Federal, criada para analisar a programação de rádio e tevê no Brasil. Tivemos, naquela época, a

oportunidade de debater, com profundidade, temas os mais relevantes, com profissionais os mais importantes do ramo, como, Roberto Muylaert, Geraldo Casé, Fernando Barbosa Lima, Dias Gomes, Walter Avancini, entre outros. Lembro-me também do Professor Murilo César Ramos, da Unb, que, entre outras proposições, defendeu a idéia de “um intenso diálogo entre o Congresso, Poder Executivo, empresas de rádio e televisão e organizações da sociedade, para a definição de padrões de programação, que torna a televisão e o rádio instrumentos efetivamente civilizatórios”.

Pois bem, passados quase dez anos, o debate continua em aberto, e os avanços tecnológicos, ao que tudo indica, não têm sido acompanhados da devida discussão sobre a melhor programação, principalmente no que se refere à televisão brasileira.

No ano passado, eu voltei ao assunto, exatamente com o requerimento de convite ao Sr. Sílvio de Abreu, que virá depor na Comissão de Educação nos próximos dias, para discutirmos, juntos, os melhores caminhos para uma mudança efetiva de valores e de referência para, quem sabe, chegarmos a um denominador comum na atuação do Congresso e da própria mídia. Por acúmulo de agenda, principalmente por ter sido um ano eleitoral, o debate foi postergado. Agora, particularmente porque estamos vivendo um momento crítico, em termos de banalização da vida, rerepresentei o convite ao Sr. Sílvio de Abreu, espero que ele possa vir.

A minha questão essencial é que, se é verdade que a reiteração da notícia da barbárie tem um efeito glamourizador sobre quem a pratica, será que semelhante repetição, só que com informações sobre atos de solidariedade, de voluntarismo, de humanidade, poderiam causar um contraponto, incentivando o contrário da barbárie, e a concretização de novos valores e referências?

O que eu digo é que a repetição da barbárie causa a repetição do fato. Será que a repetição dos fatos bonitos, dos fatos elegantes, da beleza, não seria a mesma coisa? Não teria efeito positivo sobre a sociedade?

No último carnaval, participei, aqui em Brasília, de um evento chamado Rebanhão, promovido pela Igreja. Milhares de pessoas se juntaram, principalmente jovens de Brasília, não só para pedir proteção divina nestes tempos de crise, mas para discutir um projeto de mundo mais humano e mais solidário. Esse mesmo evento, do qual participei, não é único, ele se repete por todo o País, envolvendo milhares, ou milhões, de fiéis à doutrina cristã, numa corrente de fé e de esperança.

Pois bem, é evidente que não se quer concorrer com a cobertura da mídia sobre o carnaval na mesma época, pelo amor de Deus, porque, afinal, trata-se de uma festa popular sem concorrentes. Mas não mereceria, pelo menos, uma única linha na imprensa um evento que reúne tantos brasileiros em nome do bem comum? Nenhuma palavra, nenhum comentário. Para a imprensa, o evento simplesmente não aconteceu. Milhares de jovens lotaram o ginásio, na sexta-feira, sábado e domingo, e não existiu para a imprensa, não aconteceu.

A propósito, lembro-me novamente do que me afirmou o dirigente de um dos principais jornais do Rio Grande do Sul, nos meus tempos de Assembléia Legislativa: “Deputado, se o senhor sair daqui e um cachorro lhe morder, nenhuma linha no jornal. Se o senhor quer ser capa do jornal, morda o cachorro. Aí, o senhor é capa de jornal”.

As manifestações que tenho recebido sobre os meus últimos discursos sobre mudanças de valores humanos credenciam-me a pensar que os efeitos multiplicadores das boas obras, se melhor conhecidas pelo grande público, terão, também, o dom de alcançar os tais corações e mentes, tão machucados pelas notícias dos últimos tempos. A banalização da vida e os níveis de corrupção chegaram a limites tão alarmantes que a indignação tomou conta de todo o País, como um rastilho de clamor popular no sentido de se buscar novas e melhores referências de vida.

Apesar de tamanha barbárie, eu ainda continuo otimista. Estou certo de que ainda é possível construirmos um mundo mais humano e mais solidário. Temo que, aí sim, numa progressão da violência, a população se enverede, ainda mais, por caminhos que, ao contrário, realimentem a barbárie. A pesquisa Datafolha do último domingo justifica essa minha tamanha preocupação. Mais da metade das pessoas ouvidas defende a pena de morte. A violência para coibir a violência. É bem verdade que a enquete foi feita num momento de grande comoção nacional. Mas, se isso é verdade, é mais um fato a demonstrar que os corações e as mentes são impulsionados pela barbárie. Ou seria pela notícia reiterada da barbárie? Da repetição, repetição, repetição da barbárie? Não me consta, pelo que conheço da população brasileira, nestes tantos anos que vivi, que ela seja, por concepção, no seu íntimo, favorável à retirada compulsória da vida, independente de qualquer razão que a motive.

Eu defendo a busca de alternativas que levem em conta o ser humano, apesar da minha indignação com a violência, principalmente nos últimos tempos, ser igual à de todos os brasileiros. Indignação tal e qual, portanto, à da maioria que se colocou favorável

à pena de morte na pesquisa da *Folha*. Mas quando vejo exemplos tão significativos e de resultados tão profundos, de solidariedade humana, eu me convenço de que, ainda, há outros caminhos a seguir. E, nessa travessia, conjunta, que é de vida e não de morte, não poderemos trilhar sem a participação efetiva da mídia, principalmente a televisão.

Não há como deixar de se emocionar, por exemplo, quando assistimos a exemplos...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon, com a aquiescência do Presidente?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) de solidariedade, a serviço de pessoas que vivem, constantemente, tentadas pela marginalidade. Trabalhos singelos, mas de resultados dos mais profundos. Atos de coragem e de dedicação, no ensinamento dos primeiros passos de dança, das primeiras sílabas do alfabeto, do primeiro ato do teatro, do primeiro carinho da nova família. Quantos serão esses exemplos? Como seguí-los e ampliá-los? Será que a notícia reiterada desses mesmos belos exemplos, daqueles que atuam a favor do bem comum, será que a repetição desses fatos não teria o condão de modificar corações e mentes e de formatar uma nova sociedade, baseada nos verdadeiros princípios de humanidade?

Lembro-me de tantos atletas que dedicam parte de seu tempo para o lazer de quem vive escondido, numa vida sedentária pelo medo, dentro de barracos perfurados por balas perdidas e miradas. Lembro-me dos voluntários dos asilos, a cuidar de vidas que se equilibram num último fiapo. Lembro-me do trabalho espontâneo nas creches, como um sopro de vento de esperança a quem nasceu nas manjedouras dos nossos tempos. Lembro-me da família que adotou...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) dezenas de crianças, todas deserdadas pela vida, e, sem qualquer ajuda ou participação do Estado, dá-lhes mais que carinho e amor, mas, sobretudo, dignidade. Lembro-me, enfim, de quem dá de comer a quem tem fome; de beber a quem tem sede; de viver honestamente a quem tem direito à cidadania.

Os “Parceiros Voluntários”, do Rio Grande do Sul, “A Família Feliz”, de Minas Gerais, os voluntários das APAEs, das Santas Casas, todas as instituições que buscam o resgate da cidadania merecem ser destacados como exemplos a serem disseminados, principalmente quando a tônica do noticiário tem sido exatamente o contrário: a banalização da vida. Quem

ouve notícia, nestes últimos tempos, tem a impressão de que a virtude parece ser um sentimento em extinção, e que não há, no País, exemplos vivos de políticos honestos.

Se a televisão é mais um parente na imensa maioria dos lares, ela tem que cumprir, necessariamente, determinadas obrigações familiares. Uma delas, talvez a mais importante, é a educação. É esse, talvez, o princípio maior que norteia a idéia de concessão outorgada pelo Estado...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aliás, é princípio constitucional, inscrito no art. 221 da nossa Lei Maior, dando conta de que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão deverão atender, entre outros, a princípios como preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. A nossa Constituição prevê ainda o estabelecimento de meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programações que se voltem contra esses mesmos princípios. Portanto, a discussão sobre o conteúdo dos programas de rádio e de televisão não é uma mera permissividade, mas um direito legítimo do cidadão brasileiro.

Vou encerrar, Sr. Presidente.

Ainda como exercício da minha imaginação, suponhamos que, no último instante, o mesmo editor do mesmo principal jornal de hoje à noite decida veicular mais notícias que envolvam solidariedade, humanidade e cidadania. Eu sei qual será, então, o conteúdo de tal noticiário, até porque muitos dos fatos estarão acontecendo até os cinco segundos que...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) antecedem às manchetes do dia. Não me parece também uma tarefa das mais difíceis. É que cada um de nós podemos ser protagonistas das notícias, não como vítimas ou somente indignados com a dor alheia, mas como participantes diretos de uma renovação de valores, de princípios e de referências. Basta que façamos a pequena parte que nos cabe na construção desse noticiário. Aí, muita coisa boa vai sobrar entre o “boa-noite” de Bonner e o “até amanhã” de Fátima. Veremos o verdadeiro Brasil.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, rapidamente?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu também estou na fila.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Eu gostaria de fazer um apelo ao orador, que já encerra seu pronunciamento. Pelo respeito da Casa por tê-lo em nossos quadros, a tolerância extrapolou. A Mesa brinda o entusiasmo e a vitalidade intelectual. Sendo assim, eu me dirijo aos Senadores que pretendem apartear, dizendo que os apartes não são possíveis, porque se extrapolou o tempo do belo discurso do Senador Pedro Simon.

Peço a compreensão do Senador e encerro, dizendo a V. Ex^a: olhe o fundo da câmara e despeça-se da Nação. Passe o olhar pelo Plenário, desculpe-se aos apartes e encerre por gentileza.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Vou lhe garantir o tempo necessário, Senador, quando V. Ex^a for falar. Vou estar aqui para garantir-lhe isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero apenas louvar esse grande homem, ícone da virtude. No futuro, Senador Gilvam Borges...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – S. Ex^a já é um bem-aventurado.

Apelo a V. Ex^a que encerre o discurso, Senador Pedro Simon. Por favor, dirija-se à Nação pela câmara e despeça-se.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Dirijo-me à Nação, da qual me despeço, e agradeço ao Presidente a gentileza.

Eu faria um apelo aos meus bravos companheiros a quem gostaria de conceder aparte: que bom será se, em vez de apartarem, vierem à tribuna nesta semana, para falar sobre essa matéria.

Venham trazer as experiências que V. Ex^{as} têm, a fim de que – não apenas o Simon, mas também o Mão Santa, o bravo Governador do Distrito Federal, quase eterno, o querido Suplicy, o Paim – possamos debater essa matéria e mostrar que o Brasil não é o noticiário do Jornal Nacional e tem muita coisa boa.

Na política, apesar de a pesquisa dizer que 1% apóia os políticos brasileiros, conheço muito mais do que 1% que merece o meu respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não haverá apreciação da Ordem do Dia em virtude de não ter havido a conclusão do acordo entre as Lideranças.

As matérias constantes da pauta de hoje ficam transferidas para a sessão de amanhã.

São os seguintes os itens transferidos:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que abre crédito

extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.3.2007)
Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007
(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.3.2007)
Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.3.2007)
Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União,

no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.3.2007)
Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007
(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Relator revisor:
(Sobrestando a pauta a partir de:
19.3.2007)
Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de:
11.3.2007)

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 35, DE 2007**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica*.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14.4.2007)

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios*.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta,

com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

**EMENDA DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família*.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972,

para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

21

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a

exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, para uma comunicação inadiável.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador César Borges.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, eu concederia a palavra pela ordem a V. Exª, mas a Mesa já convocou a Senadora Lúcia Vânia. Em seguida, V. Exª terá a palavra, pela ordem.

Senadora Lúcia Vânia, por gentileza, tem V. Exª a palavra.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria, inicialmente, de cumprimentar todos os Prefeitos brasileiros, representados pelos três mil Prefeitos que se encontram em Brasília, na 10ª Marcha em Defesa dos Municípios.

Em especial, cumprimento a Associação Goiana de Municípios, na pessoa de seu Presidente, o

Prefeito do Município de Jussara, Joaquim Alves de Castro, e todos os Prefeitos de Goiás, a quem tenho acompanhado ao longo dos anos na dura batalha de administrar seus Municípios com escassos recursos e com a exigência, cada vez maior, de atender às necessidades básicas de suas populações.

Essa é a 10ª Marcha organizada pela Confederação Nacional de Municípios. Principal evento do municipalismo brasileiro, ela tem por objetivo refletir sobre questões que influenciam diretamente no dia-a-dia dos Municípios e de suas comunidades, como saúde, educação, saneamento e tributos.

As reivindicações dos Prefeitos são mais do que justas. O aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios tem sido cobrado pelos Municípios nos últimos quatro anos. Pressionado pelos Prefeitos – que este ano comparecem em tão grande número, dispostos a voltar aos seus Municípios com respostas positivas –, o Presidente Lula decidiu conceder o aumento, mas exigiu uma contrapartida: a aprovação da PEC que prorroga a CPMF e a DRU por mais quatro anos e que deve ser enviada ao Congresso, nesta semana.

Sr. Presidente, o tempo é escasso, mas gostaria de manifestar minha perplexidade diante do discurso do Presidente Lula, ontem, no encontro dos Prefeitos, ao permitir votar em separado a reforma tributária, o aumento de 1% no Fundo de Participação dos Municípios. Gostaria de deixar clara para os ouvintes a frase do Presidente, que me deixou estarecida e perplexa. Disse o Presidente Lula: “Vou mandar a minha base aliada votar o 1% para o aumento do FPM dos Prefeitos”.

A que ponto chegamos, em que o Presidente Lula não tem sequer o pudor de falar no Congresso Nacional como um Poder independente e deixa clara para a população brasileira a dependência da Câmara dos Deputados e do Senado da República em relação ao Poder Executivo? Não poderia deixar de registrar esse episódio, que julgo muito grave para o Congresso Nacional.

Desejo aos Prefeitos sucesso nos seus pleitos. Que o Presidente aproveite esta onda boa, este momento em que quer ver aprovadas a DRU e a CPMF, para aprovar também o relatório do Senador Osmar Dias, que concede 10% das contribuições a todos os Prefeitos do nosso País!

Sr. Presidente, agradeço-lhe a boa vontade. Quero colaborar com V. Ex^a. Gostaria que meu discurso, na íntegra, fosse registrado nos *Anais* desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Se achar por bem concluí-lo, V. Ex^a tem o tempo que merece.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Eu sou a última oradora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não, mas continue, porque aqui a democracia é garantida.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Gostaria de dizer que não é de hoje que os Municípios brasileiros se encontram em situação de tamanha gravidade. Embora o Governo tenha atendido algumas de suas reivindicações, certo é que a penúria enfrentada pelas Prefeituras tem crescido ano a ano. Cabe aos Executivos municipais, por exemplo, a maior parte dos custos dos principais programas sociais do Governo Federal.

Segundo estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que analisou cinco grandes programas de execução descentralizada, para cada R\$100,00 repassados pelos Ministérios em 2006, as Prefeituras tiveram de gastar R\$233,00 em recursos próprios.

O programa de transporte escolar é um exemplo que deve ser mencionado aqui. Enquanto a União repassou R\$633 milhões, os Municípios gastaram R\$1,645 bilhão para transportar seus alunos.

É por isso que acredito, como disse, que é importante mantermos a cautela, ao mesmo tempo em que festejamos as conquistas alcançadas.

Nesses quatros anos de Governo, temos visto as promessas se sucederem e não passarem de promessas. Enquanto isso, os Prefeitos têm aumentado suas reivindicações e tornado suas marchas um movimento mais amplo e forte a cada ano.

É preciso distribuir, de maneira mais eqüitativa, os tributos arrecadados, para garantir que as necessidades urgentes dos Municípios sejam atendidas.

Esperamos que a “autorização” do Presidente Lula para que a base aliada vote a favor do aumento do FPM seja obedecida. Que, desta vez, uma ordem do Presidente seja entendida como uma ordem a ser cumprida!

(O Sr. Presidente faz soar da campanha.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Já concluo, Sr. Presidente.

O País não pode ficar à deriva de um Governo que nada decide, que navega na insegurança. A sociedade precisa de um leme seguro, para investir em projetos de desenvolvimento, visando aos grandes interesses do País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador César Borges. (Pausa.)

Convido o Senador Joaquim Roriz para falar, por cinco minutos, à Nação.

Antes que o Senador Roriz suba à tribuna, quero fazer um apelo ao Senador Mão Santa, para que não se distancie do plenário. Vamos garantir sua fala, já que há Vereadores e Prefeitos aguardando a manifestação de V. Ex^a.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando o agronegócio não cresce, a economia, como um todo, também não cresce ou cresce muito pouco.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, como a agricultura é importante para a economia brasileira, da América Latina, da África e da Ásia. É a principal fonte de renda das nações pobres desses continentes e importante geradora de saldos comerciais de países competitivos como o Brasil.

Se o campo vai bem, quem ganha também é o consumidor, pois investimento em novas tecnologias na agricultura brasileira traz impacto não só na produtividade, mas também no custo médio da cesta básica brasileira, que vem imprimindo queda nos preços desde os anos 70, refletindo no bem-estar das comunidades diretamente envolvidas.

Nos últimos anos, o setor primário tem sido, em vários aspectos, o próprio esteio da economia brasileira. Inúmeros Municípios no Brasil vivem basicamente da agricultura. A ampla cadeia produtiva que convençamos chamar de agronegócio é responsável por cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, mais de 40% das exportações, e gera cerca de 37% dos empregos.

A participação do agronegócio na riqueza do País é que vem garantindo, ano após ano, os superávits da balança comercial.

É notório que as atividades econômicas ligadas à terra sempre estiveram entre as grandes vocações do Brasil. A forte industrialização dos anos 50, o êxodo rural e o avanço do setor de serviços nas últimas décadas não diminuíram a importância histórica do agronegócio para o crescimento da nossa riqueza. Pelo contrário: com o passar dos anos, a robustez de nosso setor agrícola tornou-se cada vez maior e mais evidente.

A pura verdade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que os agricultores brasileiros são competentes, o País construiu o maior sistema de produção de bioenergia do mundo, o álcool combustível, que abastece o mercado interno e que já está em negociação ao redor do mundo.

Somos líderes em exportação de carne bovina, graças ao trabalho dos produtores brasileiros. Entre 2001 e 2006, a exportação desse produto subiu de US\$1 bilhão para US\$4 bilhões, apesar dos obstácu-

los, como o surto de febre aftosa e o protecionismo absurdo dos países do Hemisfério Norte e da Comunidade Européia.

Se, hoje, o Brasil é o maior exportador mundial de vários produtos, como o suco de laranja, a soja em grão, o café, o açúcar, o álcool, é pelo mérito e pela capacidade de trabalho de nossa classe produtiva, e não pelas qualidades da política governamental para o setor.

O Governo Federal não tem dedicado ao agronegócio a prioridade que normalmente se dedica a um setor dessa grandeza e dessa importância. Ainda temos que lutar contra o protecionismo e subsídios dos europeus e dos países do Hemisfério Norte; e, agora, não teremos que enfrentar somente esses governos, e, sim, suas populações, pois 60% dos europeus rejeitam corte de subsídios agrícolas, segundo matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 30 de março de 2007.

Os subsídios agrícolas da União Européia e dos Estados Unidos prejudicam as exportações brasileiras – enfrentamos toda sorte de barreiras – cotas, tarifas elevadas e subsídios distorcidos aplicados pelos países ricos. Se não, vejamos as distorções: no que concerne à importação de um carro Mercedes, por exemplo, pagamos 35% de imposto, enquanto que a nossa carne é taxada em 176% para entrar na Comunidade Européia. A Comunidade Européia é hoje o nosso maior mercado. Vendemos em torno de 240 mil toneladas por ano. Desse total, apenas 2% entram com impostos de 20% a 32%, dois terços pagam 176% de imposto. É isso que impede o crescimento de nossas exportações, segundo o ex-Ministro da Agricultura, a quem eu sempre me refiro com respeito, o gaúcho Pratinhi de Moraes.

Tem algo de errado em nossa política externa, que não combate com êxito tais distorções. Esses dois continentes impõem barreiras quase intransponíveis para os produtos agrícolas brasileiros, impedindo-nos de alcançar maior competitividade e melhora em nossas exportações.

A abertura de novos mercados, como China, Egito e Rússia, pode ser um caminho para reduzirmos os níveis de dependência dos mercados americano e europeu.

Esta é a verdade Sr^{as} e Srs. Senadores: o crescimento que verificamos regularmente no agronegócio está muito, muito aquém de seu verdadeiro potencial de expansão. Os empresários do setor estão entregues à própria sorte, têm realizado verdadeiros milagres para sobreviver e manter bons níveis de produtividade.

As diretrizes macroeconômicas adotadas pelo Governo Federal – em especial as que se referem

à taxa de juros, à carga tributária e ao câmbio – têm imposto obstáculos enormes ao setor produtivo. Um dos reflexos mais visíveis desse fenômeno é o tímido crescimento do PIB brasileiro, que, pelo segundo ano consecutivo, não superou a marca dos 3% – isto é, com a nova fórmula do IBGE, passou para 3,7%, será que podemos confiar neste novo número? Enquanto isso, a média de crescimento dos países em desenvolvimento bateu nos 6,5% no ano de 2006.

Essa política macroeconômica desfavorável, fatores climáticos sazonais, as oscilações naturais do mercado e, sobretudo, a desatenção por parte do Governo Federal estão condenando o campo brasileiro a um futuro sombrio.

Quem trabalha e quem produz no campo, pecuaristas, agricultores, produtores de insumos, tecnologias, máquinas e equipamentos, pequenos, médios e grandes produtores merecem o apoio e o reconhecimento pelo papel estratégico que representam para a agricultura.

É verdade, não há um plano abrangente, de caráter nacional, idealizado pelo Governo Federal, que impulse o crescimento do agronegócio no Brasil. Sem planejamento, o setor está permanentemente vulnerável às mudanças climáticas, ao nervosismo do mercado, a incidentes evitáveis, como o recente surto de febre aftosa no Centro-Sul do País, à supervalorização do real em relação ao dólar. Fatores esses que, aos poucos, comprometem o futuro das nossas exportações. O Governo, por sua vez, não acena com qualquer política séria de compensação para o câmbio valorizado. É com grande preocupação que relaciono os elementos que compõem o cenário atual: dólar muito baixo, taxa de juros entre as mais altas do mundo, elevadíssima carga tributária, crescimento pífio da economia, infra-estrutura precária, altos níveis de burocracia estatal. Essa conjunção de fatores, definitivamente, não se traduz em boas projeções para o agronegócio brasileiro.

Sr. Presidente, vou terminar em dois minutos.

Estou seriamente apreensivo com a política governamental para o setor agrícola.

A agricultura, como geradora de emprego, riqueza e renda, é uma preocupação de todos os brasileiros. O empresário Antônio Ermírio de Moraes, em artigo publicado em 30 de abril de 2006, no jornal *Folha de S. Paulo*, fez a seguinte e muito oportuna advertência: “É hora de considerar que a agricultura é a base de sustentação da economia brasileira e precisa ser amparada”.

Estou de pleno acordo, ninguém vive sem a agricultura. Não podemos perder esta vocação do Brasil para celeiro do mundo. Vamos aproveitá-la.

O agronegócio brasileiro que já é um sucesso pode tornar-se ainda mais importante. O potencial brasileiro continua adormecido e é imperioso que o despertemos o quanto antes. Do contrário, estaremos comprometendo gravemente a nossa posição na nova ordem econômica mundial.

Vou terminar, Sr. Presidente.

Mas tenho certeza de que o tema agricultura é e será sempre uma preocupação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores e estará na pauta, na agenda permanente do Senado, nesta e nas próximas Legislaturas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Antes de encerrar o meu pronunciamento, ouço o aparte do meu prezado amigo Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Nobre Senador, entendo que ninguém melhor do que V. Ex^a para falar sobre a agricultura. V. Ex^a foi Ministro da Agricultura por poucos dias – porque precisavam vencer as eleições em Brasília e só V. Ex^a daria a vitória para o Governo –, e, por três vezes, foi Governador de Brasília. Bill Clinton também teve esta trajetória: de um Estado pequeno, Arkansas, depois de governá-lo por várias vezes, foi Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu quero apelar a V. Ex^a no sentido de que seja conciso e não gaste argumentos, porque, em seguida, vou-lhe garantir a palavra para que V. Ex^a possa, então, atender a todas as expectativas.

Peço que V. Ex^a conclua esse aparte para não tirar o brilho do discurso que fará em seguida.

O Sr. Mão Santa (PFL – PI) – Ninguém conseguirá tirar o brilho do nosso Senador Roriz. Eu diria, como Héctor Cámpora, que, saudando na Argentina seu líder Perón, dizia: “Perón brilha mais que o sol, porque o sol só é de dia”. Dia e noite aqui é o Roriz, para o Brasil e para Brasília. V. Ex^a, Senador Joaquim Roriz, revive o estadista Franklin Delano Roosevelt, que disse – daí por que os Estados Unidos são ricos, Senador Gilvam Borges, que preside a nossa sessão: as cidades poderão ser destruídas, mas elas renascerão do campo; mas, se o campo for destruído, for abandonado, as cidades morrerão de fome. Isso sintetiza a filosofia sobre o desenvolvimento da agricultura do nosso Senador Joaquim Roriz.

O SR. JOAQUIM RORIZ (PMDB – DF) – Quero agradecer o aparte e concluir o meu pronunciamento, reconhecendo a sua liderança e a sua competência sobre todos os assuntos que aborda nesta Casa. Parabéns e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Gostaria de anunciar os últimos inscritos, pois iremos encerrar a sessão em seguida, mas garantindo a fala dos Senadores aqui presentes.

Consulto o Senador Eduardo Suplicy se ainda deseja se manifestar na tribuna.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Se será breve, aproxime-se da tribuna, por gentileza. V. Ex^a tem cinco minutos.

Em seguida, garantiremos a palavra ao Senador Mão Santa.

Consulto o Senador Paulo Paim se ainda deseja se manifestar na tribuna?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, agradeço a V. Ex^a e, ao mesmo tempo, agradeço ao Senador Mão Santa. Eu tinha direito a cinco minutos. Falei sobre a Emenda nº 13 e S. Ex^a me deu 25 minutos. Portanto, obrigado, mas já estou contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, quero comunicar à Casa que, após os dois oradores inscritos, estaremos encerrando a sessão.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, terei de ser breve, inclusive porque sigo, em instantes, a convite da Assembléia Legislativa do Acre e do Senador Tião Viana, para uma viagem de trabalho a Xapuri e a outros Municípios, inclusive Rio Branco, para proferir palestra sobre a renda básica de cidadania.

O Senador Pedro Simon, há pouco, fez uma reflexão de muita profundidade a respeito da qualidade dos programas de televisão, desde as novelas até o noticiário de nossas principais emissoras, levando também em conta pesquisas divulgadas recentemente sobre o sentimento da população.

Há algum tempo, o Senador Pedro Simon tem comentado conosco uma entrevista do brilhante autor de novelas, Silvio de Abreu, à *Veja*. Segundo a entrevista, o escritor tem observado fatos muito interessantes: os valores que vêm sendo colocados por muitos brasileiros, que, ao assistirem às novelas, torcem pela conquista do amor, da atenção de uma pessoa mesmo que, para isso, haja uma ação contrária à ética e aos valores morais.

O Senador Pedro Simon faz aqui uma conclamação que, em momento algum, caracteriza-se como algo que S. Ex^a jamais proporia. Caro Senador Paulo Paim, nosso amigo Pedro Simon jamais proporia, por

exemplo, que houvesse uma censura, uma proibição. Ele quer a liberdade, mas gostaria muito de estimular as pessoas, os autores, os responsáveis pelo jornalismo da Globo, entre eles o Sr. Ali Kamel, e outros, a transmitir, nos noticiários, fatos positivos, aqueles que possam significar um estímulo à população, sobretudo aos jovens; exemplos positivos a serem seguidos, como de brasileiros que tenham honrado a Nação, suas famílias, bem como valores defendidos por pessoas como o Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a gostaria de que os autores de novelas, os responsáveis pelo noticiário do Jornal Nacional, do Jornal da Globo e das demais emissoras, como SBT, Record, RedeTV!, Gazeta, TV Senado, TV Nacional...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A TV Tucuju, no Amapá também. Sou autor de novela. Nós exibimos novelas regionais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... as televisões do Amapá também, transmitissem e colocassem nas telas exemplos de pessoas tais como o Senador Pedro Simon.

V. Ex^a é tipicamente um brasileiro que todos nós aprendemos a respeitar. Se houvesse mais brasileiros e brasileiras que seguissem o exemplo, os valores e o seu procedimento no cotidiano, Senador, Convivo com V. Ex^a desde o início de 1991, quando passamos a ser colegas aqui, embora já houvéssemos convivido em outros tempos. Até sinto falta de encontrá-lo mais nas caminhadas matinais. V. Ex^a sempre foi, para mim, um estímulo. Um homem de quem posso dizer: “Aí está um homem cujo exemplo vale a pena seguir”.

Como V. Ex^a sabe, Benedito Rui Barbosa, um dos principais autores de novelas, certo dia, inspirou-se em procedimentos e em ações de pessoas na vida pública que ele considerava adequados, retos. Em uma das principais novelas de grande sucesso na tevê, *Rei do Gado*, colocou um senador caxias, um personagem que poderia ter sido espelhado no exemplo de V. Ex^a. Quem sabe possa Silvio de Abreu, ouvindo suas ponderações, criar mais personagens como aquele!

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não encerre, por gentileza. A Mesa quer saber se V. Ex^a necessita de algum tempo para conclusão ou se ainda está no preâmbulo da fala.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só posso concluir, se tempo houver.

Hoje, o Governador Sérgio Cabral solicitou ao Presidente Lula que as Forças Armadas colaborem para que a lei e a ordem sejam respeitadas no Estado do Rio de Janeiro. O Presidente examinará, com cuidado, o pedido e consultará os três comandantes das Forças Armadas sobre a melhor maneira de proceder e prover o resguardo.

Transmito ao Presidente Lula e ao Governador Sérgio Cabral que tenho convicção de que, se dermos um grande passo em direção àquilo que o Congresso já aprovou ao instituímos o direito inalienável de cada pessoa, neste País – não importa origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica –, de terem direito a uma renda básica de cidadania...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Mais trinta segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Quantos segundos?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Não quero que V. Ex^a se exaspere. Vou lhe conceder cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Precisa, V. Ex^a é um orador. Só quero que, quando V. Ex^a for ao Iraque para supervisionar os combates, leve-me com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Terei prazer em fazê-lo.

Quero transmitir ao Plenário e ao Presidente Lula, por ocasião da viagem que fiz de São Paulo para Brasília, na segunda-feira última, que gostaria de dialogar com Sua Excelência, por 15 ou 20 minutos, sobre a lei aprovada pelo Congresso em 2003 e sancionada por ele em 8 de janeiro de 2004, que diz que a renda básica de cidadania será instituída por etapas, gradualmente, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa-Família, até que toda e qualquer pessoa venha a ter esse direito. Se instituímos esse instrumento, como poderá fazer o Presidente neste período de quatro anos de seu mandato, na minha avaliação – e os que estudarem esse assunto com profundidade poderão observar isto –, há razão para termos grande redução no grau de violência, assaltos, roubos, assassinatos.

Inclusive a população brasileira estará muito mais próxima, nas pesquisas de opinião que preocuparam o Senador Pedro Simon, de dizer as palavras de Rafael Hitlodeu, personagem de *Utopia*, escrita em 1516

por Thomas More. Rafael havia estado aqui junto com Américo Vespúcio, acabou naufragando, mas depois veio percorrer as diversas capitânias. Quando chegou a Fernando de Noronha, inspirou-se para transmitir a seu amigo Thomas More algumas palavras. Rafael Hitlodeu, em grego, significa contador de histórias. Quando um cardeal arcebispo e outros personagens falavam da pena de morte instituída na Inglaterra no início do século XVI, ele disse que aquilo não estava contribuindo para diminuir os assaltos, os roubos, os assassinatos. E afirmou: “Muito mais eficaz do que infligir esses castigos horríveis a quem não tem alternativa senão a de primeiro se tornar ladrão para daí ser transformado em cadáver, é assegurar a sobrevivência dessa pessoa”. Daí, com base nessa observação de Thomas More, surgiu a primeira proposta de um espanhol para o prefeito da cidade flamenga de Bruges, Juan Luís Vives, propondo ao prefeito que se institísse a garantia de uma renda para todas as pessoas. Isso poderá significar um salto de qualidade, inclusive para o objetivo de eliminarmos o trabalho escravo no Brasil.

Pedi ao Presidente Lula a oportunidade de um breve diálogo, porque tenho a convicção de que ele poderá colocar em prática esse instrumento. Se assim for, muito menor será a preocupação do Governador Sérgio Cabral e de outros em relação à convocação das Forças Armadas, que eventualmente poderá ficar em situação de dificuldades com a Polícia Militar e com a Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Agradeço muito a oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Tem a palavra o último orador inscrito, ansiosamente aguardado. Senador Mão Santa, fique de pé e aproxime-se da tribuna. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, vim louvar o Senador Pedro Simon. Senador Gilvam Borges, Senador Pedro Simon, **pa-res cum paribus facillime congregantur**, Cícero, Senado Romano.

Violência traz violência. Momentos de crise, de violência na Roma dos Césares, antes de Cristo.

E o Senador Pedro Simon vem depois de Cristo. Ele é aqui aquele que apareceu na Itália, que andava com uma bandeira. Passe bem! “Senhor, faça-me um instrumento de Vossa paz!” Ele é o nosso franciscano.

Se Ulysses, companheiro dele, ficou para o mundo encantado no mar, como o Sr. Diretas Já,

esse é o Senador Sr. Virtudes. É uma crença, Senador Joaquim Roriz, que o bem deve vencer o mal.

É muita coragem! E Ulysses disse que, sem coragem, Senador Gilvam Borges, faltam todas as virtudes, porque vir aqui e afrontar o Sistema de Comunicação Globo é atitude de um homem de coragem. Por isso estamos aqui.

Pedro Simon, falta autoridade neste País.

Ó, Lula, Presidente Lula da Silva, onde estás?

Durante a Ditadura, eu estudava, era universitário. Julgar a História. Ernesto Geisel, homem de moral, de vergonha, de virtude. Eu, brasileiro, Senador, faço a história.

Gilvam Borges, V. Ex^a, que é proprietário de televisão, dirige, faz novela, é um intelectual, eu estava em casa e vi Flávio Cavalcanti, que era mais do que Sílvio Santos hoje. Era o Deus da comunicação, dos programas de artistas, de músicas. Quem não se lembra da música “Sabiá” e da música do Geraldo Vandré: “Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Falta autoridade neste País; autoridade é moral, que se apresentou Pedro Simon. Então, Flávio Cavalcanti, o todo-poderoso da comunicação, apresentava um quadro de Pernambuco sobre um casal, em que o homem era impotente e buscava o vizinho para ter relações com sua mulher. Ernesto Geisel, que assistia ao programa, como eu, levantou dali e telefonou. E foram noventa dias de suspensão para Flávio Cavalcanti, para a Globo e tudo. Isso é autoridade, é moral, aí é que está.

Pedro Simon advertiu que isso é uma barbárie. Temos de segui-lo. Acredito que ele seja vitorioso e estamos aqui para acompanhá-lo.

Atentai bem, Gilvam Borges, nós vivemos uma barbárie.

No Rio de Janeiro, no mês de janeiro – e olhem que o Governador, o nosso amigo Sérgio Cabral, é aliado do Presidente Lula, levou uma missão policial federal para lá, tirando de Brasília, tirando dos Estados, do Piauí – houve 597 mortos assassinados. Isso é barbárie!

O Iraque – permita-me Gilvam Borges – é uma mesopotâmia, como a nossa Teresina, está entre dois rios. Ali estão os líderes maiores do Piauí, Prefeitos, Vereadores. Então, lá no Iraque, em guerra, morreram 1.920. Rio de Janeiro, morreram 597. Só no Rio de Janeiro, onde o Governador é aliado de Lula. Atentai bem. Se somarmos o resto, o seu Amapá, o Distrito Federal – onde em um fim de semana houve doze assassinatos –, é uma barbárie, nós não temos civilização.

Norberto Bobbio, Senador vitalício e de moral, na Itália do Renascimento, dizia que “o mínimo que

se tem de exigir de um Governo é a segurança, a vida, a liberdade e a propriedade.”

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Senador Mão Santa, V. Ex^a, sem dúvida tem sido um guardião do Plenário e tem representado muito bem esta Casa na tribuna. Queria perguntar a V. Ex^a quanto tempo necessita para terminar seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Quero dizer que sou do Piauí e nós somos disciplinados, V. Ex^a é o Presidente e nos curvamos a qualquer decisão de tempo que tomar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Então vou pedir um cafezinho para V. Ex^a e um para mim e conceder mais vinte minutos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não, então eu vou embora.

Depois de Simon, entramos nessa

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... Estão aqui os dados, foram 597 assassinatos em janeiro na cidade do Rio de Janeiro, enquanto, no Iraque, foram 1.920. Incluindo o resto do Brasil, nós ganhamos, Roriz.

No desenvolvimento, só não tiramos o último lugar porque teve o Haiti. Na competência de gasto, competência em gastar os recursos com seriedade e com objetividade, como o Governador Roriz, ficou atrás de nós apenas a Colômbia, porque dizem que lá existe muita maconha e, na certa, gastaram mais indevidamente. De todos os países. Esse é o caos.

Na criminalidade, temos aqui os dados do Iraque. Iraque não é qualquer um, Iraque era uma mesopotâmia como a nossa Teresina, entre dois rios, o Tigre e o Eufrates, Iraque foi o berço da civilização, foi quem fez a roda, as primeiras escritas, as primeiras noções de aritmética e, de repente, é destruído.

Roriz foi buscar aquilo que era a nossa vocação, a vocação fundamental das sociedades. O homem, nos primórdios de nossa civilização, andava atrás do alimento, da caça e da pesca, era nômade. Onde havia a caça ele ia atrás.

Ó, Jonas, grande entendedor da agricultura brasileira. Senador Jonas, quando então ele aprendeu a plantar, a cultivar o alimento e a criar animais, ele se fixou e nasceram as cidades.

Então, Roriz, V. Ex^a foi no fundo, a agricultura é aquela que criou toda a sociedade, que fez nascer das cidades. Foi a agricultura, foi a possibilidade de se cultivar alimentos e criar animais para alimentar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB

– AP) – Senador Mão Santa, o Zezinho serviu um cafezinho. Tome um cafezinho, tenha mais calma para continuar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, Roriz adverte sobre as suas preocupações com relação à agricultura.

Senador Gilvam Borges, entendo que a função de um Parlamento é fazer leis boas e justas, que se assemelhem à lei de Cristo. Essa é primeira, Senador Gilvam Borges.

A segunda seria fiscalizar – o contrapoder – o Executivo, o Judiciário. Como é difícil hoje, pois as CPIs não se instalam – o Governo não deixa. E a outra, Paim, esta dita por aquele que foi, sem dúvida alguma, um dos mais extraordinários Senadores desta Casa, Teotônio Vilela: “a função nobre, primordial e mais importante do Parlamento é falar”. Ele dizia, quando esteve moribundo com câncer, que “sobrevivendo para falar e falando para sobreviver”. Foi aí que ele valorizou o Parlamento e, com ele e outros, fizeram renascer a democracia neste País.

Então, o que queremos dizer é que esta Casa se enriquece quando vemos aqui, até uma hora dessas, um extraordinário homem do PT – e o PT tem gente boa; é raro, mas tem. Pescamos um aqui: o Paim, que mostra a sua dedicação.

Essa melhoria do País, Roriz, deve muito – como V. Ex^a comanda e adverte o País – à agricultura. Paim advertia quanto a uma valorização do trabalho. Quando aqui chegamos – e Gilvam Borges ainda não estava conosco –, o salário mínimo era de US\$70,00. Lutávamos, com Paulo Paim nos comandando a todos, por US\$100,00. E ele conquistou leis boas e justas em defesa do idoso, em defesa do deficiente, em defesa do banimento do preconceito entre as raças. Este Parlamento tem essa finalidade.

Roriz, Ralph Waldo Emerson, filósofo americano, disse: “Todo homem que vejo é superior a mim em determinado assunto e com ele aprendo”.

Senador Roriz, fui prefeito, fui deputado, fui Governador de Estado e quero lhe dizer como vai mal a agricultura – um quadro vale por mil palavras. Fui Deputado Estadual entre 1978 e 1982, durante o governo do honrado e austero Lucídio Portella, que foi Senador e irmão do maior Senador e Presidente desta Casa, Petrônio Portella. Eu acompanhava as inaugurações das obras de eletrificação na região ribeirinha do Parnaíba. O rio Parnaíba percorre os 1.458 quilômetros que nos separam do Maranhão. Roriz, de 1978 a 1980, como éramos bem recebidos! Isso é que quero mostrar ao Presidente Lula da Silva, a realidade do Brasil à época: as recepções, os perus, os carneiros, as bebidas, tudo!

Anos se passaram, e recentemente andei pelas ruas do Piauí. Quero dizer que todo homem do campo está mais empobrecido. Esse é o quadro.

Roriz, quando sairmos daqui, vamos tomar um uísque. Vou pedir uma água Perrier para V. Ex^a, à francesa. Veja o preço da água Perrier, comparada ao preço de um litro de leite. Veja: o leite, Senador Gilvam Borges, é mais barato do que a água dos ricos, importada, com imposto baixo. Como a população poderia estar enriquecida? Está empobrecida.

Em campanha, andei pelas ruas do Piauí. Governei o Estado, levei estradas, eletricidade e observei que os amigos tinham o amor aumentado. O amor se cultiva; quem ama cuida. Mas vi nas casas e nas fazendas dos cidadãos do meu Piauí o mesmo que ocorre no Brasil: os pratos quebrados, encardidos; as cadeiras envelhecidas. Tudo isso porque este Governo que aí está foi insensível para negociar a dívida dos homens rurais. Estão tomando os seus carros de boi, as fazendas; e eles não têm apoio ou subsídio. O homem do campo está mais empobrecido.

Não teve o Presidente da República aquela visão do estadista Franklin Delano Roosevelt, que, na recessão pós-guerra, disse: “as cidades podem ser destruídas, elas surgirão do campo. Mas, se o campo for destruído, a cidade perecerá de fome”. Essas são as nossas falhas.

Quero, neste instante, dar a minha contribuição ao Presidente da República. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atentai bem para a verdade. V. Ex^a é generoso, foi consagrado, ganhou as eleições – aprendi com Petrônio Portella, Roriz, a não agredir os fatos – e é o nosso Presidente.

Ele falou de Thomas Moore, e eu falarei de Thomas Merton, Senador Suplicy. Thomas Merton foi um filósofo cristão, Roriz, que disse: “Homem nenhum é uma ilha”. Lula da Silva não é uma ilha, mas ele está rodeado de aloprados por todos os lados, que o enganam, que mentem e que o ludibriam.

Hoje, lê-se em toda mídia: “Lula aumenta a popularidade”. Senador Gilvam Borges, quem vê bem vê com o coração. O essencial é invisível aos olhos. Lula aumentou a popularidade!

Roriz, a mesma pesquisa mostra que mais de 90% dos brasileiros dizem que a violência aumentou. Mais de 90%! *Pares cum paribus facillime congregantur*, disse Cícero. A violência está se proliferando.

A metade da população diz que a educação piorou – e piorou. A educação moral piorou, a família está desestruturada. Piorou a própria Igreja. Posso perguntar, Roriz, qual de nós, da nossa geração, não estudou em colégio religioso, por anos e anos, e qual de nós não se formou em um deles?

A escola era o tripé de sustentação de uma sociedade. A escola piorou, daí a barbárie!

Convido todos a irem ao Chile. Roriz, lá, quando saltamos do carro, o motorista, vendo que somos brasileiros, Gilvam, pergunta: “Preferem que falemos em inglês?” Todo chileno, hoje, fala duas línguas: espanhol para viver, e inglês para se comunicar no mundo globalizado. Estão aprendendo a terceira: o nosso português, o nosso “portunhol”.

Lá, os cidadãos são obrigados a estudar 12 anos. Se não estudar 12 anos, vai para a cadeia. Doze anos! As faculdades são públicas. Estive lá. Para entrar na faculdade, vai-se ao banco, faz-se um financiamento e, depois, paga-se ao banco.

O Chile, hoje, é a melhor civilização das Américas; o segundo país é o Canadá; o terceiro, os Estados Unidos e, depois, a Argentina.

É uma barbárie o que sofremos. “Em verdade, em verdade, eu vos digo”, assim falava Cristo, Lula. E o que também estou dizendo é isto: em verdade, em verdade, estamos sofrendo.

Na minha Teresina, cristã, Roriz, temos o nosso hábito, a nossa cultura – creio que no Amapá é igual, Gilvam Borges. Quando morre o dono da casa, a família quer que o corpo seja velado. Chamamos isso de velório, de sentinela. O corpo fica na sala da casa, onde se passava a noite.

Outro dia, fui a Teresina. Morreu uma pessoa importante, e pensei: “Vou à noite ao velório com Adalgisa”. Quando chegamos lá, Roriz, disseram: “Não, não, já foi enterrado”. “Mas ele não morreu às cinco e meia?” Era a sentinela, o velório; costume da época do meu avô, dos meus pais. “Não, não, a gente enterrou logo, porque, se houver velório, sentinela, somos assaltados”. O bandido entra e assalta até o defunto!

Esta violência está aqui, no Rio de Janeiro: 597 homicídios. O Governador é meu amigo, Sérgio Cabral, do meu Partido. Perdeu para a mulher do Garotinho, em janeiro do outro ano, foram 10% a menos. É, Lula!

Ô Gilvam Borges, essa violência é pior do que virose, do que gripe, do que Aids, porque ela se alastra por todo o País. Esta é a verdade.

Concedo um aparte ao extraordinário homem que fez reviver Juscelino Kubitschek. Gilvam Borges, não sou dado a Allan Kardec, mas acho que o espírito de Juscelino entrou neste homem, que continuou esta cidade grandiosa e bela, que tem a melhor qualidade de vida do País, que é Brasília. Deus fez o mundo, e Juscelino e Roriz fizeram Brasília.

Ouçó o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Joaquim Roriz (PMDB – DF) – Senador Mão Santa, quero aproveitar a oportunidade para fazer uma referência especial ao seu pronunciamento. V. Ex^a dá uma demonstração de homem capaz, competente; conhece a problemática da vida pública como ninguém.

Quero, simplesmente, neste aparte, parabenizá-lo. V. Ex^a falou em moral, V. Ex^a fez uma referência especial ao nosso grande Senador da República Pedro Simon. Quero concordar com as palavras com que V. Ex^a elogiou o Senador Pedro Simon, homem religioso, digno, honrado e, sobretudo, pobre. Além de tudo isso, de ter todas essas virtudes, S. Ex^a fez um voto de pobreza. Esse é um exemplo para a vida pública e para todos nós, políticos brasileiros. V. Ex^a tem suas virtudes e seus méritos, porque conhece política como ninguém e tem um amor extraordinário pelo seu Piauí. Quantas vezes V. Ex^a tem falado comigo sobre o Piauí, essa terra que tanto ama. Seu pronunciamento deveria ser ouvido por todos os Senadores com atenção, porque aborda diversos temas, todos de fundamental importância. V. Ex^a não esquece os mínimos detalhes. Gostaria de parabenizá-lo pelo discurso no encerramento desta sessão de hoje. Que fiquem registrados meus elogios ao mérito de suas palavras. Parabéns ao Estado do Piauí, que mandou para esta Casa um homem digno, capaz e, sobretudo, competente. Parabéns, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Roriz, aprendi de minha mãe, terceira franciscana, que a gratidão é a mãe de todas as virtudes.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu o interrompo para concluirmos a pauta. Em seguida, V. Ex^a poderá continuar seu pronunciamento.

Em votação os Requerimentos nºs 335 e 336, de 2007, lidos no expediente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Em votação o Requerimento nº 234, de 2007, lido em sessão anterior, de realização de sessão especial em homenagem à Rádio Bandeirantes.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a pode continuar seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Joaquim Roriz, apenas traduzo a gratidão do povo do Piauí a V. Ex^a.

Em Brasília, residem, hoje, 300 mil piauienses. A maior colônia é a mineira; a segunda somos nós. V. Ex^a acolheu bem os piauienses, deu-lhes terra, água, luz, calor humano, solidariedade e obras sociais. Por essa razão, quando eu governava o Piauí, aqui vim – está

ali o meu Secretário, Valdemar Santos – para trazer a maior comenda do Estado, a Grã-Cruz Renascença, que coloquei no seu peito, traduzindo o respeito e a gratidão do povo do Piauí pelas ações de V. Ex^a, que não ficaram só aqui, mas se irradiaram por todo o Brasil. O Piauí agradece.

Tranqüilize-se, Gilvam Borges, porque Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto e o Sermão da Montanha em dois: “Bem aventurados os que têm fome e sede.”

Santo Estevão falou muito e lhe jogaram pedras. Então, serei breve como Cristo.

A minha última homenagem é para aos Prefeitos e Vereadores.

Nesse tripé da democracia, inspirada em Montesquieu, o povo foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade.”. Com esse grito, caíram os reis, absolutos, unos, porque seria um rei um deus na Terra. Esse poder divino foi dividido e acabou o absolutismo.

Senador Joaquim Roriz, não acredito que sejamos poder – nem o Poder Executivo, do Presidente Lula da Silva, nem o Legislativo ou o Judiciário. Somos instrumentos da democracia. Poder é o povo, que trabalha e paga a conta com seu esforço.

Nesse organograma, destacam-se aqueles que estão nos Municípios: o prefeitinho e os Vereadores.

Tanto é verdade, que nenhum homem, Senador Joaquim Roriz, administra e cuida da sua mãe, da sua mulher, dos seus filhos. O Prefeito, que está na cidade, é quem administra.

Eu citaria uma passagem de Mitterrand, Giscard d’Estaing e Charles de Gaulle.

Extraordinário estadista, depois de sete anos governando a França, ele não se reelegera como Roriz. Se pudesse ser reeleito por quatro ou cinco vezes, Roriz o seria.

Ele foi para o segundo turno e, como Mitterrand tinha uma fórmula para acabar com o desemprego, perdeu.

Perguntaram-lhe o que ia fazer e ele disse que iria voltar à sua cidade natal para, lá, ser Vereador. O ex-Presidente Giscard d’Estaing traduziu, assim, a grandeza do Vereador, do Prefeito e dos Municípios.

Paulo Paim, que aqui está, olhe a vergonha. Isso é uma farsa.

Paulo Paim, que é do PT, fizemos a PEC nº 228 e a discutimos há dois anos, dando 1% do Fundo de Participação para os Prefeitos. Isso foi garfado.

Ulisses beijou a Constituição e disse que desobedecê-la seria rasgar a Bandeira do Brasil. Isso não dá certo. Já vi país sem Constituição.

A Constituição diz que 22,5% do dinheiro devem ser dos Prefeitos; 21,5%, do Presidente da República e 3%, dos Fundos Constitucionais. Com a sua gula, o Presidente foi garfando, garfando, e os pobres coitados

ficaram com um percentual reduzido, de 14%. Por quê? Porque se criou, Senador Joaquim Roriz, um artifício: o imposto deve ser dividido e a contribuição – como é o caso da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e da Cide (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) – não, ficando com a Presidência. Então, estão com mais de 60%, enquanto os pobres Prefeitos estão humilhados.

Lembrem-se de Cristo na montanha, que disse que os humilhados serão exaltados. E o povo do Brasil exalta os nossos Prefeitos e Vereadores que aqui estão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a não pode abandonar a tribuna. Ainda vou-lhe conceder mais cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. Agradeço. Fico com Cristo, que discursou em um minuto e fez o Pai-Nosso, o qual, quando balbuciamos, transportamos desta terra aos céus.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Respeito a vontade de V. Ex^a, mas lhe sugiro, Senador Mão Santa, que, pelo brilhante pronunciamento, convide os Vereadores e os Prefeitos do Piauí para jantarem em sua companhia.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu me convidado, também, para pagar. Eles sabem que não tenho mensalão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Arthur Virgílio, Romero Jucá e a Sr^a Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado, “Ação nas Américas”, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* de 28 de março de 2007.

O editorial destaca que o gesto a favor do Uruguai, feito na visita do presidente Lula ao país vizinho, vai na direção correta, embora não deva ser tomado como solução para o desgaste do Mercosul. O editorial lembra também que, “o que mais interessa às empresas instaladas nos quatro países fundadores do Mercosul é que a região opere de fato como zona de livre comércio e que, qualquer acordo de comércio nas Américas teria mais chances de ser potencializado, com benefícios para todos, notadamente para a indústria brasileira, muito competitiva na região, num acordo que envolvesse os EUA”.

Sr. Presidente, requiro que o editorial acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Ação nas Américas

Concessão do Brasil ao Uruguai é uma iniciativa sensata, mas ainda não ataca as causas do desgaste no Mercosul

O GESTO a favor do Uruguai, feito na visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país vizinho, vai na direção correta, embora não deva ser tomado como solução para o desgaste do Mercosul. Ganha-se tempo, na esperança de que as causas da desagregação sejam atacadas.

A ameaça uruguaia de selar um tratado de livre comércio com os EUA é mero sintoma daquela crise maior. Sintoma e pretexto, pois as chances de um acordo com a principal economia do planeta se estreitaram desde que os democratas tomaram o controle do Congresso.

O Uruguai corteja os Estados Unidos de olho em Brasil e Argentina. O governo de Tabaré Vázquez vive às turras com o de Néstor Kirchner por conta da instalação de fábricas de celulose no rio Uruguai —em solo uruguaio, na divisa com o território argentino. Brasília, preocupada com uma expansão mais simbólica que substancial do bloco, foi incapaz de apaziguar os ânimos e resolver o conflito no Mercosul.

Ainda que com cuidados paliativos, é uma boa notícia que a diplomacia brasileira tenha come-

çado a agir. As concessões ao Uruguai —agilização em trâmites alfandegários, pequenos financiamentos a obras de infraestrutura, um aceno no setor automotivo— são relativamente modestas, como modesto é o peso do país no bloco.

O que mais interessa às empresas instaladas nos quatro países fundadores do Mercosul é que a região opere de fato como zona de livre comércio. Ao Brasil cabe liderar ações institucionais que reforcem e perenizem esse ambiente. Será necessário, pois, tocar no delicado tema das fábricas de celulose, mais cedo que tarde.

A responsabilidade brasileira, no entanto, vai muito além. O despertar do país para o comércio exterior re-

sultou na diminuição da importância relativa do Mercosul para importações e exportações brasileiras.

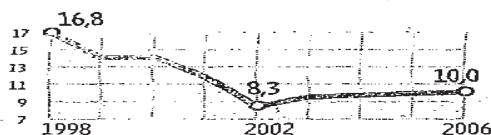
Se as negociações na Organização Mundial do Comércio es-

tão em sintonia com os anseios do pujante Brasil agrícola, falta uma iniciativa abrangente que possibilite a abertura de mercados às manufaturas. Resultou infrutífera a tentativa de unir os países sul-americanos como tática de antagonismo à política de Washington de fechar acordos bilaterais na região.

O crescimento do comércio nas Américas teria mais chances de ser potencializado —com benefícios para todos, notadamente a indústria brasileira, muito competitiva na região— num acordo que envolvesse os EUA.

QUEDA DE PATAJAR

Participação do Mercosul no comércio externo do Brasil, em %



Fonte: Ministério do Desenvolvimento

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo impede CPI de tráfego aéreo”, publicada pelo Jornal *O Estado de S. Paulo* de 9 de Março de 2007.

A matéria destaca que o governo Lula conseguiu impedir a instalação da CPI do apagão aéreo na Câmara, exigindo fidelidade de seus aliados ao governo de coalizão. De olho na fatia do Executivo, os partidos foram pressionados a votar contra a CPI. Segundo a matéria o rolo compressor do governo e a crise que se instalou entre oposição e os aliados de Lula, no

entanto, podem refletir na votação dos projetos e das medidas provisórias do Programa de Aceleração da Economia, PAC.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo impede CPI de tráfego aéreo

Denise Madueño

BRASÍLIA

O governo conseguiu impedir ontem a instalação da CPI do apagão aéreo na Câmara, exigindo fidelidade de seus aliados ao governo de coalizão.

A vitória do governo se deu no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva define o ministério de seu segundo mandato. De olho na fatia do Executivo, os partidos foram pressionados a votar contra a CPI. A vitória do governo não teve a presença da oposição que, em um protesto contra a votação, deixou o plenário. O PSDB, o PFL e o PPS anunciaram que vão entrar com um mandado de segurança na segunda-feira pedindo que o Supremo Tribunal Federal (STF) garanta o funcionamento da CPI.

O rolo compressor do governo e a crise que se instalou entre a oposição e os aliados de Lula, no entanto, podem ter reflexo na votação dos projetos e das medidas provisórias do Progra-

ma de Aceleração do Crescimento (PAC). A oposição prometeu fazer uma obstrução sistemática no plenário enquanto a CPI não for instalada e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), prevê atrasos. “Se vier aí um período de obstrução radicalizada, de não-concessão de nenhuma das partes, pode haver atrasos a votação”, afirmou.

Quanto à ação no Supremo, Chinaglia disse estar seguro da decisão da Câmara e duvida que o tribunal decida a favor da oposição, como aconteceu no caso da CPI dos Bingos, no qual o Senado foi obrigado pela Justiça a instalar a comissão de inquérito. “São situações distintas. Aqui é deliberação do plenário. Duvido que o Supremo altere. Cumprimos o regimento”, conclui o presidente da Câmara. “A não ser que se conclua que o próprio regimento é inconstitucional. Não vejo, portanto, essa possibilidade na medida em que é uma decisão do plenário.” ●

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “O reflexo de Mantega demorou 12 horas”, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em sua edição de 28 de Fevereiro de 2007.

No artigo, o jornalista Elio Gaspari, relata o assalto sofrido pelo ministro da Fazenda Guido Mantega, quando três bandidos invadiram uma chácara onde o ministro se hospedou durante o carnaval. Gaspari estranha o fato do ministro Mantega demorar 12 horas para acionar a polícia. Para o jornalista, “Mantega é ministro da Fazenda e está obrigado a se comportar

como autoridade pública. Deveria ter pedido ao anfitrião que notificasse imediatamente a polícia. Mas fez isso 12 horas depois”. Essa demora, segundo o articulista, impossibilitou a rápida captura “dos delinquentes”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

QUARTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2007

brasil A11

O reflexo de Mantega demorou 12 horas

ODE-SE BAIXAR até mesmo a maioria penal dos fetos, mas é o caso de se pensar para que serve a maioria dos adultos do andar de cima.

Às 23h30 da terça-feira de Carnaval, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estava numa chácara de Ibiúna, nas cercanias de São Paulo, quando a casa foi invadida por três bandidos. Dominaram os donos da casa, quatro casais convidados com seus filhos e os empregados da casa. Como não encontraram dinheiro, exigiram que o dono da casa, o empresário Victor Garcia Sandri, arrumasse cerca de R\$ 20 mil. Sandri foi com um dos bandidos a São Paulo, conseguiu o ervanário e regressou a Ibiúna cinco horas depois. Os assaltantes foram embora.

O empresário disse que deu queixa à polícia numa delegacia que não sabe direito onde fica. Até a tarde de segunda-feira não havia B.O. com seu nome em nenhuma delegacia dos 645 municípios de São Paulo.

Mantega tem ao seu alcance a proteção da Polícia Federal. Preferiu ligar para o governador de São Paulo, prerrogativa dos detentores do babilaque “sabem-quem-está-telefonando?” Fez isso 12 horas depois do episódio.

Sandri disse que não poderia reconhecer os bandidos porque eles estavam encapuzados. Mesmo sabendo-se que aquela era a última noite de Carnaval, é improvável que um sujeito encapuzado rodasse no banco do carona durante três horas por São Paulo sem que alguém achasse a cena esquisita.

Três dias após o delito, a mulher **Em situações inesperadas, os hierarcas são tocados por um demônio que converte o imprevisto em impotência**

do ministro, Eliane Berger Mantega, disse à repórter Soraya Aggege, que não quer fazer “reconhecimento de ninguém”. Mais: “Os caras foram supergentis, só queriam dinheiro”.

É razoável que pessoas submetidas a situações violentas fiquem desorientadas. É compreensível que não procurem a polícia, por medo de uma vingança dos bandidos. Essa é a atitude de 25% das vítimas em São

Paulo (tudo gente que não tem o telefone de José Serra).

Mantega é ministro da Fazenda e está obrigado a se comportar como autoridade pública. Deveria ter pedido ao anfitrião que notificasse imediatamente a polícia. Bastava

discar 181. O ministro poderia ter chamado prontamente a central telefônica do Planalto, para que ela o ligasse com a Polícia Federal. Esses eram os caminhos institucionais, capazes de levar à rápida captura dos bandidos. Doze horas depois, a sorte passa-se para o lado dos delinquentes.

Coisas estranhas acontecem aos hierarcas em situações inesperadas. São tocados por algum demônio que converte o imprevisto em impotência. Nos anos 60, um cidadão entrou no gabinete do ministro da Educação, Pedro Aleixo, e disse que ia matá-lo. Conversaram e contou o motivo: o ministro trabalhava até tarde, retinha sua mulher no serviço e, por isso, ela o traía com outro. Pedro Aleixo explicou-lhe que não havia razão para tanto. Tendo-o convencido, levou-o à porta. Não chamou o guarda. O cidadão matou a mulher.

Um ano antes, o chefe da Casa Civil, Luís Viana Filho, ia em seu carro oficial pela rua Santa Luzia, no Rio de Janeiro. Atropelou um ancião. Formado um grupo de curiosos, o doutor disse ao motorista que cuidasse do caso, deu meia-volta e foi a pé para o Senadinho, a um quarteirão de distância. Horas depois, Luís Viana soube que o atropelado (morto) era o médico Maurício de Medeiros, seu colega na Academia Brasileira de Letras.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Cova clandestina”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista *Veja* em sua edição de 14 de fevereiro do corrente.

Em seu artigo, o jornalista destaca que, ao contrário do que vinha pregando, o PT, Partido dos Trabalhadores, não pretende fazer uma autocrítica em relação aos escândalos financeiros que envolveram deputados e filiados, mas sim “enterrar seus escândalos éticos numa cova clandestina”. O articulista da revista *Veja* lembra que na abertura da comemoração dos 27 anos do PT, em Salvador, o evento festivo foi aberto com o

pedido de anistia de José Dirceu, cassado por comandar o esquema de pagamento de propina aos deputados da bancada governista e acusado pelo procurador geral da República de ser um dos chefes do que chamou de “sofisticada organização criminosa”.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANDRÉ PETRY

Cova clandestina

Agora, está claríssimo: o PT quer enterrar seus escândalos éticos numa cova clandestina. Nada de revolver a terra, nada de fazer a boa e velha autocrítica, esse processo tão prezado pela esquerda em geral. Nada de discutir a fundo sobre a degeneração partidária que permitiu a produção do valerioduto dos mensaleiros, do dossiêgate dos aloprados. Nada disso. O PT quer apenas passar por cima dos escândalos dando a entender à plateia que tudo não passou, no máximo, de um erro — e, mesmo assim, um erro induzido pelas deformações do sistema político e eleitoral.

Há dois sinais eloqüentes na praça da disposição petista para o acobertamento.

Um deles apareceu na quinta-feira

passada, na abertura da comemoração dos 27 anos do PT, em Salvador. O evento festivo abriu pedindo a anistia do deputado cassado José Dirceu... Para quem não se lembra, Dirceu foi cassado em plenário por comandar o esquema do mensalão e está denunciado como um dos chefes do que o procurador-geral da República chamou de “sofisticada organização criminosa”. O PT, desde que o escândalo veio a público, até hoje não julgou um único de seus dirigentes envolvidos na criminalidade. A comissão de ética do partido está empoeirada. Em vez de pedir um julgamento, nem que fosse apenas para dar um verniz de democracia partidária, um pedaço do PT já pede perdão. É o acobertamento em seu figurino explícito.

O outro sinal veio antes, quando saiu a público a primeira versão de um documento intitulado “Mensagem ao Partido”, assinado por uma penca de petistas célebres sob a liderança do ministro Tarso Genro. Nas versões iniciais, o documento até que dava nome aos bois: denunciava a crise ética que tomou conta do partido e acusava o atual grupo diri-

gente de enlamear o partido com seu mandonismo e sua desonestidade. Dizia coisas importantes. Que era preciso “refundar” o partido, que era preciso criar um “novo campo político” e até reconhecia que o PT não pode governar o país sozinho.

Os atingidos — José Dirceu à frente — não gostaram, e o grupo reescreveu o texto da tal “Mensagem ao Partido”. É uma pena. A última forma é uma versão adocicada, crivada de eufemismos e contorcionismos verbais para não dizer que crime é crime e que criminoso é criminoso. Diz que é preciso “resgatar princípios e valores no interior do partido”, mas não diz quais, nem explica por que, como e onde tais princípios e valores foram para o brejo. Diz que é preciso consolidar “uma verdadeira ética republicana”, mas não define o que é isso nem qual teria sido, neste caso, a falsa ética republicana...

O caso demonstra que, dentro do PT, na cúpula do partido e entre seus principais líderes, fica proibido chamar corrupção de corrupção, mensalão de mensalão, valerioduto de valerioduto.

to. E, assim, tudo se combina: fazem-se menções apenas protocolares e envergonhadas à falência ética e, simultaneamente, promove-se um festivo movimento para anistiar Dirceu — sem nem mesmo uma reuniãozinha, uma que seja, para avaliar qual foi sua participação no mensalão. Para um partido que saltou do socialismo para a social-democracia sem fazer escala na autocrítica, para um partido que fez o mesmo voo direto do estatismo para a economia de mercado, não é surpresa que agora empreenda uma viagem descabelada — a de pensar em refazer-se de uma crise sem reconhecer a própria crise.

“Dentro do PT, na cúpula do partido e entre os seus principais líderes, fica proibido chamar corrupção de corrupção, mensalão de mensalão, valerioduto de valerioduto”

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para solicitar que seja inserido nos Anais desta Casa o excelente artigo intitulado “Novo governo, velhos mitos”, de autoria do ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* em sua edição de 8 de abril do corrente.

Segundo Malan, “A obsessão pelo futuro e a fé no que virá nos desculpam pela relativa aversão aos miúdos labores do cotidiano”. Para ele, o atual governo posterga decisões sobre reformas necessárias e

transfere a responsabilidade sobre a condução dos processos de mudança para depois de 2010.

Sr. Presidente, requeiro que o excelente artigo do ex-ministro Pedro Malan seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Novo governo, velhos mitos

Pedro S. Malan

“Nós, os brasileiros, estamos firmemente persuadidos de que sobreviveremos ao fim do mundo que acontecerá um dia. Fundaremos então um reino de justiça, pois somos o único povo da terra que pratica diariamente a lógica do ilógico, como prova nossa política. Esta maneira de pensar é consequência da ‘brasilidade’.” A sofrida ironia é do grande Guimarães Rosa. O tema é recorrente entre nós. A obsessão pelo futuro e a fé no que virá nos desculpam pela relativa aversão aos miúdos labores do cotidiano: “Somos notoriamente avessos às atividades morosas e monótonas”, escreveu Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.

Outro profundo conhecedor da “brasilidade” (Roberto DaMatta) nos brindou na semana passada com excelente artigo sobre o tema: “No vasto, triste e sábio anedotário político nacional, o amanhã tem um lugar todo especial. O resultado é isso que se vê: a incapacidade de gerenciar o mundo diário que vai se deteriorando a olhos vistos. Temos formidáveis promessas

de futuro, mas um presente regado a descaso e a abandono. Os governantes, em todos os níveis, preferem governar para o futuro, frequentemente deles mesmos, do que para o cotidiano dos seus eleitores. O futuro, sempre risonho, aponta para uma felicidade desconectada do presente. Ora, a cobrança da conexão entre presente e futuro se chama responsabilidade – essa palavra feia para quem o poder brasileiro dá, entre outras coisas, o dom da onipotência e o dom de ficar somente na promessa... Assim, enquanto vamos falando da cura pelo futuro, somos derrotados pelas rotinas que recusamos gerenciar... o certo é que temos um viés: substituímos o que é pelo que deveria ser.”

Há algo do Brasil profundo nas observações acima analisadas com brilhantismo por José Murilo de Carvalho em ensaio sobre nossos três grandes mitos nacionais, comparando-os com os equivalentes norte-americanos e mostrando que no Brasil os mitos fundadores não parecem ter desempenhado o papel de uma poderosa força organizadora, como nos EUA.

O drama do País, conclui José Murilo, reside neste contraste entre sonho e realidade, aspirações não acompanhadas de ações adequadas para fazê-las realidade. As pessoas não confiam em seus políticos e em suas instituições, mas fazem

pouco para tornar os primeiros mais responsáveis e para mudar para melhor as instituições. Toda a energia e a imensa criatividade de que são capazes é dirigida ao domínio privado, seja para se dedicar a seus interesses, seja simplesmente para sobreviver. O social é desconectado do político. Daí o sentimento de frustração, de desapontamento, e a persistência de uma vaga esperança de que um messias possa eventualmente trazer a solução para todos os problemas.

Não é por acaso que pelo menos quatro dos seis presidentes civis eleitos diretamente pelo voto popular desde 1950 possuem traços messiânicos: Vargas, Quadros, Collor e Lula. Este último, após mais de cinco meses de sua vitória nas urnas, conseguiu, afinal, completar a designação de seus nada menos que 35 ministros e com eles posar para a foto oficial que simboliza o início de seu segundo mandato com cerca de três meses de atraso.

O longo e tortuoso processo de constituição desse Ministério se deveu, fundamentalmente, à preocupação em assegurar uma apropriada “base de sustentação” no Congresso Nacional, o que parece ter sido alcançado – a um custo político e econômico que ainda a ninguém é dado avaliar.

Há, contudo, algumas indicações que parecem ter base em fatos, opiniões e biografias conhecidas. Por exemplo, dos três processos de reforma, cuja continuidade o Brasil necessita para seu crescimento futuro, duas, a trabalhista e a previdenciária, dadas as escolhas dos ministros, devem ficar para as calendas. Do novo ministro do Trabalho nada se deve esperar em termos de flexibilização da legislação trabalhista. Do ex-ministro do Trabalho, agora na Previdência, é muito pouco provável que venha algo na direção de um avanço na imprescindível reforma do sistema. A constituição de amplos Conselhos Nacionais para debater estes assuntos constitui uma forma de o Executivo transferir responsabilidades sobre a condução dos processos de mudança – e postergá-los para depois de 2010.

É sintomático que, em seu discurso de posse perante o Congresso Nacional, o presidente Lula não tenha feito nenhuma menção às reformas trabalhista e previdenciária. É sobre Reforma Tributária o que teve a dizer foi o seguinte: “Vamos consolidar, em harmonia com esta Casa e com os Estados, a legislação unificada do

ICMS, simplificando as normas, reduzindo alíquotas, com previsão de implantar um único imposto de valor agregado a ser distribuído automaticamente para União, Estados e municípios.” Se o Executivo federal, com o presidente à frente liderando o processo, não se empenhar nesta empreitada, nada vai acontecer nos próximos três anos e três meses que restam até a atual Legislatura encerrar, na prática, as suas atividades, em junho de 2010.

Da mesma forma, que dizer da seguinte série de promessas – para um futuro que um dia virá –, todas contidas num único parágrafo do mesmo discurso: “Vamos realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura; aperfeiçoar o marco jurídico e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução?”

“Brasilidades” diriam Rosa (talvez pensando em Zé Bebelo), DaMatta, Buarque de Holanda, José Murilo e tantos outros de nossos estudiosos de nós mesmos, que expressam uma sabedoria que, também ela, é parte de nossa brasilidade: uma esperança não insensata que talvez possa ser renovada em momentos de travessia, ressurreição e festa. Como nesta Páscoa, que desejo que possa ser feliz para todos. ●

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC. E-mail: malan@estadao.com.br

O novo Ministério foi criado a um custo que a ninguém é dado avaliar

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelas projeções que se pode fazer para o futuro, o crescimento da população mundial terá como maior característica a urbanização, a qual traz mudanças realmente significativas nos hábitos alimentares, principalmente nos países em via de desenvolvimento.

Urbanização e envelhecimento populacional estão provocando mudanças de comportamento, não só na procura por alimentos como frutas e hortaliças como também na preferência por alimentos processados e de rápida preparação.

Estudos realizados pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indicam que é mundial a tendência à diversificação dos hábitos alimentares sobretudo entre os países em desenvolvimento.

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento formula e executa políticas que integram aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais a fim de cumprir sua Missão Institucional, que é estimular o aumento da produção agropecuária e o desenvolvimento do agronegócio, para atender o consumo interno e formar excedentes para a exportação.

A atuação do MAPA é baseada na busca de: sanidade animal e vegetal; organização da cadeia produtiva do agronegócio; modernização da política agrícola; incentivo às exportações; uso sustentável dos recursos naturais e bem-estar social. E a consequência de todas estas ações é geração de emprego e renda, promoção da segurança alimentar, inclusão social e redução das desigualdades sociais.

Para garantir respostas positivas ao País e ao mundo, a curto, médio e longo prazo, o MAPA implantou um processo de gestão estratégica, porque as modificações sofridas nos últimos cem anos, tanto econômicas, quanto políticas e tecnologias, impactaram a população mundial e trouxeram grandes desafios para o agronegócio mundial e para a agricultura brasileira.

Preparando-se para encontrar soluções às questões relacionadas aos desafios dos próximos 15 anos, o Ministério alterou sua estrutura administrativa no início de 2005.

Procurando estabelecer as mais modernas técnicas de gestão, o Ministério optou pela implantação da metodologia **Balanced Scorecard**, desenvolvida pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School; trata-se de um modelo capaz de “estabelecer uma estratégia de ação e, ao mesmo tempo, traduzi-la em resultados mensuráveis que possibilitarão gerir a sua implementação”.

A estratégia, por sua vez, é definida a partir da sentença da missão, formulada a partir do consenso dos líderes setoriais, com metas a serem atingidas e com prazos pré-determinados, estabelecendo então, a visão de futuro, para que o MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento seja “reconhecido pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”.

O **Balanced Scorecard** pode ser resumido numa equação em que os resultados são iguais à descrição da estratégia somada à mensuração da própria estratégia e à sua gestão.

Para elaborar um planejamento foram avaliadas as tendências globais e do agronegócio, a missão e a visão do futuro.

Assim, devidamente constituído O Plano Estratégico foi apresentado a todos em janeiro de 2007, com visão de futuro até o ano de 2015, trazendo um conjunto de desafios para a organização, traduzidos em 25 objetivos estratégicos, com seus indicadores de desempenho realizados por iniciativas estratégicas.

A visão de futuro do MAPA cobre o período 2006-2015, abrangendo mais dois ciclos de Planos Plurianuais (PPA – 2008-2011 e 2012-2015).

Os objetivos estratégicos mostram aquilo que o MAPA deseja alcançar e o que é imprescindível para a consecução dos resultados esperados, dentro das seguintes perspectivas: da sociedade, do agronegócio e parceiros, dos processos internos (informação, produtos e serviços, articulação e promoção, excelência administrativa) de pessoas, aprendizado e crescimento (informação e conhecimento, ambiente de trabalho e pessoas).

Os objetivos estratégicos foram também agrupados por temas estratégicos que evidenciam as relações de causa e efeito entre os objetivos, dentro das perspectivas.

O documento definiu ainda 23 iniciativas estratégicas, que são as ações de intervenção que pretendem garantir a mudança da situação atual para a situação desejada no futuro; elas são os projetos que fazem com que as metas estabelecidas, em cada um dos objetivos estratégicos, sejam atendidas.

As iniciativas são relacionadas às perspectivas; e todas responderão pelo êxito nos projetos que atendem ao agronegócio e à sociedade.

Segundo o plano estratégico, “cada iniciativa tem um patrocinador institucional e um responsável técnico que serão os seus gestores durante o processo”.

Neste documento, primorosamente elaborado, pode-se observar que estão ali delineados não só os seus 25 objetivos estratégicos como também as fór-

mulas para o controle dos processos, os resultados a serem obtidos, o comprometimento da organização como um todo e a satisfação dos seus públicos de interesse, ou seja, o agrupamento de indivíduos, instituições pública ou privadas e setores da sociedade que interagem com o Ministério.

Uma das inovações da atual gestão foi a instituição de câmaras setoriais das diversas cadeias produtivas dos agronegócios de fruticultura, carne, leite, avicultura, açúcar e álcool, entre outros; estas câmaras contam com representantes do Governo e do setor privado para debater e propor políticas públicas para o agronegócio brasileiro.

Ciente das necessidades de realizar investimentos necessários para concorrer e até liderar no cenário internacional, o Brasil prepara-se para dedicar esforços especiais para disponibilizar tecnologias, aperfeiçoar o sistema de defesa agropecuária e oferecer melhorias nos sistemas de crédito e de seguro rural, pois a falta dessas iniciativas nos colocarão fora da competitividade no mercado internacional e implicarão em perdas no agronegócio.

Aliando-se as tendências de urbanização, envelhecimento da população e mudança de hábito do consumidor, pode-se prever que há um grande potencial para o crescimento da produção agropecuária no nosso País.

Além de impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio, estão previstas também a ampliação e a participação da agroenergia na matriz energética para garantir o fornecimento regular de matérias-primas dirigidas à produção de biocombustíveis, assegurando que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

Como resultado das transformações sociais – em que saímos de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional – o papel do Estado também se alterou e suas funções, atualmente, são de promoção e regulação das atividades.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O que certamente se pode deduzir é que o gerenciamento da administração pública brasileira já está se adequando às novas exigências mundiais.

O Governo Lula está posicionando o Brasil dentro do processo de atendimento às necessidades do planeta e já levanta uma questão que é a de procurar descobrir o que o mundo vai consumir daqui a duas ou três décadas, considerando-se a disponibilidade de recursos como a terra, a água, a tecnologia, a bioenergia, a mão-de-obra, as pessoas e quais demandas o agronegócio poderá atender.

A representação gráfica da estratégia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que tive o prazer de analisar demonstra que o Governo está preparado para atingir com eficácia os seus objetivos e as expectativas da sociedade; da agricultura brasileira, da agroenergia, do agronegócio de seus parceiros. E também dos processos internos, das necessidades do ser humano e do seu aprendizado e crescimento. Era isto que

eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizar o desenvolvimento sustentável implica em atuar com os efeitos socioambientais das atividades humanas.

E, considerando os atuais resultados socioambientais dos processos humanos, não há mais como negar a gravidade de nossos equívocos.

E não há como seguir justificando o injustificável agora.

É leviano seguir fingindo que podemos deixar as coisas como estão.

Tenho firme convicção de que a urgente transformação, exigida pelo sombrio cenário ambiental de nosso drama, não se dará por milagre ou pelos superpoderes de alguns de nós ou de outrem.

A grande transformação não se dará sem o comprometimento dos pequenos gestos cotidianos de cada um e cada uma de nós.

Nesse sentido, proponho um exercício – um dever de casa, como se costuma dizer.

Proponho que voltemos nosso olhar a nossa instituição, o Senado Federal.

Mas o Senado Federal como órgão público, fundamental à estrutura do Estado brasileiro e um bem da sociedade.

Como um sistema administrativo vivo, esta instituição compra, contrata, consome energia, movimenta multidões humanas com seus fazeres e apetrechos, produz resíduos e produz impactos sociais e ambientais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise ambiental, agora amplamente alardeada e que a tantos agora mobiliza, há muito tempo está anunciada, como também está há muito enunciado, em acordos internacionais assinados pelo Brasil e em nossa Constituição federal, que os órgãos da Administração Pública têm o dever de promover a proteção e o equilíbrio socioambiental em nosso País.

Ou seja, assim como é necessário ao comportamento dos indivíduos, das famílias e comunidades, em suas moradas e em seu cotidiano, é igualmente

te necessário adotar critérios socioambientais na gestão dos órgãos públicos, de modo a reduzir ou eliminar os impactos negativos das práticas administrativas e operacionais, no meio ambiente e na sociedade, pelo uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, assim como pelo adequado manejo dos resíduos.

E é este o exercício que proponho ao Senado.

Proponho que o Senado busque adequar o seu consumo ao que dispõe a Constituição brasileira sobre a responsabilidade ambiental compartilhada da sociedade, do setor público e do setor produtivo.

Na prática, isso significa observar e valorizar questões como:

O que fazer com a grande quantidade e variedade de lixo que se produz no Senado?

Como usar de forma adequada os recursos água, ar e energia nos prédios em que se instala Senado ?

O Senado sabe se adquire produtos de empresas que não produzem danos ambientais, que desenvolvem relações trabalhistas justas, comércio leal ou de economia solidária?

Os gestores do Senado são capacitados ou qualificados para lidar com estas questões?

Enfim, como o Senado pode incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável nas suas atividades de rotina?

Sr^{as} e Srs. Senadores, não seremos os primeiros.

Há numerosas experiências bem sucedidas – muito mais próximas de nós do que eu mesma acreditava, antes de conhecer um programa do Ministério do Meio Ambiente, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, chamado AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – a A₃P.

Criada em 1999, como um desafio às instituições governamentais, a A₃P trabalha em rede a partir de 2004, por articulação dos diferentes órgãos públicos mobilizados na realização do desenvolvimento sustentável em todos os campos da Administração Pública.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal está atrasado neste processo. A Câmara dos Deputados, em 2003, instituiu seu Núcleo de Gestão Ambiental – o “EcoCâmara” – e aderiu à Rede A₃P.

Desde então, a Câmara dos Deputados tem desenvolvido muitas iniciativas de sucesso. Cito, entre elas: a coleta seletiva e a reciclagem de todo papel e plástico usados na Casa; a implantação de mecanismos de controle ambiental por meio de oficinas e fabricação de blocos de anotação com sobras de papel; a destinação correta do lixo produzido na Casa; a ma-

nutenção dos jardins da Câmara com adubo natural; a elaboração de um catálogo de espécies vegetais e animais que vivem na área da Câmara; cooperação com o programa de reflorestamento de espécies nativas da Mata Atlântica.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante disso, quero comunicar que encaminhei formalmente duas propostas ao presidente Renan Calheiros, no sentido de que o Senado Federal adote e desenvolva uma cultura de gestão ambiental e socialmente saudável:

Primeira: Editar resolução, dispondo sobre o uso obrigatório de papel reciclado para as publicações e correspondências do Senado Federal.

E, a exemplo do já efetivado por diversos órgãos dos três Poderes, que o papel reciclado seja obtido de cooperativas de catadores ou instituição congênere.

Segunda: Inscrever o Senado Federal na Rede A₃P – um programa cuja adesão voluntária de diversos órgãos públicos cresceu mais de 300% desde 2005. E com tal êxito que foi contemplado com o prêmio Unesco “O Melhor dos Exemplos”, na categoria Meio Ambiente, pela relevância do trabalho e efetividade de seus resultados.

Por tudo isso, conclamo meus ilustres colegas nesta Casa a reforçar esta proposta à Presidência da Casa, colaborando para que também o Senado se lance a esta empreitada pioneira de construção de uma nova realidade, feita de novos resultados da ação pública – tão necessária à urgente transformação que precisamos fazer em favor desta e das futuras gerações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis*

milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente

da Medida Provisória nº 345, de 2007), que *dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de*

2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.3.2007)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14.4.2007)

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir

que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 2, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que

acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.*

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator **ad hoc**: Senador Pedro Simon.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de de-*

zembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator **ad hoc**: Senador Juvêncio da Fonseca.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988* (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.*

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.*

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação

do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradeço a Deus, aos servidores da Casa e ao povo brasileiro.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 28 minutos.)

**ATA DA 33ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2007
(Publicada no DSF de 23 de março de 2007)**

RETIFICAÇÃO

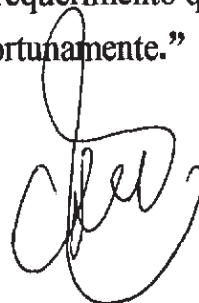
Na Página 06546, primeira coluna, no despacho do Presidente apostado ao Requerimento nº 234, de 2007,

ONDE SE LÊ:

“O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB-PB) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.”

LEIA-SE:

“O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB-PB) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.”



Ata da 46ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 12 de abril de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Morais, Mão Santa, Garibaldi Alves Filho, Romeu Tuma, Marcelo Crivella, Neuto de Conto, Augusto Botelho, Gilvam Borges e Edison Lobão.

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 12/4/2007 07:35:03 até 12/4/2007 20:15:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X		Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PSDB	PR	WILSON MATOS	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
Bloco-PT	MS	DELGÍDIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZERÉDO	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X						
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PFL	SC	RAIMUNDO COLÔMBO	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						

Compareceram: 67 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, e sob a coordenação de Dr^a Claudia Lira, eficiente secretária e executiva do Congresso.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 340, DE 2007

Requeiro, nos termos do artigo 40 combinado com o artigo 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, que seja considerada como desempenho de missão no exterior, minha participação nos dias 16 e 17 de abril do corrente em reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul que discutirão a realização da primeira sessão legislativa, que se realizará na ci-

dade de Montevideú, no Uruguai. Estarei ausente do País para participar do referido evento no período de 15 a 18 do corrente mês.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Ségio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado após a Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:




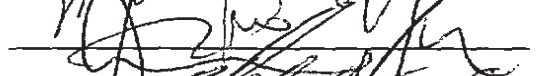
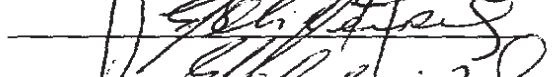
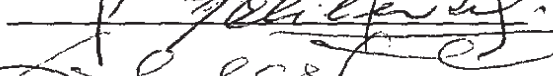

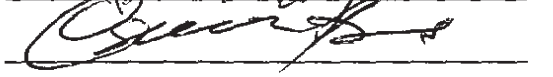

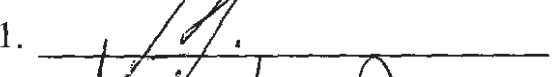


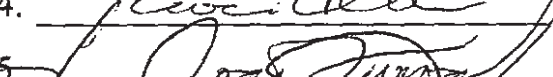




REQUERIMENTO Nº 341, DE 2007

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Edison Lobão**.

- | | | |
|-----|---------------------|--------------------------|
| 01. | <i>Edison Lobão</i> | <i>Edison Lobão</i> |
| 02. | <i>de Almeida</i> | <i>Pedro Simon</i> |
| 03. | <i>[Signature]</i> | <i>Luiz Almeida Lima</i> |
| 04. | <i>[Signature]</i> | <i>JAYME CAMPOS</i> |
| 05. | <i>[Signature]</i> | <i>Manix Surana</i> |
| 06. | <i>Folgueiras</i> | <i>Mão Duarte</i> |
| 07. | <i>[Signature]</i> | <i>Zambiasi</i> |
| 08. | <i>[Signature]</i> | <i>OSVALDO MENEZES</i> |
| 09. | <i>[Signature]</i> | <i>Neuto de Conto</i> |
| 10. | <i>[Signature]</i> | <i>JOSE VERRY</i> |
| 11. | <i>[Signature]</i> | <i>EDUARDO SUPLICY</i> |
| 12. | <i>[Signature]</i> | <i>TIAO VIANA</i> |

13.		
14.		A.C. VALADARES
15.		MARNO MALTA
16.		VANILDO CRIBELIS
17.		Valer Pereira
18.		GABRIEL ALVES
19.		CÉSAR FORTES
20.		Osmair Dias
21.		ROSEANA SARNEY
22.		CRISTINA
23.		Rosângela Ciachini
24.		INACIO AREND
25.		JOÃO DUCVAL
26.		HERÁCLITO FORTES
27.		
28.		LUCIA VANIL

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 342, DE 2007

Nos termos do inciso I, do art. 256, Regimento Interno do Senado Federal, requero a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2003, que “Institui a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso continuado às pessoas carentes e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Aloizio Mercadante**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256 § 2º inciso II alínea **b** do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 343, DE 2007

Solicita informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, em conjugação com os arts. 215 e 216 do Re-

gimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja encaminhada ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento solicitação de cópia dos estudos de avaliação dos impactos esperados, em decorrência da importação de café do Vietnã, sobre a cafeicultura brasileira.

Justificação

Se a articulação dos fabricantes brasileiros de café solúvel visando à importação do produto obtiver êxito, os prejuízos à cafeicultura capixaba serão inevitáveis. Por esse motivo, a recente possibilidade da importação de um milhão de sacas de café conilon, provenientes do Vietnã, trouxe grande inquietação aos produtores de café do Estado do Espírito Santo.

Os prejuízos que poderão advir dessa compra atingirão principalmente os pequenos produtores rurais do Estado, com reflexo sobre a renda e sobre a capacidade de pagamento desses agricultores, a partir da safra 2007/2008.

O acesso aos estudos técnicos oficiais ofereceria indispensável subsídio à tomada de decisão dos agentes envolvidos na atividade, diante de mais esse desafio que se apresenta à cafeicultura nacional. Assim sendo, solicito o envio de cópia dos estudos que, na iminência da decisão de autorizar a importação de café conilon do Vietnã, avaliam os impactos esperados sobre a cafeicultura brasileira, em especial sobre a economia rural do Espírito Santo onde predomina o cultivo do café conilon.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – **Magno Malta**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 344, DE 2007

Requer voto de aplauso ao Economista José Carlos de Assis, pelo lançamento, no dia 10 de abril de 2007, do seu livro Moeda, Soberania e Trabalho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Economista José Carlos de Assis, pelo lançamento, no dia 10 de abril de 2007, de seu livro **Moeda Soberania e Trabalho**.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do autor e à Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Justificação

Por iniciativa da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, o Economista José Carlos de Assis lançou, no dia 10 de abril de 2007, seu livro **Moeda Soberania e Trabalho** – Uma Proposta Crítica de Integração da América do Sul.

José Carlos de Assis é uma dos mais brilhantes alunos da Professora Maria da Conceição Tavares. É detentor de muitas idéias das quais discordo, porém ressalvo ser o economista, uma das mais expressivas figuras do meio econômico, como analista sério da realidade brasileira e do Continente. Ele impõe-se perante a intelectualidade do País pela sua seriedade pública e notória competência. Por tudo isso e, no momento, pela bela contribuição que oferece com o lançamento de seu novo livro, é merecedor do voto de aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento lido vai ao arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 345, DE 2007

(Nº 25, DE 2007 – CRE)

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado como art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), vinculada àquela Pasta, feitas a partir de 27 de março de 2006.

Justificação

A crise da aviação brasileira tem ultrapassado todos os limites. Adicionado a isso, aparecem diversas acusações de problemas na gestão da Infraero.

Trata-se de tema que se encontra sob análise da Comissão que temos a honra de presidir, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que, inclusive, já realizou diversos debates e audiências sobre a matéria.

Assim, com o objetivo de ampliar as informações sobre a questão, de alta relevância, estamos apresentando o presente requerimento, solicitando ao Senhor

Ministro de Estado da Defesa o fornecimento de informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e assessoramento no âmbito da empresa, vinculada àquela Pasta, feitas a partir de 27 de março de 2006, data da posse do Tenente-Brigadeiro José Carlos Pereira na presidência da entidade.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. – **Wellington Salgado de Oliveira** – **César Borges** – **Leomar Quintanilha**, Presidente em exercício – **Mão Santa** – **Inácio Arruda** – **Romeu Tuma** – **Flexa Ribeiro** – **Marcelo Crivella** – **João Tenório**.

OF. nº 242/2007 – CRE

Brasília, 12 de abril de 2007

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o Requerimento de Informação nº 25, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Heráclito Fortes, aprovado na 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizada no dia 12 de abril do corrente, em conjunto com a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para as medidas cabíveis.

Respeitosamente, – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 346, DE 2007

Requer voto de congratulações ao Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo da Arquidiocese de Vitória da Conquista – BA.

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de congratulações ao Arcebispo Dom. Geraldo Lyrio Rocha, nomeado para a Arquidiocese de Mariana – MG.

Requeiro, também, que esse voto de congratulações seja levado ao conhecimento do Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha – Rua Leôncio Santos, 100 – Bairro Recreio – 45050-400 – Vitória da Conquista – BA.

Justificação

Sua Santidade o Papa Bento XVI nomeou em 11 do corrente mês, o novo arcebispo da cidade de Mariana, Dom Geraldo Lyrio Rocha, desde 2002 atuando na arquidiocese de Vitória da Conquista (BA).

Dom Geraldo assumirá a arquidiocese mais antiga de Minas. Rica em história, cultura, arte e tradições, Mariana foi criada em fevereiro de 1748 e abrange 79 municípios, com 132 paróquias e cerca de 200 padres.

Sucessor de Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Geraldo promete levar adiante a importante obra pastoral que seu predecessor realizou na arquidiocese, ao longo de mais de 18 anos, obra sempre marcada pela caridade, amor aos pobres e por uma grande sensibilidade pelas questões sociais.

Capixaba da cidade de Fundão, onde nasceu, em março de 1942, Dom Geraldo fez o seminário menor (ensino médio) em Vitória – ES e em Mariana – MG, o curso de Filosofia. Foi ordenado padre em 1967, depois de estudar Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, onde também se especializou em Liturgia no Pontifício Instituto Santo Anselmo.

Nomeado bispo em 1984, Dom Geraldo foi auxiliar de Vitória até 1990, quando assumiu a diocese de Colatina (ES), que dirigiu até janeiro de 2002. Como membro do Conselho Episcopal de Pastoral da CNBB, foi responsável pelo setor de Liturgia entre 1995 e 2003. Foi também presidente do Departamento de Liturgia do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), organismo do qual é atualmente vice-presidente.

Como titular desse cargo, o arcebispo nomeado de Mariana vai participar da 5ª Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, que o papa Bento XVI abrirá em Aparecida (SP) na tarde de 13 de maio. Dom Geraldo também está cotado para concorrer à presidência da CNBB, na próxima assembléia da entidade, na primeira semana de maio.

De tendência moderada, Dom Geraldo sempre foi fiel ao seu lema de bispo (**Opus fac evangelistae** – Faz a obra de um evangelista).

Por toda a sua trajetória iluminada pelo especial carinho que devotou aos pequenos, idosos, doentes, sofredores, abandonados, encarcerados, pobres e excluídos de toda a sorte, Dom Geraldo Lyrio Rocha é merecedor dos melhores votos de amplo sucesso em sua nova missão, e do voto de congratulações do Senado Federal, o que requeiro neste momento.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Gerson Camata**.

Requeiro, também, que esse voto de congratulações seja levado ao conhecimento de:

Sua Santidade Papa Bento XVI
Secretaria de Estado
Cidade do Vaticano – 00193

Presidente da CNBB – Cardeal Geraldo Majella Agnelo
SE/SUL – Quadra 801 – Conj. B
70401-900 – Brasília – DF

Arcebispo de Vitória Dom Luiz Mancilha Villela
Rua Soldado Abilho dos Santos, 47 Centro – Cidade Alta
29015-620 Vitória – ES

Núncio Apostólico Dom Lorenzo Baldisseri
Av. das Nações – Quadra 801 – Lote 1
70401-900 – Brasília – DF

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A Presidência encaminhará o voto solicitado.
O requerimento lido vai ao arquivo.
Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Nº 173/2007, de 15 de fevereiro último, informando que o Requerimento nº 604, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, foi autuado naquela Corte sob o nº TC-004.670/2007-3 e encaminhado à unidade técnica competente para adoção das providências cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– A informação foi encaminhada, em cópia, ao requerente.

O requerimento permanecerá na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a manifestação do Tribunal de Contas da União.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório e acompanhará a sua execução, devendo propor à autoridade competente as progressões e regressões dos regimes, bem como as conversões. (NR)”

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva, com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior, e o seu mérito indicar a progressão.

Parágrafo único. A decisão sobre progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena será motivada e precedida de parecer da Comissão Técnica de Classificação e do exame criminológico, quando necessário. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo do presente projeto de lei é simples: restaurar o sistema vigente no Brasil antes da edição da equivocada Lei nº 10.792, de 2003 (especificamente as alterações que fez nos arts. 6º e 112 da Lei de Execução Penal – LEP). As alterações feitas por essa lei aos citados artigos da LEP resultaram na exclusão da análise do mérito do preso e da realização do exame criminológico por comissão técnica para a concessão de progressão de regime e de livramento condicional.

A mera comprovação do bom comportamento carcerário pelo diretor do estabelecimento penal, como acontece atualmente, não alcança a avaliação por técnico das áreas psiquiátrica, psicológica e social. Além disso, estimula a corrupção, com a “venda” de atestados de bom comportamento carcerário. Essa foi a saída paliativa que o governo encontrou para resolver temporariamente a crise penitenciária nacional, abrindo espaço nas prisões para o ingresso de novos criminosos.

O presente projeto de lei visa, portanto, restaurar o sistema anterior e trazer de volta a exigência de exame por técnicos habilitados para a concessão das benesses penais de progressão de regime, livramento condicional, indulto individual e comutação de pena aos presos.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senadora **Maria do Carmo Alves**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Do Objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. *(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão. *(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor. *(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitadas as normas previstas nas normas vigentes. *(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º-12-2003)*

Brasília, 11 de julho de 1984; 163º da Independência e 96º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO – Ibrahim Abi-Ackel.**

LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 6º A classificação será feita por Comissão Técnica de Classificação que elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade adequada ao condenado ou preso provisório. (NR)

“Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

§ 1º A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.

§ 2º Idêntico procedimento será adotado na concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas, respeitadas as normas previstas nas normas vigentes.” (NR)

Brasília, 1º de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Márcio Thomaz Rastos.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2007

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), pelo período de cinco anos, os produtos classificados nos seguintes códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006:

I – 8708.95 (bolsas infláveis de segurança com sistema de insuflação – **airbags** – e suas partes); e

II – 9032.89.21 (controlador eletrônico para sistemas antibloqueantes de freio – ABS).

Art. 2º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente ao de sua publicação.

Justificação

Inobstante o alto índice de mortes por acidentes de trânsito no Brasil, o consumidor brasileiro não investe em segurança na hora de adquirir seu automóvel. Tome-se como exemplo o caso de dois importantes itens de segurança veicular: o sistema de freios ABS e o **airbag**.

O sistema de freios ABS (sistema de freios anti-travamento) é um equipamento que evita o travamento

das rodas durante a frenagem e permite ao motorista manter a dirigibilidade do veículo em situações críticas. E item de série indispensável, por exigência do consumidor, nos modelos europeus e equipa mais de 70% dos veículos norte-americanos. No Brasil, o número de veículo equipados com o sistema é de cerca de 10% do total.

O **airbag** é um equipamento suplementar de retenção frontal para condutor e passageiros. E exigido pela quase totalidade dos europeus, por ser importante item na redução do número de vítimas fatais ou graves de acidentes de trânsito. No Brasil, em 2006, o **airbag** para motorista estava presente em cerca de 20% dos carros como equipamento de série e em 40% como opcional. O **airbag** duplo comparecia em 23% dos carros como item de série e em 37% como opcional.

Projeto de lei recentemente aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal – o PLS nº 115, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo – prevê o prazo de um ano para que os carros saiam das fábricas já equipados com **airbag**. Convertido em lei, o projeto deverá introduzir mudanças nesse comportamento e reduzir o grave quadro de acidentes de trânsito no País.

O brasileiro, entretanto, considera o **airbag**, assim como o sistema de freios ABS, um equipamento caro para os padrões nacionais. Some-se a esse obstáculo a carga tributária de cerca de 40% do total do preço do veículo, que toma o custo de dirigir com segurança proibitivo para a maioria dos brasileiros.

Com vistas a tornar mais acessível a aquisição de itens de segurança veicular, elaboramos este projeto de lei, que visa a isentar da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, às alíquotas de 5% e 15%, respectivamente, o **airbag** e suas partes e o controlador eletrônico para sistemas antibloqueantes de freio – ABS.

Tratando-se de produtos importados, estimou-se a renúncia fiscal decorrente da isenção de IPI ora proposta com base nos valores importados no ano de 2006, registrados no Sistema AliceWeb do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Essa renúncia alcançaria 12,7 milhões de reais ao ano nos três exercícios seguintes à data de vigência da lei que resultar do projeto. A perda de receita, dada a sua pequena magnitude, poderia ser compensada pela expansão da arrecadação decorrente do crescimento econômico.

Com as medidas propostas, acreditamos estar contribuindo para uma perspectiva mais saudável para o trânsito brasileiro e introduzindo uma postura mais esclarecida do consumidor diante da questão da segurança de trânsito.

Nesse sentido, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 6.006,
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, e no § 1º do art. 3º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002,

Decreta:

Art. 1º É aprovada a anexa Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.

Art. 2º A Tipi aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) constante do Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, com alterações posteriores.

Art. 3º A NCM constitui a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado (NBM/SH) para todos os efeitos previstos no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.154, de 1º de março de 1971.

Art. 4º O enquadramento de veículos no Ex 1 e no Ex 2 relativos aos códigos nos 8702.10.00 e 8702.90.90 da Tipi, bem assim nas condições estabelecidas na Nota Complementar NC (87-3) ao Capítulo 87 da Tipi, está condicionado à manifestação da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda certificando que o veículo cumpre as exigências ali estabelecidas.

Art. 5º Fica a Secretaria da Receita Federal autorizada a adequar a Tipi, sempre que não implicar alteração de alíquota, em decorrência de alterações promovidas na NCM, pela Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, ao amparo do disposto no art. 2º, inciso III, alínea c, do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003.

Parágrafo único. Aplica-se ao ato de adequação o disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional – CTN.

Art. 6º No Anexo I da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, onde consta “8536.50.90 Ex 3” passa a referir-se a “8536.50.90 Ex 1”.

Art. 7º A tabela anexa ao Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, é aplicável exclusivamente

para fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Art. 9º Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2007:

I – o art. 2º do Decreto nº 4.859, de 14 de outubro de 2003, e o art. 2º do Decreto nº 4.924, de 19 de dezembro de 2003;

II – os Decretos nºs 4.542, de 26 de dezembro de 2002, 4.679, de 24 de abril de 2003, 4.800, de 5 de agosto de 2003, 4.902, de 28 de novembro de 2003, 4.955, de 15 de janeiro de 2004, 5.058, de 30 de abril de 2004, 5.072, de 10 de maio de 2004, 5.173, de 6 de agosto de 2004, 5.282, de 23 de novembro de 2004, 5.298, de 6 de dezembro de 2004, 5.326, de 30 de dezembro de 2004, 5.466, de 15 de junho de 2005, 5.468, de 15 de junho de 2005, 5.552, de 26 de setembro de 2005, 5.618, de 13 de dezembro de 2005, 5.697, de 7 de fevereiro de 2006, 5.802, de 8 de junho de 2006, 5.804, de 9 de junho de 2006, 5.883, de 31 de agosto de 2006, e 5.905, de 21 de setembro de 2006.

Brasília, 28 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Guido Mantega.**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2004

Altera o art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer novos equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 105 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 105. São equipamentos ou componentes de uso obrigatório nos veículos:

-
- VII – equipamento suplementar de retenção (**air bag**) frontal para o condutor e os passageiros do banco dianteiro;
- VIII – barras de proteção lateral;
- IX – arco de proteção superior, para os veículos indicados pelo Contran;
-

§ 5º As exigências estabelecidas nos incisos VII a IX deste artigo serão progressivamente incorporadas aos veículos novos, fabricados, importados, montados ou encarregados a partir do primeiro ano após a defi-

nição, pelo Contran, das especificações técnicas pertinentes e do respectivo cronograma de implantação. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos tempos, os veículos vêm passando por grandes transformações. Muitas delas buscam incrementar a performance dos motores, o que tem sido possível graças ao contínuo avanço da tecnologia. Outras, ocorridas em paralelo, demonstram, por sua vez, uma preocupação crescente com a segurança dos veículos, entendendo-se que, quanto mais potentes, também mais seguros precisam ser para quem os utiliza.

Nesse contexto, diversos dispositivos de segurança vêm sendo gradativamente incorporados aos veículos. Assim é que recursos como **air bags**, carrocerias deformáveis com células de sobrevivência e barras de proteção nas portas, antes restritos aos modelos de luxo, já estão disponíveis mesmo para carros econômicos. Outros, todavia, capazes de atuar preventivamente no sentido de evitar o acidente – e não apenas de minimizar as suas conseqüências –, ainda permanecem à margem do grande público consumidor. Oferecidos como opcionais na maioria dos modelos, o consumidor tende a reagir negativamente à possibilidade de pagar pelos equipamentos, seja por questões de ordem financeira, seja por desconhecimento acerca de como um determinado componente pode atuar na prevenção de acidentes.

A tradicional alegação de que a inclusão de novos equipamentos onera o preço final do veículo esbarra na certeza de que, com a generalização do uso e a efetiva incorporação do componente às linhas de montagem, o custo do item agregado segue uma tendência natural de barateamento. É o que, em geral, se observa com qualquer produto que passe a ser produzido e comercializado em grande escala. Para ilustrar, tome-se o caso do cinto de segurança de três pontos. Inobstante o modelo ter sido reconhecido, já na década de 1970, como mais seguro do que a versão sub-abdominal, o custo era visto, à época, como impedimento à sua utilização em larga escala. Depois de se tornar obrigatório, cessaram os questionamentos acerca do custo do equipamento diante da segurança proporcionada.

Não há dúvida de que está em curso no Brasil um processo de conscientização em torno da importância da segurança dos veículos, evidente tanto na postura das montadoras – que aos poucos vão mudando o perfil dos modelos nacionais – quanto no interesse dos

consumidores – que começam a investir mais em itens de segurança. Não obstante, é necessário impulsionar o processo rumo à conquista definitiva de um padrão de segurança veicular capaz de reduzir os elevados índices de acidentes de trânsito e suas lamentáveis conseqüências para a sociedade brasileira.

É o que fazemos por meio da presente iniciativa, destinada a alterar a legislação de trânsito para incluir novos itens de segurança obrigatórios nos veículos. Tratando-se de tecnologia já perfeitamente dominada e testada pelos fabricantes – haja vista que os equipamentos propostos já integram muitos modelos, ou, pelo menos, estão disponíveis como opcionais para praticamente todos -, estamos certos de que a indústria automobilística poderá assumir a nova obrigação sem sobressaltos. Já do ponto de vista do consumidor, admite-se que os ganhos em termos de segurança mais do que compensarão o eventual impacto inicial do custo dos equipamentos sobre o preço do veículo. Ademais, pode-se esperar a progressiva diluição do referido impacto à medida que se generaliza a utilização dos equipamentos.

Certos da oportunidade da iniciativa e dos benefícios que dela poderão advir para a sociedade brasileira, esperamos contar com o apoio necessário a aprovação do Projeto de Lei que apresentamos.

Sala das Sessões, Senador **Eduardo Azeredo**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos,
– decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

AVISOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 7, de 2007-CN (nº 240-GP-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 130, de 2007-TCU (Plenário), bem como do respectivo relatório, referente à auditoria no Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim – (TC nº 003.655/2003-0).

Aviso nº 9, de 2007-CN (nº 174-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 222, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente ao moni-

toramento acerca do cumprimento das deliberações do TCU em relação ao acompanhamento do projeto de irrigação de Flores de Goiás – GO – (TC nº 003.586/2001-4).

Aviso nº 10, de 2007-CN (nº 255-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 357, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e do voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de apoio a projetos de infraestrutura turística para o turismo religioso – Juazeiro do Norte – CE – (TC nº 008.744/2006-9).

Aviso nº 11, de 2007-CN (nº 314-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 417, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e do voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª Etapa, no Estado do Ceará – Projeto REFORME/2004 – (TC nº 004.771/2004-1).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os avisos que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há oradores inscritos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– É uma grata satisfação inscrevê-lo para uma comunicação inadiável, Senador Jonas Pinheiro, profundo conhecedor da agricultura brasileira.

Chamamos para usar da palavra o Senador Marconi Perillo, do PSDB do Estado de Goiás.

S. Ex^a, regimentalmente, dispõe de dez minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra de Goiás.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das características marcantes do mundo pós-moderno é a velocidade com que os assuntos aparecem e desaparecem na mídia. Num piscar de olhos, os jornais, o rádio e a televisão são capazes de catalisar a atenção nacional e oferecer o combustível necessário para as multidões se mobilizarem e correrem às ruas. Mas, como uma rajada de vento impiedosa, as novas notícias e acontecimentos neste mundo global empurram, com força

descomunal, o ontem e o anteontem para o passado, para o esquecimento.

Na Páscoa passada, para um número considerável de famílias, não houve motivos para comemorar, para celebrar, porque a violência, marca indelével de grande parte das cidades brasileiras, arrancou-lhes entes queridos. Para um contingente cada vez maior de brasileiros, houve um lugar vazio à mesa, uma ausência marcante, alguém que poderia estar ali sentado, mas foi prematuramente levado por ato de violência: uma bala, uma faca, um porrete, um soco.

Para a família Fernandes, do Rio de Janeiro, não foi diferente, Sr. Presidente, porque, no dia 7 de abril, completaram-se dois meses do assassinato brutal do pequeno João Hélio, que não foi, decerto, a única criança vítima desse quadro aterrorizador, tão comum nas metrópoles brasileiras. Mas o João é o símbolo do extremo do extremo e reforça uma pergunta que não quer calar: como reverter esse quadro da violência banalizada, não só a que arrancou a vida de João Hélio, mas a que colocou na delinqüência seus assassinos?

A violência de hoje, assim como tantos outros problemas vividos pelo Brasil contemporâneo, é resultado de um processo marcado pela ausência do Estado, como ente maior e guardião dos direitos e garantias fundamentais preconizados pela Lei Maior. A Constituição brasileira, segundo Ulysses Guimarães, é cidadã, mas, lamentavelmente, nem o Poder Público, nem a sociedade temos conseguido torná-la real e acessível a todos os brasileiros.

É verdade que a norma tem escopo programático, mas já é tempo de ver o Brasil em perspectiva e arrancarmos-nos desta apatia coletiva incapaz de lutar por um plano de combate efetivo à erva daninha que grassa no jardim da juventude, fazendo tantos de nossos cidadãos vítimas ou algozes da violência. Nem as crianças, Sr. Presidente, estão sendo poupadas.

Nós, na qualidade de Senadores, demos uma resposta à sociedade nesses últimos dias, alterando leis e discutindo a possibilidade de que uma série delas possa ser também implementada nas muitas comissões permanentes desta Casa. Entretanto, nós precisamos continuar nessa cruzada e criar condições para os governadores e prefeitos combaterem a violência na origem; precisamos criar condições para se canalizarem os recursos necessários à efetivação dos planos estratégicos elaborados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Hoje, Sr. Presidente, prefeitos e governadores estão de mãos atadas, até porque a União concentra hoje mais de 73% de todos os recursos provenientes de receitas, impostos, contribuições, cobranças em seu poder. E, no caso das cobranças e contribuições, Sr. Presiden-

te, Srs. Senadores, elas não são compartilhadas com os estados e municípios. Logo esses entes federativos que são os principais responsáveis pelo atendimento às demandas da sociedade no que concerne a habitação, saneamento, segurança pública, saúde, educação, infra-estrutura e logística. Prefeitos e governadores, então, estão de mãos atadas, amarradas pelo contingenciamento para o superávit primário dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e Proteção e do Fundo Penitenciário para financiar o sistema penitenciário nos Estados brasileiros. Por isso, apresentamos recentemente uma proposta de emenda à Constituição, com o intuito de criar um fundo de segurança pública, com a participação de União, Estados, Distrito Federal e municípios como gestores dos recursos.

Segundo esta PEC, Sr. Presidente, nós teríamos também a vinculação constitucional de recursos das três esferas – União, estados e municípios – para formar esse fundo, garantidor de recursos para custeio, manutenção e investimentos na área de segurança pública.

Hoje, apenas os Estados – e V. Ex^a, Sr. Presidente, sabe muito bem que o que estou falando é verdade, já que foi Governador do Estado do Piauí –, apenas os Governos Estaduais são obrigados, têm o dever de investir na segurança pública em favor do cidadão. Em Goiás, nos últimos dois anos, o Estado chegou a receber R\$3 milhões ao ano de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, enquanto se gasta isso por dia na manutenção, no custeio, nos investimentos e com o pessoal ativo e inativo na área de segurança pública.

Nosso intuito é permitir a articulação das secretarias estaduais e municipais de norte a sul, de leste a oeste, num mecanismo coeso, efetivo e eficaz de combate à violência, porque não é justo ver nossos prefeitos e governadores permanentemente de pires na mão aqui em Brasília; não é justo deixar os mais de cinco mil prefeitos isolados, ilhados e à mercê de bandidos de toda espécie.

É preciso fazer valer o pacto federativo, e esta tribuna é o local apropriado para debater este tema, já que esta Casa, de Rui Barbosa, é a Casa da Federação, responsável por discutir o fortalecimento do pacto federativo.

É preciso, repito, fazer valer o pacto federativo em todos os sentidos, porque a violência tem o tamanho do Brasil e, nessa dimensão, combatê-la ou trazê-la para níveis aceitáveis e toleráveis depende de políticas públicas conjugadas, consistentes, continuadas.

O caminho melhor é a criação de um autêntico sistema único de segurança pública capaz de envolver todos os entes federados, como é o caso do Sistema Único de Saúde e também da educação. A alternativa mais eficaz é o planejamento e o investimento em po-

lícia científica e investigativa, em institutos de criminalística e na produção de informações objetivas e sistematizadas sobre todas as modalidades de crimes.

Mais do que nunca, Sr. Presidente, é necessário substituir as práticas antigas de investigação criminal pelas práticas científicas, com a utilização e o manejo das tecnologias mais modernas, a fim de que possamos ter resultados mais rápidos, mais eficientes e acabar de vez com a tortura neste País, tendo investigações que efetivamente cumpram seu papel, busquem e alcancem resultados que são de interesse da sociedade e efetivamente dêem condições para que o Estado possa punir aqueles que infringem as nossas leis.

Se quisermos, de fato, reduzir os alarmantes índices de insegurança que reinam em nossas cidades, será preciso dar prioridade ao combate não só do crime organizado, praticado por bandos e quadrilhas, mas também do pequeno delito, porta aberta para a criminalidade. Isso porque o latrocida de hoje e o homicida de amanhã pegaram a vereda do banditismo lá atrás, com o descuido ingênuo do transeunte, na ação rápida e certa do trombadinha.

O combate à violência não pode ser feito sem a valorização e a articulação das polícias militares e civis, dos serviços de inteligência e do amplo acesso às informações necessárias para desarticular os meliantes, prender os delinquentes e encarcerar os bandidos. O combate à violência não pode ser feito sem que Governo e sociedade o coloquem como uma das prioridades nacionais, de modo a se devolverem as ruas aos cidadãos, como espaço de convivência e lazer.

Essas ações podem e devem começar por uma operação de rastreamento sistemático do dinheiro do narcotráfico no Brasil e no exterior, moeda a moeda, centavo a centavo. Vamos bloquear os recursos das quadrilhas, encurralá-las da mesma forma como nos oprimem nas cidades e no campo, em casa e no trabalho. Vamos dar um soco certo na violência tão poderoso quanto a força opressora desse mal avassalador.

Sr. Presidente, essas são as respostas imediatas à violência que tanto demandam os protestos e manifestações Brasil afora. São respostas para agora, para hoje, uma cruzada de que todos nós precisamos participar. Entretanto, nada disso será eficaz se o Estado não subir o morro, se o Estado não entrar na favela e na periferia, com escolas, cultura, lazer, inclusão social, banco do povo, microcrédito, oportunidades, por meio da educação, da ciência e tecnologia, porque a violência é, sobretudo, o reflexo das populações abandonadas pelo Poder Público e sem acesso aos direitos e garantias constitucionais; a violência é também o reflexo da auto-estima baixa, da desesperança em dias melhores, das desigualdades sociais, das dis-

crepâncias regionais; a violência é produto da falta de eficiência, da inoperância do Poder Público no sentido de combater as mazelas sociais do País.

A vizinha Colômbia, Sr. Presidente, sobretudo Bogotá, que recebeu, recentemente, os governadores...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – ... de Minas Gerais, de Brasília e do Rio de Janeiro para conhecer o sistema de segurança que foi implantado há cinco anos, certamente pode servir de exemplo. A redução do número de vítimas da violência por 100 mil pessoas/ano foi drástica em Bogotá, um país em que, até bem pouco tempo, era inimaginável pensar que pudesse haver uma política pública de segurança eficaz, que efetivamente pudesse reduzir a criminalidade, a violência e os índices de homicídios e de outros atentados à vida das pessoas.

Se na Colômbia foi possível, um país que até bem pouco tempo esteve muito envolvido com tráfico etc., por que no Brasil não podemos ter a competência de elaborar um conjunto de políticas públicas capazes de, efetivamente, dar as respostas que a sociedade quer, precisa e merece em relação à segurança, em relação à tranquilidade de seus cidadãos?

Se o quadro é de abandono e desprezo, natural que a violência campeie, natural que, num círculo vicioso e nefasto, produzam-se cada vez mais delinquentes. Isso é mostrado pelas pesquisas sobre a origem dos internos da Febem em São Paulo, na maioria oriundos de bairros marcados pela violência, que gera violência, banaliza o mal, banaliza a morte.

Se a Colômbia conseguiu relativo sucesso no combate à violência, Sr. Presidente, foi porque compreendeu a tríade desse imenso e alarmante problema: tolerância zero, acesso à educação e apoio à cultura. Se a Colômbia conseguiu reduzir os índices de criminalidade de Bogotá, foi porque compreendeu a importância de investir numa polícia eficiente, honesta e bem treinada, com auto-estima alta, num sistema educacional incluyente e no reforço da auto-estima por meio do apoio ao esporte, ao lazer, à cultura, à ciência e à tecnologia.

Não queremos, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, a cada ano, centenas de famílias tenham de sentir a dor da família Fernandes e enfrentar o desespero de ver ceifada a vida de um ente querido. Não queremos, Sr. Presidente, que novos fatos aterradores continuem a prender nossa atenção nos efeitos da violência em vez de combatermos a causa e a origem. Não queremos que nossas crianças sejam vítimas nem algozes da violência banalizada. Não queremos que a dor de ontem seja a mesma dor de hoje e, sobretudo, de amanhã.

Sr. Presidente, como Governador de Goiás tive uma experiência que reputo da mais alta relevância: há três anos nenhum policial civil, militar ou bombeiro militar vai para ruas, começa a defender a sociedade, depois de aprovado em um concurso público, sem antes passar por um curso superior de gestão em segurança pública. Há mais de três anos, quando Governador, adotei essa sistemática de conduta no Estado de Goiás. Todos os policiais aprovados no concurso público de provas e títulos, antes de ganharem as ruas, antes de irem para as ruas defender os cidadãos, passam, por dois a três anos, pelo curso de formação superior em segurança pública. Lá eles lidam com antropologia jurídica, com sociologia jurídica, aprendem todos os aspectos relacionados à psicologia jurídica e quando vão para as ruas estão em condições de, efetivamente, defender os cidadãos, trabalhar em favor daqueles que merecem o respeito do Estado.

No Brasil e no mundo, os mais ricos, os mais poderosos podem pagar por segurança privada, por saúde privada e por educação privada, mas os pobres, as pessoas de classe média baixa e os excluídos não têm acesso a um serviço que, efetivamente, seja digno do papel do Estado.

Por esta razão, Sr. Presidente, entendemos que o Senado está cumprindo com o seu papel, com o seu dever, ao priorizar todos os projetos que alteram os Códigos, possibilitando ao Estado maior eficiência no combate à criminalidade e à violência.

Mais importante: aqui no Senado tramitam projetos importantíssimos no sentido de trabalhar a questão da segurança preventiva, no combate às causas da violência, às causas da criminalidade, viabilizando instrumentos de promoção da vida, de promoção do ser humano, assegurando seus direitos e garantias individuais, possibilitando acesso a uma educação de qualidade, a uma saúde de qualidade, a emprego, a inclusão social e a uma oportunidade na vida. Se o Brasil for capaz, efetivamente, de garantir igualdade de oportunidades, certamente, vamos ter muito menos violência no futuro.

Encerro este meu pronunciamento concitando todos a combatermos a violência num plano unificado e audacioso, porque a sociedade clama por soluções definitivas e duradouras, a sociedade clama pela paz e pelo convívio harmonioso entre brasileiros cidadãos e protegidos pelo direito e garantias constitucionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Parabenizamos V. Ex^a pelo pronunciamento atual sobre a violência e queríamos dizer que a situação é tão grave, Senador Marconi Perillo, que, em janeiro deste ano, houve 596 assassinatos no Rio de Janeiro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já estou na lista de oradores inscritos, mas gostaria, se V. Ex^a permitir, de falar pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a já fez chegar à Mesa um documento assinado pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que pensei até ser V. Ex^a, pois V. Ex^a é um destaque, é a estrela do Partido dos Trabalhadores que brilha. Estamos alternando e V. Ex^a, como Líder do Governo, tem prioridade. V. Ex^a pode usar da palavra.

Pela ordem, com a palavra o Senador Valter Pereira.

Estamos seguindo a lista de inscritos, alternando com comunicações inadiáveis. Estão inscritos os Senadores Jonas Pinheiro e Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obviamente respeitando a prioridade do Líder Delcídio Amaral, que vai fazer um importante pronunciamento nesta tarde, eu gostaria de me inscrever como Líder do PMDB para fazer uma comunicação também.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a tem que trazer o documento assinado pelo Líder.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu sou Vice-Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a fará uso da palavra, por direito.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é mais do que isso tudo. V. Ex^a representa aqui o Ramez Tebet, extraordinário Senador que está no céu. Dizem que o Senado é um céu, mas ele está no céu verdadeiro.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos ouvir o Senador Delcídio Amaral, do Estado do Mato Grosso do Sul, extraordinário Senador, a quem este Senado e a Pátria devem muito, pois ele presidiu com ímpar sabedoria e firmeza a CPI dos Correios.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado Presidente, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, normalmente, não peço a palavra pela Liderança para falar de assuntos regionais, mas hoje fui instado a fazer este pronunciamento especialmente para destacar o que acontece em Mato Grosso do Sul, mais especificamente na minha cidade, Corumbá.

Eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, que, anteontem, a Justiça Federal de Corumbá, por deliberação do juiz Gilson Pessotti, determinou a interrupção do projeto minero-siderúrgico da MMX, em Corumbá. O juiz Pessotti atendeu à denúncia do Sr. Procurador da República Rui Maurício Ribas Rucinski, um procurador que compareceu a minha cidade, Sr. Presidente, há poucos meses e que, surpreendentemente, após o parecer exarado pelo juiz da 1ª Vara Federal de Corumbá, licenciou-se por dois meses.

É importante destacar que estou recebendo aqui, meu caro Presidente Senador Mão Santa, um comunicado a mim enviado pelo Movimento em Prol do Desenvolvimento de Corumbá e Ladário. Trata-se de um texto de duas páginas que peço à Mesa Diretora do Senado que incorpore a este meu discurso e ao discurso que eu vou entregar oficialmente à Mesa Diretora do Senado, que diz respeito a esse grave problema que estamos enfrentando.

Eu só gostaria de destacar um trecho, um pequeno trecho desse texto, que diz o seguinte:

Estamos, Senador, através deste manifesto, demonstrando o quanto estamos aflitos, incertos e inseguros em relação ao futuro do nosso povo e da nossa região. Nos angustia o atraso, a falta de qualidade de vida e, principalmente, a ausência de percepção aos anseios da população, legítima na busca do seu destino. E, por estes motivos, estamos mobilizados em prol do desenvolvimento dessa região.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desenvolvimento sustentável já é um paradigma aceito quase universalmente nas diversas dimensões sociais do nosso País. No entanto, sua implementação, ou seja, torná-lo realidade ainda representa um enorme desafio a essa mesma sociedade.

O Brasil vive um momento especial de sua história, em que os indicadores sinalizam o crescimento associado a variáveis sociais positivas. Os números apontam para a melhoria da qualidade de vida de populações historicamente desfavorecidas e para uma preocupação mais consistente com a questão ambiental, componente fundamental para a nossa sobrevivência.

Quero relatar aqui, Sr. Presidente, um caso especial – como eu disse aqui na abertura do meu discurso – na minha cidade natal, Corumbá, localizada, como todos sabem, no pantanal sul-mato-grossense. Ama-

nhã, haverá uma grande manifestação de indignação, fechando-se o comércio, em função dessas atitudes que acabei de relatar.

Corumbá é detentora dos maiores índices de desemprego no Estado de Mato Grosso do Sul. Nos últimos cinquenta anos, uma das suas grandes riquezas, as jazidas de minério de ferro, tem sido exploradas. Esse minério é reconhecido internacionalmente pela sua elevada qualidade.

Sempre exportada *in natura*, ou seja, sem valor agregado na região – prestem atenção –, a um preço atual de US\$45 a tonelada, nossa riqueza, expressa na base natural do País que domina a tecnologia na produção de aço, está diminuindo dia a dia.

Na região de Corumbá, estão presentes as maiores mineradoras do mundo: a Rio Tinto e a Vale do Rio Doce, que, sozinhas, exportarão, em 2007, mais de quatro milhões de toneladas de minério *in natura*.

Cumprе salientar, Sr. Presidente, que, conquanto a empresa Rio Tinto atenda às exigências constitucionais, a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 6, de 1995, ela ainda permanece no campo da ilegalidade, uma vez que a composição do seu capital e do seu conselho administrativo fere frontalmente a Lei nº 6.634, de 1979, ainda em vigor no ordenamento jurídico. Segundo a referida lei, 51% do capital deve pertencer a brasileiros e, hoje, a Rio Tinto não atende a essa exigência legal. Além do mais, é patente a falta de predominância de brasileiros na administração do empreendimento.

Afora as questões legais frontalmente feridas, há de se considerar outras questões que transcendem os aspectos legais a serem superados. Estamos nos referindo aos aspectos econômicos e sociais danosos ao País. Nessa questão, não devemos olvidar que, atualmente, aquela região tem funcionado como mera incubadora de um produto exportado de afogadilho, cuja agregação de valor só se verifica externamente, mais precisamente na Argentina. Em suma, além de ferir o ordenamento jurídico vigente, a atividade desenvolvida pela referida empresa não incorpora benefícios sociais e econômicos ao País, pois tem-se configurado como uma verdadeira orquestra de evasão de divisas, que tem prejudicado sobremaneira a arrecadação de tributos, com repercussões negativas na qualidade de vida dos brasileiros.

Nesse sentido, estaremos trabalhando, Sr. Presidente, a proposta de um projeto de lei, Senador Valter Pereira, a ser encaminhado a esta Casa para se corrigirem as graves distorções apresentadas e que têm representado verdadeiro prejuízo ao patrimônio social e econômico do País. Trata-se de exploração mineral, Sr. Presidente, sem nenhuma agregação de valor. Estão sentados em cima de uma mina, a Mina de Urucum, e não alavancam o de-

envolvimento da região nem agregam valor a um produto hoje fundamental para a economia mundial.

Daí é que vem o ponto principal, Sr. Presidente. A ousadia da Empresa MMX permitiu sonharmos com a mudança nesse cenário, levando para a região o projeto de instalação de um pólo mineiro-siderúrgico, com a aplicação de investimentos da ordem de mais de US\$200 milhões. Eu volto a repetir, Sr. Presidente: US\$200 milhões.

Um projeto dessa natureza significa agregar valor à matéria-prima, transformando-a em produto com valor de mercado mais elevado, e, assim, proporcionando ganhos em escala para a sociedade, governos e o País. Dos US\$45 por tonelada, passa-se a vender o minério com valor agregado superior a US\$200 por tonelada. Já falam, Senador Valter Pereira, em US\$300 a tonelada do ferro gusa no mercado mundial.

Sr. Presidente, quero destacar os números da empresa:

A MMX é a maior mineradora de Mato Grosso do Sul hoje, meu caro Senador Valter Pereira, e as outras já estão lá há décadas, simplesmente faturando em minério de ferro bruto, sem falar no manganês.

Com relação aos empregos, entre suas operações de mineração e siderurgia, a MMX já contratou 220 funcionários, dos quais 147 (67%) são locais.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Já concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valter Pereira, V. Ex^a estava inscrito para uma comunicação inadiável enquanto aguardávamos o documento da Liderança, que já chegou. Então, V. Ex^a falará logo em seguida. E, usando o espírito da Lei e a sensibilidade, o orador que está na tribuna, pelo Regimento, tem direito a cinco minutos, mas já se passaram nove minutos e pode continuar tranquilamente.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – O assunto que S. Ex^a traz é relevante...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a falará, porque está escrito, ali na Bandeira, Ordem e Progresso...

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Eu gostaria de participar da discussão que S. Ex^a está travando, que é...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, mas eu gostaria de obedecer ao Regimento, para dar o exemplo a este País.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Como queria V. Ex^a.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, dando continuidade aos números da MMX, hoje existem 700 pessoas trabalhando na obra

da siderurgia, além dos investimentos em qualificação de mão-de-obra.

Os investimentos, Sr. Presidente, na mineração, já chegaram a R\$164 milhões, e ainda serão investidos mais R\$105 milhões até o final de 2007. Na implantação da operação de siderurgia, já foram investidos R\$202,4 milhões e ainda estão previstos investimentos da ordem de R\$557 milhões referentes à expansão da planta de ferro gusa para atividade de aciaria, sinterização e laminação, meu caro Presidente.

Sob o ponto de vista da tecnologia, preocupação que pautou, inclusive, as discussões ambientais desse projeto, só existem duas plantas de ferro gusa com o mesmo nível de tecnologia, observando a questão ambiental em operação no Brasil. Ou seja, uma fora de Mato Grosso do Sul e a outra da MMX, em Corumbá.

O projeto florestal, Sr. Presidente, é a principal discussão desse projeto da MMX. A MMX Metálicos Brasil Ltda., adquiriu duas fazendas em Mato Grosso do Sul – a Fazenda Correntes, que se localiza no Município de Dois Irmãos do Buriti, distante 350km de Corumbá, 300 km da siderúrgica da MMX e 90km de Campo Grande, e a Fazenda Jatiúca, que se encontra a 5km de Anastácio, 290km de Corumbá, 250km da siderúrgica da MMX e 150km de Campo Grande.

As fazendas representam 10% da área plantada total necessária para o abastecimento da planta de ferro gusa.

Com relação aos impostos, Sr. Presidente, com o crescimento da MMX agora, antes de entrar em operação, Corumbá passou de 7º para 5º Município em arrecadação de impostos no Estado de Mato Grosso do Sul.

Com relação à área protegida – a reserva –, a empresa adquiriu 20 mil hectares na região do Pantanal, que serão transformados numa reserva particular do patrimônio natural, área considerada prioritária, contribuindo de forma positiva para a conservação do meu querido Pantanal.

Ressalte-se que a destinação da reserva natural é independente de processos de compensação e/ou licenciamento ambiental. É uma atitude pró-ativa, inédita da empresa, no sentido de conquistar, mais do que nunca, o bem-estar social daquela região.

Lamentavelmente, como eu disse inicialmente, Sr. Presidente, todo esse esforço foi barrado pela Justiça Federal, no dia de ontem, especialmente em razão desse senhor do Ministério Público, que foi para lá, conseguiu paralisar a obra e agora licenciou-se por dois meses. Acho até que ele não voltará mais a Corumbá. Ontem, suspenderam-se todas as licenças emitidas pelo Estado, colocando em dúvida a sua competência.

Registro que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul é competente, com pro-

fissionais competentes, que têm zelado principalmente pela questão ambiental e pelo desenvolvimento sustentável do meu Estado. Entendeu o juiz, em decisão precária, que o Ibama deveria ter sido responsável pela condução do processo. Ocorre, Sr. Presidente, que, no início do processo, o próprio Ibama, numa visão que acredito correta de descentralização, delegou ao Estado tal atribuição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este caso reflete os excessos que estão ocorrendo em Mato Grosso do Sul, meu Estado, e no restante do Brasil, desmotivando a iniciativa privada de investir, imobilizando o Governo na promoção do desenvolvimento e impedindo a sociedade de gozar os benefícios de tal desenvolvimento.

Não discuto aqui as exigências e os cuidados para com o meio ambiente, até porque possuímos uma legislação ambiental moderna, órgãos competentes e, mais ainda, tenho clareza da importância da necessidade de uma relação estreita e equilibrada entre empreendedores, sociedade e Governo.

Percebendo o desgaste, Sr. Presidente, que se avizinhava, tomamos inclusive a iniciativa de criar uma plataforma de diálogo para discutir um plano diretor ambiental para aquela região, juntando as ONG que lá atuam e as empresas, os empreendedores privados.

Esse é um exemplo extraordinário, saudado por todos os empreendedores e as organizações, principalmente as não-governamentais que atuam naquela área. Surpreendentemente, Sr. Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a acabou de usar 15 minutos, que é o número do PMDB. Eu o convido para ser Líder do PMDB, estamos pensando em V. Ex^a, e lhe concedo mais um minuto em homenagem a Ramez Tebet.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Esse convite, para o Senador Delcídio, eu já fiz há algum tempo. V. Ex^a está reforçando agora, Sr. Presidente, mas ele já está convidado oficialmente pela Liderança do PMDB, pelo Presidente do Senado. Estamos aguardando sua decisão, Senador Delcídio. Não queremos tirá-lo do PT, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Jamais eu pensaria em passar na frente do meu Líder Valdir Raupp.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, agradeço-lhe as palavras carinhosas. Agradeço a V. Ex^{as} por terem se lembrado do meu nome, que sabem do meu respeito pelo PMDB.

Mas gostaria de concluir, Sr. Presidente, dizendo que, curiosamente, em relação a essa plataforma, as

mineradoras que não participaram são exatamente as que simplesmente extraem o minério e levam embora, via rio Paraguai, levam embora, para outro lugar; ou seja, exploram, e tem explorado sistematicamente as nossas riquezas minerais.

E eu, Sr. Presidente, quero deixar muito claro que fico surpreso, Senador Valter Pereira, com um Procurador que aparece e que vai embora. E, de certa maneira, numa atitude até “defensora” em relação àqueles que extraem o minério de ferro lá da nossa querida Urucum.

Será que não há algum movimento esquisito de gente que nunca agregou valor contra aqueles que vão valorizar, gerar emprego e, mais do que nunca, estimular o desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região? Essa é a pergunta para a qual o povo quer resposta.

Não tenho dúvida alguma, meu caro Senador Mão Santa, Presidente, tendo em vista que ontem conversei com o Governador André Puccinelli e com os Secretários Giroto e Carlito, que o Governo do Estado, por meio da Procuradoria do Estado, tomará as providências devidas junto ao Tribunal Regional Federal, para que venhamos a apresentar um agravo, suspendendo essa liminar. Tal liminar foi concedida em prejuízo de uma empresa que teve rigor absoluto para atender a todas as exigências ambientais, Senador Valter Pereira, avançando muito mais, muito além do que era obrigação dela, e absolutamente alinhado com o Ibama e com a Secretaria do Meio Ambiente e do Estado.

É por isso, meu caro Presidente, Senador Mão Santa, que hoje a população de Corumbá está toda mobilizada. Amanhã, haverá uma paralisação com fechamento do comércio. Vamos aproveitar essa oportunidade para questionar aqueles que estão lá explorando o nosso minério e nada fazem pelo desenvolvimento do nosso Estado. A hora é agora! E não vamos admitir suspeitas manobras que tentam atrasar o desenvolvimento do nosso Estado. Chega! O Brasil quer crescer. O povo de Corumbá e de Ladário quer justiça, quer futuro, quer progresso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campanha.*) – Mais um minuto em homenagem a sua mãe. Árvore boa dá bons frutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Mão Santa, eu só gostaria de...

Minha mãe deve estar me ouvindo agora lá no Pantanal e está cobrando porque ela enviou a V. Ex^a, de quem é grande admiradora, uns lenços bordados por ela. Ela ficou muito feliz em saber que o senhor os recebeu. Mais do que nunca, ela deseja ressaltar – ela é uma dessas lideranças que estão à frente dessa paralisação – a admiração e o carinho que tem por todos os Senadores e Senadoras, especialmente por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu agradeço e digo que aquelas é que são as verdadeiras mãos santas, as que fizeram os lenços. Eu convido V. Ex^a, sua esposa, sua mãe e sua família para conhecer as praias do Piauí, o Delta do meu Parnaíba. Deus lhe deu tanta riqueza no Mato Grosso do Sul, mas não lhe deu praia. Por isso, faça-lhes este convite.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT– MS)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Movimento em prol do desenvolvimento de Corumbá e Ladário

Exmo. Sr. Delcídio do Amaral Gómez

Senador da República Federativa do Brasil

Prezado Senador,

Mais uma vez clamamos ajuda para nosso povo e nossa terra.

Corumbá apresenta o maior índice de desemprego do Estado de Mato Grosso do Sul, nossos indicadores sócio-econômicos nos dão noção do quanto esta região está decadente economicamente, pois convivemos diariamente com a situação e a tristeza de famílias que sofrem as conseqüências deste problema.

Já demos demonstrações claras do quanto precisamos de desenvolvimento nesta região, de geração de emprego e renda, pois sem estes não saberemos o que será da nossa economia tão decadente e da nossa gente sem emprego. A decadência econômica desta região está refletida na deterioração da qualidade de vida da população e no desemprego.

Os projetos de exploração mineral que temos no Município e que estão se desenvolvendo tem em muito contribuído para que esta situação comece a se modificar. A implantação do Pólo Siderúrgico da MMX trouxe a nossa região a criação de dois mil empregos permanentes, aumento de arrecadação dos impostos municipais e investimentos de mais de R\$15.000.000,00 (Quinze milhões de Reais) no setor comercial e de serviços de Corumbá e Ladário no ano que passou.

E mais uma vez Senador, estamos vendo a tentativa de tirarem tudo isto da nossa região, nos deparamos agora com uma Liminar Judicial que cerceia os direitos de funcionamento desta empresa, paralisando tudo, fadando todo o desenvolvimento e empregos gerados em nossa região à nada.

Não podemos mais deixar que o desenvolvimento e o crescimento da região do Pantanal em particular dos Municípios de Corumbá e Ladário fiquem à mercê da vontade de ambientalistas e “canetadas” de autoridades ambientais.

As Empresas que estão investindo na região do Pantanal têm demonstrado conhecimento e preparo para enfrentar o desafio da sustentabilidade.

Estamos na era do Plano de Aceleração do Crescimento do Brasil e como explicamos este tipo de atitude em relação ao desenvolvimento da nossa região?

Estamos Senador através deste manifesto demonstrando o quanto estamos aflitos, incertos e inseguros em relação ao futuro do nosso povo e da nossa região. Nos angustia o atraso, a falta de qualidade de vida e, principalmente a ausência de percepção aos anseios da população, legítima na busca de seu destino. E, por estes motivos, estamos mobilizados em prol do desenvolvimento desta região.

E como cidadãos e amigos solicitamos o apoio de Excia. e dos demais senadores, pedindo que mais uma vez proteste conosco em prol do desenvolvimento da nossa região: pelo crescimento da economia e pelo emprego do povo pantaneiro.

Corumbá, 12 de abril de 2007.

Movimento em prol do desenvolvimento de Corumbá e Ladário

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando a lista de oradores e, com a aquiescência do Senador Valter Pereira, passo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, também do Mato Grosso, primeiro orador inscrito para uma comunicação inadiável – Mato Grosso pai, Mato Grosso mãe e que sintetiza a sabedoria sobre os problemas de agricultura do Mato Grosso e do nosso País.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a crise de renda que se abateu sobre a agricultura nas últimas safras fez com que os produtores rurais aumentassem o nível

de endividamento não só com os agentes financeiros, mas também com as empresas privadas fornecedoras de insumos utilizados na produção, sobretudo com as que fornecem fertilizantes e corretivos de solo, defensivos e sementes.

Esse fato levou os produtores rurais e suas cooperativas a buscarem o apoio do Governo Federal para renegociar essas dívidas, de modo que isso pudesse ser feito com a intermediação do Banco do Brasil e com os recursos oriundos também de fontes específicas de outros agentes financeiros. A essa renegociação das dívidas com os fornecedores de insumos, nas safras

de 2004/2005 e 2005/2006, foi dado o nome de Financiamento de Recebíveis da Agropecuária.

Desde o final do ano passado, os representantes dos produtores rurais, com a adesão de Parlamentares e também com a adesão do Governador Blairo Maggi, vêm entabulando com o Governo Federal, sob a liderança do Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Bernard Appy, a renegociação dessas dívidas, tendo ficado definidas, há cerca de dois meses, as suas condições básicas.

Esse entendimento previa que os produtores rurais interessados na renegociação de dívidas tivessem um prazo de até 30 de junho deste ano para contratar as operações de refinanciamento, e que, até o fim do mês de fevereiro deste ano, o Presidente da República editaria Medida Provisória, na qual seriam estabelecidas essas condições e, assim, viabilizada a renegociação das dívidas, a qual seria concretizada a partir de 15 de março.

Entretanto, Sr. Presidente, estamos já em meados do mês de abril, e a medida provisória não foi ainda editada.

Para surpresa, nesta da semana, tanto o Ministério do Trabalho quanto representantes das Centrais Sindicais integrantes do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Codefat, manifestaram-se contrários à utilização de recursos daquele Fundo, FAT, para viabilizar o processo de renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Com essa posição contrária, a negociação das dívidas volta ao ponto de origem, e a incapacidade de saudá-las causa de novo muita preocupação aos produtores rurais, uma vez que eles dependem dessa quitação para equilibrarem o caixa e darem andamento às atividades produtivas. Por outro lado, as empresas credoras, da mesma forma, dependem da entrada desses recursos para equilibrarem também suas contas e poderem assegurar o fornecimento dos insumos aos produtores rurais. Isso tudo tem gerado uma grande e dolorosa expectativa em todos os que estão envolvidos nessa negociação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro do Trabalho e os membros do Codefat interrompem essa negociação com base em um equívoco conceitual. Eles desconsideram que a Resolução do Codefat nº 497, de 28 de junho de 2006, que criou a linha de crédito especial FAT – Giro Rural, autorizou a liberação de R\$3 bilhões desse Fundo para essa finalidade. Como a dotação original era de R\$3 bilhões e somente foram utilizados R\$800 milhões, há um saldo de R\$2,2 bilhões que constitui o montante agora pleiteado.

Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode se tranqüilizar porque proroguei por mais cinco minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Esses recursos do FAT, ora solicitados, no montante de até R\$2,2 bilhões, seriam liquidados em quatro parcelas anuais e encargos financeiros compostos pela TJLP, acrescida de 5% ao ano. Os fornecedores de insumos concederiam 20% de desconto no valor total do débito e os devedores pagariam, no ato da renegociação, 10% do montante da dívida. Para dar maior garantia a essas operações seria criado um fundo de aval com recursos oriundos dos produtores rurais, das empresas privadas e do Tesouro Nacional.

Assim, Sr. Presidente, desta vez, venho a esta tribuna para apelar ao Presidente da República que determine a sua equipe que encontre urgentemente outras fontes de recursos e outras modalidades de aplicá-los a fim de tornar viável a renegociação das dívidas dos produtores rurais e de suas cooperativas com as empresas privadas credoras.

Além do mais, Sr. Presidente, é importante frisar que a utilização de recursos do FAT não fere os objetivos daquele Fundo, pois, mesmo não promovendo a geração direta de novos empregos, evitará que milhares de trabalhadores empregados passem à condição de desempregados, o que acontecerá se essa negociação não prosseguir e se os produtores rurais, empregadores, não tiverem possibilidades de assegurar a continuidade das suas atividades.

Daí, Sr. Presidente, o impasse. Vamos permitir que milhares de empregados hoje sejam desempregados amanhã porque os produtores rurais não negociaram sua dívida? Por isso repito que considero um equívoco do Ministro do Trabalho e da Codefat, por intermédio das Centrais de Trabalhadores, negarem esse apoio às negociações das dívidas dos produtores rurais. Perdem os produtores, perdem os empregados e perde também o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos para usar da palavra o próximo orador inscrito, Senador Mário Couto. Depois, passaremos a palavra, como Líder, ao Senador Valter Pereira. Estamos alternando liderança, comunicação inadiável e oradores inscritos.

Concedo a palavra ao segundo inscrito, Senador Mário Couto, do Estado do Pará.

S. Ex^a, regimentalmente, tem dez minutos, mas jamais cortarei a palavra deste bravo representante do povo do Pará.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, mais uma vez, falar aos paraenses e aos brasileiros e brasileiras, hoje, com sentimento de tristeza, meu nobre Presidente, por ver novamente os moradores da Rodovia Transamazônica, no meu Pará, em estado de calamidade pública. Mais uma vez sofridos, mais uma vez abandonados, ilhados, desprezados... Trinta anos, e a Transamazônica se interrompe, Senador Valter Pereira. Não são três anos, são 30 anos, e em todos eles a rodovia se interrompe nesta época. Agora nós temos o trecho Altamira-Brasil Novo. Percebam, Srs. Senadores, são 210 mil pessoas ilhadas, sem poderem se locomover! Só aqueles que têm condições não estão ilhados, Sr. Presidente, só aqueles que têm condições de pagar um avião fretado, um monomotor, um bimotor. Esses não estão ilhados! Mas aqueles sofridos, aqueles necessitados que não têm avião nem condições de se locomover estão lá. Estão lá, sofridos.

Há menos de sessenta dias – perceba, Senador –, estive aqui falando isso. O que eu dizia, Presidente? Não vai demorar muito para a Transamazônica ser interrompida. Não deu outra. Eis o abandono das estradas brasileiras. Não é só no Pará. No Pará, aliás, só uma está mais ou menos, a BR-316; o resto, todas intrafegáveis. O abandono das estradas federais é tão grande que nós precisaríamos hoje – segundo dados da Confederação Nacional dos Transportes – de R\$33 bilhões. Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: R\$33 bilhões para recuperar as estradas brasileiras. Mas, se quiséssemos realmente resolver todos os gargalos, nós precisaríamos de R\$66 bilhões.

Eu pergunto às Sr^{as} e Srs. Senadores: quando é que isso vai acontecer? Quando o povo brasileiro vai poder realmente andar de carro nas estradas? Pensemos naqueles cujo ganha-pão depende das estradas, aqueles que dirigem caminhão: como é que eles estão mantendo as suas famílias?

Sr. Presidente, dos 196 mil quilômetros de estradas pavimentadas, somente 6% – prestem atenção nesse índice – estão bons. Senador Valter Pereira, sabe quanto se gasta na manutenção das estradas brasileiras por ano? Para manter as estradas brasileiras gastam-se R\$2 bilhões. Esses dados são do TCU. Gastam-se R\$2 bilhões, mas apenas 6% das estradas estão boas. Como se aplica mal o dinheiro público neste País! No mal gasto do dinheiro público, só ganhamos da Colômbia. Como se gasta tanto e não temos estradas boas? Senador Mão Santa, não dá para entender isso.

Quero citar um dado preocupante que dá muito pano para mangas. O jornal **O Estado de S.Paulo**, na edição de 27 de dezembro de 2006, publicou o seguinte: “TCU – Custo de manutenção das BRs se

aproxima de R\$2 bilhões, mas 70% dos trechos enfrentam problemas”.

Perguntamos ao TCU: por que se gasta tanto e não se tem estrada? Dois bilhões por ano! O TCU responde. São dados do TCU, Sr. Presidente. Olhe como é grave, Presidente Mão Santa! Não estou falando apenas do problema da Transamazônica. O juiz federal da cidade de Altamira – vamos voltar um pouco à Transamazônica – entrou com uma ação contra o DNIT, contra o Governo Federal. Sabe como ele chama a estrada Transamazônica, Sr^{as} e Srs. Senadores? De transamargura. Ele pede providências porque as pessoas lá estão ilhadas. E não são 210 pessoas; são 210 mil pessoas. Será que isso não é grave? Será que ninguém vê isso no País? Onde está o Governo Federal, Sr^{as} e Srs. Senadores? Olhem a gravidade dos fatos!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sim. Olhe a gravidade dos fatos, Senador Valter Pereira!

Vou ler para V. Ex^a: Por que as estradas estão ruins e se gasta tanto dinheiro neste País para tentar conservá-las?”

São dados do Tribunal de Contas da União. Não estou inventando nada nesta tribuna, aliás, só venho aqui com dados reais.

Além de aquele estarem sofrendo com a insegurança – não existe nenhuma segurança para aquele povo –, ainda ficam ilhadas, sem poderem sair de suas propriedades! E aquela mulher que está grávida? Que vai perder o bebê se não conseguir atendimento médico? Meu Deus do céu! É uma brasileira que está lá, é uma brasileira que está ilhada, morrendo! Meu Deus do céu!

E sabe o que o Tribunal diz, Senador?

Vou ler:

-
- 1 – falta planejamento para as obras;
 - 2 – não há prioridades definidas para os investimentos;
 - 3 – falta fiscalização e punição para os desvios.

Começa a engrossar o caldo. E olhe aqui agora, o quarto item do Tribunal de Contas da União, Presidente Mão Santa: contratos superfaturados.

É o Tribunal que está dizendo isso. Senador, são palavras do Tribunal publicadas no *O Estado de S.Paulo*.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sabem quando foi publicado? No dia 27 de dezembro. Faz quatro meses. Precisamos tomar alguma providência

nesse sentido. O próprio Tribunal está dizendo que as obras são superfaturadas. As rodovias estão todas danificadas. Não é só a Transamazônica. O País inteiro não tem estrada.

Não é só a Transamazônica! Dos 196 mil quilômetros de estradas pavimentadas neste País só 6% estão boas. São dados reais! É verdadeiro! É verdadeiro o que estou dizendo, Senador Mão Santa! O Tribunal diz isso! E nós temos de tomar providências neste Senado! É obrigação nossa fazer isso! Basta...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI.)

– Vou prorrogar por mais cinco minutos o tempo de V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Basta! Chega! Não se pode tolerar isso!

Sr. Presidente, já vou deixar a tribuna, mas antes, com muita honra, ouço o Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mário Couto, ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, começa a passar um filme na minha cabeça. Volto ao período da campanha eleitoral, quando a televisão brasileira – não apenas uma ou outra emissora, mas de maneira geral – mostrou imagens terríveis da Transamazônica e de toda a malha rodoviária do Brasil. As imagens eram chocantes; e os depoimentos feitos naquela ocasião mais chocantes ainda. No entanto, passado todo esse período que nos separa da campanha eleitoral, V. Ex^a vem a esta tribuna com veemência, irresignação, com justa e santa irresignação, para exibir o mesmo filme, mostrando com a mesma fidelidade como foram mostradas as imagens, tiradas por pessoas que, em um ônibus – V. Ex^a deve se lembrar – percorriam as rodovias mais distantes deste País e mostravam veículos de grande peso, de transporte de carga e de transporte coletivo, sambando e dançando por nossas rodovias. Surpreendentemente V. Ex^a vem dizer que o filme não acabou, continua a ser produzido.

Parabéns a V. Ex^a por lembrar ao País esse abandono e mostrar ainda outro ponto. Se o Tribunal de Contas da União está enxergando os defeitos, as falhas, as irregularidades, quem é que vai corrigi-los? Quem é que vai punir os responsáveis? Quando serão punidos os responsáveis? Tenho certeza que se as faltas fossem cometidas por algum prefeito de uma cidadezinha do interior os jornais estariam estampando que foi preso o prefeito de tal lugar, que foram seqüestrados os bens do prefeito, porque infelizmente neste País é preciso escolher o fraco para justificar a ação ou a omissão contra os fortes. Parabéns a V. Ex^a pela oportuna manifestação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado a V. Ex^a. Tenho certeza de que vou contar com o seu apoio nessa questão tão grave por que passa o povo da minha terra, os meus queridos irmãos paraenses, principalmente aqueles que hoje moram na Transamazônica, enfim o povo brasileiro, que sofre com a situação das estradas federais.

Presidente, quero, primeiro, agradecer-lhe a paciência e dizer que já estou deixando a tribuna, antes, porém, quero registrar nos *Anais* desta Casa meus votos de aplauso ao Juiz Federal Herculano Martins, da cidade de Altamira, que busca uma forma de exigir o atendimento aos direitos daquela população que hoje sofre muito por, mais uma vez, ver interrompida a Rodovia Transamazônica, cuja construção começou há mais de 30 anos.

Eu já perdi a crença, mas enquanto for Senador vou, desta tribuna, pedir providências ao Governo Federal. É minha obrigação, é meu dever com o meu povo, meu querido Mão Santa.

Muito obrigado pela sua paciência.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Mário Couto, queria dar uma cooperação a V. Ex^a que trouxe o tema de estrada. Pedro II pouco viajava – ele não era como o nosso Presidente Lula da Silva; viajou poucas vezes. Em uma delas, Senador Delcídio Amaral, escrevendo à sua filha Isabel ele disse: “Minha filha Isabel, lembre-se de que estrada é o maior presente que se pode dar a um povo”.

Pedro II já recomendava isso. E hoje volta essa história. Depois, na República, o Presidente Washington Luís disse que governar é abrir estradas. Juscelino Kubitschek enfatizou a importância da energia e do transporte.

V. Ex^a tem os nossos aplausos e os da História do Brasil, desde Dom Pedro II. Essa estrada não existe somente há 30 anos. A Belém–Brasília foi iniciada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e o Sr. Mário Andrezza deu seguimento à obra. Isso vai de 40 a 50 anos. V. Ex^a foi muito bondoso ao dizer que é um problema de 30 anos. Há quase meio século, o Governo não se preocupa com a Transamazônica.

Chamamos, como Líder do PMDB, o Senador Valter Pereira, que, regimentalmente, tem direito a usar a tribuna por cinco minutos, mas não ousarei cortar a palavra desse que está representando a Liderança do meu Partido.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna não é o mesmo que trouxe o Senador Delcídio Amaral, para manifestar aqui a sua

irresignação contra uma atitude extremamente temerária tomada por um representante do Ministério Público, em Mato Grosso do Sul. Porém, não posso deixar de associar-me às inquietações do meu colega do PT de Mato Grosso do Sul, Senador Delcídio Amaral, porque uma medida de tamanha envergadura não poderia ser tomada de forma inopinada, açodada e violenta, porque só quem conhece Corumbá sabe da importância que tem cada indústria que se interessa por instalar-se naquela comuna. Estive em Corumbá por vários dias durante a campanha eleitoral. Ali convivi na periferia, nos bairros mais distantes, nas vilas mais longínquas e constatei que Corumbá é uma cidade rica e de um povo que está mergulhado na pobreza. Rica porque tem grandes potencialidades minerais e turísticas, mas pobre porque não consegue explorar aquilo que tem em seu subsolo e em seu solo.

Como disse aqui muito bem o Senador Delcídio Amaral, a matéria-prima está esvaindo-se sem agregar quaisquer valores. Enquanto isso, a população não encontra emprego.

Quando falo da economia de Corumbá, refiro-me a uma economia lícita, porque a economia ilícita está ali, na fronteira, pois Corumbá faz divisa com a Bolívia, um País onde o plantio da coca é liberado. E ali, Sr. Presidente, se não houver uma alternativa de emprego, decente, lícito, legal, a nossa querida Corumbá, não muito distante, poderá tornar-se uma nova Medellín, poderá tornar-se a capital do narcotráfico deste País e talvez do Continente.

Portanto, quando o Senador Delcídio Amaral vem aqui para mostrar a sua irresignação, S. Ex^a tem em mente aqueles milhares de conterrâneos que estão atrás de um lugar para trabalhar, de um posto de trabalho para produzir e que, de repente, vê o seu sonho, que estava perto de ser alcançado, que estava à vista, de repente desmoronar-se por uma decisão inopinada de um promotor, de um representante do Ministério Público que deveria estar representando os interesses da sociedade e toma uma decisão drástica, extremamente perigosa para toda a população de Corumbá.

Não conheço o mérito que orientou a decisão do promotor, mas acredito que S. Ex^a não poderia ter tomado uma decisão sem fazer uma avaliação criteriosa, sem conhecer a realidade de Corumbá, sem conhecer os dramas do povo corumbaense e do Mato do Sul.

Portanto, antes do registro que quero fazer, quero prestar a minha inteira solidariedade ao pronunciamento proferido pelo Senador Delcídio Amaral.

O que me traz aqui, hoje, Sr. Presidente, é outro assunto. E V. Ex^a, que é um estudioso da História do nosso País, sabe muito bem que o Congresso Nacional, no período que antecedeu o Golpe de 64, produ-

ziu uma plêiade de grandes intelectuais, de grandes tribunos, de políticos que se notabilizaram por sua coerência, por sua dedicação à causa pública e que até hoje estão na memória daqueles que conhecem a História do nosso País.

Pois bem. Alguns desses notáveis homens públicos que tanto dignificaram o Congresso Nacional ainda povoam o universo político do nosso País. Um deles é o Senador Marco Maciel. Quem o conhece, quem conhece o seu passado e a sua história sabe do que estou falando. Intelectual, político, participou de grandes momentos da nossa História e levou para os cantos do País a imagem do bom político, a imagem do homem público competente, diligente, e, sobretudo, conciliador.

E faço o registro do seu nome nesta tribuna, porque tomei conhecimento de que o Senador Marco Maciel acaba de receber uma significativa homenagem. S. Ex^a foi guindado, foi escolhido, para compor o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e tomou posse ontem nesse importante sodalício. Eu gostaria de fazer a leitura de um pequeno trecho do pronunciamento que fora proferido, nesse sodalício, por um dos seus integrantes, Vamireh Chacon, que fez a saudação ao Senador Marco Maciel.

Disse o recepcionista:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem, entre suas tradições, a de receber como seus sócios quem escreve a história e quem faz a história. Ao lado de pesquisadores e professores, aqui estão ou passaram embaixadores, parlamentares, ministros, e o próprio Imperador Dom Pedro II, que assistiu a tantas reuniões do Instituto.

Marco Maciel, Marco Antonio para quem o conhece desde o Recife natal, é um telúrico brasileiro de Pernambuco, projetado nacionalmente pela Política, sem perder a sua inicial vocação, a vocação intelectual.

A política veio-lhe ao encontro desde muito cedo.

Seu pai é José do Rego Maciel – Secretário de Estado da Fazenda, Prefeito de Recife e duas vezes Deputado Federal – varão probo e prudente, como outrora se podia dizer mais que hoje no Brasil e no mundo. Era a Política com o “P” maiúsculo, que o filho podia ver já em casa, diferente das políticas com o “p” minúsculo dos imediatismos e concessões, na distinção por Joaquim Nabuco em *Minha Formação*, na visão e vivência do político como servidor público número um.

Sr. Presidente, segue aqui aquele que o saudou:

Marco Maciel não só está a fazer história, como também a escreve, como se vê em seus dois recentes livros **Reforma e Governabilidade**, sobre política interna brasileira e contemporânea, e *Tempos de Mundialização*, sobre política externa atual do Brasil.

Sr. Presidente, faço esse registro porque é preciso ficar muito claro que, neste Congresso Nacional, no Senado, ainda remanescem grandes intelectuais que emolduram toda essa arquitetura bonita de cultura que o Brasil inteiro acompanha e vê pela TV Senado.

Sem dúvida alguma, conheci o Senador Marco Maciel em várias ocasiões. Eu o conheci como Deputado Federal constituinte; eu o conheci como Ministro da Educação, como Senador, e sempre a impressão que me causou foi daquele político sério, coerente, responsável. Não é do meu Partido e nunca perfilamos a mesma agremiação e nem seguimos necessariamente as mesmas idéias. No entanto, quem conhece detidamente a vida pública deste País não pode deixar de reconhecer que é um homem público que engrandece o seu Partido – o PFL, hoje Democratas –, que engrandece o Senado Federal e que engrandece todos os políticos com assento nesta Casa e aqueles que fazem da política um apostolado pelo Brasil afora.

Ao cumprimentar o Senador Marco Maciel, que hoje não está presente nesta Casa, quero dizer que faço este registro com grande carinho e satisfação, porque se trata sobretudo de um homem preparado, mas extremamente sensível e delicado, que toda esta Casa, com certeza, sabe admirar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Faço minhas as palavras que V. Ex^a proferiu em respeito e homenagem a Marco Maciel pelo que ele significa para o Nordeste e para a vida política e intelectual brasileira.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Neuto de Conto, Senador de Santa Catarina, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Regimentalmente, S. Ex^a tem direito ao prazo de dez minutos, mas jamais cortarei sua palavra na tribuna.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^s e Srs. Senadores, na nossa posse, colocamos entre as nossas ações de trabalho duas propostas de vital importância para a sociedade brasileira. Hoje, elas estão sen-

do debatidas em todas as reuniões de classe. Toda a sociedade reclama e o próprio Congresso Nacional tem se pautado por inúmeros Senadores e inúmeros Deputados no debate para uma reforma tributária e para uma reforma política.

Foi de autoria do Senador Tasso Jereissati o requerimento que cria uma comissão especial para estudar e montar uma proposta tributária. No dia de hoje, nesta manhã, ela foi instalada. Coube a sua Presidência ao proponente, Senador Tasso Jereissati, e coube a nós a Vice-Presidência. O Relator dessa importante comissão que vai estudar a reforma tributária do País será o Senador Francisco Dornelles.

Apresentamos à Mesa do Senado um requerimento para que também se possa criar uma comissão temporária para debater e produzir uma proposta política para o Brasil.

Nessa proposta, somos do entendimento que a reforma política é matéria recorrente na agenda do Congresso Nacional. Pelo menos três outras Comissões Especiais com esse objetivo operaram nos últimos 15 anos. A primeira, na Câmara dos Deputados, que encerrou seus trabalhos antes de 1994; a segunda, no Senado Federal, instalada em 1995, encerrou seus trabalhos em 1998; a terceira, novamente de iniciativa da Câmara dos Deputados, apresentou seu relatório ao final de 2002, e o Projeto de Lei resultante de suas recomendações aguarda manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa.

As duas últimas comissões coincidiram em seus diagnósticos acerca das debilidades da vida política nacional. O sistema eleitoral, ou seja, o voto proporcional, como lista aberta, leva à personalização da escolha do eleitor, à fraqueza dos partidos, assim como produz eleições caras, com influência abusiva do poder econômico, e, para mudar, é preciso, portanto, alertar as regras eleitorais.

Assim, a Comissão do Senado optou pela proposta de sistema eleitoral misto proporcional e distrital, o estilo alemão. A Comissão da Câmara, por sua vez, encaminhou pela alternativa do voto proporcional, em lista fechada, e propõe o financiamento público das campanhas eleitorais.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, ambas as propostas encontram resistência significativa entre os partidos e parlamentares e não lograram chegar à votação em plenário. A meu ver, essa resistência demonstra que a discussão, embora antiga e sempre reiterada após cada eleição, ainda é insuficiente. Sua retomada agora poderá permitir o resgate do debate acumulado e o avanço em direção a propostas que possam contar com apoio majoritário no Congresso Nacional.

É sabido, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, nos últimos tempos, o Judiciário tem conduzido ou analisado e definido as ações que a classe política tem que tomar. Votamos no último pleito pela cassação, pelas cláusulas de barreira, mas o Judiciário viu que as nossas leis assim não o permitiam. A mudança de número de Vereadores foi decidida pelo Judiciário. Mudou-se o número de Vereadores e não se mudou o gasto nas Câmaras de Vereadores. O próprio Judiciário tratou das coligações, da verticalização e da fidelidade partidária nos últimos dias. Senadores e Deputados que trocaram de partido terão que deixar o mandato para o partido. A propaganda, no último pleito, também foi decidida pelo Judiciário no que tange à distribuição e, principalmente, às divulgações externas.

A nossa proposta é que se juntem todos os projetos, todas as proposições dos Srs. Senadores e dos Srs. Deputados, e que uma comissão possa produzir uma proposta discutida, trabalhada, uma proposta que possa vir a atender a classe política e os partidos políticos.

Eu gostaria de trazer aqui alguns dados, os quais queremos discutir e colocar às claras.

Que tipo de voto nós queremos? Lista aberta, como existe hoje, ou lista fechada? Voto distrital, voto distrital misto, voto facultativo, o tempo, o domicílio eleitoral, a fidelidade partidária – se o mandato é do partido ou do candidato –, as cláusulas de barreira. Temos, sim, que criar partidos fortes, pois só com partidos fortes poderemos decidir a forma de governo. Vejo muitos Parlamentares discutirem o parlamentarismo. Mas como criar um parlamentarismo com partidos frágeis? O número de vereadores está correto? E seus gastos? Devemos ter segundo turno só para Presidente? Ou para Presidente, Governadores e Prefeitos? Duração dos mandatos; suplentes de Senadores; divulgação de pesquisa. E, assim, poderíamos incluir tantas outras matérias que nos trazem dúvidas, e poderíamos criar, por meio de debates entre todos os partidos, nos Estados e nos municípios, uma lei forte, perene e que dará, primeiramente, oportunidade aos partidos para que eliminem aqueles que não têm dignidade para exercer funções públicas. E aqueles que se elegerem terão a oportunidade de representar, e representar bem, com dignidade, e de serem honrados e homenageados pela sociedade que os elege.

Sr. Presidente, há dois temas de fundamental importância. O primeiro é a reforma política. E não precisamos de ninguém; os políticos poderão fazê-la. Assim, será dada ao País e aos políticos a oportunidade de criar as regras, as normas, e teremos, dentro dos partidos, dentro de seus quadros, a oportunidade de escolhermos a forma de governo que queremos.

O outro tema é a reforma tributária, de igual importância – talvez até maior. Sabemos da dificuldade de aprová-la durante um governo, mas ao discuti-la agora, levantando todos esses temas, certamente poderemos instituí-la gradativamente. Dessa forma, o futuro Presidente – não sabemos quem vamos eleger – terá a oportunidade de conhecer, antes de chegar ao Poder, a reforma política e a distribuição das arrecadações, dando oportunidade e condições de gerenciamento aos Estados, aos municípios e ao nosso querido Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, do Estado de Sergipe.

S. Ex^a poderá usar a tribuna pelo tempo que julgar conveniente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. Tenha a certeza, Senador Mão Santa, de que vou cumprir o breve tempo que me é destinado, de dez minutos, mas sei que, pela liberalidade com que V. Ex^a tem agido na Presidência desta Casa, se precisar de mais alguns minutos, eu os terei, com certeza.

Faço hoje um pronunciamento sobre o chamado efeito estufa e também sobre o aquecimento global, temas de mais alta importância e que estão na boca de todos aqueles que procuram preservar a existência da humanidade.

Quero tratar aqui desse problema e, ao mesmo tempo, examinar o impacto do aquecimento global sobre a nossa agricultura, em particular a do Nordeste.

Tenho consciência de que existe uma grande polêmica cercando este assunto. Há os que negam, há os que minimizam o aquecimento global e seus efeitos. Porém, nós, aqui no Congresso Nacional, assim como os homens de governo, responsáveis pelas políticas públicas, responsáveis por tomar medidas para que determinadas catástrofes não ocorram, para que determinados impactos sociais negativos não aconteçam, precisamos ter toda clareza sobre o que é fato, sobre o que é verdadeiro, quando se trata de ciência e quando não se trata de ciência. Somente assim poderemos lidar com o problema.

No caso do efeito estufa, há fatos relativamente incontestáveis e existem relatórios profundamente convincentes, dentre os quais vários têm sido divulgados recentemente, como todos sabem.

Todo o mundo percebe que o clima já não é o mesmo de 20 ou de 30 anos atrás. Há evidentes mudanças climáticas. Nossos invernos e verões têm sido mais agudos. Já se constatou que os vinte anos mais

quentes da história aconteceram nos últimos 25 anos. Quem não se lembra do ano de 2003, quando 11 mil idosos vieram a morrer, somente na França, por conta do calor aumentado? Mas não apenas por conta do calor, sobretudo pela falta de infra-estrutura de refrigeração, de proteção sanitária, para que não houvesse tanta mortandade. E justamente essa vem a ser a minha preocupação.

Temos que pensar políticas públicas para que tais impactos, que sempre ocorrem mais violentamente sobre as populações mais pobres, não cheguem até nós de forma tão cruel e com semelhante número de vítimas. E nem sobre a agricultura, da qual depende nossa alimentação e a própria sobrevivência do homem do campo.

Minha primeira consideração, portanto, é a de que é preciso levar a sério o efeito estufa, já que, para além da controvérsia sobre o número de graus que vai esquentar ou sobre quanto de calota polar vai derreter, a verdade é que o aquecimento global já pode ser percebido na prática. O relatório do IPCC, Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, órgão da ONU, recém-divulgado, só veio confirmar o que as pessoas comuns já observam faz tempo. Tufões, furacões em alguns países estão mais freqüentes e mais violentos. No Brasil, o homem do campo, o nosso agricultor já observa coisas bem simples e graves em seu efeito sobre as plantações: por exemplo, a temperatura tem crescido muito, o calor da região do café de São Paulo só ocorria entre dezembro e fevereiro, mas agora pode ocorrer ao longo de todo o ano. A exceção virou regra. O povo comum da roça diz que o tempo nunca esteve tão louco.

Aliás, há uma reportagem sobre os impactos possíveis do aquecimento global sobre a agricultura na revista *Globo Rural* que eu recomendo aos Srs. Senadores que leiam. Ali há dados irrefutáveis que demonstram essa preocupação a que estou me referindo.

E a lógica global desse processo todo é ao mesmo tempo muito simples. Por exemplo, toda geladeira, todo computador, o próprio automóvel, enfim, toda máquina que gera energia, quando está funcionando, possui um mecanismo de refrigeração que dissipa aquele calor, que, se for sendo armazenado na máquina, acaba com ela, impedindo seu funcionamento. A geladeira tem uma peça chamada termostato, que a desliga quando ela fica aquecida pelo calor gerado no seu funcionamento.

Ora, o nosso Planeta gera energia o tempo todo e emite de volta o calor que recebe do Sol, energia que tem que sair para não superaquecer a Terra. Só que a Terra não possui aquele termostato da geladeira. Com certeza, sempre teve seu próprio sistema de

dissipação, de expulsão do calor. Uma atmosfera com pouco gás carbônico, que permitia a saída do calor, fazia com que o calor se dissipasse mais facilmente. Hoje já não é assim. O sistema de refrigeração natural da Terra começou a falhar. O que vem acontecendo, sobretudo nos últimos duzentos anos, é a emissão maciça de gases, toneladas e toneladas de gás carbônico, pela queima de combustíveis fósseis como carvão e petróleo.

Diante desse processo, temos dois problemas. O primeiro, é claro, as toneladas de gás carbônico lançadas no ar todos os anos e que dificultam a dissipação do calor. O segundo, a diminuição das florestas, que absorviam tradicionalmente o gás carbônico da atmosfera, mantendo o clima mais ou menos estável. O resultado dessa degradação do ar que respiramos tem sido o efeito estufa, o acúmulo de gases na atmosfera, uma atmosfera que fica mais espessa e pesada por conta desses gases, de partículas que dificultam a saída do calor, trazendo como um de seus resultados o aquecimento global.

Segundo o relatório divulgado dias atrás pelo citado IPCC, até o final do século, haverá um aumento de temperatura de 1,4 a 5,8 graus centígrados. Isto é, a temperatura vai crescer, vem crescendo.

Tudo isso vai impactar a nossa agricultura. Algumas simulações de clima divulgadas pelo *Globo Rural* deste mês mostram esse fato claramente. Áreas que atualmente cultivam soja, café, frutas temperadas e tropicais virão a sofrer mudanças profundas, a produção será comprometida.

Há cultivos adaptados ao calor, cultivos adaptados à seca. Tudo isso vai ser embaralhado com o aquecimento global. As perdas poderão ser catastróficas. O Sul do Brasil, que hoje é frio, amanhã poderá ser quente. Regiões que hoje são boas produtoras de frutas de clima temperado deixarão de sê-lo. A produção de leite e ovos também será comprometida.

Não estou falando sobre uma catástrofe possível de acontecer. Acontecerá se providências urgentes e inadiáveis não forem tomadas pelas nações civilizadas, porque os mais pobres irão pagar a conta da falta de cuidados com o nosso meio ambiente.

No caso do meu Nordeste, a situação será dramática se isso perdurar, principalmente entre os mais pobres e os pequenos agricultores. Uma tendência segundo os cientistas será a aridização ou desertificação do semi-árido. Isto é, grandes regiões do sertão vão ser vitimadas por secas insuportáveis, haverá estiagens muito mais prolongadas que as atuais e desertificação. O resultado disso tudo é previsível: falência das pequenas lavouras de subsistência, fome e êxodo

rural, processos sociais que nenhum bolsa família vai conseguir segurar.

A maior vítima do calor e da desertificação será o Nordeste, por conta da pobreza e da exclusão...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Prorroguei por mais cinco minutos para que o País ouça o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

A maior vítima do calor e da desertificação, como eu disse, será o Nordeste por conta da pobreza e da exclusão, mas também por conta de ser a região brasileira que já possui, hoje, o mais alto potencial de evaporação da água, devido à alta incidência dos raios solares.

Seremos o elo mais fraco do aquecimento global.

Estas são as conclusões de um pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, José Marengo, divulgada há pouco tempo. Ele fala em “refugiados ambientais”, massas humanas que vão fugir da liquidação da caatinga, superaquecida, agravando problemas sociais urbanos até o limite do insuportável. O pesquisador fala em secas de dez anos ou mais no Nordeste e localiza a região a ser mais afetada como sendo o quadrilátero que abarca o oeste do Piauí, o sul do Ceará, o norte da Bahia e o oeste de Pernambuco, Governador Jarbas Vasconcelos, justamente onde se encontram as cidades com menor desenvolvimento humano.

Diante desse quadro, proponho que passemos a considerar o problema do aquecimento global como essencial dentro do nosso debate nesta Casa. A questão deve ser examinada o número de vezes que for necessário para que possamos encontrar políticas públicas que impeçam ou atenuem a calamidade social que se aproxima. O aquecimento global tem de ser combatido com todas as forças de que cada país dispuser. Tem de haver alguma política que atue sobre os países mais ricos, como os Estados Unidos e a China, não somente por serem os maiores poluidores do Planeta, os maiores responsáveis pelo efeito estufa, como também sobre os que demandam mais carvão e petróleo, sustentando um modo de vida que não é, em absoluto, auto-sustentável nem no médio prazo e jamais pela maioria dos habitantes da Terra.

Enquanto isso, Sr. Presidente, temos de aprofundar o debate. Temos de impedir o impacto sobre a nossa agricultura. Precisamos considerar que não se trata de um problema que esteja no futuro. O futuro bate à nossa porta hoje. Precisamos deter o desmata-

mento irresponsável. Precisamos deter as queimadas desnecessárias; precisamos investir na produção de combustível baseado na biomassa; daí esse programa do biodiesel, que está sendo efetivado no Brasil. É bem-vindo no preparo do Brasil para os dias de amanhã. Precisamos utilizar energia que polua menos, energia renovável, com os devidos cuidados ambientais na sua produção. Precisamos do plantio continuado, solos ocupados mais tempo com lavouras. Precisamos investir na pesquisa para conseguirmos cultivos e variedades mais adaptadas ao calor e à seca. Precisamos questionar o atual modelo econômico, fundado no desperdício, no consumo individualista de energia, na mercantilização de todas as forças de vida e de natureza. Precisamos incluir em nossa agenda permanente a questão da degradação do clima e do meio ambiente, sem o qual não sobreviveremos no médio ou longo prazo como espécie.

Não vai haver termostato para desligar o Planeta Terra quando ele estiver superaquecido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para usar a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, como porta-voz da Liderança do Partido Democrático.

S. Ex^a, regimentalmente, teria direito a cinco minutos, mas jamais ousarei cortar a palavra do “senhor do Bonfim”.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Excelência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para tratar de um assunto que foi o motivo ontem da vinda de prefeitos, em particular, de todos os prefeitos da Bahia. Recebi dezenas e dezenas de prefeitos. Entre tantas reivindicações que me trouxeram, duas eram sobre a MP nº 339, que trata do Fundeb, e chamaram-me a atenção pela urgência e, sobretudo, Sr. Presidente, pela importância da matéria.

Primeiro, os prefeitos pediram o meu apoio para que recursos utilizados por municípios nos transportes de alunos de escolas estaduais lhes sejam ressarcidos pelos Estados com transferências do Fundeb.

Os municípios passam por sérias dificuldades, o que não é novidade para ninguém, e a situação se agrava ainda mais quando se vêem obrigados a assumir custos que não são seus, mas do Estado.

É o que acontece, neste caso, com o transporte de alunos das redes estaduais. É necessário cessar essa distorção e observar, afinal, a lei que estabelece caber ao Estado o custo pelo transporte de seus alunos e aos municípios apenas o custeio dos alunos de sua rede.

Mas os prefeitos pediram a nossa ajuda também, Sr. Presidente, para um outro aspecto da Medida Provisória nº 339.

Pedem, assim, que sejam revistos os fatores de ponderação aplicados na distribuição de recursos do Fundeb entre as diversas etapas da educação. Isso, aliás, foi assunto muito debatido por ocasião da discussão do Fundeb nesta Casa. E tivemos opinião nesse sentido, bem como o Senador Tasso Jereissati, e, se não me engano, o Senador César Borges, das etapas que deveriam cumprir com recursos do Fundeb e não apenas ficar destinado a uma área do ensino.

A forma atual de repartição é incorreta, injusta e acirra o eterno conflito entre estados e municípios.

As prefeituras se sentem prejudicadas – e têm razão –, pois são elas as responsáveis pelas creches, cujo custo médio é muito superior ao dos ensinamentos fundamental e médio; mas, mesmo assim, recebem parcela menor na repartição dos recursos.

Essas são apenas duas queixas, entre tantas que me levaram. Muitas outras conheço e sei que não são novas. Elas vêm de muitos anos, mas não são resolvidas.

Ah, Sr. Presidente, nós, Senadores e Deputados, conhecemos as dificuldades por que passam os municípios brasileiros. Muitos de nós fomos prefeitos, inclusive.

Não é novidade que, embora o “povo viva nos municípios”, os recursos públicos têm ficado cada vez mais na mão do Governo Federal e dos estados.

O Governo Federal tem toda usurpação dos recursos da União e não faz a partilha devida, como deveria fazer, em relação a estados e municípios. Os Estados ainda têm algo, mas os municípios têm quase nada. Essa repartição é indispensável, e nós vamos lutar por isso. Há necessidade permanente de ouvirmos as municipalidades e atendermos objetivamente e com rapidez os seus reclames.

Foi o que fiz ontem e vou fazer aqui várias vezes. Ontem, os prefeitos estiveram com o Senhor Presidente da República. Saíram satisfeitos com as palavras, mas eles querem ação, atos. Eu digo sempre aqui, e repito agora, o que o Padre Vieira dizia sempre: “É muito mais fácil acreditar nas obras do que nas palavras”.

Ora, o que nós queremos é decisão para as prefeituras municipais, que estão à míngua. Nós não queremos proteger aqui prefeitos desonestos. Não! Que caíam nas malhas do Tribunal de Contas da União, da CGU ou de qualquer coisa. Mas nós queremos que os prefeitos tenham o poder de governar os seus municípios com decência, com dignidade, coisa que, infelizmente, não acontece por culpa da usurpação pela União. Nesse ponto, manda a verdade que se diga que

não é coisa apenas deste Governo. Vem de longe, mas isso tem que acabar.

Esse Governo tem obrigações maiores que os outros. Ainda mais depois que o Senhor Presidente da República ontem deu uma palavra de alento aos prefeitos. Vamos esperar, mas não vamos esperar de braços cruzados. Vamos pedir, rogar, implorar tudo que seja necessário. Mas vamos também exigir, que é o verbo próprio, que o Governo Federal cumpra os seus deveres em relação aos municípios brasileiros.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Antonio Carlos, V. Ex^a sempre, com a sua história, com a sua experiência, principalmente com a sua sensibilidade, trata de um assunto que considero de muita relevância, pela oportunidade de eu ter sido prefeito da minha capital por duas vezes. Penso que essa Marcha, que foi a décima – até colaborando com o que V. Ex^a acaba de dizer, que não é algo de hoje, mas que vem se arrastando ao longo dos anos –, teve uma marca que considero muito importante: a unidade dos prefeitos. Mais do que isso: a objetividade com que eles trataram das suas reivindicações. Fizemo-nos presentes, entre outros momentos, numa reunião com a Bancada da Paraíba, cerca de oitenta prefeitos e todos os quinze parlamentares, doze federais e três Senadores.

Naquela oportunidade, todos se comprometeram em ser municipalistas. Todos os 15 parlamentares. Fui surpreendido à noite, durante um jantar, com reclamações desses prefeitos. Eles se queixavam de que, segundo palavras do Presidente, o Governo “estava mandando o Congresso liberar 1% a mais do Fundo de Participação dos municípios”, mas que, no entanto, no momento da votação do Fundeb, foi retirado praticamente o valor correspondente a esse 1% com a questão dos transportes escolares. E mais ainda, Sr. Presidente: uma prefeita de uma cidade do interior da Paraíba mostrou-me que a retirada do Fundeb das suas contas do Fundo de Participação representava algo em torno de R\$24 mil por mês, ou seja, anualmente, quase R\$300 mil. E ela dizia que, enquanto o Deputado Federal no qual votei conseguia para ela uma emenda de R\$150 mil, R\$200 mil por ano por ser da Base do Governo, o mesmo Deputado, a mando do Governo, vota para me tirar R\$300 mil só no Fundeb. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O aparte de V. Ex^a, que foi prefeito com êxito duas vezes, Senador Cícero Lucena, da sua João Pessoa, é muito próprio. Isso que se deu no seu Estado se deu também na Bahia. Todos eles aqui se compro-

meteram com o Fundeb, mas todos da Base aliada votaram contra os municípios.

O que eu espero é que esses municípios reajam e não votem nesses candidatos que prometem e não cumprem; votem naqueles que querem um orçamento impositivo, para que estados ou municípios tenham por direito e dever os recursos que lhe são colocados no Orçamento. O Orçamento, sabe bem V. Ex^a, Sr. Presidente, é o retrato da Administração. Isso nos países civilizados, mas, no Brasil, o Orçamento é uma farsa, é uma ficção. Nada disso acontece.

Quero, neste instante, fazer um apelo ao Presidente da República. Se já foram dez marchas e se ele tem interesse em ver os municípios melhores, ele, que veio de uma área pobre do Nordeste, ele, que foi torneiro mecânico, ele, que sabe como se sofre no interior deste País, ele tem a obrigação, mais do que qualquer outro, de cumprir as suas promessas com os municípios interioranos.

É esse o apelo que faço, não xingando, não reclamando, mas pedindo e ao mesmo tempo exigindo, em nome do Congresso Nacional, que o Presidente da República pague aos municípios aquilo que deve, que não é seu e que é usurpado, infelizmente, pela União de uma maneira, Sr. Presidente, que V. Ex^a não pode aceitar, muito menos o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o contundente pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, convidamos para fazer uso da palavra, pela ordem, o Senador Cícero.

S. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no início da Semana Santa, usei a tribuna desta Casa para comentar um fato lamentável ocorrido em nosso Estado da Paraíba. Refiro-me ao assassinato de um jovem empresário, ex-administrador público tanto no Piauí, quanto na Paraíba. O jovem foi covardemente assassinado, deixando toda a Paraíba estarrecida e preocupada em saber o resultado das investigações policiais, uma vez que o crime ocorreu no próprio estabelecimento comercial do empresário, invadido por um dos assassinos, que usava um capacete de moto, enquanto o outro, também de capacete, o esperava do lado de fora.

Neste instante, por uma questão de justiça, também ressalto que, graças à determinação, à eficiência da Polícia do Estado do Estado da Paraíba, da determinação do Governador Cássio Cunha Lima, por intermédio de seu Secretário de Segurança e Defesa Social, o Procurador Eitel Santiago, bem como de toda sua equipe da Polícia Civil, com o apoio da Polícia Militar,

destacando ainda duas jovens delegadas concursadas, que se incorporaram ao processo: as Dr^{as} Poliana Solae e Fabíola Costa, bem como o Superintendente da Polícia, Gerson Barbosa, nós podemos anunciar hoje que os assassinos, o executor, já se encontram presos, bem como aquele que encomendou esse bárbaro assassinato.

Portanto, por um dever de justiça estamos registrando o nosso agradecimento, juntamente com os parabéns a toda equipe do Secretário Eitel Santiago por ter, de uma forma rápida, respondido ao anseio do povo paraibano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Chamamos por ordem de inscrição, para uma comunicação inadiável, a Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

Não estando presente, consultamos e alternamos a lista de oradores inscritos.

Então, convidamos para usar da tribuna o Senador do Rio Grande do Norte, do PMDB, Garibaldi Alves Filho.

Em seguida, pela Liderança, continuaremos com o tempo da Bahia, do Senhor do Bonfim, falará o Senador César Borges pela Liderança da Minoria.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucos instantes, estávamos reunidos na sala da Comissão de Assuntos Econômicos para proceder à eleição dos novos dirigentes da Subcomissão de Assuntos Municipais. Após a apuração, verificou-se que foi eleito, por unanimidade, o Senador Cícero Lucena para novo Presidente dessa Subcomissão.

O Senador Cícero Lucena me sucederá na Presidência da Subcomissão de Assuntos Municipais. Confio que teremos uma gestão das mais profícuas, das mais realizadoras porque, conhecendo de perto S. Ex^a, graças à proximidade do Rio Grande do Norte com a Paraíba, tenho certeza de que o Senador Cícero Lucena vai fazer um grande trabalho à frente dessa subcomissão.

É claro que é preciso fazer um apelo aos membros da subcomissão para que ajudem o Senador paraibano, a fim de que S. Ex^a possa contar com todos eles, uma vez que estamos diante de um grande desafio do dia-a-dia do Senado que é o funcionamento de comissões e subcomissões desta Casa.

Para que os Senhores tenham uma idéia, a Câmara dos Deputados, com 513 deputados, possui hoje 20 comissões; e o Senado, contando com 81 senadores, possui 11 comissões. Daqui a pouco, Sr. Presidente, além das acusações que já nos dirigem, vão nos im-

putar o pecado da lentidão, que é o grande vício do Poder Judiciário e que poderá se tornar, se não criarmos uma consciência a respeito disso, o pecado do Poder Legislativo.

Senador Cícero Lucena, a posse de V. Ex^a, o ingresso de V. Ex^a à frente dessa subcomissão coincide justamente com a realização da 10^a Marcha, promovida pela Confederação Nacional dos municípios. V. Ex^a fique certo de que a grande aliada dessa subcomissão é realmente a Confederação Nacional dos municípios. Posso dar esse depoimento em face da ajuda que recebi do Presidente Paulo Ziulkoski.

Por isso, ao ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães, há pouco tempo, falar da pobreza da maioria dos nossos municípios, das suas carências e das suas necessidades, eu me lembrava de como já foi mais difícil para o Município enfrentar essa realidade, esse quadro pintado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, quando não havia a Confederação Nacional dos municípios, que trouxe a Brasília agora mais de 2 mil prefeitos que, no Hotel Blue Tree, terminaram por aplaudir o Presidente da República, quando Sua Excelência prometeu, novamente – porque essa é uma promessa que se vem repetindo há muito tempo –, o pagamento de um ponto percentual a mais no Fundo de Participação. Pode-se dizer que agora a promessa é diferente; antes, era uma promessa do Ministro Palocci, uma promessa do Ministro Paulo Bernardo. Agora, não; agora o Presidente da República foi pessoalmente à reunião e disse aos prefeitos que este um ponto percentual seria pago.

Presidente Cícero Lucena, da Subcomissão dos municípios, há uma agenda para trás que precisa ser encerrada. Os municípios não podem se voltar apenas para o que devem, para suas pendências. Os municípios têm que elaborar uma agenda para frente, uma agenda que contemple, para o futuro, as questões municipais. O pagamento dos precatórios é agenda para trás, Senador Mão Santa. O pagamento dos precatórios é aquele desconto que o prefeito tem todo mês e que dele não pode fugir, mas isso já deveria ter sido resolvido a despeito da inflexibilidade de como se resolvem esses precatórios.

O parcelamento do INSS é passado, Sr. Presidente. Quantas vezes já se falou nisso! Cento e vinte meses, duzentos e quarenta meses. Aí estão os parcelamentos sendo descumpridos, sendo abandonados. Então, precisamos – e, se Deus quiser, aqui vamos colaborar para isso – preparar as prefeituras, isso sim, para que elas tenham seu plano diretor, para que tenham a Lei Orgânica dos municípios. Quantos municípios não têm ainda seu plano diretor? Quantos municípios não têm a Lei Orgânica dos municípios?

Senador Cícero Lucena, ouço V. Ex^a, que tem todas as prerrogativas para dar este aparte.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Garibaldi Alves Filho, tenho uma real dimensão desse desafio que me foi confiado pelos nossos pares, pelos nossos companheiros. Até porque tenho a satisfação, Presidente Mão Santa, de dizer que terei ao meu lado, como vice-Presidente, a experiência, a história e o compromisso de um homem público do quilate do Senador Garibaldi Alves, que, sem dúvida, como vice-Presidente dessa subcomissão, irá ajudar muito para que essa subcomissão cumpra o seu papel e exerça um trabalho que é esperado pelos prefeitos. Como V. Ex^a vem dizendo de forma muito clara, muito simples e verdadeira, nós temos que parar de falar no passado e partir para a ação, para algo concreto em favor dos municípios brasileiros. Esta 10^a Marcha tem exatamente essa característica. Eu senti, por parte dos prefeitos com os quais mantive contatos, que eles também chegaram ao limite do sacrifício, da capacidade de gerenciar os seus municípios, de buscar solução para os problemas dos seus municípios com a estrutura hoje montada no nosso País. Daí a experiência de V. Ex^a – os debates anteriormente estabelecidos – e este firme propósito dos prefeitos de, unidos, cobrar dos seus representantes, daqueles que eles apóiam no período eleitoral, que ajudam a trazer quer para o Senado, quer para a Câmara, posicionamentos em favor dos municípios. Então, Senador Garibaldi Alves, eu quero agradecer o seu gesto de confiança, a sua disposição de colaboração. Com fé em Deus e com o trabalho dos demais companheiros nós poderemos cumprir o nosso papel. De uma coisa eu tenho certeza: essa subcomissão terá dois presidentes. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Ouço V. Ex^a com muito prazer, nobre Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – A presença do Senador Cícero Lucena em qualquer das Comissões de que por acaso ele venha a participar já é uma afirmação absolutamente tranqüila de que essa Comissão vai funcionar, pela sua capacidade de trabalho, pela sua dedicação, pela sua experiência e, sobretudo, pela sua inteligência. Trata-se de um nordestino inteligente, o que é comum, é bom que se diga. Estamos absolutamente seguros de que um assunto de tamanha relevância como é a relação dos municípios com todo o poder público estará, sem dúvida alguma, sendo devidamente muito bem acompanhado por esse grande nordestino e excelente Senador, que é o Senador Cícero Lucena.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Deixo esta tribuna com absoluta certeza de que o Senador Cícero Lucena terá o apoio de todos nós membros dessa Subcomissão.

Estou dizendo isso não porque tenha sido...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – ...negado a mim que fui o último presidente, mas pela certeza que tenho de que os membros dessa Subcomissão vão dar tudo de si, vão sentir uma liderança nova, mais capaz que a minha de arregimentar os Senadores. Fizemos tudo que foi possível, Senador Cícero Lucena. Debatesmos o problema da Previdência e o dos precatórios. Trouxemos aqui prefeitos para falarem de suas experiências, como o prefeito de Recife, João Paulo, que é presidente de uma associação nacional de prefeitos das capitais.

De modo, Sr. Presidente, que eu gostaria de encerrar deixando essas palavras na certeza de que vamos debater com profundidade essa matéria, que é uma questão federativa sobretudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Tendo em vista o documento que acaba de chegar à Mesa, o Senador César Borges usará da palavra pela Liderança da Minoria.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, que regimentalmente teria direito a cinco minutos, mas, em homenagem a S. Ex^a e ao Senhor do Bonfim, o tempo fica a critério de S. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Desde já, sou muito agradecido a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, estamos tratando aqui do assunto que preocupa os municípios brasileiros, tanto que houve mais uma marcha de Prefeitos a Brasília.

Ouvimos, estupefatos, o Presidente da República declarar que já tinha ordenado – vejam bem a palavra, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “ordenado” – à sua Base no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara dos Deputados, que votasse o item da reforma tributária que coloca mais 1% de recursos para o Fundo de Participação dos municípios.

Em primeiro lugar, quero destacar que o Chefe do Poder Executivo afirmou ter “ordenado” à sua Base, a Deputados, a legisladores, que votasse. Acho que esse termo foi totalmente mal empregado. O Presidente pode solicitar, pode pedir aos Parlamentares que agilizem a votação, mas não, nunca, ordenar a Parlamentares que votem determinada matéria, como o percentual do Fundo de Participação dos municípios.

O pior, Sr. Presidente, é que, na verdade, o Presidente da República não é sincero quando faz essa afirmativa porque nem uma coisa, nem outra; nem ele ordenou, nem vai ordenar, nem vai solicitar que seja agilizada a votação do item da reforma tributária que contempla os municípios com mais R\$1,5 bilhão, que significa 1% do Fundo de Participação dos municípios. Por quê? Porque, na verdade, já votamos essa matéria, Senador Flexa Ribeiro, desde 2003.

Por que até hoje o Presidente não agilizou? Não solicitou à sua Base que procedesse dessa forma? É porque não há efetivo compromisso do Presidente da República com os municípios brasileiros. O Presidente tem se especializado em esvaziar pressões que acontecem aqui com as marchas sobre Brasília, seja pressão que venha dos Prefeitos, seja pressão que venha dos Governadores dos Estados, seja pressão que venha dos agricultores. O Presidente, que se considera um grande comunicador – e efetivamente não há como negar que ele o seja –, vai lá e faz o discurso que a platéia quer ouvir; diz à platéia que vai atender a todas as reivindicações. E aí os ouvintes de determinado segmento, como agora ocorreu com os Prefeitos, não têm como reclamar. Aplaudem o Presidente da República e vão para casa esperançosos de que uma solução irá acontecer, e lamentavelmente nada acontece. Vamos ver quando será aprovado esse 1%! Eu vou torcer para que seja aprovado o mais rapidamente possível. Mas tenho minhas dúvidas, Sr. Presidente, porque essa ordem do Presidente da República aos Deputados não é uma ordem, como não pode ser, e, acima de tudo, não há sinceridade nas palavras do Presidente.

Então, a que nós assistimos aqui? Mais uma vez, os Prefeitos solicitam à União a compreensão de que é impraticável a administração pública municipal. Não há como administrar a Prefeitura e atender às demandas do cidadão que reside no Município.

É o “prefeitinho”, como diz o Presidente Mão Santa, que foi Prefeito da sua Parnaíba, que faz o primeiro atendimento do cidadão, do eleitor, que o procura para resolver todos os problemas, desde um casamento a um funeral. É a Prefeitura que está presente para oferecer a saúde, a educação, as estradas e vicinais dos municípios.

Onde estão os recursos? Hoje a população brasileira paga em torno de 40% de tudo o que nós produzimos. Os recursos vão para os entes federativos – União, Estado e Município. Como estão distribuídos esses recursos? O Governo Federal fica com cerca de 65% deles; os Estados com cerca de 25%; e os municípios, com cerca de 10%.

O que acontece, lamentavelmente? Os impostos que vão para os estados e os municípios – como o IPI

e o ICMS, repartidos entre a União, os Estados e os municípios, sempre estão sujeitos a proposições de isenção. Sempre que o Governo quer incentivar algum setor, reduz o Imposto de Renda ou o IPI, ou seja, faz gentileza com o chapéu dos outros, pois reduz recursos que são dos municípios e dos estados.

Com relação à CPMF, o Governo Federal quer prorrogá-la até 2010 ou 2011, porque ela será extinta no final deste ano, tendo em vista a lei que foi votada pelo Congresso Nacional. No entanto, não vai reparti-la; vai pedir a prorrogação, mas sem repartir essa contribuição que, inicialmente, era provisória, mas se transformou em permanente e tem efeito cascata. Em cada operação, em cada cheque que o cidadão usa, ele paga 0,38% para o Governo Federal, só para a União, que não reparte esse valor com os municípios.

Por que o Presidente não assumiu o compromisso de repartir a CPMF, que é inclusive uma reivindicação dos Governadores, que também têm grande responsabilidade com a educação, com a saúde, com a segurança pública e com a geração de emprego nos estados?

Por que o Governo Federal não reparte também o PIS e a Cofins com as Prefeituras municipais? Por que arrecada exclusivamente para si?

Os municípios não estão mais conseguindo solvência nas suas contas, passando por dificuldades nunca passadas. Por um lado, se dá mais responsabilidade, criam-se programas como o Saúde da Família, um programa importante, que temos que defender, mas quem arca com as despesas são os municípios; o Governo Federal entra apenas com uma pequena parcela de 30%. Lamentavelmente, todos esses programas, que vão desde o Samu ao PSF estão sendo bancados, na sua maioria, com recursos oriundos dos Fundos municipais.

Assim, os Prefeitos, mais uma vez, vieram a Brasília e ouviram um Presidente que fez um discurso para a platéia, mas não assumiu verdadeiros compromissos de melhorar a condição de nossos municípios.

Recordo-me, cheguei a anotar, Sr. Presidente, que, no programa do PT, eles diziam que só um novo pacto federativo poderia corrigir as históricas desigualdades regionais, agravadas nos últimos oito anos; que a União descentralizou atribuições e encargos administrativos para estados e municípios ao mesmo tempo que concentrou recursos em Brasília. Mas há que se perguntar: o que fez este Governo para cumprir o seu programa, o seu verdadeiro programa de Governo do Partido dos Trabalhadores? Não fez nada.

Também estamos assistindo a outro discurso que é totalmente falso, Sr. Presidente. O Presidente Lula sempre se reporta ao passado, porque as mazelas,

porque as dificuldades já vêm de outros Governos. Mas é bom lembrar que o Presidente Lula está no segundo mandato; ele teve quatro anos para poder falar do passado. Ele próprio assumiu seu segundo mandato, dizendo: “Agora, eu não posso cobrar de mais ninguém do passado. Eu terei de cobrar de mim próprio. Terei de cobrar do meu próprio primeiro Governo, porque já tive tempo de fazer dele o meu passado”.

Ouçó o Senador Flecha Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador César Borges, V. Ex^a traz o assunto da marcha dos Prefeitos a Brasília e pontua aspectos da maior importância. Inclusive, em seguida, vou usar a tribuna para falar do mesmo tema. Mas quero dar só uma demonstração da falta de interesse do Governo em atender à angústia dos mais de cinco mil municípios brasileiros. V. Ex^a é autor de um projeto em tramitação na CAE, que propõe que os municípios que detêm **royalties** de produção de petróleo, de geração de energia e gás – e eu, como Relator, fiz uma emenda aditiva incluindo os municípios com recursos minerais – possam antecipar esses **royalties** junto ao Tesouro, para, com isso, saldar dívidas, tornando-se adimplentes a fim de terem acessos às transferências federais e estaduais. Lamentavelmente, a despeito de o parecer estar pronto para ser votado, a Base do Governo pediu vista do projeto para postergar mais uma matéria que vem em benefício dos municípios. Diz-se que se quer ajudar, que é preciso resolver o problema dos municípios, mas, na realidade, como V. Ex^a abordou com propriedade, são discursos que infelizmente o vento se encarrega de espalhar e não transformar em ações verdadeiras, em ajuda aos municípios. Parabéns pelo discurso!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Flexa Ribeiro, agradeço o seu aparte.

Lamentavelmente, essa é a realidade que vivem os municípios hoje; eles não têm o apoio do Governo Federal. As iniciativas dos Parlamentares, no Senado ou na Câmara, que visam apoiar os municípios não contam com o apoio da Base do Governo, porque aí, sim, o Presidente está ordenando que essas iniciativas legítimas daqueles que querem ajudar os municípios não sejam aqui aprovadas.

E mais do que isso, o que assistimos é que também os Estados que, no passado, já tiveram capacidade financeira de ajudar os municípios, já se encontram hoje, muitos dos Estados brasileiros, em dificuldades financeiras, não podendo mais ser os parceiros que foram no passado com ações em prol dos nossos cidadãos nos municípios. É dificuldade sobre dificuldade.

Portanto, não queira o Governo Federal tergiversar, fazer discurso; não queira o Presidente da Repú-

blica engabelar milhares de homens imbuídos de boa vontade, ansiosos de defender a sua população.

Ontem, estive com dezenas de Prefeitos do meu Estado – vieram Prefeitos de todo o País –, que saíram esperançosos. Não vou tirar a esperança de ninguém. Porém, vou ficar atento, Senador Flexa Ribeiro, para cobrar a tal ordem do Presidente, a fim de que se aprove, na Câmara, o aumento no FPM para os municípios.

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só para encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador César Borges, V. Ex^a pode terminar, pois nunca usou a tribuna que não seja para trazer notícia importante para a cidadania. Só peço desculpas, porque estou assumindo agora e me distraí.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – De forma alguma, Sr. Presidente. Eu é que peço desculpas de ter excedido o tempo.

O que precisamos é pressionar, acompanhar, é cobrar aqui da tribuna, e cobrar por intermédio das diversas medidas provisórias que virão e que são do interesse do Governo, deixando claro que, enquanto ele não cumprir a sua palavra com os municípios, não votaremos nada a favor do Governo. Precisamos dar um basta a isso.

O Presidente Lula acha que, por intermédio da sua verve, do seu discurso “popular”, conquista sempre a simpatia dos ouvintes; e assim vai empurrando com a barriga, sem resolver os verdadeiros problemas da Nação brasileira.

Não há um projeto consistente para os municípios. Não um projeto consistente de parceria da União com os Estados. Não há um projeto consistente para o desenvolvimento da infra-estrutura do País. Já perdemos quatro anos e estamos caminhando para mais quatro. O País não se desenvolve. O País não cria emprego, não gera renda. E Sua Excelência vem dizer que a desigualdade social diminuiu. Por quê? Porque ela já não é tão gritante? Mas queria que continuasse daí para pior? Temos o Bolsa-Família, mas o programa não é sustentável a longo prazo.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância. Vamos continuar atentos para cobrar uma parceria maior do Governo Federal com os municípios brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu que agradeço a V. Ex^a e o cumprimento pelo pronunciamento.

Senador Flexa Ribeiro, como não há nenhum Líder, concedo a palavra a V. Ex^a e peço que seja conciso porque todos aqui querem falar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar, evidentemente, do assunto que vários Senadores já abordaram: a X Marcha dos Prefeitos dos municípios Brasileiros à Brasília.

Quero iniciar parabenizando o Presidente da Confederação Nacional dos municípios, o Prefeito Paulo Ziulkoski, e também o Vice-Presidente, o Prefeito Fernando Lobato, de Santa Cruz do Ariri, do meu Estado do Pará.

Muito já foi dito aqui a respeito dessa Marcha, que é exitosa, na qual mais de mil Prefeitos e Vereadores participam, deslocando-se a Brasília, a cada ano, lamentavelmente com a mesma pauta de reivindicações. Se verificarmos a pauta de reivindicações dos anos anteriores, a de agora é igual.

Quero parabenizar os Prefeitos e Vereadores do meu Estado do Pará que até aqui se deslocaram, com sacrifícios. Quase cinquenta Prefeitos e mais de cem Vereadores vieram de municípios distantes, como é o caso de Itaituba. Eles tiveram que se deslocar de Itaituba para Santarém, de avião. Isso leva quase duas horas. De Santarém para Belém, de jato, mais uma hora. De Belém para Brasília, de jato, são mais duas horas e vinte minutos. Tudo isso em pleno apagão aéreo, para estarem aqui fazendo suas reivindicações.

Há o caso de outros municípios, como o de Marajó. É preciso se deslocar de lá de barco até Belém, para depois se deslocar até Brasília. Mas eles vieram aqui e estiveram com a Bancada do Pará, em várias reuniões. Passaram nos gabinetes dos Parlamentares. Tive a satisfação de receber os Prefeitos e os Vereadores em meu gabinete.

Mas eles saíram daqui, Senador Cícero Lucena, frustrados, porque o que escutaram agora foi o mesmo que escutaram em anos anteriores. O Presidente Lula

disse: “Vou ordenar que seja votado o aumento de 1% para o FPM, para que passe de 22,5% para 23,5%”. Ora, isso está aprovado pelo Senado Federal desde 2003. Nos anos anteriores, o Presidente Lula disse a mesma coisa e não aconteceu nada.

Senador César Borges, como V. Ex^a disse, vamos aguardar que realmente a Base do Governo vote, na Câmara dos Deputados, o projeto que está lá desde 2003 e que autoriza esse aumento.

Mas não vou esperar só por isso. Semana que vem, darei entrada em uma PEC aumentando o percentual do FPM de 22,5% para 23,5%, ou seja, 1%, como é o compromisso do Presidente, para que tramite em separado da reforma tributária, não haja adereços ao compromisso do aumento de 1% e os Prefeitos sejam atendidos.

Então, trata-se de uma forma de acelerar o processo. Tomara que não seja necessário nem dar entrada na PEC, e que a reivindicação seja atendida.

Fizemos uma reunião muito produtiva com a Bancada do Estado do Pará: três Senadores, dezessete Deputados Federais, Prefeitos e Vereadores. Depois, fizemos uma segunda reunião, no café da manhã, com a Bancada do Estado no Congresso e com os Prefeitos representantes das associações de municípios por região. Estavam presentes: o Prefeito Fernando Lobato, Presidente da Federação dos municípios do Estado do Pará; a Prefeita Maria do Carmo, de Santarém, pela Amut; o Prefeito Mazinho, de Afuá, pelo Município de Marajó; o prefeito Darcy, de Parauapebas, pela Amat; o Prefeito Iran Lima, de Moju, da Ambat; o Prefeito Hélder Barbalho, de Ananindeua, representando a região metropolitana; o Prefeito Eraldo, do consórcio de Belo Monte; o Prefeito Aparecido, do consórcio da BR-163.

Eles vieram até aqui para discutir uma pauta extensa, cujo ponto de partida é, evidentemente, o aumento de 1% do FPM.

Mas temos um assunto da maior importância que tramita no Congresso: a PEC nº 12, a PEC dos Precatórios.

Tenho a honra de dizer – e tomara que eu não esteja correto na afirmativa que farei – que o Pará é o único Estado brasileiro em dia com os precatórios. Ele não tem passivo algum em relação ao pagamento de precatórios. Quanto a isso, o Estado foi entregue em dia à Governadora Ana Júlia. Mas existem Estados e principalmente municípios que enfrentam dificuldades para cumprir os precatórios.

Então, a PEC nº 12, que regulamenta o pagamento dos precatórios, precisa ser aprovada. Lamen-

tavelmente, ela não tramita. Com isso, alguns prefeitos procuram os Parlamentares, porque estão angustiados uma vez que tiveram os recursos do Fundo de Participação bloqueados pela Justiça, em função do pagamento de precatórios. Nós, Parlamentares, temos de agilizar a aprovação dessa PEC.

Quanto ao Fundeb, já foram expostos os fatores de ponderação com relação ao ensino básico de 0,8 e do ensino fundamental de 1,0.

O transporte escolar é um item que quero detalhar, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. O transporte escolar é pago – e deve ser pago – por aluno. Só que ele é insuficiente para atender às necessidades de transporte. E por quê? Porque nos municípios de regiões como o Pará, segundo Estado em dimensão territorial do Brasil, tem de ser feita uma ponderação da quilometragem do transporte: o mesmo valor pago por um aluno transportado por um ou dois quilômetros é pago por um aluno transportado por 50 quilômetros. Então, existem municípios pequenos, como São João do Araguaia, no sul do Pará, que recebem R\$8 mil pelo transporte escolar e gastam R\$55 mil por mês. Se o Prefeito não transportar o aluno, o Ministério Público enquadra-o na legislação, porque ele é obrigado a fazer o transporte escolar. Além disso, ao transportar o aluno do ensino fundamental, ele transporta o do ensino médio, porque não há como fazer a diferenciação ao adentrarem o veículo.

Essa é uma questão que vamos aprofundar e vamos propor ao Congresso uma nova forma de cálculo **per capita** do transporte escolar.

Foi dito aqui pelo Senador César Borges – e quero me associar a S. Ex^a – que temos de resolver a questão do pacto federativo. Vamos ter de resolver definitivamente a distribuição das riquezas do nosso País. Não é possível concentrar 60% do que é arrecadado na União, 25% nos Estados e 15% nos municípios, onde os fatos acontecem.

Ainda agora, o Senador Cícero Lucena – a quem parabeno – assumiu a Presidência da Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, ao lado do Senador Garibaldi Alves, Vice-Presidente.

Senador Cícero Lucena, eu, como membro dessa Subcomissão Permanente, tenho a certeza de que V. Ex^a, junto com o Senador Garibaldi, fará um trabalho da maior importância. Vamos ouvir os prefeitos, por intermédio de suas associações e confederação. Vamos produzir projetos que realmente venham ao encontro da necessidade dos prefeitos, que em sua maioria estão inadimplentes, sem poderem acessar os

recursos tanto federais quanto estaduais nas transferências voluntárias.

Tenho absoluta certeza de que a Subcomissão de Assuntos Municipais vai produzir resultados para que possamos trazer ao plenário, por intermédio da CAE, para votação dos nossos Pares.

Ao encerrar, quero também apresentar como reivindicação – já concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena –, outro assunto que foi trazido pelos prefeitos e que nós, como Parlamentares, temos de estudar, qual seja, a questão da merenda escolar.

O valor da merenda é de R\$0,23 por aluno, e os prefeitos dizem que o custo da merenda escolar, dentro do padrão exigido, chega a R\$0,70. Então, nós precisamos ver uma forma para minorar, se não pudermos resolver, a questão da transferência dos valores para a merenda escolar, que é da maior importância. Digo isso porque a merenda, além de ser talvez a única alimentação do dia, pode também melhorar a condição de aprendizado do aluno.

Quero dizer aos prefeitos, principalmente os do meu Estado do Pará, que, além da proposta que apresentarei para destacar esse um ponto percentual do FPM (Fundo de Participação dos municípios), para que tramite em separado da reforma tributária, vou encaminhar ao Senado uma PEC para que, na prorrogação da CPMF, haja a repartição do valor da CPMF para os estados e municípios, na proporção de 20% e 10% respectivamente.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. Fazendo soar a campanha.) – Senador Flexa Ribeiro, peço desculpas, mas solicitaria que V. Ex^a não concedesse mais apartes porque o tempo de V. Ex^a já se esgotou por três vezes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Romeu Tuma, a generosidade de V. Ex^a vai permitir que eu conclua o raciocínio e conceda somente um aparte ao Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas a conclusão do raciocínio de V. Ex^a é longa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É bem rápida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Flexa Ribeiro, preciso agradecer o Senador César Borges, que fez reclamação hoje ao Governo que, se ele não der o que prometeu aos prefeitos, essa Comissão será extinta. É o que ele prometeu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, comecei a ficar preocupado pela extinção da Comissão.

Como eu dizia, os 10%, Senador Marcelo Crivella, na repartição da CPMF representam três vezes o que os prefeitos estão pedindo de aumento de um ponto percentual no FPM. Serão R\$3,5 bilhões a mais para os municípios, enquanto que esse um ponto percentual sobre o FPM representa R\$1,5 bilhão.

Então, vamos prorrogar a CPMF, mas vamos reparti-la. V. Ex^a, Senador Crivella, como evangélico, como cristão, sabe que é necessário repartir. Não pode e não deve haver a concentração que a União faz das riquezas produzidas por toda a sociedade.

Sr. Presidente Romeu Tuma, Senador César Borges, vou apresentar também outro projeto, isentando as prefeituras municipais do pagamento dos impostos federais na compra de patrulhas mecanizadas. Não há sentido em que as prefeituras paguem os impostos federais e que estes se revertam para o próprio Governo, de onde vêm os recursos. O objetivo é minorar a dificuldade da compra de patrulha mecanizada, e que o BNDS crie uma linha de financiamento dessas patrulhas mecanizadas – evidentemente com juros diferenciados – pelas prefeituras, consignado ao repasse do FPM. Isso facilitará principalmente para um Estado como o nosso, onde temos enormes dificuldades devido ao fato de as nossas estradas federais e vicinais estarem abandonadas pelo Governo Federal, e as prefeituras sempre têm que atender aos colonos no deslocamento da sua produção.

Sr. Presidente, concluo, agradecendo a V. Ex^a a generosidade, mas, antes, concedo um aparte ao meu Presidente Cícero Lucena. E espero que a profecia do Presidente Romeu Tuma não se realize. Este é mais um pedido, Senador César Borges, para que o Presidente Lula atenda aos prefeitos. Se ele não atender, será extinta a Subcomissão tão bem presidida pelo Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Muito obrigado. Serei bastante breve. Quero apenas registrar meu agradecimento à demonstração de confiança de V. Ex^a no nosso trabalho, sem deixar de dizer que ele só terá força e poderá atingir seus objetivos se puder contar não apenas com a valorosa contribuição de V. Ex^a, como dos demais companheiros e do vice-Presidente Garibaldi Alves. E, mais do que isso, entendemos que essa Comissão servirá de espaço para que sejam ecoadas as reivindicações, as demandas e as necessidades dos municípios e dos seus municípes. Tenha

a certeza, Senador Flexa Ribeiro, de que, lá estando na sua companhia, estaremos levando as demandas e as reivindicações dos municípios, como: patrulha mecanizada, merenda escolar, fardamento escolar, apoio à educação e à saúde, bem como uma melhor distribuição das receitas. Tudo isso, sem dúvida alguma, estará em pauta, e estaremos praticando assim o exercício da democracia no sentido de atender a todos. Quanto à possibilidade de essa Comissão ser extinta, ninguém vai torcer mais do que eu, até porque, quando isso vier a ocorrer, é sinal de que os municípios estão sendo respeitados. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que enriquece o meu pronunciamento. Tenha a certeza de que, juntos, com a sua liderança e a sua presença, faremos um grande trabalho em benefício dos municípios brasileiros.

Ao finalizar, Sr. Presidente Romeu Tuma, quero agradecer aos prefeitos e vereadores do Pará que estiverem em nosso gabinete e dizer que estamos aqui, todos nós, Senadores, para trabalhar pelos municípios, para que, assim, possamos acelerar o desenvolvimento de cada um dos Estados que aqui temos a honra de representar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Cícero Lucena, a Mesa cumprimenta V. Ex^a pela indicação à Presidência da Subcomissão, que, no dia de hoje, é a mais importante deste plenário, em que se discutem as reivindicações feitas na Marcha dos Prefeitos, as quais todos nós apoiamos. Penso que V. Ex^a terá de todos os Senadores apoio incontestado na luta que vai desenvolver para poder atender aos municípios.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, gostaria de cumprimentar V. Ex^a e os Ministros que participaram do debate realizados por duas Comissões sobre a questão da crise no setor aéreo. O nível do debate foi da maior qualidade. Estiveram presentes o Ministro Waldir Pires, o Comandante da Aeronáutica, o Presidente da Anac, o Presidente do Sindicato dos Controladores de Vôo. Pelo que percebi, Sr. Presidente, estamos caminhando para uma proposta de entendimento, com uma política salarial para os controladores, com mais investimento em equipamentos e em infra-estrutura.

Está de parabéns o Senado da República pela forma como os Presidentes das duas Comissões conduziram aquele debate.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero cumprimentar o MEC. Está acontecendo aqui, em Brasília, um seminário idealizado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Esta Casa sabe que, por centenas de vezes, vim a esta tribuna defender o investimento no ensino técnico profissional. Esse seminário apresenta, na modalidade de educação, propostas para jovens e adultos, como o Proeja. O objetivo do encontro é a elaboração de uma política consistente que garanta a educação profissional de jovens e de adultos. Os especialistas presentes planejarão a oferta e a expansão de vagas do Proeja nos próximos anos.

Senador Romeu Tuma, participam desse importante evento – isto, sim, é combater a violência, porque é investimento na educação – representantes do Ministério da Educação, da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), do Conselho dos Diretores das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (Condetuf), do Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF), do Fórum de Diretores de Pesquisa e Pós-Graduação (Forpog) e do Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica (CONDICAP).

Sr. Presidente Marcelo Crivella, a falta de propostas permanente e o assistencialismo, que marcaram, durante anos, as estratégias de governo no campo da educação de jovens e de adultos, foram apontados pelos participantes como o reverso do que o Proeja deve ser. O Proeja tem três linhas de ação: oferta de ensino médio integrado aos jovens que concluíram o ensino fundamental, mas que estão fora da escola; qualificação de professores da Rede Federal de Educação Tecnológica (CEFETS); e pesquisa.

A proposta é inserir o programa entre as metas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e garantir, com isso, uma relação perene entre educação escolar, educação de jovens e de adultos e educação profissional. Para garantir a articulação entre as esferas federal, estaduais e municipais, responsáveis pelo Proeja, é necessária uma fonte de financiamento. Muito se fala, mas e daí? Onde é que estão os recursos?

Sr. Presidente, fiquei muito feliz, porque o debate girou também em torno do projeto que apresentei nesta Casa que trata do Fundo de Desenvolvimento do En-

sino Profissional (Fundep), cujo Relator é o Senador Demóstenes Torres, que já deu parecer favorável.

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 274, de 2003, de nossa autoria, prevê o custeio de programas que vão garantir o acesso permanente no mercado de trabalho dos nossos jovens e adultos. Entre os objetivos do Fundep, estão a geração e a manutenção de emprego e de renda, o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais e a descentralização regional, além da elevação da produtividade, da qualificação e da competitividade do setor produtivo.

Os recursos do Fundep serão provenientes de percentuais da arrecadação dos impostos sobre renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de outras fontes que estão especificadas no projeto, inclusive o Orçamento da União.

De imediato, serão investidos cerca de R\$5 bilhões nas escolas técnicas. O programa financia as seguintes ações:

- 1) realização de estudos de pré-investimentos, necessários à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio (PEM) e para a Expansão da Educação Profissional (PEP), bem como de projetos escolares;
- 2) investimento na área de educação profissional, incluindo ações de reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais para garantir a educação profissional;
- 3) construção de centros de educação profissional sob a responsabilidade dos Estados/Distrito Federal e do segmento comunitário no Município;
- 4) aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão;
- 5) aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;
- 6) capacitação de docentes e de pessoal técnico-administrativo; e
- 7) prestação de serviços e de consultorias para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógicas e de gestão.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Ouço, com atenção, a preocupação que V. Ex^a revela com a educação, sobretudo com a educação profissionalizante. Ora, estamos verificando que a humanidade está experimentando uma evolução, como nunca vista na

sua história, com relação à informática, com relação à tecnologia. O perfil do emprego também está mudando de forma muito acelerada. Portanto, é fundamental que haja preocupação por parte do Governo com vistas ao que V. Ex^a está comentando nesta tarde, com relação ao ensino profissionalizante, notadamente nas áreas novas que estão surgindo, como a de tecnologia, de informática e de automação. Sou originário de uma rede bancária. Há vinte anos, eu trabalhava em um Banco que tinha 120 mil funcionários e 3 mil pontos de atendimento. O número de atendimentos mais que triplicou, e o número de funcionários diminuiu, passou de 120 mil para 70 mil. Houve um desemprego muito grande, mas, por outro lado, surgiram postos de trabalho que precisam ser mais bem aproveitados na área de informática, para manusear computador, inclusive no ensinamento do uso desse novo sistema de comunicação. É importante que o Governo tenha como foco, como orientação, na área profissionalizante, esses sinais que a tecnologia está dando para o novo perfil de emprego.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Quintanilha.

Sr. Presidente, acredito muito que o Fundep pode ajudar na construção de um novo perfil da classe trabalhadora, que esteja qualificada no campo e na cidade, porque o Fundep é um fundo de investimento para o ensino técnico-profissionalizante no campo e na cidade.

Sr. Presidente, queremos que nossos jovens, os adultos e aqueles que têm mais de 40 anos, que, inclusive, são discriminados no campo de trabalho, tenham oportunidade de se manter na cidade de origem. Por isso, estou muito empolgado, Senador Romeu Tuma, com o relatório do seu parceiro e companheiro de Partido, que é o Senador Demóstenes Torres, que já deu parecer favorável à criação do Fundep, que vai gerar R\$5 bilhões para o ensino técnico.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Com muita honra, sempre tenho a alegria em apartear-lo pela nobreza dos projetos que V. Ex^a apresenta, principalmente em favor do interesse público e dos mais necessitados. Sempre considerei o ensino profissionalizante maravilhoso, principalmente para aqueles que têm pouca oportunidade de seguir uma carreira dentro do curso universitário. O profissionalizante sai praticamente com emprego garantido, porque a maioria das escolas profissionalizantes já conta com empresas da região,

que ficam aguardando a formação dos jovens para os absorverem como mão-de-obra. Portanto, é claro que o apóio integralmente. Nunca neguei apoio a projeto algum apresentado por V. Ex^a, pela seriedade e pelo alcance social que tem. Então, queria cumprimentá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – A iniciativa vem numa oportunidade brilhante, numa hora difícil. Ainda com o Ministro da Ciência e Tecnologia, falamos muito do ensino profissionalizante. S. Ex^a falava do problema de haver 90 mil doutores registrados, que são do conhecimento do Ministério de Ciência e Tecnologia. Mas temos de aumentar cada vez mais o número dos técnicos dos cursos profissionalizantes, para que haja o aumento da oportunidade de trabalho.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Perdão, Senador Romeu Tuma. Eu estava conversando com o Senador Mão Santa e esqueci-me de prorrogar o tempo de V. Ex^a.

O Sr. Wilson Matos (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte ao Senador Wilson Matos, com muita satisfação.

O Sr. Wilson Matos (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, realmente, o Brasil deve muito à sua juventude na área da educação, em todos os níveis, mas vemos boas atitudes do Governo, como essa voltada para o ensino tecnológico. No ensino técnico, no Brasil, existe a maior lacuna. No ensino superior, há 4,5 milhões de jovens estudando: um milhão na escola pública e 3,5 milhões na escola privada. Na área técnica média, o aluno que deseja fazer esse curso, normalmente, não tem poder aquisitivo para pagar a mensalidade da escola superior privada e, assim, faz opção pelo ensino técnico, que deve ser gratuito exatamente pelo seu baixo poder aquisitivo. Agora, a Secretaria de Ensino de Tecnologia do MEC está implantando 150 escolas técnicas no Brasil, o que é uma ótima ação. Entretanto, há 5.563 municípios, e esperamos que, dentro de alguns anos, existam milhares de escolas técnicas para suprir essa lacuna da mão-de-obra intermediária brasileira. Ou temos a simples, ou temos a do bacharel, e existe um grande espaço vago, que deve ser, sem dúvida alguma, suprido pelo ensino público e gratuito. Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Wilson Matos. V. Ex^a enriquece meu pronunciamento, citando o número de escolas técnicas

e dizendo que devemos investir muito mais. Essa é a proposta do Governo. E, por isso, há o apoio ao Fundep, o qual vai gerar R\$5 bilhões.

Para concluir, Sr. Presidente, aproveito a presença do Senador Sibá Machado para dizer que S. Ex^a foi Relator do projeto do Fust, no qual trabalhei, que prevê que os recursos desse Fundo passarão de 18% para 30% para investimentos na educação, o que vem ao encontro do projeto apresentado pelo Senador Mercadante, que quer colocar computador em todas as escolas. Para isso, é preciso receita. Por isso, o Senado já o aprovou, e o projeto do Fust foi encaminhado para a Câmara dos Deputados. O Fust vai destinar não 18%, mas 30% de sua arrecadação para a educação, algo em torno de R\$2 bilhões, que serão investidos, mais precisamente, em computadores, de acordo com o projeto do Senador Mercadante, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nesta semana.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a a tolerância, na certeza de que a Câmara dos Deputados vai aprovar o Fust e também o Fundep, já que nesta Casa, eu entendo, a tramitação foi tranqüila.

Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço licença a V. Ex^a para que a Secretaria da Mesa possa encaminhar o Manifesto pela Instituição de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida, escrito por mim e contendo várias assinaturas, para que possamos ampliar o debate no Congresso Nacional, com a participação dos vários segmentos da sociedade e com o objetivo de propor soluções para a situação de violência que assola o País.

Solicito que V. Ex^a o considere como lido.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

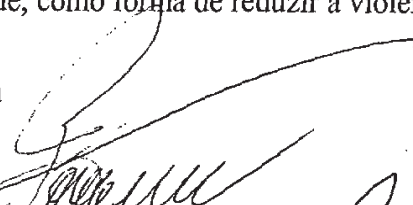
**MANIFESTO PELA INSTITUIÇÃO DE FRENTE PARLAMENTAR
CONTRA A VIOLÊNCIA E PELA DEFESA DA VIDA**

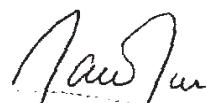
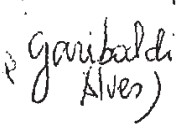
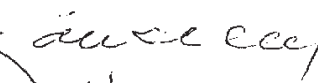
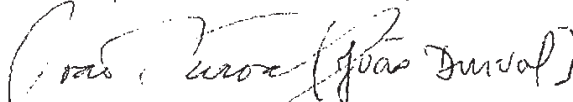



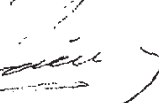
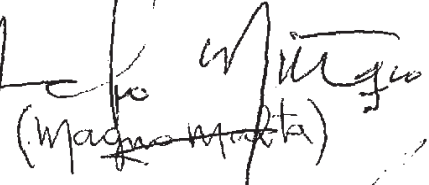
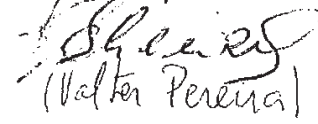

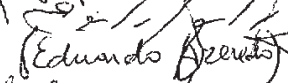
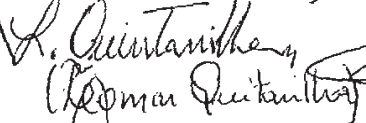
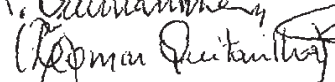

Venho propor aos nobres colegas a criação de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida, com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos vários segmentos da sociedade, com o objetivo de propor soluções à situação de violência que assola o país.

A referida Frente será integrada pelos parlamentares que assinarem este Manifesto e terá como atividades realizar audiências públicas, elaborar estudos e, com base nos resultados assim obtidos, apresentar proposições legislativas adequadas às necessidades atuais da sociedade brasileira.

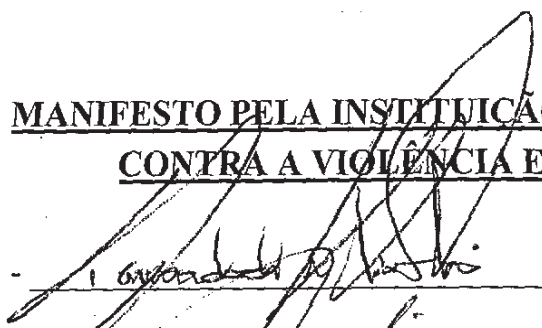
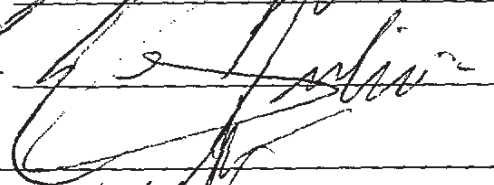

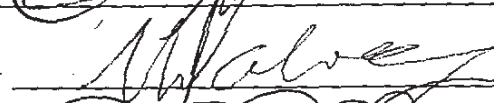
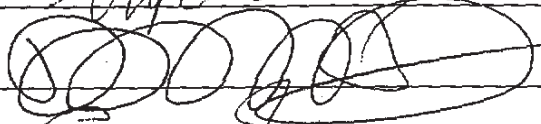
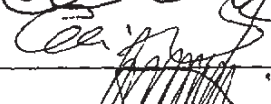
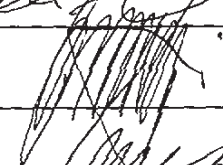
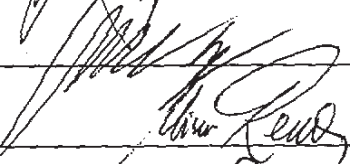
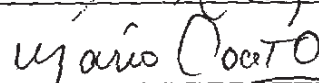
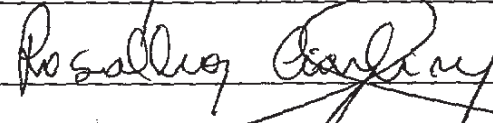


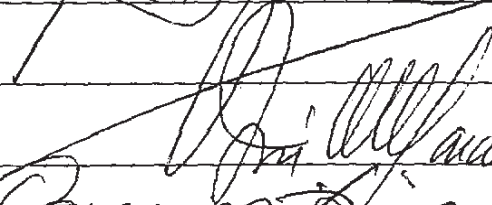
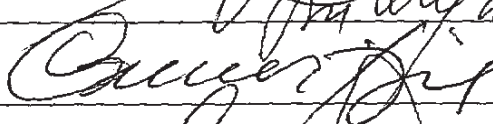
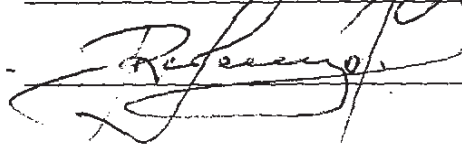
Devido à capacidade única do Legislativo em ouvir os diferentes grupos de interesse, espera-se também a produção de um elenco de sugestões, a serem apresentadas à sociedade, como forma de reduzir a violência no país.

Senado Federal, em


 Senador ROMEU TUMA

 Paulo Durq
 Garibaldi Alves
 Almeida Lima
 João Durval
 Mair Diniz
 Aldemir Santa
 Cícero Romão
 Wagner Santana
 Magna Malta
 Valtér Pereira
 Joaquim Poriz
 Eduardo Azeredo
 Quintanilha
 Quintanilha
 Roberto Campos

MANIFESTO PELA INSTITUICAO DE FRENTE PARLAMENTAR
CONTRA A VIOLENCIA E PELA DEFESA DA VIDA

- 1-  (Flexa Ribeiro)
- 2-  (Sergio Zambiasi)
- 3-  (W. Salgado)
- 4-  (Antonio Carlos Valadares)
- 5-  (AUGUSTO BOTELHO)
- 6-  (Edison Lobão)
- 7-  (Valdir Raupp)
- 8-  (Eliseu Resende)
- 9-  (Maria Cecília)
- 10-  (Rosalba Carlini)
- 11-  (Heráclito Fortes)
- 12-  (José Agripino)
- 13-  (José Maranhão)
- 14-  (OSMAR DIAS)
- 15-  (Raimundo Colombo)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu queria fazer um registro histórico.

Senador Mão Santa, falo como V. Ex^a: atentai bem! Peço a V. Ex^a que me ajude a contar. Vou proceder a uma leitura:

1. Secretaria de Governo – Kleber Eulálio;
2. Secretaria das Cidades – Flávio Nogueira;
3. Secretaria de Assistência Social e Cidadania – Gilvana Rodrigues;
4. Secretaria de Defesa Civil – Fernando Monteiro;
5. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnologia – Valério Carvalho;
6. Secretaria de Infra-Estrutura – Avelino Neiva;

Atentai bem, Senador José Agripino, para a leitura que estou fazendo.

7. Secretaria de Saúde – Assis Carvalho;
8. Secretaria de Segurança – Robert Rios;
9. Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo -nome bonito – Hélio Isaias;
10. Secretaria de Transportes – Luciano Paes Landim;
11. Secretaria de Turismo – Sílvio Leite;
12. Ouvidor-Geral – Rosário Bezerra;
13. Interpi – Raimundo Ferreira Martins Nunes;
14. Instituto de Educação Antonino Freire – Janaina Mapurunga;

Senador Mão Santa, ajude-me nesta conta, que é complicada.

15. Instituto de Desenvolvimento do Piauí – Norberlino Lira de Carvalho;
16. Imepi – Clemilton Queiroz;
17. Iapep – Antonio Rufino Sobrinho;
18. Emgerpi – Lucile Moura;
19. Emater – Francisco Limma;
20. Coordenação dos Direitos Humanos e da Juventude – Alci Marques;
21. CMTP – Marco Silva;
22. Ceasa – Adalberto Pereira;
23. Agespisa – Merlong Solano;
24. Superintendência da Universidade Aberta do Brasil – Eliana Mendonça;
25. Secretaria de Planejamento – Sérgio Gonçalves;
26. Secretaria de Meio Ambiente – Dalton Macambira;

27. Secretaria de Justiça – Cléa Coutinho;
28. Secretaria de Fazenda – Antonio Neto;
29. Secretaria de Educação – José Barros;
30. Secretaria de Desenvolvimento Rural – Elcio Martins;

Ajude-me, Mão Santa, acompanhe-me. Ajude-me, por favor. É duro contar tanta coisa, ajude-me!

31. Secretaria de Administração – Regina Sousa;
32. Procuradoria-Geral do Estado – Plínio Clerton Filho;
33. Controladoria-Geral do Estado – Amparo Silva;
34. Defensoria Pública – Nelson Neri Costa;
35. Uespi – Valéria Madeira;
36. Gabinete Militar – Major Carlos Augusto;
37. PPCSA – Lúcia Araújo;
38. Polícia Militar – Cel. Francisco Prado;
39. Piemtur – José Patrocínio Paes Landim – já é o terceiro Paes Landim da lista;
40. PCPR – Fernando Danda;
41. Lotepi – Marcos Amorim;
42. Jucepi – Cláudio Tajra;
43. Gaspisa – Gustavo Xavier;
44. Fundespi – Vicente Sobrinho;
45. Fundac – Sônia Terra;
46. Fome Zero – Rosângela Sousa;
47. Fapepi – Acácio Veras;
48. Detran – Jesus Rodrigues Alves;
49. DER – Karenina Eulálio;
50. Delegada Geral da Polícia Civil – Hildeth Evangelista;
51. Corpo de Bombeiros – Cel. Francisco Barbosa;
52. Cepro – Oscar de Barros;
53. Ceid – Rejane Dias;
54. CCOM – Cristiane Sekeff;
55. Antares – Rodrigo Ferraz;
56. Agência de Tecnologia do Piauí – Antonio Torres;
57. Agência de Desenvolvimento Habitacional – Marcelino Fonteles;
58. Adapi – José Antonio;
59. Surpi/Ergopi – Roberto John;
60. Prodart – Beseleide Claudino Leite;
61. Superintendência de Relações Institucionais e Sociais – Ricardo Pontes;
62. Superintendência de Gestão Interna – Concita Xavier;
63. Superintendência de Articulação Governamental – Francisco Antonio;
64. Diretora-Chefe do Cerimonial – Mara Beatriz.

Senadora e Senadores, brasileiros, este é o Secretariado anunciado hoje pelo Governador do PT para um dos Estados mais pobres do Brasil, o Piauí! Ganhando como Secretários – com carro e verba de representação – 64 pessoas irão cumprir missões que se atropelam entre si, funções que serão conflitantes, e o povo do Piauí vai pagar esse preço!

Sr. Presidente, esqueçamos os custos. Vamos fechar os olhos e imaginar o tamanho que deverá ter essa mesa para acomodar todo esse secretariado em reuniões com o Governador, que será o sexagésimo quinto, além do ajudante de ordem, do assessor de imprensa e dos velhos puxa-sacos, que não faltam! Onde vamos encontrar uma mesa desse tamanho no Piauí? Naturalmente importar da Rússia velha, da União Soviética, quando se reuniam aqueles ministérios de 200, 300 militantes.

Hoje, o mundo moderno e globalizado recomenda administração enxuta, otimização, diminuição de custos.

O Governador passou do dia 1º de janeiro até agora para anunciar seu secretariado. A expectativa era que a preocupação de S. Ex^a fosse com a economicidade e, acima de tudo, com eficiência de gestão. O que vemos aqui são três, quatro pessoas tomando conta de educação, tomando conta de gestão pública, uma repetição de função, num verdadeiro surto de empreguismo jamais visto! Um gesto vergonhoso, em que não vemos sequer a objetividade de algumas ações!

O Fome Zero, que dizem ser um Programa do Governo Federal, poderia muito bem ser tocado no Estado por uma funcionária da Secretaria de Educação. É lamentável que esses fatos aconteçam!

Enquanto isso, Senador Mão Santa, e aí quero dar a mão à palmatória ao nosso jornalista Zózimo Tavares, assunto que, desde ontem, quero a ele me reportar. O Zózimo passa um pito em V. Ex^a, no Senador João Vicente Claudino e em mim. Nos acusa de omissos. Pois não é que nós fomos! Este Governo, que emprega tanta gente, é o mesmo Governo que cancelou um convênio lá no Piauí entre a Caixa Econômica e o INSS para o pagamento de aposentadorias aos idosos.

Quem conhece o Piauí sabe das peculiaridades e características daquele Estado. Vou ficar apenas no exemplo: o aposentado de Santa Filomena, que recebia via Correios, para fazer jus ao benefício vai andar 150,

180 quilômetros de estrada esburacada para Gilbués ou Bom Jesus, e daí por diante.

Eu queria saber por que essa característica deste Governo em ter tanto ódio dos velhos! Eu, que já passei dos 50 anos, começo a me apavorar quando vejo alguns setores do Governo quererem a perpetuação do PT no poder, fico com medo de quando eu tiver que ir para a fila passar por essas hostilidades.

No Governo passado, que é o mesmo de agora, foi aquela história do então Ministro, hoje presidente do Partido, de botar os velhinhos em fila indiana pelo Brasil afora, num ato de impiedade, num ato de perversidade. Agora renovam o masoquismo, melhor dizendo, o sadismo, colocando os velhinhos para receberem a migalha da aposentadoria em caçamba de pau-de-arara de caminhão, de motocicleta, dos mototáxis, fazendo viagens que, muitas vezes, consomem a quase totalidade de seu salário. Isso sem levar em conta a humilhação.

Portanto, quero transcrever o pito que o Zózimo dá em V. Ex^a, no João Vicente e em mim por não termos trazidos esse assunto à tribuna.

A culpa não é nossa, é deste Governo, que todos os dias nos dá um assunto para trazermos aqui e nós terminamos nos esquecendo. Há uma fila. A capacidade do Governo de errar é bem maior do que a nossa de denunciar.

Daí por que peço desculpas ao Zózimo, um jornalista respeitadíssimo no Piauí e membro da Academia Piauiense de Letras. Às vezes, ele até fala mal da gente, mas fala dentro do seu objetivo profissional, no exercício da sua profissão, e é um homem, acima de tudo, honrado. Por isso, dou a mão à palmatória, faço **mea-culpa**, Zózimo. Peço-lhe apenas uma coisa: da próxima vez, antes da denúncia, telefone-me e avise-me; conceda-me o privilégio de eu tomar a iniciativa! Você tem toda razão. É um crime o que se está fazendo. O Partido dos Trabalhadores não poderia, de maneira alguma, dispensar esse tratamento aos aposentados. E é este Partido que faz essa farra do boi ao reunir uma equipe de 65 secretários ou funcionários com salários equivalentes.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a é bom de matemática – se o Senador Alberto Silva estivesse aqui ele faria esse cálculo: para comportar 65 pessoas, quantos metros tem de medir uma mesa? Sejam precavidos, Senador Mão Santa, são 65 pessoas. Mas vamos preencher com mais cinco entre assessores e puxa-sacos: 70. Portanto, são 35 de cada lado. Quantos metros

serão necessários Senador Zambiasi? Este plenário tem 81 lugares. Vejam o tamanho dele! O Governador precisaria de um plenário um pouquinho menor do que este para se reunir com o seu secretariado, dar ordens, fazer o Estado funcionar, fazer a máquina andar. Lembro-me muito das festas dos imigrantes italianos, em São Paulo, em que havia uma concorrência para ver quem fazia o maior bolo ou a maior *pizza*, disputada no metro, e faziam aquelas mesas quilométricas. Vai ver que o Governador se inspirou nela! Mas não pode fazer isso com o meu Estado nem com o dinheiro público!

Meu caro Zózimo, trouxe um discurso por escrito, mas, o apreço que tenho por você me fez sair do texto e improvisar. De qualquer maneira, peço a generosidade do nosso Presidente para que transcreva na íntegra o pito, eu me redimindo e, acima de tudo, protestando contra o absurdo de um Governador pegar um Estado pobre como o Piauí, que até pouco tempo...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, antes de lhe conceder o aparte vou lhe interrogar. No governo de V. Ex^a, eram quantos secretários?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, quero dar um testemunho. V. Ex^a foi um extraordinário Prefeito de Teresina. Mas o atual Governo é tão ruim, tão péssimo e tem a cara do PT. Teresina não é o Iraque, que fica entre o Tigre e o Eufrates; lá, temos o Poti e o Parnaíba. Senador Heráclito, V. Ex^a fez uma ponte em 100 dias; eu – por uma brincadeira – a fiz em 90. Este Governo desgraçado do PT que aí está, encomendou uma ponte para comemorar 150 anos de Teresina. Foi lá o Presidente da República, com o Governador, e prometeu... Teresina vai fazer 156 anos. Heráclito Fortes fez em 100 dias, eu fiz em 90, e foi entregue em 87 dias. Este Governo... Eu não acredito no PT, porque é uma corrupção nunca dantes vista. Olavo Bilac dizia: “Criança, não verás nenhum país como este”. Eu diria: eu nunca vi uma corrupção tão grande, no Brasil e no Piauí, como a do PT. Um desperdício. Está aí o desperdício simbolizado pelo “aerolula”. E sonegação. Só pagam os pequenos e os pobres. Lá tem até a figura de “El Sonegador”. Incompetência. Hoje, para administrar, tem que estudar. Tem que estudar. Bill Clinton foi Governador do Estado de Arkansas quatro vezes, foi Presidente da República, e teve dificuldade. Pediu ajuda aos maiores técnicos, Ted Gaebler e David Osborne, que escreveram o livro

Reinventando o Governo. Olha, Senador Heráclito Fortes, e os técnicos disseram que o Estado não podia ser grande demais, como um transatlântico, porque afunda – o Titanic afundou –, tinha que ser pequeno, ágil e móvel. E aí V. Ex^a vê. Padre Antônio Vieira disse: “O exemplo arrasta”. O Presidente da República deu mau exemplo, aumentou o número de secretários. Aumentou. Heráclito Fortes, o Presidente da República deste País tem 30 mil cargos para nomear. Bush, “o destruidor”,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ...só tem 3 mil. Lula tem 30 mil, Bush tem 3 mil. Jacques Chirac, Presidente da França, tem 300 cargos. Tony Blair só tem 100, e coloca para funcionar. Isso é o caos. Está tudo atrasado. Este é o país da insegurança. Norberto Bobbio diz que o mínimo que você tem que exigir do Governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Este é o país da educação zero, e da saúde só para os poderosos e os ricos. Esta é a maneira de administrar do PT, que V. Ex^a denuncia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, acabo de receber a notícia de que já há um movimento no Piauí solicitando a criação da Secretaria de Esportes. O Governador se esqueceu, naturalmente, generoso como é e desportista, que criará mais uma e serão 66. Vamos ter a da fé também, pois ele é um homem de fé. Também vai ser criada, e vamos viver uma verdadeira maratona de criação de cargos.

Meu caro Presidente Neuto de Conto, muito obrigado por aturar o meu conto, que não é um canto, mas é um canto chorado, chorado de dor, de ver o Piauí passar fome e essa farra do boi ser promovida por um partido que se dizia dos trabalhadores.

Semana que vem, voltarei para falar sobre os cargos federais que estão sendo distribuídos no Estado e as obras prometidas pelo Governador, que vão desde um centro de convenções, com um projeto da família Ohtake, anunciado no Governo passado, até obras que o Piauí espera sentado, porque já cansou de ficar em pé.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIÁRIO

Do Povo

Zózimo Tavares

Sadismo e indiferença

Senador **Heráclito Fortes**, onde está o senhor? Senador João Vicente, onde está o senhor? Senador Mão Santa, onde está o senhor? Por quê? Porque não é possível que não tenham tomado conhecimento da insensatez do INSS, que rompeu, em Brasília, o convênio que mantinha com os Correios para pagar os benefícios de aposentadorias e pensionistas em mais de 30 municípios do Piauí.

Será que os diligentes deputados federais Alberto Silva, Átila Lira, Antônio José Medeiros, Ciro Nogueira, Júlio César, Marcelo Castro, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Osmar Júnior e Paes Landim, dignos representantes do Piauí, também não tomaram conhecimento dessa desumanidade?

Se não tomaram, indubitavelmente negligenciaram no exercício de seu mandato. Se tomaram conhecimento e não me mexeram, a falha é ainda mais grave, pois não se admite tanta omissão da bancada federal piauiense diante de uma violência praticada impunemente contra quem já não tem tanta capacidade de defesa, no caso os velhinhos do INSS.

Entre os aposentados e pensionistas que foram atingidos pela desastrosa medida, estão velhinhos que têm dificuldade de locomoção e outros que já não têm mesmo a condição de andar. Mesmo assim, estão obrigados por esse ato insano do INSS a sair da cidade onde estão para receber seus benefícios na cidade mais próxima.

No caso de Santa Filomena, no extremo-Sul do Estado, os aposentados e pensionistas do INSS terão que andar 150 quilômetros até Gilbuéis e mais 150 quilômetros para voltar, no total, portanto, de 300 quilômetros. Só lá em Santa Filomena são 400 idosos que receberão esse castigo.

Não estranha a insensibilidade, a insensatez e a estupidez do governo, afinal ele é o mesmo que, no início do seu primeiro mandato, obrigou, através da Previdência, todos os velhinhos a saírem de casa para serem recadastrados, em todo o Brasil. O que estranha mesmo é a indiferença dos representantes políticos do Piauí diante desse massacre que sadicamente estão praticando contra nossos idosos.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Neuto de Conto.

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por dez minutos.

O Sr. Neuto de Conto, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Mão Santa, com a aquiescência de V. Ex^a, antes de lhe conceder a palavra, eu gostaria de comunicar à Casa que fizemos um acordo para votar, hoje, duas medidas provisórias. Não são exatamente as medidas provisórias listadas de acordo com a ordem da nossa pauta de votação, mas são medidas em relação às quais houve consenso e vamos votá-las. Inclusive, já conversei com os Líderes partidários para que isso efetivamente aconteça.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, é muita honra vê-lo na Presidência e ter a oportunidade de falar com V. Ex^a na Presidência; Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, crença é muito importante. A nossa Igreja Católica tem até uma reza, o Credo. Eu tenho as minhas crenças. E, hoje, eu tenho as positivas e as negativas.

Senador Jarbas Vasconcelos, acreditamos em Deus. Buscamos a verdade. Acredito no estudo, que busca sabedoria, e no trabalho, que produz riquezas. Mas tem muita coisa em que eu não creio: eu não creio na mentira, eu não creio no Governo do PT. Questão de crença, Senador Renan Calheiros.

Eu nunca vi tanta corrupção no Brasil e no Estado de onde venho. Eu nunca vi tanto desperdício. O Senador Heráclito Fortes, que já foi Prefeito da capital do Piauí, um extraordinário Prefeito, acaba de denunciar um secretariado de 60 nomes. Mas não é só no Piauí, é no Brasil. Quando começou este Governo... Nesses anos todos, desde as Capitânias Hereditárias, passando pelos Governos Gerais, pelos Imperadores Pedro I, Pedro II, Princesa Isabel e por todos os Presidentes, havia de 15 a 16 Ministérios.

Ô Jarbas Vasconcelos, de repente, o Presidente da República colocou quase 40. São criados mais de 30 mil cargos de confiança para os companheiros.

Atentai bem, Jarbas Vasconcelos! Bush, o poderoso, Bush, o destruidor, só tem três mil cargos para nome-

ar. O Presidente da França, qualquer que seja, tem 300. Existe a máquina administrativa. Tony Blair, da Inglaterra, só nomeia 100 pessoas. O Governador do Piauí, o Senador Heráclito Fortes acaba de mostrar, tem sessenta e tantos cargos. Esse é o PT! E eu não acredito nele, porque segue-se o desperdício, segue-se a sonegação dos poderosos, segue-se a incompetência.

Este País, Senador Aloizio Mercadante, foi bem estruturado. Quinhentos e sete anos! Getúlio Vargas, um homem muito trabalhador, criou essa estrutura, criou o DASP – Departamento de Aperfeiçoamento do Serviço Público. Getúlio já mandava imprimir livros para Wagner Estelita, de chefia e liderança administrativa. Getúlio Vargas! E aí tiraram toda a estrutura e a desmontaram, colocando companheiros, nomeando-os para a máquina, que está emperrada. E emperrou mesmo. Do jeito que a democracia funciona nesse tripé de divisão de poderes, desse mesmo jeito, a máquina administrativa se desmantelou, de tal maneira que emperrou no tripé mais importante do funcionamento de uma sociedade: a segurança, a saúde e a educação.

Vamos ficar aí.

Qual a nota que a brasileira e o brasileiro dão à segurança que temos neste País? Aqui, Jarbas Vasconcelos e Roseana Sarney, isto é uma barbárie! No Rio de Janeiro, em janeiro, assassinaram 597 pessoas! Assassinaram. Roseana, no Iraque morreram 1.800. É, no Rio o número foi menor do que no Iraque, mas vá contar no seu Maranhão, em Pernambuco, no meu Piauí...

Ô Heráclito Fortes, greve dos agentes penitenciários: fugiram os bandidos!

O Brasil, que só ganhava do Haiti em desenvolvimento, o Brasil, que só ganhou em responsabilidade em gastos da Colômbia – porque há muita maconha por lá, eles gastam mal –, em criminalidade, nós só estamos ganhando talvez do Iraque. E aumentou: em janeiro de 2006, a mortalidade por assassinato no Rio foi 10% menor. A mulher do Garotinho foi mais vitoriosa do que o Sérgio Cabral, nosso companheiro do PMDB. Aumentou 10% em janeiro! Apoiado por Lula, que tirou a segurança de Brasília, do Piauí, do Maranhão e de Pernambuco e levou para o Rio de Janeiro.

Ô Jarbas, eu queria ver o Lula, como Jarbas, como Mão Santa. Nós andamos a peito aberto. Vi Petrônio andando como Ministro. Aí o Presidente vai para o Maracanã e leva o Governador, vai cobrar um pênalti e fazer um gol. O gol que o Brasil queria ver era o do Romário. O Governador pula para um lado, e ele lança.

Eu queria ver, Dona Roseana! Mande este Presidente e o Governador do Estado andar nas favelas, na Rocinha. Quando governei o Piauí, andava em todas as cidades só, eu e Adalgisa. Eu vi Petrônio Portella fazer isso.

Roseana, eu me lembro, Jarbas, de receber Petrólio Portella, que foi Ministro da Justiça, lá na Parnaíba. De repente, ele disse: “Mão Santa, pára, pára, pára!”. Eu tomei um susto. Sabe o que era? Havia uns batedores, e ele disse: “Dispense isso!”. Era este País: “Dispense! Não quero batedor! Eu sou Ministro da Justiça! A autoridade é moral!”.

Esse foi um País de outro dia. Aqui, assaltaram a bela Ministra do STF. Num sítio, num churrasco, o Ministro da Fazenda teve de esconder-se no banheiro, porque houve um assalto. Se não tem segurança essa gente, Renan, e nós, o povo?

Renan, eu vi V. Ex^a, com sua simplicidade e coragem, chorar o desgoverno de Alagoas. E eu choro o do Piauí.

Renan, isso foi outro dia! Olha, esse negócio de violência... V. Ex^a pode estar de cabeça erguida. V. Ex^a foi extraordinário Ministro da Justiça, ajudou-nos no Piauí a construir presídios, a combater o crime organizado. V. Ex^a pode manter-se com altivez, pois enfrentou. Mas está muito pior!

Renan, no Piauí, cristão como a sua Maceió, temos os nossos costumes, a nossa história, a nossa tradição. Não sei lá, mas no Piauí é assim. Eu vou querer. Eu tenho a minha casa com a Adalgisa e, quando eu morrer, quero o meu velório na sala. É tradição! Eu vi meu avô, minha avó, meus pais! Pois, outro dia, cheguei a Teresina, Heráclito, e havia morrido uma pessoa influente. Às 17 horas e 30 minutos, eu e Adalgisa combinamos de ir à sentinela. Jarbas, quando fui à sentinela, de noite, bem em Teresina – olhe a barbárie em que vivemos neste Brasil! –, eles disseram: “Não, não. Nós enterramos às 18 horas, porque, se se fizer sentinela agora, chegam os bandidos e assaltam até o defunto!”.

Então, essa violência do Rio foi pior do que as viroses e a Aids: expandiu-se pelo Brasil todo. Esse é o Governo da corrupção, do desperdício, da sonegação, da incompetência!

Senador Renan Calheiros, quisera que o nosso Partido chegue à Presidência! E V. Ex^a pode ser um deles.

Eu queria dar a V. Ex^a minha primeira colaboração. O Bill Clinton, que governou quatro vezes Arkansas para ser Presidente, disse que era difícil e complicado governar na democracia. Ele mandou os melhores técnicos estudarem. E David Osborne e Ted Gaebler estudaram e escreveram o livro **Reinventando o Governo**. Eles chegaram à conclusão de que o governo não pode ser grande demais, porque não dá certo. Senador Romero, até um transatlântico grande afunda. Quem não assistiu ao filme Titanic? Titanic...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Esse Governo está afundando, comprometendo a nossa segurança.

Nunca tivemos uma má educação como temos hoje, assim como a saúde, Renan!

Renan, tenho uma história a contar. Como é mesmo o nome do Ministro da Saúde do PMDB? Temporal? Temporão? Não o conheço. Pode ser boa gente. Deve ser, se é Ministro. Há 40 anos sou médico-cirurgião, e o desafio a me mostrar, aqui e agora, e desafio o PMDB – ó Romero –, a me mostrarem uma próstata operada pelo SUS; a me mostrarem uma tireóide – e fiz milhares – operada pelo SUS; a me mostrarem uma duodenopancreatômica! De maneira nenhuma!

Pela tabela do SUS, Renan, é R\$2,50 a consulta. Pagam-se R\$9,00 ou R\$ 0,00 pela anestesia, e R\$ 20,00 por uma cirurgia. Uma cesariana é R\$100,00. Pode-se fazer por amizade, ou para nós, privilegiados, ou para quem tem plano de saúde ou dinheiro. Mas o Brasil vai muito mal.

E a segurança, Renan? Não me dê a nota agora. Amanhã, com sua sinceridade, dê-me uma nota para a segurança.

Romero, fui ao Chile. Ao chegar ao aeroporto, o motorista, percebendo que éramos brasileiros, perguntou: “Você não quer falar inglês, não?” Lá, todos já falam duas línguas. No Chile, são obrigatórios 12 anos de escola...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Essas são as nossas advertências.

É justo! O Presidente foi lá, tomou um banho naquela prainha em que V. Ex^a tomou, na praia do Coqueiro, Renan, lá onde V. Ex^a, em momentos, fazia uma reflexão. Lula também passou por lá e prometeu o Porto de Luís Correia, que foi iniciado por Epitácio Pessoa. Faltam US\$10 milhões, e não sai. Só promessa, só conversa.

Eu não acredito. Renan, eu acredito, se terminarem as obras inacabadas. Pense nas obras inacabadas do seu Estado, V. Ex^a, Romero, e eu, do Piauí.

Estas são as nossas palavras para o Presidente da República: termine, pelo menos, as obras inacabadas do nosso Piauí, o Porto de Luís Correia. Ele deu para a Bolívia 20 milhões. Era dinheiro suficiente para terminar o porto do nosso Estado, o único que não tem porto. A ferrovia que levou Alberto Silva, encantado, a apoiar a candidatura, está lá. Não colocaram um dormente. Levaram os votos.

Aí você diz: Renan, qual é o povo que está livre de ser enganado?

Enganaram. O Piauí está um caos, como o caos e as dificuldades que Alagoas e o Brasil enfrentam.

Essas são as nossas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 3:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 344, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de Lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas trinta emendas à Medida Provisória.
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 16 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 27 do mesmo mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Pastor Manoel Ferreira (Bloco/PTB – RJ);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 18, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho; e
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 6 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Edison Lobão, Relator revisor da matéria.

Com a palavra V. Ex^a.

PARECER Nº 246, DE 2007 – PLEN

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa medida provisória procura abrir um crédito de cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais para atender ao desenvolvimento do ensino médio na parte da educação, à recuperação de diversos segmentos de trechos rodoviários no Estado do Rio de Janeiro, bem como se destina ao atendimento das populações, vítimas de fortes chuvas que provocaram inundações e alagamentos em inúmeros municípios das Regiões Sul e Sudeste.

A medida provisória, Sr. Presidente, atende perfeitamente aos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes dela própria; por sua adequação financeira e orçamentária; e,

no mérito, como Relator, opino pela sua aprovação, nos termos exatos da proposta do Poder Executivo.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007

De Plenário sobre a Medida Provisória nº 344, de 5 de janeiro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$181.200.000,00, para os fins que especifica”:

Origem: Poder Executivo

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 3/2007-CN (nº 12/2007, na origem), a Medida Provisória nº 344, de 5 de janeiro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$181.200.000,00, para os fins que especifica”.

Para o Ministério da Educação, o crédito extraordinário suplementa a unidade orçamentária “Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação” – FNDE – em R\$50 milhões (27,6% do total do crédito), com a finalidade de atender a ação relacionada ao programa “0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”.

Para o Ministério dos Transportes, o crédito extraordinário suplementa a unidade orçamentária “Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes” – DNIT – em R\$31,2 milhões (17,2% do total do crédito) e visa à realização de obras rodoviárias emergenciais no estado do Rio de Janeiro (programa “1F40 – Obras Rodoviárias Emergenciais (crédito extraordinário)”).

Para o Ministério da Integração Nacional, o crédito extraordinário aberto por meio da Medida Provisória, no valor de R\$100 milhões (55,2% do total do crédito), visa a atender a ações relacionadas ao programa “Respostas aos Desastres”: ação “4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres” (R\$10 milhões) e ação “4570 – Recuperação de Danos Causados por Desastres” (R\$90 milhões).

Conforme a EM nº 5/2007, que acompanha a medida provisória, o presente crédito justifica-se pelo seguinte:

- “no tocante ao Ministério da Educação, os recursos viabilizarão o apoio aos entes da Federação com recursos para o Desenvolvimento do Ensino Médio, permitindo a melhoria de sua qualidade e a ampliação de seu aten-

dimento, de forma a tornar a Educação Básica mais efetiva para a redução das desigualdades sociais, cuja paralisação é iminente em face da impossibilidade de manutenção das escolas por parte dos Estados”;

- “no âmbito do Ministério dos Transportes, a suplementação de recursos permitirá atender despesas urgentes e relevantes de recuperação de diversos segmentos de trechos rodoviários no Estado do Rio de Janeiro, que se encontram em péssimo estado de trafegabilidade em virtude das fortes chuvas que assolaram a localidade, o que tem acarretado elevado número de acidentes e transtornos aos usuários”;

- “no Ministério da Integração Nacional, o crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas de fortes chuvas que provocaram inundações e alagamentos em municípios das Regiões Sul e Sudeste, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, fatos esses que resultaram no reconhecimento pelo Governo Federal do estado de calamidade pública ou da situação de emergência em que se encontram”.

Além disso, a EM nº 5/2007 informa que os órgãos envolvidos apresentaram as seguintes justificativas:

- “no Ministério da Educação, pelo fato de que se faz necessário o aporte de recursos a antes da federação para assegurar o cumprimento de obrigações referentes ao funcionamento de escolas públicas e ao desenvolvimento de ações complementares, de forma a eliminar tempestivamente riscos decorrentes da não-implementação dessas ações antes do início do próximo ano letivo”;

- “no âmbito do Ministério dos Transportes, é necessário impedir o agravamento da situação de trechos rodoviários no Estado do Rio de Janeiro, que se encontram em péssimo estado de trafegabilidade, com vistas a reduzir o número de acidentes e transtornos aos usuários da rodovia”;

- “no Ministério da Integração Nacional, pelas graves conseqüências oriundas das fortes chuvas, como riscos à saúde da população e a danificação da infra-estrutura local, desastres esses que têm provocado a perda de vidas humanas, além de significativos danos materiais e ambientais”.

O crédito solicitado indica, na explicação de motivos (EM nº 5/2007), que utilizará, como fonte de recursos para a execução da despesa proposta, recursos ordinários (não-vinculados) do Tesouro Nacional.

À medida provisória foram apresentadas trinta emendas.

Em 27-2-2007, o Plenário da Câmara de Deputados concluiu pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1 a 30; e, no mérito, pela aprovação desta MPV.

II – Voto do Relator

O parecer deverá abordar os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e do cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme art. 110 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

II.1 – Do Atendimento dos Pressupostos Constitucionais e do Mérito

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, pode-se constatar que resultam cabalmente demonstradas a urgência, a relevância e a imprevisibilidade da despesa de que cuidam os mencionados dispositivos.

II.2 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Lei nº 10.933¹, de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007), em seu art. 5º, § 11, determina que a inclusão de ação orçamentária, se plurianual, poderá ocorrer por meio de crédito especial ou extraordinário, desde que esses apresentem, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

O crédito extraordinário traz uma ação não incluída no Plano Plurianual (“1F40 Obras Rodoviárias Emergenciais (Crédito Extraordinário)), que se refere

1) Com a redação dada pela Lei nº 11.318, de 5 de julho de 2006.

a investimentos para o qual não constam as informações requeridas. Além disso, caso determinada obra seja considerada plurianual e de grande vulto (cujo custo total alcance R\$10,5 milhões), tal deveria constituir ação específica, em conformidade com o disposto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.933, de 2004 (Plano Plurianual 2004/2007).

Na falta de informações, presume-se que as obras emergenciais, no valor total de R\$31,2 milhões, serão integralmente executadas dentro do exercício financeiro. De qualquer forma, deve o Poder Executivo zelar para que não haja descumprimento do art. 167, § 3º, da Constituição, que veda o início de investimentos sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

No que se refere à responsabilidade fiscal, o crédito extraordinário aberto implica aumento da despesa primária autorizada pelo Congresso Nacional, o que agrava a concorrência, em razão da meta de resultado primário para o exercício de 2007, entre: i) pagamentos à conta de referido crédito; ii) pagamentos autorizados pela lei orçamentária a ser sancionada; e iii) os decorrentes de restos a pagar inscritos até dezembro de 2006.

Destaque-se que a meta de resultado primário tem sido cumprida em razão da edição de decretos que estabelecem os montantes máximos de pagamento ao longo de cada exercício.

II.3 – Do Atendimento aos Requisitos de se Expor a Motivação da Medida Provisória

A Exposição de Motivos nº 5/2007, que acompanha a medida provisória, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

Nada obstante, o presente crédito foi aberto à conta de recursos ordinários do Tesouro Nacional, mas inexistente informação quanto à utilização de arrecadação do exercício ou do superávit financeiro acumulado até dezembro de 2006.

II.4 – Da Análise das Emendas

Ao analisar as trinta emendas apresentadas ao crédito, constatamos que elas conflitam com as disposições, constitucionais legais ou regimentais, em especial com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 – CN, que estabelece, no tocante à crédito extraordinário aberto por meio de medida provisória, que “somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”. Dessa forma, tais emendas devem ser declaradas inadmitidas.

II.5 – Da Conclusão

Em razão de todo o exposto, a despeito da falta de informações exigidas pela Lei de Diretrizes Orça-

mentárias para 2007, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 344, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de de 2007. – Senador **Edison Lobão**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Parecer preliminar do Relator revisor, Senador Edison Lobão, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, opina pela sua aprovação.

Em votação os pressupostos constitucionais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passamos agora à apreciação do mérito da matéria.

Discussão da medida provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declare encerrada a discussão.

Passamos à votação da medida provisória, sem prejuízo das emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação.) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (PFL – RN. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o Democratas encaminha o voto “não” pelas razões que já por diversas vezes enumerou: trata-se da abertura de um crédito que poderia ter sido feita por projeto de lei com regime de urgência, o que nós apoiaríamos. Não há necessidade de entupir a pauta com MP. Continua o Governo a entupir a pauta com MP, e a nossa posição é votar contra. O voto dos democratas é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em votação a medida provisória. (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, contra os votos do Partido Democratas, do Senador Jarbas Vasconcelos, do Senador Heráclito Fortes e do Senador Jayme Campos.

Em votação as emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 344, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 181.200.000,00 (cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, no valor de R\$ 181.200.000,00 (cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais), em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei correrão à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO - 7800 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		UNIDADE - 8995 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO									
ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO									
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00									
FUNO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO/PROBUTO	Z	O	M	I	F		VALOR		
			0	1	2	3	4	5			
		04 - BRASIL ORGANIZADO							40.000.000		
		CORPORACÕES PRIVADAS									
12 301	1201 0500	UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA							81.000.000		
12 011	1201 0500 0100	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							90.000.000		
									50.000.000		
TOTAL - FISCAL									90.000.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									90.000.000		

ORGÃO : 0000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 30752 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROG/ANALITICA	PROGRAMACAO SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	R	P	O	U	I	
			F	D	O	D	L	E	
0220 - MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									21.200.000
PROJETOS									
26 732	0220 1740	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							21.200.000
26 732	0220 1740 0103	OBRAS RODOVIARIAS EMERGENCIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							21.200.000
			1	4	2	80	4	100	21.200.000
TOTAL - FINEC									21.200.000
TOTAL - SEGURANCA									0
TOTAL GERAL									21.200.000

ORGÃO : 02004 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
 UNIDADE : 50105 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROG/ANALITICA	PROGRAMACAO SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	R	P	O	U	I	
			F	D	O	D	L	E	
1076 - RESPOSTA AOS DESASTRES									100.000.000
ATIVIDADES									
06 182	1076 4564	POCOPRO E ACESSIBILIDADE AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES							21.000.000
06 182	1076 4564 0103	POCOPRO E ACESSIBILIDADE AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
			1	4	2	80	0	100	21.000.000
06 182	1076 4570	RESTITUICAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES							80.000.000
06 182	1076 4570 0103	RESTITUICAO DE DANOS CAUSADOS POR DESASTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							80.000.000
			1	4	2	80	0	100	80.000.000
			1	8	2	40	0	100	100.000.000
TOTAL - FINEC									100.000.000
TOTAL - SEGURANCA									0
TOTAL GERAL									100.000.000

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se ao último item acordado:

Item 6:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 346, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinqüenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas 35 emendas à Medida Provisória.
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 23 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 de março;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Milton Monti (PR – SP);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 20, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho; e
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 3 de abril.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Sérgio Zambiasi, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 247, DE 2007 – PLEN

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Renan Calheiros, Srs. Senadores, a presente Medida Provisória nº 346, de 2007, abre crédito extraordinário em favor da Presidência da Re-

pública, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quatrocentos e cinqüenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais.

Após análise do texto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da presente Medida Provisória nº 346, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Esse, o voto, Presidente Renan Calheiros.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº , DE 2007 – PLENÁRIO

Dispõe sobre a Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00, para os fins que especifica.”

Origem: **Poder Executivo**

Relator Revisor: Senador **Sérgio Zambiasi**

1 – Apreciação

1.1 Histórico

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República adotou e submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 346, de 22 de janeiro de 2007, que “Abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$452.183.639,00, para os fins que especifica.”

A medida provisória, publicada no **DOU** em 22 de janeiro de 2007 – edição extra, abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00, com a seguinte destinação:

ORÇAMENTO FISCAL

ÓRGÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Presidência da Republica	20.000.000
Ministério dos Transportes	116.783.639
Ministério da Cultura	6.000.000
Ministério do Planejamento, Orçamento e	9.400.000
ÓRGÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Gestão	
Encargos Financeiros da União	300.000.000
TOTAL	452.183.639

A Medida Provisória apenas menciona que a abertura do crédito “correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional e de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional” (sic), nada mais contendo em seu texto sobre a origem circunstanciada dos recursos a serem empregados.

De acordo com a Exposição de Motivos – EM nº 9/2007/MP, de 17 de janeiro de 2007, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Medida Provisória em exame, o crédito tem por finalidade viabilizar ações de diversos órgãos e entidades, referentes à supervisão e controle dos procedimentos administrativos e à assunção dos encargos decorrentes do processo de extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA e de dissolução e liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

Alega a EM que o processo de liquidação da RFFSA teve início em dezembro de 1999, com previsão de conclusão em cento e oitenta dias, tendo sido o prazo sucessivamente postergado, acarretando elevado custo de manutenção. Isto causaria ainda o desembolso com o pagamento de condenações judiciais, que poderiam estar classificadas como precatórios, na forma da lei, se a liquidação tivesse sido concluída no prazo inicialmente previsto, “bem como o elevado nível da conta de prejuízos acumulados desde o início do processo.”

Quanto à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE, após historiar o longo e difícil processo de sua desestatização e a conclusão pela inviabilidade e conseqüente liquidação, relata-se que a União sucederá a Franave em dissolução/liquidação, nos direitos e obrigações, assumindo todo o ativo e passivo remanescentes, juntamente com o contencioso judicial, sob a supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e com as despesas à conta da entidade liquidando e complementarmente por conta do Ministério dos Transportes.

As dotações, para cada Ministério, tem as seguintes destinações e justificativas:

Presidência da República

A Advocacia-Geral da União – AGU será a detentora da capacidade postulatória e deverá operacionalizar o contencioso judicial e extrajudicial da RFFSA, o que pode reduzir o valor das condenações judiciais impostas e das despesas relativas aos escritórios de advocacia, atualmente contratados.

Ministério dos Transportes

No que tange ao Ministério dos Transportes, os recursos tem por fim:

a) Administração direta: absorverá as atividades necessárias ao funcionamento do processo de Inventariança da RFFSA;

b) VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A – absorverá a mão-de-obra proveniente da Empresa extinta, pelo instituto da sucessão trabalhista, com a garantia dos direitos trabalhistas, objetivando a alocação de todo o contingente nos trabalhos da inventariança e em novos projetos de revitalização do setor ferroviário brasileiro;

c) ANTT – assumirá a responsabilidade pela fiscalização dos bens operacionais e gestão dos contratos de arrendamento das malhas ferroviárias, firmados pela extinta RFFSA;

d) Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT ficará incumbido da auditoria, supervisão e controle da estrutura ferroviária oriunda da extinta RFFSA, bem como do controle patrimonial e contábil dos bens operacionais vinculados aos contratos de arrendamento, dos bens não-operacionais que lhe forem transferidos e dos ativos operacionais devolvidos pelas concessionárias, na forma prevista nos contratos de arrendamento, inclusive quanto à sua destinação; adicionalmente, caber-lhe-á o cumprimento do disposto nos Termos de Ajuste de Conduta – TAC, celebrados entre a extinta RFFSA e o Ministério Público;

Ministério da Cultura

Em relação a esse Ministério, o crédito permitirá a assunção, por intermédio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, da gestão e manutenção dos bens móveis e imóveis de valor histórico, artístico e cultural de propriedade da RFFSA.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esse Ministério, por meio das Secretarias do Patrimônio da União e de Recursos Humanos, responderá pela regularização e destinação dos bens imóveis e pela gestão da complementação de aposentadorias e pensões da RFFSA.

Encargos Financeiros da União – Recursos sob supervisão do Ministério da Fazenda

Cria-se o Fundo Contingente da extinta RFFSA, de natureza contábil, visa a assegurar transparência ao processo, especialmente no que diz respeito aos pagamentos de condenações judiciais, que não contam com o necessário depósito para garantir penhoras e outros passivos que passam à responsabilidade da União; às participações acionárias aos respectivos acionistas minoritários; às ações judiciais que imponham encargos patrimoniais à VALEC, na condição de sucessora trabalhista; às despesas necessárias para o eventual levantamento de gravames judiciais incidentes

tes sobre bens; e aos gastos operacionais relativos à regularização, administração e venda dos imóveis não-operacionais da extinta RFFSA. A parcela do crédito relativa ao fundo será alocada em ação específica em Encargos Financeiros da União – EFU.

Quanto a urgência e relevância, aventa-se que são justificadas pela necessidade de atuação imediata do Governo, tendo em vista:

a) o risco de colapso operacional dos serviços ferroviários prestados por empresas concessionárias que se utilizam da via permanente da RFFSA, em razão da possibilidade de penhora desse patrimônio, em virtude do seu endividamento;

b) a incapacidade da empresa de gerar receitas próprias para o custeio e pagamento do seu passivo;

c) a necessidade de definição de uma política para o setor ferroviário, de forma a atrair novos investimentos; e

d) a incapacidade de a Franave dar cumprimento a despesas obrigatórias, como pessoal e sentenças judiciais, dada a impossibilidade de lhe serem repassados recursos financeiros a título de subvenção econômica, além dos sérios prejuízos causados ao erário decorrentes dos altos custos de manutenção da empresa, cuja inviabilidade econômica foi comprovada.

A EM afirma ainda que a proposição está em conformidade com as disposições do art. 62, combi-

nado com o § 3º do art. 167, da Constituição, e que será atendida com recursos Ordinários do Tesouro Nacional e com Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.

A EM não informa as medidas que serão adotadas para evitar prejuízos ao alcance da meta de superávit primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 (LDO 2007).

A medida provisória e seus anexos não contêm disposições alheias à matéria orçamentária de que tratam, respeitando assim o princípio da exclusividade orçamentária.

Nada consta, na EM, sobre a imprevisibilidade da despesa contida nos créditos abertos.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer sobre a matéria. Levada à tramitação na Câmara dos Deputados, o Relator naquela Casa, Deputado Milton Monti, pronunciou-se pela aprovação integral da medida provisória, na forma editada pelo Poder Executivo, inadmitindo as trinta e cinco emendas apresentadas (Parecer proferido em Plenário pelo relator designado em 22 de março de 2007).

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo, em 26 de março de 2007.

A execução das dotações abertas pelo crédito extraordinário pode ser vista no quadro abaixo:

Ação	Crédito Extraordinário	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago
03.092.0580.869M.0101	20.000.000,00	20.000.000,00	16.460.681,75	4.410.974,40	4.285.458,45
04.122.0750.86AT.0101	9.400.000,00	9.400.000,00	0,00	0,00	0,00
13.391.0167.86AV.0101	6.000.000,00	6.000.000,00	0,00	0,00	0,00
26.122.0225.09IX.0101	48.875.000,00	48.875.000,00	10.944.774,13	4.457.415,37	4.456.735,00
26.122.0237.09IU.0101	42.829.900,00	42.829.900,00	11.659.263,42	6.534.577,74	6.534.577,74
26.125.0224.869U.0101	3.000.000,00	3.000.000,00	580.779,44	41.620,19	28.529,67
26.273.0237.09LL.0101	1.025.000,00	1.025.000,00	400.000,00	156.427,80	156.427,80
26.783.0224.869V.0101	10.300.000,00	10.300.000,00	0,00	0,00	0,00
26.846.0225.0C30.0101	5.753.739,00	5.753.739,00	420.623,43	194.750,46	192.764,25
26.846.0901.0C31.0101	5.000.000,00	5.000.000,00	13.484,58	13.484,58	13.484,58
28.846.0909.09LK.0101	300.000.000,00	300.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Total	452.183.639,00	452.183.639,00	40.479.606,75	15.809.250,54	15.667.977,49

Fonte: Sistema SIGA Brasil, Universo LOA2007-Despesa Execução, posição em 26/03/2007

2 – Voto do Relator

O parecer deste relator abordará, em itens separados, os aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e o cumprimento das exigências de envio do documento em que se expõe a motivação do ato, conforme prescreve para a apreciação do Congresso Nacional o art. 5º, combinado com o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

2.1 – Do Atendimento dos Pressupostos Constitucionais

O art. 62 da Constituição Federal confere competência ao Presidente da República para, em caso de relevância e urgência, adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à apreciação do Congresso Nacional.

Outra regra que aqui deve ser invocada diz respeito ao § 3º do art. 167 da Lei Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62. No caso em exame, o critério da imprevisibilidade, a justificar o presente crédito extraordinário, encontra-se em cada caso enunciado pelo Poder Executivo.

O pronunciamento técnico da Casa, juntado ao processado, descarta a ocorrência de imprevisibilidade em parcela das dotações abertas, com base na análise de mérito de cada uma das finalidades dos créditos respectivos.

Não obstante a análise acima, e reconhecendo a deficiência na apresentação da imprevisibilidade feita pela Exposição de Motivos, entendo que, no caso, não é conveniente ao Legislativo adentrar no mérito administrativo da cada um dos programas alcançados pela medida provisória. Ainda que não tenham sido evidenciadas a contento, no instrumento próprio, entendo deva-se abrir ao Poder Executivo o crédito da presunção em favor de sua alegação de que a despesa em tela tenha sido insuscetível de previsão anterior, possibilitando assim a abertura de crédito extraordinário.

Quanto à relevância e urgência, encontram-se cabalmente demonstradas, inclusive sem que haja qualquer objeção técnica.

Dessa forma, confrontando as disposições constitucionais acima mencionadas com as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo para a adoção da presente medida provisória como veículo para a abertura do crédito extraordinário, verifico ser possível pronunciar sua admissibilidade à vista dos requisitos

de urgência, a relevância e a imprevisibilidade de que cuidam os mencionados dispositivos.

Destaco que a mesma apreciação é feita pelo parecer do relator na Câmara dos Deputados.

2.2 – Da Adequação Financeira e Orçamentária

A teor das disposições insertas no § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Não constam as informações habituais (ademais, exigidas pelo art. 63, § 5º, da LDO/2007), acerca da confirmação do cancelamento de dotações e se as mesmas são ou não provenientes de emendas parlamentares, vez que não se indica na Medida Provisória a origem dos “Recursos Ordinários do Tesouro Nacional” a serem aplicados nos créditos abertos (pelo que não se sabem se quaisquer dotações vêm de ser canceladas).

Quanto ao resultado primário, a Medida Provisória não contém o demonstrativo exigido pelo art. 63, § 14, da LDO/2007 para os projetos de lei de créditos adicionais.

O efeito negativo no resultado primário corresponde integralmente ao valor do crédito, uma vez que não se indicam quaisquer cancelamentos. Ainda que seja citado o endividamento como fonte apenas para parcela do crédito (os R\$300.000.000 do Fundo Contingente da RFFSA), todos os valores indicados como “Recursos Ordinários do Tesouro” não têm como contrapartida qualquer cancelamento dos mesmos recursos, o que implica serão contabilizados como déficit e terão de ser financiados mediante o mesmo recurso ao endividamento.

Por conseguinte, o saldo final implica em redução ao superávit primário de R\$452.183.639. Neste sentido, não se observa a iniciativa de evidenciar o cuidado elencado no mencionado artigo 63 § 14 da LDO/2007, que exige que o Poder Executivo demonstre nos projetos de lei que os créditos adicionais “não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais” da referida lei. Naturalmente, a exigência de tal demonstração implica necessariamente na vedação a que o crédito adicional solicitado mediante projeto de lei impacte o resultado primário (caso contrário, não haveria motivo para se exigir o demonstrativo). Por tal motivo, a medida proposta não se conforma à meta

fiscal prevista no art. 2º da LDO/2007. Dessa forma, o ajuste da execução do orçamento em decorrência dessas despesas será inevitável.

Não se detectam outras ressalvas frente à Lei de Diretrizes Orçamentárias/2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005).

Verificam-se inconformidades com os termos do Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004, com alterações subseqüentes), na medida em que duas das dotações listadas no item 3.1, inc. VII, da nota técnica de adequação não foram acompanhadas dos elementos de informação exigidos pelo art. 5º, § 11, da Lei nº 10.933/2004 (com a redação alterada pela Lei nº 11.318/2006) para a abertura de créditos relativos a investimento que não constem dos termos do PPA. Não obstante, diante do caráter de fato consumado do crédito, tendo aceitado sua admissibilidade, entendo incabível sua rejeição por tal motivo.

2.3 Do atendimento aos Requisitos de Motivação da Medida Provisória

A Exposição de Motivos 253/2006/MP, de 25 de outubro de 2006, que acompanha a medida provisória supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, acerca do envio de documento expondo os motivos justificadores da adoção da medida provisória.

2.4 Do Mérito

O instituto do crédito extraordinário, constitucionalmente, tem o objetivo de atender, única e exclusivamente, a programações cujas despesas não sejam passíveis de previsibilidade e que se revistam do caráter de urgência. Portanto, em se tratando de despesas de realização imediata, que não se podem submeter ao processo legislativo ordinário, o seu mérito subjaz à importância dos fatos que requerem imediata intervenção do poder público. Nesse sentido, o crédito extraordinário em exame demonstra-se indubitavelmente meritório.

2.5 Da Análise das Emendas

Ao analisar as 35 emendas apresentadas ao crédito, verificamos a impossibilidade de sua aceitação. Em primeiro lugar, a matéria de crédito extraordinário, se admissível, remete aos fatos nele instituídos por sua excepcionalidade, urgência e imprevisibilidade. Somente se pode admitir emendas caso se demonstre cabalmente que tais circunstâncias assim ocorrem, o que não se demonstra nem se verifica em nenhuma delas.

Em coerência com este princípio, a Resolução CN-1/2006 introduziu em seu art. 111 disciplina extremamente rígida para o emendamento desse tipo de

crédito, tornando inadmissíveis quaisquer emendas, exceto as relativas ao texto da Medida Provisória ou que cancelem dotações. Todas as emendas submetidas a esta MP, exceto as de números 18, 26, 27 e 35, contemplam suplementação ou acréscimo de alguma dotação. Estando já em vigor a mencionada Resolução, devendo-se-lhe aplicar na presente apreciação, nenhuma das mencionadas emendas resulta admissível.

As emendas de números 18, 26 e 27 destinam-se a alterar a redação de outras Medidas Provisórias, contrariando frontalmente o artigo 4º, § 4º da Resolução 1/2002–CN, eis que tratam – por definição – de temas alheios ao objeto desta Medida Provisória.

Quanto à emenda de número 35, temos que trata de regra geral de supressão de limites ao crédito de entes subnacionais, atendidos os critérios que menciona. Neste caso, tampouco atende ao artigo 4º, § 4º, da Resolução 1/2002–CN, na medida em que o objeto da Medida Provisória é, na totalidade da forma e conteúdo, o processo de liquidação das duas mencionadas empresas estatais (RFFSA e FRANAVE), razão pela qual a emenda versa sobre matéria alheia àquela tratada na Medida Provisória.

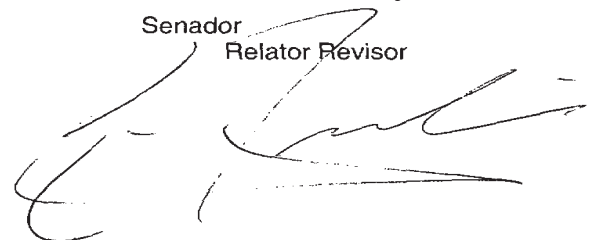
Portanto, nos termos do art. 111 da Resolução 1/2006 do Congresso Nacional e do artigo 4º § 4º, da Resolução 1/2002 do Congresso Nacional, devem as emendas serem inadmitidas.

2.6 Da Conclusão

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 346, de 2007; por sua adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, de março de 2007.

Senador
Relator Revisor



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Senador Sérgio Zambiasi, Relator revisor da matéria, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência, adequação financeira e adequação orçamentária da medida provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da Medida Provisória.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados, contra os votos do Partido Democratas, do Senador Jarbas Vasconcelos e de outros Srs. Senadores.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Para encaminhar a votação.) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

Votação das emendas, de parecer contrário.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 346, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º A abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei correrá à conta de Recursos Ordinários do Tesouro Nacional e de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	R	G	M	M	I	P	VALOR
			F	D	F	O	U	T	
4588 DEFESA JURIDICA DA UNIAO									20.000.000
ATIVIDADES									
01 091	0560 809M	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO							20.000.000
03 092	0560 809M 0101	REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA UNIAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	100	20.000.000
			P	4	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ORGAO : 33001 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	R	G	M	M	I	P	VALOR
			F	D	F	O	U	T	
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									54.621.739
OPERACOES ESPECIAIS									
26 846	0225 0C30	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE							5.753.739
26 846	0225 0C30 0101	DISSOLUCAO E LIQUIDACAO DA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - FRANAVE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	1	1	90	0	100	2.486.215
			P	3	1	90	0	100	3.267.524
26 132	0225 090X	EXTENCAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA							48.875.000
26 132	0225 090X 0101	EXTENCAO DA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	100	48.875.000
0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS									5.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
26 846	0901 0C31	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMITIDA EM JULGADO DEVIDA PELA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - ENTIDADE EM DISSOLUCAO/LIQUIDACAO							5.000.000
26 846	0901 0C31 0101	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSMITIDA EM JULGADO DEVIDA PELA COMPANHIA DE NAVEGACAO DO SAO FRANCISCO - ENTIDADE EM DISSOLUCAO/LIQUIDACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	1	1	90	0	100	3.000.000
			P	3	1	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									59.621.739
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.621.739

ORGÃO : 3908 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39217 - VALLEC - INFRAESTRUTURA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/ATIVIDADE/PRODUTO	E S F D	O R S M F	M O D	I U	P E	VALOR	
0137 CORREDORES ARAGUAIA-TOCANTINS								43.854.900	
OPERACOES ESPECIAIS									
26 132	0237 0911	ADMINISTRACAO E REMUNERACAO DE PESSOAL DA EXTINTA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA, DECORRENTE DE SUCESSAO TRABALHISTA						62.825.988	
26 123	0237 0911 0101	ADMINISTRACAO E REMUNERACAO DE PESSOAL DA EXTINTA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA, DECORRENTE DE SUCESSAO TRABALHISTA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	C	100	42.829.900
26 273	0237 0911	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA DO PESSOAL DA EXTINTA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA, DECORRENTE DE SUCESSAO TRABALHISTA						8.835.888	
26 273	0237 0911 0101	CONTRIBUICAO A PREVIDENCIA PRIVADA DO PESSOAL DA EXTINTA REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A - RFFSA, DECORRENTE DE SUCESSAO TRABALHISTA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	C	100	1.023.000
TOTAL - FISCAL								43.854.900	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								43.854.900	

ORGÃO : 3908 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/ATIVIDADE/PRODUTO	E S F D	O R S M F	M O D	I U	P E	VALOR	
0224 EXPLORACAO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIARIO E FERROVIARIO								3.000.000	
ATIVIDADES									
24 035	0224 0190	FISCALIZACAO DE BENS OPERACIONAIS E GESTAO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DAS MALHAS FERROVIARIAS						3.000.000	
25 123	3124 0490 0101	FISCALIZACAO DE BENS OPERACIONAIS E GESTAO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DAS MALHAS FERROVIARIAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	C	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL								3.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								3.000.000	

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39253 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNT

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	C	P	M	O	U	F	T	E	VALOR
0224 EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO E FERROVIÁRIO													10.300.000
ATIVIDADES													
26 783	0224 863V	MANUTENÇÃO E GESTÃO DOS ATIVOS FERROVIÁRIOS											10.300.000
26 783	0224 863V 0101	MANUTENÇÃO E GESTÃO DOS ATIVOS FERROVIÁRIOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)											10.300.000
			F	3	2	90	0	100					8.300.000
			F	4	2	90	0	100					2.000.000
TOTAL - FISCAL													10.300.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													10.300.000

ORGAO : 42000 - MINISTERIO DA CULTURA

UNIDADE : 42004 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	S	C	P	M	O	U	F	T	E	VALOR
0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL													6.000.000
ATIVIDADES													
13 391	0167 86AV	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE VALOR ARTÍSTICO, HISTÓRICO E CULTURAL DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - EPPSA											6.000.000
13 391	0167 86AV 0101	GESTÃO E MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE VALOR ARTÍSTICO, HISTÓRICO E CULTURAL DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - EPPSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)											6.000.000
			F	3	2	90	0	100					6.000.000
TOTAL - FISCAL													6.000.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													6.000.000

ORÇAO : 4700 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
 UNIDADE : 4701 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S M P D	G R P D	M O D	I T E	F I T E	VALOR	
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								9.400.000	
		ATIVIDADES							
04 123	0750 86AT	GESTÃO DOS BENS IMOVEIS E DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA						9.400.000	
04 123	0750 86AT 0101	GESTÃO DOS BENS IMOVEIS E DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	0	3	2	90	0	800	9.400.000
		TOTAL - FISCAL						9.400.000	
		TOTAL - SEGURIDADE							
		TOTAL - GERAL						9.400.000	

ORÇAO : 7100 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO
 UNIDADE : 7101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO		CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S M P D	G R P D	M O D	I T E	F I T E	VALOR	
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS								300.000.000	
		OPERACOES ESPECIAIS							
23 846	0909 09LK	ENCARGOS DO FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA						300.000.000	
23 846	0909 09LK 0101	ENCARGOS DO FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	1	2	90	0	144	300.000.000
		TOTAL - FISCAL						300.000.000	
		TOTAL - SEGURIDADE						0	
		TOTAL - GERAL						300.000.000	

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – São os seguintes os itens cuja apreciação é sobrestada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 337, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte e oito mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aloizio Mercadante

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 345, de 2007), que

dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 354, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 354, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Relações Exteriores, no valor de vinte milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

7

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2007

*(Proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2007 (proveniente da Medida Provisória nº 350, de 2007), que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 19.3.2007)

Prazo final (prorrogado): 1º.6.2007

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de

iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005* (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Dependendo de leitura de pareceres das Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 11.3.2007)

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 35, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica*.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5,

nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

(Sobrestando a pauta a partir de: 14.4.2007)

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 59, DE 2005

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos estados e municípios*.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 37, DE 2004

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea **d** do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

14

**EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.*

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na

Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.*

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).*

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.*

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do*

pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heloísa Helena e Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que *“dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 247-A, DE 2007

Da MESA, acerca do Requerimento nº 303, de 2007, do Senador Tasso Jereissati, que solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia esclarecimento sobre os créditos extraordinários destinados a esse Ministério, conforme Medida Provisória 338, de 29 de dezembro de 2006, no período anual de 2003 a 2007.

RELATOR: Senador

I – RELATÓRIO

O Requerimento nº 303, de 2007, de autoria do eminente Senador TASSO JEREISSATI, solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, para que este providencie, no estrito termo do prazo constitucional e de suas responsabilidades, as seguintes informações:

- 1- Quadro consolidado dos valores totais e por empresa estatal, conforme listado abaixo, informando:
 - 1.1- O Orçamento Anual destinado às seguintes empresas estatais, com a discriminação das receitas (previstas e realizadas) e despesas (fixadas e executadas), bem como de créditos extraordinários no período 2003-2007:
 - Braspetro Oil Services Company;
 - Fronape International Company;
 - Petrobrás Internacional Braspetro BV – PIB BV;
 - Petrobrás Internacional Finance Company – PIFCO;

- Petrobrás Internacional Finance Company – PIFCO;
 - Petrobrás Netherlands BV – PNBV;
 - Petrobrás Transporte S.A. – TRANSPETRO;
 - Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS;
 - Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil – TBG;
 - Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. – TNS.
- 1.2- As fontes de recursos que financiam as dotações orçamentárias e os créditos extraordinários;
- 1.3- As motivações que originaram os créditos extraordinários e dotações orçamentárias de cada uma das empresas no período.

De acordo com a justificação do requerimento, tais informações permitirão subsidiar a discussão e votação da MP 338, de 2006, que abre crédito extraordinário no Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 7.457.585.977,00, dos quais 94% são destinados ao Ministério de Minas e Energia.

II – ANÁLISE

O requerimento em questão, com respeito aos itens 1.1 e 1.2, encontra-se em conformidade com os dispositivos constitucionais e regimentais atinentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Do mesmo modo, o requerimento, no tocante aos itens 1.1 e 1.2, preenche os requisitos de admissibilidade constantes do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estando dirigido a autoridade ministerial competente, referido a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora.

Em termos do conteúdo, o requerimento solicita um conjunto de informações essenciais e que dizem respeito ao orçamento anual de

empresas ligadas ao transporte e prospecção de petróleo. Os itens 1.1 e 1.2 supracitados nos parecem procedentes e pertinentes, sem qualquer vício de forma, e estão relacionados, estreita e diretamente, com o assunto que se procura esclarecer. As informações sobre a abertura de créditos extraordinários ao Orçamento de Investimento, nos termos da Medida Provisória nº 338, de 2006, constituem de tal modo que o Governo Federal, na figura do Ministro de Estado de Minas e Energia, está plenamente capacitado a fornecer as respostas cabíveis.

Já no que tange ao item 1.3, entendemos que, na forma em que se encontra redigido, esse item dá margem a interpretações errôneas. Assim, com vistas a evitar imprecisões, sugerimos uma alteração em sua redação afim de preservar a real intenção da perquirição. Nesse sentido, propomos a seguinte redação:

“1.3. A justificativa técnica para a alocação dos créditos extraordinários e dotações orçamentárias de cada uma das empresas no período.”

III – VOTO

Do exposto, com base § 3º do art. 3 do Ato da Mesa nº 1 de 2001, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 303, de 2007, do eminente Senador Tasso Jereissati, desde que incorporadas as modificações sugeridas para o item 1.3.

Sala de Reuniões,

Senador Renan Calheiros, Presidente

Senador Tião Viana

Senador César Borges, Relator

Senador Gerson Camata

PARECER

Nº 247-B, DE 2007

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 116, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca de providências para implantar no País o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia.

RELATOR: Senador TIÃO VIANA

I – RELATÓRIO

O Senador Arthur Virgílio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 116, de 2007, dirigido ao senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Senador deseja obter informações acerca de providências eventualmente adotadas pelo Governo, em especial pela área de pesquisa e desenvolvimento da ciência, tendo em vista o Programa de Biotecnologia.

A justificação do requerimento alega que, na apreciação do autor, o Governo teria passado o primeiro mandato presidencial discutindo o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia sem fazer nada para assegurar condições à execução de qualquer projeto nessa área. Argumenta ainda que, tendo em vista a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, é importante conhecer

eventuais projetos em vias de implantação ou em estudos no Ministério da Ciência e Tecnologia.

II – ANÁLISE

A proposição obedece às normas constitucionais e regimentais concernentes aos pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como ao disposto no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que rege a matéria.

III – VOTO

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 116, de 2007.

Sala de Reuniões,

Senador Renan Calheiros, Presidente

Senador Tião Viana, Relator

Senador Gerson Camata

Senador César Borges

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foi lido na sessão anterior o Requerimento 267, de 2007, do nobre Senador Jayme Campos e outros Srs. Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do dia 3 de maio seja dedicado à comemoração dos 142 anos de nascimento do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Se não houver objeção da Casa, vou submeter à votação o requerimento do nobre Senador Jayme Campos.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida, portanto, a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) Concedo a palavra, como Líder, ao Senador José Agripino.

Em seguida voltaremos à lista de oradores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos na quinta-feira e eu queria ressaltar que, com a Marcha dos Prefeitos – e hoje almocei com uns quarenta Prefeitos do meu Estado –, desde ontem tenho tido o prazer de conviver, Senadora Marisa, com Prefeitos e Prefeitas do meu Estado e com Prefeitos e Prefeitas do Brasil inteiro. Talvez tenha sido a maior Marcha de Prefeitos já realizada, e conquistaram um razoável resultado. Se é que obter o compromisso do Governo de fazer cumprir o que tinha prometido há muito tempo atrás seja benefício: o crescimento de um ponto percentual no Fundo de Participação. De qualquer maneira, melhor do que nada.

Agora, Presidente Renan, queria rememorar com V. Ex^a, aproveitando as ilustres presenças no plenário, antes da volta, Senador do Mário Couto, para os nossos Estados, fazer uma reflexão com V. Ex^{as}. Todos nós conversamos com os nossos Prefeitos, ouvimos a penúria com que estão administrando os seus municípios, as dificuldades decorrentes de pagamentos de parcelamento de INSS, por dívidas não pagas de antecessores, pagamentos de precatórios, muitos dos quais decorrentes de questões trabalhistas perdidas pela não-recorrência em tempo hábil por parte de administradores pretéritos, e evidentemente o congelamento de suas receitas pelo fato de o Fundo de Participação ser composto apenas pelo Imposto de Renda e pelo IPI e não ter nenhuma participação das chamadas contribuições PIS, Pasep, Cofins, CSLL, que são hoje

parte expressiva da receita da União, que não as reparte com os municípios.

Senador Jonas Pinheiro, se V. Ex^a conversar com seus Prefeitos – já deve ter conversado –, vai ouvir, Senador Epitácio Cafeteira, uma reclamação, entre muitas, que é candente. Trata-se da impossibilidade de continuar havendo seqüestro das contas dos Fundos de Participação para pagamento de precatórios – precatórios de questões trabalhistas e de outra natureza. Há municípios que têm 20%, 25% de sua receita seqüestrados, sem apelação, por ocasião do crédito do ICMS ou do Fundo de Participação, Senadora Marisa Serrano, retirando dos municípios exatamente aquilo que é recurso próprio, o dinheiro com que o prefeito pode atender o reclamo do cidadão.

As transferências federais têm endereço certo. O prefeito não pode fazer mais do que aquilo que está padronizado para a educação e para a saúde com as verbas vinculadas. Com recurso próprio decorrente da arrecadação ou do ISS, ou do IPTU, quando é o caso, ou do Fundo de Participação, ou *royalty*, ou da cota-parte de ICMS, o prefeito se realiza como administrador, podendo fazer o chafariz de ponta de rua, a quadrinha de esporte, a obra que o povo pede, que ele tem vontade de fazer e não tem dinheiro para realizar.

Há mais ou menos dois meses, fizemos uma reunião de Líderes, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, e elencamos seis projetos, seis matérias prioritárias para serem votadas neste primeiro semestre. Uma delas é a questão dos precatórios. Uma proposta de emenda à Constituição, baseada num trabalho feito pelo ex-Ministro Nelson Jobim, que estabelece como limite anual para pagamento de precatórios 1,5%, para municípios, e 3%, para Estados, do Orçamento anual. Isso dividido por 12 meses estabelece a cota máxima mensal. Este 1,5% para os municípios ou 3% para os Estados significa o limite máximo, assim distribuído: 40% para pagamento de precatórios referentes a questões alimentares, 60% para precatórios de todas as outras naturezas. Se isso for aprovado, Senadora Marisa Serrano, os municípios já terão certo fôlego.

Estive conversando com o Líder Arthur Virgílio, com o Líder Romero Jucá e com o Presidente Renan Calheiros há pouco, na Presidência do Senado, sobre a necessidade que temos de agilizar a votação dessa matéria, votação e aperfeiçoamento. Um dos aperfeiçoamentos que se vai discutir – e vou propô-lo – é considerar não 1,5% ou 3% do Orçamento e, sim, das receitas realizadas, para sermos justos. Isso porque 1,5% do Orçamento é de um orçamento que pode ser realizado ou não. Estabelece-se 1,5% de um valor supostamente disponível por parte do Estado ou do Município. Se for estabelecido como cota 1,5% da re-

ceita realizada do Município ou do Estado, realmente se estará definindo um valor ou um teto sobre o que o Município ou o Estado vai dispor.

O que é fato é que, numa circunstância ou na outra, temos que nos debruçar sobre esse assunto, apreciar e votar.

O Senador César Borges já havia feito inúmeras audiências públicas, já havia ouvido entidades, já havia formado um juízo sobre a matéria, mas foi obrigado – pelo fato de ter se elegido para composição da Mesa – a entregar a Relatoria ao digno Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, com quem eu acho, Presidente Renan Calheiros, que precisamos ter uma reunião urgente. Eu sugiro a V. Ex^a uma reunião de Lideranças com o Relator Valdir Raupp para nos debruçarmos sobre esse assunto, até para fazermos jus à Marcha dos Prefeitos. Eles teriam conseguido 1%, uma velha luta nossa; e terão conseguido pelas nossas mãos, de Parlamentares, uma coisa que equivale a quase este 1%: a votação do projeto dos precatórios, para que aos municípios seja dada a oportunidade de sobreviver; não é nem de luxar, de fazer aquilo que eles têm vontade, mas sobreviver.

De modo que quero, com esta minha fala e com os meus cinco minutos, fazer esta declaração, esta exposição e esta conclamação: que V. Ex^a lidere nesta próxima semana uma reunião de Líderes com o Relator, que já deve ter a matéria amadurecida, para que possamos preparar um projeto definitivo, levá-lo a votação nas Comissões e trazê-lo em caráter de urgência para este plenário, onde, seguramente, a matéria será aprovada, creio, por unanimidade dos votos dos Parlamentares de todos os partidos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Farei exatamente o que V. Ex^a acaba de recomendar, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador José Agripino já abordou com muita clareza essa questão do 1%. Eu tenho já uma resposta muito concreta da Bancada de Deputados do PSDB: estão dispostos a abrir, imediatamente, espaço para que se cumpra a palavra do Presidente Lula de acrescentar à receita dos municípios 1% a mais no que toca ao Fundo de Participação dos municípios. Ou seja, que ninguém diga mais que o PSDB porventura estaria atrapalhando o cumprimento da palavra presidencial, que já delonga um mandato inteiro e mais parte deste segundo mandato. A depender do PSDB, a palavra será cumprida.

Em relação à DRU, reivindicamos, pelos nossos governadores, a DRE – Desvinculação dos Recursos dos Estados, e queremos negociar isso do zero, em branco.

Em relação à CPMF, admito até que o Governo, com a sua avassaladora maioria, possa atropelar a minoria na Câmara. Mas aqui ele não tem maioria avassaladora e não atropela – e nem sei se seria minoria – a Bancada da Oposição. Já fiz a advertência com muita tranquilidade e aqui a repito, Senador José Agripino: não permitiremos que se aprove a CPMF sem o Governo fazer aquilo que também é compromisso dele, ou seja, partilhar com estados e municípios, à razão de 20% para os Estados e 10% para os municípios, os recursos da CPMF.

E mais ainda, temos uma outra exigência a colocar: que se cumpra um outro compromisso do Governo até agora em branco, em falta, que é o de se começar o descenso de maneira criteriosa, no mínimo, da alíquota da CPMF, até porque tivemos uma substancial redução da relação dívida pública/PIB, sobretudo pela nova forma de se calcular o Produto Interno Bruto, que julgo ser mais apropriada. Por isso, cobramos que, além da partilha, já se reduza, em algum “deltazinho”, a alíquota da CPMF. Isso para nós é fundamental.

Vejo uma ou outra expressão que julgo voluntarista, cheia de boa vontade, cheia de boa intenção, de um parlamentar ou outro, mas deixo bem claro que o PSDB não avaliza atitudes extremas como não permitir a prorrogação da CPMF ou da DRU (Desvinculação de Recursos da União), até porque isso seria um gesto de irresponsabilidade fiscal com o qual o meu Partido não poderia compactuar. Então, não contribuiríamos para abrir um buraco nas contas públicas de modo a que depois o Governo vivesse um quadro de ingovernabilidade, que seria ruim não para o próprio Governo, mas para a sociedade brasileira.

Nós, que queremos, sim, ajudar o Governo a aprovar mais uma vez a DRU e a CPMF, colocamos duas exigências, repito: primeira, cumprimento da palavra presidencial de partilhar a receita auferida com o imposto do cheque à razão de 20% para os Estados e 10% para os municípios; segunda exigência, a ser feita imediatamente, a redução do imposto do cheque em algum delta, para que possamos cumprir aquilo que havia sido acertado entre Lideranças da Oposição e Lideranças do Governo, por ocasião da votação da reforma tributária nesta Casa – reforma tributária que empacou na Câmara por razões alheias a nossa vontade, mas que lá continha alguns princípios modernizadores, facilitadores da arrecadação, democratizadores quanto à arrecadação e com uma sinalização de baixa da

carga tributária, não se cortando de repente recursos de que o Governo precisa para se financiar.

Não desconhecemos que o Brasil se financia de maneira cara, Senador Adelmir Santana. Não queremos imaginar que se possa de repente tornar a carga tributária brasileira compatível com a do México, se o Brasil precisa, por razões e vícios antigos, de mais recursos do que o México para se financiar. Eu lamento, mas é assim.

Eu não pediria, portanto, que fingíssemos um País de “Alice e suas maravilhas”, apenas indico que seria salutar darmos um indicativo, uma sinalização de que queremos, sim, começar. E assumiremos dois compromissos: não permitir mais a elevação da carga tributária e começar a baixá-la devagarzinho, preenchidos alguns pré-requisitos macroeconômicos.

E o exemplo pode ser dado agora, já no imposto do cheque. Partilhar com estados e municípios, sim, que estejam compromissados a investir esses recursos apenas em saúde. Apenas em saúde. Seria uma bela contribuição que daríamos todos e daria o Governo Federal também à luta por uma saúde mais justa, prestada sobre a forma de serviços ao povo brasileiro por estados e municípios.

E a outra cobrança é que se comece a baixar o imposto do cheque agora. Nada demais, um “deltazinho”.

Mas se as condições macroeconômicas piorarem, não se volta ao anterior, permanece-se naquela situação nova de imposto com cobrança menor. Aí, as condições voltam a melhorar e, se Deus quiser, não piorarão. Vamos baixando o imposto do cheque até que ele chegue à proposta do Partido dos Trabalhadores no governo passado, que é adotada por nós hoje. Só que eles queriam baixar de uma vez só, nós queremos que seja aos pouquinhos, por um absoluto compromisso de responsabilidade com o País, até chegarmos a 0,08% – uma alíquota simbólica – que serviria – e é uma boa idéia – de ajuda à Receita Federal para pilhar sonegadores, para estabelecer que pessoas são aquelas que declaram Imposto de Renda ínfimo e compram carros e iates de luxo. Seria uma ajuda fiscalizadora que o Congresso, por essa lei, forneceria à Receita Federal.

É a segunda vez que abordo essa questão da tribuna e o faço com muita tranquilidade para que amanhã não digam que houve surpresa, mas não haveremos de recuar dessa luta. Estabeleceremos, sim, aquilo que não é nem hábito desta Casa, uma obstrução muito rigorosa de tudo que é matéria a ser votada, caso haja a expectativa de o Governo Federal negar a Estados e a municípios a parte que cabe a eles na

CPMF e caso o Governo Federal insista em manter a alíquota no nível em que está.

Peço a diminuição de um “deltazinho” e não algo abrupto como se pedia no governo passado. Peço algo razoável que não vai mexer com o equilíbrio fiscal, pois me preocupo com o equilíbrio fiscal tanto quanto se preocupa com ele qualquer brasileiro responsável, qualquer brasileiro que tem sendo de responsabilidade.

Estão colocadas essas duas posições. Imagino que, já semana que vem, quando o Ministro Guido Mantega retornar da sua viagem aos Estados Unidos – S. Ex^a foi ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional – teremos ocasião de trocarmos idéias mais concretas e mais técnicas sobre isso. Mas, deixando bem claro que esta é uma pauta política sujeita a discussões técnicas, estamos abertos para discutir a desvinculação de receitas dos Estados, mas com posição muito firmada em relação a não abirmos mão de cobrar do Governo esse compromisso.

E mais, Senador José Agripino, que se abra a pauta do Congresso para ajudarmos o Presidente da República a cumprir a palavra que tão solenemente e tão expressivamente empenhou junto aos Prefeitos: um ponto percentual a mais no Fundo de Participação dos municípios. Não ousemos atrapalhar isso. O Presidente custou a cumprir sua palavra e vamos agora ajudá-lo a cumpri-la. Vamos priorizar. Vamos votar. Vamos abrir espaço.

Já combinamos com o Presidente Renan Calheiros que faremos assim. Nada será mais prioritário, Senador Mário Couto, do que isso. Vamos abrir todo o espaço porque terá a marca e a chancela da Oposição, sim, essa colaboração à solvência dos municípios. Basta um único requisito a ser cumprido: o Presidente Lula está, de fato, disposto a cumprir a palavra que empenhou no seu belo discurso aos Prefeitos. Se estiver, não será a Oposição a atrapalhar esse fato. A prioridade será zero, será abaixo de um, será total para que se ajude o Presidente a cumprir a palavra que empenhou aos municípios. E que isso fique bem claro para a Nação brasileira e para os Prefeitos que dirigem nossas mais de cinco mil cidades neste País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar de um assunto que V. Ex^{as}, nessas últimas 48 horas, já abordaram: a 10^a Marcha dos Prefeitos a Brasília.

Falo com muita paixão em relação a esse tema, porque sou municipalista, na medida em que tive a primazia de ser Prefeito da minha cidade, Várzea Grande, por três mandatos. Sou, na essência, municipalista e estarei aqui, no meu período como Senador da República, por oito anos, defendendo na trincheira os interesses dos municípios brasileiros.

Evidentemente, todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores conhecem profundamente a pobreza em que vivem nossos municípios. Temos a responsabilidade de mudar esse cenário, porque se perdurar esse quadro, com certeza teremos a falência do Setor Público Municipal deste País.

Não podemos, em hipótese alguma, Senador Mário Couto, deixar que isso aconteça, até porque a população vive nas cidades, a população naturalmente deseja e quer ter um serviço público de boa qualidade, sobretudo na educação, na saúde e no saneamento básico. E vivemos de sonhos, vivemos de esperança.

O Presidente Lula, anteontem, participou de um grande evento, com mais de três mil Prefeitos e Vereadores deste imenso País. Sua Excelência mostrou pelo menos um gesto de que, desta feita, pretende cumprir seu compromisso de aumentar o repasse do FPM em um ponto percentual. Espero que esse compromisso, Senador José Agripino, seja cumprido, até porque os Prefeitos brasileiros, lamentavelmente, já estão cheios de mentiras e de tapeações praticadas pelo Governo Federal.

Entretanto, quando vi aqui meu Líder, Senador José Agripino, o Senador Arthur Virgílio e outros tantos Senadores que passaram por esta tribuna durante essas 72 horas, pensei que é muito pouco – apenas um ponto percentual – o que o Governo Federal quer repassar para os municípios brasileiros.

Espero que esta Casa, quando o Governo voltar aqui em setembro pedindo a prorrogação da CPMF, em hipótese alguma, concorde que 100% dos recursos arrecadados com essa Contribuição continuem na mão do Governo Federal.

Não temos, Senador Arthur Virgílio, de repassar 20% para os Estados e 10% para os municípios. Temos de fazer uma divisão mais justa: 30% para os Estados e 20% para os municípios brasileiros. Bem definido, esse projeto, com certeza, será bem mais aplicado na saúde pública deste imenso País.

Fico confiante que, neste ano de 2007, o Congresso Nacional dará uma resposta positiva àqueles que moram nos mais distantes municípios deste País, que estão à mercê de uma política mais justa, sobretudo para que possamos dar a verdadeira cidadania ao povo brasileiro que mora nos municípios.

Srs. Senadores, 90% dos municípios brasileiros estão literalmente quebrados. Muitos já estão “almoçando a janta”. Alguns arrecadam 45 dias para pagar 30 dias das suas despesas. E nós não podemos continuar com esse estado de falência. Quero crer que o Senado e a Câmara, realmente, verão de outra forma.

Fiquei muito feliz, quando, anteontem, o Presidente determinou que a Bancada de sustentação do Governo na Câmara vote, com a maior velocidade possível, esse aumento de um ponto percentual do FPM. De forma que a esperança é a última que morre.

Quero crer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o voto de confiança que nós, Parlamentares e sociedade brasileira, demos a Sua Excelência, nas últimas eleições do ano passado, transformar-se-á em realidade. E espero que seja visto de uma maneira melhor, principalmente quando vejo aqui Prefeitos mendigando de pires na mão. Não! Há Prefeitos que ficam em Brasília por dez, quinze dias, à procura, muitas vezes, de pequenos recursos para arrumar uma ponte da sua região a fim de escoar a produção, para dar ao trabalhador do seu Estado, da sua cidade, a oportunidade de escoar o seu milho, o seu feijão e o seu arroz que planta.

Digo isso, porque o meu Estado tem dimensão continental, com 900 mil km². Tenho visto assentamentos que, lamentavelmente, me deixam triste e indignado. O cidadão está ali, enfrentando aquele sol da Amazônia, derramando o suor do seu rosto, com as mãos calejadas, plantando o seu arroz, o seu feijão, e, lamentavelmente, não tem condições de vir para uma cidade maior e vendê-los.

Pergunto: como vamos construir cidadania, justiça social, se não tivermos políticas públicas justas?

Por isso, faço um apelo aos Srs. Senadores, no sentido de apoiar tudo o que venha em defesa do Municipalismo brasileiro, tudo o que venha beneficiar as cidades brasileiras. Exemplificando: vemos as dificuldades por que passam as cidades brasileiras não somente na questão da saúde, da educação, do transporte.

Senadora Ideli Salvatti, por favor, ouça-me um minuto: 17% das mortes desconhecidas, conforme dados da Organização Mundial de Saúde, são fruto de falta de saneamento básico nas cidades brasileiras. Por isso temos essa co-responsabilidade de dar oportunidade a milhares de brasileiros que morrem, muitas vezes, por falta de saneamento básico. Temos de dar melhores condições e apoio às cidades brasileiras.

É um apelo que faço em nome dos Prefeitos do meu Estado e, certamente, em nome dos Prefeitos de todo este imenso País.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Com muita honra, Senadora.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em primeiro lugar, Senador Jayme Campos, eu queria dizer que essa questão do saneamento é muito grave. Pode até parecer absurdo, mas um Estado como o meu, o Estado de Santa Catarina, só não tem índices piores do que, se não me falha a memória, o Piauí ou o Maranhão – um desses dois Estados, não me lembro agora. Então, imaginem um Estado como Santa Catarina com índices de atendimento e de cobertura de saneamento básico nesse nível. Portanto, tudo que pudermos fazer para que a população brasileira tenha acesso a tratamento de água, a tratamento de esgoto e a tratamento dos resíduos sólidos, nós faremos. Isso é de fundamental importância para a qualidade de vida. Já está mais do que comprovado que R\$1,00 aplicado em saneamento economiza R\$4,00 na saúde. Esse é um dado oficial da Organização Mundial da Saúde. Senador Jayme Campos, houve dois momentos na Marcha dos Prefeitos em que o Presidente foi aplaudido de pé. Primeiro, foi a história do aumento de um ponto percentual do FPM, que, do meu ponto de vista, é muito pouco para a demanda e para a necessidade. O outro anúncio foi a diminuição da contrapartida nos projetos e nos convênios para acesso dos recursos, situação em que, às vezes, a Prefeitura deixa de pegar o dinheiro, embora os recursos estejam na Caixa Econômica Federal, no BNDES, porque não tem contrapartida a oferecer. O anúncio da redução da contrapartida, exatamente para atender aos casos mais graves de IDH, que são os mais preocupantes, foi muito importante. Onde está isso, Senador Jayme Campos? Está em uma emenda do PLN nº 1, que não foi votada ontem na Comissão Mista de Orçamento. Temos de votá-la para acelerar o processo e enviar o projeto ao Congresso para que, de uma vez por todas, o aprovemos. Dessa forma, os Prefeitos poderão acessar mesmo oferecendo uma contrapartida menor, como foi anunciado pelo Presidente. A ordem de Sua Excelência já foi cumprida, a emenda já foi apresentada ao PLN nº 1 e só falta nós, membros do Congresso Nacional, Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados, cumprirmos com a nossa parte e desempacar as votações. Precisamos desempacar as votações, precisamos votar de uma vez as medidas provisórias do PAC e esse PLN nº 1, que tem essa redução da contrapartida. Realizamos audiências e audiências para discutir a questão aérea, mas ao PLN nº 1, que ampliará os recursos de R\$4,3 bilhões para R\$11,2 bilhões, inclusive com obras em aeroportos, estamos amarrados e não conseguimos votá-lo. Então, vamos desempacar, Senador Jayme Campos. Parabéns pelo pronunciamento. É exatamente

te essa a atenção que temos de ter com a questão do saneamento.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado pelo aparte, Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex^a pode ter certeza que, como membro da Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na terça-feira será votado. O Relatório do PLN nº 1 foi apresentado pelo Senador Francisco Dornelles, mas, lamentavelmente, não foi possível votá-lo porque acharam por bem que, pelo menos, os membros da Comissão tivessem conhecimento do relatório 48 ou, se possível, 72 horas antes. Mas terça-feira, com certeza, já será aprovado e, com isso, permitido. É um grande avanço. Como disse V. Ex^a, na verdade, muitos municípios – quase sua totalidade – não têm capacidade de dar contrapartida nos investimentos que o Governo Federal tenta ou quer passar para as cidades brasileiras.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o aparte do querido companheiro Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Jayme Campos, parabéns V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento que faz em defesa dos municípios brasileiros. V. Ex^a conhece tão bem essa parte, como ex-Prefeito, ex-Governador, porque é um homem que tem experiência no Executivo. Diferentemente de outros, V. Ex^a está defendendo e vota, não fica só no discurso de prometer, no discurso de dizer que vai fazer, principalmente quando a Casa está cheia, com a presença da maioria dos Prefeitos brasileiros. Quando os Prefeitos tomam o vôo de volta para os seus municípios, aquele entusiasmo, aqueles compromissos, aquelas promessas não são cumpridas. Ouvi atentamente o aparte da Senadora. O Governo tem uma história interessante de cobrar: “Temos de votar!” Ora, temos de votar. E por que o Governo não vota? Por que o Governo não vota o aumento de um ponto percentual para resolver a questão da Marcha dos Prefeitos, que vai beneficiar todos os municípios brasileiros? E quem é que tem maioria na Comissão de Orçamento, é a Oposição ou é o Governo? O Governo, se quiser aprovar, na Comissão, qualquer matéria, não precisa nem da Oposição; se quiser aprovar, na Câmara dos Deputados, qualquer matéria, também não precisa da Oposição; e se quiser votar aqui, no Senado, também não precisa da Oposição. Não sei por que cobra que nós temos de votar. E por que o Governo não coloca sua Base no plenário, seja na Comissão de Orçamento, seja no plenário da Câmara dos Deputados, para votar? Será que somos nós, da Oposição, que temos a obrigação de sempre votar aquilo que os membros

da Base não conseguem votar? Por isso, devo dizer a V. Ex^a que esse tipo de cobrança tem de ser feita – à Senadora, que é Líder do seu Partido – à sua Bancada, com exceção do nobre Senador que ali se encontra, o amazonense João Pedro. (Pausa.) Eu pensava que V. Ex^a estava no PDT, mas V. Ex^a já está no PT. Então, veja bem, o que é que temos de entender? Faz-se necessário que o Governo cobre presença da sua Base. Estamos aqui para votar, como votamos as duas medidas provisórias; votamos sem a presença do Governo; votamos porque, em nenhum momento, os democratas, como eu, V. Ex^a e o Senador Lobão, que aqui se encontra, deixaram de estar aqui, votando pelo Brasil. Porém, lamentavelmente, esse tipo de agressão à Oposição, e que é costumeira, não constrói. Se quiserem que paremos este Congresso, faremos isso; se quiserem tentar e desafiar, vamos concordar. Vamos deixar a brincadeira de tentar vender para a opinião pública, para os nossos telespectadores, para os nossos ouvintes que a Oposição não está votando. Quem não está presente é o Governo. E a própria Senadora, que fez essa citação, acaba de sair; não está mais presente. Então, é isto que quero deixar bem claro: estamos prontos para votar pelo Brasil; prontos para receber as medidas provisórias, que estão desgastando cada vez mais este Poder, o Poder Legislativo, que está perdendo a confiança dos brasileiros. E a culpa não é do Governo, a culpa é nossa, porque o Governo tem maioria. Só vejo aqui Senadores do Governo dizerem que são contra as medidas provisórias. Mas, na hora de votar, para melhorar o trabalho legislativo, o Governo não deixa. Então é por isso que eu parabeno V. Ex^a. Esse tipo de agressão contra a Oposição é normal. Estamos preparados. Acabei de assinar a CPI do Apagão, fui exatamente o 27^o, a última assinatura que se fazia necessária, ou seja, 1/3 da Casa, para que possamos também, com a ajuda do Governo – que certamente vai ajudar –, esclarecer toda essa questão do apagão, todas as denúncias comprovadas pelo Tribunal de Contas da União em relação à Infraero e tantas outras que aí se encontram. É isto que a Oposição quer fazer: ajudar o Governo, fiscalizando aqueles que erraram e que desviaram os recursos públicos deste País.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado pelo aparte.

Concedo um aparte, com muita honra, ao querido Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Meu caro amigo e representante legítimo de Mato Grosso, Jayme Campos, houve um tempo – e aqui me inspiro no aparte do Senador Efraim Morais – em que o governo não tinha maioria. O Governo Jânio Quadros era mi-

noría. O líder do governo na Câmara era o Deputado Pedro Aleixo, que freqüentemente se valia dos préstimos da oposição, mais objetivamente da Deputada Ivete Vargas, do PTB, que mostrava as coisas fundamentais de que a ação necessitava e que o governo apresentava; e até contribuía. Mas não é realmente o que está acontecendo agora. Se o Governo tem maioria e declara que tem – e, realmente, tem –, que use sua maioria para votação dos projetos do seu interesse, do interesse da Nação brasileira. E esse projeto, que diz respeito ao saneamento, é fundamental. V. Ex^a faz muito bem em vir aqui reclamar o direito dos prefeitos. É municipalista. Também sou. A Nação, de fato, começa no Município, e não em Brasília. Temos de voltar nossas atenções, portanto, ao Município, que é a célula primeira. Se o saneamento é fundamental – e é – e se, de fato, a estatística da Senadora está correta – e deve estar –, para cada R\$ 1,00 investido em saneamento, evitam-se gastos de R\$ 4,00. Então, é urgente, urgentíssimo, até por inteligência econômica, fazer com que o saneamento se processe no País inteiro. Mas o Governo que faça valer a sua maioria. Se ele tivesse minoria, quem sabe, talvez coubesse à Oposição um pouco de reflexão e até entendimento da situação. O dever da Oposição é se opor, criticar aquilo que está errado. É isso que a Oposição brasileira está fazendo. A Oposição não merece crítica do Governo, porque cumpre seu papel. Não cumpriria se fizesse o contrário. Não é papel da Oposição apoiar o Governo. O apoio ao Governo é responsabilidade das suas Bancadas. Quero cumprimentar V. Ex^a por trazer esse assunto tão importante para a vida dos municípios brasileiros. Ou cuidamos deles, ou a Nação não cresce, porque a agricultura nasce lá. Até as indústrias mais sofisticadas de automóveis, por exemplo, estão nos municípios. Não estão na União, não estão em Brasília. Vamos defender os municípios com a força e com a autenticidade com que V. Ex^a o faz. Experiente, Governador que foi, municipalista, tratou os seus municípios com o exemplo que, hoje, está trazendo ao Senado da República.

O SR. JAYME CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

Quero concluir minhas palavras, reiterando, aqui, minha esperança e minha confiança num dia melhor para as cidades brasileiras. Quero crer que não só a aprovação de um ponto percentual do FPM, que vai melhorar talvez, dependendo se a Bancada de aliados do Governo o faça com a maior brevidade possível, como também a CPMF, quando vier para esta Casa. O Senador Mão Santa, muitas vezes, veio a esta tribuna criticar, ou melhor, falar a verdade sobre a remuneração do médico, o que ele ganha em troca dos

serviços prestados à saúde, por meio do SUS. Imagino que, se um percentual da CPMF for transferido para os Estados, para os municípios, vai melhorar o pagamento do médico, seja ele um ginecologista ou um cirurgião. Hoje, apesar da concentração de recursos para a saúde, vindos da CPMF, lamentavelmente chega aos municípios uma migalhinha. O Governo já arrecadou 202 bilhões, que teriam de ser aplicados, certamente, na saúde deste País. Imagino que isso não tenha ocorrido, tendo em vista que a saúde no Brasil, a cada dia que passa, está ficando pior. A situação está prestes a virar uma verdadeira crise social, tanto na rede pública quanto na privada.

Para concluir minha fala, Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que os Democratas, com certeza, apoiarão, aqui, tudo aquilo que for de interesse do Brasil, sobretudo aquilo que for de interesse daqueles menos afortunados, principalmente quando se fala em educação, saúde e saneamento básico.

Senador Efraim Morais, quando o Fundef foi aprovado na Câmara dos Deputados, havia uma emenda de um Deputado dos Democratas propondo que se melhorasse o percentual, ou seja, nesse projeto, pedíamos que os Estados também arcassem com o pagamento dos transportes escolares para os municípios. Lamentavelmente, não foi aprovada a emenda do Deputado Federal Lira Maia, democrata do Estado do Pará.

Querido Senador Inácio Arruda, vamos esperar que esta Casa melhore esse percentual, porque, lamentavelmente, as Prefeituras não têm capacidade para fazer o pagamento do transporte escolar. Sei e reconheço que isso só será possível se a Federação contribuir. Caso contrário, milhões de crianças neste País não terão acesso à escola por falta de transporte escolar. Nunca seremos um País de Primeiro Mundo, com justiça social, se nossa população não for escolarizada. Imagino que o Governo Lula não deseje isso para o povo brasileiro, sobretudo para o futuro de nossas crianças.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jayme Campos, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário e Augusto Botelho, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Efraim Morais.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Senador Augusto Botelho, Sr^s e Srs. Senadores, tentarei falar em menos tempo, para que o Senador Inácio Arruda também possa usar a palavra.

Acabamos de ouvir o pronunciamento do Senador Jayme Campos a respeito não só do saneamento, mas, principalmente, da emenda relacionada ao transporte escolar, matéria que, anteontem, foi derrotada na Câmara dos Deputados pela Base do Governo. Não entenderam os Srs. Parlamentares a tão consagrada 10ª Marcha dos Prefeitos, que vieram buscar mais recursos para seus municípios. Na presença de todos, o Governo negou melhores condições, para que se pudesse fazer o transporte escolar dos nossos jovens e das nossas crianças, principalmente da zona rural para a zona urbana dos municípios brasileiros.

Minha preocupação, Senador Jayme Campos, é a de que, amanhã, possamos ser responsabilizados pela sociedade por qualquer acidente ou morte, pois temos observado, nas principais televisões deste País e nos jornais, na mídia de forma geral, fotos e reportagens em que aparecem transportes de toda qualidade para essa juventude. Ontem, foi negada exatamente uma melhor qualidade de transporte para a juventude brasileira, que não é da Oposição, nem do Governo e que quer garantias para estudar. Acima de tudo, observamos que essa situação deixa o pai e a mãe de família intranquilos na sua residência, devido à baixa qualidade do serviço que vem sendo prestado, conseqüência da falta de repasse de recursos do Governo Federal.

O que se queria era simples: igualdade do valor repassado para os municípios e para os Estados. Queríamos que essa transferência fosse feita de fundo para fundo, a fim de que os Prefeitos pudessem, realmente, fazer esse trabalho com melhor qualidade e com mais segurança.

Ouvi muito bem o que disse o Senador Inácio Arruda e, é claro, concordo com ele. Tenho a convicção, Senador, de que, aqui, vamos mudar essa realidade. No Senado Federal, não acontecerá o mesmo que na Câmara dos Deputados, pois vamos aprovar essa emenda e, talvez, até melhorá-la, para que possamos garantir não aos Prefeitos, mas aos estudantes brasileiros aquilo que desejamos: acima de tudo, segurança e tranquilidade no transporte dessas crianças.

Portanto, sou totalmente solidário com sua preocupação, Senador Jayme Campos, e, tenho certeza, ela será de toda a Casa quando, na próxima semana, começarmos a discutir essa matéria. Nós a aprovaremos, e, aí, sim, espero que a Câmara dos Deputados – da qual tive a honra de fazer parte, assim como o Senador Inácio Arruda e muitos outros companheiros – reafirme nossa decisão. Nós, que somos a Casa re-

visora, estamos aqui exatamente para fazer esse tipo de revisão, para melhorar a qualidade dos projetos que aqui chegam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, tratarei de assunto que diz respeito ao Brasil, a todos nós, à História deste País.

Oficialmente extinto em fevereiro de 2002, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), se ainda estivesse atuante, teria completado 61 anos de existência no final do ano passado e seria, com toda certeza, uma respeitável autarquia sexagenária. Criado por um decreto-lei em 27 de dezembro de 1945, o DNER conseguiu a proeza de estender, por todo o território nacional, nada menos do que 51 mil quilômetros de estradas pavimentadas e 14 mil quilômetros de rodovias...

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Desculpe-me.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – V. Ex^a de-seja um aparte, Senador Gilvam Borges?

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Aceito apartear V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Peço que aguarde um pouco e terei o prazer de conceder um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Eu declino.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Criado por um decreto-lei em 27 de dezembro de 1945, o DNER conseguiu a proeza de estender, por todo o território nacional, nada menos do que 51 mil quilômetros de estradas pavimentadas e 14 mil quilômetros de rodovias, com o objetivo de robustecer a integração nacional e de favorecer o desenvolvimento econômico do País.

Senador Mão Santa, foi tão concreta a presença do DNER no Brasil inteiro – materializada nos segmentos e entroncamentos rodoviários, interligados entre si e às malhas rodoviárias estaduais e municipais –, que se tinha a impressão de estar diante de gigantescas artérias, ligadas a centenas de veias e vasos sanguíneos. V. Ex^a, que é médico, sabe muito bem disso, Senador Mão Santa. Essas grandes estradas – que, vistas do alto, alcançavam todos os quadrantes do espaço geográfico do nosso território – asseguraram a unidade da Nação e a integração de nosso imenso território.

Não à toa, Sr. Presidente, pesquisas revelavam, há alguns anos, que a marca DNER era mais lembrada pela população que a Petrobras e ficava em segundo lugar na memória popular, atrás apenas da Coca-Cola.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável a situação dos antigos integrantes dos quadros do extinto DNER, que, hoje, encontram-se em merecido

gozo de suas aposentadorias. Acontece que, com a extinção do DNER, o Ministério dos Transportes ficou com a responsabilidade do pagamento dos servidores inativos e dos pensionistas do extinto órgão, que foram enormemente prejudicados em relação aos servidores redistribuídos para o DNIT. Estes últimos foram contemplados com o Plano Especial de Cargos, por meio da Lei nº 1.171, de 2-7-2005, enquanto os aposentados e pensionistas aguardam, até hoje, que o Ministério do Planejamento aprecie uma minuta de projeto de lei, a ser encaminhada ao Congresso, criando a carreira de Gestão e Políticas de Transportes e do Plano Especial de Cargos do Ministério dos Transportes. Desde abril do ano passado, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa minuta de projeto de lei encontra-se naquele Ministério. Desnecessário dizer que não há garantias de que sua tramitação, aqui dentro do Congresso, será feita com a velocidade que a urgência do assunto exige.

Enquanto isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, os que fizeram do DNER uma marca tão apreciada e reconhecida por todo o Brasil e contribuíram de maneira tão decisiva para a integração do nosso território amargam um salário de vergonha. Não, realmente, não se trata de servidores bem remunerados choramingando por salários mais e mais altos.

Trago ao conhecimento das Sr^{as} e dos Srs. Senadores alguns números, para que façam sua própria avaliação do estado dessas famílias. Enquanto um servidor de nível auxiliar, em início de carreira, no DNIT, tem um vencimento básico de R\$909,57 – que também é pouco –, um servidor de nível superior, aposentado no final da carreira do extinto DNER, recebe exatos R\$565,45 como vencimento básico.

Vou repetir, para que V. Ex^{as} atentem bem para o que está acontecendo: enquanto um servidor de nível auxiliar recebe R\$909,57 – no meu entender, ainda é pouco pelo trabalho que desenvolve no DNIT –, um servidor de nível superior, que se aposentou no final de carreira do extinto DNER, em 2005, recebe apenas R\$565,45. Notem, por favor, Sr^{as} e Srs. Senadores, a desproporção apresentada nesse comparativo. Em outras palavras, um servidor aposentado no fim de carreira do DNER recebe, a título de vencimento básico, pouco mais da metade do que recebe um servidor recém-ingresso no DNIT.

Quando comparamos servidores de mesmo nível hierárquico, a disparidade torna-se vexatória. Um servidor inativo de nível superior, que se consagrou por anos e anos ao antigo DNER, percebe, como já disse, R\$565,45, enquanto um servidor, também de nível superior, no fim de carreira do DNIT – também acho pouco – tem direito a R\$3.472,34 de vencimento

básico. Em termos percentuais, Senador Mão Santa, a diferença é de 600%!

Sr. Presidente, essa situação é insustentável. Constitui verdadeira aberração verificar que um servidor que tenha dedicado toda a sua vida a uma instituição esteja, hoje, assistindo a seus sucedâneos ganharem um vencimento básico seis vezes superior ao seu!

Quando comparamos o salário total dos servidores – não apenas o vencimento básico –, a situação muda muito pouco. Um servidor aposentado do extinto DNER recebe, no máximo, R\$1.995,17 – valor máximo que recebe um funcionário de nível superior do extinto DNER –, enquanto seu correspondente no DNIT pode receber até R\$6.032,29, ou seja, cerca de três vezes mais!

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, desta tribuna, expressar minha preocupação com a situação dos servidores aposentados do DNER e solidarizar-me com eles. Quero também clamar ao Ministério dos Transportes, para que este órgão termine, rapidamente, a preparação da minuta de projeto de lei que criará o Plano de Carreira a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Solicito ainda aos nobres Parlamentares que sejamos céleres em votar pela aprovação desse Projeto de Lei, tão logo chegue a esta Casa.

É de se ressaltar, por fim, Sr. Presidente, que, quando há interesse por parte do Poder Executivo, os projetos andam a toque de caixa e, no mais das vezes, quase na maioria das vezes, são encaminhados ao Congresso Nacional por meio de medida provisória. No entanto, no presente caso, os servidores inativos e os pensionistas do extinto DNER aguardam, há mais de ano, a boa vontade do Ministério dos Transportes em reparar essa injustiça, vivenciando uma situação de penúria, incompatível com os relevantes serviços prestados ao Brasil.

Sr. Presidente, é lamentável a insensibilidade, a falta de humanidade por parte dos que fazem o Ministério dos Transportes. Aqui, fui bem claro quando disse que, quando o Governo quer, quando interessa ao Governo, nem sequer são enviados para cá projetos de lei. O que vem para cá, Senador Gilvam Borges, é medida provisória, que passa a vigorar imediatamente após sua publicação.

Por isso, faço esse apelo ao Governo do Presidente Lula e aos companheiros camaradas do Ministério dos Transportes. Espero que, estando à frente do Ministério um companheiro nosso, o Senador Alfredo Nascimento, cuja sensibilidade conhecemos, S. Ex^a retome esse assunto, para que, juntos, possamos garantir justiça a esses homens e a essas mulheres que fizeram a história deste Brasil, que construíram a história deste Brasil desde 1945, abrindo estradas, construindo

do estradas, interligando todas as regiões deste País. Que possamos fazer justiça às mãos trabalhadoras e ao coração grande dessa gente, desse povo!

Portanto, deixo aqui meu apelo. Talvez, poucos neste País tivessem conhecimento dessa situação; talvez, poucas Sr^{as} Senadoras e poucos Srs. Senadores soubessem disso.

Sr. Presidente, por fim, quero registrar meus agradecimentos aos companheiros do DNER da Paraíba, por intermédio do seu Diretor da ASDNER – PB, Carlos Martins, e ao Vice-Diretor, José Fábio e Silva, que me trouxeram essa matéria e que me pediram para que eu dela desse conhecimento às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores. Como disse o Senador Jayme Campos há pouco, aqui estamos para fiscalizar, para pedir, para reclamar.

E que a Base do Governo, que está com tanta vontade de votar matérias que digam respeito ao Brasil e aos brasileiros, também não se preocupe só com os marajás, com os grandes salários, porque, mais uma vez, neste Governo, parece-me que os aposentados vão continuar pagando a conta!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Efraim Morais.

Com a palavra, agora, pela Liderança do PCdoB, o Senador Inácio Arruda, do Estado do Ceará.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental.

Aproveito a oportunidade para prorrogar a sessão por mais vinte minutos, concedendo dez minutos a V. Ex^a, Senador Inácio Arruda, e dez minutos ao Senador Gilvam Borges.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o tema que pretendo trazer à tribuna, gostaria de comentar a respeito da votação do Fundeb, já na Câmara dos Deputados, da medida provisória que regulamenta essa importante ampliação, que era antes o Fundef, agora Fundeb, uma conquista para a educação no País.

Tenho a opinião de que vamos aprimorar a matéria no Senado, porque a emenda submetida à apreciação da Câmara do Deputados foi muito examinada, muito discutida, envolvendo um trabalho de esforço. Digo isso porque tive a oportunidade de discutir com Prefeitos e com Deputados da base do Governo e da Oposição a fim de encontrar a melhor maneira de aproveitar a emenda, mas não foi possível, porque havia algo que me parecia vício de inconstitucionalidade. Eu disse: “Podemos corrigir isso com o Relator no Senado”. E penso que temos condições de fazer isso no Senado da República, tranqüilamente, em um bom acordo entre a base do Governo e a Oposição, em benefício da população, dos

estudantes, e, evidentemente, da administração pública municipal, que é o nosso grande objetivo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados – é que voltamos à Câmara, momentaneamente; eu e o Senador Efraim Morais a recordamos aqui exatamente em função dos debates de medidas provisórias –, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste 13 de abril, uma sexta-feira, Fortaleza completa 281 anos de existência. Foi exatamente assim, como disse o autor de seu hino, também Deputado Federal: “junto à sombra dos muros do forte” que, há quase 281 anos, a “pequena semente nasceu”. Nasceu vila, em 13 de abril de 1726, Fortaleza.

Neste breve registro do aniversário dos seus 281 anos, faço uma homenagem àquele povo, ao povo dessa cidade que alcança 2,4 milhões de habitantes, Senador Mão Santa, V. Ex^a que teve a oportunidade de estudar naquela cidade e fazer ali seu curso de Medicina, juntamente com Valton Miranda e tantos outros profissionais que hoje são, digamos, pontas-de-lança da Medicina do meu Estado e também do Piauí.

Aquela cidade cresceu muito. Recebeu milhares de cearenses de todos os municípios e milhares de brasileiros de outros Estados, que ali habitam. Hoje, não apenas do Ceará e do Nordeste. Nós, que praticávamos o êxodo sempre em direção ao Norte e ao Sul, hoje recebemos sulistas e nortistas de volta para o Ceará, de volta para Fortaleza.

Fortaleza é uma cidade bonita, uma cidade de praias de águas quentes. O historiador grego Heródoto descreveu o Egito como uma espécie de dádiva do Nilo. O historiador José Liberal de Castro, professor catedrático do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, afirmou que Fortaleza, apesar de ser cortada por dois rios, era uma dádiva dos ventos. Ventos fortes que hoje possibilitam que o Ceará tenha uma das maiores jazidas de energia eólica do País. Não só o Ceará, mas também Estados vizinhos como Rio Grande do Norte e Paraíba. Ele afirmou isso em seu livro **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza**, em que descreve o povoamento da nossa cidade.

Por se achar estrategicamente localizada abaixo da linha do Equador, ao longo de suaves e belos contornos litorâneos, às margens do rio Pajeú, Fortaleza é a rota mais curta do Brasil para a Europa, para os Estados Unidos, para o Cone Sul e para a África. Fica apenas a seis horas e meia de vôo, além de estar a meio caminho para se chegar a outros Estados brasileiros.

Fortaleza é uma espécie de “portão internacional” aéreo e marítimo da América do Sul, seja para turismo, negócios ou eventos.

Cantada como “irmã do sol e do mar”, Fortaleza é exuberante em sua natureza. Recebe em sua região

metropolitana 16 bacias hidrográficas, sendo as mais importantes as dos rios Ceará, Pacoti, Cocó e Maranguapinho. Juntas, elas somam a extensão de 336 quilômetros quadrados. A cidade ainda acolhe sete lagoas de médio porte: Messejana, Parangaba, Maraponga, Mondubim, Opaia, Pajuçara e Jaçanaú.

De relevo leve e suave e ruas de ângulo reto, principalmente no centro, Fortaleza é uma cidade de fácil orientação para os que a visitam, geralmente atraídos pelo seu “clima de eterno verão”, adornado por uma amena e constante brisa que vem do mar “e das ondas que o sol ilumina”.

Historicamente, de 1860 a 1930, Fortaleza viveu movimentos sociais e culturais marcantes, como o movimento abolicionista, nas décadas de 1870 e 1880, que culminou com a libertação dos escravos no Ceará, em 25 de março de 1884, quatro anos antes de a abolição ser oficialmente decretada em todo o País, em 13 de maio de 1888. Francisco José do Nascimento, também conhecido como Chico da Matilde ou ainda como Dragão do Mar, liderou a participação dos jangadeiros no movimento abolicionista, negando-se a fazer o desembarque de escravos no Porto de Fortaleza.

O movimento literário Padaria Espiritual, surgido em 1892, foi pioneiro na divulgação de idéias modernas na literatura do Brasil. Outras entidades da época foram o Instituto do Ceará e a Academia Cearense de Letras, respectivamente fundados em 1887 e 1894.

A cidade continua crescendo. É uma cidade muito bonita, mas, ao mesmo tempo, sua população é muito carente, tem muitas necessidades que eu quero agregar a este meu pronunciamento.

É motivo de festa seu aniversário, e temos que exaltar suas qualidades e belezas naturais. Nós a chamamos de “loira desposada do sol”. Trata-se de eterno verão, com muito sol – às vezes causticante – em cima do seu povo. E ali, entre os 2,4 milhões de habitantes, a maioria esmagadora ainda é de gente pobre, muito pobre. Uma grande parte mora em condições subumanas.

As bacias dos seus rios, as 16 bacias hidrográficas que chegam principalmente pelos rios Cocó e Maranguapinho, receberam a grande população que veio do interior do Ceará, principalmente, e que mora em condições subumanas, inadequadas. E essas condições subumanas e inadequadas são, digamos – falando de rios e de morar à margem dos rios –, leite fácil e natural para recrutar dezenas, centenas, milhares de pessoas, jovens, homens e mulheres, que, ao desalento do desemprego, servem também à marginalidade na nossa capital.

Então, a cidade que cresce e que fica bonita aos olhos dos visitantes também tem um contingente razoável de pessoas penalizadas por um desenvolvimento absolutamente desigual, absolutamente concentrador

da riqueza. A nossa capital, que é a quarta maior cidade do Brasil, a segunda maior do Nordeste brasileiro, uma cidade absolutamente exuberante, concentra muita desigualdade, Sr. Presidente, muita, muita desigualdade.

E não fossem esses momentos que estamos vivendo em nosso País, de mais alento com o desenvolvimento, não fosse essa quase ordem unida colocada em marcha pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que recebeu, em nosso Estado, 71% dos votos nesta eleição, que abriu caminhos novos, mas posso dizer que agora, com o Plano de Aceleração do Crescimento, acabamos de receber o apoio do Presidente da República para recuperar a bacia destes dois rios, o Maranguapinho e o Cocó, que cortam a cidade de Fortaleza de ponta a ponta, num investimento de R\$320 milhões em obra que será construída pelo Governo do Estado e que atende Fortaleza e mais três municípios da região metropolitana.

Fortaleza mesma receberá uma obra de transporte coletivo chamado Transfor, um investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que será comandado pela Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, que vem governando, com muita sabedoria, a nossa cidade, com o nosso apoio, também um investimento de grande porte, de cerca de US\$150 milhões, para permitir que o povo seja transportado com mais qualidade, porque é transporte exatamente para essa parcela mais pobre da população da cidade de Fortaleza.

Também fruto desse Programa de Aceleração do Crescimento, o Governo Lula autorizou que recuperássemos, na cidade de Fortaleza, algo em torno de nove lagoas. A população, quando começa o período de estiagem, vai ocupando as margens da lagoa, que vai ficando aterrada, e, quando vem o início do período de chuvas, as famílias ficam dentro d'água.

Então, agora estamos num processo de recuperar essas lagoas, que são muito importantes para a cidade. Ressalte-se que a população mais pobre, necessitada de espaço para morar, praticamente teve que ocupar aquela área. E posso falar, com muita tranqüilidade, desse assunto, porque tive oportunidade de dirigir a Federação de Associações de Moradores de Bairros e Favelas, como Presidente durante dois anos e Diretor por seis anos. Portanto, conheço profundamente essa realidade do nosso Município de Fortaleza, o que significam as favelas da nossa cidade. Onde elas existem? Exatamente na margem do rio Cocó e do rio Maranguapinho, dentro das lagoas, que agora passam por esse processo de recuperação. É um investimento caro, porque é preciso proceder à drenagem dos rios, à recuperação das casas e à pavimentação do local. É um investimento de grande custo que está sendo feito, agora, no Governo Lula, com a aplicação de recursos

na administração municipal, para que esta possa recuperar as lagoas e fazer todo o trabalho de drenagem e de recuperação da bacia hidrográfica dos rios Maranguapinho e Cocó. É um investimento de peso.

Logo, no aniversário de 281 anos da cidade de Fortaleza, podemos comemorar, dizendo que começou um trabalho de aceleração do desenvolvimento. Não me refiro ao crescimento, porque o crescimento de Fortaleza vem ocorrendo há muitos anos, de forma acentuada. E, há um curto espaço de tempo, 40 anos de diferença – posso tranqüilamente referir-me ao Senador Mão Santa, que estudou ali durante muitos anos, quando a população ainda era pequenina; V. Ex^a é jovem, mas passou por ali há 40 anos, não é verdade? –, aquela população era de 450, 500 mil habitantes. Era essa a população de Fortaleza.

Então, em 40 anos, Sr. Presidente, saímos de 450 mil habitantes para 2,4 milhões. Sinceramente, não há infra-estrutura, não há condições de uma cidade, em 40 anos, sair de 450 mil para 2,4 milhões de habitantes. É uma explosão demográfica sem igual, sem precedentes, para uma cidade como Fortaleza.

Mas é da nossa responsabilidade. Nós, como Deputados, Senadores, homens públicos, temos que encontrar um meio para permitir a melhoria da qualidade de vida do povo da nossa cidade, ao completar 281 anos.

Meu caro Mão Santa, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Inácio, V. Ex^a me faz lembrar José de Alencar, descrevendo as belezas do Ceará, de Fortaleza.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Iracema corria de Ipu até Messejana.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Iracema, lábios de mel, Ubirajara, Luciola, tudo aquilo de José de Alencar, Rachel de Queiroz... V. Ex^a está muito poético, recordando os verdes mares bravios, as brancas dunas, os ventos que nos acariciam, o sol que nos tosta a todos e os rios que abraçam o povo e a gente. Fortaleza é isso tudo que V. Ex^a diz. Sem dúvida nenhuma, eu queria contar aquilo que são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o homem – quem disse isso foi Sófocles, não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, por gentileza.

Senador Edison Lobão, gostaria que V. Ex^a socorresse a Mesa e viesse até aqui.

Continue o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Muitas são as maravilhas da natureza, dessa cidade encantadora, que encanta a todos. Eu, particularmente, a primeira vez em que a vi foi quando chegou Nossa Senhora de Fátima. Aquele bairro não existia. Minha mãe, terceira franciscana, saiu lá de Parnaíba e ia parando: Sobral...

Onde se parava, rezava-se. E onde hoje é o Bairro de Fátima não existia nada. Conheço desde aí. Depois estudei, interno num colégio cearense, São João, na Faculdade de Medicina. Mas eu ia dizer que o mais importante é a gente. Logicamente, a mulher é simbolizada por Iracema. Mas vou dizer do homem, do cearense, desse Dragão do Mar: o homem que teve coragem de não aceitar transportar os negros que eram vendidos e trazidos nas pequenas embarcações; o homem que fomos buscar lá no Piauí, a fim de fazer a Batalha do Jenipapo, a guerra lá de Campo Maior, para expulsar os portugueses. Fomos buscar cearenses, em Viçosa e Granja, para expulsar os portugueses; quem nos comandou foi um cearense. Mas esse homem bravo, aquele sertanejo que, antes de tudo, é um bravo, queria definir: Juscelino Kubitschek de Oliveira – não sei onde V. Ex^a estava –, nos últimos dias, no apagar do seu governo, visitou Fortaleza. Estudante, no pré-vestibular, e, atraído pela política e por aquela figura sorridente, eu o acompanhei na Faculdade de Direito. Lá vaiaram Juscelino Kubitschek, porque o cearense é, sobretudo, um moleque no bom sentido, um gozador. Lembro que, quando éramos estudantes, choveu no Ceará, estávamos todos na Praça do Ferreira. Quando o sol saiu, vaiaram o sol. O cearense é esse espírito crítico de lutador. Mas Juscelino Kubitschek saiu de lá, foi tomar café num abrigo. Não sei se V. Ex^a é do tempo do abrigo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Nasci naquela época.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – No Pedrão da

Bananada, do Ceará. Havia um bar do torcedor do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Do Pedro. É verdade.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Então, Juscelino

Kubitschek. A Assembléia, bem próxima à Praça do Ferreira.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Exatamente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Aqueles engravatados,

como nós, em torno de Juscelino. E um caboclo, aquele do chapéu de couro, que estão combatendo na Câmara: não deixam o pobre coitado botar o chapéu. Lembro que ele estava lá e quis aproximar-se, mas não conseguiu. Juscelino, sorridente, tomando café, e ele não conseguia aproximar-se. Ele falou: “Ô, Presidente, pai d’égua!” Esse é o linguajar, a coragem, a força do bravo cearense, que V. Ex^a representa no que há de melhor: na luta, na bravura, na honestidade e na honradez.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Sr. Presidente, peço que acolha meu pronunciamento no seu inteiro teor.

Também lembro outras figuras, literatos, homens que tratavam da construção da estrada-de-ferro e, ao mesmo tempo, escreviam. Eram escritores, poetas que registraram esses momentos históricos da construção da cidade de Fortaleza. Lembro-me de um livro delicioso de Otacílio de Azevedo, **Fortaleza descalça**, e de um mais recente, do jornalista Paulo Linhares, **Fortaleza, Cidade de Água e Sal**; as crônicas permanentes, aos domingos, do geógrafo espetacular José Borzacchiello da Silva, que escreve sistematicamente sobre esse crescimento da cidade, sobre essa explosão demográfica, que mostra a concentração da riqueza em um pedaço da cidade e aquele alastramento enorme da população mais pobre, quase que apartada da cidade de Fortaleza. Hoje há a necessidade de encontrarmos caminhos para um desenvolvimento mais igual da cidade. Se não fizermos isso, ao concentrarmos mais e aumentarmos mais as desigualdades, estaremos criando um fosso social sem precedentes.

Neste momento do aniversário da cidade de Fortaleza, ao cantá-la, ao elevar essa bela cidade do nosso País, temos também que mostrar as dificuldades e tratar de enfrentar os problemas que ela contém ainda em seu seio. Acho que é assim que temos que ajudar, e convidar e convocar o nosso Governo, o Governo de Lula e juntar forças e energias entre o Governo de Lula e o Governo de Cid Gomes, no Estado do Ceará, e o Governo da nossa Prefeita Luizianne Lins. Se juntarmos essas energias, esses três Governos, conseguiremos transformar a bela cidade de Fortaleza numa cidade com grande qualidade de vida para o seu povo, porque é assim que ela será atraente para todos os seus visitantes, mais atraente. Se ela é atraente, se tem grande qualidade de vida para aqueles que ali vivem todos os dias, ela chamará mais ainda o povo do Brasil inteiro e de fora do nosso País.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu gostaria de trazer hoje para homenagear essa bela cidade onde tive a felicidade de nascer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Inácio Arruda, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges e Edison Lobão, sucessivamente..

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini por cinco minutos.

Em seguida, falará o eminente Senador Gilvam Borges.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria

de, em breves palavras, fazer uma avaliação do que representou a X Marcha dos Prefeitos. E venho aqui com o sentimento de quem participou da I Marcha, que viu esse movimento crescer, que viu essa união de forças, representadas pelos prefeitos, se consolidando para reivindicar os seus direitos, reivindicar mais apoio, mais valorização para os seus municípios.

É bem verdade que para muitas das reivindicações aqui trazidas voltamos ainda sem respostas, mas já podemos contabilizar o compromisso do Senhor Presidente em garantir o acréscimo de um ponto percentual ao FPM, luta que já vem de três anos.

E queremos também o compromisso, que é meu e, tenho certeza, de S. Ex^{as} Senadoras e Senadores, no sentido de que o projeto que trata da redução do índice de endividamento com os precatórios seja realmente aprovado e agilizado, porque muitos dos municípios passam por situações difíceis, quando os prefeitos, ao assumirem, herdam dívidas imensas de administrações passadas, e, por decisões judiciais, esse dinheiro é seqüestrado, faltando recursos para as necessidades básicas, Senador Mão Santa – e V. Ex^a que conhece de perto a nossa realidade, a realidade da sua Parnaíba, que é semelhante à de tantos e tantos municípios. Ficam faltando recursos para as necessidades básicas, para atender a saúde, a educação, para promover mais desenvolvimento nos municípios.

Então, essa nossa luta municipalista é a luta de quem quer um Brasil forte, de quem quer um Brasil realmente acelerando no desenvolvimento, mas isso passa pela valorização e pelo fortalecimento de cada município, esteja ele onde estiver, em qualquer recanto deste País, grande, médio ou pequeno. Todos merecem a atenção e o respeito, porque é lá onde vive o cidadão.

Temos também uma preocupação maior: a educação. Urge mudar esse quadro. Uma análise feita pela Prova Brasil, pelo Enem, mostra que ainda estamos muito distantes de chegarmos ao patamar que realmente seja aceitável no que diz respeito ao aproveitamento da educação.

Vamos ter agora essa oportunidade com o Fundeb? O Fundeb, que foi tão discutido, analisado, que já é uma consequência do Fundef, que, na realidade, trouxe mais condições para o investimento na educação? Há uma preocupação: os valores que serão repassados a cada nível educacional deixam muito a desejar com relação às creches e à pré-escola.

Então, levanto a minha voz para que todos saibam que temos a constante preocupação de que os valores relacionados ao investimento em creches e em educação infantil sejam maiores, já que o que foi aprovado é insuficiente. E a creche e a pré-escola são o começo da vida educacional; são os pequenos que precisam

de uma atenção maior, de maior apoio, de um suporte maior para o seu desenvolvimento. Se a educação não for apoiada na sua base, no início, se ela não tiver esse apoio maior, não teremos realmente condições de crescer e termos uma melhoria na educação.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a enriquece este Congresso. Está na Presidência o Senador Edison Lobão, um extraordinário homem público, que fez talvez o melhor Governo. Não vou dizer que ele é o melhor da história do Maranhão, mas está entre os melhores, e sou testemunha. Estamos frustrados porque essa extraordinária Senadora foi três vezes prefeita. No organograma imaginado por Montesquieu, na divisão de poderes... Aliás, entendo que não seja poder, mas instrumentos da democracia: instrumento da Justiça, instrumento do Legislativo, instrumento do Executivo. O poder é do povo que trabalha e paga a conta – assim eu entendo. Mas, como ia dizendo, de todo esse organograma, o mais importante é a célula, é o prefeito. O mais importante. Administrar a sua mãe, sua esposa, seus filhos, a cidade; só o Prefeito. E esta mulher... E tem ainda a vantagem de ser mulher, que é o sexo mais valoroso, mais decente, mais correto. Esse negócio de dizer que somos sexo forte é uma fraqueza nossa. Forte foi a mulher de Pilatos; forte foi Verônica; as três Marias; foram aquelas três que viram e anunciaram que Cristo ressuscitou. Forte é Rosalba, três vezes prefeita. Não três vezes prefeita, extraordinária prefeita. Daí o vôo que ela deu. Ela não é nem tucana, mas voou. Voou lá da prefeitura para o Senado da República. Então essa é a experiência que V. Ex^a tem, de vitoriosa, de conhecedora da realidade administrativa nesse momento que estão aí apavorados milhares de prefeitos, sem rumo, porque não têm recursos. E V. Ex^a toca o ponto fundamental: a vaidade do Presidente da República. Não sei. Eu gosto do Lula. Votei no Lula na primeira vez – mas é porque é como Thomas Merton disse: “Nenhum homem é uma ilha”; ele não é uma ilha, mas ele é rodeado por aqueles aloprados que levam para ele a mentira. Olha, este País foi estruturado, tinha a LBA. Eu fui prefeito, e não havia nenhuma criança na rua, porque se criava creche. Era fácil se criar. Tanto é que, quando eu saí da minha prefeitura, fui Governador do Estado e tirei 93,84%, e não é porque sou melhor do que os outros, mas porque obedecia a Constituição que mandava dar 21,5% para os prefeitos. Hoje reduziram os impostos, criaram uma lei para dividir com o Estado e com os fundos constitucionais, nessas contribuições em que

o Município é garfado; sempre sobrando. V. Ex^a tem a ensinar a valorização deste agente que é o mais importante da democracia: o Prefeito. V. Ex^a está aí para nos ensinar e para dar melhores rumos ao Brasil.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (PFL – RN) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Com a permissão de V. Ex^a, quero dizer que estamos aqui com a presença da Prefeita Maria de Fátima Rosado, conhecida como Fafá Rosado, Prefeita da cidade de Mossoró, que continua o trabalho que eu vinha realizando pela cidade, e também da Prefeita Maria Miriam da cidade de Tabuleiro Grande. Na minha eleição para o Senado, essas duas mulheres foram decisivas: na cidade de Mossoró, tive 84%; e, na cidade da Prefeita Maria Miriam, 88% dos votos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já é uma característica no Rio Grande do Norte a força do trabalho da mulher. O Estado é governado por uma mulher, a Governadora Wilma de Faria. Tivemos a primeira Deputada Estadual do Brasil; tivemos a primeira Prefeita do Brasil; e o primeiro voto feminino, que marcou essa luta e que foi um marco para que pudéssemos estar aqui. Isso porque, além de votarmos, foi possível sermos também votadas e, assim, contribuímos, com a nossa luta, com a nossa experiência e com a nossa sensibilidade, para, se Deus quiser, engrandecermos este País, fazendo com que, Senador Mão Santa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as nossas crianças tenham realmente a atenção e o respeito que lhes são devidos. E isso passa pelos caminhos da educação.

Sem educação e sem darmos às nossas crianças, desde o primeiro dia em que elas entram para o processo educacional – da creche para a escola –, toda a atenção e todo o apoio, com certeza não teremos condições de termos uma base educacional que fará com que essas crianças possam, no decorrer de toda a sua existência, engrandecer, com o seu talento e com a sua inteligência, a cidadania da paz, fazendo do Brasil um país forte e democrático como todos nós sonhamos e queremos.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – A Presidência dá as boas-vindas às ilustres Prefeitas do Rio Grande do Norte.

Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges, registrando que esta é uma Casa que se orgulha de ter, entre os seus ilustres membros, Prefeitos do calibre do Senador Mão Santa, que foi, da sua cidade Parnaíba, um notável Prefeito; e, sem dúvida também, a Prefeita Rosalba Ciarlini.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, primeiro consulto qual a disponibilidade de tempo que este orador pode ter para se conter ou se expandir.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – V. Ex^a tem dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 28 de março ocupei esta tribuna para chamar a atenção das autoridades quanto à paralisação que a Polícia Federal fazia naquele dia por todo o Brasil. Naquele momento, exibi, aos meus nobres Pares, cópia do documento assinado pelo então Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, comprometendo-se a pagar 60% de reajuste aos policiais federais, dividido em duas parcelas. Em junho de 2006, o Governo pagou a primeira parcela; a segunda, prevista para o mês de dezembro de 2006, não foi paga até agora.

Ontem, representantes de diversas categorias da Polícia Federal tomaram “chá de cadeira” de mais de duas horas no Ministério do Planejamento. O Ministro Paulo Bernardo simplesmente não os recebeu. Crime de responsabilidade! Crime de falta de aptidão para o cargo, pois uma greve do porte que podemos ter, da Polícia Federal, em todos os aeroportos, em todos os setores importantes da vida, da segurança nacional, da Federação, pode ter desdobramentos, e isso fere de morte a autoridade do Governo Federal, reflete diretamente no nosso líder maior do Poder Executivo nacional, do Governo Federal, o Presidente, ao qual damos sustentação política nesta Casa.

Não se pode tratar da forma como foi tratada, negligentemente, a questão da grave luta dos seis meses de apagões aéreos por todo o País. Negligência, falta de aptidão, falta de compromisso com uma crise que não deveria ter acontecido, mas aconteceu. E agora o Ministro acha que não pode receber diretores do segmento de segurança pública simplesmente porque está mal-humorado ou perdeu o apetite, o desejo de ser o que é, um Ministro de alta patente, com responsabilidades grandes.

Hoje, Sr. Presidente, o jornalista Claudio Humberto comenta, em seu prestigiado *site* que “o Governo parece querer greve na Polícia Federal”, e a colunista Dora Kramer, do jornal **O Estado de S. Paulo**, diz:

O Governo Federal leva a Polícia Federal em banho-maria, evitando cumprir o acordo salarial firmado há um ano com o então Ministro da Justiça, (o honrado ex-Ministro) Márcio Thomaz Bastos. A primeira parcela foi paga, faltam 30% dos 60% prometidos. Os policiais têm feito protestos e advertências na forma de operações-padrão pontuais, a insatisfação cresce e a carruagem vai andando pelo mesmo caminho que deu no motim dos controladores de voo. (Ao qual me referi minutos antes no meu pronunciamento.)

Então, Sr. Presidente, torno a alertar para o perigo dessa operação banho-maria, que não seria bem banho-maria, mas uma operação de irresponsabilidade, falta de apetite e de compromisso com o serviço público que está sendo adotada em relação à Polícia Federal e a outras instituições importantes deste País, em momento especialmente delicado da vida nacional, quando campeiam a violência e a insegurança urbana.

Não estou tão-somente defendendo reposição de perda salarial para uma categoria. Estou chamando atenção para o perigo de um documento assinado pelo Ministro da Justiça de nosso País não valer mais do que um risco n'água. Se não se pode confiar na assinatura de um Ministro, que fala por todo o Governo, em quem se há de confiar, Sr. Presidente? Se a perda de confiança já é profunda na sociedade amapaense, todos os Poderes estão em cheque, sem poder dar a resposta necessária para o desenvolvimento da Nação. Na área social, estamos em colapso: saúde, segurança pública, educação. Estamos em colapso.

Estamos em uma guerra civil, Sr. Presidente. A Polícia Federal, com a reputação que tem, com policiais devidamente concursados, treinados, aperfeiçoados, que garantem uma posição estratégica na segurança nacional, ameaça fazer greve? Então, abrem-se novas fronteiras de greve: Polícia Militar, Polícia Civil. Há uma desorganização completa. E a Nação não pode perder a credibilidade de maneira alguma.

Sr. Presidente, quero apelar novamente ao Presidente Lula, que esteve conosco na residência do Presidente da Casa em um encontro com a Base aliada e forte do nosso valoroso PMDB. Lá, o Presidente Lula estava, como sempre, convicto, simpático, determinado. Mas uma andorinha só não faz verão. É necessário um esforço coletivo, uma disposição dos colaboradores mais próximos do Presidente em gerir e em administrar as demandas importantes.

Como pode o Ministro do Planejamento ter um comportamento tão indelicado, mal-educado e irresponsável? Como? O que lhe custaria dar uma palavra a esse segmento importante, não só pelo mérito do compromisso assumido pelo Governo Federal, mas principalmente pelo que pode significar?

Quero chamar a atenção da direção nacional do segmento da Polícia Federal, que administra os interesses da corporação. Pode-se perceber que não funciona brincar de vaivém. Portanto, deve ser firme a decisão. Esperar com mais prudência para o último diálogo e então partir para o instrumento que defende os interesses da categoria e dos servidores. Sim, isso é muito importante. Precisamos de equilíbrio neste País.

Mão Santa, V. Ex^a está compenetrado nesta hora, observando um simples pronunciamento de alerta.

Sr. Presidente, sabe o que foi o apagão? Irresponsabilidade, falta de tino, de capacidade político-administrativa. Não poderíamos estar passando por essa vergonha, que, graças a Deus, está aparentemente sob controle.

Agora, imaginem o País com uma pauta de discussão nacional, todos os dias, na casa das famílias, aqui no Parlamento, nas ruas, nos logradouros públicos, em todos os cantos, com um único assunto: insegurança.

Imaginem greves desencadeadas por falta de um diálogo, por falta de responsabilidade de atendimento, Senador Mão Santa! Imaginem se todas as polícias começarem a cruzar os braços, porque, além de desaparelhadas, desassistidas e mal remuneradas, não têm o respeito de quem deveriam ter para o diálogo, para o cumprimento. Isso é um crime.

Compreendo que V. Ex^a, Senador Mão Santa, é o guardião do plenário. Só restamos nós dois – eu e V. Ex^a – e o Presidente, que, bravamente e com competência, administra esta sessão. V. Ex^a, neste momento, como já o conheço, dá alguns cochilos estratégicos, mas agora sabe que é preciso estar alerta.

V. Ex^a sabe o que aconteceu na Câmara, agora, o absurdo e a violência que fizeram com um representante do povo! Fizeram o Parlamentar, o Mão Branca, tirar o chapéu. Ora, é mais do que justo aquele homem, que veio do seio do seu povo, estar com o chapéu na cabeça – ele cumpriu o Regimento da Casa, vestindo terno e gravata –, simbolizando um segmento. O chapéu não ofende ninguém. Só se alguma coisa pudesse levantar o chapéu. Mas não é o caso do Deputado. Ele teria, Senador Mão Santa, o direito de usar o chapéu, porque já não vivemos como no século passado, em que o chapéu era moda e tirar o chapéu era um ato de reverência, de respeito. Mas não, o chapéu representa o vaqueiro.

V. Ex^a se lembra do seu colega que tinha o grupo Chapéu de Couro, no Piauí? Como era o nome do Governador?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam, V. Ex^a, com sua inteligência...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Mas quero saber, Senador Mão Santa, se V. Ex^a está solidário com o Deputado Mão Branca. V. Ex^a é o próximo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Primeiro, quero prestar solidariedade a V. Ex^a pela preocupação com a greve iminente da Polícia Federal.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – E o desdobramento disso, Excelência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Nós vivemos no momento uma barbárie. Aqui está concorrendo em morte com o Iraque. É verdade, Senador Edison Lobão. No Rio de Janeiro, houve 596 homicídios em janeiro, 10% a mais do que no ano anterior. Quer dizer, o Gover-

no de nosso colega e amigo Sérgio Cabral conseguiu superar em 10% o número de assassinatos ocorridos no Governo de Rosinha Garotinho. Para que V. Ex^a tenha uma noção, no Iraque, em janeiro, morreram 1.800 pessoas. Agora, se somarmos o Rio de Janeiro com os outros Estados do Brasil, estaremos concorrendo com o Iraque. Neste momento de violência, a preocupação do Senador Gilvam Borges é sábia. É como Platão ensinou: “Seja ousado, mas não em demasia”. O Governo está sendo ousado em demasia, não respeitando esta instituição. Senador Gilvam Borges, admiro a formação cultural do Chile. Acho que é o País mais civilizado das Américas – em segundo lugar é o Canadá, em terceiro, os Estados Unidos e, em quarto, a Argentina. Quando lá nós andamos, o povo diz, Senador Edison Lobão: “A polícia daqui não é corrupta”. Qual a brasileira e o brasileiro que podem dizer isso? A Polícia Federal está salvaguardando nossa tranqüilidade, pela sua formação, que tão bem o Senador Gilvam descreveu uma formação acadêmica e virtuosa, está mantendo a todo custo essa ordem e progresso. Se essa Polícia Federal parar, vamos acabar vencendo o Iraque, em número de assassinatos. Daí a preocupação de V. Ex^a. Também nos solidarizamos com o chapéu. Foi um momento intempestivo e de nervosismo da Câmara Federal, porque cada um tem de se respeitar. V. Ex^a mesmo tem o hábito de usar, por comodidade e por cultura, o seu chinelo, e todos nós admiramos e respeitamos a sua maneira. Então, se o cantor de forró eleito pelo povo é estereotipado com aquele chapéu de couro, para nós não significa cangaceiro. De maneira nenhuma! Significa o vaqueiro. Lembro-me, e o Senador Edison Lobão conhece, de que, no primeiro governo de Alberto Silva, a equipe de Governo chamava-se equipe do chapéu de couro, que simbolizava o Governo de Alberto Silva. Não vejo que isso diminua, pelo contrário, é uma tradição que simboliza e aproxima o vaqueiro, que traduz a nossa origem de homem trabalhador e do campo.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, V. Ex^a percebe que as minhas considerações nesta noite já começam a dar sinais de encerramento.

Queria que V. Ex^a me permitisse concluir meu raciocínio para dizer que são das pequenas centelhas que se fazem os grandes incêndios. E para uma grande caminhada, há um primeiro passo.

Não é importante uma avaliação imediata do momento, mas, sim, uma avaliação do futuro sobre o que um gesto como esse pode significar. O desdobramento tem uma instabilidade. Em algumas capitais ou na maioria das nossas capitais, das nossas cidades há um sentimento de guerra civil.

Daqui desta tribuna, 60% a 70% dos pronunciamentos e das proposições, neste primeiro semestre, tratam exclusivamente de segurança pública.

Faço um apelo ao Presidente Lula que ligue para o Ministro para que receba a categoria e diga simplesmente que não é possível cumprir o acordo, porque o Governo não tem recursos para o momento; mas que poderão assegurar os recursos a partir das arrecadações propostas para o segundo semestre.

Tenho certeza de que, pelo grau de responsabilidade com o País, há possibilidade de um entendimento concreto. Só que não pode ser mais avalizado por nenhum Ministro. Um próximo acordo terá de ser avalizado pelo próprio Presidente Lula.

Se o Presidente Lula tivesse gerenciado essa crise do apagão aéreo, se tirasse dois dias da agenda dele, não teria acontecido isso.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo ao Ministro Paulo Bernardo para que não faça isso. Isso é vergonhoso, isso é negligência, é falta de compromisso. Se está doente, se está com problema de coluna, se está com depressão, se está estressado, se está sobrecarregado – sei que a lida é grande, que as dificuldades são muitas, que as demandas são muitas – socorra-se da assessoria, peça uma licença de trinta dias para se tratar; mas não exponha o País a uma crise que pode acontecer. Pode acontecer, sim, uma crise profunda que já estamos vivenciando na segurança pública.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer ao Senador Mão Santa, que me prestigia nesta noite, que sei das suas travessuras da adolescência, quando aqui se referiu que cangaço fica realmente com estereótipo negativo. Mas V. Ex^a, quando era adolescente, – eu sei – tinha o sonho de seguir os passos de Lampião. Graças a Deus, desviou-se para o caminho do estudo, conseguindo, realmente, uma profissão que lhe credenciou a prestar um serviço ao seu amado povo do Piauí.

Ser cangaceiro, Senador Mão Santa, não é vergonha, sei que eram coisas da adolescência, V. Ex^a sempre sonhou ser um cangaceiro das caatingas do Piauí.

Encerro meu pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA) – Sobre a Mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados.

É lido o seguinte:

SGM/P Nº 388/2007

Brasília, 29 de março de 2007

Senhor Presidente,

Em aditamento ao OF nº 168/2007-SGM/P, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os

membro dessa Casa que, em conformidade com o Ato Conjunto nº 2 de 2007, e de acordo com o princípio da proporcionalidade partidária, deverão compor a Comissão Mista Especial destinada a “acompanhar,

monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente da Câmara dos Deputados.

Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

TITULARES

SUPLENTE

PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB

DR. ADILSON SOARES
FERNANDO FERRO
IRAN BARBOSA
PAULO PIAU
REBECCA GARCIA
ROSE DE FREITAS

HOMERO PEREIRA
LELO COIMBRA
LEONARDO MONTEIRO
MOACIR MICHELETTO
PAULO TEIXEIRA
RICARDO BARROS

PSDB/PFL/PPS

AUGUSTO CARVALHO
EDUARDO GOMES
LUIZ CARREIRA

ANTONIO CARLOS MENDES THAME
JORGE KHOURY
MARINA MAGGESSI

PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN

RODRIGO ROLLEMBERG
SEBASTIÃO BALA ROCHA

MARIA HELENA
PERPÉTUA ALMEIDA

PV

SARNEY FILHO

FERNANDO GABEIRA

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– A Presidência designa os Srs. Senadores Raimundo Colombo, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Valter Pereira e Joaquim Roriz para compor a Comissão Mista Especial criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2007, para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– Passa-se à apreciação do requerimento do Senador Sérgio Zambiasi, lido no expediente, de autorização para desempenho de missão, Requerimento nº 340, de 2007.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a autorização solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)
– Os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo não investe tudo que deveria”, publicada pelo **Jornal do Brasil**, de 6 de Janeiro de 2007.

A matéria destaca que mais uma vez o Governo Federal reteve em seus cofres no ano passado os recursos destinados à prevenção de desastres decorrentes das chuvas que todo início do ano assolam a Região Sudeste do País. A matéria cita que o Siafi, sistema de Acompanhamento Financeiro do Governo Federal, acusa a liberação de apenas 33,2% da verba destinada ao Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e desastres.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

DATA: 06/01/2007

DESCASO ■ Verba para prevenir desastres ficou retida Governo não investe tudo o que deveria

Sérgio Pardellas

■ BRASÍLIA. Descaso repetido, tragédias revividas. Mais uma vez, o governo federal reteve em seus cofres no ano passado os recursos destinados à prevenção de desastres decorrentes das chuvas que todo início de ano assolam a Região Sudeste do país.

De acordo com o Sistema de Acompanhamento Financeiro do Governo Federal (Siafi), em 2006 o Programa de Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres, responsável por realizar obras preventivas como a contenção de encostas e a canalização de córregos gastou apenas 33,2% da verba disponível no Orçamento. O levantamento foi feito pela associação Contas Abertas, a pedido do JB.

A dotação autorizada no Orçamento era de R\$ 110 milhões, mas só foram liberados R\$ 8,1 milhões. Considerados ainda os restos a pagar de anos anteriores, o valor retido sobe para R\$ 36 milhões, o que ainda é muito pouco diante das deficiências das cidades na preven-

ção de desastres causados por chuvas e outros fenômenos naturais.

A situação é precária a tal ponto que, nos quatro Estados da região Sudeste, 29 pessoas morreram nos últimos cinco dias.

Região mais afetada pelas chuvas, a Sudeste foi uma das que mais sofreram pela retenção do dinheiro em Brasília. Para Minas Gerais, do total de R\$ 2,1 milhões disponíveis para "Apoio a

A dotação no Orçamento era de R\$ 110 milhões, mas só foram liberados R\$ 8,1 milhões.

Obras Preventivas de Desastre", apenas R\$ 7 mil foram liberados. Em São Paulo foram aplicados apenas R\$ 2,8 milhões dos R\$ 13,8 milhões previstos no Orçamento. No Rio de Janeiro, municípios que mais sofrem nesta época do ano com a ação das chuvas não receberam um centavo sequer. É o caso de Petrópolis, Laje do Muriaé e Miracema. Iguaba

Grande só recebeu R\$ 975.

O Siafi mostra que, em 2006, o governo preferiu remediar a prevenir. Os programas "Respostas aos Desastres" e "Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres", que atuam nas emergências e no socorro às vítimas, liberou em 2006, do total de R\$ 181 milhões empenhados, R\$ 128 milhões. Sendo que R\$ 51 milhões saíram do Orçamento deste ano. O restante é referente aos chamados restos a pagar. Ou seja: dívidas acumuladas e não pagas em anos anteriores.

- Houve um duplo descuido: o primeiro, ao contingenciar os recursos. O segundo: há uma grande falta de preparo para analisar e resolver questões urgentes que são vistas como problemas de longo prazo, como o aquecimento global - criticou o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), integrante de uma Comissão na Câmara que estudou, no último ano, os efeitos no país de fenômenos climáticos como o El Niño.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Bush em visita”, publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 09 de março de 2007.

A matéria destaca que, influenciada pelos interesses da comunidade cubana instalada nos Estados Unidos, a política de Washington para a região foi um misto de indiferença e imperícia. Ainda segundo a matéria, é a queda de barreiras e subsídios agrícolas e não o assistencialismo, a agenda que importa no combate à pobreza global.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bush em visita

A queda de barreiras e subsídios agrícolas, e não o assistencialismo, é a agenda que importa no combate à pobreza global

POR MUITO tempo a administração do presidente George W. Bush, que hoje visita São Paulo, reservou à América Latina uma diplomacia negligente. Influenciada demais pelos interesses da comunidade de origem cubana instalada nos Estados Unidos, a política de Washington para a região foi um misto de indiferença e imperícia.

São visíveis, porém, os sinais recentes de mudança na orientação que levou a Casa Branca, por exemplo, a apoiar uma tentativa de golpe na Venezuela em 2002. A nomeação do pragmático Thomas Shannon como chefe da diplomacia para a América Latina, em meados de 2005, deu início a essa transição.

Decerto a reorientação diplomática já merece críticas, como a visão de que a ascensão de regimes nacionalistas no hemisfério foi favorecida pela falta de assistência dos EUA aos pobres da região. Chega a ser patético, por exemplo, o “pacote” de ações assistencialistas, incluindo o envio de um navio-hospital e cursos grátis de inglês, com que Bush pretendeu brindar os latino-americanos antes de iniciar sua visita a cinco países da região.

Ainda assim, é muito melhor,

para a América Latina, estar diante de um interlocutor capaz de discernir entre Lula, Chávez, Fidel, Morales e Kirchner.

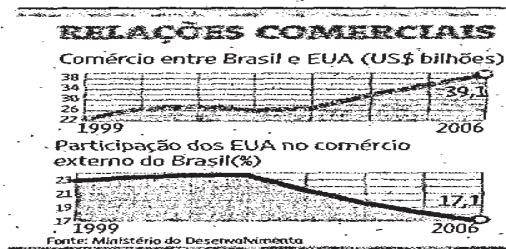
No caso do Brasil, a maior atenção dedicada pelo governo Bush não se explica apenas por considerações de ordem político-ideológica. Mais que um ator capaz de contrabalançar o radicalismo chavista, aos olhos de Washington o governo brasileiro tornou-se o representante de uma potência do agronegócio.

A pujança das exportações de produtos do campo (e da mineração) transformou o Brasil num grande fornecedor em escala global. Como o país ampliou e diversificou seus clientes pelo mundo, ficou menos dependente do mercado americano, apesar de o comércio com os EUA ter dobrado nos últimos oito anos.

Ator global no agronegócio, o Brasil negocia diretamente com americanos e europeus na Rodada Doha de liberalização comercial. Do

mesmo modo, as atenções se voltam aos produtores brasileiros de álcool quando os EUA anunciam a mudança de sua matriz energética a favor dos biocombustíveis, como estratégia para depender menos do petróleo.

Tanto na agenda de Doha como na do álcool a hipocrisia do mundo rico se manifesta. A redução de barreiras e subsídios agrícolas no Primeiro Mundo é talvez o meio mais poderoso à mão para combater a pobreza no planeta. A política da esmola é preciso antepor a do desenvolvimento — e o Brasil tem um papel a cumprir nesse debate.



O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo derruba CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 21 de março de 2007.

A matéria destaca que o governo Lula derrotou a oposição e conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) um recurso contra a instalação da CPI do apagão aéreo na Casa.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GAZETA MERCANTIL

POLÍTICA

CÂMARA

Governo derruba CPI do Apagão Aéreo

A oposição tem retaliado bloqueando as votações em plenário; o PAC fica em segundo plano

REUTERS
BRASILIA

O governo derrotou a oposição e conseguiu aprovar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), nesta terça-feira, recurso contra a instalação da CPI do apagão aéreo na Casa. O placar da votação foi de 39 a 20. O recurso, que levou a oposição a obstruir as votações na Câmara, segue agora para o plenário.

“Vamos continuar obstruindo até a decisão do Supremo Tribunal Federal. Perdemos a batalha, mas não a guerra”, disse o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), referindo-se ao mandado de segurança no STF, reivindicando o direito da minoria de instalar a CPI.

Há uma semana a oposição recorre a manobras regimentais para impedir as votações no plenário e nas comissões da Casa, tentando adiar a decisão da

A disputa política nos últimos dias impediu a votação de matérias da chamada “agenda

positiva” do governo, entre elas medidas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) fez um discurso na CCJ pedindo tanto a oposição quanto ao governo para não transformar o assunto em divergências políticas. “É preciso parar de fazer jogo em torno de 154 mortos”, disse ele, referindo-se ao acidente com o Boeing da GOL, em setembro do ano passado, que acabou funcionando como estopim da crise do setor aéreo no País.

CCJ até que o Supremo julgasse o mandado de segurança. “Não dá nem para conversar com um clima desses. Enquanto a oposição atuar a base de gritos e tapas na mesa, dificilmente conseguiremos diálogo para alguma coisa”, disse o deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) transformou-se no principal refém da disputa

política entre oposição e governo. O impasse sobre a criação da “CPI do apagão aéreo” pode atrasar a deliberação do programa em mais uma semana, avaliam lideranças políticas da Câmara.

“A semana está encrencada. Não sei se haverá brecha para votar nove medidas provisórias do PAC e um projeto de lei que tranca a pauta em caráter de urgência”, disse o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), nesta terça-feira.

Representantes do Palácio do Planalto no Congresso alegam que os adversários não estão interessados em apurar as causas da crise na aviação civil, mas em desgastar o governo.

Na segunda-feira, a oposição propôs um acordo: suspender na CCJ a votação do requerimento do governo aniquilando a CPI até que o STF analise o mérito do mandado de segurança. O governo recusou. Teme que a suspensão leve a Corte a deliberar em favor das legendas oposicionistas.

O PAC tem uma agenda longa e polêmica. Todas as MPs que integram o programa perdem a eficácia em 1º de junho. Alguns relatores ainda não finalizaram seu parecer, outro ingrediente que impede o avanço dessas propostas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “PEC das agências preocupa o governo”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 22 de março de 2007.

A matéria destaca que, a Proposta de Emenda Constitucional, PEC, aprovada no início do mês em primeiro turno pelo Senado, que insere na Constituição o princípio da autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira das agências reguladoras, não agrada o governo. Segundo a matéria, o Executivo não abre mão de definir os objetivos estratégicos do País nos

setores regulados, como telecomunicações, energia e transportes, e vai rediscutir a proposta.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

B10 | ECONOMIA | QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2007
O ESTADO DE S. PAULO

INFRA-ESTRUTURA

PEC das agências preocupa o governo

Para Paulo Bernardo, autonomia contida na proposta invade atribuições do Executivo

**Renata Veríssimo
Gerusa Marques**
BRASÍLIA

O governo está preocupado com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), aprovada no início do mês em primeiro turno pelo Senado, que insere na Constituição o princípio da autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira das agências reguladoras. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse, ao **Estado** que a PEC não agrada ao governo. Se-

gundo ele, o Executivo não abre mão de definir os objetivos estratégicos do País nos setores regulados, como telecomunicações, energia e transportes, e vai rediscutir a proposta.

A PEC – de autoria do senador Renato Casagrande (PSDB-CE) – foi aprovada após acordo entre governo e oposição. Antes de ser encaminhada à Câmara, terá de ser aprovada em segundo turno no plenário do Senado.

A definição das atribuições de cada órgão é o grande embaite do governo com as agências, segundo Paulo Bernardo. Para ele, quem traça os objetivos es-

tratégicos do País não é a agência, mas o Executivo. “É uma tarefa delegada ao presidente da República, que foi eleito. A agência vai fiscalizar, garantir que as políticas sejam implementadas de acordo com a lei, ver se o concessionário não presta um serviço de má qualidade.”

Paulo Bernardo disse que constitucionalizar a competência e autonomia, inclusive financeira, das agências seria o mesmo que tratá-las como “ente federativo separado, como se fosse um município”. O ministro chama atenção para o fato de que o governo define os recursos que devem ser repassados às agências, que, de acordo com a proposta, “não teriam que dar satisfação para ninguém”. “Isso precisa ser discutido de forma mais moderada.”

Quando foi fechado o acordo com a oposição, o governo deu sinais de que havia modificado sua posição em relação às agências, que, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passaram por um processo de fragilização, com interferências políticas e contingenciamento de verbas. A PEC foi saudada, inclusive por senado-

res da oposição, como um instrumento importante para garantir a segurança jurídica para os investimentos nos setores regulados.

A relação do governo Lula com as agências reguladoras sempre foi muito conturbada. As brigas entre agências e ministérios começaram logo em 2003, quando o então ministro das Comunicações, Miro Teixeira, criticou o reajuste das tarifas telefônicas calculado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Em 2004, o governo mandou ao Congresso um projeto de lei para reestruturar os órgãos reguladores que aumentava o controle do Executivo sobre as agências. As mais polêmicas transferiam aos ministérios a concessão de serviços públicos (telefonia e energia) e criavam um contrato de gestão condicionando a liberação de recursos para as agências ao cumprimento de metas. O projeto não foi votado, mas em janeiro foi reabilitado e incluído entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). ●

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Voar não é com os dinossauros”, de autoria do senador Jorge Bornhausen do PFL de Santa Catarina, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 12 de fevereiro do corrente.

Em seu artigo, o senador analisa a crise aérea por que passa o país a cada feriado prolongado e responsabiliza a incompetência administrativa da Infraero dominada pela ideologia de militantes do PT, que tem

umas política estatizante e monopolista, considerados pelo Senador, “dinossauros pré-diluvianos”.

Sr. Presidente, para que conste dos anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Voar não é com os dinossauros

A TÉ QUE havia dinossauros voadores. Nessa onda de idealização gráfica da Pré-História, nem sempre se sabe se as gravuras dos monstros alados são pura imaginação de desenhistas ou se obedecem a critérios científicos da reconstituição a partir de fósseis e de pegadas prodigiosamente preservadas.

É verdade que os dinossauros aparentemente apresentam formas muito aerodinâmicas, mas a fantasia é livre para fazê-los voar. Já não se pode dizer o mesmo dos dinossauros da economia, pelo menos no Brasil.

A atual crise do transporte aéreo é uma demonstração de que o anacronismo dos nossos pré-diluvianos, estatizantes e monopolistas contraria até seus remotos ancestrais —que deviam voar mal, porém voavam.

O apagão aéreo que se repete no país a cada fim de semana prolongado, com blecautes anunciados, e que se tornou ameaça permanente aos brasileiros é produto de uma radical recusa aos princípios da teoria econômica e da ranhetice de burocratas estatizantes, dinossauros redivivos.

Estamos diante de uma conjugação espantosa de erros que demonstram a incapacidade do Estado para gerir um sistema simples no seu enunciado.

Quando os instrumentos de que o Estado dispõe para intervenção direta no processo —Agência Nacional de Aviação Civil, o sistema de controle de vôos e a Infraero— se mostram impotentes, a sociedade está desamparada diante de uma mentalidade anacrônica e perversa.

A nova onda de vôos atrasados e cancelados está sendo anunciada com a fatalidade com que se espera, como no refrão da canção popular, “quando o Carnaval chegar”.

Por que uma atividade econômica tão complexa, tão exigente de capitais, tão tecnologicamente atualizada, tão necessária às operações fundamentais da produção e consumo, assim como do intercâmbio científico e cultural, da comunicação e do lazer torna-se refém do caos?

JORGE BORNHAUSEN

Seguramente, a culpa não é dos usuários, grandes vítimas.

Já não se pode dizer o mesmo do sistema, que é baseado em concessões do Estado.

Mas, quando se registram desastres —como a insanidade de construir aeroportos deixando de implantar concomitantemente pistas para pou-

O apagão aéreo de todo fim de semana prolongado é produto da ranhetice de burocratas estatizantes, dinossauros redivivos

sos e decolagens dos aviões, como aconteceu nas obras de modernização—, não temos só demonstrações de incompetência administrativa. Temos indicações da causa do colapso.

Com a Infraero dominada pela ideologia dos dinossauros, a empresa esquece seus fins e se torna refém da geração de cargos de confiança para seus aliados políticos e pelas concorrências milionárias de obras e serviços que animam a generosidade de potenciais contribuintes das campanhas de arrecadação de recursos, nem sempre destinados, como estimula a legislação, aos partidos e campanhas eleitorais.

Os dinossauros implantaram uma moderna e luxuosa estação de passageiros no antigo aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e só depois da inauguração lembraram —ou foram alertados pelo apagão do transporte aéreo nacional— que faltava construir as pistas de pouso e decolagem.

Moral da história: boa parte da capacidade de operação do novo aeroporto ficará prejudicada para que se construam, tardiamente, as novas pistas e se restaurem as antigas, que precisam ser atualizadas.

Todos os argumentos em defesa da Infraero como estatal —especialmente seu papel de Robin Hood, como dizem, de arrecadar dos ricos, os grandes aeroportos, e distribuir aos pobres, construindo e mantendo aeroportos em pequenas e médias cidades— caem por terra porque as concessões não são dadas em caráter gratuito, mas devem ser onerosas. Para que não falem ao Estado recursos para implantar sua política estratégica de desenvolvimento regional.

Raciocínios paralelos —e de igual simplicidade— se aplicam à questão da desmilitarização do sistema de controle de vôo. Se prevalecer a racionalidade sobre o corporativismo, a solução se apresentará límpida.

Também é esse o problema na Anac, cujo papel de regulação e aplicação de políticas públicas para o setor depende de competência técnica e da autoridade moral.

Naturalmente, essas são observações e apelos para uma discussão racional que não interessam a dinossauros.

JORGE BORNHAUSEN, 69, senador pelo PFL-SC, é o presidente nacional do partido. Foi governador de Santa Catarina (1979-82) e ministro da Educação (governo Sarney) e da Secretaria de Governo da Presidência da República (governo Collor).

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Venho a esta tribuna para registrar o falecimento de John W. Backus, ocorrido a 17 de março, aos 82 anos, nos EUA. Líder de time de programação da IBM, criou na década de 50 a chamada linguagem Fortran: *Formula Translator* (tradutor de fórmulas) considerada um ponto chave na computação, tornando a programação de computadores acessível à compreensão do homem.

Backus nasceu na Filadélfia, em 1924. Por influência do pai, ingressou no curso de Química da Universidade da Virgínia, dedicando-se às questões teóricas do curso. Aveso aos trabalhos de laboratório acabou por abandonar a faculdade, ingressando no exército americano. Devido às notáveis aptidões demonstradas num teste realizado no exército americano foi indicado para um programa da pré-engenharia da Universidade de Pittsburgh e em seguida para a Faculdade de Haverford, onde deveria cursar medicina, ingressando em março de 1945 na Escola Médica de Nova York, sem contudo concluir o curso.

Após deixar o exército em 1946, ainda sem definição profissional, dedicou-se ao estudo de construção de rádios, ajudando seus instrutores com os cálculos matemáticos. Tal interesse levou-o a matricular-se no curso de matemática da Universidade de Columbia. Ao fazer uma visita ao IBM *Computer Center* interessou-se pelo projeto de desenvolvimento da SSEC (calculadora eletrônica de seqüência seletiva), um dos primeiros computadores eletrônicos, incorporando-se de imediato ao grupo de desenvolvimento do projeto, onde criou uma linguagem chamada de **Speedcoding**.

Em 1953 esboçou o projeto de linguagem de programação para o novo computador da IBM, o 704 e a empresa estruturou um pequeno time de programadores e matemáticos para trabalharem sob sua liderança. Um ano depois o time concluía pela publicação do Relatório Preliminar de Especificações do Fortran (*“Preliminary Report, Specifications for the IBM Mathematical FORMula TRANslating System, Fortran”*). A previsão de concluí-lo em seis meses se estendeu por dois anos. Corrigidas as falhas, em 1957 o Fortran foi oficialmente anunciado.

O desafio maior de Backus foi o de permitir que as pessoas trabalhassem com computadores sem ter

que conhecer e aprender a linguagem do conjunto de instruções da máquina. O sucesso foi tamanho que o Fortran ainda é usado hoje, 50 anos após a sua introdução.

Em 1959 Backus também desenvolveu com Naur a “Forma Backus-Naur” ou BNF, a notação padrão para definição da sintaxe formal de linguagem de programação de computadores.

Entre outras condecorações, em 1976 recebeu a Medalha Nacional da Ciência dos EUA, em 1989 o título de doutor **honoris causa** da Universidade Henri Poincaré de Nancy, na França.

De acordo com Ken Thompson, criador do Sistema Operacional Unix, 95% dos programadores de nunca teriam condições de exercer sua profissão se não fosse pelo Fortran.

Sr. Presidente, pela relevante contribuição do trabalho de John Backus para a tecnologia mundial, requeiro a V. Ex^a o registro do meu pronunciamento nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez volto a esta tribuna para falar de violência, o tema de importância social mais relevante no momento em que a Nação vê seus filhos sofrendo crimes hediondos, seqüestros, assaltos e homicídios – de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

O aumento, em uma década, de mais de 50% no número total de homicídios, assim como o aumento de mais de 77% no número de jovens, vítimas de homicídio no mesmo período, faz o país parar e debruçar-se a estudar o assunto.

Não só as famílias perdem os seus jovens, como a sociedade perde também uma vida em desenvolvimento, o que pode representar perda econômica para a sociedade, já que dela o jovem recebeu recursos, pelos quais não poderá dar retorno, pois não terá vida economicamente produtiva.

O estudo Mapa da Violência nos municípios, publicado e divulgado em fevereiro de 2007 pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para Ciência, Educação e a Cultura propôs-se “descer até os indicadores municipais”, para trazer a discussão ao território das cidades, um foco fundamental para adequação das políticas públicas. Porque as estatísticas mostram a di-

versidade do problema, representando grande desafio no enfrentamento desse flagelo.

Utilizando também os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do SUS – Sistema Único de Saúde, nós concluímos que a violência ainda necessita de dados mais precisos, para que se possa implantar estratégias eficazes.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública passou a compilar dados estaduais a partir de 2002, mas, no entanto, os critérios usados pelas secretarias estaduais não são uniformes.

Segundo o estudo Mapa da Violência nos municípios, a necessidade de descer aos indicadores municipais, apesar da dificuldade de trabalhar com os 5.560 municípios brasileiros, permitirá a sociólogos, antropólogos, psicólogos e políticos estabelecerem fórmulas adequadas a cada situação.

Nas cidades maiores, a droga se destaca na explosão da violência. A partir da migratória, nem todos que chegam são qualificados para absorção no mercado; e com o desemprego, a rede varejista de droga passa a ser alternativa de trabalho.

São vários tipos de situação em que se encontram as nossas cidades. Uma delas é a criação dos novos pólos de crescimento econômico que se instalam em cidades menores, fora das capitais e das regiões metropolitanas e que atraem populações à procura de emprego.

Enfim, Sr. Presidente, o estudo mostra que a violência é maior nas cidades que não têm infra-estrutura em segurança pública. E naquelas que contam com baixa assistência de saúde e de educação, onde as

taxas de abandono escolar chegam a 30% e o analfabetismo é de 18% ou mais, na metade das cidades. O Governo Federal tem tomado conhecimento e já está intervindo.

Nós não podemos deixar de reconhecer que será muito complexa a questão das diversas estratégias que a política nacional de segurança no nosso país devem adotar. Pois a pluralidade de situações e a diversidade dos problemas são de altíssimo grau.

Nós, parlamentares, temos que estar cientes, que as diferenças são grandes, de ponta a ponta em nosso país continental e que o crime terá que ser tratado também, de forma diferenciada, pluralizada.

Com os dados que já temos em mãos, torna-se mais fácil procurar as soluções cabíveis.

É válido também ressaltar que o Governo Federal está gastando quase oito bilhões de reais em segurança.

Portanto, creio que este é um momento em que coalizão é a palavra chave para que consigamos, todos, atingir nossos objetivos. E que venham à tona os projetos que possam trazer a paz à nossa Nação. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 57 minutos.)

**ATA DA 105ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 2006**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 114, de 8 de julho de 2006)

RETIFICAÇÃO

Trecho de Ata, à página nº 23120, 2ª coluna, referente à publicação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2006, que se republica em virtude de incorreção,

.....

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 82, DE 2006
(nº 6.142/2005, na origem)**

Modifica o art. 79 da Lei nº 5.764,
de 16 de dezembro de 1971.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo único. O art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 79. Denominam-se atos cooperativos os praticados entre a cooperativa e seus sócios ou entre cooperativas associadas, bem como os atos complementares, quando vinculados às atividades dos sócios e sob a responsabilidade profissional destes, em cumprimento ao objeto social e à finalidade da sociedade.

Parágrafo único. Os atos praticados entre sócios e cooperativas não caracterizam operações de mercado nem contrato de compra e venda de produtos e serviços, e os negócios de mercado realizados por conta dos sócios não implicam para a cooperativa prestação de serviços a terceiros, receita, faturamento ou qualquer vantagem patrimonial.” (NR)

.....

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner**^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery**^S
PSDB – Flexa Ribeiro**^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás
PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí
PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto **^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório**^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira**^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana **^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins
PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: somcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. (vago)
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. (vago)

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
PFL ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho - PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB
Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas
Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025
E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente:

Vice-Presidente:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1.		
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2.		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3.		
Serys Shessarenko (PT)	MT	2292	4.		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5.		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
PFL					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1.		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 06.03.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ² (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA		ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
Requerimento nº 313, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, por ocasião de sua posse como Ministra do Superior Tribunal Militar, ocorrida no dia 27 de março de 2007.....	25	Requerimento nº 328, de 2007, que solicita esclarecimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o PLS nº 215, de 2005, submetido à apreciação desta Casa.....	48
Voto de aplauso à Doutora Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, por sua posse como Ministra do Superior Tribunal Militar.....	139	Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição apresentada por S. Exa., que destina 10% de todas as contribuições para os municípios e 10% para os estados. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	252
ALOIZIO MERCADANTE		Reflexão acerca do impacto do efeito estufa e do aquecimento global sobre a agricultura do Nordeste.....	333
Apelo para votação da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte oito mil reais, para os fins que especifica.....	108	ARTHUR VIRGÍLIO	
Preocupação com as conseqüências das mudanças climáticas para o Brasil. Proposta de criação do Fundo Mundial do Meio Ambiente.....	154	Requerimento nº 304, de 2007, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Gonzaga Patriota, pelo falecimento de seu filho Luciano Patriota, ocorrido no dia 3 de abril de 2007, durante cirurgia de doação de rim a sua cunhada, em Caruaru – PE.	4
Proposta de criação de um Fundo Mundial de Proteção do Meio Ambiente. Registro da intenção de convidar o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, para vir ao Senado Federal, a fim de debater o efeito estufa.....	158	Requerimento nº 305, de 2007, que requer Voto de Aplauso ao Município de Manacapuru pela honrosa classificação entre os 95 municípios brasileiros considerados modelo de Eficiência na Gestão de Arrecadação de Impostos.....	4
Requerimento nº 342, de 2007, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2003, que “institui a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso continuado às pessoas carentes, e dá outras providências”.....	312	Requerimento nº 306, de 2007, que requer Voto de Aplauso à Tendência Consultoria Integrada, pela sua classificação em primeira edição do ano de 2007, do Prêmio Destaque Agência Estado Projeções.....	4
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		Críticas à revista <i>Veja</i> , no sentido de não conceder o direito de defesa ao ex- Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana.....	12
Defesa de mudanças no Fundeb, a fim de beneficiar os municípios.....	335	Apresentação de votos de solidariedade e pesar pelo falecimento de Vanessa Timóteo, filha do Deputado Doutor Rosinha, e pelo falecimento do	

	Pág.		Pág.
Jovem Luciano Patriota, filho do Deputado Gonzaga Patriota.	19	Considerações acerca da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).	380
Requerimento nº 308, de 2007, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade ao Deputado Doutor Rosinha, pelo falecimento de sua filha Vanessa Timóteo, ocorrido em 8 de abril de 2007, em Curitiba – PR.	19	Registro da matéria intitulada “PEC das agências preocupa o governo”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de março de 2007....	399
Requerimento nº 324, de 2007, que solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde sobre as implicações decorrentes dos cortes no orçamento daquela Pasta.....	47	AUGUSTO BOTELHO	
Elogios ao Governador José Roberto Arruda do Distrito Federal	70	Comentários a respeito da má distribuição dos recursos pela União, e o seu repasse aos municípios. Aparte ao Senador Paulo Paim.	7
Alerta com relação à tramitação da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU), no Senado Federal, em face das promessas feitas, pelo Governo Federal, aos governadores durante a discussão do PAC e aos prefeitos na Marcha em Defesa dos municípios....	78	Considerações acerca da gestão do ex-Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana.	11
Apelo para votação da Medida Provisória nº 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte oito mil reais, para os fins que especifica.	107	Comentários a respeito da liderança do Brasil no setor de biocombustíveis.	139
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.....	123	CÉSAR BORGES	
Registro da matéria intitulada “Governo enquadra base e consegue enterrar a CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 22 de março de 2007.	147	Saudação à delegação de parlamentares espanhóis, da <i>Corte Generale</i> , por sua presença no Senado Federal.	240
Registro do artigo intitulado “Novo governo, velhos mitos”, de autoria do ex-Ministro da Fazenda, Pedro Malan, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 8 de abril de 2007.....	301	Registro da realização da X Marcha de Prefeitos a Brasília, e indignação pelo não cumprimento de promessa do Presidente Lula aos prefeitos.....	339
Requerimento nº 344, de 2007, que requer voto de aplauso ao Economista José Carlos Assis, pelo lançamento, no dia 10 de abril de 2007, do seu livro “Moeda, Soberania e Trabalho”.....	313	CÍCERO LUCENA	
Comunicação sobre decisão da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados de apoiar o acréscimo de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	380	Registro da matéria intitulada “Relatório dos EUA critica caso do dossiê”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 7 de março de 2007.....	146
		Requerimento nº 336, de 2007, que requer autorização para o desempenho de missão no exterior, no período de 14 a 24 de abril de 2007, que representa o Senado Federal na Feira de Guangzhou (Canton Fair), que será realizada na cidade de Guangzhou, China, no período de 16 a 22 de abril de 2007, conforme autorização da Presidência da República.....	178
		Registro do artigo intitulado “O reflexo de Mantega demorou 12 horas”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 28 de fevereiro de 2007....	299
		Comentários acerca das mudanças no Fundeb para beneficiar os municípios. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.	336
		Comentários sobre a prisão dos assassinos de jovem empresário no Estado da Paraíba.....	337
		Considerações a respeito de sua liderança na Subcomissão de Assuntos Municipais. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.	338
		Comentários a respeito da Subcomissão de Assuntos Municipais, criada para discutir as rei-	

	Pág.	III	Pág.
vindicações, as demandas e as necessidades dos municípios. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	343		
Registro da matéria intitulada “Governo derruba CPI do Apagão Aéreo”, publicada no jornal <i>Gazeta Mercantil</i> , edição de 21 de março de 2007....	398	Registro do falecimento de John W. Backus, líder de time de programação da IBM <i>Computer Center</i> , ocorrido em 17 de março de 2007, nos Estados Unidos.....	401
CRISTOVAM BUARQUE		EDUARDO SUP LIC Y	
Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2007, que autoriza a criação do programa Biblioteca do Professor.....	63	Considerações acerca da gestão do ex-Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana	13
DELCÍDIO AMARAL		Comentários a respeito do filme “Uma Verdade Inconveniente”, que trata das conseqüências da industrialização para o meio ambiente. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante	162
Preocupação com decisão da Justiça Federal de Corumbá - MS, que determinou a interrupção de projeto minero-siderúrgico da Empresa MMX..	322	Apelo à Câmara dos Deputados para que agilize a votação da Proposta de Emenda à Constituição que facilita a naturalização de filhos de pais brasileiros habitantes em países estrangeiros.....	259
DEMÓSTENES TORRES		Comentários acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 438, de 2001, que determina a expropriação de terras onde for constatada exploração de trabalhadores em condições análogas às de escravidão. Aparte ao Senador José Nery.....	262
Apelo ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, no sentido da homologação de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira - Universo. .	103	Considerações sobre o estudo realizado por especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que constatou a diminuição da desigualdade social. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	265
Defesa do afastamento de René de Oliveira Garcia Júnior, Superintendente da Susep - Superintendência de Seguros Privados.....	277	Defesa do governo do Presidente Lula, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.....	266
EDISON LOBÃO		Considerações a respeito da renda básica de cidadania	291
Comentários acerca da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte à Senadora Ideli Salvatti	85	Comentários acerca do papel da televisão como um importante meio de transmissão de valores.....	291
Requerimento nº 341, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2000.....	311	EFRAIM MORAIS	
Parecer nº 246, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 344, de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 181.200.000,00, para os fins que especifica”	355	Apelo para aprovação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Sibá Machado.....	76
Comentários acerca da votação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Jayme Campos....	384	Registro da participação de S.Exa. na solenidade de abertura da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007, e resumo dos pleitos encaminhados pelos mesmos..	248
EDUARDO AZEREDO		Comentários acerca da votação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Jayme Campos....	383
Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos, em espetáculos artísticos-culturais e esportivos.....	189	Preocupação com o transporte escolar nos municípios	385

IV

	Pág.		Pág.
Protesto pela situação dos servidores aposentados do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)	385	Registro do editorial intitulado “Primeiro Passo”, publicado no jornal <i>O Globo</i> , edição de 17 de março de 2007.....	149
EXPEDITO JÚNIOR		Críticas aos aspectos burocráticos do licenciamento ambiental, e suas conseqüências para o crescimento econômico do País. Aparte ao Senador Francisco Dornelles.....	232
Requerimento nº 307, de 2007, que requer a aprovação de Voto de Aplauso para a juíza brasileira, Doutora Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça de Rondônia, pelo seu gesto de bravura ao permanecer acompanhando as eleições presidenciais do Timor Leste mesmo tendo sido vítima de agressão à faca na véspera do pleito eleitoral.....	4	Registro do editorial intitulado “Ação nas Américas”, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 28 de março de 2007.....	296
Requerimento nº 332, de 2007, que requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais além das comissões do despacho inicial de distribuição.. .	50	Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2007, que concede isenção do Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) aos itens de segurança veicular que menciona.	316
Justificação de requerimento que solicita aprovação de voto de aplauso para a juíza brasileira, Doutora Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres, do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.....	99	Comentários acerca da falta de interesse do Governo Lula em atender às necessidades dos municípios. Aparte ao Senador César Borges.....	340
FÁTIMA CLEIDE		Considerações sobre a X Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios.	341
Críticas às falsas acusações da Oposição ao ex- Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana.....	9	Registro da matéria intitulada “Governo não investe tudo o que deveria”, publicada no <i>Jornal do Brasil</i> , edição de 6 de janeiro de 2007.	395
Apresentação de proposta ao Senado Federal para adote e desenvolva uma cultura de gestão ambiental.	303	FRANCISCO DORNELES	
FLÁVIO ARNS		Apelo ao Presidente Lula para que não assinhe medida provisória no sentido de destinar os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) para refinanciamento da dívida agrícola, conforme noticiado na imprensa.....	88
Requerimento nº 329, de 2007, que requer que seja oficiado ao Excelentíssimo Governador do Estado de Minas Gerais, Senhor Aécio Neves, Voto de Congratulações pela formulação e lançamento do Programa Poupança Jovem	49	Considerações sobre os entraves burocráticos na área do meio ambiente que se opõem ao crescimento econômico	231
FLEXA RIBEIRO		GARIBALDI ALVES FILHO	
Requerimento nº 310, de 2007, que requer Voto de Pesar ao Senhor Alexandre Moreira	20	Preocupação com a seca instalada nos municípios da Região Nordeste. Aparte ao Senador José Agripino.	83
Requerimento nº 325, de 2007, que requer Voto de Pesar ao ex-Vereador e radialista, Senhor Eloy Santos.....	47	Pedido de providências para minimizar os efeitos da seca no Nordeste.....	276
Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2007, que altera e acrescenta as hidrovias do Tapajós, Teles Pires e Juruena na Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 1973.	51	Registro de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, para eleger os novos dirigentes da Subcomissão de Assuntos Municipais, sendo eleito por unanimidade, o Senador Cícero Lucena, para novo Presidente da referida subcomissão.....	337
		GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
		Requerimento nº 335, de 2007, que requer a necessária autorização para participar de reuniões do Parlamento do MERCOSUL que discutirão a realização da sua primeira sessão legislativa, bem como,	

	Pág.	V	Pág.
temas pertinentes à organização administrativa e ao orçamento do parlamento regional, nos dias 16 e 17 de abril, na cidade de Montevideu, Uruguai..	177		
Solicitação ao Governo Federal para que atenda às reivindicações dos servidores públicos do Executivo do Estado do Acre.....	241	para vir ao Senado Federal, a fim de debater o efeito estufa. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante.	163
GERSON CAMATA		Parecer nº 244, de 2007 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 51, de 2007 (nº 137/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Antônio Domingos Teixeira Bedran para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.....	166
Considerações acerca da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Raimundo Colombo... .	240	Voto de aplauso à autora televisiva Glória Perez, por ocasião do término da minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”.....	246
Requerimento nº 346, de 2007, que requer voto de congratulações ao Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo da Arquidiocese de Vitória da Conquista – BA.....	314	Críticas aos integrantes do Partido dos Trabalhadores – PT	265
GILVAM BORGES		Comentários a respeito do afastamento de René de Oliveira Garcia Júnior, Superintendente da Susep - Superintendência de Seguros Privados. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.....	278
Apelo ao Presidente Lula no sentido de que assuma a bandeira das reformas política e tributária. .	68	Críticas ao Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, que anunciou um secretariado composto de 65 integrantes.	349
Apelo ao Governo Federal pela abertura de negociações com a Polícia Federal.	392	IDELI SALVATTI	
HERÁCLITO FORTES		Destaque para os avanços conquistados pelos municípios no primeiro mandato do Presidente Lula..	84
Considerações sobre a seca instalada nos municípios da Região Nordeste. Aparte ao Senador José Agripino.....	83	Parecer nº 242, de 2007 (de Plenário), sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 342, de 2006, “que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo”.....	111
Discussão da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.....	122	Realização de audiência pública para debater a Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que envolve a relação de trabalho entre a pessoa jurídica que contrata e a outra pessoa jurídica, a fiscalização desse procedimento e o significado dele. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	242
Comentários acerca da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.....	126	Comentários ao estudo realizado por especialistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que constatou a diminuição da desigualdade social... .	263
Apoio à votação de emendas que tratam da modificação do Orçamento.....	127	Preocupação com a falta de tratamento de água e esgoto nos estados e municípios brasileiros. Aparte ao Senador Jayme Campos	383
Comentários sobre a intenção de convidar o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, Al Gore,		INÁCIO ARRUDA	
		Destaque para as conquistas dos prefeitos para que a base do governo vote separadamente a PEC, que institui o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 22,5% para 23,5%	

	Pág.		Pág.
da arrecadação federal do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	80	JOÃO TENÓRIO	
Homenagem à cidade de Fortaleza-CE, que comemorou 281 anos de sua fundação no dia 13 de abril de 2007.....	387	Elogios ao Senador Cícero Lucena, pela sua atuação no Senado Federal. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.....	338
JARBAS VASCONCELOS		JOAQUIM RORIZ	
Proposta de Emenda à Constituição n° 29, de 2007, que altera o art. 17, § 1°, da Constituição Federal, para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.....	210	Preocupação com a política governamental para a agricultura brasileira.....	289
JAYME CAMPOS		Elogios ao Senador Mão Santa, pela sua atuação no Senado Federal. Aparte ao Senador Mão Santa...	295
Apelo para aprovação da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios. Aparte ao Senador Sibá Machado.....	77	JONAS PINHEIRO	
Exigências pelo repasse dos recursos destinados ao transporte escolar nos estados e municípios brasileiros. Aparte ao Senador Efraim Morais.....	250	Críticas ao recuo do Governo Lula sobre uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para renegociação das dívidas dos produtores rurais e de suas cooperativas com as empresas privadas credoras.....	327
Preocupação com o transporte escolar nos municípios.....	381	JOSÉ AGRIPINO	
Considerações acerca da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007.....	381	Compromisso com a aprovação de medidas reivindicadas pelos prefeitos participantes da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007.....	81
JEFFERSON PÉRES		Defesa da apreciação imediata dos vetos do Presidente Lula à lei que recriou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.....	81
Apoio ao veto do Presidente Lula à Emenda 3 ao Projeto de Lei n° 6.272, de 2005, que trata da relação de trabalho entre a pessoa jurídica que contrata e a outra pessoa jurídica, a fiscalização desse procedimento e o significado dele. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	244	Apelo às lideranças pela votação de Proposta de Emenda à Constituição que estabelece limite anual para o pagamento de precatórios de estados e municípios.....	37
Críticas ao desrespeito à hora regimental para início da Ordem do Dia.....	263	Apelo para votação da Medida Provisória n° 337, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde, dos Transportes e das Cidades, no valor de quinhentos e seis milhões e quinhentos e vinte oito mil reais, para os fins que especifica.....	109
JOÃO PEDRO		Encaminhamento à votação da Medida Provisória n° 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.....	125
Requerimento n° 337, de 2007, que requer voto de solidariedade e moção de apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).....	180	Encaminhamento à votação da Medida Provisória n° 344, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$	
Voto de aplauso à autora televisiva Glória Perez, por ocasião do término da minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”.....	247		
Justificação pelo encaminhamento do requerimento de voto de solidariedade e moção de apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), freiras e lideranças sociais que atuam em defesa da Amazônia, e vêm sofrendo ameaças de morte.....	247		

	Pág.		Pág.
181.200.000,00 (cento e oitenta e um milhões e duzentos mil reais), para os fins que especifica.	357	seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.....	123
JOSÉ MARANHÃO		Comentários sobre a votação de emendas que tratam da modificação do Orçamento	127
Considerações sobre o apagão aéreo. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.....	90	Registro da matéria intitulada “Com Lula, distância para crescimento mundial aumenta”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de primeiro de março de 2007.....	140
Requerimento nº 334, de 2007, que requer que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, pedido de informações detalhadas sobre os repasses relativos a medicamentos de uso contínuo no Estado da Paraíba.....	176	Considerações a respeito da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007.....	287
Considerações a respeito da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007.....	270	MAGNO MALTA	
JOSÉ NERY		Defesa de exame toxicológico na repressão às drogas. Elogios ao Doutor Dráuzio Varela por trabalhos realizados em favor de campanhas contra o fumo.	272
Comentários a respeito da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007.....	259	Alerta para gravidade da greve da Polícia Federal.....	272
KÁTIA ABREU		Requerimento nº 343, de 2007, que solicita informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	312
Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Araguaia (UNIVAR), com sede no Município de Araguatins, Estado do Tocantins.....	208	MÃO SANTA	
LEOMAR QUINTANILHA		Lamento pelo resultado de recente pesquisa CNT/Sensus, que mostrou que mais de 90% dos brasileiros percebem o aumento da violência no País	235
Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2007, que prorroga até 2010 o mandato dos atuais Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.....	64	Considerações acerca da proposta que assegura o acréscimo de um ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Aparte ao Senador Raimundo Colombo....	239
Considerações acerca do projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim.	345	Críticas ao INSS por suspender em Brasília o convênio com os Correios para o pagamento de aposentadorias e pensões, do Estado do Piauí....	251
LÚCIA VÂNIA		Considerações a respeito da política governamental para a agricultura brasileira. Aparte ao Senador Joaquim Roriz.	290
Comentários sobre o não reconhecimento, pelo MEC, de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.....	105	Relato sobre a violência no Estado do Rio de Janeiro.....	292
Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e		Elogios ao Senador Pedro Simon, pelo pronunciamento feito na tribuna do Senado Federal..	292
		Comentários a respeito Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	351
		Críticas ao Governo Lula devido à situação da segurança pública, da educação e da saúde no Brasil.....	353
		Defesa da conclusão das obras do Porto de Luís Correia, no Estado do Piauí.....	353

VIII

	Pág.		Pág.
Homenagem à cidade de Fortaleza-CE, pela passagem dos seus 281 anos de fundação. Aparte ao Senador Inácio Arruda.....	389	ver o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.	315
Comentários a respeito da X Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios. Aparte à Senador Rosalba Ciarlini.....	391	MÁRIO COUTO	
Preocupação com a paralisação dos policiais federais, que reivindicam melhorias salariais. Aparte ao Senador Gilvam Borges.....	393	Considerações sobre as melhorias no governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Sibá Machado.....	77
MARCONI PERILLO		Registro da matéria intitulada “Contratos superfaturados”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 21 de março de 2007.....	144
Comentários sobre o não reconhecimento, pelo MEC, de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.....	105	Requerimento nº 339, de 2007, que requer a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2007, que “insere o inciso IX, ao art. 1º. da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998”.....	247
Discussão da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.....	121	Voto de aplauso ao Juiz Federal Herculano Martins, da cidade de Altamira, Estado do Pará.....	328
Registro da matéria intitulada “O Plano do PT”, publicada na revista <i>IstoÉ</i> , edição de 7 de março de 2007.....	142	Manifestação de tristeza pela situação por que passam os moradores da região da Rodovia Transamazônica no Pará, que se encontra em calamidade pública. Alerta para o abandono das estradas federais brasileiras.....	328
Requerimento nº 333, de 2007, que requer que o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que “acrescenta Capítulo III-A ao Título V da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º-5-43, para dispor sobre a contribuição assistencial e dá outras providências”, seja também distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos.....	176	MARISA SERRANO	
Proposta de retomada do desenvolvimento, a partir de investimentos na educação.....	233	Considerações acerca das necessidades por que passam os municípios do Estado do Mato Grosso do Sul. Aparte ao Senador Valter Pereira.....	100
Registro da matéria intitulada “Governo impede CPI de tráfego aéreo”, publicada no jornal <i>O Estado de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2007... .	298	MOZARILDO CAVALCANTI	
Defesa de Proposta de Emenda à Constituição, que dispõe sobre a criação de um Fundo de Segurança Pública.....	319	Requerimento nº 309, de 2007, que requer Voto de Pesar e apresentação de condolências à família e à Força Aérea pelo falecimento do tenente aviador da Força Aérea Brasileira, Fernando Wilmers de Medeiros, em acidente com aeronave Tucano da FAB, no dia 4 de abril de 2007.....	20
Registro da matéria intitulada “Bush em visita”, publicada no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 9 de março de 2007.....	397	Requerimento nº 311, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2002.....	20
MARIA DO CARMO ALVES		Requerimento nº 312, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 558, de 1999.....	23
Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para pre-		Requerimento nº 314, de 2007, que requer o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2002.....	27
		Requerimento nº 315, de 2007, que requer o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2001.....	29
		Requerimento nº 316, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Resolução do Senado nº 7, de 2000.....	31

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 317, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2001.....	33	quenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)	169
Requerimento nº 318, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2001.....	35	Registro da presença, em Brasília, de prefeitos de todo o País, que reivindicam pauta não atendida...	251
Requerimento nº 319, de 2007, que requer o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2000.....	37	Explicações sobre a Proposta de Emenda à Constituição apresentada por S. Exa., que destina 10% de todas as contribuições para os municípios e 10% para os estados.....	251
Requerimento nº 320, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000.....	39	Comentários acerca do desrespeito à hora regimental para início da Ordem do Dia.....	269
Requerimento nº 321, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2002.....	41	PAPALÉO PAES	
Requerimento nº 322, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2000.....	43	Considerações sobre as falsas acusações direcionadas ao ex- Governador do Estado do Acre, Jorge Viana. Aparte ao Senador Tião Viana.....	10
Requerimento nº 323, de 2007, que requer o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2001.....	45	Apresentação de votos de solidariedade e pesar pelo falecimento de Vanessa Timóteo, filha do Deputado Doutor Rosinha, e pelo falecimento do Jovem Luciano Patriota, filho do Deputado Gonzaga Patriota.....	19
Requerimento nº 327, de 2007, que requer Voto de Pesar e apresentação de condolências às famílias, em decorrência do acidente com a aeronave que prestava serviços para a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, ocorrido no dia 31 de março de 2007, que ocasionou o falecimento do piloto, Paulo Lopes e do Técnico em Enfermagem, Darciel Santos Carvalho.....	48	Considerações sobre o grave problema que se espalha pelo País, o tráfico internacional de pessoas, que atinge principalmente mulheres e crianças indefesas.....	67
Apoio às alterações feitas pela Câmara dos Deputados no projeto de S.Exa. que estabelece um adicional tarifário para subsidiar linhas aéreas regionais.	88	Registro do editorial intitulado “Depois do motim”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 3 de abril de 2007.....	148
NEUTO DE CONTO		Registro do artigo intitulado “Cova clandestina”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 14 de fevereiro de 2007.	300
Alerta no sentido de que a classe política assumira a reforma política, que vem sendo feita através de decisões do Judiciário.....	332	Registro do artigo intitulado “Voar não é com os dinossauros”, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, publicado no jornal <i>Folha de S.Paulo</i> , edição de 12 de fevereiro de 2006	400
OSMAR DIAS		PAULO PAIM	
Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição de autoria de S.Exa. que propõe que 10% de todas as contribuições sejam destinadas aos municípios e 10% aos estados	87	Registro da realização da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007, com a presença confirmada de mais de 3.000 prefeitos de todo o País, que pleiteiam a liberação de recursos do Fundep e a aprovação da proposta que assegura o acréscimo de 1 ponto percentual da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios... .	5
Parecer nº 245, de 2007 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 56, de 2007 (nº 170/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha, ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 50.000.000,00 (cin-		Considerações sobre a Emenda 3 ao Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, que determina que para um negócio, ato ou pessoa jurídica seja considerado ilegal, dado o reconhecimento de uma efetiva relação de emprego, será necessária a prévia decisão judicial para que o agente fiscal possa exercer suas atribuições. Apelo no sentido de que a Casa apóie o veto do Presidente Lula à mesma	241

	Pág.		Pág.
Considerações sobre a situação por que passam as freias e lideranças sociais que atuam em defesa da Amazônia, bem como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Aparte ao Senador João Pedro.....	248	Requerimento nº 331, de 2007, que requer a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 82, de 2006, que “modifica o art. 79, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971”, atualmente tramitando na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	50
Relato acerca da audiência pública realizada no Senado Federal sobre a crise no setor aéreo . .	344	Saudação a todos os prefeitos presentes em Brasília. Aplausos ao Presidente Lula pela decisão de apoiar o aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	99
Cumprimentos ao MEC pela realização de seminário idealizado pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Defesa da aprovação do projeto de autoria de S. Exa., que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho.....	344	Discussão do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2007, proveniente da Medida Provisória nº 342, de 29 de dezembro de 2006, que altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo	113
PEDRO SIMON		Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.....	125
Reflexão sobre o papel da mídia na vida dos cidadãos.	278	Registro da inauguração de obra importante para o transporte e a logística do Estado de Goiás: o Contorno de Anápolis.	150
RAIMUNDO COLOMBO		Considerações sobre a representação gráfica da estratégia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	302
Requerimento nº 301, de 2007, que solicita que o presente requerimento seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para que providencie, no estrito prazo constitucional, informações referentes aos valores de investimentos previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que se destinam ao Estado de Santa Catarina.....	2	Encaminhamento à votação da Medida Provisória nº 346, de 2007, que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica	365
Registro da realização da X Marcha de Prefeitos, realizada em Brasília entre os dias 10 e 12 de abril de 2007, mobilização que força o debate sobre os municípios.	238	Comentários ao estudo intitulado “Mapa da Violência nos Municípios”, publicado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para Ciência, Educação e Cultura.	401
RENATO CASAGRANDE		ROME U TUMA	
Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2007, que acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Conta e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, e dá outras providências. Senador Renato Casagrande.....	213	Comentários a respeito do crescimento e progresso de alguns municípios do Estado de São Paulo. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	86
ROMERO JUCÁ			
Requerimento nº 330, de 2007, que requer a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos para se manifestar sobre o PLC nº 82/2006, que “modifica o art. 79 da Lei nº 5.764/71 (incluindo como ato cooperativo os atos jurídicos praticados pelas cooperativas com o mercado, quando vinculados ao seu objetivo social)”	50		

Pág.		Pág.
	Cobranças dos prefeitos para que apresentem uma balança mensal dos gastos públicos dos municípios brasileiros. Aparte ao Senador Efraim Moraes.....	
250	Considerações acerca do projeto de lei que institui exame toxicológico para quem tirar a carteira de habilitação. Aparte ao Senador Magno Malta. .	
274	Considerações acerca do projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim.	
345	Registro do Manifesto pela Instituição de Frente Parlamentar contra a Violência e pela Defesa da Vida	
ROSALBA CIARLINI		
390	Avaliação da X Marcha dos Prefeitos a Brasília, em defesa dos municípios.....	
SÉRGIO ZAMBIASI		
47	Requerimento nº 326, de 2007, que requer que seja encaminhado Voto de Aplauso à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha.....	
62	Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2007, que altera o art. 73 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para permitir que a União possa celebrar convênios com o Distrito Federal e os Municípios visando à prevenção e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de drogas	
311	Requerimento nº 340, de 2007, que requer autorização para desempenho de missão no exterior nos dias 16 e 17 de abril de 2007, em reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul em que se discutirão a realização da primeira sessão legislativa, que se realizará na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Informa, por oportuno, que se ausentará do País para participar dos referidos eventos no período de 15 a 18 de abril de 2007	
360	Parecer nº 247, de 2007 (de Plenário), que dispõe sobre a Medida Provisória nº 346, de 2007, que “abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República, dos Ministérios dos Transportes, da Cultura e do Planejamento, Orçamento e Gestão e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 452.183.639,00 (quatrocentos e cinquenta e dois milhões, cento e oitenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica”.....	
	SIBÁ MACHADO	
	Esclarecimentos acerca do trabalho desenvolvido pelo ex-Governador Jorge Viana, no sentido de conciliar o setor produtivo e o desmatamento no Estado do Acre. Aparte ao Senador Tião Viana. ...	11
	Registro da realização da X Marcha dos Prefeitos, realizada em Brasília, e relato dos pleitos atendidos pelo Presidente Lula.	75
	Parecer nº 243, de 2007 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 343, de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica”	117
	Proposta de criação de um Fundo de Financiamento do Custo Ambiental dos Empreendimentos. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante	160
	Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2007, que permite a convocação de plebiscito e referendo, mediante decreto legislativo, a partir de proposta originária de iniciativa popular.	184
	Leitura de matéria do jornal <i>Valor Econômico</i> , intitulada “A silenciosa revolução movida a crédito”, de autoria do jornalista Paulo Totti.....	254
	TASSO JEREISSATI	
	Requerimento nº 302, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações sobre o Balanço anual de 2003 até abril de 2007 das empresas Braspetro Oil Services Company, Fronape Internacional Company - FIC, Petrobras International Braspetro BV - PIB BV, Petrobras International Finance Company - PIFCO, Petrobras Netherlands BV - PNBV, Petrobras Brasileiro S.A. - PETROBRAS, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG, e Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS ...	2
	Requerimento nº 303, de 2007, que requer que sejam solicitadas ao Ministro de Minas e Energia informações sobre dotações orçamentárias e os créditos extraordinários destinados às empresas Braspetro Oil Services Company; Fronape Internacional Company - FIC; Petrobras International Braspetro BV - PIB BV; Petrobras International Finance Company - PIFCO; Petrobras Netherlands BV - PNBV; Petrobras Brasileiro S.A. - PETROBRÁS; Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil - TBG; e Transportador do Nordeste e Sudeste S.A. - TNS	3

	Pág.		Pág.
Comentários a respeito da apreciação imediata dos vetos do Presidente Lula à lei que criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Aparte ao Senador José Agripino.....	82	especial de pagamento de precatórios pela União, Estados e Municípios	97
Esclarecimentos a respeito da abertura de crédito para várias empresas ligadas ao setor energético, entre as quais a PETROBRÁS	107	Comentários acerca da Medida Provisória nº 343, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, dos Transportes, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa, no valor global de R\$ 956.646.492,00 (novecentos e cinquenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e dois reais), para os fins que especifica.	126
TIÃO VIANA		VALTER PEREIRA	
Considerações sobre a progressiva desconcentração das receitas da União, uma das causas reivindicadas pelos prefeitos. Aparte ao Senador Paulo Paim	6	Apoio às reivindicações dos Prefeitos da X Marcha dos Prefeitos, especialmente em relação ao aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	100
Leitura de nota do Governador do Estado do Acre, Binho Marques, contrário à reportagem da revista <i>Veja</i> , de autoria do jornalista Leonardo Coutinho, que faz referências ao desmatamento na gestão do ex-Governador Jorge Viana.	7	Apoio ao projeto de lei que institui exame toxicológico para quem tirar a carteira de habilitação. Aparte ao Senador Magno Malta	273
Apelo para que apóiem o projeto de lei que trata da transferência de 30% dos recursos do PIB para as compras públicas sustentáveis. Aparte ao Senador Aloizio Mercadante	163	Homenagem ao Senador Marco Maciel, indicado para integrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.....	330
Considerações sobre o papel das centrais sindicais na preservação das relações de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim	243	Comentários a respeito do estado em se que se encontra a Rodovia Transamazônica no Estado do Pará. Aparte ao Senador Mário Couto	330
Requerimento nº 338, de 2007, que requer voto de aplauso à autora televisiva Glória Perez, por ocasião do término da minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”.	245	Comentários acerca da decisão da Justiça Federal de Corumbá - MS, que determinou a interrupção de projeto mínero-siderúrgico da Empresa MMX.	330
Voto de aplauso à autora televisiva Glória Perez, por ocasião do término da minissérie “Amazônia, de Galvez a Chico Mendes”	245	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Parecer nº 247-A, de 2007 (da Mesa do Senado Federal), acerca do Requerimento nº 303, de 2007, que solicita ao Senhor Ministro de Minas e Energia esclarecimentos sobre os créditos extraordinários destinados a esse Ministério, conforme Medida Provisória nº 338, de 2006, no período anual de 2003 a 2007.....	374	Comentários a respeito dos problemas encontrados na administração da Universidade Salgado de Oliveira – Universo. Aparte ao Senador Demóstenes Torres.	104
Parecer nº 247-B, de 2007 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 116, de 2007, “que requer informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia acerca de providências para implantar no País o Programa de Desenvolvimento da Biotecnologia”	377	Requerimento nº 345, de 2007, que requer que seja solicitado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre todas as nomeações ou designações para cargos ou funções de direção e assessoramento no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), feitas a partir de 27 de março de 2006.....	313
VALDIR RAUPP		WILSON MATOS	
Expectativa de consenso em torno da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2006, na qual S.Exa. foi designado relator, que institui regime		Apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Paulo Paim, que prevê o custeio de programas que vão garantir aos jovens e adultos o acesso permanente ao mercado de trabalho. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	346